

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A FRENTE GUASU E O MODELO DE DOMINAÇÃO PARAGUAIO: ENTRE
ADAPTAÇÃO À ESTRUTURA GOVERNAMENTAL E ALTERNATIVA AO
MODELO TRADICIONAL**

JUNIOR IVAN BOURSCHEID

Porto Alegre

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JUNIOR IVAN BOURSCHEID

**A FRENTE GUASU E O MODELO DE DOMINAÇÃO PARAGUAIO: ENTRE
ADAPTAÇÃO À ESTRUTURA GOVERNAMENTAL E ALTERNATIVA AO
MODELO TRADICIONAL**

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor
em Ciência Política.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Bourscheid, Junior Ivan

A Frente Guasu e o modelo de dominação paraguaio:
entre adaptação à estrutura governamental e
alternativa ao modelo tradicional / Junior Ivan
Bourscheid. -- 2019.

437 f.

Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Paraguai. 2. Modelo de dominação. 3. Frente
Guasu. 4. Contestação. 5. Adaptação eleitoral. I.
González, Rodrigo Stumpf, orient. II. Título.

**A FRENTE GUASU E O MODELO DE DOMINAÇÃO PARAGUAIO: ENTRE
ADAPTAÇÃO À ESTRUTURA GOVERNAMENTAL E ALTERNATIVA AO
MODELO TRADICIONAL**

Junior Ivan Bourscheid

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor
em Ciência Política.

Aprovada em 20 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González – Orientador (PPGCP-UFRGS)

Prof. Dr. Juan Bautista Lucca (Universidad Nacional de Rosario)

Prof. Dr. Rodolfo Silva Marques (Universidade da Amazônia)

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann (PPGCP-UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que sempre representou um suporte fundamental para que seguisse o caminho da pesquisa acadêmica e me tornasse o primeiro membro a ingressar nesse ambiente.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que com a sua provisão de bolsa de estudos proporcionou e fomentou a possibilidade de realização desta pesquisa, cumprindo sua inalienável missão estratégica de promover a pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento.

Agradeço ao orientador e amigo, Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González, por todos os debates, aconselhamentos, indicações e apoio que foram essenciais para que esta pesquisa fosse realizada e alcançasse a forma de uma Tese de doutoramento. Agradeço também aos membros da banca examinadora por sua presteza e disponibilidade em ler o trabalho e contribuir para que seu resultado final seja ainda melhor.

Agradeço de modo geral a toda comunidade acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, docentes, discentes, servidores, que contribuíram de forma decisiva não apenas na minha formação acadêmica nos ciclos de mestrado e doutorado, mas também a me tornar uma pessoa melhor.

Agradeço aos meus amigos e amigas, tanto os que proporcionaram suporte emocional e psicológico nesta etapa de minha vida, quanto aqueles que também auxiliaram nas discussões que construiriam esta pesquisa. Em especial, agradeço aos amigos: Augusto Dall’Agnol, Rodrigo Meirelles e Gabriel Santa Catarina, de Porto Alegre; José Renato Silveira e Fábio Cunha, de Santa Maria; Sildo Pressel, José Telles, Eduardo Kieling e Thomas Favaretto, de Pato Bragado; Guzmán Ibarra, Lilia Valdez, Mirian Ayala e Bernarda de Carrer, do Paraguai.

Agradeço também a Frente Guasu, especialmente o secretário Alberto Romero que possibilitou o contato direto com a maioria dos entrevistados, bem como as lideranças da FG por sua presteza em atender-me para realizar as entrevistas. Agradeço também a Associação de Ciência Política do Paraguai (ACIPP), cujos contatos e debates em seus eventos contribuíram para fortalecer a pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 13

CAPÍTULO 1: MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL, p. 28

1.1 O modelo circular do sistema político, p. 29

1.2 Cultura política, p. 31

1.2.1 Avaliação do desempenho governamental, p. 46

1.3 Domínio político e sua legitimação, p. 51

1.3.1 A modernização caudilha: as adaptações latino-americanas do modelo de dominação, p. 81

1.3.2 Adaptações do modelo de dominação paraguaio com a sua democratização, p. 94

1.4 Estrutura econômico-social a partir dos aportes de Economia Política, p. 107

1.4.1 Principais características da estrutura econômico-social paraguaia, p. 122

CAPÍTULO 2: APRESENTAÇÃO DO CASO PARAGUAIO, p. 133

2.1 A construção e evolução da estrutura econômico-social que sustenta o modelo de dominação tradicional paraguaio, p. 134

2.2 Interesses econômico-corporativos que formam as coalizões de poder no Paraguai, p. 163

2.3 A precarização democrática paraguaia: baixa capacidade governamental para responder demandas e comportamento cidadão negativo, p. 177

CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO E ATUAÇÃO DA FRENTE GUASU, p. 203

3.1 A mobilização contra a política tradicional e o cenário para a construção da alternativa eleitoral, p. 203

3.2 Os resultados eleitorais da Frente Guasu, p. 259

3.3 O governo Lugo, a Frente Guasu e as percepções políticas da população, p. 280

CAPÍTULO 4: A IDEOLOGIA DA FRENTE GUASU E SUAS LIDERANÇAS, p. 294

4.1 Procedimentos metodológicos para as análises de conteúdo e de discurso, p. 296

4.2 Categorização dedutiva: presença das temáticas nas entrevistas, p. 299

4.3 Categorização indutiva: análise temático-categorial, p. 306

4.4 Análise qualitativa das entrevistas: análise de discurso, p. 322

4.4.1 Eixos centrais do projeto da FG, p. 326

4.4.2 Mudança da estrutura econômico-social, p. 331

4.4.3 Pauta central do projeto político-ideológico, p. 339

4.4.4 Liderança política, p. 346

4.4.5 Avaliação do modelo de dominação, p. 355

4.4.6 Avaliação da cultura política paraguaia, p. 362

4.5 Mapeamento ideológico da FG e suas lideranças, p. 371

CONCLUSÕES, p. 393

REFERÊNCIAS, p. 412

APÊNDICES, p. 427

ÍNDICE DE FIGURAS

Quadros

- Quadro 1. Principais conceitos da esfera de cultura política, p. 50
- Quadro 2. Indicadores quantitativos para os conceitos de cultura política, p. 50
- Quadro 3. Principais conceitos da esfera da estrutura do modelo de dominação, p. 106
- Quadro 4. Principais conceitos da estrutura econômico-social, p. 126
- Quadro 5. Indicadores quantitativos para os conceitos da estrutura econômico-social, p. 126
- Quadro 6. Evolução da superfície cultivada de soja (por mil hectares), p. 144
- Quadro 7. Principais produtos primários exportados pelo Paraguai (em porcentagem do total das exportações), p. 165
- Quadro 8. Participação das multinacionais na produção de agroexportação, p. 168
- Quadro 9. Participação das empresas estrangeiras nas exportações paraguaias de 2007, p. 169
- Quadro 10. Distribuição do tamanho das propriedades (segundo o Censo de 2008), p. 170
- Quadro 11. Trabalho rural assalariado permanente e temporário (1991-2008), p. 174
- Quadro 12. Mobilizações camponesas e repressão governamental (1990-1993), p. 204
- Quadro 13. Cargos obtidos pela FG (total e porcentagem do total de cargos na instituição), p. 265
- Quadro 14. Indicadores qualitativos para os conceitos de cultura política, p. 301
- Quadro 15. Indicadores qualitativos para os conceitos da estrutura econômico-social, p. 303
- Quadro 16. Indicadores qualitativos para os conceitos da estrutura do modelo de dominação, p. 305
- Quadro 17. Presença das temáticas centrais nas entrevistas com representantes da FG, p. 305
- Quadro 18. Agrupamento de categorias no processo de análise, p. 307
- Quadro 19. Sentidos das categorias iniciais, p. 308
- Quadro 20. Resultados da análise temático-categorial: categorias intermediárias, p. 309
- Quadro 21. Resultados da análise temático-categorial dos Boletins Informativos Mensais: categorias intermediárias, p. 317
- Quadro 22. Resultados da análise temático-categorial: categorias finais, p. 320
- Quadro 23. Resultados da análise temático-categorial dos Boletins Informativos Mensais: categorias finais, p. 320
- Quadro 24. Comparação dos indicadores qualitativos desvinculados da alternativa política nas entrevistas, p. 372
- Quadro 25. Comparação dos sentidos de indicadores qualitativos das entrevistas, p. 376

Tabelas

- Tabela 1. Crescimento do PIB por setores no Paraguai (em porcentagem) (1973-1981), p. 147
- Tabela 2. Crescimento do PIB por setores no Paraguai (em porcentagem) (1982-1989), p. 148
- Tabela 3. Participação dos partidos na Câmara de Deputados (em porcentagem de cadeiras e total de cadeiras) (1989-2018), p. 159
- Tabela 4. Votações dos partidos para a Câmara de Deputados (em porcentagem dos votos válidos) (2003-2018), p. 160
- Tabela 5. Participação dos partidos no Senado (em porcentagem de cadeiras e total de cadeiras) (1989-2018), p. 161
- Tabela 6. Participação dos partidos nas votações para o Senado (em porcentagem de votos válidos) (2003-2018), p. 163
- Tabela 7. Votações da FG nas eleições nacionais (total e com relação aos votos válidos), p. 260

Tabela 8. Votações da FG nas eleições municipais (total e com relação aos votos válidos), p. 264

Tabela 9. Influência do governo Lugo em indicadores do Latinobarômetro e IDD-Lat, p. 281

Gráficos

Gráfico 1. Distribuição da população ocupada por setor da atividade econômica (2017), p. 166

Gráfico 2. Formas de posse da terra no Paraguai em 2008 (em porcentagem do total), p. 171

Gráfico 3. Destino dos produtos agrícolas no Paraguai em 2008 (em % das propriedades), p. 172

Gráfico 4. Participação no total da produção por produtos agrícolas (em porcentagem do total), p. 173

Gráfico 5. Divisão da população pela área de residência no Paraguai: projeção 2000-2025 (%), p. 174

Gráfico 6. Evolução do IDD-Lat no Paraguai (2002-2016), p. 178

Gráfico 7. Percepção do progresso na redução da corrupção pelas instituições do Estado nos últimos dois anos no Paraguai (2004-2017), p. 179

Gráfico 8. Evolução das Dimensões III e IV do IDD-Lat no Paraguai (2002-2016), p. 179

Gráfico 9. Taxa de desemprego no Paraguai (1980-2017), p. 182

Gráfico 10. Evolução da percepção do principal problema do Paraguai (2004-2018), p. 183

Gráfico 11. Evolução da satisfação com a democracia no Paraguai (1995-2018), p. 186

Gráfico 12. Apoio à democracia no Paraguai (1995-2018), p. 187

Gráfico 13. Confiança nas instituições no Paraguai (média de confiança entre 1995-2018), p. 188

Gráfico 14. Evolução da confiança nos partidos políticos no Paraguai (1995-2018), p. 190

Gráfico 15. Evolução da confiança no Governo no Paraguai (1995-2018), p. 195

Gráfico 16. Aprovação da gestão do governo do presidente no Paraguai (2002-2018), p. 197

Gráfico 17. Evolução da confiança no Congresso no Paraguai (1995-2018), p. 199

Gráfico 18. Evolução da percepção: país para todos ou para os poderosos no Paraguai (2004-2018), p. 200

Gráfico 19. Evolução da percepção “ordem x liberdade” no Paraguai (2004-2016), p. 242

Gráfico 20. Número de pessoas atendidas nos serviços de saúde do Ministério de Saúde Pública e Bem-estar Social (2007-2011), p. 244

Gráfico 21. Taxas de variação anual a preços constantes de 2010: PIB total e PIB *per capita* do Paraguai (1990-2017), p. 245

Gráfico 22. Variação anual do índice nacional de preços ao consumidor no Paraguai: alimentos e dezembro a dezembro (1996-2017), p. 246

Gráfico 23. Taxa de desemprego no Paraguai (1980-2017), p. 246

Gráfico 24. Investimento externo no Paraguai (em milhões de dólares) (1990-2017), p. 247

Gráfico 25. Total de votos da Frente Guasu em cargos proporcionais, p. 279

Gráfico 26. IDD-Lat do Paraguai e suas dimensões durante o governo Lugo (2008-2012), p. 286

Gráfico 27. Indicadores de percepção sobre o regime durante o governo Lugo (2008-2011), p. 288

Gráfico 28. Percepções sobre a estrutura governamental durante o governo Lugo (2008-2011), p. 289

Gráfico 29. Confiança na Igreja durante o governo Lugo (2008-2011), p. 292

Figuras

- Figura 1. O modelo circular do sistema político, p. 30
- Figura 2. Modelo de avaliação do desempenho institucional, p. 48
- Figura 3. Círculo vicioso da instabilidade política, p. 121
- Figura 4. Modelo analítico de relação das esferas, p. 128
- Figura 5. O modelo teórico-conceitual do círculo vicioso da precarização democrática, p. 130
- Figura 6. Panfleto de campanha da Lista 6 em 2008, p. 217
- Figura 7. Panfleto de campanha da Lista 6 em 2008, p. 218
- Figura 8. Panfleto de campanha da Lista 6 em 2008, p. 218
- Figura 9. Incêndio na Câmara de Senadores do Paraguai, p. 253
- Figura 10. Panfleto de campanha da Lista 40 em 2018, p. 256
- Figura 11. Panfleto de campanha da Lista 40 em 2018, p. 257
- Figura 12. Panfleto de campanha da Lista 40 em 2018, p. 257
- Figura 13. Distribuição territorial dos votos da FG para o Senado (2018), p. 274
- Figura 14. Distribuição territorial dos votos da FG para o Parlasul (2018), p. 276
- Figura 15. Distribuição territorial dos votos da FG para a Câmara de Deputados (2018), p. 277
- Figura 16. Distribuição territorial dos votos da FG para as Juntas Departamentais (2018), p. 278
- Figura 17. Relação das esferas centrais do estudo no projeto político-ideológico da FG, p. 381

A FRENTE GUASU E O MODELO DE DOMINAÇÃO PARAGUAIO: ENTRE ADAPTAÇÃO À ESTRUTURA GOVERNAMENTAL E ALTERNATIVA AO MODELO TRADICIONAL

RESUMO

A presente tese de doutoramento analisou o sistema político do Paraguai, uma democracia com dificuldades para manter-se estavelmente e passando por transformações nos últimos anos. O objetivo da investigação foi avaliar as possibilidades existentes para a incidência de efetivas alterações no modelo de dominação paraguaio, a partir da atuação dos grupos contestatórios ao modelo comandado e pautado pelos partidos tradicionais. A pesquisa considerou a relação dos atores políticos com três esferas centrais: a estrutura econômico-social; a cultura política; e a estrutura governamental do modelo de dominação. A junção das esferas com a atuação dos grupos políticos que buscam comandar o modelo de dominação originou o modelo teórico-conceitual do estudo: o círculo vicioso da precarização democrática. Para alcançar os objetivos propostos realizou-se um estudo de caso hipotético-dedutivo cujo objeto foi a Frente Guasu (FG), posicionando a sua atuação de acordo com as esferas centrais. Para compreender o posicionamento da FG e suas lideranças sobre as três esferas recorreu-se a duas fontes: documentos partidários e entrevistas em profundidade com as principais lideranças da FG, ambas passando por análises temático-categoriais de conteúdo e discurso. As análises apontaram para a existência de adaptações conjunturais na estrutura do modelo de dominação paraguaio, mantendo-se a tradição conservadora aberta à possibilidade do uso de soluções autoritárias e não democráticas para resolver demandas imediatas, fomentando a desconfiança institucional da cultura política, junto com um modelo de dominação personalista. A ascensão e permanência da FG e suas lideranças na política paraguaia é um processo de modernização caudilha sem uma efetiva possibilidade de transformação do modelo de dominação.

Palavras-chave: Paraguai. Modelo de dominação. Frente Guasu. Contestação. Adaptação.

**THE GUASU FRONT AND THE PARAGUAYAN DOMINATION MODEL:
BETWEEN ADAPTATION TO THE GOVERNMENT STRUCTURE AND
ALTERNATIVE TO THE TRADITIONAL MODEL**

ABSTRACT

This doctoral dissertation analyzed the Paraguayan political system, a democracy with difficulties to hold itself stably and that has undergone transformations in recent years. The research main goal was to evaluate the existing possibilities for the incidence of effective alterations in the Paraguayan model of domination from the acting of contesting groups towards the model commanded and guided by the traditional parties. The research considers the relationship of political actors with three central spheres: the economic and social structure; the political culture; and the governmental structure of the domination model. The merging of the spheres with the acting of the political groups that seek to command the model of domination origins the theoretical and conceptual model that guides the study: the vicious circle of democratic precarization. In order to achieve its objectives, this dissertation develops a hypothetical-deductive case study that posits Guasu Front's (FG) actions according to the central spheres. It brings two sources to understand the position of FG and its leaders to the three spheres: party documents and in-depth interviews with FG's main leaders, both sources underwent theme-category content and discourse analyzes. The analyzes point to the existence of conjunctural adaptations in the structure of the Paraguayan domination model, keeping the conservative tradition open to the possibility of using authoritarian and undemocratic solutions to solve immediate demands, fomenting the institutional distrust of its political culture, parallel to a personalist model of domination. The rise and permanence of FG and its leaders in Paraguayan politics is a process of personalist modernization, which does not present a possibility to transform the model.

Keywords: Paraguay. Model of domination. Guasu Front. Contestation. Adaptation.

EL FRENTE GUASU Y EL MODELO DE DOMINACIÓN PARAGUAYO: ENTRE ADAPTACIÓN A LA ESTRUCTURA GUBERNAMENTAL Y ALTERNATIVA AL MODELO TRADICIONAL

RESUMEN

Ésta tesis doctoral ha analizado el sistema político de Paraguay, una democracia con dificultades para mantenerse establemente y que pasa por transformaciones en los últimos años. El objetivo de la investigación fue evaluar las posibilidades existentes para que ocurran efectivas alteraciones en el modelo de dominación paraguayo, a partir de la actuación de los grupos contestatarios del modelo comandado y caracterizado por los partidos tradicionales. La investigación ha considerado la relación de los actores políticos con tres esferas centrales: la estructura económico-social; la cultura política; y la estructura gubernamental del modelo de dominación. La unión de las esferas con la actuación de los grupos políticos que buscan comandar el modelo de dominación ha originado el modelo teórico-conceptual del estudio: el círculo vicioso de la precarización democrática. Para realizar los objetivos propuestos se hizo un estudio de caso hipotético-deductivo cuyo objeto fue el Frente Guasu (FG), posicionando su actuación de acuerdo con las esferas centrales. Para entender el posicionamiento del FG y sus liderazgos sobre las tres esferas fueron usadas dos fuentes: documentos partidarios y entrevistas en profundidad con los principales liderazgos del FG, que pasaron por análisis temático-categoriales de contenido y discurso. Los análisis señalan la existencia de adaptaciones coyunturales en la estructura del modelo de dominación paraguayo, permaneciendo la tradición conservadora abierta para la posibilidad de usar soluciones autoritarias y no democráticas para resolver demandas inmediatas, fomentando la desconfianza institucional de la cultura política, junto con un modelo de dominación personalista. El ascenso y permanencia del FG y sus liderazgos en la política paraguaya es un proceso de modernización caudilla que no presenta una efectiva posibilidad de transformación del modelo de dominación.

Palabras-clave: Paraguay. Modelo de dominación. Frente Guasu. Contestación. Adaptación.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980 o campo da Ciência Política latino-americana tem se preocupado cada vez mais com as democracias que surgiam e ressurgiam no continente. Primeiro as discussões sobre a transição dos regimes autoritários para os democráticos, centrando na forma como se desenvolviam as estruturas institucionais que embasariam as novas democracias (DOS SANTOS, 1989; HUNTINGTON, 1996; LINZ, 1979; LINZ, 1982; O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; O'DONNELL, SCHMITTER e WITHEHEAD, 1986). Passada a etapa da transição, os debates mais contemporâneos estão centrados na consolidação ou na qualidade da democracia, o primeiro debate mais preocupado com a incapacidade de manter estavelmente a estrutura institucional instalada durante a transição, gerando classificações binárias entre regimes autoritários e democráticos (LINZ, 1991, e O'DONNELL, 1998) e estabelecendo as classificações binárias de democracias consolidadas e regimes não democráticos (LINZ e STEPAN, 1996), e o segundo debate centrando suas atenções no nível de capacidade de atuação das instituições criadas sob o regime democrático em uma escala entre mais democráticos e menos democráticos (MORLINO, 2004; MORLINO, 2009; MORLINO e DIAMOND, 2004; SCHMITTER, 2004; BÜHLMANN, MERKEL e WESSELS, 2008).

A democracia tornou-se a base para os estudos sobre a realidade contemporânea da América Latina, contudo, os estudos passaram por um processo de centralização geográfica e alguns países da região receberam mais atenção do que outros. Mas além disso, há um caso que não teve muita atenção e que padeceu os males de seus “ciclos adversos” na política, na economia e na sociedade (GOIRIS, 2004). O Paraguai, estrategicamente conhecido como coração da América do Sul, segue vivenciando seu histórico distanciamento do exterior, mas agora no que se refere à compreensão de sua realidade política, econômica e social.

Por mais que o Paraguai também tenha passado por um processo de democratização, foi um dos últimos países sul-americanos a derrocar o regime autoritário (em 2 e 3 de fevereiro de 1989). O último regime foi inclusive o regime personalista mais longo na América Latina até aquele momento do século XX – o governo do general Alfredo Stroessner, entre 1954 e 1989. E ainda após a derrocada do regime o mesmo partido manteve-se no poder, o Partido Colorado (*Asociación Nacional Republicana* – ANR), governando ininterruptamente por 61 anos¹.

¹ Segundo partido mais longo no poder na América Latina. O primeiro foi o Partido Colorado do Uruguai que governou entre 1865 e 1959, 32 anos a mais do que o Partido Colorado no Paraguai.

Estudar a política paraguaia é ingressar em um cenário vasto e pouco explorado, isso justifica e amplia o debate para entender os desafios no aprimoramento do regime democrático.

O Paraguai é um país cuja cultura política da população possui tradições autoritárias, convivendo com vários governos autoritários e com restrições no exercício das liberdades políticas (ABENTE, 2011). Para Goiris (2004), a população paraguaia construiu uma cultura política que apresenta características autoritárias e não democráticas, dificultando a convivência democrática. Quanto à estrutura econômico-social, existe um caráter primário-exportador em sua base produtiva, dependente da economia internacional e beneficiando os grandes complexos agroexportadores (BOZZOLASCO, 2013 e ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010). Por consequência, ocorre a expulsão dos camponeses para as periferias das cidades que aceleram seu processo de urbanização (ainda que de forma precária) em prol da expansão dos latifúndios monocultores e aumentando a financeirização da economia urbana (BOZZOLASCO, 2013; MENDONÇA, 2007 e VILLAGRA, 2009).

A evolução histórica paraguaia apresenta elementos que permitem observar um processo conservador ao longo do tempo (BOZZOLASCO, 2013 e GOIRIS, 2004). As mudanças ocorrem de forma superficial, mantendo as estruturas de poder, apenas alternando os grupos que dirigem o processo. Ainda assim, como os mecanismos institucionais para as relações políticas dificilmente se estabeleciam estavelmente, as mudanças superficiais advinham de momentos de utilização da violência política. Segundo Goiris (2004), isso construiu uma mentalidade conservadora na população, temerosa em relação às mudanças, desconfiando das mudanças, pois a alteração do *status quo* normalmente necessitava do uso da força. Isso contribuiu para criar uma cultura de submissão à autoridade, privilegiando os líderes fortes em detrimento das normas e regras institucionais, considerando que as instituições podem representar obstáculos para o exercício da autoridade. É o que Alcalá (2007) conceitua como a ideologia autoritária no Paraguai.

A política paraguaia esteve pautada pelo predomínio da política tradicional, uma combinação de vários elementos que fomentam a permanência de um *modus operandi* político que afasta a participação cidadã das decisões, mas mobiliza as massas eventualmente como forma de legitimação e intimidação dos adversários políticos. Entre os elementos gerais da política tradicional paraguaia é possível listar: o clientelismo, principalmente pela incapacidade institucional de responder as demandas de modo estruturado com políticas públicas, estabelecendo uma lógica de direitos dos cidadãos de acesso aos bens públicos (ABENTE, 2012

e BOZZOLASCO, 2013); os faccionalismos no interior dos partidos, fazendo que as eleições internas partidárias sejam muitas vezes mais importantes que as próprias eleições nacionais (BOURSCHEID, 2016a; PANGRAZIO, 2008; WARREN, 2010); o caudilhismo e o personalismo, tornando as figuras políticas mais importantes que seus projetos de governo, sendo que os próprios faccionalismos geralmente advêm das lideranças que aglomeram seus partidários (FLORENTÍN, 2010; GOIRIS, 2004; PANGRAZIO, 2008 e WARREN, 2010); a utilização dos recursos públicos para financiar a estrutura partidária (BOZZOLASCO, 2013); a existência de famílias políticas e identidades políticas emotivas baseadas em um maniqueísmo colorado-liberal, principalmente no interior do país (BOURSCHEID, 2016b; GOIRIS, 2004 e PANGRAZIO, 2008); e o patrimonialismo, que permite a realização dos demais elementos, pois mescla as esferas pública e privada, transformando os interesses das elites dirigentes em interesses do Estado (ABENTE, 2012; BOZZOLASCO, 2013; GOIRIS, 2004; FLORENTÍN, 2010 e PANGRAZIO, 2008).

Com a permanência da política tradicional buscou-se manter os interesses dos grupos pertencentes à elite administrativa junto com a elite econômica nacional (BOZZOLASCO, 2013). A partir da fundação dos dois primeiros partidos (Colorado e Liberal, em 1887), em 132 anos de atuação partidária apenas três breves períodos (14 anos) não foram comandados por um desses grupos (PANGRAZIO, 2008). O predomínio colorado-liberal na estrutura governamental é um primeiro elemento fundamental para qualquer estudo da história político-econômica paraguaia.

Um segundo elemento fundamental de estudo da história político-econômica paraguaia consiste na estrutura econômico-social sustentada após a finalização da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)², quando a economia paraguaia foi inserida definitivamente na dinâmica do sistema capitalista internacional. A economia paraguaia se inseriu de forma dependente, periférica, conformando uma economia de agroexportação de grandes complexos primários, tornando a terra um elemento fundamental de poder (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010 e WARREN, 2010). Com a concentração dos recursos nas elites internas e internacionais, gerou-

² O conflito, também conhecido como Guerra do Paraguai ou Guerra Grande, ocorreu entre novembro de 1864 e março de 1870, quando Brasil, Argentina e Uruguai aliavam-se para confrontar o Paraguai e derrubar Francisco Solano López do poder (CARDOZO, 2013). Como consequências da guerra “o Paraguai tornou-se um país desmembrado e devastado” (DONGHI, 1975: 148). Deve-se lembrar também que o Paraguai ficou ocupado até 1876, tornando as forças aliadas em elementos fundamentais para gerar a estabilidade dos governos, e que outros efeitos do conflito foram a perda de cerca de 40% do território paraguaio, a realização dos primeiros empréstimos internacionais e a promoção da política de venda de terras públicas, para fazer frente ao ingresso de capitais internacionais (WARREN, 2010).

se uma estrutura social fundamentalmente desigual, assimétrica, com uma correlação de forças entre as classes amplamente favorável à classe dominante e aos seus aliados.

Esses dois elementos convergem para um terceiro elemento fundamental, a cultura política conservadora e autoritária. Segundo Goiris (2004), a própria evolução conservadora do Paraguai (sem grandes alterações estruturais) influencia na criação e permanência de posturas mais conservadoras na população, que são difundidas pelos principais aparelhos ideológicos (como a Igreja Católica, os meios de comunicação empresariais e a escola). Ademais, o legado de governos autoritários e de lideranças personalistas fortes (surgida da matriz caudilha de política) incide na relação autoritária entre a estrutura governamental do sistema político e a sociedade civil (ALCALÁ, 2007). O fenômeno do militarismo, consequência dos dois conflitos internacionais que o país enfrentou em sua evolução histórica (Guerra da Tríplice Aliança entre 1864 e 1870, e Guerra do Chaco entre 1932 e 1935), fez o corporativismo militar influenciar na estrutura governamental gerando a militarização da política, por um lado, e a politização das Forças Armadas, por outro lado (ROMERO PEREIRA, 1989).

Não obstante, recentemente são vistas algumas alterações econômicas, sociais e políticas que suscitam o interesse de estudar a possibilidade de transformações estruturais que consigam superar as adaptações conjunturais e influenciem em novas bases para a sociedade paraguaia. Do ponto de vista econômico-social, o aprofundamento do modelo primário-exportador, com a produção voltada para os grandes complexos agroexportadores apreciados pelo mercado internacional, provoca a crescente expulsão dos camponeses do campo e gera um fenômeno de urbanização precária, modificando a estrutura populacional tradicionalmente agrária. O emprego começa a centrar-se no terceiro setor (comércio e serviços), influenciado pelo aumento da importância dos capitais especulativos, e na administração burocrático-governamental, tendo nos empregos informais e subempregos uma modalidade difundida (BOZZOLASCO, 2013; ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010 e VILLAGRA, 2009). Visualiza-se o estabelecimento de relações sociais de produção com modalidades qualitativamente e quantitativamente diferenciadas das vistas no neocolonialismo pós-Guerra da Tríplice Aliança, ou na instalação dos grandes complexos agroexportadores durante o stonismo (fundamentalmente na década de 1970, mas estendendo-se à década de 1980), principalmente pela redução do papel do Estado e a internacionalização da economia paraguaia (ABENTE, 2012 e ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010).

E do ponto de vista político, com a democratização inaugurada a partir do golpe de Estado de 1989, novos atores participam e disputam a liderança das instituições públicas paraguaias, que seguem sendo comandadas pelos partidos tradicionais – com 6 mandatos colorados e um da aliança entre Lugo e os liberais (LÓPEZ, 2014 e MARTÍNEZ-ESCOBAR, 2015). Paulatinamente cresce a participação de movimentos políticos com uma perspectiva contestatória e alternativa, com um discurso de mudança do modelo de dominação política (DUARTE, 2017), e inclusive da estrutura econômico-social (BOZZOLASCO, 2013).

Este elemento tornou-se central para o debate com a vitória eleitoral de Fernando Lugo em 2008, derrotando o Partido Colorado depois de 61 anos ininterruptos de governo (PANGRAZIO, 2008), posteriormente conformando uma frente de partidos que buscam atuar unindo as propostas vinculadas com a esquerda e centro-esquerda, a Frente Guasu (FG) (PAREDES, 2014). É necessário compreender em que medida a atuação de tais grupos políticos conseguiu alterar a dinâmica política paraguaia e permitiu estabelecer um novo espaço institucional para os grupos políticos e sociais críticos à política tradicional.

Neste sentido, o problema de pesquisa que norteia a tese consiste em avaliar as possibilidades existentes para a efetiva mudança do modelo de dominação política no Paraguai, analisando se os grupos que se apresentam como contestatórios do predomínio dos partidos tradicionais realmente propõem a atuação para mudar este modelo, visando superar o modelo predominante existente.

Para examinar a evolução histórica da política paraguaia, analisando as mudanças e continuidades, são utilizadas três esferas centrais nesta tese: a estrutura econômico-social que fomenta as demandas e interesses da população (tanto das elites quanto das massas), a cultura política que sustenta os valores e percepções da população em relação ao seu regime político, e a estrutura institucional do modelo de dominação que busca manter-se estavelmente, mantendo a legitimidade da dominação, examinando-se também as respostas que a estrutura governamental fornece para as demandas sustentadas pela população.

O objetivo geral da Tese é examinar e compreender se a FG representa uma alternativa à política tradicional paraguaia que conduz o modelo de dominação. É buscado apontar como a FG se relaciona com o modelo político predominante: se posicionando como uma alternativa ao modelo de dominação representado pelos partidos tradicionais, investindo em uma nova forma de estrutura partidária, ou como uma alternativa eleitoral que utiliza um espaço deixado pelos partidos tradicionais, beneficiando suas lideranças políticas.

E como a compreensão do papel da FG relaciona-se com as três esferas centrais (estrutura econômico-social, modelo de dominação e cultura política), para posicioná-la diante das características do modelo político vigente no Paraguai, são elencados os seguintes objetivos específicos:

- Examinar qual é o discurso da FG na política paraguaia, se sua proposta busca alterar o modelo político predominante, se busca ser uma alternativa;
- Avaliar a influência do governo Lugo e da atuação da FG nas atitudes e percepções da população sobre o governo e o regime político, visando observar se a atuação da FG vincula-se com uma alteração da visão da população sobre o modelo de dominação e seus representantes;
- Analisar os resultados eleitorais da FG para posicioná-la na política paraguaia e apontar se a FG se constitui em uma terceira força;
- Analisar as pautas centrais defendidas pelo projeto político-ideológico e na atuação parlamentar da FG para apontar quais são as principais demandas da estrutura econômico-social que são acolhidas pela FG;
- Analisar as relações políticas no interior da FG que a estruturam e dão coesão interna, observando qual o elemento central para a coesão interna: o personalismo de suas lideranças políticas ou o projeto político-ideológico;
- Examinar como a retórica da FG avalia a institucionalidade do domínio político predominante no Paraguai, se aceita e participa do modelo (conformando-se com o espaço conquistado) ou se participa buscando mudar o modelo.

A partir da compreensão da estrutura interna da FG é buscada a observação de sua proposta e sua capacidade interna de alterar a política paraguaia, apreciando como o discurso político da FG propõe as relações políticas que gerenciam o modelo de dominação, se reproduzindo o modelo vigente ou propondo a sua alteração. Compreendendo a estrutura interna da FG, parte-se para a análise de sua atuação ante o modelo de dominação com a sua atuação parlamentar, comparando os discursos apresentados na atuação política com aqueles presentes na retórica interna. E da análise desses dois elementos será efetuado o exame da recepção da proposta e da prática política da FG pela população, para poder apontar a influência que a FG tem na percepção e nas escolhas políticas da população.

A hipótese é que a FG se propõe a ser uma força alternativa para conduzir o modelo de dominação política paraguaio sem ruptura. Tal hipótese possui três sub-hipóteses: primeiro, que

a atuação política da FG representa uma adaptação do modelo político predominante para conseguir inserir suas pautas no sistema político; segundo, que a adaptação da FG visa inserir as suas lideranças na estrutura governamental do modelo de dominação; e terceiro, que a adaptação do modelo de dominação permite a sua manutenção estável.

A permanência das principais características das três esferas centrais do estudo (estrutura econômico-social, cultura política e modelo de dominação) torna-se muito mais favorável aos partidos tradicionais (Colorado e Liberal) do que às terceiras forças que foram surgindo ao longo do tempo, durante o processo de democratização. Por outro lado, a permanência da FG como terceira força política da democracia paraguaia se dá pela sua capacidade de ocupar o espaço retórico de contestação à política tradicional, mas reconhecendo que sua capacidade de atuação restringe-se aos limites estabelecidos pela cultura política paraguaia e sua estrutura governamental do modelo de dominação, que não foram alterados substancialmente desde a ascensão de Lugo e da FG, limitando sua capacidade de efetivar a retórica da mudança política.

Para alcançar os objetivos estipulados e examinar em que medida ocorreram mudanças na política tradicional paraguaia durante o processo de democratização, metodologicamente a investigação realiza um estudo de caso, cujo objeto é a Frente Guasu (FG), a concertação política surgida para estruturar os partidos e movimentos que davam base para o governo do presidente paraguaio Fernando Lugo (2008-2012).

A proposta de efetuar um estudo de caso vem da complexidade do objeto de análise e da influência de múltiplos contextos em seus resultados (LODOLA, 2009 e SOTOMAYOR, 2008). Intenta-se realizar uma análise mais aprofundada, apresentando um quadro amplo de influência das três esferas (estrutura econômico-social, cultura política e domínio político). Isso é importante quando se realiza o estudo de um caso pouco abordado, podendo a partir desse estudo ampliar os debates sobre pontos específicos.

O método aplicado para o estudo é o hipotético-dedutivo, buscando analisar a FG a partir das três esferas centrais demarcadas teoricamente para compreender a evolução histórica paraguaia. É uma forma de buscar apontar as mudanças e continuidades da política tradicional paraguaia a partir de uma nova força política, a FG, compreendendo o papel que essa força política está desempenhando.

O exame da estrutura interna da FG teve como base os documentos e declarações dos atores envolvidos, tanto governamentais como os referentes aos grupos sociais e políticos dirigidos. Ademais, foram realizadas entrevistas com os principais dirigentes dos movimentos políticos ligados à FG. A análise dos documentos e das entrevistas efetuou-se a partir das categorias analíticas estabelecidas para cada uma das esferas, buscando observar em que medida o material empírico aproxima-se da forma de apresentação das categorias analíticas no caso de uma mudança na política paraguaia ou, contrariamente, se aproximaram-se das características da política tradicional.

Entre os documentos analisados destacam-se o *Tape Guasu*, programa de governo apresentado para as eleições de 2013 (FRENTE GUASU, 2013a), e o *Gobierno para Todos y Todas*, o programa partidário da FG que apresenta um balanço do governo Lugo, assim como o modelo de atuação futuro da FG, com as principais pautas defendidas pela estrutura partidária (FRENTE GUASU, 2013b). Também foram analisados os boletins informativos mensalmente divulgados pela Secretaria de Relações Internacionais da FG, onde a FG apresenta suas opiniões sobre os principais temas debatidos naquele período da publicação. Com a análise documental foi visualizada a retórica pública da FG sobre os temas vinculados com os conceitos elencados para o estudo de caso.

As entrevistas foram focalizadas e em profundidade, semiestruturadas com roteiros mais fechados, cujos pontos e perguntas para serem debatidas encontram-se no Apêndice 5 da tese. Depois de realizar as entrevistas, efetuou-se uma análise de conteúdo e uma análise de discurso das mesmas, buscando linhas comuns e dissonantes do pensamento dos dirigentes da proposta alternativa da política paraguaia. Buscaram-se elementos do pensamento dos atores entrevistados sobre a liderança, especialmente de Fernando Lugo, da representatividade e legitimidade da democracia paraguaia, das possibilidades de mudanças políticas, e de mudanças na percepção da população sobre seus dirigentes e instituições, sobre o regime como um todo. Também buscou-se delimitar as linhas gerais da ideologia dos principais membros da FG, se existem pensamentos comuns e como identificam-se e apresentam-se publicamente.

De tal modo, as entrevistas em profundidade são usadas inicialmente para compreender a postura das principais lideranças sobre a estrutura interna da FG, focalizando em dois pontos: as concepções ideológicas gerais (o projeto político-ideológico) e o papel de liderança de Lugo. Isso foi utilizado para alcançar o objetivo de apontar o elemento de coesão interna da FG, segundo seus próprios representantes.

Com isso é possível realizar o objetivo de dimensionar em que medida a FG se propõe a ser uma força política alternativa à política tradicional, e em que medida conseguiu realizar este objetivo. E isso leva ao elemento da consciência da atuação política. Quando se analisa um grupo político deve ser avaliado em que medida esse grupo possui a consciência de sua atuação frente ao modelo de domínio político institucionalizado, para saber se representa uma adaptação conjuntural ou uma transformação estrutural que possa superar o nível dos interesses imediatos e alcançar toda a sociedade, e assim romper com os elementos tradicionais. Também busca-se visualizar a expansão dessa articulação para o restante da sociedade, com a análise dos resultados eleitorais para dimensionar a influência da FG no sistema político, na estrutura governamental do modelo de dominação, como a população considera a atuação política da FG.

Paralelamente à utilização das ferramentas qualitativas para a discussão do grupo que poderia se conformar como alternativa na política paraguaia (representado pela FG), foi lançado mão de estatística descritiva para dimensionar as forças e capacidades materiais apresentadas na estrutura econômico-social (com os dados econômicos do governo paraguaio, da CEPAL e do Banco Mundial), buscando entender quais são as principais demandas apresentadas ao modelo de dominação, do mesmo modo para as variáveis referentes às percepções políticas dos paraguaios ante o regime democrático, principalmente aquelas relativas ao apoio e a satisfação com o regime democrático. Para tanto, utilizaram-se os dados fornecidos pela Corporação Latinobarômetro, a fim de dimensionar a evolução na série histórica da percepção dos paraguaios sobre o regime democrático, para entender o papel desempenhado pela alternativa que pode ser representada pela FG nesse processo, bem como apontar, comparando-se as percepções políticas mantidas pela população com as mobilizações realmente empreendidas, o aprofundamento ou não da utilização dos mecanismos de representatividade e legitimidade que dizem respeito aos mecanismos fundamentais de um regime democrático liberal-representativo.

Para avaliar o desempenho eleitoral da FG foram usados os informes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE) referentes às seguintes eleições: gerais de 2008, municipais de 2010, gerais de 2013, municipais de 2015 e gerais de 2018. Assim se tem uma amostra mais ampla, cobrindo um espaço temporal mais amplo que permita avaliar se o desempenho eleitoral da FG se refere apenas às circunstâncias conjunturais favoráveis, ou se representa uma alteração mais profunda, tanto da organização da alternativa à política tradicional paraguaia como das escolhas eleitorais da população frente ao projeto político dirigido por essa alternativa. Além disso, empreende-se a análise da distribuição territorial das votações da FG, buscando avaliar a

sua capacidade de penetração no território paraguaio, quais são as regiões onde consegue uma participação mais relevante e em quais existe uma dificuldade para conseguir se inserir.

A busca pela validação da hipótese se deu com as ferramentas qualitativas e quantitativas, visando a apreciação de mudanças ou continuidades nas esferas centrais da sociedade paraguaia para o estudo, cobrindo o espaço temporal central do período de democratização. A estrutura econômico-social não foi avaliada quanto às suas possibilidades de mudanças, haja visto que são processos históricos, de longo prazo, cujos efeitos da atuação da FG não poderiam ser avaliados de forma factível. Apenas foi analisada no sentido dos interesses criados a partir da base material que sustentarão as principais demandas solicitadas pela sociedade ao Estado e seus representantes. Mas compreende-se que esses interesses e demandas são um ponto fundamental no modelo da precarização democrática paraguaia usado, e serão posicionadas como base para o modelo, além de analisarem-se e apresentarem-se alterações ocorridas na estrutura econômico-social paraguaia até chegar à conformação atual.

As mudanças na cultura política foram vistas a partir do estabelecimento dos parâmetros históricos da cultura política paraguaia, suas características gerais a partir de uma análise qualitativa de fontes secundárias que estudaram a cultura política paraguaia, comparando com as teorias clássicas e latino-americanas. Esses parâmetros foram comparados com os dados apresentados pelas pesquisas do Latinobarômetro, observando se ocorreram mudanças ao longo da série histórica (1995-2018), se durante o governo Lugo ocorreram mudanças que permitem ver uma influência da FG nas mudanças e se as mudanças permanecem após o governo Lugo.

Outro elemento importante é a capacidade de resposta das instituições democráticas às demandas da população, possibilitando fomentar o aumento da confiança no regime democrático, a manutenção do suporte da população ao sistema político, e isso foi avaliado através dos dados fornecidos pelo Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina (IDD-Lat) entre 2002 e 2016, relacionando-se com as abordagens do modelo circular do sistema político (EASTON, 1965), da avaliação do desempenho governamental (PUTNAM, 1996) e do círculo vicioso da instabilidade política (MENDONÇA, 2007), contribuindo para estabelecer a perspectiva da precarização democrática paraguaia.

E quanto à esfera do domínio político, analisaram-se elementos teórico-conceituais para elencar as características do modelo de domínio político tradicional paraguaio e, a partir disso, efetuando a análise de discurso das entrevistas com os representantes da FG e seus documentos

partidários, conseguir apontar linhas de continuidade e descontinuidade entre o modo de fazer política da FG e os modos da política tradicional.

Em suma, a tese estuda a política paraguaia a partir da agrupação partidária que pode ser posicionada como terceira força política atual, para avaliar em que medida se propôs e conseguiu alterar o padrão político tradicional colorado-liberal. A unidade de análise – objeto – do estudo é a FG que foi analisada enquanto elemento de liderança de uma proposta alternativa à política tradicional, visando examinar sua capacidade de articulação entre a estrutura governamental do modelo de dominação e a sociedade civil, fomentando a direção e a legitimidade das relações entre o grupo político líder do processo de mudança política e os grupos sociais dirigidos por esse processo, gerando a institucionalização de um projeto político-ideológico representante das demandas de grupos sociais subordinados com a potencial construção de um modelo político que transforme o modelo de dominação política do Paraguai, através de alterações nos padrões de comportamento e nos interesses que sustentam a cultura política paraguaia.

Entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010 foram realizadas algumas reuniões plenárias para formar uma aliança das Forças Democráticas e Progressistas, reunindo partidos de esquerda e centro-esquerda. Isso levou à fundação formal da FG em 20 de março de 2010, registrada na justiça eleitoral como uma concertação nacional, uma aliança de partidos com caráter permanente, apresentando-se nas eleições e na atuação dentro das instituições públicas como concertação. Sua fundação buscou criar um espaço mais amplo e integrado para a esquerda e centro-esquerda visando as eleições municipais de novembro de 2010. Com isso, os partidos que compõem a FG seguem existindo, mas sua atividade parlamentar e a apresentação de listas nas eleições se dá com a figura da concertação nacional.

O foco da análise se dá a partir dos eventos políticos desencadeados desde a ascensão da liderança de Lugo nas mobilizações populares em prol da democracia³, no ano de 2006, tornando-o uma representação da possibilidade de mudança na política paraguaia, especialmente para conseguir a alternância no executivo nacional. Na sequência aparecem as eleições gerais de 2008 e a aliança entre a esquerda e centro-esquerda com os liberais, conseguindo vencer os colorados pela primeira vez no período de democratização, representando uma mudança política (cujo caráter será analisado ao longo da tese).

³ O movimento chamado Resistência Cidadã “Ditadura nunca mais”, criticando o presidente Nicanor Duarte Frutos pela tentativa de alteração da Constituição para permitir a sua reeleição.

A análise prossegue com o governo propriamente dito, entre agosto de 2008 e junho de 2012, examinando as relações no interior do executivo, bem como as relações executivo-legislativo, além de observar a influência do governo na capacidade governamental de responder às demandas da população e nas percepções políticas da cidadania. Durante a análise do governo Lugo adentra-se no estudo da institucionalização do projeto político encabeçado pelo presidente Lugo com a criação da FG em 2010, e o primeiro teste para a sua estrutura partidária com a participação nas eleições municipais de 2010.

Analisa-se também as correlações de força entre os grupos políticos e os eventos desestabilizadores que levaram à deposição de Lugo por meio do júízo político em junho de 2012, englobando as percepções da cidadania ante o processo político paraguaio e os efeitos que a deposição teve para a precarização institucional. Posteriormente são avaliadas as eleições gerais de 2013, e o papel desempenhado pela estrutura partidária e as lideranças políticas nas eleições que posicionaram a FG como terceira força política no Paraguai.

E termina-se a análise com o estudo da atuação parlamentar e o desempenho eleitoral da FG, abarcando também as eleições municipais de 2015 e as eleições gerais de 2018, examinando as alianças políticas efetuadas, a adaptação do discurso e o papel fundamental desempenhado pelas suas lideranças, especialmente por Fernando Lugo. A utilização do marco temporal expandido (desde 1989, enfocando no período 2006-2018) busca compreender os efeitos dos eventos ocorridos nas posturas dos dirigentes do grupo político que se apresenta como alternativa à política tradicional, e como a população reage a tais posturas, bem como a influência que essas posturas têm na estrutura governamental do modelo de dominação.

Além do marco temporal estipulado – desde o início da democratização em 1989, enfocando na ascensão da figura política de Lugo em 2006 – foi necessário expandir ainda mais o marco temporal da esfera da estrutura econômico-social. Retoma-se ao período da construção do modelo econômico que dá base à estrutura econômico-social com o avanço da agroexportação durante o período stronista⁴, reconhecendo que a economia agroexportadora foi estabelecida com o neocolonialismo do pós-Guerra da Tríplice Aliança, principalmente com a abertura comercial e a política de venda de terras públicas.

Como marco teórico, cada uma das esferas necessita uma abordagem específica para entender a realidade paraguaia. Utiliza-se o campo da cultura política, reunindo os clássicos do

⁴ Refere-se aos governos comandados pelo general Alfredo Stroessner, entre 1954 e 1989, que geraram um modelo de dominação política próprio.

campo de estudos (como ALMOND e VERBA, 1965 e EASTON, 1965), estudos contemporâneos (como os de DALTON, 2013 e NORRIS, 1999), junto com culturalistas latino-americanos que debatem as visões de mundo e expectativas que permeiam as sociedades latino-americanas (como BAQUERO, 2008 e RENNÓ, 1998), e culturalistas paraguaios (como ALCALÁ, 2007 e GOIRIS, 2004), buscando entender nuances específicas de uma cultura política com tradições autoritárias e não democráticas. Quanto ao domínio político, parte-se de duas visões mais gerais acerca da estrutura do domínio estatal com Weber (com os modelos de dominação e a análise da transição da tradição para a modernidade) e Gramsci (hegemonia e a centralidade do projeto político ou da liderança). Mas para entender a realidade paraguaia, analisa-se o fenômeno do caudilhismo com a teoria do caudilhismo contemporâneo (especialmente com GOLDMAN e SALVATORE, 1998), e o regime democrático paraguaio a partir das teorias da transição democrática e da qualidade da democracia, abrangendo as particularidades do modelo de dominação paraguaio, contextualizando-o em relação aos fenômenos e processos ocorridos no nível regional latino-americano.

Apresenta-se também uma discussão teórico-conceitual sobre a estrutura econômico-social paraguaia, pois é a partir de interesses apresentados nessa esfera que a estrutura do modelo de dominação, o Estado, será pressionado para solucionar as demandas da população. A estrutura econômico-social foi analisada a partir do campo da economia política, principalmente com a teoria da dependência (estruturalista ou reformista) para entender o modelo agroexportador predominante nas relações capitalistas do Paraguai com o exterior, influenciando nas relações econômico-sociais internas. Não obstante, estudos de economia política paraguaia serão essenciais para entender a construção do modelo econômico paraguaio, especialmente na recente urbanização precária (BOZZOLASCO, 2013) e o processo de êxodo rural e “estrangeirização” rural paraguaia (GLAUSER, 2009).

Reconhecendo que a estrutura governamental do modelo de dominação responde, por um lado, às percepções e valores da cultura política e, por outro lado, às demandas e interesses advindos das elites e massas, a união das três esferas foi efetuada a partir do modelo circular do sistema político de Easton (1965), juntando-se com uma interpretação da avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996), em perspectiva mais geral, e do círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007), na perspectiva mais específica do caso paraguaio. Não efetuou-se a mesma utilização da avaliação do desempenho institucional que é proposta por Putnam (1996), mas sim a sua concepção de pressão dos interesses da população sobre a estrutura governamental, e como as respostas do governo a essas demandas vão influenciar na

percepção que a população tem sobre seu governo, vinculando-se com o modelo de Easton de *inputs e outputs*, visando a permanência do sistema político com o suporte da população.

A junção das perspectivas de Easton (1965), Putnam (1996) e Mendonça (2007) com a qualidade da democracia e as esferas da cultura política e do modelo de dominação vai dar origem ao marco analítico usado no estudo de caso aqui proposto: o círculo vicioso da precarização democrática, que caracterizou a construção de democracia paraguaia onde a FG se insere. Este é um modelo que responde à precarização democrática que marcou a democratização, combinando uma estrutura governamental do modelo de dominação débil que tem dificuldade para responder as demandas da população, resultando na permanência da desconfiança da população com relação à estrutura governamental e seus dirigentes (BOURSCHEID e GONZÁLEZ, 2019).

O estudo do caso paraguaio torna-se ainda mais desafiante, no sentido de ser um modelo de dominação política tradicionalmente marcado pelo autoritarismo e onde a democracia representa um fenômeno recente em sua história política. Por isso são analisados cientistas sociais paraguaios que trabalham com a democracia paraguaia e seus desafios para conseguir o desenvolvimento institucional e responder as demandas cidadãos, logrando a representatividade do regime democrático liberal-representativo que possibilite seu fortalecimento, através da consolidação de uma percepção positiva do indivíduo e das organizações de indivíduos ante o regime democrático, consolidando a legitimidade do sistema democrático e fortalecendo a democracia ante uma população historicamente convivendo com as investidas do autoritarismo em sua cultura política e na estrutura governamental.

Portanto, o trabalho inicia com a apresentação das esferas essenciais para compreender a dinâmica histórica paraguaia: primeiro os padrões de comportamento estipulados a partir da cultura política, influenciando na institucionalização do modelo de domínio político, para manter estavelmente a dominação, representando uma resposta em última instância à base material que gera os interesses da sociedade, com a estrutura econômico-social. Essas três esferas serão apresentadas teórica e conceitualmente no primeiro capítulo, discutindo-as e apresentando os principais conceitos que se relacionam com elas e estabelecendo as categorias analíticas e indicadores que serão utilizados na sequência do trabalho.

No segundo capítulo é feita uma análise da evolução histórica das três esferas no caso paraguaio, desde a finalização da Guerra da Tríplice Aliança (em 1870) até a atualidade. Isso permitirá a construção do panorama analítico sobre a política, a economia e a sociedade

paraguiaia para, a partir disso, ser analisada a possibilidade de mudança da cultura política e do modelo de dominação, por meio da atuação da FG. Os principais conceitos estabelecidos no primeiro capítulo serão unidos com a análise do segundo capítulo para constituir os indicadores das categorias analíticas no caso da política tradicional paraguiaia, para então ser avaliada a relação da FG com estas categorias.

No terceiro capítulo apresenta-se a estrutura interna da FG, sua origem e evolução, os princípios afirmados em seus documentos, sua relação com a proposta alternativa bem como com a política tradicional. A política de alianças será analisada para observar a possibilidade e capacidade de rompimento com as estruturas políticas tradicionais. Ademais, são analisados e avaliados os resultados eleitorais da FG, para posicioná-la diante da estrutura governamental do modelo de dominação e das escolhas eleitorais da população. Examina-se em que medida a atuação da FG conseguiu influenciar nas categorias analíticas relativas à cultura política tradicional, assim como nas categorias analíticas relativas ao modelo de dominação tradicional.

O quarto capítulo, por sua vez, realiza a análise específica da FG como proposta alternativa ao coloradismo-liberalismo. Aqui será feita a análise de conteúdo e a análise de discurso das entrevistas, visando a visualização da ideologia dos representantes, o projeto político-ideológico, os fundamentos da liderança política, e como é possível inserir a FG em relação à apresentação das esferas centrais do estudo. Também serão observadas as linhas gerais do projeto político-ideológico da FG, se a retórica apresentada por suas lideranças vincula-se com a sua atuação no modelo de dominação política paraguaio.

A partir desses elementos, a FG é examinada em suas possibilidades de superação da política tradicional paraguiaia, se realmente representou uma alteração das esferas que tenha lançado as bases para um movimento de modificação da cultura política e do modelo de dominação política no Paraguai. Analisa-se, enfim, se a FG representa uma mudança, qual o grau de tal mudança (adaptação conjuntural ou mudança estrutural), ou se representa a continuidade da apresentação tradicional das esferas.

CAPÍTULO 1

MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Para realizar uma análise ampliada dos fenômenos e processos que interferem na compreensão do objeto de estudo da tese, utilizando da metodologia do estudo de caso, é preciso estabelecer um marco teórico-conceitual para embasar a análise. E como o estudo de caso possibilita estabelecer múltiplas perspectivas teórico-conceituais para auxiliar na compreensão do caso paraguaio, parte-se da discussão de alguns conceitos e elementos fundamentais para estudar cada uma das esferas centrais da tese.

Inicia-se com a apresentação e discussão de um modelo teórico-analítico que fornece uma base para compreender a relação entre as esferas centrais do estudo, a partir de Easton (1965), entendendo como um sistema político atua visando a sua permanência. Com a análise do modelo circular do sistema político de Easton (1965), parte-se para a discussão sobre a cultura política para entender a relação dos valores sustentados por uma população e a estrutura do regime político que embasa as relações de poder. Finaliza-se a primeira seção com o modelo de Putnam (1996) sobre a percepção do desempenho institucional do sistema político, relacionando-se com a proposta teórico-analítica de Easton (1965).

Na segunda seção a discussão conceitual centra-se na esfera da estrutura do sistema político em si, a esfera do domínio político, que será embasada em duas interpretações centrais (Weber e Gramsci), partindo para a discussão sobre a personalização da dominação com a teoria contemporânea do caudilhismo, passando para as discussões sobre o regime democrático em si, sob a perspectiva de uma democracia recente como a paraguaia, com as teorias de transição e da qualidade da democracia.

E a última seção ingressa na discussão da estrutura econômico-social, partindo do campo teórico da economia política para entender a inserção do Paraguai no sistema mundial capitalista, os problemas históricos que perpassam a realidade dos países latino-americanos, bem como a realidade paraguaia, influenciando nos interesses e demandas apresentadas pela população que pressionarão a estrutura governamental do modelo de dominação e fomentarão o comportamento positivo ou negativo da população em relação à estrutura governamental, quer dizer, o suporte da população ao sistema político (na perspectiva de EASTON, 1965).

A partir dos elementos teórico-conceituais apresentados é estabelecida a relação entre as esferas e quais serão as categorias analíticas utilizadas para o estudo de caso, tanto para

analisar a estrutura atual do modelo de dominação dos partidos tradicionais no Paraguai quanto para as possibilidades de alteração da estrutura tradicional com a atuação da FG.

1.1 O modelo circular do sistema político

Em sua teoria para a análise política Easton (1965) fornece um mapa teórico-conceitual que abarca as preocupações suscitadas por esta tese. Quando Easton (1965) analisa as pressões sofridas pelo sistema político, o autor compreende que é importante analisar tais pressões pois em qualquer sistema político os seus representantes têm como objetivo primordial e prioritário a sua sobrevivência e a sua manutenção em tal posição. Essas pressões influenciarão na dinâmica de mudanças e adaptações que o sistema deverá adequar-se para existir.

As pressões sobre o sistema são de duas ordens: as relativas ao próprio sistema, o seu interior, as relações políticas entre os representantes do sistema delimitadas pelas regras aceitas entre eles; e as relativas ao ambiente que são externas ao sistema político em sentido restrito, referindo-se às pressões econômicas, sociais, culturais (EASTON, 1965). Embora o sistema político possa subsistir sem sofrer alterações na estrutura interna, as mudanças e transformações que ocorrem na economia e na sociedade pressionam o sistema com novos interesses, demandas e valores que pressionarão o sistema político a adaptar-se a essa nova realidade.

Neste sentido, Easton (1965: 144-145) apresenta alguns exemplos de mudanças econômico-sociais que comumente são utilizados para referir-se a novos desafios para os sistemas políticos, como por exemplo: as novas formações nacionais; redistribuição de populações em centros urbanos que vão tornando-se tensos e superpovoados; a formação de elites cultas fundadas nos ideais civilizatórios ocidentais; a lenta e gradual penetração dos ideais civilizatórios nas populações nativas; a mudança econômica e dos valores consequentes, de uma economia de subsistência para uma economia monetária. Em alguma medida os exemplos apresentados por Easton (1965) vinculam-se com as preocupações surgidas no interesse de compreender o objeto de estudo desta tese.

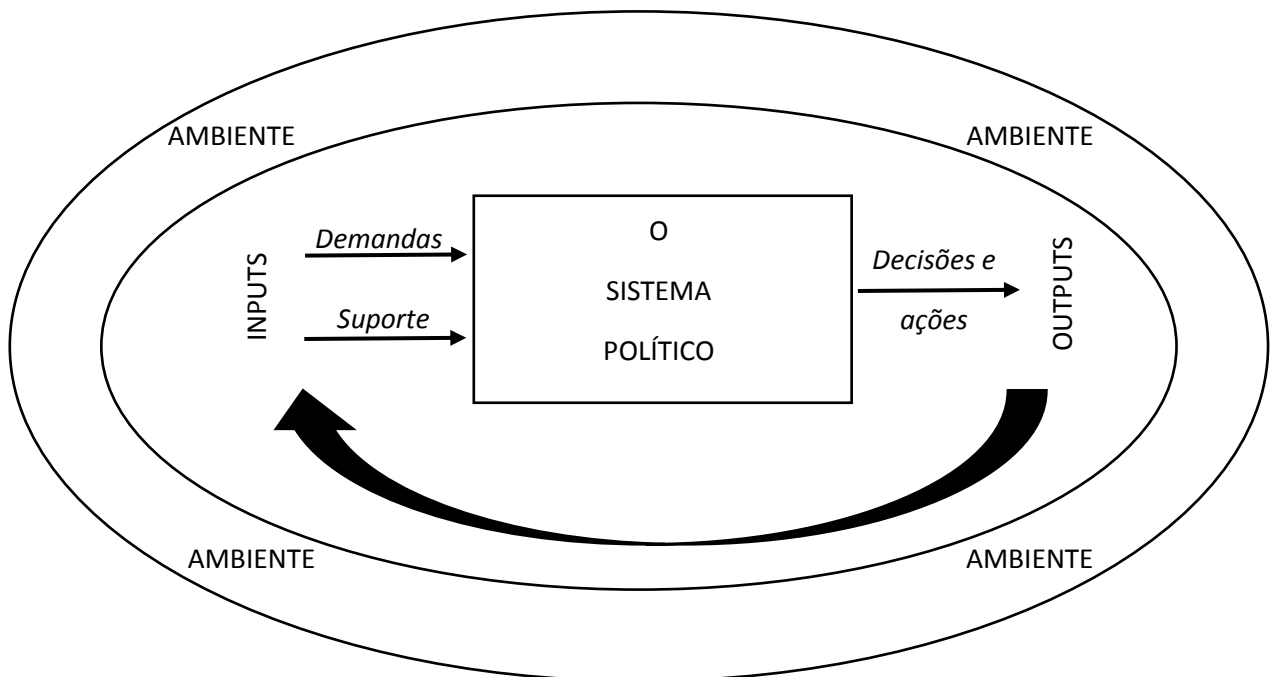
Os interesses e valores sustentados pela população (*inputs*) juntam-se aos interesses e valores dos representantes do sistema político gerando a dinâmica de demandas (*inputs*) e respostas (*outputs*) que o sistema político sustenta para subsistir e permanecer existindo estavelmente, cujas respostas visam a manter o suporte da população ao sistema político, que pode ser relacionado com as perspectivas da legitimidade da ordem (que será analisada na sequência a partir de Weber), do consenso hegemônico (que será analisado a partir de Gramsci)

e do suporte cidadão à democracia representativa (que será analisado através da cultura política e da qualidade da democracia). As propostas teórico-analíticas de Easton (1965) abrangem as esferas que serão estipuladas ao final deste capítulo para analisar o objeto de estudo da tese.

São dois modelos analíticos principais apresentados por Easton (1965) para conseguir analisar a relação de *inputs* e *outputs* no sistema político: o modelo dinâmico de respostas do sistema político, que possui algumas dificuldades para a análise científica, pois considera apenas algumas necessidades mínimas para a manutenção do sistema político e tem o limite analítico de buscar abranger a ampla complexidade de interesses envolvidos no processo político, econômico, social e cultural; e o modelo circular do sistema político, que inclui a perspectiva dinâmica de demandas e respostas (*inputs* e *outputs*), mas se insere em uma perspectiva de retroalimentação, de interrelação de demandas e respostas permeadas pelo ambiente econômico-social de onde as demandas são suscitadas.

Para os objetivos propostos nesta tese, o modelo circular do sistema político fornece uma base teórico-conceitual interessante para iniciar a discussão da relação entre as esferas centrais estabelecidas para a análise. O modelo circular do sistema político de Easton (1965) pode ser apresentado a partir da seguinte figura:

Figura 1. O modelo circular do sistema político



Fonte: Easton (1965: 154).

No modelo de Easton (1965) as relações entre a população e o sistema político, bem como as relações internas do sistema político estão envolvidas pelo ambiente econômico-social. Os interesses e valores criados a partir das dinâmicas econômico-sociais originarão os *inputs*, as demandas que a população (elites e massas) apresentam ao sistema político, junto com o seu suporte à permanência do regime. O suporte da população ao sistema é importante na medida em que legitima a ordem estabelecida (na perspectiva weberiana) e mantém o consenso sobre a sua subsistência (na perspectiva gramsciana), sendo que para Easton (1965) este elemento converteu-se em fundamental para os regimes democráticos contemporâneos, pois referem-se à aceitação das regras do jogo e não buscar-se formas alternativas para solucionar as demandas.

As demandas e o suporte da população (*inputs*) chegam ao interior do sistema político onde as relações de forças entre os atores políticos delimitarão quais demandas são prioritárias, mas necessitando dar soluções mínimas às demandas para manter o suporte da população ao sistema político. O sistema político fornece decisões e ações (*outputs*) que levam em conta os *inputs* da população, bem como as relações internas do próprio sistema político. E as respostas do sistema político serão avaliadas pela população na medida em que atendem aos seus interesses e valores, de modo que quanto mais os *outputs* se aproximam dos *inputs*, mais o processo fomenta a confiança no sistema político, mais a população vai manter o seu suporte.

A discussão está centrada na forma como um sistema político consegue persistir ante as mudanças que ocorrem fora dos seus limites, considerando que o sistema político não está imune, protegido ou desvinculado das dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais que se desenvolvem fora de seus limites. Esta é a concepção que fundamenta a base teórico-conceitual aqui utilizada e cujos elementos analíticos serão delimitados ao longo deste capítulo.

Na sequência será realizada a discussão teórico-conceitual sobre a cultura política e sua relação com as outras duas esferas do estudo, o modelo de dominação (o sistema político, no modelo de EASTON, 1965) e a estrutura econômico-social (o ambiente, no modelo de EASTON, 1965). Após a discussão sobre a cultura política, encerra-se a discussão da esfera com a percepção que a população tem em relação às respostas que o sistema político dá às suas demandas, uma avaliação do desempenho governamental.

1.2 Cultura política

A primeira esfera central para a análise do caso paraguaio é a da cultura política. Aqui é buscado estabelecer alguns apontamentos teórico-conceituais que permitam entender a

relação entre o conjunto de valores de uma determinada população e a institucionalização das relações de dominação política (que será analisada mais detidamente na segunda seção deste capítulo). Esse conjunto de valores influencia na conformação de grupos de interesse que socializam as demandas individualizadas e pressionam a estrutura governamental do modelo de dominação para responder as suas demandas.

Adentrando no campo teórico da cultura política, que foi organizado por Almond e Verba (1965), observa-se que a estabilidade dos regimes políticos se vincula diretamente com a coerência entre a cultura política da população e as instituições que embasam o regime. Para Easton (1965), o suporte do regime democrático deve estar presente em distintos níveis, abarcando elementos concretos e abstratos que compõem o sistema político. É preciso considerar que uma das características mais relevantes dos regimes democráticos contemporâneos está na dependência do apoio cidadão para manter-se e efetivamente funcionar.

Segundo Dalton (2013) e Norris (1999) o êxito do regime político é vinculado em grande medida com a capacidade de resposta do regime às demandas cidadãs. Geralmente também é aceito que a competição eleitoral é um componente essencial. Portanto, deve se esperar que em sistemas multipartidários os cidadãos tenham valores democráticos mais fortes que os vistos naqueles sistemas onde um partido domina o cenário político.

Isso ocorre porque a cultura política é inicialmente considerada como o conjunto de orientações subjetivas de determinada população, incluindo-se os conhecimentos, crenças, sentimentos, compromissos e valores políticos (KUSCHNIR e PIQUET CARNEIRO, 1999). São as projeções e percepções que determinada população tem em relação ao seu modelo de dominação política, em relação ao seu sistema político (no modelo de EASTON, 1965).

No entanto, deve ser observado que a cultura política não é algo imóvel, estático, mas sim é um elemento dinâmico que interage com outros elementos do modelo de dominação e também da estrutura econômico-social (como apreciado na seção anterior). A cultura política é uma constante dinâmica dual entre tradição e adaptabilidade, reconhecendo a possibilidade de mudança cultural (RENNÓ, 1998). Tradição e adaptabilidade são utilizadas de acordo com as exigências do contexto de dominação, buscando dar-lhe legitimidade.

Como o modelo de dominação não está afastado da estrutura econômico-social, inclusive sendo um reflexo dela (cujos elementos teórico-conceituais serão debatidos na última seção deste capítulo), há uma relação íntima entre a economia e a cultura política, onde o grau

de satisfação com o nível de vida acaba influenciando na satisfação com o regime político (RENNÓ, 1998). Além disso, a institucionalização dos mecanismos de extração de recursos e das relações laborais reflete no processo de institucionalização do modelo de dominação, pois a estruturação das relações econômicas auxilia na confiança institucional do modelo de dominação, como pode ser analisado a partir da questão do clientelismo (que será examinada na sequência e cuja relação entre as esferas será realizada ao final do capítulo). Em última instância, a estrutura econômico-social também auxilia a moldar as instituições do regime, basicamente fomentando o surgimento das demandas individuais que serão convertidas em grupos de interesse por meio da socialização, e as respostas institucionais visando a satisfação dessas demandas é o que permitirá a manutenção da confiança no regime e, por conseguinte, a manutenção estável do próprio regime.

Deste modo, considera-se que o conteúdo específico de cada cultura política contribui para prever o desempenho de cidadãos e instituições no cenário político. Os atores são guiados por certos valores e crenças que embasam o regime político, pois o regime político busca manter-se estavelmente com os menores custos, buscando adequar o modelo de dominação aos elementos centrais presentes nas concepções coletivas. É com esse processo que gera-se a confiança institucional que mantém a utilização das instituições para alcançar as demandas sustentadas pelos distintos grupos de interesse da população.

Em suma, a concepção de cultura política utilizada nesta tese considera a caracterização dos valores distribuídos por uma população e os modos como esse conjunto de orientações subjetivas afeta a ação política dos cidadãos e o funcionamento de todo o sistema político. É uma relação entre os elementos estruturais (desenvolvidos historicamente) e conjunturais (relativos aos contextos específicos). É uma relação entre grupos políticos (que organizam as demandas individuais) e instituições (que sustentam o modelo de dominação).

O campo de estudos da cultura política surgiu da desilusão com as premissas iluministas e liberais, a base do institucionalismo que era a abordagem predominante na ciência política, criticando a normatividade das análises centradas na formalidade institucional e preterindo o conteúdo das relações políticas. A cultura política passou a usar uma abordagem metodológica específica, os *surveys*, que busca quantificar elementos imateriais (relativos aos valores de uma população), possibilitando testes empíricos e comparações globais (RENNÓ, 1998).

Partindo de uma análise da relação entre o nível macro (grandes populações, como as nacionais) e nível micro (populações mais restritas como as locais, as associações de interesses)

da cultura política é possível ver como se dá a construção da cultura política nacional, e como as instituições nacionais conseguem responder a multiplicidade de culturas políticas locais gerando a confiança da população nas instituições. Além disso, deve considerar-se que as preferências de uma população são ensinadas e criadas, principalmente a partir da socialização no interior das instituições e associações da sociedade civil, de modo que a relação da cultura política com a estrutura do sistema político é complexa. Por tudo isso, a cultura política é marcada pela flexibilidade conceitual, por uma multidisciplinariedade para entender as relações dos valores da população com a estrutura do modelo de dominação.

Por mais que os estudos busquem compreender as culturas políticas nacionais, é reconhecido que na relação de cultura política e comportamento político há uma diferenciação de elites e massas, sendo que uma mesma cultura política se manifesta com distintas nuances na população, por vezes de modos mais sofisticados para as elites e mais superficiais para as massas, dependendo dos mecanismos de socialização empreendidos para a difusão dos valores. Os valores da população estão diretamente ligados ao comportamento político que tal população apresentará diante das relações políticas (RANINCHESKI e CASTRO, 2012). Como o conteúdo específico de cada cultura política contribui para prever o desempenho de cidadãos e instituições no cenário político, considera-se que os atores são guiados por certos valores e crenças que dão base para o regime político, e em última instância influenciam na representatividade e legitimidade do regime (DALTON, 2013). Essa diferenciação de cultura política de elites e de massas apenas reproduz as desigualdades e a hierarquização social analisada a partir do conceito de marginalidade (como poderá ser depreendido dos estudos de GERMANI, 1980 e QUIJANO, 1971 que serão analisados na próxima seção).

Contudo, o estudo da cultura política pode gerar um problema de choque cultural, uma tentativa de padronização cultural apreciando um determinado tipo de cultura política como sendo um tipo ideal a ser alcançado, estabelecendo um padrão cultural necessário para a estruturação de uma determinada forma de regime político. Essa forma de análise aponta para a propensão de determinadas culturas para determinadas formas de regime político. Essa foi inclusive uma das principais críticas aos estudos clássicos de cultura política.

Por exemplo, no estudo de Almond e Verba (1965) os autores apresentam três tipos clássicos de cultura política: 1) a cultura política paroquial, visualizada em sociedades simples, sem instituições estritamente políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas; 2) a cultura política de sujeição, quando os indivíduos dirigem suas

orientações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar respostas às demandas individuais ou coletivas; e 3) a cultura política da participação, vista quando as orientações são equilibradamente distribuídas entre as estruturas de demandas e de respostas institucionais.

Para superar esse problema de tipificação faz-se necessário adotar uma postura de racionalidade cultural, analisando a caracterização dos valores distribuídos por uma população e as maneiras como esse conjunto de orientações subjetivas afeta a ação política do cidadão e o funcionamento de todo o sistema político. Não há um tipo ideal, visualizam-se distintas possibilidades de cultura política democrática ou não democrática, reconhecendo que as mudanças culturais são possíveis. Analisa-se a relação entre elementos estruturais e conjunturais, e o cálculo de custos e benefícios é feito com base nas possibilidades culturais, somados aos interesses econômicos (como no modelo de EASTON, 1965). O principal definidor da racionalidade da ação individual reside no contexto mais amplo de inserção do indivíduo, que varia de acordo com as particularidades da sociedade analisada (KUSCHNIR e PIQUET CARNEIRO, 1999).

Assim, as análises de cultura política levam em conta alguns elementos centrais como: a relação entre os níveis macro e micro, entre culturas nacionais e culturas locais; a relação da cultura política com o regime político constituído; o papel desempenhado pela socialização na conformação dos padrões de cultura política mais macro; a relação entre elementos estruturais e conjunturais, sejam eles materiais ou imateriais; a possibilidade de mudança na cultura política; o estudo de culturas políticas nacionais específicas e a possibilidade de comparações mais globais entre distintas culturas políticas nacionais.

Adentrando no estudo das instituições construídas a partir da cultura política da população, entende-se que em sociedades complexas cada indivíduo, na medida que participa de diferentes tipos de instituições da sociedade civil (família, classe, associação de interesse, partidos políticos, escola, igreja, etc.), estaria exposto a distintas formas de socialização que podem ser congruentes ou não entre si. Quanto maior a congruência dos distintos subsistemas culturais maior a estabilidade política e, por outro lado, quanto maior a incongruência menor a legitimidade e estabilidade do regime (BAQUERO, 2008). Isso está relacionado à capacidade do regime representar distintas expectativas em seu interior, mantendo a confiança dos submetidos e o suporte da população ao sistema político (EASTON, 1965).

As dimensões básicas para o estudo compreendem a orientação da população com relação aos objetos políticos, são orientações cognitivas, afetivas e de avaliação. Essas orientações se dirigem para um objeto político que em sua apreciação conjunta constitui o sistema político como uma totalidade, com as estruturas de incorporação das demandas individuais e coletivas (*inputs*) e as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas (*outputs*) (como no modelo de EASTON, 1965). E todo estudo parte da percepção do sujeito como ator político, cujas demandas pressionam o sistema político (BAQUERO, 2008). Há que se compreender como as demandas dos sujeitos conseguem tornar-se coletivas pressionando a estrutura governamental para a sua solução, criando os grupos de interesse que pressionam a estrutura governamental (como será visualizado na próxima seção com o modelo de PUTNAM, 1996).

Considerando a relação entre a cultura política e o regime democrático, a preocupação está na adesão aos valores democráticos por parte da população como uma forma de dificultar retrocessos autoritários, pois a cultura política representa um elemento mais estável no longo prazo do que as instituições (e seu caráter internamente democrático) (BAQUERO, 2008). Considera-se, portanto, que diferentes formas de cultura política levam a diferentes formas de regime democrático e isso não é uma questão de adequar-se ao tipo ideal de um determinado padrão cultural, mas sim é uma questão de avaliar a qualidade da democracia presente em um determinado sistema político que rege uma determinada população (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2010). Uma cultura política democrática permite aprofundar a legitimidade e a representatividade do regime democrático, enraizando-o nos padrões de comportamento e nas formas de atuação política dos distintos atores individuais e coletivos.

Ainda há de se compreender a relação das identidades com o discurso hegemônico, ou seja, o papel da socialização na construção de identidades individuais. Isso torna-se importante pelas pressões coletivas das instituições, visando construir um determinado padrão cultural hegemônico que incide nas identidades individuais e interfere na pluralidade das identidades de forma negativa. Neste sentido, é relevante o papel da mídia na construção do discurso hegemônico, principalmente pela adaptação do discurso hegemônico para os distintos grupos sociais. A grande questão a ser analisada refere-se aos conflitos entre as identidades individuais e as visões coletivas, relacionando-se com as tensões na dualidade entre pluralismo e subordinação com seus efeitos nas identidades. E é reconhecido que ocorre a utilização do discurso hegemônico no autoritarismo e na democracia, visando a construção de uma cultura política nacional (RANINCHESKI e CASTRO, 2012).

Não obstante a concepção mais geral das teorias culturalistas, quando se analisa o caso de uma cultura política específica, como a paraguaia, é preciso entender alguns fenômenos que perpassam a realidade mais geral dos países latino-americanos (assim como será efetuado no caso da estrutura econômico-social, compreendendo as características comuns e as específicas), que permitem entender padrões de cultura política latino-americana cujos fenômenos se apresentam de forma mais ou menos perceptível de acordo com o caso para posteriormente entender a conformação da cultura política específica do caso estudado.

Um fenômeno que caracteriza a cultura política latino-americana ao longo da história é o caudilhismo (como observado a partir das impressões de ALBERDI, 2001 quando analisava a realidade latino-americana do século XIX), mas este fenômeno será analisado mais pontualmente na próxima seção (quando se discute a esfera da dominação política), sendo que este fenômeno está relacionado com o personalismo, o clientelismo e o autoritarismo que serão analisados na sequência e cujas vinculações com o caudilhismo serão observadas ao final do capítulo. Consiste em uma resposta da estrutura do modelo de dominação aos padrões culturais observados na população e às relações político-sociais que construíram-se ao longo do tempo.

O clientelismo consiste na relação patrão-cliente que é uma relação vertical. É uma ligação pessoal hierárquica, cuja diferenciação entre patrão e cliente se dá a partir da riqueza, do poder e do *status*. Na relação clientelista o cliente busca proteção política e econômica, enquanto o patrão busca mão de obra, serviços subsidiários e lealdade. Mas para manter-se estavelmente e funcionar, o clientelismo deve ser uma relação de reciprocidade onde ambos os atores solucionam suas demandas, um por “direitos mínimos” e o outro por lealdade (TELLES, 2015). Quando isso não ocorre abre-se o espaço para o cliente buscar outro patrão que afirme e demonstre poder fornecer os “direitos mínimos”, ou abre-se o espaço para que o patrão estabeleça alguma punição ao cliente (como a cobrança de dívidas, a restrição do fornecimento de benefícios, chegando até a expulsão de sua rede clientelista).

E o clientelismo se tornou um fenômeno importante para entender a cultura política latino-americana pois relaciona-se com a socialização local, onde as redes de clientelismo fazem que a lealdade dos clientes seja ao patrão e não às instituições. Ou seja, o que padroniza o comportamento dos clientes é a relação com o patrão (TELLES, 2015), sua confiança está no patrão por ser reconhecido como o único capaz de atender as demandas do cliente (devido à concentração de recursos). O patrão personaliza e concentra a capacidade de *outputs* que o sistema político deveria ter no modelo de Easton (1965).

Analisando e conceituando a permanência do clientelismo nos sistemas democráticos, Setrini (2011: 331) considera o clientelismo como um conjunto de relações de troca entre grupos, onde *“los votos u otros tipos de apoyo partidista de los clientes se intercambian por beneficios materiales privados, divisibles y apropiables proporcionados por los patronos”*. O clientelismo consiste, então, em uma relação na qual os recursos públicos são distribuídos de forma personalista para os indivíduos ou grupos de clientes em troca do seu apoio político.

Neste sentido, o padrão clientelista deve acessar de modo seguro um conjunto de recursos econômicos que possa distribuir de forma personalista. E esse conjunto de recursos é acessado a partir da estrutura governamental. Portanto, se investe pouco na criação e no investimento em bens públicos, coletivos, em direitos, mantendo o espaço para a distribuição subjetiva por parte do padrão. E isso é possível em sociedades desiguais onde determinados grupos são excluídos da distribuição de benefícios para que outros grupos possam ser beneficiados, em troca de sua lealdade. Setrini (2011) também afirma que as redes clientelistas podem se adaptar, de acordo com as mudanças no interior do sistema político ou aos novos interesses apresentados pelo ambiente econômico-social (como no modelo de EASTON, 1965).

Este é o conceito de clientelismo usado nesta tese, como uma característica da política tradicional, canalizando a confiança da base da hierarquia social em pessoas (patrões) e não em instituições. São os patrões que conseguem responder às necessidades mínimas dos clientes que solicitam proteção aos patrões e não à estrutura governamental do modelo de dominação. Contudo, isso não impede que os patrões se insiram na estrutura governamental e a usem para dar maior eficácia às suas redes clientelistas. O caráter fundamental do conceito está na relação pessoal entre padrão e cliente, ou seja, embora utilizando a estrutura governamental para responder as demandas, a lealdade dos clientes será ao padrão e não à estrutura governamental, porque a confiança é posta no padrão, o suporte é à submissão ao padrão e não ao sistema político.

Um segundo elemento importante para entender a cultura política na América Latina é o militarismo. Ao se debater a relação civil-militar, considerando o impacto de tais relações para as relações políticas, dois cenários possíveis da influência do militarismo são a militarização da política e a politização das Forças Armadas. No primeiro cenário a violência política se converte em estratégia básica de atuação e a organização militar (sua hierarquia, suas táticas, seu modo de atuação) pauta a organização da política. E no segundo cenário os grupos políticos se inserem no interior das Forças Armadas, os militares passam a reproduzir os

interesses dos grupos políticos e os militares tornam-se atores políticos que participam da arena política (SERRANO, 2010).

O militarismo se tornou um fenômeno importante para a cultura política latino-americana pois os militares lograram converter-se, ao longo do tempo, em uma espécie de poder moderador capaz de estabilizar os conflitos entre os grupos sociais. Isso ocorreu devido ao papel desempenhado pelos militares na construção dos Estados latino-americanos, representando parcela considerável dos insurgentes libertadores em relação à Coroa Espanhola no século XIX. Como os militares representam uma forma de institucionalização do domínio político e dão estabilidade para a estrutura estatal é possível apreciar a natureza política das Forças Armadas latino-americanas (DONGHI, 1975).

Contudo, foi durante o século XX que os militares definitivamente ingressaram na política latino-americana. O papel político desempenhado pelos militares advém de uma autodesignação de papéis e objetivos, sendo que os principais são: ser a força estabilizadora, pois é considerado como o poder moderador da sociedade e detentor dos meios coercitivos legítimos; ser o árbitro supra social, por pretensamente incorporar os ideais nacionais e não de grupos de interesse; atuar como instituição protetora da Constituição, também relacionada com a noção de incorporar os ideais nacionais que embasariam a legislação que rege as relações sociais; constituir-se em vigilante do desenvolvimento nacional, principalmente a partir da instalação do Estado nacional-desenvolvimentista, buscando dar uma nova imagem pública da instituição militar como base fundamental para ativar o desenvolvimento econômico (RIVAS NIETO e RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 2010).

A atuação política dos militares no século XX deixou como legado o intervencionismo com as missões estabilizadoras, quando os militares assumiam o controle do poder político visando a estabilização das relações políticas e garantir a realização dos papéis e objetivos supracitados – o que se entende como a estruturação e instrumentalização dos projetos militares. Esse intervencionismo foi baseado em revoluções desde cima (topo/base), feitas nos quartéis e pelos quartéis, exigindo ou não a participação do restante da sociedade. A manifestação do apoio da sociedade ao projeto militar não era uma pauta fundamental, embora acontecesse em parcela considerável dos casos (DONGHI, 1975), gerando efeitos mais profundos na cultura política quando a sociedade civil foi usada para legitimar o projeto político-militar.

E a partir das transições democráticas do final do século XX passou-se a debater sobre o papel dos militares nas transições, onde existem figuras militares que mantêm seu poder

político, principalmente pela herança dos exércitos políticos criados durante a atuação política das Forças Armadas (nos cenários de politização das Forças Armadas e militarização da política).

No cenário das transições democráticas, Kruijt e Koonings (2002) apresentam três tipos ideais das relações cívico-militares nas democracias latino-americanas contemporâneas: 1) “retorno aos quartéis”, ocorrendo a institucionalização consolidada e exitosa dos governos civis e, como consequência, a profissionalização das Forças Armadas que afasta os militares do cenário político; 2) “democracia blindada”, observando-se a preservação das ambições intervencionistas dos militares, possibilitada pela manutenção do espaço dado pela capacidade institucional (ainda incipiente); e 3) “homens fortes cívico-militares”, quando existe uma aliança cívico-militar que sustenta um regime político autoritário e plebiscitário, cujo braço forte são as instituições armadas. A análise dos casos dependeria da capacidade de institucionalização dos regimes democráticos, por um lado, e das ambições políticas das lideranças civis e militares, por outro lado.

O conceito de militarismo utilizado na tese centra-se nas duas manifestações principais do militarismo na América Latina: a politização das Forças Armadas e a militarização da política. Ambas manifestações do militarismo referem-se às características do modelo tradicional de cultura e dominação na América Latina, e mais especificamente no Paraguai. Dizem respeito à construção da política como um espaço combativo, com o maniqueísmo das forças em disputa pelo controle do modelo de dominação, com a retórica do enfrentamento e da subordinação à estrutura governamental que seria o elemento capaz de manter a ordem pública e social.

A grande dificuldade reside na relação das Forças Armadas com as agrupações civis para conseguir estruturar o modelo de dominação, resultando em distintas formas de resposta à dinâmica da militarização da política e politização das Forças Armadas (que serão apresentadas e analisadas no próximo capítulo com os exemplos vivenciados no Paraguai). Aqui é ressaltada a importância do militarismo na cultura política fomentando a retórica da subordinação à autoridade, mas principalmente com a construção da retórica centrada no enfrentamento, no embate, além de posicionar a manutenção da ordem pública e social como base essencial para a sociedade, legitimando a estrutura do modelo de dominação.

Outro elemento que historicamente constitui a cultura política latino-americana – e que possui uma relevância ainda maior no caso paraguaio, como será analisado no próximo capítulo

– é o autoritarismo. O autoritarismo fundamenta-se em uma relação entre Estado e sociedade civil baseada na submissão à autoridade (elemento comum em relação ao militarismo), considerando-se que a autoridade possui capacidades que a população não possui, e justamente por isso o controle das relações políticas deveria centrar-se na autoridade. A autoridade constitui-se em um poder moderador externo aos interesses dos grupos da população, por isso possui também um poder discricionário, derivado de suas capacidades distintas e do caráter externo aos grupos de interesse. A autoridade é apreciada como uma entidade com atuação em prol da coletividade e não de interesses específicos (DONGHI, 1975).

Para que o autoritarismo exista e funcione é necessária a existência da subordinação da sociedade civil à estrutura governamental, pois a atuação da sociedade civil desestabilizaria a estrutura governamental, pressionando-a por respostas para os mais distintos interesses presentes no seu interior (como depreende-se do modelo de EASTON, 1965). Mas é preciso ter atenção na análise do autoritarismo, porque não é um fenômeno que prescinde das instituições. Em alguns casos do autoritarismo latino-americano as instituições são utilizadas e instrumentalizadas pela autoridade, comumente com o enfraquecimento institucional, ou seja, a alteração ou manutenção das instituições desde que respondendo as necessidades do exercício do poder discricionário da autoridade. As instituições são mantidas para fornecer legitimidade e legalidade aos atos e ações do governo, mas são subvertidas para permitir a atuação de modo discricionário por parte do poder autoritário. E é através das instituições permeadas pelo autoritarismo que se constrói a ideologia autoritária que se mantém na cultura política da população (ALCALÁ, 2007).

Para Goiris (2004) esta é uma característica marcante na história política paraguaia, resultando em um elemento recorrente na cultura política. Por conviver com o autoritarismo por longos períodos, pela instrumentalização do autoritarismo nas instituições da estrutura governamental, tornou-se uma necessidade da política paraguaia: uma autoridade que consiga manter estavelmente a estrutura do modelo de dominação, uma autoridade que apazigue as tensões sociais. Se for necessária a supressão de direitos e liberdades da sociedade para que a autoridade possa estabilizar os conflitos sociais, esse fenômeno é aceito pela sociedade que se subordina à autoridade que postula-se como capaz de resolver o impasse conflituoso. Consiste em uma cessão de direitos e liberdades em prol da estabilização das tensões e conflitos sociais.

É desta forma que se trabalha o conceito de autoritarismo utilizado na tese, resultando em uma característica da política tradicional paraguaia. Refere-se aos elementos da

subordinação à autoridade, na crença de que a autoridade possa acalmar as tensões sociais, pois a autoridade está acima dos interesses em disputa. Relaciona-se com o militarismo na construção da retórica sobre a necessidade de ordem pública e social que é respondida pela autoridade constituída. A legitimação da estrutura governamental reside na sua capacidade de superar e suprimir a dinâmica das tensões sociais, embora necessitando da subordinação da sociedade civil aos seus desígnios. E por fim, deve se apontar que o autoritarismo pode se manifestar com duas formas de estruturação do modelo de dominação: ou a institucionalização, com a construção de um projeto político fundado no autoritarismo e na busca pela sua inserção na estrutura governamental do modelo de dominação, mantendo-a e adaptando-a às suas necessidades; ou a personalização, com a ascensão de uma liderança capaz de posicionar-se como moderadora das tensões sociais e que receba a confiança da população para atuar de acordo com os seus interesses, que estão acima dos interesses em disputa na sociedade.

Outro elemento que auxilia a criar a noção de coletividade na América Latina é o nacionalismo. A partir do Estado é definida e difundida uma noção oficial de nação, nacionalidade e nacionalismo, é um nacionalismo oficial. Isso ocorre no caso latino-americano devido à formação distinta do Estado (em relação ao caso europeu, por exemplo). O nacionalismo é uma construção social que visa a legitimação da estrutura estatal. No caso latino-americano construiu-se primeiro o Estado com as independências das coroas europeias, para a partir de sua estrutura governamental difundir-se a noção da nacionalidade e construir o sentimento nacional, em parcela considerável dos casos (DONGHI, 1975).

Isso não quer dizer que não houvessem identidades protonacionais durante o período colonial, senão que essas identidades foram superadas pela dinâmica da nova divisão territorial a partir das independências e que a partir disso se criaram as identidades nacionais difundidas à população. Considera-se que o processo de independência constitui o marco inicial para a construção das nações latino-americanas, e partindo desse marco a história oficial passa a construir o ideário nacional. Os heróis da independência tornam-se os “pais da pátria”, os “libertadores”, e essa noção da libertação em relação às coroas europeias torna-se central para a noção de nação dos latino-americanos (DONGHI, 1975).

Portanto, considera-se aqui que o nacionalismo latino-americano surge como um elemento para legitimar a estrutura do modelo de dominação, uma noção oficial difundida pela estrutura governamental para conseguir colocar-se como legítima defensora dos interesses coletivos. A partir da socialização, especialmente por meio das escolas, da imprensa

empresarial e da Igreja, a ideia da nação passa a ser incorporada pela população, passa a fazer parte de sua cultura política. É preciso acrescentar que no caso paraguaio a ideia do nacionalismo passa a ser central para os partidos tradicionais e constitui uma característica fundamental da cultura política e do modelo de dominação tradicional.

Ademais, é uma solução para crises de representatividade, porque postula a existência de interesses coletivos acima dos individuais, a necessidade de realizar sacrifícios individuais em prol da coletividade. A nação necessita dos sacrifícios individuais, o que fomenta a submissão da população em relação à estrutura estatal. É uma noção construída e divulgada de cima para baixo, consistindo em uma forma de criar uma ideologia coletiva que apazigue as tensões e conflitos sociais (MOLINA, 2005). O ideal nacional seria o elemento legitimador da ordem, seria o suporte da população ao sistema político, mas nesse caso seria estabelecido pelo próprio sistema político e conseguiria inculcar o valor do nacionalismo na população, convertendo-o também em *input* para o sistema – a necessidade de manutenção da retórica nacionalista por parte dos principais atores políticos para manter o suporte da população (considerando-se o modelo circular do sistema político de EASTON, 1965).

De tal modo, nesta tese o conceito de nacionalismo que será utilizado refere-se à construção de uma ideia oficial sobre a nação repassada para a população por distintos aparelhos oficiais e da sociedade civil, gerando um elemento de legitimação da estrutura governamental. A ideia de uma instituição ou uma liderança que encarne os ideais mais supremos da nação, e por isso consiga estar acima dos embates entre interesses individuais e de grupos, gera a legitimidade da estrutura governamental. O conceito de nacionalismo é outro elemento da política tradicional paraguaia e está vinculado com o militarismo e o autoritarismo, desde que a estrutura governamental instrumentalize e difunda alguma retórica nacionalista que consiga gerar a subordinação da sociedade civil à sua autoridade.

Um quinto elemento da cultura política latino-americana consiste na religiosidade. Esse é um elemento que fez parte da própria construção das populações latino-americanas pós-colonização, pois a religião representava uma forma de controlar os conflitos e tensões, doutrinando as populações para a submissão à autoridade. O impacto mais profundo da religiosidade refere-se à própria cultura política e a socialização dos séculos anteriores (LEVINE, 2006). Criou-se uma mentalidade de subordinação e conformismo (o “reino dos céus” superará os problemas “mundanos”) que possui uma influência importante para o conservadorismo latino-americano (DONGHI, 1975).

Não obstante a importância histórica da religiosidade, no período contemporâneo é possível ver uma alteração na relação da religiosidade com a sociedade. Um dos principais fenômenos a se ter em conta é o fim do monopólio religioso que historicamente concentrava-se na Igreja Católica, sendo visto cada vez mais um pluralismo de igrejas e pregadores individuais. Também visualiza-se a participação dos partidos religiosos na política, embora não consigam canalizar o potencial religioso, mas cujas bancadas já representam importantes grupos no interior dos parlamentos. De tal modo, a relação entre religião e política não é mais puramente interinstitucional, pois a sociedade civil se tornou o terreno fundamental devido à própria característica da religião de possuir um impacto que fica cada vez mais incorporado nas culturas políticas, na criação de crenças e valores comuns (LEVINE, 2006). Uma das formas de observar isso reside na avaliação de confiança institucional, em um cenário de desconfiança institucional as igrejas seguem sendo uma instituição relativamente bem avaliada.

Ademais, as igrejas influenciam nas pautas do debate político, aliando-se aos projetos político-ideológicos que se aproximam dos interesses e dos valores sustentados pelas instituições e comunidades religiosas. É uma forma de influência observada historicamente, mas que contemporaneamente tornou-se fundamental, com a Igreja sendo uma instituição legitimadora de discursos político-ideológicos alinhados aos seus discursos internos.

O conceito de religiosidade utilizado na tese refere-se à utilização da estrutura religiosa para a socialização da subordinação à autoridade, considerando que os adeptos às estruturas religiosas devem seguir os preceitos religiosos para guiar sua vida espiritual e os preceitos da autoridade constituída para guiar sua vida social. A religiosidade torna-se um elemento importante para legitimar a autoridade, influenciando nas decisões políticas de seus adeptos e adentrando nos cálculos de poder das forças políticas. É outro elemento fundamental que constitui a cultura política paraguaia e auxilia a legitimar a estrutura tradicional do modelo de dominação, relacionando-se com o autoritarismo e o nacionalismo no que diz respeito à submissão à autoridade, sendo que a Igreja atua como uma instituição da sociedade civil para controlar e apaziguar as tensões e conflitos sociais.

Por fim, como consequência dos outros cinco elementos considerados na análise da cultura política latino-americana, um último elemento importante para a análise é a relação entre desigualdade e incapacidade institucional. Essa conjugação de elementos acaba por diminuir a confiança da população na estrutura estatal, por não conseguir responder as demandas da população (BAQUERO, 2008; BAQUERO, 2010), o que guarda relação com o

suporte da população ao sistema político estabelecido no modelo circular do sistema político de Easton (1965). O problema reside na desilusão com as expectativas criadas na transição de que o regime democrático – a mudança de regime – poderia solucionar alguns dos problemas históricos que marcam as principais demandas da população. Com isso, em momentos de crise (que são recorrentes) é aberto o espaço para soluções de força.

Na América Latina a coexistência da democracia com altas taxas de desigualdade e concentração de recursos fomenta a percepção de que o governo é para poucos. Neste sentido, melhorar a qualidade da democracia implica reduzir as desigualdades, pois quando as instituições não resolvem as demandas abrem espaço para outros atores e outras formas de solução das demandas (ABENTE, 2012; BAQUERO, 2008; BAQUERO, 2010; DUARTE, 2015; MUNCK, 2003; MUNCK, 2010). Esse espaço pode ser completado pelas relações clientelistas (no caso da busca por proteção política e econômica), personalistas (confiando mais nos indivíduos do que nas instituições) e caudilhistas (submetendo-se aos homens fortes da política que possam responder suas demandas), pois os padrões clientelistas e os chefes caudilhos concentram os recursos que a população demanda e as instituições são incapazes de fornecer, unindo-se à histórica desconfiança da população em suas instituições, resultando em um cenário favorável para as relações personalistas e clientelistas.

O debate sobre a desconfiança institucional será ampliado na próxima seção quando serão analisadas as teorias sobre o processo de democratização, abrindo espaço para a discussão da debilidade institucional dos regimes latino-americanos.

O conceito de desconfiança institucional utilizado na tese está inserido no modelo circular do sistema político de Easton (1965) (analisado na primeira seção), bem como no modelo de avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996) (que será analisado na sequência) e é uma característica fundamental da política tradicional paraguaia. A partir da desconfiança institucional constrói-se um processo de círculo vicioso de precarização institucional, é um processo marcado pela construção conjuntural da estrutura institucional ao longo do tempo, permitindo a subversão momentânea para possibilitar a solução de demandas imediatas. Mas isso só pode ser realizado pois existe um espaço na cultura e nas percepções políticas da população para a precarização. Consiste no processo iniciado a partir da construção histórica da debilidade institucional, influenciando no pouco investimento na institucionalidade durante o processo de democratização, resultando em baixa capacidade de resposta do Estado às demandas da população que passa a sustentar um comportamento negativo e abrindo espaço

para a subversão das instituições democráticas. Estes são elementos que constituem o modelo do círculo vicioso da precarização democrática que será estabelecido ao final do capítulo.

A desconfiança institucional abre espaço para a relação clientelista que substitui o Estado na solução das demandas dos clientes. A desconfiança institucional abre espaço para a ascensão do elemento militar na política, bem como para o autoritarismo e o nacionalismo, pois possibilita a supressão de direitos individuais e coletivos sustentados pela institucionalidade, desde que esse processo possa resolver demandas que a estrutura governamental não conseguia.

O conceito de desconfiança institucional diz respeito ao suporte da população em relação ao seu sistema político (no modelo de EASTON, 1965), refere-se ao modo como a população avalia os *outputs* fornecidos pelo sistema político, e é uma avaliação influenciada pelos valores sustentados por essa população (a esfera da cultura política) e pelos seus interesses (a esfera da estrutura econômico-social). A análise dessa avaliação pode ser delimitada a partir do modelo de avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996), cujos elementos analíticos que serão utilizados na tese são apresentados na sequência.

1.2.1 Avaliação do desempenho governamental

Analisando a relação entre as demandas da população e as respostas governamentais, Putnam (1996) estabelece um modelo analítico de governança. No modelo de Putnam (1996) o ponto inicial são as demandas sociais que são sustentadas pela população. Essas demandas vão sendo socializadas com a interação política (como a ocorrida em associações de interesses, em organizações representativas), gerando grupos de interesse que pressionam o governo pela resolução das demandas que sustentam. A terceira etapa do modelo é a chegada da demanda ao governo, que terá maior influência quanto maior for a capacidade de pressão do grupo que possui a demanda. Com o acolhimento da demanda pelo governo passa-se a trabalhar em uma opção de política a ser tomada, estabelecendo o modo como a demanda será ou não atendida pelo governo. Com a estratégia adotada pelo governo para gerar uma política que responda à demanda chega-se à última etapa, que é a da implementação.

Neste sentido, Putnam (1996) ingressa na discussão sobre o papel das instituições na política. São duas principais linhas de pensamento elencadas pelo autor: primeiro, aquela linha que afirma que as instituições moldam a política, ou seja, a base normativa estabelecida pelas instituições rege as relações políticas; e a segunda linha afirma que as instituições são moldadas

pela história e de tal modo os fatos do passado influenciam nas opções do presente, e os atos tomados no presente influenciarão nas opções do futuro.

Das duas visões surgem três paradigmas teóricos sobre a constituição das instituições, sobre a origem das instituições e como elas se relacionam com a política. O primeiro paradigma é o do institucionalismo e neoinstitucionalismo, considerando que a boa instituição depende dela mesma, da instituição, não de fatores externos. O foco das análises desse paradigma está na própria engenharia institucional, ou seja, a análise interna do sistema político (de acordo com o modelo teórico de EASTON, 1965). O segundo paradigma é o da teoria da modernização, entendendo que o desempenho das instituições sofre influência das variáveis socioeconômicas. Para ser democrática uma sociedade deve atender à pré-requisitos socioeconômicos que seriam alcançados através da modernização. Atendendo aos pré-requisitos socioeconômicos seria possível atender demandas mínimas da população. Este paradigma será trabalhado mais detidamente no final da próxima seção, especialmente com as análises de Bendix (1996), Inglehart (2005), Inglehart e Welzel (2009) e Dülmer, Inglehart e Welzel (2015).

E o terceiro paradigma apresentado por Putnam (1996) é o que foca seus estudos em fatores culturais, na perspectiva das teorias culturalistas, considerando que as interações sociais, os fatores culturais influenciam no desenvolvimento institucional. Este é o paradigma fundamental que está sendo analisado ao longo desta seção.

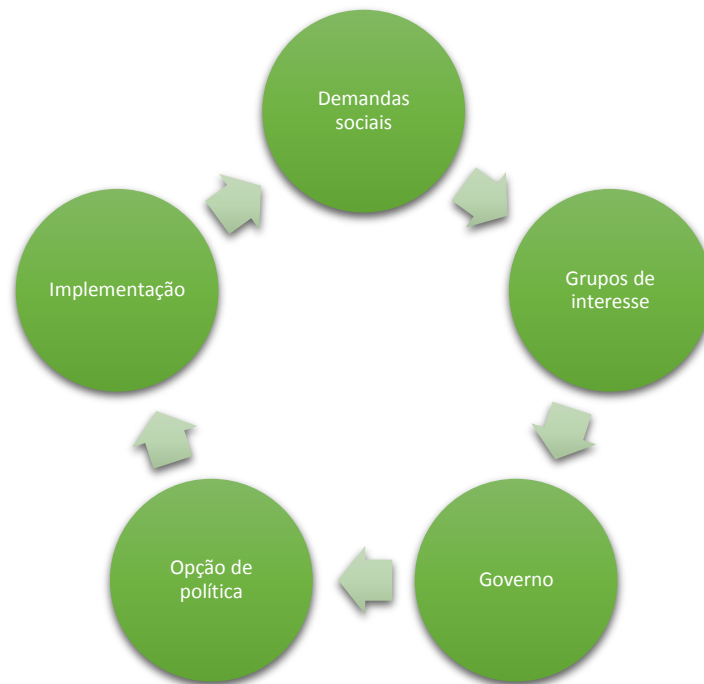
Putnam (1996) considera, então, que uma visão conjunta dos fatores culturais com a análise interna das instituições seria uma interpretação importante para entender as relações entre instituições e política. O ponto inicial para a construção de um bom modelo de governança seria a constituição de uma comunidade cívica, uma análise fundamentalmente cultural, apreciando ser necessário existir cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público em um ambiente marcado por relações políticas estáveis, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração.

A avaliação do desempenho institucional busca dimensionar a capacidade de responder as demandas da sociedade. Essa avaliação parte da compreensão de que existe uma multiplicidade de demandas presentes na sociedade, uma pluralidade de interesses que pressionam as instituições, ou seja, distintos *inputs* que pressionam o sistema político (EASTON, 1965). Uma solução apresentada por Putnam (1996) para responder a essa multiplicidade de interesses é a descentralização do poder com a delegação de funções ao nível regional, local, tornando as instituições mais próximas da população, mais representativas dos

interesses mais imediatos da população. Em suma, a avaliação consiste em definir como o Estado responde as demandas da população.

O esquema teórico da avaliação do desempenho institucional de Putnam (1996), com suas cinco etapas para a implementação de políticas governamentais, pode ser sintetizado com a seguinte figura:

Figura 2. Modelo de avaliação do desempenho institucional



Fonte: Elaboração própria com base em Putnam (1996).

O esquema teórico de Putnam (1996) considera que as tradições cívicas são fundamentais para o bom desempenho institucional, pois as tradições cívicas geram a confiança e colaboração mútua e conseqüentemente a aceitação das regras do jogo. A comunidade cívica torna-se central, o civismo é fundamental para a eficiência estatal e para fomentar o desenvolvimento econômico. Nesta concepção a democracia é mais aprofundada e mais durável quanto maior é a tradição cívica. Na relação entre Estado-democracia-economia, o elemento primordial para avaliar o desempenho das instituições mantendo o regime político de forma estável é o civismo, gerando a confiança e a aceitação das normas coletivas que conseguem gerir o fluxo de demandas da sociedade e respostas do Estado.

Portanto, o marco teórico estabelecido por Putnam (1996) busca dar resposta aos dilemas da ação coletiva, tentando entender como resolver problemas que são coletivos. A resposta positiva advém de um capital social positivo, avaliando o modo como as tradições

cívicas (relações sociais) são utilizadas para o desenvolvimento da sociedade. Quanto maior for o capital social, maior a confiança da população nas instituições. Confiando nas instituições, a população passa a colaborar com o desenvolvimento institucional e isso vai possibilitar estabelecer as normas que regem a sociedade, dando estabilidade e previsibilidade às relações políticas se manterá o suporte da população ao sistema político (de acordo com o modelo de EASTON, 1965).

Por outro lado, quando se observa a existência de um capital social negativo o resultado seria a desconfiança em relação às instituições. E quando a população retira sua confiança das instituições coletivas isso abre espaço para o individualismo, buscando uma resposta imediata à demanda. E se cada indivíduo busca uma solução individual às suas demandas o resultado final seria o caos, com o descumprimento de regras e leis para que se possa responder as demandas que cada um possui (PUTNAM, 1996).

De tal modo, Putnam (1996) estabelece quatro requisitos de desempenho institucional para serem avaliados: 1) a abrangência, avaliando o papel do Estado na sociedade; 2) a coerência interna, com os indicadores de multidimensionalidade, ou seja, a avaliação dos critérios para todas as demandas em níveis igualitários; 3) a confiança e estabilidade, uma avaliação da durabilidade das instituições; e 4) a correspondência entre objetivos e critérios dos protagonistas e membros da instituição, uma análise de coesão interna, ou seja, avaliando se topo e base da pirâmide social têm objetivos e critérios correspondentes.

Com a junção da análise sobre os valores, as demandas e o suporte de uma população ao sistema político encerra-se o debate sobre a primeira esfera central da tese. Com isso é possível estabelecer um quadro geral dos conceitos relacionados à cultura política tradicional na América Latina e especialmente no Paraguai, os principais autores utilizados para debater os conceitos, como eles se relacionam entre si e quais as respostas que o modelo de dominação (o sistema político no modelo de EASTON, 1965, ou a estrutura governamental no modelo de PUTNAM, 1996) pode dar às dinâmicas de cada um dos conceitos, apresentando esse panorama da seguinte forma:

Quadro 1. Principais conceitos da esfera de cultura política

Conceito	Autores utilizados	Conceitos relacionados
Clientelismo	Telles (2015)	Desconfiança institucional
Militarismo	Serrano (2010) Donghi (1975) Rivas Nieto e Rodríguez Fernández (2010) Kruijt e Koonings (2002)	Autoritarismo Nacionalismo Desconfiança institucional
Autoritarismo	Alcalá (2007) Donghi (1975) Goiris (2004)	Militarismo Nacionalismo Religiosidade Desconfiança institucional
Nacionalismo	Donghi (1975) Molina (2005)	Militarismo Autoritarismo Religiosidade Desconfiança institucional
Religiosidade	Donghi (1975) Levine (2006)	Autoritarismo Nacionalismo
Desconfiança institucional	Abente (2012) Baquero (2008) Baquero (2010) Duarte (2015) Munck (2003) Munck (2010) Putnam (1996)	Clientelismo Militarismo Autoritarismo Nacionalismo

Fonte: Elaboração própria.

A aplicação desses conceitos para o estudo do Paraguai será apreciada de duas formas: de modo quantitativo e de modo qualitativo. A análise quantitativa será efetuada a partir de estatística descritiva, apresentando e analisando os indicadores na série histórica apresentada pelo Latinobarômetro. Os indicadores quantitativos para os conceitos da esfera de cultura política são apresentados por meio do seguinte quadro:

Quadro 2. Indicadores quantitativos para os conceitos de cultura política

Conceito	Indicador	Fonte
Militarismo	Confiança nas Forças Armadas	Latinobarômetro
Autoritarismo	Percepção “ordem x liberdade”; Apoio à democracia: aceitação de um governo autoritário	Latinobarômetro
Religiosidade	Confiança na Igreja	Latinobarômetro
Desconfiança institucional	Satisfação com a democracia; Apoio à democracia; Média da confiança nas instituições; Percepção “país para todos ou para os poderosos”	Latinobarômetro

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos indicadores qualitativos, estes serão utilizados a partir de três fontes: fontes secundárias, com obras que discutam a apresentação dos conceitos no caso paraguaio; os documentos partidários da FG; e as entrevistas com os representantes da FG. Cada conceito da esfera será analisado por meio de indicadores qualitativos com duas formas de apresentação: na política tradicional e na alternativa política. As formas de apresentação dos conceitos serão apresentadas no capítulo com a análise das entrevistas e documentos (o capítulo 4).

Tais debates abrem espaço para apreciar a segunda esfera central da tese, o modelo de dominação política que busca estruturar respostas aos conjuntos de valores sustentados pela população, bem como às demandas formadas pelos interesses econômico-sociais dos indivíduos e grupos de interesse. Na seção seguinte serão analisadas duas concepções clássicas sobre a construção do modelo de dominação: Weber e seus três modelos de dominação, bem como sua análise da transição da estrutura tradicional de dominação para a estrutura moderna, e Gramsci com sua concepção da hegemonia como método de dominação política. Na sequência são analisadas as perspectivas da construção da nação (BENDIX, 1996) e modernização (INGLEHART e WELZEL, 2009), como perspectivas adicionais inseridas nos paradigmas fundamentais sobre a estrutura institucional (conforme estabelecido por EASTON, 1965 e PUTNAM, 1996). Também é analisado o conceito de caudilhismo (clássico e o novo conceito), que constitui um fenômeno recorrente na história política latino-americana. Finaliza-se o capítulo com a discussão teórico-conceitual sobre a transição democrática e a qualidade da democracia, fornecendo a base para analisar o caso paraguaio.

1.3 Domínio político e sua legitimação

Inicia-se a discussão sobre legitimação da dominação a partir de Max Weber, cujo objetivo central aqui será analisar como as estruturas de dominação são criadas e justificadas diante dos seus submetidos. Essa análise será realizada a partir dos modelos analíticos weberianos, para posteriormente utilizá-los no estudo da estrutura de dominação existente no caso paraguaio, e em que medida ela deveria ser alterada para representar um novo modelo, discutindo-se então como a FG relaciona-se com a estrutura existente e se está propondo-se a constituir uma nova estrutura de dominação.

A principal obra que expõe e aprofunda a análise de Max Weber sobre as estruturas políticas e sociais criadas a partir dos interesses econômicos construídos ao longo do tempo é *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (COHN, 2003), cujos 2 volumes publicados pela editora da Universidade de Brasília serão utilizados aqui para

examinar como se constituem as estruturas de dominação para legitimar o controle do poder, e como tais estruturas refletem interesses econômicos sustentados por grupos e classes que apresentam-se na estrutura econômico-social.

Os volumes publicados pela Universidade de Brasília são organizados de modo que o primeiro volume da publicação dedica-se mais especificamente à apresentação dos principais conceitos da teoria sociológica, sendo que no capítulo III apresentam-se os principais tipos de dominação (WEBER, 2000). Já o segundo volume da publicação dedica-se mais ao estudo da evolução histórica das experiências empíricas que podem ser compreendidas a partir dos conceitos estabelecidos no primeiro volume, além de aprofundar a própria construção dos conceitos de acordo com as análises empíricas (WEBER, 1999a).

Como o objetivo central desta seção é examinar e debater o domínio político e sua legitimação, o estudo do aporte weberiano enfoca esses elementos, compreendendo que sua contribuição para as Ciências Sociais ultrapassa tais elementos. Em seu estudo sobre a sociologia da dominação, Weber (1999a: 188) considera a dominação em um sentido fundamental, “no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria”. A simplicidade do conceito não oculta a sua relevância para o entendimento das relações políticas e sociais. O próprio Weber afirma que a dominação “é um dos elementos mais importantes da ação social” (WEBER, 1999a: 187). Embora possam haver ações sociais que não impliquem em estruturas de dominação, “a dominação desempenha um papel considerável” (WEBER, 1999a: 187).

Mas a dominação não é apenas um fenômeno político, pois o poder também não é. A dominação possui também interesses econômicos, embora não sejam apenas esses interesses que implicam na dominação. Weber busca apreciar a dominação como um fenômeno com múltiplas variáveis que incidem em sua conceituação e em sua observação empírica. Para Cohn (2003), o sentido das ações dos agentes está diretamente relacionado com o modo como ocorre o encadeamento do processo de ação, de modo que a ação efetiva apenas tem um sentido se está direcionada para alcançar algum fim, que por sua vez foi previamente visado e estabelecido pelo agente que busca tal fim. Na concepção weberiana a ação social não é um ato isolado do agente, mas sim um processo que percorre uma sequência definida de elos significativos, onde cada um desses elos deve ser considerado pois possui uma implicação para o resultado final do processo, não existindo causas únicas para os resultados observados (COHN, 2003).

E a partir desta concepção a dominação e os interesses econômicos relacionam-se na estrutura da dominação, pois “o modo como os meios econômicos são empregados para conservar a dominação influencia, decisivamente, o caráter da estrutura de dominação” (WEBER, 1999a: 188). Weber agrega o fato que na maioria das comunidades econômicas, especialmente nas mais modernas permeadas pelo capitalismo, apresenta-se algum tipo de estrutura de sustentação que implica na dominação. Em suma, “a estrutura da dominação, por menos que sua natureza peculiar esteja univocamente ligada a determinadas formas econômicas, é quase sempre um fator relevante, em alto grau, para a economia, além de estar de alguma forma condicionada também por esta” (WEBER, 1999a: 188).

Segundo Giddens (2008), parte considerável da obra de Weber preocupava-se fundamentalmente com o desenvolvimento do capitalismo moderno e com a particularidade da organização da sociedade moderna em relação às formas anteriores de organização social. Aponta ainda que os estudos de Weber sobre a interação dos elementos políticos e econômicos permitiram a identificação de características básicas das sociedades industriais, e como essas características delimitavam novas formas de organização das comunidades políticas.

Portanto, o exercício do poder através da dominação se daria basicamente por meio de duas formas: em consequência de um conjunto de interesses; e mediante a autoridade (PAMPLONA, 2000). A análise de Pamplona sobre o pensamento weberiano da estrutura de dominação foca na segunda forma, pois para o autor “*Weber reconoce que la primera podría derivar gradualmente en la segunda, y que en ese tránsito, la constelación de intereses se convertiría en "relaciones autoritarias formalmente establecidas", hasta llegar a "socializarse en una heterocefalia del poder de mando y del aparato coactivo"*” (PAMPLONA, 2000: 190). Contudo, ao longo de sua obra Weber (1999a) considera a dificuldade de separar na análise empírica os limites das duas formas de exercício de poder, apontando para tal diferenciação como um elemento mais importante teoricamente do que em seus efeitos práticos. Aprecia-se, então, a dominação tanto como resultado de um conjunto de interesses quanto através da autoridade, de modo que a estrutura de dominação responde aos interesses econômicos e se mantém graças ao exercício da autoridade.

A dominação é entendida aqui como um cenário onde uma vontade manifesta (mandato) do dominador ou dos dominadores influencia as ações dos outros, os dominados, de modo que “estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações ('obediência')” (WEBER, 1999a:

191). É a capacidade de naturalizar o exercício do domínio político, onde a obediência ocorre porque o dominado obedece ao considerar o mandato do dominador como válido, isto é, legítimo. E é neste sentido que Weber (2000: 139-141) considera que um elemento inerente à dominação é a sua auto justificação, não necessitando ser explicitamente reforçada de forma recorrente. Faz-se necessário o estabelecimento de uma estrutura política que consiga, pela autoridade que lhe é conferida pelos dominadores e pelos dominados, manter estavelmente esta situação de desigualdade de poder.

E para conseguir manter a auto justificação da dominação deve haver alguma forma de legitimidade da dominação. Pamplona (2000: 191) afirma que Weber (1999a; 2000) não faz uma definição completa e explícita sobre o que considera como legitimidade, mas que na *“construcción de los tipos ideales de dominación se desarrolla de modo conceptual como cada tipo se circunscribe a una dominación “legítima”*. O que pode se considerar como legitimidade no pensamento de Weber (1999a; 2000) é o modo como se consegue gerar a adesão e submissão a uma determinada ordem, como essa ordem consegue se manter, auto justificando-se.

Weber (2000) considera que toda auto justificação de uma estrutura de dominação advém de princípios de legitimação, consistindo em três principais princípios de legitimação que dão validade ao poder de mando: racionalidade, tradição e carisma. O primeiro princípio valida-se em um *“sistema de regras racionais estatuídas”*, podendo ser pactuadas entre os membros da estrutura de dominação ou impostas pelos dominadores, fazendo que a submissão seja à regra e não à pessoa portadora do poder, pois é o sistema de regras que está sendo universalmente aceito como legítimo.

O segundo princípio valida-se no hábito, na tradição sagrada, em uma entrega ao extraordinário, compreendendo a imprescindibilidade de sujeitar-se a essa tradição para alcançar a salvação pessoal. E quando nem a racionalidade burocrática, tampouco a autoridade tradicionalmente fundamentada, são suficientes para conseguir validar a estrutura de dominação, surge um terceiro princípio para consegui-lo, o carisma, uma revelação atual ou a graça concedida a determinada pessoa que constitui-se em redentor, em um herói que submete os demais à sua autoridade. Não obstante a conceituação destes tipos puros de princípios de legitimação da ordem, Weber (1999a: 198) afirma que da sua *“combinação, mistura, adaptação e transformação resultam as formas que encontramos na realidade histórica”*.

A utilização da ideia de *“tipo ideal”* no pensamento weberiano consiste em elemento importante. Para Cohn (2003), o tipo ideal é um modo de formular um conceito básico para a

análise histórico-social que funciona como guia para orientar o pesquisador no estudo da realidade existente. Para Giddens (2008), estes modelos conceituais e analíticos são construídos por Weber para compreender o mundo, entendendo que na realidade empírica são raramente vistos, “muitas vezes existem apenas algumas das suas características” (GIDDENS, 2008: 14).

Os tipos ideais weberianos são construções hipotéticas que podem ser úteis – e são – para compreender as situações do mundo real a partir de comparações com os tipos ideais. Giddens (2008) afirma que os tipos ideais weberianos são “pontos de referência fixos” aos quais Weber recorre para estabelecer as características observadas nos fenômenos e estruturas que estuda empiricamente. “Consiste em enfatizar determinados traços da realidade (...) até concebê-los na sua expressão mais pura e conseqüente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis” (COHN, 2003: 8). Portanto, os tipos ideais são construções do pesquisador que fazem parte do plano das ideias, são uma formulação do pensamento para compreender os fenômenos existentes e não são os próprios fenômenos (COHN, 2003).

Retomando a análise do conceito weberiano de ordem legítima, Martínez-Ferro (2010) aponta para a noção de legitimidade como uma base fundamental para o pensamento weberiano. Neste sentido, *“por ‘orden’ se entiende una relación social que se orienta por máximas que pueden ser señaladas. Por ‘orden legítimo’ se entiende un orden válido, esto es, un orden orientado por máximas de acción que se consideran obligatorias o modelos de conducta”* (MARTÍNEZ-FERRO, 2010: 412). É importante ressaltar aqui, assim como se observa no parágrafo anterior, como se faz presente a “revelação”, a “publicidade” da ordem, de modo que para ser aceita e seguida pelos dominados a ordem deve estar evidentemente apresentada, independentemente do princípio de validade que a legitima.

Por conseguinte, a legitimidade vai representar a crença que os dominados tenham na legitimidade. *“Una relación social que se oriente por la creencia de que existe un orden legítimo, tiene el efecto práctico –nada despreciable– de asegurar con mayor efectividad empírica el acatamiento de dicho orden”* (MARTÍNEZ-FERRO, 2010: 412). É uma forma de obediência prática da ordem estabelecida, o que não impede a possibilidade de contravenções, não sendo uma ordem eterna. Com isso, *“lo que se resalta es que un orden considerado legítimo tiene mayor fuerza convocante y, por lo mismo, mayor efectividad empírica que un orden que se basa sólo en la coacción”* (MARTÍNEZ-FERRO, 2010: 412).

Aqui, como ressalta Cohn (2003), é importante considerar-se uma forma específica de relação social, que consiste naquela ação que possui um conteúdo de sentido incorporado pelos

agentes como uma regra que orienta a sua conduta, aceitando-a como legítima. Essa forma de ação é a estudada por Weber na questão da dominação, onde o conteúdo da ação é legítimo apenas quando assume uma validade aceita pelos agentes (em qualquer dos três princípios de validade). E quando se analisa o conceito de “ordem legítima” ele é importante, segundo Cohn (2003: 30), pois possibilita “operar com conceitos de referência coletiva, como Estado, Igreja e assim por diante, sem correr o risco de atribuir a essas entidades uma realidade substantiva fora das ações efetivas dos agentes, visto que só elas lhes dão vigência”.

É neste sentido que Giddens (2008) aponta para a importância das ideias e valores no pensamento weberiano, junto com os fatores econômicos implicando nos contextos que influenciarão na conformação da organização política das mais distintas comunidades, na sua estrutura da dominação. Para Giddens (2008), as ideias e as motivações dos indivíduos aparecem como forças impulsionadoras da mudança nas sociedades, consistindo em elementos fundamentais para o estudo de qualquer modelo de organização social, além de “contribuírem para moldar a sociedade e as nossas ações individuais” (GIDDENS, 2008: 14). Embora seja correta a apreciação de Giddens sobre a relevância das ideias e valores no pensamento weberiano – o que justifica a utilização desse aporte teórico-conceitual para alcançar os objetivos propostos aqui –, o posicionamento do indivíduo como o agente fundamental da ação social no pensamento de Weber possui alguns obstáculos analíticos.

Se forem analisadas as questões da auto justificação e da validade da ordem legítima em Weber, pode se apreciar como o indivíduo pode ser conduzido à aceitação da ordem. Ainda que sua aceitação provenha de seus valores e interesses, estes podem ser moldados fora do âmbito individual, incorporados e aceitos como um fenômeno íntimo, mesmo estando permeado pelo contexto mais geral do modelo de dominação. A apreciação do pensamento weberiano aqui realizada lança mão de uma posição intermediária, vinculada com as teorias de cultura política que foram examinadas na seção anterior (e paralela ao arcabouço gramsciano, que será apresentado e analisado na sequência), compreendendo que ideias e valores são sustentados no nível pessoal, mas são criados e difundidos no nível coletivo, e é na análise do modo como determinados valores e ideias em relação aos fenômenos políticos, sociais e econômicos são criados e difundidos na população (socialização) que reside a preocupação central desta tese. Mas é ressaltado, como apontado por Cohn (2003), que os fenômenos do nível coletivo só possuem relevância se são acolhidos pelo nível individual, como no caso da dominação: a estrutura de dominação apenas consegue construir uma “ordem legítima” se conseguir ter validade na apreciação dos dominados, uma questão pessoal.

Em sua análise da evolução histórica das estruturas de dominação, Weber (1999a) considera que o avanço das relações de mercado capitalistas que levou às associações monopolizadoras possibilitou a conformação de uma estrutura de dominação crescentemente racionalizada, o Estado moderno. Com isso, nas condições modernas de mercado, a “conformidade à lei” presente em cada associação política intensifica-se de tal forma que a ordem legítima instituída passa a ser considerada como a única capaz de ordenar ou admitir o uso da coerção em “conformidade com a lei”. “Em consonância com isso, para o exercício e a ameaça desta coação, existe, na comunidade política plenamente desenvolvida, um sistema de ordens casuísticas às quais se costuma atribuir aquela "legitimidade" específica: a "ordem jurídica" (WEBER, 1999a: 157). E essa ordem jurídica é criada – no Estado moderno – pela comunidade política, porque é ela quem possui a capacidade monopolista de impor, até mesmo com a coerção física, a aceitação e observação da ordem.

Enquanto nas ordens surgidas das comunidades políticas da antiguidade, as tradicionais, fundavam-se nos princípios da tradição ou do carisma, devido à pluralidade e descentralização de organismos coercitivos – sendo importantes as associações de guerreiros –, as comunidades políticas modernas buscam centralizar a capacidade de coerção para poder estabilizar as relações políticas e abrir espaço para intensificar suas ações nas relações de mercado, na extração de riquezas⁵. Junto a essa pacificação e ampliação do mercado, permitindo buscar os interesses econômicos, Weber (1999a: 161) destaca que ocorrem dois fenômenos que permitem racionalizar a estrutura de dominação: “1) aquela monopolização do emprego legítimo de violência, que culmina no conceito moderno do Estado, como fonte última de toda legitimidade de poderes físicos, e, ao mesmo tempo, 2) aquela racionalização das regras para sua aplicação, que culmina no conceito da ordem jurídica legítima”.

Esta noção de necessidade de concentração do poder político-coercitivo nas mãos do Estado racionalmente legitimado é desenvolvida por Weber tanto na obra *Economia e Sociedade* quanto na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, apontando para as estruturas racionais do direito e da administração como tendo uma importância incontestável para o êxito do capitalismo moderno em seu desenvolvimento (WEBER, 1999b). “Isto porque o moderno capitalismo racional baseia-se, não só nos meios técnicos de produção, como num

⁵ Weber (1999a) inclusive aprofunda essa diferenciação quando analisa as particularidades do Estado feudal, onde há um interesse dos senhores e príncipes feudais em centralizar seu poder para apaziguar os interesses dos vassallos, mas especialmente da burguesia emergente, visando manter sua condição de tributário do sistema econômico local. Já não se observa a mesma ação centrífuga das comunidades antigas, mas ainda não se observa a centralização definitiva alcançada com o Estado moderno e a racionalização da administração pública.

determinado sistema legal e numa administração orientada por regras formais” (WEBER, 1999b: 10). Essa administração possibilita empregar os recursos econômicos em prazos menos imediatistas, pois a estrutura de dominação racionalizada pelo Estado moderno reduz o temor da instabilidade da posse sobre os recursos econômicos, seja externamente – com invasões de outras comunidades políticas –, seja internamente – com o saque ou outras formas de posse coercitiva sobre os recursos.

Examinando essa diferenciação da legitimidade das estruturas de dominação modernas e tradicionais em Weber, Giddens (2008) considera que Weber acreditava que os indivíduos estavam afastando-se das crenças tradicionais, supersticiosas, religiosas, baseadas nos costumes e hábitos enraizados e passados ao longo de gerações, e passavam crescentemente a envolver suas decisões em cálculos racionais e instrumentais que baseavam-se em considerações sobre a eficiência e as consequências futuras, de acordo com seus interesses. Segundo Giddens (2008), a racionalidade e o processo de racionalização moderna são duas das contribuições mais significativas da obra de Weber. E para Cohn (2003), um ponto central da obra de Weber está na análise da mudança das estruturas tradicionais para as modernas, fundamentalmente o processo de modernização e como tal processo acarreta características específicas advindas dos fenômenos políticos, sociais e econômicos, criando uma justificação própria e inovadora em relação às comunidades políticas tradicionais: a racionalidade burocrática.

Weber está apresentando, nesta análise da estrutura de dominação moderna baseada na burocracia racional, o entrelaçamento da esfera da dominação (autoridade legítima) com a esfera da economia (interesses econômicos das relações de mercado). Quanto mais racionalmente estruturada se torna a estrutura de dominação mais empenhados em seus interesses econômicos os distintos grupos e classes podem enfocar. Mas para ocorrer essa centralização do poder político e da coerção, é preciso que essa ordem seja legitimamente validada, que ela gere adesão tanto dos dominadores (que deixem de lado as estruturas de dominação locais) quanto, principalmente, dos dominados (que devem aceitar a ordem como válida e universal, para não se rebelarem contra ela).

Contudo, Weber reconhece que as questões centrais sobre quais interesses cada Estado, em cada situação particular das mais diversas comunidades políticas, deverá tomar conta estão sujeitas a mudanças de acordo com o contexto histórico e com a forma como se construiu a estrutura de dominação do Estado em questão. Segundo Cohn (2003), o papel da comparação no pensamento weberiano não está relacionado com a busca pela observação do que seja

comum às configurações históricas, mas sim permite apontar as características peculiares a cada uma delas, que além de ser comparadas entre si, são comparadas em relação aos tipos ideais.

Ocorre uma relação dinâmica entre os interesses da administração pública e das pretensões privadas dos indivíduos, podendo inclusive haver a coexistência em uma situação de concorrência de interesses. O que é fundamental, nesta situação, é a regulamentação da atividade de administração pública por meio do direito, para conseguir validar a atuação pública e legitimar a autoridade do administrador público (WEBER, 1999a; WEBER, 1999b).

Embora o próprio governo, a estrutura administrativa, possa criar o direito que irá regular a sua ação, em caso de não considerar-se comprometido com estes regulamentos da função pública e atuar fora dos seus limites o governo pode ser repreendido e censurado pela comunidade política por atos considerados de “arbitrariedade” (WEBER, 1999a), rompendo com a “ordem legítima” pois seu princípio de validade não foi respeitado. Há um compromisso recíproco entre a administração pública e a comunidade política, onde a comunidade aceita depositar na administração pública as funções de gestão da estrutura de dominação desde que a segunda atue dentro dos limites regulamentados pelo direito comumente aceito.

Retomando elementos analisados anteriormente, pode ser apontado que os limites para a ação governamental advêm da ordem legítima instituída na comunidade política e a legitimidade da ordem pode residir em distintos princípios (que serão analisados mais detidamente na sequência). De tal modo, Weber afirma que o Estado moderno consiste em “uma relação associativa institucional dos portadores de determinados *imperia*, selecionados segundo determinadas regras, e delimitados exteriormente por regras gerais de divisão de poderes e ainda afetados todos eles, em virtude de uma restrição estatuída dos poderes, por limitações internas da legitimidade de seu poder de mando” (WEBER, 1999a: 9).

A adesão à ordem não é imediata, mas sim uma consequência do consenso gerado para legitimar o poder. Esse consenso surge da validade atingida pela estrutura de dominação, tal qual apontado por Pamplona (2000) ao analisar o pensamento weberiano sobre a dominação, afirmando que “*la legitimidad es, entonces, una probabilidad de que los dominadores justifiquen la validez de su dominio, de tal modo que ésta puede "representarse" en el dominado no simplemente como conciencia de que el orden existente es "bueno" o "justo", sino de que tiene la fuerza suficiente como para imponérsele*” (PAMPLONA, 2000: 192). E isso seria possível com a manutenção do monopólio do uso da força nas instituições estatais, o que

reforçaria a obediência à autoridade com a possibilidade de repressão caso se desnaturalize a relação de dominação (WEBER, 1982; WEBER, 1999a; WEBER, 1999b; WEBER, 2000).

Surgem então algumas formas principais de legitimação da ordem, como os dominados aceitam a submissão à estrutura de dominação e como os dominantes abrem mão da busca individual pela dominação e passam a confiar na estrutura de dominação criada pela comunidade política. Já foram apresentados os princípios de validade da ordem legítima no pensamento weberiano, de modo que agora busca-se, a partir de Weber e de estudiosos do pensamento weberiano, listar as principais formas de legitimação da ordem para posteriormente analisar os modelos fundamentais de dominação em Weber.

Segundo Pamplona (2000), a legitimação da ordem se daria basicamente por: a) uma questão puramente íntima, individual; b) que resulta em uma legitimação puramente efetiva; c) sentimental; d) racional fundada em valores; e) pela crença na validade absoluta da dominação, sustentada por um conjunto de valores supremos derivados dos deveres; f) religiosa, devido à crença de que a obediência leva à salvação; g) pela expectativa em determinadas consequências externas, ou seja, por interesses (PAMPLONA, 2000).

Por sua vez, Martínez-Ferro (2010) apresenta as principais formas de legitimação da ordem do seguinte modo: a) pela tradição, criando a crença de que as normas sempre existiram, conseguindo naturalizar a ordem estabelecida; b) pela apreciação da ordem como exemplar ou reveladora de uma novidade, quando ela é revelada por um indivíduo extraordinário; c) pela racionalidade baseada em valores absolutos; d) pela crença religiosa, como requisito para a salvação; e) pela crença na legitimidade do modo como foi estabelecida a ordem, tanto pela existência de um pacto que estabeleceu a ordem quanto pela outorga legítima da autoridade. Segundo Martínez-Ferro (2010), no pensamento weberiano a legitimidade seria a crença mais recorrente para gerar a legitimidade da ordem.

E Cohn (2003) contribui para a análise sobre a legitimidade da dominação com o posicionamento da persistência como elemento fundamental. A ordem é legitimada quando os agentes observarem que existe uma persistência de determinadas linhas de ação que influenciam em sua tomada de decisão racional sobre suas ações. Cohn (2003: 31) afirma que essa persistência é “sempre apenas provável”. A questão aqui não está relacionada com “uma continuidade decorrente do funcionamento de um sistema social já dado, nem do exercício de um consenso geral, mas de uma persistência problemática que envolve o confronto de interesses e a possibilidade sempre presente de ruptura por abandono, pelos dominados, da crença na

legitimidade dos mandatos” (COHN, 2003: 31). Há uma necessidade contínua de legitimar a estrutura de dominação gerando a apreciação de sua necessidade tanto nos dominadores quanto nos dominados, como a forma racionalmente menos custosa de manter a estrutura de dominação que possibilite a perseguição dos interesses econômicos.

Adentrando na análise das obras de Weber, compilando seus apontamentos sobre a dominação retirados da obra *Economia e Sociedade* (WEBER, 1999a; WEBER, 2000), junto com o capítulo IV de *Ensaio de Sociologia* intitulado “A Política como Vocação”, apresenta-se uma diferenciação entre três formas de legitimação para o domínio político, utilizando-se da seguinte tipologia: domínio carismático, domínio pela legalidade e o domínio tradicional. Evidencia-se ao longo dos trabalhos que o domínio carismático se torna demasiado custoso para o líder, seja pela dificuldade de existir essa vocação política – restrita a poucas figuras políticas –, seja pelo processo de contradição com as demais formas de domínio político que não contam com o mesmo apelo popular para sua sustentação. Vale a pena lembrar que para Weber a legitimação da estrutura de dominação surge de sua auto justificação, elementos que permitirão a construção de uma “ordem legítima” (WEBER, 2000).

O domínio tradicional é um modelo marcado pela “autoridade do ‘ontem eterno’, isto é, das autoridades santificadas pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio ‘tradicional’ exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora” (WEBER, 1982: 56). É uma mescla da personalização com a institucionalização, onde a própria religiosidade possui relevância, permitindo construir a figura do governante como legítima. Portanto, Weber (2000) considera que o domínio tradicional diferencia-se dos outros dois pelo hábito, os dominados se submetem à estrutura de dominação “que tem sido assim desde sempre, tradição que prescreve obediência diante de determinadas pessoas, ou, ao contrário, pode basear-se na entrega ao extraordinário” (WEBER, 1999a: 197). A tradição e o costume criam o conjunto de valores que submete a população ao domínio dos governantes. Com isso, o domínio tradicional logra instituir-se como natural, como a forma menos custosa de manter estavelmente as relações políticas e passa a ser universalmente aceito.

A dominação tradicional insere-se nos princípios de dominação pré-burocráticos, onde a racionalidade não era o princípio de validade, mas sim os costumes e o hábito eram os elementos que possuíam centralidade. Weber (1999a) insere no âmbito do domínio tradicional a dominação patriarcal e o patrimonialismo. A validade da ordem legítima não é provida por um sistema de regras racionais e objetivas, mas sim da subjetividade do senhor que é

reconhecido como chefe da comunidade no caso do patriarcalismo e é reconhecido como príncipe patrimonial no caso do patrimonialismo. Ao chefe da comunidade é devida a obediência e a partir disso ele pode ir instituindo as regras que irão reger a comunidade de acordo com sua subjetividade, pois seu reconhecimento como liderança local lhe permite isso. O príncipe patrimonial, por sua parte, concentra recursos da comunidade e pode, então, distribuir cargos da administração comunitária que dão acesso aos recursos para uma camada senhorial, conseguindo a sua lealdade. Os dominados se submetem pois buscam a piedade, a misericórdia, a bondade e a proteção do senhor (WEBER, 1999a).

Estes elementos relacionam-se com o conceito de clientelismo apresentado previamente, especialmente o clientelismo do século XIX na América Latina. Nas formações mais contemporâneas da região o clientelismo subsiste, mas agora com características distintas, algumas das quais ainda serão detalhadas no capítulo seguinte para o caso paraguaio. O elemento de aproximação dos conceitos reside na relação de reciprocidade entre o senhor patrimonial e os dominados. Para Weber (1999a), mesmo que não haja relações associativas baseadas em contratos compromissivos, “as relações internas e externas entre o senhor e os submetidos regulam-se também neste caso exclusivamente de acordo com o interesse do senhor e com a estrutura interna da relação de poder” (WEBER, 1999a: 237). Mas não é uma relação unilateral e sim uma relação de reciprocidade que consegue instituí-la com um reconhecimento social como um “costume”, exigindo piedade (dos senhores) e lealdade (dos dominados).

Já o modelo de domínio pela legalidade é aquele garantido pela força, se necessário, legitimando-se pela institucionalidade criada para reger as relações políticas. O uso legítimo da força é restrito às instituições estatais, aceitas pela população como legítimas. Tal domínio se explica pela “fé na validade do estatuto legal e da ‘competência’ funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias” (WEBER, 1982: 56). O aparato legal é aceito como legítimo para impedir os conflitos e tensões entre os indivíduos ou grupos, é a aposta institucionalizada que fornece previsibilidade e estabilidade ao domínio político, pois aqueles que se insurgem contra a estrutura estatal do domínio político sofrem a repressão estatal, legitimada pelo aparato legal, pois é o Estado que tem o “monopólio do uso legítimo da força” (WEBER, 2000).

De tal modo, a validade do poder de mando advém de um sistema racional de regras, reconhecido universalmente como compromissório, que encontrará a obediência de quem está submetido ao sistema de regras quando a pessoa autorizada exigir (WEBER, 1999a). “Neste

caso, o portador individual do poder de mando está legitimado por aquele sistema de regras racionais, sendo seu poder legítimo, na medida em que é exercido de acordo com aquelas regras” (WEBER, 1999a: 197). A submissão não refere-se aos representantes do sistema de regras, mas sim às regras em si, pois o exercício do poder pelos representantes da estrutura de dominação necessita do mandato por parte do sistema de regras.

Este modelo de dominação está diretamente vinculado com a estrutura burocrático-racional da administração da comunidade política e, portanto, relaciona-se com os Estados modernos analisados por Weber (1999a). Por isso, a análise prévia efetuada sobre a burocracia racional pode ser consultada para uma discussão algo mais detida sobre a dominação racional.

E quanto ao modelo do domínio carismático, segundo Weber (1982) este domínio é estabelecido através da figura do líder que é reconhecido como tal pelos demais homens que não o legitimam pelo fator da tradição ou da lei, pela manutenção da continuidade da estrutura de dominação, mas sim por acreditarem nele e em sua capacidade de transformar a sociedade. O líder tem sua vida política baseada na crença própria em seus ideais e, a partir de tal fato, ele “luta pela sua obra”. “Isto significa paixão no sentido de uma objetividade, de dedicação apaixonada a uma ‘causa’, ao deus ou demônio que é o senhor” (WEBER, 1982: 80).

Em *Economia e Sociedade*, Weber (2000) aponta para o reconhecimento de capacidades extraordinárias do líder por parte dos dominados, que seguirão o líder pois houve uma revelação de suas capacidades distintas que possibilitam posicioná-lo como dominador, ou houve uma consideração de que ele recebeu uma graça que o posicionou como redentor da comunidade política. É uma crença que se arraiga na população postulando a excepcionalidade do líder carismático, cujo carisma provém justamente da socialização desta apreciação excepcional de suas capacidades. Weber (1999a) examina o carisma e mais especificamente os líderes carismáticos como “portadores de dons físicos e espirituais específicos, considerados sobrenaturais (no sentido de não serem acessíveis a todo mundo). O conceito de ‘carisma’ é usado aqui de modo inteiramente ‘isento, valorativamente’” (WEBER, 1999a: 323). O carisma do líder é basicamente uma capacidade para o êxtase heroico, que gera a legitimação de seu domínio diante dos demais indivíduos da comunidade política.

Isto posto, o líder carismático assume as tarefas que ele considera adequadas para alcançar seus objetivos e passa a exigir a obediência e adesão dos dominados em virtude da missão que ele encarna, ou seja, a validação advém da observação dos dominados de que a missão afirmada pelo líder é justa e necessária. Weber afirma então que o caso de “se as

encontra, ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante ‘provas’” (WEBER, 1999a: 324). O elemento central aqui é a missão que ele encarna, ela deve ser revelada e reconhecida como legítima pelos dominados, além da necessidade de reconhecer o líder carismático como o único capaz de cumprir a missão.

Analisando especificamente os efeitos políticos do modelo de domínio carismático, utilizam-se agora mais os estudos sobre o domínio carismático em “*A Política como vocação*” (WEBER, 1982), pois sua preocupação reside mais no apontamento das variáveis que influenciam na atuação do líder carismático do que na evolução histórica das experiências carismáticas (como em *Economia e Sociedade*). Mas os apontamentos de *Economia e Sociedade* (WEBER, 1999a; WEBER, 2000) são pertinentes para entender que o domínio carismático também não é estático, especialmente porque seu caráter essencial é a instabilidade, já que o exercício do carisma depende da “revelação” dos poderes carismáticos e o seu reconhecimento pessoal nos dominados, além da permanência da apreciação positiva sobre a missão que o líder encarna.

Weber (1982) considera que “tomar uma posição, ser apaixonado – *ira et studium* – é o elemento do político e, acima de tudo, o elemento do líder político” (WEBER, 1982: 67). A conduta do líder político submete-se a um outro princípio, distinto da racionalidade legal que define a atuação do servidor público. Segundo Weber (1982: 67), o elemento que rege a conduta do líder político é a sua honra, residindo “precisamente numa responsabilidade pessoal exclusiva pelo que ele faz, uma responsabilidade que ele não pode e não deve rejeitar ou transferir”. O líder político responde por sua conduta diante do projeto – ou missão, como utilizado em *Economia e Sociedade* – que ele mesmo encarna, porque a confiança da população foi depositada nele para lograr responder suas demandas. O líder é reconhecido como capaz de efetivar as políticas necessárias para alcançar o projeto político-ideológico e por isso os dominados submetem-se ao seu domínio.

Na comparação dos três modelos de dominação reside uma escaramuça factível de gerar conturbações nas relações entre os modelos, principalmente em relação ao domínio carismático. Segundo Weber (1982) a vaidade do líder político é a forte tentação que este tem a cometer os pecados mais capitais de sua atividade: a falta de objetividade e a irresponsabilidade. E isso gera as críticas daqueles grupos que se opõem à dominação do governante, fomentando a busca

pela instrumentalização de uma estrutura estatal estável que crie barreiras ao poder pessoal, subjetivo, como através da institucionalidade burocrático-legal.

A dificuldade do domínio carismático está no fato do líder político trabalhar “com o desejo de poder como um meio inevitável” (WEBER, 1982: 81). Neste sentido, o “instinto do poder” é uma das qualidades do líder, um fundamento para se manter no poder. Contudo, “o pecado contra esse espírito altaneiro de sua vocação, (...) começa quando esse desejo de poder deixar de ser objetivo para tornar-se uma auto-embriaguez puramente pessoal, ao invés de colocar-se exclusivamente a serviço “da causa” (WEBER, 1982: 81). Por mais que seja uma atuação personalizada, deve responder a um projeto mais amplo que possa unir a população em torno de um ideal comum. Lembrando que o líder carismático encarna esse projeto como uma missão pessoal. Weber (1999a) também lembra que o líder carismático pode perder seu carisma, caso não consiga mais ter reconhecidas suas capacidades excepcionais ante o restante da comunidade política e, neste momento, perde o princípio que validava a sua dominação.

De tal modo, Weber (1982: 81) afirma que existem apenas dois pecados mortais no campo da política: “a falta de objetividade e – com frequência idêntica a ela, mas nem sempre – a irresponsabilidade”. O líder carismático deve estar atento à atuação irresponsável, pois ela “sugere que ele gosta do poder simplesmente pelo poder sem uma finalidade substantiva” (WEBER, 1982: 81). E quando não se vê a finalidade da atuação do líder carismático, a missão, sua legitimidade desaparece e ele sofre a oposição dos dominados. O seu compromisso com a missão pessoalmente encarnada é o princípio utilizado para manter a legitimação da dominação.

Ademais, Weber (1982, p. 87) adverte que quando se considera o líder político legitimado pelo carisma e pela vocação, “tal pessoa se coloca à mercê de forças diabólicas envoltas na violência”. Weber (1982) avança no debate afirmando que o estabelecimento de qualquer tipo de justiça absoluta por meio da força e da violência necessitaria de adeptos, ou, como o próprio menciona, de uma “máquina humana”. E tudo se resume à capacidade do líder carismático conseguir personalizar um determinado projeto político que integre a população, estabilizando os conflitos e tensões sociais.

Quanto à organização social a partir do domínio carismático, Weber (1999a) afirma que embora não haja um princípio que possa impor estavelmente a ordem sobre os dominados, segundo um princípio de finalidade e meio como a racionalidade ou a tradição, isso não significa que o domínio carismático não necessite de uma mínima estruturação de sua dominação. Constrói-se “uma forma estrutural social claramente definida, com órgãos pessoais

e um aparato de serviços e bens materiais que se adaptam à missão do portador do carisma” (WEBER, 1999a: 334). Tudo se resume à missão encarnada pelo líder carismático, enquanto ele for reconhecido como portador da missão e enquanto a missão for reconhecida como a redenção da comunidade política seguirá a sujeição à tal estrutura do modelo de dominação.

Portanto, o arcabouço weberiano permite compreender teoricamente como uma estrutura de dominação consegue manter-se, legitimando o processo de dominação, com a construção de uma ordem legítima que responde a alguns princípios de validade, que interferem e são interferidas pelo campo das ideias e valores dos indivíduos que submetem-se legitimamente à estrutura de dominação, lembrando que essa apreciação da submissão pode se dar pelo exercício da autoridade ou pela sustentação de interesses individuais. Ao final desta seção do capítulo serão sumarizados os conceitos da esfera de domínio político a partir dos elementos teóricos de Max Weber.

Outro marco teórico-conceitual importante para este estudo do modelo de dominação é oferecido por Antonio Gramsci. A partir de Gramsci é possível apreciar que paralelamente à estrutura econômico-social do bloco histórico (o seu conteúdo) existem também dinâmicas desenvolvidas nas superestruturas ideológica e política, que se complementam com as dinâmicas da estrutura econômico-social, criando um amplo movimento recíproco no interior do bloco histórico. A atenção aqui está no modelo de dominação, mas para entender a análise da hegemonia em Gramsci é preciso entender como a dominação política responde aos interesses presentes na estrutura econômico-social. É desta forma que os interesses individuais, socializados com a cultura política, criam grupos de interesse que pressionam a estrutura governamental para adaptar-se e gerar a sua aceitação, a submissão à autoridade.

Todo o esquema analítico gramsciano parte de uma constatação fundamental, a de que existem realmente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. A política não se reduziria ao jogo e às lutas partidárias, mas sim à relação elementar entre governantes e governados. De tal constatação surgem duas questões: como se pode dirigir do modo mais eficaz, em função de certos fins? E como se conhecem as linhas de menor resistência ou linhas racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados? Além de ver essa divisão entre grupos sociais dominantes e dominados, ela ocorre dentro de um mesmo grupo social, ainda que este seja homogêneo (GRAMSCI, 1999), ou seja, no interior de uma coalizão de classe dominante existe um grupo social que possui o papel de liderança.

São diferenciados dois níveis de análise cruciais no pensamento gramsciano, que correspondem aos dois cenários fundamentais para a classe dirigente exercer a hegemonia na superestrutura: a sociedade civil e a sociedade política (Estado). A sociedade civil é definida como a direção intelectual e moral da sociedade, formada por uma ampla rede de organizações privadas, as associações de interesse, onde formam-se os grupos de interesse e de pressão. Por sua parte, o Estado trabalharia pela formação de uma vontade coletiva com a estruturação de um corpo social completo, buscando tornar os objetivos e as ideias do grupo dominante em valores universais, valendo-se dos aparelhos públicos de dominação política (GRAMSCI, 1999), transferindo tais valores para as organizações da sociedade civil que socializariam esses valores e legitimariam a dominação estruturada a partir dos aparatos estatais.

Neste cenário, o bloco ideológico surge como fator essencial da hegemonia através de um aspecto duplo. Por um lado, dentro do próprio bloco na medida que as lideranças da classe dirigente passam a orientar as lideranças dos outros grupos sociais. E, por outro lado, no nível mais amplo do bloco histórico permitindo que a classe dirigente possa controlar, através do bloco ideológico, outros grupos sociais. Como consequência desse duplo papel desempenhado pelo bloco ideológico sua desagregação representa a separação tanto dos intelectuais em relação à classe dirigente quanto dos grupos que eles lideram (PORTELLI, 2002).

Segundo Coutinho *apud* Liguori e Voza (2017), qualquer estudo que realmente se proponha a estudar as situações existentes dentro de uma estrutura econômico-social e em um modelo de dominação política deve efetuar um estudo das relações de força, pois são elas que permitem as análises das situações específicas. É com o estudo das relações de força que se torna possível fazer uma definição da realidade efetiva e da capacidade de exercício da dominação por parte dos grupos políticos, sendo uma realidade histórica e mutável.

Nesta visão o primeiro nível seria o das relações de forças sociais, que se trata da “base causal objetiva sobre a qual formular qualquer proposta subjetiva de intervenção teleológica” (COUTINHO *apud* LIGUORI e VOZA, 2017: 684). Esse nível seria seguido pelo das relações de forças políticas, que se refere à “relação nova e mais orgânica com o Estado”, que permite a construção do Estado integral (COUTINHO *apud* LIGUORI e VOZA, 2017: 884). O Estado seria, em última instância, um Estado de classe que visa a sua expansão universal, propondo um equilíbrio de interesses onde observa-se a prevalência da classe fundamental, desde que não se torne econômico-corporativa, isto é, preocupada apenas com seus interesses mais imediatos.

Com isso, quanto mais for ampliada a socialização da política, tornando a sociedade civil mais rica e articulada, “tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia” (COUTINHO, 1981: 76).

Esses elementos referem-se à noção liberal de representatividade do grupo dirigente, e à noção gramsciana de direção intelectual-moral, para que o projeto de sociedade da classe fundamental possa se transformar em um projeto mais amplo para a coletividade e receba o apoio dos grupos auxiliares. É desta forma que o grupo político que dirige a coalizão de classe dominante consegue ser reconhecido como dirigente e torna a mobilização dos demais grupos em favor da proposta hegemônica ou contra hegemônica.

Para Buci-Glucksmann (1979: 83), deve se observar que direção e dominação são dois elementos paralelos e congruentes, “*pero la dirección política preliminar (política de alianzas y de masas) es la condición sine qua non para el ejercicio de una dominación – dirección real – que no se limita únicamente a la fuerza material otorgada por el poder del Estado*”. São necessários elementos de atração da classe dirigente com relação às demais. Esta atração não é passiva, mas sim ativa, incluindo tanto elementos coercitivos quanto ideológicos.

Consequentemente, no aporte gramsciano, para ser estabelecido um modelo de dominação pautado pela hegemonia torna-se fundamental a aquiescência dos dominados ao projeto dominante, por meio do fator consensual, criando uma “autoconsciência” compatível com tal estruturação do poder. “*La consciencia de hacer parte de una determinada fuerza hegemónica (es decir, la consciencia política) es la primera fase de una ulterior y progresiva autoconsciencia, en la cual teoría y práctica finalmente se unifican*” (GRAMSCI, 1981b: 219).

O próprio Estado não é apenas um aparelho coercitivo, englobando também os elementos hegemônicos. A classe dominante exerce a sua dominação “não somente por meio da coação, através de seu aparelho policial, judiciário, etc., mas também por meio de sua hegemonia (dominação ideológica), pela qual ela neutraliza todo um conjunto de forças revolucionárias” (MACCIOCCHI, 1980: 129). Por conseguinte, o vínculo conformado entre a função de hegemonia com o conceito de sociedade civil redimensiona a primeira.

A concepção de Estado utilizada nesta tese reconhece que ele é uma expressão da situação econômica, vinculando a estrutura econômico-social (que será analisada na próxima seção deste capítulo) com o modelo de dominação política (que está sendo analisado na presente

seção). Liguori *apud* Liguori e Voza (2017: 261) afirma que “Gramsci acolhe, portanto, a concepção do Estado segundo a função produtiva das classes sociais”, e isso nos faz prestar atenção ao conteúdo material das relações políticas no interior do Estado. O Estado seria, ele próprio, um espaço para o conflito de classe, onde encontra-se uma constante dinâmica entre a busca pela conservação da hegemonia por parte da classe dominante e a busca pela autonomia das classes subordinadas. “Para Gramsci, uma classe é madura para se propor como hegemônica quando sabe “se unificar ao Estado” (LIGUORI *apud* LIGUORI e VOZA, 2017: 263). Por isso analisa-se aqui a capacidade de administração do Estado paraguaio por parte da FG e se realmente este grupo político se propõe a cumprir tal função.

O Estado gramsciano é um elemento de equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, gerando a concepção do Estado integral, ou Estado ampliado (na concepção de BUCI-GLUCKSMANN, 1979). Esse Estado integral gera um equilíbrio entre os aparelhos coercitivos e os aparelhos ideológicos. Os primeiros são aqueles utilizados para o exercício do governo, consistindo em canais explicitamente públicos. Já os segundos referem-se aos mecanismos da ideologia, consistindo em canais formalmente privados. A junção dos dois níveis (uma relação de equilíbrio) é o que possibilita gerar o consenso (LIGUORI *apud* LIGUORI e VOZA, 2017).

O espaço de constituição da hegemonia é a política, considerando que o grupo hegemônico é aquele que representa os interesses políticos do conjunto de grupos sociais que ele dirige. Todavia, Portantiero (1983) alerta para o fato de que se está claro que o conceito de hegemonia excede o campo econômico, também é essencial perceber que o mesmo não fica restrito ao campo da ideologia. “*La hegemonía se realiza (...) a partir de aparatos hegemónicos que articulan cada bloque, instituciones de la sociedad civil que contienen en su interior el despliegue de las relaciones de fuerza o, si se prefiere, de la lucha de clases en todos sus niveles*” (PORTANTIERO, 1983: 117).

A hegemonia é a capacidade que um grupo social tem de descobrir características específicas de uma sociedade determinada (GRUPPI, 2000). Consiste em conhecimento, além da ação, e é por isso que deve ser vista como a conquista de um novo nível de cultura, de descoberta de novos elementos que fundamentem sua atuação. Deve existir a consciência da atuação hegemônica, com as consequências que essa forma de atuação exige, reconhecendo a necessidade de adaptar os interesses e a atuação para poder receber o apoio de outros grupos.

Isto posto, utiliza-se o conceito de hegemonia como o exercício da dominação política por parte de um grupo social através de dois fatores essenciais para sua manutenção: o consenso

e a coerção. Enquanto a classe dominante logra conservar seu predomínio usando o fator consensual, aprecia-se um projeto hegemônico. O fator coercitivo é empregado apenas marginalmente para os casos desviantes. Quando a dominação se exerce com base na força, então visualiza-se o exercício de um poder ditatorial. O único caso em que o uso da força é contemplado no exercício da hegemonia é quando ela aparece apoiada pelo consenso da maioria expressado pelos chamados órgãos da opinião pública (GRAMSCI, 1981a). Entretanto, o elemento coercitivo não pode ser eliminado do exercício da hegemonia, pois reforça a autoridade por meio da capacidade de repressão, reafirmando a necessidade de legitimidade para utilizar a coerção, cabendo ao bloco de poder a capacidade de exercer a coerção, através da legalidade dos instrumentos disponíveis ao Estado (GRUPPI, 2000). É uma concepção similar à de Weber (1982; 1999a; 2000) sobre o uso legítimo da força que deve estar circunscrito no modelo de domínio estabelecido – seja pela tradição, pela lei ou pelo carisma.

O Estado não é um instrumento voluntarista de exercício de poder, possui o elemento de coerção que deve estar implícito na cultura política da sociedade que reconhece a legitimidade da centralização dos recursos coercitivos nos aparatos do Estado. Os limites para o exercício da hegemonia são delimitados pelo recurso efetivo à coerção, quanto mais se utiliza da coerção para manter o poder, menor a capacidade de continuar liderando.

A violência política surge como um elemento importante para delimitar a capacidade do grupo dirigente em sua empresa de governar os grupos subalternos, bem como para manter a coesão da coalizão de classe dominante. Quanto mais latente faz-se a sua utilização, mais se deteriora a capacidade de liderança e a autoridade do grupo dirigente. Isso quer dizer que enquanto a violência política permanece como um elemento dissuasório significa que o grupo dirigente continua possuindo os elementos necessários para liderar, ao passo que quando se lança mão da violência política para legitimar sua dominação significa que o grupo dirigente já não possui a capacidade ou a autoridade de governar, necessitando submeter os dominados ou os demais grupos sociais integrantes do bloco hegemônico por meio da força.

A ideologia é considerada como um instrumento prático para governar com domínio e hegemonia social, consistindo em “*un medio de conservación de instituciones políticas y económicas particulares*” (GRAMSCI, 1986: 131). Cada concepção particular dos grupos internos das classes que se propõe a resolver os problemas imediatos e circunstanciais poderia ser considerada como ideologia. Contudo, Gramsci (1986) ressalta que a ideologia é uma concepção do mundo que possui a capacidade de converter-se em elemento pedagógico, uma

“expansividade” para as grandes massas, pode universalizar-se e passar de uma concepção particular de um grupo social para um “sentido comum” geral para a sociedade. A partir dos organismos da sociedade civil é possível socializar a população de acordo com os ideais da ideologia dominante – como visto na seção anterior, trabalhando a esfera da cultura política.

Outro ponto relevante apontado por Gramsci (1986: 177) é o culto da tradição, *“que tiene un valor tendencioso, implica una elección y un fin determinado, o sea que es base de una ideología”*. No entanto, as ideologias devem ser vistas como elementos dinâmicos, tendo em conta que são expressões da estrutura e se modificam quando esta se modifica. Deste modo, o conceito gramsciano de ideologia refere-se à concatenação de tradição e dinamismo, um retorno frequente à tradição, não obstante, sendo imprescindível a adaptação aos movimentos da estrutura no processo de evolução do bloco histórico. A ideologia, assim como a cultura política, possui a capacidade de alterar-se pois é um elemento dinâmico.

Além disso, Gramsci (1986: 140) afirma que as ideologias surgem como a “verdadeira filosofia”, pois são as perspectivas filosóficas que conseguem levar as massas a agirem de forma concreta, transformando a realidade. *“Ellas, por lo tanto, serán el aspecto de masas de toda concepción filosófica, que en el "filósofo" adquiere características de universalidad abstracta, fuera del tiempo y del espacio, características peculiares de origen literario y antihistórico”*.

A hegemonia consiste na “capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe” (GRUPPI, 2000: 70). Um grupo social é considerado hegemônico enquanto consegue, por meio de sua atuação política, ideológica e cultural, “manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (GRUPPI, 2000: 70). A ideologia também é um espaço para legitimar a ordem constituída, porque ela possibilitará naturalizar a ordem quando for socializada através dos organismos da sociedade civil.

Os intelectuais são utilizados não somente para conseguir o apoio das massas, mas também para moldá-las ideológica e moralmente, seguindo a visão de mundo do grupo dirigente. “A “sociedade civil”, essa densa rede de instituições que vai da escola à igreja, passando pelos sindicatos, os partidos e todos os setores de atividades culturais e de especialização, não poderia funcionar sem a participação da poderosa massa dos intelectuais”

(MACCIOCCHI, 1980: 195). E é justamente na intelectualidade que tanto a sociedade política como a sociedade civil irão recrutar os seus quadros dirigentes.

Conseqüentemente, observa-se que a ideologia do grupo social dominante chega até os grupos subalternos por meio de inúmeros canais, “através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia” (GRUPPI, 2000: 68). A dominação ideológica tem como objetivo a criação de uma consciência alienada nas classes oprimidas, dissimulando as contradições inerentes à sociedade dividida em classes (MACCIOCCHI, 1980).

É neste sentido que Macciocchi (1980) postula a imperatividade da revolução na mentalidade, no âmbito da superestrutura intelectual-moral, a fim de superar a separação entre a estrutura e as superestruturas que permite às elites dominantes isolarem os efeitos das crises econômicas do campo político. Faz-se necessária a transformação da concepção de mundo dos dominados para que possam compreender os entrelaçamentos das esferas política e econômica, criando uma consciência completa do bloco histórico. Na próxima seção, quando serão realizadas as análises sobre a inserção da América Latina no sistema mundial capitalista de forma dependente será possível observar a efetivação desse elemento, fazendo que o capitalismo internacional consiga posicionar publicamente as crises como sendo conjunturais e não representando uma característica inerente ao próprio sistema capitalista.

Para Portantiero (1979: 67), o conjunto das instituições privadas agrupadas no conceito de sociedade civil consiste no cenário que protege o Estado da irrupção do elemento econômico imediato. É nestas instituições que se expressa de modo mais profundo a hegemonia do grupo dominante, mas é também nelas onde encontramos a expressão do conflito social. Com isso, “*son las instituciones de la Sociedad Civil el escenario de la lucha política de clases*”.

De tal modo, a partir das discussões gramscianas estabelecem-se os conceitos de Estado e sociedade civil para o estudo do caso paraguaio. O conceito de Estado hegemônico é considerado como a atuação do grupo político ante o bloco hegemônico, gerando a coesão da coalizão de poder, tanto administrando a coalizão de poder existente (como uma alternativa eleitoral) quanto administrando as forças alternativas e contestatórias (como uma alternativa de bloco). Os aparatos que compõem o Estado (tanto hegemônico como o contestatório) unem os elementos centrais da hegemonia: o consenso e a coerção. Esse é o conceito de Estado em Gramsci, em sua concepção do Estado integral onde o Estado hegemônico seria a representação da sociedade política, sendo sintetizado por Liguori *apud* Liguori e Voza (2017: 261-264).

E no que tange ao conceito de sociedade civil, refere-se aos aparelhos privados para exercer a hegemonia, gerando a base ideológica que dará a forma ao bloco histórico. Funciona complementar e paralelamente à sociedade política, mantendo estavelmente a direção de classe do bloco histórico. Esse conceito complementa o conceito de Estado para gerar a sua visão de Estado integral em Gramsci, sintetizado por Texier *apud* Liguori e Voza (2017: 732-735).

Com os conceitos de Estado hegemônico e de sociedade civil é possível observar a importância de se analisar o partido político no pensamento gramsciano. No interior da teoria gramsciana o partido político aparece como elemento fundamental, principalmente para a proposta contra hegemônica, pois constitui-se em um unificador da vontade coletiva. Gramsci (2000) alerta para a debilidade dos grupos sociais reivindicadores frente ao bloco histórico hegemônico, tendo em conta a incapacidade de algumas organizações políticas de se perpetuarem ao longo do tempo na luta por suas demandas, sempre e quando não possuam um grau de organização similar às instituições mais complexas e hierarquizadas, como os partidos políticos. Por isso, *“no se puede pensar en una ‘pasión’ organizada y permanente: la pasión permanente es una condición de orgasmo y de espasmo, que determina incapacidad para actuar”* (GRAMSCI, 2000: 195-196).

Isso refutaria uma visão voluntarista do pensamento de Gramsci, reconhecendo que uma consciência simplesmente em elementos emotivos não conseguirá manter-se estavelmente e contrapor a consciência dominante. É preciso alcançar a cristalização dessa paixão através de organismos (vivos e dinâmicos) que dirijam as demandas presentes nessa paixão. São esses elementos que permitem a realização de transformações orgânicas na estrutura econômico-social e no modelo de dominação política, avançando em relação às adaptações conjunturais.

Efetuada uma metáfora com a obra de Nicolau Maquiavel, Gramsci (1999) afirma que o príncipe moderno é o partido político. Sua afirmação parte da concepção de que o partido político estudado por Gramsci se propõe a fundar um novo tipo de Estado, tendo em vista que foi racional e historicamente fundado com este fim. Gruppi (2000: 74) considera que “o moderno Príncipe é para Gramsci um unificador, um grande reformador intelectual e moral. (...) É, na realidade, expressão de um processo coletivo, de uma vontade coletiva dirigida para um determinado fim político. Hoje é o partido que cria uma vontade coletiva”.

A alteração que Gramsci faz em comparação com Maquiavel é uma necessidade histórica relativa às sociedades modernas, mais complexas, onde não cabe mais a um indivíduo singular o desempenho das funções de agente da vontade coletiva, porém é um organismo

social, o partido político, que possui tal papel (COUTINHO, 1981). “Essa é uma passagem qualitativa de grande importância: do método intuitivo do chefe que interpreta as necessidades e aspirações das massas, passa-se a uma “coparticipação ativa e consciente”, a uma “compassionalidade” que Gramsci sintetiza na expressão “filologia viva” (FILIPPINI *apud* LIGUORI e VOZA, 2017: 604). É preciso lembrar que mesmo no modelo de dominação carismática de Weber o líder necessita de um projeto mais amplo que incorpore os dominados, ainda que o líder esteja acima do projeto ele deve encarnar e representar esse projeto mais amplo para a sociedade. Com isso, o líder conseguirá demonstrar aos dominados que não está agindo apenas em prol do seu auto interesse, da paixão pelo poder, mas sim como o responsável pelo cumprimento de uma determinada missão.

Gramsci (1999: 104), então, questiona-se: quando um partido se faz necessário historicamente? Imediatamente respondendo: “*Cuando las condiciones de su ‘triumfo’, de su inevitable hacerse Estado están, por lo menos, en vías de formación y dejan prever normalmente sus desarrollos ulteriores*”. De tal forma, os partidos nascem e são constituídos em organizações para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para a sua classe ou facção de classe. “*Pero no siempre saben adaptarse a las nuevas tareas y a las nuevas épocas, no siempre saben desarrollarse según la evolución de las correlaciones globales de fuerza (y, por tanto, la posición relativa de sus clases)*” (GRAMSCI, 1999: 142). Isto pois as superestruturas político-ideológicas são um elemento dinâmico no interior do bloco histórico e essa dinâmica está inserida no contexto das relações de força.

Neste sentido, apresentam-se duas formas de partido: o partido de elites, constituído por uma elite de homens cultos que têm a função de dirigir desde o ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins; e o partido de massas, que como massas não têm outra função política que a da fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (GRAMSCI, 1999).

De modo similar, Togliatti (1980) ressalta ser preciso lograr a construção de um “partido novo”, fundamentalmente de massa, que possa atrair a intelectualidade de vanguarda, os operários e os camponeses. Assim, se conformaria um partido que conseguisse conter todas as forças e capacidades necessárias para dirigir as grandes massas operárias e camponesas na luta pela conquista do poder. O partido se conformaria em uma força dirigente, no “intelectual coletivo que dirige a luta pela conquista do poder e se serve do poder político para organizar uma nova sociedade” (TOGLIATTI, 1980: 179). O partido é “o unificador da teoria e da

prática” (GRUPPI, 2000: 73), unindo consciência e atuação política, definindo a possibilidade de mudanças nas relações de força.

O partido é um elemento imprescindível para exercer a hegemonia. Segundo Gruppi (2000), não é possível considerar-se a hegemonia de uma classe sem a existência do partido. É ele que consegue unificar a ação e o pensamento fornecendo a visão do conjunto. Buci-Glucksmann (1979) destaca o caráter de “soldadura” do partido, visando a conformação de um projeto que incorpore elementos novos e antigos em todos os aspectos da sociedade, tanto a civil quanto a política. É o partido que possui o papel de sintetizar os elementos do bloco histórico articulando os distintos grupos sociais em um corpo unitário e superando as disputas entre grupos, por consequência apaziguando a luta de classes (COUTINHO, 1981).

A existência de um partido político surge a partir da confluência de três elementos: 1) um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação vem dada pela disciplina e a fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo; 2) o elemento coesivo principal, que se centraliza no âmbito nacional e dá eficiência e potência a um conjunto de forças que se fossem abandonadas a si mesmas não teriam maior relevância. Este elemento está dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora; e 3) um elemento médio que articula o primeiro elemento com o segundo, pondo-os em contato não somente “físico”, mas também moral e intelectual (GRAMSCI, 1999).

Portanto, quando se empreende a análise de um determinado partido político é preciso distinguir: o grupo social; a massa do partido; a burocracia e o Estado Maior do partido. Gramsci (1999: 142-143) adverte para a imprescindibilidade de que os três elementos interajam no interior do partido, tendo na burocracia a sua força consuetudinária e conservadora fundamental. Alerta-se para a possibilidade da burocracia constituir-se como um corpo solidário e autossuficiente, sentindo-se independente da massa dominada. Neste momento ocorre o que Gramsci (2000: 195) chamou de “mumificação” da organização política frente à articulação da sociedade, não conseguindo representar e atender às demandas da sociedade civil e a burocracia conforma-se em uma força conservadora e retrógrada. De tal modo, nos momentos de crise aguda a organização torna-se anacrônica com vazio de conteúdo social.

Buci-Glucksmann (1979: 133) evidencia o caráter de mediação da burocracia entre o Estado e a sociedade civil, emergindo como mediadora de uma nova relação entre ambos. A burocracia é um *“factor de unificación social y política, funciona como instrumento de hegemonía en el aparato de Estado, y como unificación burocrática del bloque en el poder”*.

Filippini *apud* Liguori e Voza (2017: 604-607) ressalta a base material do partido, no sentido de que o partido não é um ente abstrato, mas sim historicamente definido, respondendo aos interesses de uma estrutura de poder que mantenha a dominação da classe fundamental. É com essa estrutura de domínio político que o Estado conseguirá, por meio de sua burocracia, convergir os elementos da sociedade política e da sociedade civil.

Analisando as relações entre os intelectuais e os partidos políticos, Gruppi (2000: 81) afirma que os partidos elaboram seus próprios intelectuais, além de contribuírem para o fornecimento de intelectuais ao Estado. “O intelectual, na verdade, se forma como quadro no partido e depois assume uma função estatal; os partidos, porém, formam o intelectual de modo mais orgânico, mais vinculante que o Estado; e formam intelectuais de um tipo determinado”. Os intelectuais do partido devem ter a consciência de sua atuação como elemento da hegemonia, articuladores do Estado integral.

Realizando uma síntese da concepção gramsciana do partido como intelectual coletivo, Togliatti (1980: 216) assinala que é através do partido que o grupo social supera a consciência econômico-corporativa e atinge a consciência política, hegemônica. A atuação do partido na sociedade civil e na sociedade política objetiva a sua transformação. Sua atividade volta-se criativa, cultural, a “construção consciente de um mundo novo”.

Nesta mesma senda estão incluídas as considerações de Macciocchi (1980) sobre o partido como intelectual coletivo, afirmando a imperatividade de uma formação ideológica fundamentalmente de massas como uma condição essencial para o exercício da hegemonia. Isso ocorreria pois “se o papel específico dos intelectuais é orquestrar o consenso e servir de cimento entre infraestrutura e superestrutura, cabe ao “intelectual coletivo”, pela sua solidez e pela sua coesão, servir como tecido integrador do bloco histórico” (MACCIOCCHI, 1980: 201). E desta forma os interesses dos grupos sociais conseguem ser integrados no modelo de dominação, permitindo a manutenção da dominação sobre os subordinados.

Mesmo que todo partido político seja a representação de um grupo social, existem partidos que representam um grupo social sob condições determinadas quando exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses específicos do próprio grupo (interesses econômico-corporativos) e os demais grupos, buscando fazer que o desenvolvimento histórico do grupo representado seja produzido com o consentimento e com o auxílio dos grupos aliados, quando não dos próprios grupos decididamente adversos (GRAMSCI, 1999), representando a cristalização da coalizão de classe dominante.

É neste sentido que as alianças são vistas como um ponto central e decisivo para a conquista do poder e a hegemonia. E como tais alianças são amplas só poderiam ser expressadas no nível político, quer dizer, em partidos políticos. Este é o conceito de partido político que se utiliza na análise do modelo de dominação política no Paraguai, consistindo em um projeto político-ideológico de direção da coletividade. Seus elementos centrais são a consciência da atuação hegemônica e o reconhecimento que permita a sua penetração social, articulando os elementos da sociedade política e da sociedade civil através do Estado integral.

Assim, os intentos de alteração da ordem social requerem projetos coletivos comprometidos com a modificação da estrutura e das superestruturas (com a consciência hegemônica), oferecendo aos membros do grupo social empenhado no projeto transformador as diretrizes éticas, políticas, intelectuais e organizativas permeadas por tal intento, uma verdadeira identidade entre teoria e prática revolucionária, sendo que o grupo dirigente deve demonstrar sua possibilidade de assimilação por movimentos práticos (com o reconhecimento da liderança do grupo dirigente) (GRAMSCI, 1981b). De modo similar, Togliatti (1980) considera que não existe revolução sem uma doutrina revolucionária, do mesmo modo como não existe uma doutrina de vanguarda sem um partido de vanguarda.

Uma proposta factível de promoção do poder das classes dominadas passa pela modificação da consciência das massas, saindo de seu comodismo criado pela classe dominante para deflagrar um processo real de transformação social. Para ocorrer tal fenômeno, Gramsci (1981a) determina a imprescindibilidade da alteração do conformismo dos dominados para uma postura ativa e reivindicativa, transformadora das instituições políticas. É no conformismo que Gramsci encontra uma das formas mais eficazes de manutenção da dominação. E esse conformismo é canalizado pelas instituições que sustentam o modelo de dominação política, sendo naturalizadas pelos submetidos ao modelo.

Em suma, de acordo com Gramsci (1981b: 226), o modo mais efetivo de se observar o potencial crítico de quaisquer projetos de mudança social é a aquiescência das massas aos seus anseios. *“La adhesión o no adhesión de las masas a una ideología es el modo por el cual se verifica la crítica real de la racionalidad e historicidad de los modos de pensar”*.

Por conseguinte, o conceito de ideologia é aqui concebido como o elemento empregado pela classe dominante para governar, para difundir uma consciência política nos dominados que possibilite a sua dominação, utilizando-se das instituições e organizações da sociedade civil para a socialização que represente seus interesses. Com isso, são consideradas ideologias as

concepções de mundo que conseguem constituir-se em noções universais, que criem um “sentido comum” para toda a sociedade, alcançando fazer que as concepções de mundo específicas do grupo social dominante se tornem massificadas e assim haja uma mediação de interesses que mantenha a sua dominação de forma estável.

Nos momentos em que o fator de mediação falha ocorre a separação dos grupos sociais em relação às estruturas tradicionais de dominação, aos projetos político-ideológicos encampados pelos partidos tradicionais. Para Gramsci (1999), este é um fenômeno inerente a um determinado ponto da evolução histórica dos grupos sociais. Neste momento, os partidos tradicionais, sua forma de organização, seus representantes e dirigentes deixam de ser reconhecidos como uma expressão própria por parte de sua classe ou facção de classe que representava. *“Cuando se producen estas crisis, la situación inmediata se hace delicada y peligrosa, porque queda abierta a las soluciones de fuerza, a la actividad de potencias oscuras, representadas por hombres providenciales o carismáticos”* (GRAMSCI, 1999: 140-141).

Estas são situações de contraste entre os representantes e os representados, dirigentes e dirigidos, dominadores e dominados, que Bucu-Glucksmann (1979) define como “crise de representação política” e que a partir de Gramsci (1999) pode ser definida como crise de autoridade da estrutura do modelo de dominação e, portanto, é uma crise de hegemonia da classe dirigente e de seu projeto político-ideológico. Consiste em uma crise na legitimação do domínio político, conforme a apreciação de Weber, uma dificuldade para manter estavelmente a estrutura do modelo de dominação.

Gramsci (1999) assinala duas causas que podem produzir uma crise com essas características: a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político que encampava e que havia solicitado ou imposto à força o consenso das grandes massas – como pode ser visualizado no caso de uma guerra; ou as massas dirigidas passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e demandam certas reivindicações que em seu inorgânico conjunto constituem uma revolução. Por conseguinte, quando se reporta a uma crise de autoridade corresponde justamente à crise de hegemonia, ou mesmo à crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 1999).

Gruppi (2000) reconhece que no pensamento gramsciano a crise refere-se principalmente ao nível superestrutural, por representar uma crise de hegemonia. Contudo, o autor ressalta que, como essa crise envolve toda a sociedade, a totalidade do bloco histórico,

ela deve ser vista como uma totalidade do processo social, envolvendo tanto a estrutura quanto as superestruturas.

No entanto, enquanto os elementos que conformam a estrutura histórica hegemônica não tenham sido superados, *“la clase dirigente tradicional, que cuenta con un numeroso personal adiestrado, cambia los hombres y los programas y se hace nuevamente con el control que se le estaba escapando de las manos, y puede hacer todo esto con mayor celeridad que las clases subalternas”* (GRAMSCI, 1999: 141). Outra solução ao problema da crise de autoridade vislumbra-se na solução da reafirmação da hegemonia: por um lado, algumas concessões aos grupos subordinados, visando manter a preponderância do grupo social dominante e, por outro lado, cooptar os grupos ascendentes dentro da coalizão de classe dominante, com a conformação do bloco histórico hegemônico que permita acomodar os interesses conflituosos, dispondo de maiores benefícios aos grupos ascendentes.

Seguindo os apontamentos de Gramsci, esta é uma das ferramentas utilizadas pela classe dominante para justificar sua autoridade de domínio ante as demais, impedindo que ecloda um processo contestatório e que lhe destitua do poder, formando uma nova hegemonia (GRAMSCI, 1981a). Para isso altera-se a elite dirigente sem alterar a estrutura do poder. O domínio continua sendo da classe ou setor de classe dominante, de modo que as ações do governo estarão determinadas pelas necessidades e anseios desses grupos. Enquanto for mantida a ordem política e econômica em favor da classe dominante o grupo dirigente seguirá no poder.

Para Portelli (2002), a solução orgânica da crise de hegemonia implica o uso combinado de elementos consensuais – com relação aos grupos auxiliares e aliados – e elementos de coerção – com relação aos grupos antagonicos. Deve se ver qual elemento prevalece na solução da crise, apontando se o sistema permanecerá hegemônico ou se tornará ditatorial.

Entretanto, quando a crise de autoridade não consegue encontrar a solução orgânica da hegemonia abre-se um espaço para a solução do chefe/líder carismático, providencial, que possa mediar o conflito entre os diversos grupos ou facções de grupos sociais. Isso significaria a existência de um equilíbrio de forças, em que *“ningún grupo, ni el conservador ni el progresista, tiene fuerza para hacerse con la victoria, y que incluso el grupo conservador tiene la necesidad de un amo”* (GRAMSCI, 1999: 142).

A solução carismática pode ser sintetizada como a busca por um líder moderador capaz de articular os interesses divergentes dos grupos que lutam pelo poder. É uma figura política

fundada no personalismo, no messianismo, um “grande árbitro” capaz de conciliar as tensões e conflitos nacionais, consubstanciando em uma grande personalidade heroica (GRAMSCI, 1999). Gramsci (1999) ressalta que a figura do cesarismo é essencial para a manutenção do modelo de dominação, conciliando os interesses dissonantes das elites e possibilitando seu consenso quanto aos rumos do projeto de dominação. O cesarismo seria a forma de dirimir as tensões intra-elites e manter a conformação do bloco histórico hegemônico quando as soluções orgânicas estão pelo menos temporariamente obstaculizadas (GRAMSCI, 1999).

O cesarismo pode ser progressivo ou regressivo, diferenciando-se quanto ao propósito da arbitragem do “grande líder”. O cesarismo progressivo é relativo à mediação visando promover as forças progressivas da sociedade, com certos compromissos e limitações para a vitória, enquanto o cesarismo regressivo refere-se à mediação promotora das forças conservadoras, também com certos compromissos e limitações para vencer (GRAMSCI, 1999).

Conforma-se assim uma situação onde o equilíbrio de forças fundamentais da sociedade gera um impasse para o “grande árbitro”, necessitando posicionar-se quanto ao grupo social que ele representa, ficando entre as forças progressivas e conservadoras, ao mesmo tempo que sua imobilidade deriva na acentuação da conflituosidade inerente à situação de impasse, expressando-se em *“una situación en la cual las fuerzas en lucha se equilibran de modo catastrófico”* (GRAMSCI, 1999: 149).

Em síntese, existem dissensos dentro das elites governantes, dentro dos partidos tradicionais, dentro da coalizão de classe dominante, o que faz surgir a necessidade histórica de uma figura essencial para manter estavelmente a dominação política, podendo ser o príncipe moderno, o partido político através de um projeto político-ideológico, ou o grande árbitro do conceito de cesarismo em Gramsci (1999). Seriam duas formas de conformação da hegemonia capazes tanto de unificar o bloco histórico hegemônico quanto de angariar o consenso dos dominados, uma conformação pautada pela organização do grupo social dominante e a outra pela personalização da mediação dos conflitos (GRAMSCI, 1999). A forma organizada resolve a situação de crise em um período mais longo, ao passo que a forma personalizada é uma solução mais rápida, contudo, restringindo-se à atuação do grande árbitro e a sua capacidade de exercício da autoridade.

E no estudo aqui proposto centra-se a análise na possibilidade de mudanças das esferas da cultura política e do modelo de dominação, vinculados de forma mais direta com a atuação de um grupo político específico, a Frente Guasu, que se constitui como o objeto do estudo, mas

compreendendo o papel de suas lideranças políticas, avaliando as duas possibilidades de atuação política: a baseada no projeto político-ideológico e a baseada na personalidade.

Contudo, a apreciação do caso paraguaio postula desafios para a cristalização dos conceitos estabelecidos. A evolução histórica do modelo de dominação paraguaio, com a observação recorrente da personalização do domínio político, da solução personalizada para os conflitos, assim como da centralização dos recursos tanto materiais quanto imateriais, coexistindo com a busca de estabilização e normalização da dominação política a partir de sua institucionalidade, consistem em uma realidade empírica que necessita de uma análise múltipla das suas causas e consequências, tal qual observado até agora na apreciação dos aportes weberiano e gramsciano sobre o modelo de dominação.

1.3.1 A modernização caudilha: as adaptações latino-americanas do modelo de dominação

Outros aportes que relacionam as três esferas centrais do estudo aqui utilizadas (cultura política, modelo de dominação e estrutura econômico-social) referem-se às mudanças na ordem sociopolítica, como a construção da nação (BENDIX, 1996) e a modernização (INGLEHART; WELZEL, 2009). Esses aportes teóricos serão apreciados na sequência para ampliar-se a discussão sobre como o modelo de dominação busca responder às duas outras esferas centrais, vinculando-se com uma resposta recorrente na América Latina: o caudilhismo. Vale lembrar que essas preocupações foram utilizadas por Easton (1965) para apresentar exemplos de transformações no ambiente econômico-social que fomentam novos *inputs* ao sistema político que deve, por consequência, adaptar-se para manter o suporte da população.

Iniciando com a concepção de Reinhard Bendix (1996) apresentada em *Nation-building and citizenship*, busca-se compreender como se dá a construção de valores coletivos e individuais, na relação entre Estado e indivíduos, a partir do processo de construção da nação, vinculando-se com o conceito de nacionalismo abordado na seção anterior.

A preocupação de Bendix (1996) não reside tanto na análise da comunidade de indivíduos dentro de uma nação, mas sim nas relações estabelecidas entre o indivíduo e o Estado durante a construção da nação. Por isso, “*while the development of citizenship and the interplay between tradition and modernity are important in this process of social and political change, the key theme is the examination of authority patterns*” (BENDIX, 1996: 11). Os temas centrais do estudo de Bendix (1996) levam à compreensão da inter-relação de tradição e modernidade na inclusão dos indivíduos na nação, convertendo-os em cidadãos através do processo de

mudança política e social – que constrói a nação/Estado. Surge novamente o tema da legitimidade da estrutura de dominação, pois na relação do indivíduo/cidadão com o Estado/nação a legitimidade é compreendida a partir do estudo dos padrões de autoridade e, assim como Weber, busca-se compreender como esses padrões de autoridade conseguem ser legitimados. Em outros termos, busca-se analisar como uma nova forma de relações sociais entre distintos grupos pressionam o sistema político para gerar novas respostas (*outputs*) aos interesses e valores sustentados pela população (EASTON, 1965).

Bendix (1996) entende que qualquer mudança na ordem social surge de dois fenômenos: em parte, dos conflitos entre os grupos sociais; e também dos contextos passados desses conflitos que moldaram a apreciação de sua relevância pelos grupos sociais. Relacionando com os marcos teóricos prévios, pode se observar que uma ordem legítima se estabelece e se mantém quando consegue estabilizar hegemonicamente os conflitos de interesses entre os grupos sociais, entre dominantes e dominados, assim como no interior dos próprios grupos.

E assim como entendido até agora, Bendix (1996) também afirma que a estrutura de dominação não é um fenômeno puramente baseado em interesses econômicos, ou efeito dos interesses das elites, ou que a estrutura racional leva à democracia e a construção da nacionalidade é um fenômeno inclusivo que deriva na democracia. É uma relação de vários fenômenos que interferem nas relações políticas estabelecidas para que a estrutura de dominação (as relações de autoridade através das instituições políticas) mantenha-se estavelmente. São elementos que pressionam o sistema político para manter o suporte da população, não dependendo apenas de sua dinâmica interna, mas não ficando restrita aos fenômenos e processos que ocorrem externamente ao sistema (EASTON, 1965).

A interpretação de Bendix (1996) sobre a autoridade surge do exercício da ordem legítima de Weber (1999a; 2000), ou seja, do modo como a autoridade valida seu direito de exercer a dominação sobre os demais indivíduos. Bendix (1996) também considera que para a autoridade ser validada ela deve conseguir a aceitação dos dominados, aceitando a posição hierarquicamente subordinada na estrutura de dominação, e no modelo da construção dos Estados essa aceitação viria com o consenso, incorporando os indivíduos na estrutura de dominação (de modo subordinado). Esta é uma discussão também realizada por Gramsci, permitindo compreender a relação entre consenso e coerção dentro do modelo de dominação, observando que o modo mais estruturado de dominação advém da hegemonia que alcança o consenso dos dominados, conseguindo manter uma ordem legítima (na concepção weberiana).

Neste sentido, o desejo de integração econômica e política é uma característica comum tanto para a cidadania quanto para o nacionalismo, e sua resolução provém dos padrões de autoridade estabelecidos (BENDIX,1996). A cada mudança política ocorrida, muda também a forma como a autoridade consegue legitimar-se diante dos submetidos, incluindo-os no modelo de dominação de modo similar ao estabelecido pelo modelo analítico de Easton (1965). Com isso, o princípio que legitima a autoridade e a natureza do relacionamento do indivíduo para com o Estado variam de acordo com o contexto analisado (BENDIX, 1996). A cada mudança na estrutura de dominação do Estado e a inclusão de novos grupos na cidadania, ocorre um processo de alteração e revelação de novas bases para a autoridade e para a institucionalidade política, novas formas de suporte para o sistema político (EASTON, 1965).

Partindo dessas considerações, Bendix (1996) analisa a construção nacional nos novos Estados derivados da dominação colonial, como ocorreu no caso latino-americano. Segundo o autor, as instituições criadas nos Estados independentes estão relacionadas com o legado estrangeiro incorporado pelo colonialismo. As instituições independentes possuem dois caminhos em relação às instituições coloniais, a adaptação ou a rejeição, mas em nenhum dos casos as instituições coloniais podem ser ignoradas. Assim, as novas instituições fazem escolhas em relação às instituições prévias. Como será observado na sequência deste capítulo, mas especialmente na apresentação do caso paraguaio realizada no próximo capítulo, os apontamentos de Bendix (1996) são úteis para examinar as instituições criadas e adaptadas ao longo do tempo no Paraguai.

Por exemplo, uma das preocupações analíticas de Bendix (1996) está na dependência e em como os históricos vínculos de dependência político-econômica dos países independentes com os centros coloniais interferem na construção de suas nacionalidades e da cidadania. Para uma discussão mais aprofundada do caso latino-americano, e paraguaio, pode ser revisitada a discussão sobre a cultura política latino-americana na seção anterior, bem como a discussão sobre a estrutura econômico-social dependente que será analisada na próxima seção.

Pode ser apontada aqui a importância do processo de industrialização para o Estado e a cidadania. Bendix (1996) considera a industrialização como um processo fundamental para a mudança entre tradição e modernidade, resultando em novas relações políticas, pois as relações econômicas se alteram profundamente. Como o próprio Weber havia apontado, com o avanço do capitalismo e a racionalização do Estado, os indivíduos puderam concentrar suas preocupações cada vez mais na extração de recursos em escala ampliada. Para Bendix (1996),

a industrialização é um complexo processo de substituição da força humana ou animal pela mecânica, um uso intensivo de recursos minerais, a crescente inovação tecnológica, o investimento em capital, o estabelecimento de fábricas, elementos que permitem a extração de recursos e o seu uso produtivo em uma nova escala. Seria, em última instância, a transição de uma economia de subsistência para a economia monetária, como analisado por Easton (1965).

Por isso, para Bendix (1996), a preocupação central dos estudiosos saiu do campo do crescimento ou desenvolvimento econômico, passando a adentrar no campo da “modernização”, compreendendo-a como um processo revolucionário, complexo, sistêmico, global, longo, gradual, homogeneizador e irreversível. Contudo, o autor aponta para essa mudança como uma busca de universalização dos processos políticos, econômicos e sociais, o que não se observa tão evidentemente na realidade empírica. Segundo Bendix (1996) este é um fenômeno que leva à comparação e enquadramento das novas experiências com a europeia, considerando-a como exemplo dessa transformação mais geral impulsionada pela industrialização, algo similar ao examinado e afirmado por Easton (1965) sobre a padronização civilizatória das elites aos moldes ocidentais.

Embora faça uma crítica à teoria da modernização, que será analisada mais detidamente na sequência da seção, Bendix (1996) insere seu trabalho neste campo, considerando que por mais que haja diferenças significativas nas experiências de mudança política e social, na contemporaneidade esses processos estão permeados pela transformação econômica impulsionada pela industrialização.

Por exemplo, a mudança tecnológica em si não é tão importante para a análise das relações entre Estado e cidadania, enquanto os seus efeitos sociais observáveis são de interesse muito maior, como a urbanização, a (i) mobilidade social e a integração de novos estratos socioeconômicos no setor modernizador da sociedade, o desenvolvimento de associações secundárias e o próprio comportamento das elites modernizadoras (BENDIX, 1996). Estes elementos são importantes para a análise pois implicam em uma mudança nos padrões de comportamento e nos modos de pensar, nos valores e visões de mundo em relação aos mais distintos temas políticos, econômicos e sociais, são novos *inputs* ao sistema político (EASTON, 1965). Todos estes elementos serão analisados mais detidamente na próxima seção, especialmente em seus efeitos para a sociedade paraguaia.

Por conseguinte, o aporte conceitual da modernização é importante para Bendix (1996), compreendendo-o em seus efeitos para a estruturação e manutenção da autoridade política,

lembrando sempre que as experiências prévias também possuem relevância neste processo contínuo de adaptação ou superação entre a tradição e a modernidade (assim como em EASTON, 1965). A questão central não reside no apontamento do estágio de desenvolvimento de uma nação, como mais ou menos desenvolvida, apontando para esse fenômeno como definidor de seu processo político-social. A abordagem da modernização a partir de Bendix (1996) busca compreender qual o estágio de desenvolvimento capitalista da nação, para analisar os efeitos dos processos inovadores da estrutura capitalista na construção e manutenção do Estado e de sua cidadania, observando como cada Estado, em uma situação particular de desenvolvimento capitalista, busca e consegue incluir novos grupos sociais em sua institucionalidade através da autoridade legítima (como em WEBER, 1999a e WEBER, 2000).

Em síntese, na abordagem de Bendix (1996) incluem-se tanto as apresentações das variáveis atuais do processo político, econômico e social quanto as apresentações das variáveis passadas, gerando a adaptação ou a superação em relação ao passado, mas entendendo que o passado interfere nos interesses, nos valores e nas ideias sustentadas no presente, embora estas últimas também estejam envolvidas pelos novos contextos.

Outra interpretação da teoria da modernização refere-se à obra de Inglehart e Welzel (2009), onde os autores buscam apresentar uma versão revisitada da teoria da modernização, estabelecendo uma relação entre desenvolvimento socioeconômico, mudança cultural e democratização no processo do desenvolvimento humano. Embora os autores apontem algumas inconsistências das teorias apresentadas, como já observado na análise de Bendix (1996), afirmam que a percepção central clássica de que o desenvolvimento econômico gera mudanças sociais, culturais e políticas está correta. O que deve ser examinado são as características e o grau em que se dão essas mudanças.

Partindo dos dados obtidos por meio da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*⁶), realizada desde 1981, os autores conseguem apresentar uma comparação global que aponta para a existência de diferenças dos valores sustentados pelas sociedades que vivem em economias desenvolvidas e os valores das sociedades de países menos desenvolvidos. Outra grande contribuição refere-se à revelação de que as mudanças de valores são coerentes e possuem uma direção previsível, a partir das variáveis do desenvolvimento econômico e das mudanças sociais, culturais e políticas (INGLEHART; WELZEL, 2009).

⁶ É preciso apontar aqui que até hoje o Paraguai nunca participou das ondas de *survey* do *World Values Survey*.

Não obstante, deve se ter em conta que a mudança sociocultural não é um processo linear. Em um primeiro momento, com a transição da sociedade pré-industrial para uma sociedade industrial os efeitos produzidos são a racionalização, a secularização e a burocratização (INGLEHART; WELZEL, 2009), em um sentido similar ao apontado por Weber (1999a; 1999b). Já em um segundo momento, com a transição da sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial um outro conjunto de efeitos é produzido, movendo-se em uma direção distinta, enfatizando as questões relacionadas com a autonomia individual, com a emancipação humana, com a auto expressão e a livre escolha (INGLEHART; WELZEL, 2009), relacionando-se com os aportes de Norris (1999) e Dalton (2013), no sentido da representatividade dos regimes democráticos contemporâneos, igualmente dialogando com a perspectiva de novas pressões da população sobre o sistema político a partir das transformações presenciadas no ambiente econômico-social, como em Easton (1965). E a partir da afirmação dos valores de auto expressão o processo de modernização é transformado em um processo de desenvolvimento humano, resultando em um novo tipo de sociedade humanística (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Nesta concepção, o desenvolvimento socioeconômico fomenta mudanças culturais que tornam a democracia mais provável. Isso ocorre pois a democracia dependeria das pessoas, dependendo das orientações valorativas que as pessoas enraízam e que as motivam para buscar mais liberdade e governos que respondam as demandas sustentadas pela população (INGLEHART; WELZEL, 2009). Quanto mais se avança nesse processo de desenvolvimento econômico as pessoas vão se tornando menos dependentes das variáveis materiais, abrindo espaço para a busca das variáveis de auto expressão, como também foi analisado por Bendix (1996). “Em suma, a modernização socioeconômica gera as capacidades objetivas que permitem às pessoas basear sua vida em escolhas autônomas” (INGLEHART; WELZEL, 2009: 19), ampliando as possibilidades de escolha e a autonomia humanas.

Mas os autores consideram também que esse processo não acarreta uma homogeneização do mundo e as tradições culturais não estão desaparecendo. Os níveis mais elevados de desenvolvimento humano são um fenômeno recente e ainda concentra-se em algumas sociedades que se converteram em sociedades pós-industriais (INGLEHART; WELZEL, 2009). Portanto, as tradições culturais são resistentes e moldam o comportamento político e econômico dos indivíduos, embora a ascensão da sociedade industrial esteja vinculada com a decadência de valores tradicionais, estes últimos implicam em uma herança cultural que interfere nos valores contemporâneos (apontamentos similares aos efetuados por

WEBER, 1999a e WEBER, 1999b). Os autores apontam para a existência de duas percepções opostas sobre os efeitos do desenvolvimento socioeconômico: a primeira refere-se à substituição de valores tradicionais por modernos, revelando a convergência de valores como resultado da modernização; e a segunda considera a persistência de valores tradicionais, embora tenham mudanças econômicas e políticas.

A teoria da modernização tradicional enfatiza que o desenvolvimento socioeconômico está ligado a mudanças coerentes com tendência à previsibilidade. Inglehart e Welzel (2009), embora considerem que haja essa tendência, afirmam que as zonas culturais são sólidas, que cada zona cultural possui sistemas de valores distintos e não garante a convergência desses sistemas, mesmo que se movam na mesma direção sob o impacto da modernização. Essas mudanças são probabilísticas e não determinísticas, além de não serem lineares, não se movendo em uma única direção (INGLEHART; WELZEL, 2009). Assim, aprecia-se aqui que por mais que haja esse efeito geral da modernização, os resultados e o grau de influência variam de acordo com o tipo de cultura política e de valores sustentados pela população.

O argumento de Inglehart e Welzel (2009) sobre a influência do desenvolvimento socioeconômico para a mudança cultural refere-se à consideração de que o desenvolvimento socioeconômico tem forte impacto nas chances de sobrevivência das pessoas, na segurança existencial, uma interferência nos interesses individuais mais imediatos de proteção (como analisado previamente nas perspectivas weberiana e gramsciana). Outro efeito paralelo é que o desenvolvimento socioeconômico paulatinamente diminui as restrições objetivas à autonomia, à criatividade e à escolha humana, gerando diversificação das interações humanas ao se libertar de círculos sociais fechados, tornando a socialização uma questão de escolha individual (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Entretanto, essa mudança de preocupações centrais dos indivíduos não resulta em uma superação da autoridade, que continua sendo um elemento fundamental das relações políticas. O que ocorre, neste caso, é uma transferência da base da autoridade das fontes religiosas tradicionais (podendo ser acrescentada a autoridade paternal, senhorial e patrimonial, nos moldes weberianos) para novas fontes seculares-rationais (INGLEHART; WELZEL, 2009). A sociedade industrial não liberta os indivíduos da autoridade, mas sim padroniza a vida por meio do consumo de massas, além de padronizar a autoridade mediante a burocracia racional, como afirmado também por Weber e resgatado por Easton (1965).

Nas sociedades pré-industriais as ameaças à sobrevivência eram imediatas, como as restrições de recursos que não satisfaziam as necessidades básicas. Na sociedade pós-industrial, por sua vez, as ameaças são mais abstratas, observando-se a redução do egocentrismo e aumento do homocentrismo devido ao aumento da segurança individual e à autonomia. Os valores de auto expressão abastecem as percepções humanísticas em relação aos riscos individuais e coletivos, e as percepções desses riscos são diferentes das percepções egocêntricas de ameaças motivadas pelos valores de sobrevivência (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Portanto, a superação do imediatismo da sobrevivência faz que os indivíduos se concentrem em outras metas e o desenvolvimento socioeconômico implica em uma contribuição para os valores de auto expressão ao proporcionar segurança existencial e a experiência da autonomia (INGLEHART; WELZEL, 2009). Essa interpretação da influência do desenvolvimento socioeconômico para os valores é uma das contribuições mais expressivas da teoria da modernização revisitada por Inglehart e Welzel (2009), afirmando que o desenvolvimento socioeconômico produz mudanças sistemáticas na vida política, social e cultural, assim como apontado e analisado previamente por Easton (1965).

Em suma, a teoria da modernização revisitada propõe as seguintes modificações da teoria da modernização: 1) que a modernização é um processo previsível, probabilístico e não determinístico; 2) que a convergência cultural não está ocorrendo; 3) que a modernização cultural não é irreversível; 4) que a mudança cultural não é linear; 5) que a modernização não implica em um processo de ocidentalização; 6) que a auto expressão transforma a modernização em um processo de desenvolvimento humano (INGLEHART; WELZEL, 2009).

O que pode ser depreendido da contribuição de Inglehart e Welzel (2009) é que os valores afetam as instituições políticas: valores de auto expressão favorecem a manutenção de instituições democráticas, e o contrário também pode ser observado, as ameaças à sobrevivência e a insatisfação das necessidades materiais acabam conduzindo à manutenção de instituições autoritárias. “Uma análise profunda do elo causal entre valores de auto expressão e democracia indica que a seta causal flui principalmente da cultura para as instituições e não na direção oposta” (INGLEHART; WELZEL, 2009: 21). O marco analítico estabelecido até agora na tese busca fazer uma intermediação dos dois extremos da concepção de Inglehart e Welzel (2009), considerando que há uma relação mútua de interferência entre valores culturais (cultura política) e instituições políticas (modelo de dominação), unindo-se com os interesses individuais ou de classe (estrutura econômico-social), gerando assim um panorama analítico

mais abrangente que consiga apontar os elementos estruturantes das relações político-econômico-sociais do caso estudado, a atuação da FG no Paraguai.

Concebe-se assim uma relação entre o modelo de dominação institucionalizado, a cultura política da população e os seus interesses, capacidades e relações materiais, tal qual estabelecido na primeira seção deste capítulo com o modelo circular do sistema político de Easton (1965) e a avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996).

Ao observar-se a realidade empírica dos países latino-americanos (e no caso do Paraguai, como se observará no próximo capítulo, esta é uma realidade ainda mais válida) uma discussão fundamental para compreender o modelo de dominação é a que permeia o fenômeno do caudilhismo, representando uma forma específica de personalização do domínio político, o que possibilitará estabelecer uma discussão conceitual entre a perspectiva do caudilhismo, a dominação carismática de Weber e o cesarismo de Gramsci.

Com a construção dos Estados latino-americanos, sua institucionalidade incipiente, paralelamente à concentração dos recursos em benefício de restritos grupos que compõem as elites nacionais e o afastamento das grandes massas da participação nos principais processos políticos e econômicos, todos esses fenômenos fizeram que se abrisse espaço para a permanência do personalismo na condução das relações político-econômicas (CASTRO, 2007; DOMINGUES, 2008; TELLES, 2015). Isso pode ser observado na análise de Alberdi (2001: 28) sobre o cenário que propiciou a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), afirmando que “*en el Plata son débiles las instituciones, no los hombres ni las cosas*”. Ou seja, para o autor, as lideranças políticas eram mais importantes do que as instituições que lideravam, estando acima da própria dinâmica institucional.

O caudilhismo inicialmente é analisado como uma anomalia presente na América Latina que se referia ao modelo político-econômico fundamentalmente agrário, bárbaro, de povos ainda carentes de experiências de liberalização nas relações sociais, visão predominante no século XIX (CASTRO, 2007; TELLES, 2015). Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi foram os dois principais expoentes desta primeira corrente de pensamento sobre o fenômeno do caudilhismo. Era uma forma de afirmar que a realidade latino-americana estava atrasada em relação aos progressos vistos no centro do sistema internacional.

Segundo Goldman e Salvatore (1998), esta visão inicial sobre o caudilhismo centralizava-se em três elementos: a ruralização do poder, a violência como forma de

competição política e a ideia de vazio institucional. A ideia que perpassava a interpretação clássica do caudilhismo era fundamentada em uma comparação com as dinâmicas político-econômicas europeias, afirmando as dificuldades vivenciadas pelas jovens nações latino-americanas para conseguirem estabelecer um modelo de dominação estável, aceito pela maioria da população. Nesta visão clássica, o caudilhismo é visto como um tipo de clientelismo, pois a sociedade seria construída por meio de relações entre patrão e cliente, representada pelos proprietários de terras e pelos peões, respectivamente.

Não obstante, essa visão clássica do fenômeno foi sendo substituída por uma nova visão sobre o caudilhismo, sendo que Goldman e Salvatore (1998) são dois de seus principais representantes. A antiga visão da ruralização do poder dá espaço para o reconhecimento da interação entre o rural e o urbano. O poder do caudilho é constituído através de relações e articulações nos níveis local, nacional e internacional, não sendo mais considerado como um elemento anômalo referente à realidade do interior das nações latino-americanas, mas sim um fenômeno que se instituiu na América Latina, vinculado com as dinâmicas mais gerais presentes no desenvolvimento capitalista internacional e suas consequências locais.

Além disso, ao analisar-se o caso paraguaio é visto que a partir da expansão do modelo agroexportador e a consequente pressão sobre os camponeses, aprofundando a evasão do campo e a concentração populacional nas periferias dos principais centros urbanos, faz que as estratégias para a condução da estrutura econômico-social e do modelo de dominação levem em conta tanto questões relativas ao setor rural como do setor urbano. Neste sentido, com a insatisfação das necessidades básicas para a massa urbana periférica, apresenta-se um novo espaço para o exercício do poder caudilho e clientelista (TELLES, 2015). A hierarquização social e a marginalização das massas em relação ao modelo de dominação oligárquico acabaram fomentando o surgimento de projetos político-ideológicos de massas centrados em figuras carismáticas com uma retórica de inclusão das massas, uma nova forma de caudilhismo.

A visão da violência como base para o exercício do poder caudilhistas também é modificada para a apreciação da configuração do poder do caudilho a partir de uma base discursiva e ritual (GOLDMAN e SALVATORE, 1998). Nesta visão do caudilhismo, visualiza-se a construção do poder social e político em conjunturas históricas específicas por meio do discurso político. É uma visão mais consensual e menos coercitiva em relação ao fenômeno, onde o caudilho é reconhecido como um elemento de incorporação discursiva de demandas da sua base de poder. O caudilho representa e encarna um projeto político-ideológico mais amplo

que legitima a sua direção política. É uma noção que pode ser comparada com o domínio carismático de Weber ou com o cesarismo de Gramsci, onde o elemento pessoal é o que legitima a submissão à autoridade, ou ainda, é o elemento que gera o suporte da população (como no modelo analítico de EASTON, 1965).

Já a noção do vazio institucional que possibilitava fundamentar o poder do caudilho é substituída pela visão da existência de uma estrutura político-administrativa, inclusive no nível local, embora estando permeada pela debilidade em sua construção e manutenção (GOLDMAN e SALVATORE, 1998). Com isso, a própria institucionalidade debilitada é um espaço para o exercício do poder do caudilho, bem como para a sua legitimação, somada ao elemento discursivo. As respostas às demandas da população não ficam centradas no nível institucional e alcançam o nível pessoal da condução caudilha da instituição, sendo que a população irá fornecer sua lealdade mais ao caudilho do que à própria instituição, já que o caudilho consegue dar as respostas imediatas que as instituições não possuem a capacidade para tal.

E a visão do caudilhismo como um tipo de clientelismo é alterada para a consideração do clientelismo como uma das características do caudilhismo. É reconhecida a existência de uma sociedade estratificada com complexas relações de negociação entre patrão e cliente. A existência de grandes, médios e pequenos proprietários de terras, o poder dos comandantes militares, dos criadores de gado, dos comerciantes internos e internacionais, bem como a ampla gama de peões, lavradores, agricultores e mesmo de trabalhadores urbanos, fazem que seja reconhecida a pluralidade de relações político-econômicas que permeiam o caudilhismo e o clientelismo (GOLDMAN e SALVATORE, 1998).

Analisando ambas as visões, pode ser estabelecida a seguinte interpretação do caudilhismo. O caudilho é a personificação do domínio político, o homem forte da política, uma eminência que se coloca acima das instituições. Como as instituições são frágeis e marcadas por sua baixa qualidade e capacidade, abrem espaço para a sua condução de forma carismática e personalista. O caudilho se utiliza do espaço institucional para legitimar sua condução personalista do domínio político (TELLES, 2015). A legitimidade do caudilho é fundamentalmente com base na devoção pessoal, embora o hábito e o interesse possam se apresentar nas motivações para as massas seguirem o caudilho, o elemento de devoção pessoal se sobressai. De tal modo, a liderança pessoal passa a estar acima do projeto político, o caudilho encarna o próprio projeto político que lidera.

Comparando com a tipologia do domínio político de Weber (1982), observa-se que enquanto no domínio carismático de Weber (1982) o líder carismático deve representar um projeto que integre a população, um ideal, uma missão, no conceito de caudilhismo o projeto não é um elemento central, sendo que quanto maior for a importância do projeto menor será o espaço para o exercício do poder discricionário do caudilho.

Ainda que reconhecendo a importância dos elementos consensuais, considera-se que os elementos coercitivos não podem ser preteridos. Neste sentido, o militarismo é um elemento central, ao menos para controlar as possíveis contestações ao poder do caudilho. O controle do elemento militar passa a ser um fenômeno fundamental para o caudilho manter o seu poder. No entanto, há que se lembrar da importância da legitimidade para o uso do elemento militar, como uma prerrogativa do próprio caudilho, relacionando-se com os apontamentos teóricos-conceituais gramscianos sobre o consenso da opinião pública apoiando o uso da coerção, ou mesmo da ordem legítima de Weber com o monopólio do uso legítimo da força, ou seja, o caudilho deveria justificar e legitimar o uso da força.

Do ponto de vista do domínio político, o paternalismo possibilitado pela centralização das relações de poder faz que o caudilho se relacione diretamente com seus dominados. Lembrando que é reconhecido o papel desempenhado pelas instituições, contudo, sendo utilizadas pelo caudilho para a personalização política, pois tais instituições são débeis. Para manter seu poder o caudilho necessita de um continuísmo na condução da estrutura administrativa que permita a condução pessoal do aparato institucional, respondendo aos seus interesses. Este elemento gera o fenômeno dos sistemas estatais autocráticos, onde a estrutura administrativa do Estado responde não aos interesses burocráticos (pura e simplesmente), mas sim à lealdade em relação ao caudilho que controla os fluxos de recursos e a manutenção da estrutura estatal. Com isso, os sistemas estatais autocráticos abrem espaço para a conformação de um patrimonialismo clientelista, como um dos elementos constitutivos do caudilhismo.

No caso paraguaio é observada uma matriz social historicamente agrária, uma cultura política autoritária e não democrática fundada na “lei do *mbareté*”⁷, o legado de submissão vindo das relações entre espanhóis e guaranis (principalmente nas reduções jesuíticas) com a condução pessoal da política é um fenômeno recorrente (GOIRIS, 2004). O espaço para o estabelecimento de lideranças caudilhas é amplo e foi historicamente aproveitado por figuras

⁷ É a “lei do mais forte” ou a “lei da força”, onde aquele reconhecido como mais forte é estabelecido como a autoridade. Este elemento auxiliou historicamente a construir a ideologia autoritária paraguaia (ALCALÁ, 2007).

que se posicionaram como encarnação dos ideais de um determinado projeto político. Ao analisar as principais correntes partidárias dos partidos tradicionais, Bourscheid (2016a) e Pangrazio (2008) observam como tais correntes são predominantemente personalistas ao invés de representarem divergências sobre a interpretação do projeto político (embora a retórica de cada grupo busque elementos distintos dos demais para legitimar a condução das novas lideranças).

Se estabelece aqui a noção da modernização caudilha como uma forma de examinar as respostas dos modelos de dominação latino-americanos ao processo de modernização, desde a formação dos Estados nacionais. É uma forma de personalização da condução política, permitindo a confluência de tradição e modernidade, dos elementos autóctones e universalizantes, com as instituições construídas debilmente permitindo a atuação do caudilho como o elemento preponderante no seu interior. Representa adaptações do modelo de dominação para conseguir acomodar no seu interior as pressões advindas do exterior – dos interesses econômico-sociais, dos valores da população, das relações internacionais – e manter-se estavelmente.

Neste estudo busca-se analisar a construção de um grupo dirigente para liderar o modelo de dominação, reconhecendo na hipótese as dificuldades para que isso aconteça no caso do Paraguai. Dado o histórico de personalização no domínio político paraguaio⁸, encontra-se no conceito de caudilhismo a possibilidade de debater o estabelecimento de um projeto político que vise a legitimação da personalização política, paralelamente ao modelo de dominação carismática da tipologia de Weber (1982) e o cesarismo para a solução de momentos de impasse da hegemonia, como analisado por Gramsci (1999). É debatido qual é o elemento preponderante na FG: o projeto político do socialismo paraguaio ou a liderança de Fernando Lugo.

Assim, enquanto a interpretação gramsciana permite ver a condução do partido político como “príncipe moderno”, a análise do fenômeno do caudilhismo permite a visualização da condução do processo por meio do “príncipe clássico”, ou seja, a personalização política, utilizando-se do partido político para legitimar a dominação personalista. Ambas as hipóteses são contempladas para assim poder responder às dinâmicas presentes no caso estudado.

⁸ Seis governantes representam quase metade dos governos independentes do Paraguai: José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840), Carlos Antonio López (1844-1862), Francisco Solano López (1862-1870), Bernardino Caballero (1880-1886), Higinio Morínigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner (1954-1989). Os seis governaram o Paraguai por 101 anos, sendo que três deles governaram por mais de uma década (Francia por 26 anos, C. A. López por 18 anos e Stroessner por quase 35 anos) (BOURSCHEID, 2016b e GOIRIS, 2000).

1.3.2 Adaptações do modelo de dominação paraguaio com a sua democratização

Além da análise mais geral sobre o modelo de dominação, faz-se necessário adentrar no debate sobre o regime político que sustenta o modelo de dominação no caso estudado. Para isso, leva-se em conta o cenário da construção de um novo regime político no Paraguai a partir da transição democrática iniciada com a queda do governo de Stroessner em 1989. Na sequência são apresentados os marcos teórico-conceituais sobre a transição democrática e a qualidade da democracia, para analisar teórica e conceitualmente como se estruturaram os sistemas políticos democráticos latino-americanos, e mais especificamente o sistema paraguaio.

Quando se debate o conceito e as principais características dos processos de transição democrática, deve ser considerado a quais processos de transição está sendo referido. A transição é concebida como o intervalo entre dois regimes políticos distintos. No caso de um estudo de um processo de transição democrática – como a transição paraguaia a partir de 1989 – sua delimitação é feita a partir do início do processo de dissolução do regime autoritário, paralelamente ao estabelecimento de alguma forma de democracia, o retorno à algum regime autoritário ou o surgimento de uma alternativa revolucionária (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988). É uma alteração da estrutura do modelo de dominação, sempre visando o estabelecimento de uma ordem legítima (como na concepção weberiana).

Por isso, o que caracteriza o processo de transição é a indefinição em relação às regras do jogo político. *“No sólo se hallan en flujo permanente sino que (...) son objeto de una ardua contienda; los actores luchan por satisfacer sus intereses inmediatos y/o los de aquellos que dicen representar, y también por definir las reglas y procedimientos cuya configuración determinará probablemente quiénes serán en el futuro los perdedores y los ganadores”* (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988: 20). Os acordos firmados na transição para estabelecer institucionalmente as regras do jogo político influenciam nas futuras capacidades de atuação dos atores que participam da construção do regime. E são essas regras que buscam a aceitação da ordem democrática por parte dos atores políticos, visando a manutenção estável do modelo de dominação baseado no regime democrático.

As regras que estão sendo definidas na transição são as que permitirão definir os recursos que podem ser legitimamente aplicados no cenário político e quais atores poderão participar do processo (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988). Na transição é construída a legitimidade do regime, fundando as bases institucionais para as relações entre os atores.

Seguindo esta concepção, “*en la transición se van estableciendo nuevas reglas de juego en forma sucesiva a través de la competencia entre los distintos actores que buscan sus espacios de poder, mantenerlos (los gobernantes) o ampliarlos (la oposición)*” (FLECHA, MARTINI e SILVERO SALGUEIRO, 1998: 533). No entanto, as mudanças ocorrem basicamente na esfera política e não na econômico-social. Além disso, as decisões seguem majoritariamente nas mãos dos governantes, privilegiando as agendas políticas. A concepção adotada entende a transição como sendo o período compreendido entre a dissolução de um regime político e a instalação de outro em seu lugar. É uma alteração de regime político, do sistema político, ou do modelo de domínio político. Mas deve ser lembrado que o modelo de dominação está relacionado com as expectativas dos dominados, como no modelo circular do sistema político de Easton (1965) e no modelo de avaliação do desempenho institucional de Putnam (1996), e essa restrição das mudanças à esfera política gera uma dificuldade inicial para a manutenção estável do regime. Vale lembrar que para Easton (1965) os regimes democráticos contemporâneos não podem ficar restritos apenas à dinâmica interna do sistema político.

Segundo Linz (1991), um regime democrático consolidado é aquele em que nenhum dos atores políticos principais, partidos políticos, grupos de interesse organizados, forças e instituições consideram que há alguma outra alternativa estratégica aos procedimentos democráticos para obter o poder, e que nenhuma instituição política tem o direito de vetar a ação daqueles que governam democraticamente eleitos.

O'Donnell (2011) efetua uma compilação das principais teorias da democracia, dividindo as concepções sobre regime democrático sob duas perspectivas: a primeira refere-se ao Estado, mais procedimental e institucional, vinculada com as instituições do regime e os mecanismos de relação entre os grupos que buscam ascender aos postos de gestão das instituições; e a segunda concepção é relativa à agência, mais vinculada com a representatividade e participação cidadã nos procedimentos democráticos. O autor efetua uma genealogia da democracia com a construção institucional inicial, evoluindo para a questão da representatividade e participação cidadã.

Para considerar a existência de um regime democrático apreciam-se os mecanismos institucionais, bem como a percepção e utilização destas instituições por parte dos principais grupos políticos. Seriam elementos suficientes para observar a transição de um regime autoritário para um democrático. Não obstante, não é desprezada a questão da representatividade e da agência, apenas sendo considerada como um desenvolvimento posterior

do regime. Retomando o modelo de governança de Putnam (1996), nenhuma das duas questões é autossuficiente, sendo necessário tanto o desempenho institucional quanto a cultura cívica que dê suporte e apoio à estabilização institucional do regime. Como postulado por Easton (1965) tanto as questões internas do sistema político quanto as externas possuem relevância, já que os *inputs* e *outputs* do sistema vão alterando-se de acordo com as alterações externas ao sistema político.

Considerando a perspectiva da mudança de regime político no Paraguai é possível afirmar que a transição política se completa quando: “1. *Existe una posibilidad real de alternancia de los partidos políticos en el Gobierno.* 2. *Se pueden revertir políticas como consecuencia de dicha alternancia de partidos en el Gobierno.* 3. *Se ha establecido un efectivo control civil sobre las FF.AA.*” (RIQUELME, 1991: 15).

Além disso, outras mudanças são elencadas como importantes para o caso paraguaio. Para Rodríguez (1993) a transformação das instituições públicas para um caráter mais democrático é um ponto fundamental, especialmente a questão que concerne a construção de um verdadeiro sistema proporcional de representação. López (2012) também sustenta o argumento da importância das mudanças institucionais, contudo, a autora critica as instituições criadas a partir da transição, basicamente aquelas que surgiram a partir da Constituição de 1992 – marco legal para o regime democrático paraguaio –, pois os atores políticos do processo não foram substancialmente alterados. E Arditi (1992) enfoca na importância das eleições municipais de 1990 e as campanhas de educação cívica para fomentar o espírito democrático e participativo na cidadania, depois dos quase 35 anos de governo de Stroessner. Neste sentido, Arditi (1992) possui uma concepção mais vinculada com a cultura política democrática, com a necessidade de inculcar um conjunto de valores democráticos na população a partir do exercício de participação na dinâmica institucional do regime.

Dos Santos (1989) aponta para a existência de acordos entre as elites políticas que garantem a mudança do regime e a eficácia do novo regime. Em uma transição podem apresentar-se acordos explícitos ou implícitos pois simplesmente a existência dos pactos formais não garante o êxito da transição. Os setores da oposição e do governo podem negociar os termos da abertura e liberalização, ajustando o processo para conseguir acomodar os mais distintos interesses, gradualmente reestabelecendo os pactos formais (DOS SANTOS, 1989). Torna-se imprescindível alterar gradualmente o nível de liberdade para os distintos atores

políticos, tudo isso visando a aceitação da ordem estabelecida, a sua naturalização, o único caminho a ser adotado.

Isso conduz à concepção sustentada por Dahl (2005) de que para um regime democrático realmente funcionar é imprescindível a existência de um espaço favorável para a democracia, como aquele espaço onde as elites no poder concluíam que o custo de repressão excedia o custo da tolerância. Também é preciso adicionar ao cálculo o custo da precarização institucional para responder as demandas específicas dos principais grupos políticos. Portanto, assim seria possível manter uma avaliação relativamente positiva do desempenho institucional, como apresentado no modelo de Putnam (1996), e a aceitação da ordem estabelecida com um capital social positivo, aderindo às instituições estabelecidas e mantendo o suporte da população ao sistema democrático, como apresentado no modelo de Easton (1965).

A precarização institucional, como analisada por Bourscheid e González (2019), Camacho (2012) e Pietsch, Miller e Karp (2015), tem como limites para as elites a legitimidade de tais instituições entre os grupos que disputam o poder, e o custo de sua utilização deve ser inferior aos custos das demais alternativas. Pois se o domínio baseado na legalidade institucional não consegue manter a racionalidade da utilização das instituições de modo a manter a avaliação dos grupos de interesse de que as instituições são o elemento estabilizador do domínio político, isso abre espaço para outras formas de sustentação do domínio político. Seria a precarização do domínio pela legalidade de Weber (1982), pois a legalidade das normas estabelecidas para reger as relações políticas já não seria aceita ou confiável para os grupos políticos atuantes no interior do modelo de dominação. Vale lembrar que a concepção weberiana do domínio legal aponta que a estrutura governamental deve atuar dentro dos limites impostos pelas normas legais, pois quando excede tais limites os dominados podem observar o exercício de um poder discricionário e deslegitimarem a submissão à autoridade.

Outro elemento importante para a análise das transições é apreciado por O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986), quando os autores ressaltam as coalizões governantes e as tensões existentes entre os “duros” e os “brandos” no interior do antigo regime como sendo um dos principais fatores circunstanciais para sua quebra e a implantação da transição. Também pode ser afirmado que para manter o regime posterior, neste caso a democracia, é necessário que a coalizão governante não rompa e siga considerando a democracia e a tolerância como o modo menos custoso para administrar o poder.

Arditi (1992) afirma que isso aconteceu no caso do Paraguai, mas com algumas características próprias. O partido oficialista foi abrindo espaço para a democratização, mas com mecanismos que seguiam mantendo seu poder. Isso gera críticas e dúvidas da oposição, fomentando compromissos superficiais de ambos os grupos – governo e oposição – construindo a democracia paraguaia. E Yore (2002) afirma que as coalizões foram importantes durante a década de 1990 para construir a governabilidade da democracia paraguaia, inclusive sendo uma preocupação constante, principalmente das elites parlamentares. Para a autora, os pactos de governabilidade foram uma forma de apaziguar a possibilidade de retrocesso autoritário, ao mesmo tempo que resultaram em compromissos mais vinculados com os interesses específicos de cada grupo do que com o processo mais geral de democratização.

Com o aporte teórico-conceitual utilizado, a delimitação entre a democracia e o regime anterior é produzida quando um governo resulta de eleições livres, competitivas e bem controladas. Quando um governo que surge da vontade popular livremente expressada substitui outro diferente, sem liberdades cidadãs e sem competição livre entre os aspirantes ao poder.

Dos principais aportes sobre a transição democrática na América Latina, uma tipologia dos processos de transição pode ser estabelecida, a partir de dois tipos principais. Primeiramente, observa-se a possibilidade de uma transição por ruptura, quando algum (ns) evento (s) desencadeia (m) o processo de transição, sem compromissos claramente estipulados entre o grupo que deixa o poder – pois não estava preparado para ceder o poder, e nem estava interessado nisso – e o grupo que assume o poder – pois não estava negociando a saída do outro grupo para conseguir chegar ao poder. Um dos exemplos de transição por ruptura é o que ocorreu na Argentina após a derrota na Guerra das Malvinas em 1982, com o regime já criticado pelas políticas econômicas e pela repressão, resultando no início da transição com as eleições de 1983 e o retorno do poder civil. Em segundo lugar, há a transição negociada ou pactuada, quando o próprio antigo regime começa a ceder espaços para a oposição, iniciando uma liberalização que dará base para a democratização. São firmados acordos entre os grupos que deixam e que assumem o poder, buscando evitar qualquer tipo de revanchismo. As instituições construídas na democratização seguem o princípio de não romper com os compromissos firmados para possibilitar a transição. Um dos exemplos de transição negociada é o que ocorreu no Brasil, com a paulatina abertura do regime a partir de 1979 – com a Lei da Anistia e a mudança do sistema partidário, possibilitando o início da construção de um sistema multipartidário –, culminando na eleição indireta para a presidência em 1985, retornando o poder civil. A primeira eleição direta para a presidência só veio a ocorrer em 1989.

As transições por ruptura são defendidas no sentido de atuar mais profundamente na superação dos legados do autoritarismo. Contudo, sofrem com a possibilidade de algum retrocesso autoritário, já que as elites que deixaram o poder não o fizeram de modo consensual, podendo ter o interesse de voltar ao poder. Por sua parte, as transições negociadas são defendidas por possuírem mais chances de desenvolverem-se estavelmente, devido aos compromissos entre as elites fazerem que os retrocessos sejam dificultados, criando uma institucionalidade aceita por ambos os grupos. E quanto às críticas, a transição negociada não consegue romper com o legado autoritário, paulatinamente trabalhando nesta questão, mas estando condicionada pelos acordos entre as elites.

Porém, as discussões sobre a democracia na América Latina passaram da questão da transição para o debate sobre consolidação e qualidade da democracia. Para considerar que a transição foi concluída e começar a se falar em consolidação e qualidade da democracia é necessário apreciar o funcionamento das instituições democráticas e do reconhecimento de sua legitimidade pelos distintos setores políticos. É preciso retomar ao modelo circular do sistema político de Easton (1965) e ao modelo de avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996) para entender como as demandas dos grupos de interesse chegam ao governo e se conseguem ser respondidas com políticas adotadas pelo governo.

É imprescindível considerar o regime democrático como o mais favorável, ou pelo menos considerá-lo como menos custoso para responder as demandas da sociedade, seja das elites governantes ou das massas governadas (DAHL, 2005; O'DONNELL, 1998). Consiste no compromisso com a democracia como modelo de governança e gestão das relações políticas. Desta forma tanto os dominadores quanto os dominados passam a aceitar o modelo de dominação, legitimado pelo acolhimento ou possibilidade de acolhimento das demandas construídas a partir da estrutura econômico-social e da cultura política da população.

Na perspectiva da consolidação democrática, Linz e Stepan (1996) consideram que apenas democracias podem tornar-se democracias consolidadas, isto é, não estão tratando de regimes não democráticos liberalizados, ou de pseudodemocracias, ou mesmo de democracias híbridas onde algumas instituições democráticas coexistem com instituições não democráticas que estão fora do controle do Estado democrático. Por democracia consolidada os autores partem da definição de um regime político em que a democracia consiste em um complexo sistema institucional, regulamentar e padronizado de incentivos e desincentivos que se torna o “*only game in town*” (LINZ e STEPAN, 1996: 15), a única possibilidade aceita como legítima.

Aprofundando a sua conceituação de uma democracia consolidada, Linz e Stepan (1996) agregam três eixos que permitem qualificar um regime como democrático e consolidado. No eixo comportamental, um regime democrático é considerado consolidado dentro de um determinado território quando nenhum ator nacional, social, econômico, político ou institucional utilize uma quantia significativa de recursos na busca para alcançar seus objetivos com a alteração ou criação de instituições com caráter não democrático.

No eixo atitudinal, um regime democrático é considerado consolidado quando a maioria considerável da opinião pública mantém sua crença nos procedimentos democráticos e nas instituições como o modo mais apropriado para governar a vida da coletividade, mesmo em momentos de problemas econômicos agudos e insatisfação com seus gestores, bem como quando o espaço para o suporte para alternativas anti-sistêmicas é pequeno ou relativamente isolado das forças políticas democráticas predominantes (LINZ e STEPAN, 1996).

E no eixo constitucional, um regime democrático é consolidado quando as forças governamentais e não-governamentais submetem-se (e habitam-se) à resolução dos conflitos dentro dos limites específicos das leis, procedimentos e instituições que foram sancionadas a partir do processo democrático (LINZ e STEPAN, 1996: 16). Nesta perspectiva, a precarização institucional mesmo que momentânea – como analisada nesta tese – corresponde a um processo não democrático que impossibilita a classificação do regime como democrático, como uma democracia consolidada.

Da mesma forma, os autores também reconhecem duas ressalvas importantes que devem ser feitas a partir dessa concepção de democracia consolidada. Primeiramente, Linz e Stepan (1996) reconhecem que ao afirmar que uma democracia é consolidada, isso não exclui a possibilidade de que ela possa deixar de sê-lo. O colapso democrático não seria em função da fraqueza da democracia constituída, mas sim de uma nova dinâmica que o regime democrático não consegue dar respostas ao conjunto de problemas que permeia a situação, criando e aumentando o espaço para uma alternativa não democrática, mesmo entre os antigos apoiadores da democracia (algo similar à dinâmica externa ao sistema político analisada por EASTON, 1965). Em suma, é possível que “*former democratic regime loyalists begin to behave in a constitutionally disloyal or semiloyal manner*” (LINZ e STEPAN, 1996: 16).

E quanto à segunda ressalva de Linz e Stepan (1996), aponta-se para o fato que não existe apenas um tipo de democracia consolidada. Isso implica que as democracias consolidadas também podem continuar incrementando sua qualidade, respondendo cada vez mais as

demandas da população e paulatinamente conseguindo aumentar a participação dos cidadãos nos processos políticos, econômicos e sociais. “*Within the category of consolidated democracies there is a continuum from low-quality to high-quality democracies*” (LINZ e STEPAN, 1996: 16). Não há então uma garantia estática de continuidade democrática e a democracia resulta em um processo de contínua melhoria e adaptação em relação aos desafios práticos que se lhe apresentam.

Embora os temores de retrocessos autoritários não tenham se confirmado na maioria dos casos na região, constata-se que os países considerados como democracias possuem instituições diferentes entre si, não havendo um padrão que possa ser elencado como o modelo de democracia ideal. Ademais, o grau em que os regimes democráticos cumprem com os requisitos dos conceitos que constituem o regime democrático possui uma grande variação de acordo com o caso em apreciação. Por mais que a maioria dos países latino-americanos se considerem democracias, existe uma grande diferença tanto de forma como de conteúdo das relações políticas sustentadas por esses regimes.

Isso fez que autores como Morlino (2004), Morlino (2009), Morlino e Diamond (2004), Schmitter (2004), Bühlmann, Merkel e Wessels (2008) passassem a falar em qualidade da democracia, buscando classificar os países em uma escala contínua de democracia, diferentemente das qualificações binárias dos regimes em democráticos ou autoritários. E essas classificações permitem observar tanto a forma institucional do regime (se consegue, e em que medida, cumprir com os requisitos estabelecidos para ser uma democracia) quanto o conteúdo democrático com a representatividade e participação cidadã (avaliação do desempenho governamental e espaços para a inserção das demandas da sociedade civil e da sociedade em geral). É uma forma de apreciar a área do Estado e da agência do regime democrático (O’DONNELL, 2011).

Um exemplo de classificação dos regimes – que será utilizado para analisar o caso paraguaio – é o realizado pelo Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina, que realiza a classificação de 18 países latino-americanos (10 sul-americanos e 8 da América Central e Caribe) desde 2002 pela Fundação Konrad Adenauer e o Polilat. São avaliadas quatro dimensões das democracias (dos cidadãos, das instituições, social e humana, e econômica) atribuindo-lhes qualificações de 10 (mais elevada) para os regimes que conseguem realizar todos os indicadores daquela dimensão, e gradualmente avaliando e comparando proporcionalmente os demais regimes com os parâmetros dos indicadores da dimensão

visualizados no país com nota máxima (podendo ser negativo, quando além do não cumprimento com o parâmetro, as políticas adotadas tiram a qualidade do regime) (KONRAD ADENAUER STIFTUNG e POLILAT, 2016: 12), calculando-se então na soma das quatro dimensões o índice geral para cada um dos 18 regimes latino-americanos da amostra (KONRAD ADENAUER STIFTUNG e POLILAT, 2016).

Segundo a concepção da Fundação Konrad Adenauer e do Polilat, *“el esfuerzo que realizamos para poner en comparación el desarrollo democrático de dieciocho países de la región desde el año 2002 tiene el sentido de apoyar esa tarea, iluminando aquellas situaciones que promueven el desarrollo y poniendo en evidencia las políticas y conductas que provocan retrocesos”* (KONRAD ADENAUER STIFTUNG e POLILAT, 2016: 7). O sítio web do IDD-Lat agrega que a classificação dos regimes possui objetivos claros, e *“en ningún modo se trata de establecer una competencia regional con ganadores y perdedores, sino una visualización de los problemas propios de cada sociedad y cada democracia para detectar las dificultades y superarlas, conociendo además, cómo hacen sus vecinos que sí lo han logrado”* (KONRAD ADENAUER STIFTUNG e POLILAT, 2018).

A análise do caso paraguaio pode ser beneficiada com essa mudança de perspectiva. A classificação binária entre autoritarismo e democracia carrega uma certa normatividade, pois o campo autoritário passou a ser identificado negativamente. Ocorre um fenômeno de utilização do conceito como uma forma pejorativa de qualificar e criticar determinados governos, posicionando-os no campo dos governos e regimes autoritários. De tal modo, ao afirmar que um país é democrático ou autoritário isso acarreta um juízo de valor, uma avaliação das elites governantes, tanto interna quanto internacionalmente.

Por outro lado, a classificação sobre a qualidade da democracia baseada em indicadores múltiplos reduz a possibilidade de críticas à subjetividade de condenações baseadas em uma disputa política entre os grupos avaliadores e avaliados, pois é necessário fazer uma verificação de quais fatores foram determinantes para uma avaliação de maior ou menor qualidade do regime, e quais políticas e instituições foram responsáveis por tal qualificação, não sendo pura e simplesmente uma disputa entre governo e oposição. A discussão deve centrar-se na metodologia utilizada pela classificação, tornando a discussão impessoal e menos subjetiva, justificando a utilização dos indicadores.

Isto posto, existem três principais concepções sobre a transição paraguaia. Primeiro estão aqueles que afirmam que a transição não foi concluída, como Morinigo (2002) quando

afirma que o processo é uma transição circular que se aproxima do ponto inicial, onde os avanços são conjunturais e não ultrapassam as limitações iniciais. Em segundo lugar estão os que dizem que a etapa da transição foi superada, mas a democracia não se consolidou, como na análise de Yore (2002) sobre o processo de transição entre 1989 e 1999, afirmando que o modelo de coalizões que sustentou a transição estava em crise em 1999, representando um desafio para conseguir consolidar uma democracia estável. A autora considera que os pactos firmados entre 1989 e 1999 foram insuficientes para estruturar o regime democrático paraguaio.

E a terceira perspectiva é aquela que se vincula com as discussões a partir do IDD-Lat, e que é a principal utilizada na tese, que é a perspectiva da qualidade da democracia. São vários autores que trabalham com essa perspectiva para analisar o caso da democracia paraguaia, como Duarte (2013) afirmando que o processo de deposição de Fernando Lugo por meio do juízo político traz um desafio e um retrocesso para a qualidade da democracia paraguaia. A mesma autora considera em outro trabalho que a democracia paraguaia fomenta avanços travados e persistem suas debilidades (DUARTE, 2015), uma visão muito próxima à visão de Barreda e Bou (2010) que consideram os avanços da democracia paraguaia em relação ao regime autoritário, mas mantendo caminhos tortuosos em sua estrutura econômico-social, nas instituições do regime e nos partidos políticos.

Outro autor que se insere na perspectiva da qualidade da democracia é Abente (2012) em um trabalho que também debate o papel das instituições do Estado para gerar comportamentos favoráveis da cidadania sobre o regime, ou seja, mudar os modos de fazer política e livrar-se dos vícios do passado – algo muito similar ao modelo circular do sistema político de Easton (1965) e ao modelo de avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996). E em outro trabalho Abente (2011) analisa os caminhos institucionais necessários para aumentar a qualidade da democracia paraguaia, fomentando a eficiência do regime.

Para apreciar o caso do regime democrático paraguaio, partindo dos principais modelos de transição, podem delimitar-se as seguintes hipóteses: primeiro, que a fragilidade democrática posterior do regime paraguaio é um efeito do seu modelo de transição, incluindo-se nas concepções apresentadas no início da discussão sobre a transição. Essa perspectiva afirma que a transição paraguaia nunca foi finalizada, pois as recorrentes crises institucionais mostram que a aposta democrática ainda não se consolidou no *modus operandi* dos atores políticos.

Entre os autores que defendem essa perspectiva estão Morinigo (2002), Yore (2002) e Rodríguez (1993). Embora com visões específicas sobre o processo, os três concordam que os

pactos feitos durante a transição são uma herança para a democracia paraguaia e um desafio para construir uma democracia real. É interessante considerar a concepção de Yore (2002) sobre a crise das coalizões e como isso acarreta uma crise de todo o aparato político-institucional construído a partir de 1989.

Entretanto, deve ser observado que a transição está inserida no próprio processo histórico de construção da sociedade paraguaia, profundamente influenciada pelo próprio desenvolvimento histórico paraguaio. É reconhecida então a pluralidade de experiências político-institucionais, dependendo dos arranjos institucionais das elites, a participação da cidadania e dos organismos da sociedade civil, relacionando-se os espaços do Estado e da agência (O'DONNELL, 2011), por meio da avaliação do desempenho institucional (PUTNAM, 1996), em uma dinâmica de demandas e suporte da população (*inputs*) e de decisões e ações do sistema político (*outputs*) (EASTON, 1965).

Aprecia-se uma segunda hipótese para o caso paraguaio: os acordos entre o governo e a oposição geram uma dinâmica política com a institucionalização de uma democracia de baixa qualidade. São reconhecidos e estabelecidos os princípios democráticos, mas eles são precários. Talvez a constituição desse processo seja influenciada pelo próprio modelo de transição, com mudanças que não alteram a estrutura econômico-social e o modelo de dominação sustentado pelas elites nacionais que conduziu o processo para a construção de uma democracia de baixa qualidade. E isso constitui o mérito e a justificativa para estudar o caso para entender como se estabeleceu o regime democrático paraguaio, o contexto da transição, para compreender por que a democracia paraguaia foi construída do modo como se observa atualmente.

Essa perspectiva se insere em um amplo debate de politólogos e politólogas que estudam a qualidade da democracia paraguaia (ABENTE, 2011; ABENTE, 2012; BARREDA e BOU, 2010; BOURSCHEID e GONZÁLEZ, 2019; DUARTE, 2013; DUARTE, 2015). Os estudos que analisam o arcabouço de normas que regem a institucionalidade democrática paraguaia (LÓPEZ, 2010; LÓPEZ, 2012) também são importantes pois reconhecem os avanços visualizados no caso paraguaio, no entanto, analisando as debilidades e dificuldades para sua manutenção estável. O debate sobre a governabilidade democrática também é importante, observando e avaliando a capacidade de legitimação do regime, seja por sua dinâmica institucional ou por sua capacidade de gerar um comportamento positivo na população (GÓMEZ, 2004; LACHI, 2004; MENDONÇA, 2004). Todos esses elementos influenciam no processo de precarização institucional.

As principais motivações para o processo de precarização institucional que acarreta a precarização democrática são problemas de institucionalidade política e problemas de institucionalidade do Estado. A primeira refere-se ao fato do estabelecimento de instituições administradoras do processo político de luta pelo poder oferecer margem para subvertê-las (mantendo-as, pois são elas que legitimam a dominação política). Há um processo de manipulação das instituições para conseguir responder as demandas imediatas das elites políticas que não são respondidas pelas instituições do regime, ou mesmo de manipulação das instituições para atender as demandas das massas, o que Putnam (1996) analisa quando existe o capital social negativo, dificultando a aceitação e manutenção da ordem estabelecida, a partir de um capital social negativo mais preocupado com os interesses individuais ou de grupos mais imediatos, uma preocupação com interesses econômico-corporativos na concepção gramsciana. Esse é um elemento relacionado com os apontamentos da teoria da modernização que foram analisados previamente, apresentando um espaço mais favorável para a democracia onde as necessidades de sobrevivência vão sendo satisfeitas.

E quanto à segunda motivação, refere-se ao fato que a institucionalidade política do regime não incentivou a eficiência estatal para gerar políticas públicas de bem-estar e eficiência econômica. Esses elementos fomentam um comportamento político negativo da população em relação ao regime e permitem subverter as instituições do regime por parte das elites ou das massas, buscando a solução para as suas demandas com a individualização das ações visando a solução das demandas.

Segundo O'Donnell (2011), um regime democrático necessita da participação do cidadão como agente dotado de direitos. O cidadão deve participar da estrutura do Estado, no sentido de dirigir as políticas estatais para responder as principais demandas cidadãs, tornando-se um elemento agente do processo de democratização, relacionando-se com a dinâmica de *inputs* e *outputs* do modelo analítico de Easton (1965). Observando-se as hipóteses lançadas para explicar o caso da democracia paraguaia nota-se que o regime paraguaio falha por não inserir a população como cidadãos agentes do processo, não conseguindo gerar uma base de apoio cidadão para manter estavelmente o modelo de dominação.

De tal modo, de todos os conceitos apresentados e analisados durante a atual seção é possível realizar uma sintetização, apreciando os conceitos mais relevantes relativos à esfera do modelo de dominação, os principais autores que embasaram essa concepção, qual o princípio de legitimidade que justifica cada conceito, qual o efeito que a aplicação do conceito possui no

modelo de dominação democrático – o atualmente existente no Paraguai – e qual a resposta que a aplicação do conceito gera nos valores sustentados pela população, a sua cultura política. Essa síntese pode ser apresentada a partir do seguinte quadro:

Quadro 3. Principais conceitos da esfera da estrutura do modelo de dominação

Conceito	Autores	Princípio de legitimidade	Efeito no modelo democrático de dominação	Resposta na cultura política
Cesarismo	Gramsci	Personalismo	Estabilização momentânea Precarização Baixa qualidade	Autoritarismo Militarismo Desconfiança institucional
Projeto político-ideológico	Gramsci	Racionalidade	Institucionalização Maior qualidade	Confiança institucional
Patrimonialismo	Weber	Tradição	Precarização Baixa qualidade	Clientelismo Autoritarismo Religiosidade
Liderança carismática	Weber	Personalismo	Estabilização momentânea Precarização Baixa qualidade	Autoritarismo
Caudilhismo	Goldman e Salvatore	Personalismo	Precarização Baixa qualidade	Autoritarismo Clientelismo Militarismo Nacionalismo Desconfiança institucional
Modernização	Bendix; Inglehart e Welzel; Weber	Racionalidade	Institucionalização Maior qualidade	Confiança institucional

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores específicos para cada conceito na análise qualitativa das entrevistas e documentos da FG em suas apresentações na política tradicional e na alternativa de mudança política serão apresentados posteriormente, no capítulo 4.

Unindo as perspectivas teórico-conceituais utilizadas até agora para compreender as duas primeiras esferas centrais do estudo, a cultura política e o modelo de dominação, foi possível compreender que há uma relação de reciprocidade entre a estrutura do modelo de dominação e os valores sustentados pela população. Compreende-se também que as duas esferas são influenciadas e influenciam em uma terceira esfera importante para conseguir alcançar os objetivos propostos pela tese: a estrutura econômico-social.

Na última seção do capítulo serão expostas e analisadas as principais características que constituem a estrutura econômico-social paraguaia, partindo dos estudos sobre as economias latino-americanas para se chegar à análise específica do caso paraguaio e as transformações ocorridas em sua estrutura econômico-social. Com esta análise será possível fechar o arcabouço teórico-conceitual com os interesses que influenciam nos valores da população, bem como nas

principais demandas que o modelo de dominação responderia para conseguir manter-se estavelmente, para conseguir manter o suporte da população ao sistema político.

1.4 Estrutura econômico-social a partir dos aportes de Economia Política

Para entender as relações de poder existentes na sociedade paraguaia faz-se necessário compreender as bases que estruturam tais relações que provêm da base material existente. É essa base material que fundamenta as relações sociais de produção que, por sua vez, organizam as relações interpessoais a partir dos mecanismos produtivos. São os interesses e demandas do ambiente econômico-social que geram as demandas e o suporte (*inputs*) que pressionam o sistema político no modelo analítico de Easton (1965), assim como os interesses individuais e coletivos pressionam a estrutura governamental por soluções para as demandas no modelo analítico de Putnam (1996).

Poderia resultar contraditório analisar como unidade uma ordem de fatores potencialmente conflituosos como a que permeia as relações político-econômicas sob o modo de produção capitalista. Não obstante, Gramsci (1999) aponta para o conceito de bloco histórico como o elemento primordial para as análises da arte e da prática política, representando a unidade entre a natureza e o espírito, entre a estrutura e a superestrutura, uma unidade entre antagonistas, opostos, distintos. Assim, o complexo conjunto das superestruturas são o reflexo⁹ do conjunto das relações sociais de produção (GRAMSCI, 1984).

Nesta concepção do bloco histórico as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, porém, tal “*distinción de forma y de contenido [es] meramente didascálica, porque las fuerzas materiales no serían concebibles históricamente sin forma y las ideologías serían caprichos individuales sin las fuerzas materiales*” (GRAMSCI, 1984: 160). Por conseguinte, no contexto de um Estado devem ser observados tanto elementos da cultura e do pensamento, quanto elementos do domínio político que interagem sobre o momento da hegemonia e do consenso como uma forma necessária do bloco histórico concreto (GRAMSCI, 1986).

O conceito de bloco histórico pode ser assim definido: a combinação de elementos da estrutura econômico-social (grupos econômicos beneficiados com o modelo) com elementos da

⁹ Portelli (2002) ressalta que a expressão “reflexo” não se refere a uma reprodução mecânica, de modo que as superestruturas estariam subordinadas à estrutura, mas sim que os elementos desenvolvidos no interior das superestruturas (que possuem uma dinâmica específica) não estão desvinculados dos elementos materiais e das relações de classe presentes na estrutura. Há de se observar então a relação orgânica entre estrutura e superestruturas.

superestrutura política e ideológica (organização política estatal e seu relacionamento com a sociedade civil). Esse conceito é o mesmo utilizado por Gramsci e sintetizado por Voza *apud* Liguori e Voza (2017: 66-67) e por Portelli (2002), e que foi examinado na seção anterior quando se analisou o caráter de classes que permeia o Estado integral.

Visualiza-se essa intrínseca relação entre a base material e o movimento histórico no conceito de bloco histórico. A teoria gramsciana parte da aceitação e filiação a dois princípios fundamentais: “uma formação social não aparece antes que não tenham se desenvolvido todas as forças produtivas para as quais ela ainda é suficiente, e a humanidade se coloca apenas aquelas tarefas que ela pode resolver” (COSPITO *apud* LIGUORI e VOZA, 2017: 269). A questão que qualquer análise gramsciana deve se colocar é a de saber como, a partir das estruturas, nasce o movimento histórico? É dessa questão que nasce o materialismo histórico na visão gramsciana e é a partir dessa questão que se estabelece a discussão teórico-conceitual utilizada na tese, unindo as três esferas centrais do estudo.

O arcabouço teórico weberiano também permitiu a observação do entrelaçamento das esferas centrais do estudo, lembrando que para Weber (1999a) os meios econômicos empregados pelos agentes para conservar a sua dominação influenciarão na forma adquirida pela estrutura de dominação. A apreciação weberiana sobre a dominação também considera que os interesses econômicos dos indivíduos influenciam nos valores que serão sustentados na coletividade, bem como influenciam nos moldes que a estrutura de dominação toma para conseguir sua auto justificação e legitimar-se ante os dominadores e os dominados.

E no contexto do Paraguai pós-Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) as relações sociais de produção passaram a ser moldadas pelos mecanismos do sistema capitalista internacional. Contudo, a inserção do Paraguai no sistema capitalista trouxe as peculiaridades de uma nação periférica e dependente no circuito financeiro e produtivo internacional, o que traz suas consequências para estabelecer parâmetros teórico-conceituais que forneçam subsídios analíticos para lograr a compreensão do caso. Retomando a concepção de Bendix (1996) sobre o processo de modernização em antigas estruturas coloniais, o processo de construção da estrutura econômico-social paraguaia está imerso na apreciação da relação de dependência ou independência em relação aos antigos poderes coloniais, não podendo ser ignorada a importância que tal relação tem para delimitar as possibilidades de desenvolvimento.

Inicia-se a análise teórico-conceitual com as principais características das estruturas econômico-sociais dos países latino-americanos, para posteriormente alcançar a análise mais

específica dos problemas que concernem a estrutura econômico-social paraguaia. Primeiramente, se analisam conceitualmente algumas das características das estruturas econômico-sociais latino-americanas e logo na sequência parte-se para o debate teórico da dependência que tenta explicar as características elencadas.

Algumas das principais características das estruturas econômico-sociais latino-americanas surgem com a própria construção dos Estados latino-americanos (ao longo do século XIX), constituindo-se em problemas históricos que vão recebendo distintas abordagens para a sua superação ao longo da história. Mesmo assim, ainda são problemas que interferem nas relações sociais dos povos latino-americanos.

A primeira característica analisada é a economia dependente. Os países latino-americanos inseriram-se de forma dependente durante o processo de transição das estruturas coloniais para um capitalismo periférico, dependente ou subdesenvolvido. Foi durante o século XIX que ocorreu essa alteração de estrutura econômica, com as independências políticas e a padronização econômica (salvo algumas exceções, como o Paraguai até 1870¹⁰) de acordo com as necessidades do capitalismo internacional que ultrapassava os limites da Europa (SUNKEL, 1970). Retomando os apontamentos de Easton (1965), este é o início do processo de alteração de uma economia de subsistência para a economia monetária, ou como apontado por Inglehart e Welzel (2009) seria a transição de sociedades pré-capitalistas para sociedades capitalistas, mas uma transição que se desenvolveu com características específicas.

Nessa alteração de estrutura econômico-social visualiza-se a superação da escravidão, substituída pela mão de obra assalariada, alterando as relações de produção no interior das sociedades latino-americanas. Para alcançar tais mudanças foi necessário padronizar modelos institucionais pelas reformas liberais que visavam a inclusão na economia de *laissez-faire* sustentada pela hegemonia mundial do capitalismo inglês. Mas essa mudança de estrutura econômico-social não representou uma inclusão definitiva no modelo, pois segundo Sunkel (1970) a história independente latino-americana é marcada pelo “caráter limitado da transição ao capitalismo”, mantendo-se sempre à margem do centro do sistema mundial capitalista.

Houve uma alteração formal das instituições adaptando-se aos ditames do capitalismo internacional, mas o conteúdo das relações sociais continuava mantendo boa parte dos padrões

¹⁰ Durante os governos da Primeira República (1811-1870) a economia paraguaia estava centrada no Estado, paulatinamente abrindo suas fronteiras para o comércio internacional (também controlado pelo Estado) (CARDOZO, 1987 e DONGHI, 1975).

do período colonial, conformando o neocolonialismo. Foi uma forma encontrada pelas elites locais para conseguir receber parte dos benefícios acumulados pelo centro do sistema capitalista, enquanto as massas seguiam com condições de vida distantes das vivenciadas pelas elites (STAVENHAGEN, 1974). A inserção dependente e a conformação do neocolonialismo foram uma resposta tanto às necessidades do capitalismo internacional quanto das elites locais.

Essa inserção dependente no capitalismo mundial segue a lógica das vantagens comparativas¹¹. Como fundamento do comércio internacional do século XIX os preceitos das vantagens comparativas afirmavam que as nações deveriam se especializar na produção dos produtos que eram naturalmente mais propensos, mais eficientes na produção, a sua vocação produtiva. E o comércio mundial seria a ferramenta para potencializar os benefícios daquilo que era produzido internamente. Contudo, o problema residia no financiamento da produção em escala ampliada dos produtos, para torna-los atrativos e suficientemente rentáveis no comércio internacional. O problema foi resolvido com o uso da dívida, recorrendo aos capitais financeiros internacionais. Portanto, necessitando do comércio e das finanças internacionais para viabilizar a inserção no capitalismo internacional, as estruturas econômico-sociais latino-americanas foram construídas de forma essencialmente dependente (PREBISCH, 1981).

Esse processo de construção da economia dependente nos países latino-americanos pode ser dividido em três períodos fundamentais que delimitaram as linhas gerais das economias latino-americanas e sua relação com as economias centrais do capitalismo mundial (SUNKEL, 1970). Neste marco histórico do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento, analisando as relações da periferia latino-americana com o centro do sistema mundial capitalista, considera-se que o primeiro período marcou o andamento da revolução industrial, fundamentalmente entre 1750 e 1850, onde a América Latina se inseriu como periferia dependente respondendo à necessidade de reconhecimento como participante do sistema mundial capitalista para posteriormente usufruir dos benefícios de tal inserção.

O segundo período foi o auge do centro do capitalismo mundial, entre 1850 e 1913, a chamada *Belle Époque* do capitalismo mundial com a expansão dos países principais do Sistema Internacional. Foi o período do florescimento do capitalismo imperialista, a definitiva mundialização do sistema capitalista onde as estruturas produtivas, comerciais e financeiras tornaram-se mundializadas (FOSSAERT, 1991). Neste período ocorreram transformações

¹¹ Formulada inicialmente pelo economista inglês David Ricardo e que se tornou a base para a expansão internacionalizada do capitalismo, fora dos limites europeus.

estruturais na periferia do sistema capitalista, com as reformas liberais que buscavam padronizar a periferia de acordo com as necessidades do centro capitalista. É neste período que ocorre a definitiva inclusão dependente da América Latina no capitalismo mundial.

E o terceiro período de inserção dependente do capitalismo periférico se deu com a crise no centro, entre 1913 e 1950, período marcado pelas guerras mundiais e a recessão (especialmente com a crise desencadeada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929). Neste período ocorreram novas transformações estruturais na periferia, observando-se a passagem do Estado liberal para o desenvolvimentista, superando a lógica de vantagens comparativas, mas necessitando cada vez mais de recursos internacionais para financiar a dinâmica das estruturas econômico-sociais internas. Foi neste período que também visualizou-se o início dos processos de urbanização e industrialização, de forma essencialmente desordenada, fomentando a precarização das condições de vida das massas, juntamente com o aprofundamento das assimetrias entre as elites e as massas.

Como legados dessa transição imperfeita do colonialismo para o capitalismo, construindo um capitalismo periférico de características específicas, é possível elencar três problemas centrais (que atualmente ainda se mostram como desafios aos países latino-americanos): a pobreza, a desigualdade e a debilidade estatal.

Analisando a questão da pobreza e a necessidade de gasto social para tentar corrigir os efeitos negativos da pobreza na América Latina, Ocampo (1998) afirma que a região é caracterizada por uma grande desigualdade social. Isso derivaria de uma concentração histórica dos recursos nas mãos das elites locais que buscam reproduzir os padrões estabelecidos nos centros do capitalismo, visando expandir a sua extração de recursos com os menores custos. No caso da América Latina, diferentemente de outras regiões periféricas, a desigualdade é maior que a pobreza, mas a pobreza também é elevada. Ou seja, a assimetria na distribuição dos recursos é a característica fundamental das estruturas econômico-sociais latino-americanas.

Neste sentido, Ocampo (1998) define o Estado, através do papel dos gastos sociais, como o principal responsável pela correção das assimetrias existentes. Como as elites são beneficiadas pela concentração de recursos, não seria de seu interesse alterar a situação, restando à interferência estatal a possibilidade de mudança. Isso ocorreria por meio da formação e o financiamento de capital humano. Com uma força de trabalho mais especializada em novos mecanismos de produção, beneficiando-se da reprodução em escala global dos processos produtivos. Para o autor esta seria uma forma de romper com o ciclo histórico de desigualdade,

pela ação estatal. No entanto, o predomínio dos interesses e valores das elites no interior do sistema político é um dos principais entraves para se avançar na solução da problemática.

Portanto, pode conceituar-se a América Latina como um continente entortado onde há a combinação de desigualdade e pobreza, criando uma situação de manutenção da miséria em determinados estratos da sociedade. Observa-se uma baixa correlação entre Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, as condições de vida existentes para uma grande parte da população são piores do que o esperado. Enquanto uma pequena elite concentra a maioria dos recursos nacionais, as massas urbanas e rurais convivem com uma situação muito mais precária com poucos recursos. O que se visualiza é uma má distribuição desequilibrada, um “excesso de desigualdade” criando realidades diametralmente opostas dentro de uma mesma nação (HOFFMAN e CENTENO, 2006).

Além disso, quando ocorrem mudanças econômicas, a dificuldade de ocorrer mudanças sociais gera o que Baquero (2012: 88) conceitua como o “paradoxo de Tocqueville”, isto é, “países com situações de algum crescimento econômico podem gerar mais tensões sociais do que contextos onde a inexistência de mobilidade social convive com elevados níveis de desigualdade. Quando a situação social parece que pode ser modificada, o potencial de conflito aumenta”. O problema é novamente a desigualdade que dificulta alterar a situação existente.

Como consequência da má distribuição desequilibrada o crescimento econômico apenas atenua a pobreza, com um pequeno desborde dos recursos acumulados pelas elites que favorece as massas, enquanto as elites tornam-se ainda mais ricas (HOFFMAN e CENTENO, 2006). Soma-se a isso os problemas advindos da má distribuição fundiária que é importante em uma região onde a terra é um recurso de poder e extração de riqueza, convertendo-se em ativo fundamental das economias nacionais e elemento essencial para garantir o poder das elites (FILGUEIRA e ALEGRE, 2008). E essa concentração fundiária guarda uma relação direta com a pobreza rural e mesmo a pobreza urbana, pois a concentração de terras em grandes latifúndios monocultores gera uma pressão sobre os pequenos proprietários, arrendatários e camponeses que são pressionados a migrar para as cidades e se concentrar nos bolsões de miséria criados nas periferias dos grandes centros urbanos.

Ademais, a partir da concentração de recursos tem-se uma má qualidade educativa que contribui para a manutenção de massas clientelistas. Existem também estereótipos excludentes com clivagens de gênero, raça e classe que contribuem para aprofundar a hierarquização social causada inicialmente pela má distribuição. Mesmo com a transição incompleta para o

capitalismo viu-se a permanência de uma estrutura social pré-moderna – o neocolonialismo – que manteve uma forma interna de colonialismo, caracterizada pela hierarquização de grupos de acordo com estereótipos excludentes reforçados pela desigualdade na distribuição de recursos (HOFFMAN e CENTENO, 2006; OCAMPO, 1998). A estrutura econômico-social desigual é mantida por relações de produção pautadas pela informalidade econômica que favorece o clientelismo e caudilhismo, fenômenos que foram analisados teórica e conceitualmente nas seções anteriores deste capítulo.

A solução estatal para o problema, como sugerido por Ocampo (1998), passa por um desafio que se mantém desde as independências dos países latino-americanos: a debilidade estatal. Com as mudanças ocorridas a partir do século XIX construiu-se o Estado neocolonial, um Estado basicamente débil ou superficial. Entre as principais debilidades observam-se as seguintes: a capacidade de operar sobre os sistemas de extração e distribuição de riquezas nacionais, que passaram a vincular-se cada vez mais com os fluxos do capitalismo internacional e a representar esses interesses de forma local; a capacidade de ser soberano frente as pressões internacionais, devido às pressões da institucionalização padronizada dos centros do sistema mundial capitalista; a capacidade de monopolizar a coerção, seja pelo poder dos líderes locais, seja pela desintegração social; a capacidade de incorporar a sociedade civil com direitos sociais e políticos, mantendo relações clientelistas onde as políticas públicas são tratadas mais como bens e benefícios negociáveis do que como direitos adquiridos pelos cidadãos (HOFFMAN e CENTENO, 2006).

Uma tentativa de superar esses problemas foi através do Estado desenvolvimentista quando se observou a expansão do Estado e de suas funções, principalmente entre as décadas de 1930 e 1970. Contudo, seus resultados finais acabaram legando certa ineficiência estatal, pela manutenção das práticas clientelistas, a manutenção da dependência externa (principalmente de capital, que acabou agravando a crise da dívida na década de 1980, pois a existência interna dos bens de capital era insuficiente para as necessidades do modelo desenvolvimentista) e a permanência de setores exportadores de baixa produtividade. A riqueza continuou concentrada, aprofundando a lógica de desborde¹² dos benefícios e não de uma distribuição. Outro legado do Estado desenvolvimentista foi o estabelecimento de uma

¹² A lógica de que quanto mais for ampliada a extração de riquezas, maior a possibilidade dessas riquezas chegarem para toda a população (HOFFMAN e CENTENO, 2008). Não há aqui uma preocupação com a distribuição das riquezas, o que gera as críticas sobre o aumento da desigualdade, concentrando ainda mais os recursos.

cidadania regulada com a incorporação das massas na política de forma subordinada, visando legitimar as novas relações de poder (FILGUEIRA e ALEGRE, 2008).

Assim, é possível afirmar que ocorreram poucas mudanças estruturais desde a construção dos Estados latino-americanos. Os modelos instituídos desde a colônia, passando pelo neocolonialismo (com o estabelecimento do capitalismo dependente), o desenvolvimentismo buscando superar esses problemas mas esgotando-se com a crise de endividamento, o neoliberalismo e seu receituário para a reestruturação econômica (especialmente durante a década de 1990), chegando aos contemporâneos debates sobre o neodesenvolvimentismo que também passam por um período de crise, todos esses modelos não conseguiram superar os problemas surgidos da lógica extrativista e desigual da estrutura econômico-social – vinculada com a expansão e reprodução ampliada do capitalismo internacional –, e a construção da sociedade civil como clientela das elites político-econômicas, mantendo a tutela governamental sobre a cidadania.

A desigualdade é um fenômeno visto em distintas esferas, desde o acesso à educação, à saúde e aos serviços públicos, questões concernentes ao acesso à terra e outros ativos essenciais para a produção primária, passando pelo funcionamento dos mercados de crédito e trabalho formais concentrados e reproduzindo a hierarquização social, culminando nos problemas da participação cidadã e influência dos interesses econômicos no regime político adotado. Há a persistência de instituições excludentes que fomentam a hierarquização social cunhada nas clivagens estereotipadas da estrutura econômico-social (HOFFMAN e CENTENO, 2006).

E a desigualdade acarreta custos à estrutura econômico-social, pois aumenta os níveis de pobreza, diminui o impacto do desenvolvimento econômico nas condições de vida da população, prejudica o próprio crescimento econômico reduzindo a capacidade dinâmica da economia de se expandir com restrições no aumento da demanda. Além disso, a falta de equidade no acesso ao crédito, à educação e à saúde acaba fomentando as tensões sociais que dificultam a manutenção estável do modelo de extração de recursos (HOFFMAN e CENTENO, 2006; OCAMPO, 1998), se for considerada a relação entre os interesses econômicos e a estrutura do modelo de dominação (como efetuado até agora a partir de Easton, Putnam, Weber, Gramsci, Bendix e Inglehart e Welzel).

As raízes do problema da desigualdade na estrutura econômico-social residem em fenômenos como a subordinação das massas, a existência de instituições que funcionam como forma de concentrar a propriedade e o poder permitindo a administração do trabalho, logrando

manter a posição privilegiada da elite e a exclusão dos subordinados, fundado em uma relação clientelista que se reproduz ao longo do tempo (SUNKEL, 1970). E a resposta estatal ao problema é ineficiente, principalmente devido à incapacidade estatal com uma pressão burocrática alta (influenciada pelas relações clientelistas) e uma pressão tributária baixa para manter a extração de recursos sem grande interferência estatal, permanecendo com certo grau de eficiência econômica para as elites. Ambas fomentam o clientelismo e mantêm um Estado grande, mas com baixa capacidade (OCAMPO, 1998).

Uma tentativa de explicação para todos esses fenômenos que buscou resolver o problema histórico do (sub) desenvolvimento econômico latino-americano foi fornecida pelas teorias latino-americanas do desenvolvimento e da dependência.

A discussão teórica sobre o desenvolvimento parte da premissa de que quanto mais pobre for um país, mais desigual e menos instruído será seu povo e mais difícil será governar e formular políticas econômicas apropriadas (SUNKEL, 1970). Essa premissa surge da compreensão dos obstáculos gerados pela desigualdade, já discutida anteriormente, mas relaciona-se também com o marco teórico-conceitual estabelecido na seção anterior, sejam os modelos de dominação (Weber e Gramsci) ou a modernização (Bendix, Inglehart e Welzel).

O que deve ser feito analiticamente, segundo Sunkel (1970), é identificar a etapa do desenvolvimento presenciada em determinada estrutura econômico-social latino-americana, algo similar ao proposto por Inglehart e Welzel (2009). A primeira etapa é a acumulação primitiva, onde o objetivo é criar uma classe capitalista mínima visando completar a modernização da estrutura econômico-social. A segunda etapa é a revolução capitalista, onde é construído um Estado verdadeiramente nacional e aprofunda-se o processo de industrialização com a intensificação do crescimento econômico. Ou seja, dotada dos elementos prévios a estrutura econômico-social busca seguir, manter e aprofundar o desenvolvimento capitalista. A terceira etapa é caracterizada pela estratégia nacional de desenvolvimento quando se alteram as variáveis reais (a base material) e institucionais que influenciam na economia nacional, unindo atores estatais e privados para criar complexos produtivos complementares cujo crescimento influencie no desenvolvimento da economia em geral.

Com a base institucional moldada de acordo com os interesses da estratégia nacional de desenvolvimento, uma quarta etapa seria a da substituição de importações onde tem-se um papel central do Estado, do déficit público para financiar a mudança produtiva gerando um problema de inflação que é pressionada pela expansão da economia de modo induzido pelo Estado. É

com a quarta etapa que se busca superar a visão convencional das vantagens comparativas e passa-se a produzir internamente produtos com um maior valor agregado, necessitando de uma mudança nas relações de produção, nas relações de trabalho e nas relações de comércio internacional (KAY, 1991; SUNKEL, 1970).

Sob o marco das teorias latino-americanas do desenvolvimento buscou-se refutar a teoria neoclássica e da modernização (em sua versão clássica, que também foi criticada por BENDIX, 1996 e por INGLEHART e WELZEL, 2009). O desenvolvimento latino-americano seria consequência de alterações na estrutura econômico-social induzidas a partir da estratégia nacional de desenvolvimento, com uma visão nacional própria do processo. Observam-se duas vertentes centrais dessas teorias latino-americanas do desenvolvimento: a estruturalista e a marxista (KAY, 1991).

A vertente estruturalista afirma que são necessárias reformas que superem o subdesenvolvimento, inserindo as economias latino-americanas de forma distinta no sistema mundial capitalista, não ficando restritas à dependência das vantagens comparativas. A vertente marxista, por sua vez, afirma ser necessária a inserção das economias latino-americanas no socialismo internacional, que superaria as assimetrias capitalistas e assim permitiria incentivar o desenvolvimento (KAY, 1991).

Ingressando na análise das teorias e conceitos produzidos a partir das duas vertentes supracitadas encontram-se algumas interpretações que fornecem subsídios interessantes para compreender a realidade latino-americana. Uma das mais consagradas foi a teoria do estruturalismo, cujo principal expoente foi Raúl Prebisch, fornecendo a primeira visão de mudança da economia latino-americana que se tornou a principal discussão a partir da década de 1950. O estruturalismo parte do paradigma centro-periferia, compreendendo que o desenvolvimento do capitalismo seria feito a partir da diferenciação entre esses dois espaços, onde o maior desenvolvimento do centro fomentaria o subdesenvolvimento da periferia. Isso ocorreria devido à deterioração dos termos de troca, ou seja, no comércio internacional os países periféricos esforçam-se cada vez mais para conseguir manter os mesmos fluxos comerciais, é preciso produzir cada vez mais produtos primários para fazer frente aos custos da compra dos produtos manufaturados e industrializados, devido aos movimentos de trocas que fazem os produtos manufaturados e industrializados valorizarem-se mais do que os produtos primários.

Para conseguir superar esse processo, Prebisch (1981) afirmava ser necessário adotar uma estratégia de “desenvolvimento para dentro”, preocupando-se com a mudança na produção

interna seguindo as necessidades das economias latino-americanas e não seguindo os padrões do sistema mundial capitalista. Isso seria possível a partir de um processo de industrialização das economias latino-americanas inicialmente com a substituição de importações, conseguindo produzir internamente o que até então era importado dos centros capitalistas.

Como o estruturalismo estava preocupado fundamentalmente com a mudança nas relações de produção e comércio, outras questões ficaram em segundo plano, basicamente aquelas vinculadas com as relações sociais. Neste sentido, surgiu a teoria do colonialismo interno preocupada basicamente com as relações étnicas e de classe que se estabeleceram na América Latina (STAVENHAGEN, 1974). Além das diferenças entre centro e periferia no sistema mundial capitalista, Stavenhagen (1974) afirma que na América Latina existem relações de exploração e dominação interna que respondem aos interesses das elites econômicas nacionais. Ou seja, não é apenas a reprodução de um modelo externo, é uma estrutura de dominação que serve à manutenção do poder e da extração de recursos por parte das elites nacionais. A atenção dos autores estava voltada para os vínculos entre classe e etnicidade, observando que as relações econômicas possuem uma base étnica reproduzindo a hierarquização social mantida pelo colonialismo interno.

Outro debate importante para compreender a realidade latino-americana reside no conceito de marginalidade, cujos principais expoentes são Germani (1980) e Quijano (1971). Os autores analisam como se constituem as relações sociais a partir do modelo de acumulação capitalista. Com as mudanças ocorridas nas economias latino-americanas ao longo do século XX, alguns processos econômicos acarretaram a deterioração das relações sociais e das condições de vida de uma parcela considerável da população.

A rápida urbanização pressionada pela “explosão demográfica” é um dos elementos centrais das análises dos autores. O êxodo rural gera a disseminação dos chamados “bolsões de pobreza”, pois a população rural que migra para as cidades acaba aumentando a mão de obra excedente e sem uma qualificação mínima para os trabalhos urbanos que não consegue ser absorvida pela produção industrial. Além deste problema de precarização das condições de vida dos novos moradores urbanos, outro ponto que chama a atenção dos autores é a transição com coexistência entre o moderno e o tradicional. Padrões de relações sociais tradicionais do campo são defrontados com a realidade da urbanização e da sociedade de consumo, o que acaba gerando choques e tensões (GERMANI, 1980 e QUIJANO, 1971).

Essa apreciação da convivência de valores tradicionais e modernos foi realizada de forma mais detida na seção anterior quando discutiram-se aspectos da teoria da modernização, lembrando que os autores utilizados para o debate (BENDIX, 1996; INGLEHART e WELZEL, 2009) afirmam e examinam a coexistência do moderno com o tradicional. A herança da tradição retorna na apreciação das opções presentes e a racionalidade do processo de modernização é influenciada pelos valores tradicionais sustentados pelos indivíduos e pela coletividade.

E uma última visão teórica importante para entender a realidade latino-americana é a da teoria da dependência, representando uma continuação dos debates do estruturalismo, incorporando as variáveis sociais e políticas que as demais teorias apontavam como sendo relevantes para a análise. A teoria da dependência pode ser dividida em variantes estruturalistas (como nos estudos de CARDOSO, 1971; FERRER, 1963; FURTADO, 1974; PINTO, 1970; PINTO, 1972 e SUNKEL, 1970) que são aquelas que acreditam na possibilidade de reforma das estruturas do capitalismo latino-americano, e as variantes marxistas (como nos estudos de BAMBIRRA, 1978; DOS SANTOS, 1978; FRANK, 1991; MARINI, 1990 e QUIJANO, 1971) considerando ser necessária uma mudança no modo de produção superando o capitalismo. Seriam diferentes perspectivas das variáveis centrais que resultam em diferentes estratégias para superar o problema da dependência.

Em geral, a teoria da dependência procura explicar as novas características do desenvolvimento dependente. Após o início da industrialização substitutiva baseada nos preceitos do estruturalismo ocorrida pós-ciclo depressivo (da década de 1930), os autores começam a observar uma nova realidade no capitalismo latino-americano onde a industrialização e a urbanização são processos que apresentam novos desafios analíticos (BIELSCHOWSKY, 2000).

O subdesenvolvimento seria o resultado histórico do próprio desenvolvimento capitalista, pois para possibilitar a reprodução ampliada do capital e a sua expansão é necessária a existência de reservas de mercado que possam ser acionadas, como são as periferias. Para o capitalismo se desenvolver é necessário existir o subdesenvolvimento. Contudo, existem algumas limitações do desenvolvimento periférico, principalmente devido à hegemonia de enormes grupos econômicos – vinculados aos conglomerados econômicos internacionais – e poderosas forças imperialistas que se impõem na realidade local (BIELSCHOWSKY, 2000).

Algumas ideias centrais que perpassam a teoria da dependência (em suas distintas vertentes) são as seguintes: o subdesenvolvimento periférico está conectado de maneira estreita

com a expansão dos países industrializados; o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal, que é o desenvolvimento e expansão do capitalismo; o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; a dependência, contudo, não é apenas um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (KAY, 1991). Portanto, a análise da estrutura econômico-social deve levar em conta elementos das demais esferas da sociedade, a dependência não é um fenômeno puramente econômico e reflete na desigualdade presente nas demais esferas, reproduzindo a situação de dependência econômica e desigualdade social, política e econômica.

Não obstante a importância analítica da dependência, as teorias latino-americanas do desenvolvimento sofreram várias críticas a partir da falência do nacional-desenvolvimentismo, basicamente a partir da década de 1980 quando ocorreu a exaustão da substituição de importações e intensificou-se a crise de endividamento externo. Observa-se o predomínio da interpretação da dependência associada na América Latina, criticada pela vulnerabilidade das contas públicas (BIELSCHOWSKY, 2000; KAY, 1991).

Analisando retrospectivamente os resultados obtidos a partir da aplicação da teoria da dependência para compreender a realidade latino-americana, podem ser vistas algumas debilidades analíticas que foram alteradas pela teoria da dependência e que justificam sua utilização como um dos marcos teóricos para entender a estrutura econômico-social paraguaiá. Primeiramente, a ênfase na deterioração dos termos de troca que era central no estruturalismo foi substituída por um novo enfoque nas relações de produção (e em sua apropriação) e não de troca (KAY, 1991).

Em segundo lugar, a visão do desenvolvimento dos países centrais como exploração dos periféricos, que também era base para a teoria estruturalista (a dicotomia centro-periferia), também é alterada para uma visão centrada na análise da apropriação e uso interno do excedente econômico de acordo com interesses das elites nacionais e não apenas dos centros do sistema mundial capitalista. Visualiza-se uma relação entre interesses das elites nacionais e internacionais. Um terceiro elemento diz respeito ao papel do Estado, visando a superação da dicotomia Estado-mercado definitivamente e focando em estratégias conjuntas de atores estatais e privados (KAY, 1991).

Em quarto lugar, a mudança na concepção do papel da sociedade civil que passa a focar no caráter de organização e articulação fora do Estado, superando a visão da cidadania tutelada.

Em quinto lugar, a variedade de processos de exploração, não analisando apenas a exploração econômica, mas também os processos de exploração étnicos, de gênero, culturais e o próprio clientelismo, todos elementos vinculados com a hierarquização excludente que embasa as sociedades latino-americanas. E por fim, um sexto elemento seria a compreensão da possibilidade e variedade de estilos e estratégias para o desenvolvimento, superando a visão dicotômica desenvolvimento-subdesenvolvimento (KAY, 1991).

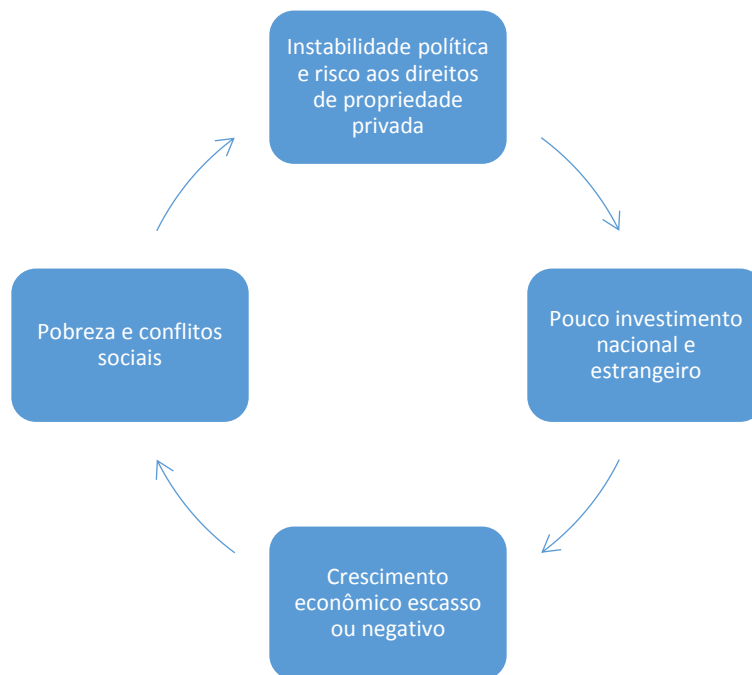
De tal modo, entende-se que a estrutura econômico-social não está isolada diante das demais esferas das sociedades latino-americanas, como proposto pelo modelo de *inputs* e *outputs* de Easton (1965) ou pelo modelo de avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996). E todos esses fenômenos acarretam, em última instância, desafios para conseguir manter estavelmente o modelo de dominação política, como pode ser apreendido das análises weberiana e gramsciana. É um processo que se retroalimenta, vinculando as desigualdades da estrutura econômico-social com as tensões para manter a autoridade do regime político, apreciando-se a necessidade de legitimar a dominação do regime político para se manter estavelmente, manter o suporte da população ao sistema político (EASTON, 1965).

Uma outra interpretação que vincula a estrutura econômico-social com o modelo de dominação é apresentada por Mendonça (2007) quando estabelece um círculo vicioso da instabilidade política, entendendo a influência da instabilidade política na economia nacional no caso paraguaio. A proposta teórica do autor se insere no debate sobre a influência da pobreza e da desigualdade no crescimento econômico, e como as limitações para a transposição dos resultados econômicos em mudanças sociais fomentam a instabilidade e os conflitos sociais.

Mas a preocupação central é compreender como os conflitos e tensões sociais que geram a instabilidade política fomentam a desconfiança e o temor dos investidores (internos e estrangeiros). Com o afastamento dos investimentos o resultado é o aprofundamento das dificuldades econômicas que retroalimentam os conflitos e tensões sociais. No modelo observa-se a importância das desigualdades na manutenção da instabilidade política, pois devido à debilidade institucional a solução para as demandas das massas acaba sendo obstaculizada, e a sua mobilização visando a solução das demandas interfere na manutenção estável da extração de recursos por parte das elites.

O esquema teórico-analítico estabelecido por Mendonça (2007) pode ser visualizado com a seguinte figura:

Figura 3. Círculo vicioso da instabilidade política



Fonte: Mendonça (2007: 26).

O modelo de Mendonça (2007) acaba resultando em uma simplificação da situação, pois os conflitos e tensões sociais podem existir mesmo com o alto crescimento econômico. A relação direta feita entre instabilidade político-social com a área econômica acaba apontando para um argumento conservador, fazendo uma oposição entre a ordem e as liberdades, para justificar a supressão das mobilizações sociais com o objetivo de não afugentar investidores e assim conseguir fomentar o crescimento econômico. O argumento conservador paraguaio afirma que a pobreza e os conflitos sociais levam à instabilidade, e apenas a melhora da situação econômica nacional pode prover os recursos necessários para solucionar os conflitos sociais, necessitando de ordem que possibilite a extração de recursos.

Segundo Mendonça (2007), a solução paraguaia recorrente para o círculo vicioso da instabilidade política é assegurar os direitos de propriedade reprimindo ou mitigando os direitos sociais e políticos dos grupos que demandam e pressionam o governo por soluções aos problemas da pobreza, mantendo a ameaça permanente de conflitos sociais. As situações econômicas positivas, quando ocorrem, são apenas uma conjuntura superficialmente favorável, mas que não conseguem solucionar os problemas mais profundos da estrutura econômico-social (o que também é apontado por BAQUERO, 2008 sobre a situação latino-americana mais geral).

Neste sentido, a utilização do esquema apresentado por Mendonça (2007) para a tese refere-se à apreciação da estrutura econômico-social como a base material que suscita as

demandas da população (tanto das massas como das elites) que serão transformadas em grupos de interesses que pressionarão o Estado por respostas governamentais. Contudo, entende-se que o modelo simplifica a realidade, mas fornece um subsídio interessante para compreender a justificação da repressão da mobilização social por parte da coalizão conservadora paraguaia.

1.4.1 Principais características da estrutura econômico-social paraguaia

O modelo analítico de Mendonça (2007) pode ser melhor compreendido quando se analisam alguns elementos centrais que constituem a estrutura econômico-social paraguaia e interferem nas demandas apresentadas pela população. Listam-se seis elementos que serão analisados teórica e conceitualmente na sequência, que são os seguintes: o modelo primário-exportador, o êxodo rural, o trabalho informal e precário, a especulação, a estrangeirização e a corrupção. Cada um desses elementos influencia no surgimento de demandas da população (tanto dos setores das elites quanto dos setores das massas) que conformarão a cultura política da população e influenciarão no modelo de dominação construído.

Quanto ao modelo primário-exportador, considera-se que a economia paraguaia – depois da finalização da Guerra da Tríplice Aliança em 1870 – historicamente se inseriu de forma dependente no sistema mundial capitalista como um provedor de produtos primários e matérias-primas, o que Masi e Borda (2011) chamam de “persistência do modelo”. Como consequências da “persistência do modelo” observa-se a concentração de recursos produtivos em latifúndios monocultores que se tornaram um importante propulsor da produção dos grandes complexos agroexportadores (como soja, milho, algodão, pecuária) (LAINO, 1979; PASTORE, 2008). A terra converteu-se em um elemento essencial para a produção e de exercício de poder por parte das elites econômicas e políticas, gerando alguns conflitos pela sua posse (LAINO, 1979; PASTORE, 2008). Segundo Goiris (2004), o que ocorreu no caso paraguaio foi o desenvolvimento de um modelo de exploração capitalista primitiva, buscando a maior extração de recursos com os menores custos possíveis encontrando no modelo primário-exportador uma possibilidade de realizar tal objetivo.

Outra consequência da expansão do modelo primário-exportador consiste no segundo elemento da análise: o êxodo rural. Quanto mais avançam os grandes complexos agroexportadores, maior a necessidade de terras para aumentar a produção. Junto a isso, há uma necessidade crescente por créditos e novas tecnologias de produção agrícola para poder aumentar a rentabilidade e responder às demandas do mercado internacional de *commodities* (BOZZOLASCO, 2013; FOGEL, 2011). Por outro lado, a agricultura familiar camponesa, que

é tradicional no Paraguai e representa a base da formação social do povo paraguaio (segundo o estudo de BENÍTEZ, 2011), passa a ser pressionada pelo avanço do modelo agroexportador. Não possuindo os mesmos incentivos que os latifundiários e não conseguindo os créditos necessários para a produção, conseqüentemente, é fomentado um processo de saída dos camponeses do campo e sua migração para as cidades que vão aprofundando seu processo de urbanização. Contudo, como a economia paraguaia mantém suas bases gerais, a absorção dos novos moradores urbanos pela economia urbana não ocorre de forma planejada. O que se visualiza é um processo de urbanização precária com a concentração dos novos moradores nas periferias das cidades, nos chamados “bolsões de pobreza” (BOZZOLASCO, 2013).

É um processo similar ao conceituado por Stavenhagen (1974) sobre o colonialismo interno, pois representa a estruturação interna do modelo de extração de riquezas respondendo aos interesses das elites econômicas. É também um processo similar ao conceituado por Germani (1980) e Quijano (1971) sobre a marginalidade, já que a expansão do modelo se constitui a partir da exclusão das massas com o êxodo rural dos camponeses que se concentram nas periferias dos centros urbanos em condições de vida precárias.

Isso leva à apresentação do terceiro elemento de análise da estrutura econômico-social paraguaia: o trabalho informal e precário. Como a economia paraguaia volta-se prioritariamente para a exportação dos produtos primários e a sua produção demanda cada vez menos o emprego da mão de obra – devido ao avanço das tecnologias de produção –, o (des) emprego é uma questão central para as discussões sobre a estrutura econômico-social (BOZZOLASCO, 2013). Nos centros urbanos avança o setor de comércio e serviços, utilizando-se de modalidades de emprego informal e subemprego (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010). O setor industrial e de manufaturas responde por uma parcela pequena de empregos, enquanto mantém-se um peso importante da estrutura burocrático-administrativa e o Estado é um importante empregador (o que favorece a manutenção do clientelismo) (MASI e BORDA, 2011). Em suma, a economia paraguaia possui uma dificuldade para absorver a mão de obra com os empregos urbanos.

E isso se relaciona com os apontamentos inovadores da teoria da dependência em relação às teorias do desenvolvimento e o estruturalismo, considerando que o avanço do modelo de extração de riquezas necessita do subdesenvolvimento e a pressão pelo avanço do modelo apenas aprofunda as desigualdades e a hierarquização da sociedade. Isso ocorre porque o modelo estabelece e aprofunda as hierarquizações na sociedade, com estratificações sobre as mais variadas características sociais.

Além disso, a economia paraguaia começou a abrir-se cada vez mais para o capitalismo internacional, principalmente após a queda de Stroessner (pois seu governo possuía um importante intervencionismo estatal na economia). A abertura econômica beneficiou os capitais especulativos, fundamentalmente pelas poucas barreiras estatais, pela facilidade de mobilidade dos recursos, pela baixa pressão tributária, pela legislação permissiva, tudo isso gerando um fenômeno de ascensão da especulação e do rentismo com a priorização dos capitais especulativos sobre os produtivos. Com a aceleração da urbanização, um dos exemplos do fenômeno foi a especulação imobiliária que aumentou desde a década de 1980, atualmente alcançando altos níveis principalmente na capital Asunción (BOZZOLASCO, 2013).

A crise financeira dos anos 1990¹³ impulsionou, ao menos, o início da regulação da atividade bancária, que ainda possui poucos entraves para o fluxo dos mais diversos tipos e origens de capital. Por exemplo, observando-se os dados apresentados por Espínola González (2010: 75), entre 1989 e 2010 o total dos ativos nos bancos paraguaios aumentou 41.693 vezes (de 988,01 bilhões de guaranis para mais de 41 quatrilhões de guaranis), sendo que foi a partir de 2006 que os ativos superaram a casa do quatrilhão de guaranis.

O fluxo desses capitais está relacionado com um quinto elemento, que de fato iniciou-se com as reformas produtivas impulsionadas durante o governo de Stroessner, mas que atualmente fomenta boa parte das tensões sociais no Paraguai: a estrangeirização do campo (GLAUSER, 2009). Com as Leis de “Colonização e Urbanização de Fato” e de “Parcelamento Proporcional de Propriedades Maiores” de 1960, junto com o novo Estatuto Agrário de 1963, abriu-se a possibilidade para a livre negociação e utilização das terras paraguaias por estrangeiros (PASTORE, 2008). Isso deu início à penetração estrangeira no campo paraguaio, principalmente de brasileiros, influenciados com a disponibilidade de créditos e incentivos governamentais para a produção (LAINO, 1979).

Nos últimos anos com a liberalização econômica e a influência cada vez maior das novas tecnologias de produção agrícolas, os estrangeiros possuem crescentemente mais condições para produzir no campo do que os camponeses paraguaios. O acesso ao crédito nas instituições financeiras é uma base para a produção de agroexportação, bem como uma das grandes dificuldades da agricultura camponesa. Glauser (2009) afirma que o principal problema, além

¹³ Nos anos 1995 e 1996 o sistema bancário do Paraguai passou por uma crise de solidez devido ao avanço da especulação e a falta de capitais para fazer frente aos créditos fornecidos. A intervenção governamental começou a estruturar o sistema financeiro paraguaio (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010).

da precarização das condições de vida dos camponeses, é a perda de soberania sobre o território paraguaio causada pelo avanço do modelo agroexportador internacionalizado.

É uma outra forma de marginalidade e hierarquização desigual da sociedade, incluindo-se também a questão do nacionalismo, pois a hierarquização privilegia atores externos em relação aos camponeses paraguaios acirrando as tensões sobre a origem dos proprietários. Além disso, relaciona-se com o círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007), pois a pressão dos camponeses pela reforma agrária gera respostas coercitivas do Estado, que busca manter a presença dos capitais estrangeiros na produção primária.

É um último elemento importante para compreender a estrutura econômico-social paraguaia e que guarda relação com as outras duas esferas centrais do estudo (a cultura política e o modelo de dominação) é a corrupção. Segundo Mendonça (2002), o que se observa no Paraguai é a constituição de um “estado de corrupção sistêmica”, onde as mais diversas atividades econômicas estão baseadas no espaço para atividades de desvios de recursos. Para Goiris (2004) isso ocorre devido à existência de uma “burguesia fraudulenta” que prefere os canais informais e à margem da lei no lugar dos mecanismos formais e legais para a extração de recursos. Mendonça (2005) considera que a corrupção é tão difundida no Paraguai pela incapacidade institucional e pela tradição de debilidade institucional, abrindo espaço para a corrupção e incentivando os agentes econômicos a preferir os meios alternativos e ilícitos. E Mendonça (2002) aponta para a influência da corrupção sistêmica no aprofundamento da pobreza e da desigualdade (por reduzir a capacidade de tributação do Estado), junto com a ameaça para a governabilidade democrática, mantendo o caráter de debilidade institucional.

Essas características centrais da estrutura econômico-social paraguaia fomentam a sustentação de determinados interesses por parte das elites e das massas, refletindo nos valores que a população possui. Podem ser sintetizadas as principais características da estrutura econômico-social, com os autores utilizados na análise, a partir do seguinte quadro:

Quadro 4. Principais conceitos da estrutura econômico-social

Conceito	Autores
Modelo primário-exportador	Goiris (2004) Laino (1979) Masi e Borda (2011) Pastore (2008)
Êxodo rural	Bozzolasco (2013) Fogel (2011)
Trabalho informal e precário	Bozzolasco (2013) Espínola González (2010) Masi e Borda (2011)
Especulação	Bozzolasco (2013) Espínola González (2010)
Estrangeirização	Glauser (2009) Laino (1979) Pastore (2008)
Corrupção	Goiris (2004) Mendonça (2002) Mendonça (2005)

Fonte: Elaboração própria.

A aplicação dos conceitos no Paraguai será feita de modo quantitativo e qualitativo. As temáticas e indicadores qualitativos serão explorados nas análises de conteúdo e discurso das entrevistas e documentos (no capítulo 4). A análise quantitativa será feita com estatística descritiva, apresentando e analisando os indicadores nos resultados fornecidos por suas fontes. Os indicadores quantitativos para os conceitos da estrutura econômico-social são os seguintes:

Quadro 5. Indicadores quantitativos para os conceitos da estrutura econômico-social

Conceito	Indicador	Fonte
Modelo primário-exportador	Principais produtos de exportação; Distribuição do tamanho das propriedades rurais; Destino de venda dos produtos agrícolas; Produção primária por grupos produtores	Cepalstat; MAG*; MAG; MAG
Êxodo rural	Trabalho rural assalariado; Divisão da população por área de residência	Riquelme e Vera (2013); DGEEC**
Trabalho informal e precário	Taxa de ocupação no mercado informal de trabalho; Percepção do principal problema do país	Cepalstat; Latinobarômetro
Estrangeirização	Participação das empresas estrangeiras nas exportações	Rojas (2009)
Corrupção	Percepção do combate à corrupção	Latinobarômetro

*Ministerio de Agricultura y Ganadería.

**Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos.

Fonte: Elaboração própria.

As características da esfera da estrutura econômico-social contribuem para a desigualdade, a concentração de recursos e a hierarquização social (nas mais variadas esferas da sociedade), de modo que influenciam na criação e manutenção de uma cultura política e um modelo de dominação tradicional que protegem a permanência da hierarquização favorável às elites vinculadas com o modelo primário-exportador, com o rentismo e a especulação, assim como a estrutura burocrático-administrativa do Estado (vinculada com o clientelismo), somando-se à personalização da dominação política.

A estrutura econômico-social também contribui para a baixa capacidade de respostas da estrutura governamental, contribui para a precarização institucional fazendo que as elites e as massas subvertam as instituições para poder resolver as suas demandas imediatas. Ademais, a baixa capacidade das instituições faz que a população procure a solução para as suas demandas em outros elementos, podendo fomentar os fenômenos do clientelismo e do caudilhismo já que os recursos estão concentrados nas mãos dos patrões clientelistas e dos líderes caudilhos.

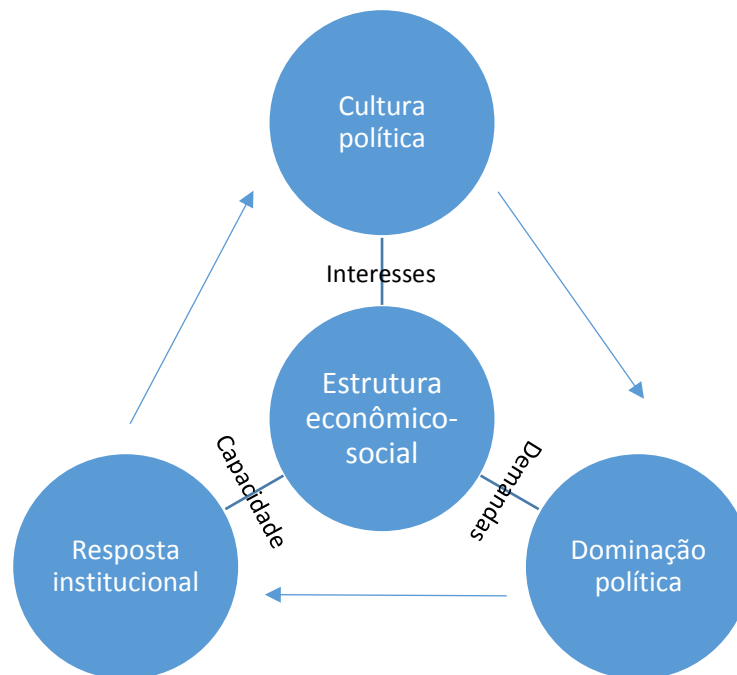
De tal forma, todas as características listadas para compreender a estrutura econômico-social paraguaia resultam em desafios para a confiança da população nas instituições, fomentando a informalidade, o personalismo e o clientelismo. Isso ocorre pois os interesses econômicos sustentados pela população irão influenciar nos valores mantidos pela sua cultura política, influenciando na forma como a população avaliará o desempenho governamental (vinculando-se com a utilização do modelo de PUTNAM, 1996), como fornecerá ou não o seu suporte ao sistema político (vinculando-se com o uso do modelo de EASTON, 1965). E como a estrutura administrativa governamental busca se manter estavelmente, visando a ser reconhecida como ordem legítima, deve considerar as demandas apresentadas pela população respondendo-as minimamente para conseguir gerar alguma confiança na população que permita gerar a sua legitimidade, mantendo a estrutura do modelo de dominação.

Com isso, as esferas centrais para o estudo do papel desempenhado pela FG na política paraguaia, assim como a proposta encampada pela FG, englobam: primeiro, a esfera da cultura política, onde organizam-se as demandas criadas na estrutura econômico-social por meio de grupos de pressão e de interesse; segundo, a esfera da dominação política que busca manter estavelmente a estrutura do Estado legitimando-a diante da população em geral, bem como dos grupos de interesse; e terceiro, a esfera da resposta institucional às demandas que busca legitimar o modelo de dominação mantendo a confiança da população nas instituições e buscando manter uma cultura política que legitime o modelo de dominação. Além disso, a

esfera da resposta institucional está inserida na capacidade do modelo de dominação, da estrutura governamental, conseguir responder as demandas da população, tanto das elites quanto das massas, seria o modelo circular de Easton (1965) com a avaliação e valoração dos *outputs* do sistema político por parte da população.

Essa relação entre as esferas pode ser sintetizada com o seguinte modelo analítico:

Figura 4. Modelo analítico de relação das esferas



Fonte: Elaboração própria.

A base do modelo, que é a estrutura econômico-social, é analisada enquanto uma constante, haja visto que sua alteração demanda processos de longo prazo que recorrem a bases teórico-conceituais e a objetivos distintos dos buscados na tese. A capacidade da FG influenciar e alterar a base econômico-social não é analisada aqui. Mas é reconhecido que os principais elementos que constituem a estrutura econômico-social paraguaia são importantes para delimitar as principais demandas surgidas na sociedade que serão organizadas pelos grupos de pressão e de interesse, e que delimitarão os padrões de comportamento que constituem a cultura política (como discutido ao longo do capítulo, tanto na análise teórico-conceitual da cultura política quanto na análise teórico-conceitual da estrutura do modelo de dominação). Será analisado como a proposta da FG se relaciona com os elementos centrais da estrutura econômico-social paraguaia, como tais temáticas são abordadas pelo projeto político-ideológico da FG e pelo discurso de suas principais lideranças.

Unindo-se todos os modelos analíticos examinados neste capítulo e considerando-se os fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais elencados como relevantes para compreender a realidade paraguaia onde a atuação da FG está inserida, se estabelece o modelo analítico do círculo vicioso da precarização democrática paraguaia como proposta teórico-conceitual para complementar o estudo de caso realizado nos capítulos seguintes.

O modelo surge da análise da precarização democrática que caracteriza o processo de democratização paraguaia (BOURSCHEID e GONZÁLEZ, 2019). A precarização democrática fundamenta-se em dois fenômenos paralelos e congruentes: a baixa capacidade institucional para responder demandas por bem-estar social e eficiência econômica, junto com um comportamento cidadão negativo em relação à estrutura institucional.

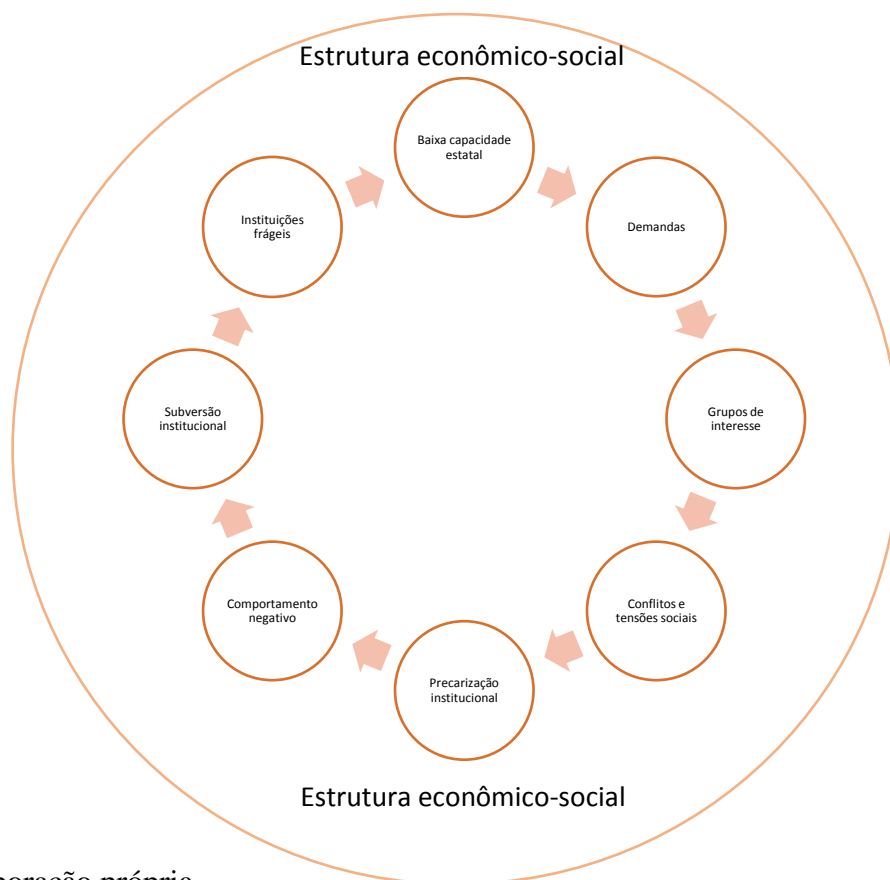
Os interesses e valores presentes na estrutura econômico-social são os elementos que influenciarão a atuação dos atores políticos e econômicos, tanto no interior quanto no exterior do sistema político. Para manter a sua extração de recursos sem grandes obstáculos do Estado, junto com os compromissos superficiais firmados entre os atores políticos para estruturar o modelo de dominação, constroem-se instituições frágeis. Tais instituições frágeis, em um cenário de concentração de recursos e desigualdade, originam e mantêm uma estrutura governamental com baixa capacidade. Essa estrutura do modelo de dominação com baixa capacidade tem dificuldade para responder as demandas da população, que pressionam o sistema político através de grupos de interesse, buscando respostas mínimas a tais demandas para manter seu suporte e legitimar a dominação. A debilidade do modelo de dominação para responder minimamente as demandas suscita tensões e conflitos sociais, onde a correlação de forças delimitará quais interesses serão prioritários na apreciação das respostas governamentais.

Com a dificuldade para fornecer respostas por parte da estrutura institucional do modelo de dominação, isso abre espaço para a precarização institucional, o discurso de adaptação da estrutura institucional para conseguir responder às demandas da população. Como a estrutura institucional foi construída de forma debilitada e não consegue aportar soluções para o impasse de demandas das elites e massas, a população sustenta percepções críticas ao sistema político, permanecendo um comportamento negativo na população. Com esse espaço nos valores da população para soluções fora das regras do modelo de dominação, ocorre a subversão institucional momentânea para conseguir solucionar demandas imediatas, o que aprofunda a percepção negativa em relação à estrutura institucional. A partir da subversão institucional retroalimenta-se a lógica de debilidade institucional que irá pressionar novamente o modelo de

dominação nos momentos em que não consegue dar respostas mínimas às demandas, interesses e valores sustentados pela população para manter a dominação através da legitimidade da estrutura do modelo de dominação.

De tal modo, o modelo teórico-conceitual construído para alcançar os objetivos propostos nesta tese consiste na junção da análise das esferas centrais (conforme observado a partir dos quadros 1, 2 e 3 e da figura 4) com o círculo vicioso da precarização democrática. Este último modelo pode ser apresentado por meio da seguinte figura:

Figura 5. O modelo teórico-conceitual do círculo vicioso da precarização democrática



Fonte: Elaboração própria.

No modelo do círculo vicioso de precarização democrática é a partir da estrutura econômico-social que surgem os *inputs* da população para o sistema político (como no modelo de EASTON, 1965), e serão esses interesses e valores que pressionarão o sistema político por adaptação às correlações de forças entre os grupos sociais. Paralelamente à estrutura econômico-social, o sistema político começa a desenvolver sua dinâmica própria com a construção da institucionalidade do modelo de dominação, que no caso da precarização democrática consiste em instituições frágeis.

Tais instituições frágeis geram um cenário onde a estrutura do modelo de dominação constrói um Estado com baixa capacidade para responder as demandas apresentadas pela estrutura econômico-social. Essas demandas, junto com os valores da população, irão conformar grupos de interesse que pressionarão o modelo de dominação pela resolução das demandas e essa pressão será maior quanto maior for o poder de cada grupo na correlação de forças. A dinâmica de pressões da população e respostas insuficientes da estrutura governamental fomenta as tensões e conflitos sociais no cenário de instabilidade política e econômica (como no modelo de MENDONÇA, 2007).

Neste cenário, os grupos sociais que têm maior poder de interferência na estrutura do modelo de dominação pressionam por uma adaptação momentânea das instituições para permitir a solução das demandas momentâneas. A precarização institucional momentânea com a adaptação conjuntural das instituições para conseguir atender as demandas de determinados grupos acaba fomentando a permanência do comportamento negativo da população em relação a sua institucionalidade, mantendo a desconfiança na capacidade institucional.

Com a desconfiança da população em relação à estrutura do modelo de dominação, isso abre espaço para a subversão institucional, pois se mantém um capital social negativo da população que permite a subversão das regras do jogo (como no modelo de PUTNAM, 1996). E a subversão institucional fecha o círculo da precarização democrática, pois contribui para a permanência da fragilidade institucional que mantém a dificuldade para resolver as demandas apresentadas pela população que pressionam a estrutura do modelo de dominação.

A partir do marco teórico-conceitual apresentado e debatido neste capítulo, passa-se agora para a apresentação do caso paraguaio, como se construíram as esferas da estrutura econômico-social, da cultura política e do modelo de domínio político ao longo do tempo, observando as respostas institucionais às demandas apresentadas, para então entender a conformação atual das esferas e posteriormente conseguir analisar e compreender a relação da FG com as esferas, bem como suas possibilidades de alteração das esferas da cultura política e do modelo de dominação política, resultando em distintas respostas institucionais aos problemas apresentados.

No segundo capítulo é apresentada e analisada a evolução histórica das esferas centrais no Paraguai, para observar como se comportam os indicadores estabelecidos para o estudo. Já no terceiro capítulo a análise centra-se na FG, na atuação dos indivíduos e movimentos que conformam a coalizão alternativa na política paraguaia. Este capítulo busca entender a relação

da FG com as esferas centrais do estudo, além de compreender a estrutura interna da FG e a recepção de seu projeto político-ideológico pela população paraguaia, especialmente com a análise dos resultados eleitorais. E o quarto capítulo analisa o comportamento dos indicadores qualitativos no discurso que a FG apresenta publicamente, através dos documentos partidários e entrevistas com as suas principais lideranças.

CAPÍTULO 2

APRESENTAÇÃO DO CASO PARAGUAIO

Ao se propor o estudo das capacidades e possibilidades existentes para a conformação e atuação de um grupo político que busque conformar uma alternativa à cultura política e ao modelo de dominação política vigentes, conformados a partir da base encontrada na estrutura econômico-social, levam-se em conta dois princípios fundamentais do pensamento gramsciano, retomando apontamentos efetuados no capítulo anterior: o primeiro, que nenhuma sociedade se propõe a realizar uma tarefa para a qual ainda não existam as condições necessárias e suficientes, pelo menos em vias de aparição ou desenvolvimento, para lograr a transformação proposta; e, em segundo lugar, que nenhuma sociedade se dissolve e é superada enquanto não tenha desenvolvido todas as relações econômicas, políticas e sociais contidas nas relações estruturais e superestruturais existentes (PORTELLI, 2002: 55). Para ser considerada a existência de um processo de transformação orgânica tanto na cultura política quanto no modelo de dominação é fundamental analisar se existem condições para isso e se a crise da estrutura existente permite a mudança das relações sociais e políticas, ou apenas observam-se adaptações conjunturais para manter a estrutura existente (COSPITO *apud* LIGUORI e VOZA, 2017: 269).

Para compreender as possibilidades apresentadas às atuais forças políticas paraguaias, analisa-se a construção da estrutura econômico-social – com base na visão das teorias de economia política latino-americanas e conceitos centrais que foram apresentados no capítulo anterior –, cujas raízes encontram-se na finalização do Estado interventor com visão autonomista¹⁴ que deu base para a construção do Estado paraguaio contemporâneo, e a instalação de uma matriz econômica aberta ao exterior e integrada de forma dependente (GOIRIS, 2004).

¹⁴ A chamada Primeira República que compreende o período entre 1811 e 1870, mas o modelo do Estado interventor autonomista foi estabelecido a partir de 1814. Os governos do Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840), Carlos Antonio López (1844-1862) e do General, posteriormente Marechal, Francisco Solano López (1862-1870) são os principais deste período. São governos que buscavam o desenvolvimento da economia paraguaia a partir dos elementos internos, com preponderância do Estado para a estrutura econômica, e acabam afastando-se das dinâmicas do capitalismo mundial que passava a expandir o processo de acumulação e reprodução ampliada para novas fronteiras. Foi um processo de apropriação estatal dos recursos e coletivização com base no Estado. Até mesmo a Igreja foi desapropriada e passou a responder ao poder do Estado paraguaio (ARECES e GONZÁLEZ DE BOSIO, 2010).

2.1 A construção e evolução da estrutura econômico-social que sustenta o modelo de dominação tradicional paraguaio

Como consequência da finalização da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), Goiris (2004) afirma que se finalizou o processo autonomista de construção do Paraguai independente, centralizado no papel do Estado como promotor desse processo, defendendo a agricultura de subsistência e o início da instalação de algumas manufaturas e indústria de base¹⁵. A partir de 1870 a economia paraguaia foi inserida de forma dependente e periférica no capitalismo mundial. É neste momento que se inicia no Paraguai o processo de transição do colonialismo para o neocolonialismo e capitalismo periférico que vinha ocorrendo nos demais países da região desde o início do século XIX, como apontado por Sunkel (1970).

Segundo Florentín (2010), emergiu certo consenso entre a elite liberal conformada a partir do final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) acerca de três mudanças fundamentais a serem produzidas. Primeiro, o país necessitava ser reconstruído depois da devastação causada pela guerra. Segundo, politicamente o período resultava na adoção de uma Constituição liberal com a consequente, gradual e incompleta liberalização política. E terceiro, com a adoção de regras capitalistas, o sistema econômico decididamente abria-se ao setor privado fundamentalmente voltado para a inserção no sistema capitalista internacional.

Neste cenário inicia-se a “transição incompleta para o capitalismo” (SUNKEL, 1970) pelo Paraguai, padronizando as estruturas de produção, circulação e acumulação internas em relação ao modelo hegemônico no sistema mundial capitalista comandado pela Inglaterra (FOSSAERT, 1991). Todas as alterações ocorridas na sociedade paraguaia visam a inserção do Paraguai nos fluxos de capitais internacionais para financiar a produção dos complexos agrícolas que se instalavam no país. Segundo Laino (1976), esta foi a primeira dependência do Paraguai¹⁶, em relação à Inglaterra (centro do sistema) e à Argentina (representante regional).

Entre os principais eventos do período podem ser listados a política de venda de terras públicas e a fundação dos partidos políticos Liberal e Colorado em 1887. A conformação de uma estrutura econômico-social hegemônica no Paraguai pós-guerra está diretamente relacionada com as políticas governamentais perpetradas para sanar as angustiantes circunstâncias financeiras do país (WARREN, 2010). Como o Estado era o maior proprietário

¹⁵ O grande exemplo foi a Fundação de Ferro de Ybycuí, que inclusive produziu parcela considerável dos armamentos e munições utilizadas durante a Guerra da Tríplice Aliança (CARDOZO, 1987: 146-147).

¹⁶ A segunda seria a criada com o modelo agroexportador e pelo avanço brasileiro durante o stronismo (analisado em LAINO, 1979).

de terras – herdando as terras da Coroa Espanhola, dos jesuítas e dos López, assim como dos títulos cujos proprietários e descendentes haviam desaparecido na guerra –, com esta garantia lograram-se empréstimos nos bancos ingleses (PASTORE, 2008). Como tais empréstimos se perderam entre uma infinidade de intermediários, passou-se a recorrer à venda das propriedades públicas para garantir os ingressos necessários às contas públicas (CARDOZO, 2013).

O novo sistema econômico tornou-se aplicável devido a união entre os capitais estrangeiros e os líderes políticos locais. As grandes empresas asseguraram aos dirigentes políticos a participação nos lucros, sendo que os segundos deveriam facilitar ao máximo a atuação das primeiras no Paraguai (WARREN, 2010). Ademais, no processo de venda das terras públicas os caudilhos oficialistas saíram favorecidos¹⁷ (PASTORE, 2008), convertendo-se em grandes proprietários revivendo o antigo sistema das *encomiendas* (CARDOZO, 2013). Observa-se aqui a confluência do poder econômico com o poder político, cuja concentração de recursos dificultará posteriormente a capacidade estatal para responder as demandas das massas, já que são as elites político-econômicas que controlam os recursos e, valendo-se deles, atuam de forma clientelista para manter a estrutura econômico-social e o modelo de dominação, submetendo as demandas das massas aos seus recursos e interesses.

Isso corrobora os apontamentos da teoria da dependência, especialmente dos autores da teoria do colonialismo interno como Stavenhagen (1974). Além da busca por padronização em relação ao sistema mundial capitalista, a mudança da estrutura econômico-social responde aos interesses das elites internas para expandir sua acumulação de capital. Com base na “transição incompleta para o capitalismo” (SUNKEL, 1970), a estrutura econômico-social aprofunda a desigualdade, a hierarquização social, a debilidade estatal e as relações clientelistas.

A partir das alterações apresentadas na estrutura econômico-social paraguaia, novos interesses e demandas começavam a pressionar o sistema político por uma adequação à dinâmica distinta. Como afirmado por Easton (1965), as alterações no ambiente econômico-social (externas ao sistema político) vão crescentemente pressionando o sistema político por mudanças políticas que consigam fornecer respostas para as demandas da população, visando manter assim o suporte da população ao sistema político. O sistema político paraguaio deveria adequar-se e adaptar-se à nova realidade econômico-social.

¹⁷ O principal exemplo foi a empresa *La Industrial Paraguaya S.A.* (LIPSA), fundada em 1886, que tinha entre seus fundadores o então presidente da república, general Bernardino Caballero. A LIPSA tornou-se rapidamente a principal exploradora da erva mate, especialmente após a venda dos ervais estatais (PASTORE, 2008).

As disputas políticas pela liderança da coalizão de classe dominante levaram à conformação dos dois partidos políticos que passariam a dominar o cenário político nacional a partir deste momento. O Partido Colorado (*Asociación Nacional Republicana*) fundou-se para reunir o oficialismo sob a mesma bandeira política, o projeto de manutenção de seu predomínio sobre a facção rival reunida no Partido Liberal. Todavia, as lealdades pessoais permaneceram como um dos principais elementos das relações políticas do período, dada a condução personalista do Partido Colorado nas mãos dos generais Bernardino Caballero e Patricio Escobar (CHAVES, 2013).

Waren (2010) e Pangrazio (2008) apontam para a condução personalista dos partidos e suas correntes internas como um elemento fundamental para a dinâmica política durante a hegemonia colorada (até 1904). É um legado do autoritarismo do período anterior (GOIRIS, 2004), onde as relações políticas eram baseadas no personalismo e na submissão à autoridade, inauguradas no governo do Dr. Francia¹⁸ e mantidas pelos López. Deste modo, unindo características do caudilhismo e do clientelismo, o modelo de dominação enfraquecia as incipientes instituições e auxiliava a manter uma cultura política mais personalista e desconfiada em relação às instituições.

Assim, paralelamente à conformação da estrutura econômico-social neocolonial (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010) com a “transição incompleta para o capitalismo” (SUNKEL, 1970), em 1887 formalizou-se um modelo de dominação política que com o tempo canalizaria a participação política, homogeneizando os cambiantes grupos políticos que existiam anteriormente. Porém, a mera existência de duas agrupações políticas, uma delas de oposição, não representou o desaparecimento da fraude e da violência, ferramentas recorrentes no expediente dos conflitos pelo poder. A inovação residia no fato que agora os conflitos estariam organizados de um modo muito mais claro (FLORENTÍN, 2010).

Formava-se nesse período a estrutura econômico-social, o modelo de dominação política (sua base institucional) e delimitavam-se as características de uma cultura política que convivia com essas inovações político-econômicas. Estes elementos basearão o posterior desenvolvimento da coalizão conservadora paraguaia, seguindo a concepção teórico-conceitual apresentada no capítulo anterior. Goiris (2004) sintetiza da seguinte forma essa estruturação:

¹⁸ Que inclusive foi declarado Ditador Supremo da República pelo Congresso em 1814 – para um período de cinco anos. Uma nova convocação do Congresso, em 1816, declarou o Dr. Francia como Ditador perpétuo, permanecendo no cargo até a sua morte em 1840 (CARDOZO, 1987).

En pocas palabras, lo que ocurrió en el Paraguay, en el período llamado de *liberal-oligárquico*, es que bajo el mando y accionar de políticos de orientación ideológica liberal y sobretodo de políticos conservadores, especialmente de caudillos colorados, se formaron los monopolios, los *dumpings* y otros métodos ilícitos de apropiarse fácilmente de los bienes del Estado (GOIRIS, 2004: 156).

A coalizão de classe dominante que conforma essa estrutura econômico-social apresenta a preponderância dos latifundiários e grandes pecuaristas voltados para a produção de agroexportação, beneficiando-se da política de vendas de terras públicas, conjuntamente com os comerciantes internacionais vinculados com o mercado bonaerense que se aproveitavam da abertura comercial e da inserção paraguaia no capitalismo internacional. As indústrias extrativas que se instalam no país com o apoio estatal são o elemento fundamental para delimitar a base econômica do Paraguai pós-guerra.

É uma inserção dependente em relação ao capitalismo internacional (como na visão de SUNKEL, 1970) seguindo a lógica das vantagens comparativas para justificar a ênfase na produção primária para exportação (como na crítica efetuada por PREBISCH, 1981), necessitando da transformação das políticas do Estado para beneficiar as novas elites que se constituíam como hegemônicas neste momento (como na visão de STAVENHAGEN, 1974), uma adequação aos novos interesses que se conformaram na estrutura econômico-social.

Até 1904 o domínio político esteve nas mãos dos colorados, beneficiando a elite latifundiária conformada pela política de venda das terras públicas (como apontado por FLORENTÍN, 2010 e WARREN, 2010). Os liberais assumem o poder em 1904 após uma revolução que buscava afastar os colorados do poder e beneficiar a elite comercial vinculada com o mercado bonaerense (BREZZO, 2010). Essa coalizão irá manter o domínio político até a década de 1930, quando um novo ator passou a liderar a coalizão: o militarismo corporativista.

Desde a fundação dos partidos tradicionais até o final da década de 1930 os dois partidos usavam a violência política para manter o poder, o acesso ao poder não se dava de forma democrática (ao menos em uma visão de democracia liberal-representativa), pois a oposição era excluída, impedida ou dificultada de participar da disputa, muitas vezes abstenendo-se do processo que considerava manipulado e fraudulento, e os faccionalismos internos dos partidos tradicionais eram o principal elemento dinâmico da política nacional (BREZZO, 2010 e FLORENTÍN, 2010). Foram várias tentativas de revolução entre 1887 (fundação dos partidos tradicionais) e 1932 (eclosão da Guerra do Chaco), mas foi no período da hegemonia liberal (a

partir de 1904) que se observaram um maior grau de instabilidade e recorrentes sublevações, muitas vezes entre as próprias facções do Partido Liberal (BREZZO, 2010).

Havia uma dificuldade para legitimar o modelo de dominação, principalmente pelo uso recorrente da violência como fundamento para exercer o poder, contribuindo para a permanência de uma cultura política não democrática (GOIRIS, 2004). Com os recorrentes golpes de Estado, conflitos, sublevações, levantes militares, aprofundou-se a ideia da necessidade de uma autoridade que se sobrepusesse às tensões entre as facções, uma autoridade cujos poderes possibilitassem a reorganização da sociedade em uma visão nacionalista. Era a ideia da nação acima dos interesses de grupos gerando estabilidade (como analisado no conceito de nacionalismo apresentado no capítulo anterior). Era fundamentalmente uma nova base para o projeto político-ideológico do autoritarismo nacionalista (ALCALÁ, 2007).

Com a evolução dessa estrutura ela entra em crise no final da década de 1930 (mais especificamente após a Guerra do Chaco (1932-1935)¹⁹) e abre espaço para o fenômeno do militarismo corporativista na condução da estrutura econômico-social e principalmente do modelo de dominação (GOIRIS, 2004). Entre 1936 e 1954 as elites coloradas e liberais tentam assumir o controle da coalizão de classe dominante, mas suas lutas faccionais dificultam o estabelecimento do consenso para governar (RODRÍGUEZ, 2010). Os militares surgem como uma alternativa e será com a confluência do militarismo corporativista com a estrutura partidária tradicional que será possível conformar uma nova coalizão de classe dominante (GOIRIS, 2004).

É neste período, como uma consequência da Guerra do Chaco, que o nacionalismo se afirmou como elemento fundamental da cultura política paraguaia como uma justificativa para a ação política. Surge a noção do “Estado servidor do homem livre” (a partir do político e intelectual colorado Natalicio González), buscando legitimar a intervenção estatal na economia, na sociedade, na política e na cultura como uma forma de superar os interesses privados em prol da coletividade nacional. Essa ideia permanecerá como fundamento da ideologia do Partido Colorado e continua sendo afirmada contemporaneamente (BOURSCHEID, 2016a).

¹⁹ A Guerra do Chaco, conflagrada entre 1932 e 1935 pela Bolívia e o Paraguai pela posse do Chaco Boreal, foi relevante para a política e a economia paraguaia do período, além de impactar diretamente nas possibilidades de estabilização do período posterior. Para Mendoza (2013), no final da contenda o Paraguai – bem como a Bolívia – estava quase com suas finanças esgotadas, não havendo possibilidade real de uma vitória total no conflito. No tramo final do conflito visualizava-se a deterioração da situação interna paraguaia, fomentada principalmente pela aguda crise financeira.

A ascensão do general Alfredo Stroessner ao poder em maio de 1954 representou a implantação da figura do “grande árbitro” cesarista do aporte gramsciano, visando garantir a estabilização da nova estrutura de dominação (BOURSCHEID, 2016b e GOIRIS, 2004). Para tanto, recorreu-se a uma coalizão entre o “grande árbitro”, o Partido Colorado e as Forças Armadas – a chamada tríade do stronismo, a unidade granítica²⁰ – buscando conformar uma nova organização da estrutura econômico-política subordinada à coalizão supracitada (ABENTE, 2014).

Como visto no capítulo anterior, o cesarismo é uma forma de resposta às crises de liderança e de autoridade, buscando articular os interesses dos grupos divergentes que lutam pelo poder em uma situação de equilíbrio de forças. É uma figura política fundada no personalismo, no messianismo, um “grande árbitro” capaz de conciliar as tensões e conflitos nacionais posicionando-se como uma grande personalidade heroica (GRAMSCI, 1999). Ressalta-se que a atuação do “grande árbitro” visa a estabilizar as tensões intra-elites para assim manter a estrutura econômico-política.

A configuração da aliança stronista delimitará os rumos da estrutura econômico-social e do modelo de dominação na segunda metade do século XX, interferindo inclusive na cultura política paraguaia contribuindo para aprofundar a ideologia autoritária (ALCALÁ, 2007). Considera-se aqui o papel desempenhado por Stroessner na estrutura de dominação paraguaia como sendo o de “grande árbitro” do conceito de cesarismo pois possibilitou a reconstrução do bloco hegemônico depois de um momento de ruptura (a Guerra Civil de 1947²¹). No momento em que a relação de forças apresentou um equilíbrio catastrófico, no período de anarquia política que se seguiu à Guerra Civil de 1947²², a coalizão de classe dominante buscava a

²⁰ Com isso, Stroessner tornava-se o elemento de convergência entre esses três elementos sustentadores da coalizão governante. Stroessner incorporava em sua figura o governo (por ser o Presidente da República), as Forças Armadas (por ser o Comandante-chefe) e o Partido Colorado (por ser o Presidente Honorário).

²¹ Conflito entre militares oficialistas, aliados com os colorados, enfrentando-se com militares institucionalistas, liberais, febreristas e comunistas. Neste conflito, além das forças militares envolvidas, foram utilizadas várias milícias civis aprofundando a militarização da política e a utilização da violência política (GOIRIS, 2004). Como resultado, a vitória dos colorados fez que se constituíssem no grupo social dominante, que não só excluiu as facções rivais do poder, mas que também excluiu grande parte desta oposição do país, notando-se que um dos resultados da Guerra Civil de 1947 foi o exílio de milhares de paraguaios para os países vizinhos. Segundo Florentín (2013) foram 400.000 migrantes por causa do conflito, número corroborado por López Moreira (2014) e por Cardozo (2013), sendo que esta cifra representava quase um terço da população da época.

²² Entre 1947 e 1954 os colorados não conseguiam manter estavelmente os governos que ascendiam ao poder devido aos conflitos internos das correntes partidárias, principalmente entre o setor moderado-democrático e o setor que havia comandado as milícias no conflito, os chamados *guiones rojos* (linha vermelha).

ascensão de uma figura que permitisse a “solução arbitrária” do conflito (BOURSCHEID, 2016b e GOIRIS, 2004).

Nos momentos de equilíbrio catastrófico das forças observa-se que nem as forças progressivas, nem mesmo as regressivas (conservadoras), possuem a capacidade para dominar o bloco histórico. Ambos os grupos se tornam suscetíveis a aparição de um líder que consiga apresentar novos rumos para tais grupos (GRAMSCI, 1999).

Para Gramsci (1999), nestes momentos a figura carismática, messiânica, emerge como necessária para responder às demandas por estabilização dos setores dominantes do bloco histórico, pois além de responder tal demanda dos grupos dominantes, também pacifica as massas com sua atuação carismática. Por ser uma figura proeminente no interior das Forças Armadas, Stroessner buscou a resolução da crise por meio da mediação personalista. Para isso, conseguiu liderar os dois principais órgãos da sociedade paraguaia naquele momento: as Forças Armadas e o Partido Colorado (BOURSCHEID, 2016b e GOIRIS, 2004).

Sua atuação permitiu estabilizar a estrutura econômico-política, reorganizando a relação de forças com o predomínio da trilogia Stroessner-Forças Armadas-Partido Colorado. Para conseguir isso, Stroessner reestruturou as Forças Armadas e o Partido Colorado aproximando-os definitivamente e possibilitando sua liderança em ambos os órgãos, através da politização das Forças Armadas junto com a militarização do Partido Colorado possibilitada pelo temor de uma nova guerra civil. Retomando os apontamentos sobre o conceito de militarismo do capítulo anterior vê-se que o militarismo stronista se insere no panorama mais geral do militarismo latino-americano, logrando vincular os elementos militares com as relações políticas.

Com tal panorama, a solução encontrada para a crise de autoridade pela facção do grupo social dominante que ascendeu ao poder foi a personalização. Como apontado por Gramsci (1999), tal solução é perigosa por abrir espaço para a perpetuação do líder no poder enquanto seja reconhecido como mediador dos conflitos entre as facções da classe dominante pelo poder. Como resultado destes fenômenos, Stroessner conseguiu manter-se no poder por quase 35 anos (maio de 1954 até fevereiro de 1989) (PANGRAZIO, 2008).

Analisando de modo geral a conformação das esferas centrais do estudo no período stronista, a estrutura econômico-social resultante foi a agroexportadora, dada a transformação da política econômica defendida e implantada pelo grupo social que assumiu o poder focando na produção de novos complexos agroexportadores (apreciados no mercado internacional,

como a soja, o milho e o algodão) e na dependência dos capitais estrangeiros (FLORENTÍN, 2013; PANGRAZIO, 2008). A economia paraguaia abriu-se definitivamente ao capital internacional, atraindo fluxos crescentes de capital. O aumento da produção dos grandes complexos agroexportadores permitirá gerar as divisas que balancearão os fluxos de capital. Contudo, o Estado permanece como um intermediário, especialmente visando manter o espaço para o clientelismo e o patrimonialismo nas relações público-privadas. Isso ocorreu devido à condução personalista do modelo que necessitava da submissão ao poder de Stroessner, que muitas vezes comprava essa lealdade de nacionais e estrangeiros (VILLAGRA, 2014: 47-57).

As relações políticas e seu respectivo modelo de dominação resultante, depois de um início conturbado conseguiu estabilizar-se criando uma consciência coletiva advinda da dominação do grupo liderado por Stroessner que ascendeu ao poder. Isto foi alcançado com a exclusão definitiva da oposição, inclusive a dissidência do Partido Colorado²³, que partiu em massa para o exílio, ao passo que se formou no Paraguai a aliança que deu suporte para a “unidade granítica” (ABENTE, 2014; FLORENTÍN, 2013; PANGRAZIO, 2008).

Assim, os elementos militares que estabilizavam o modelo de dominação alteraram-se para um profundo caráter político-militar, dada a vinculação das Forças Armadas com o projeto político colorado, a chamada coloradização das Forças Armadas (FLORENTÍN, 2013; PANGRAZIO, 2008; RODRÍGUEZ, 2010). Goiris (2004) destaca que a convergência dos dois elementos sustentadores do regime ante a sociedade (Forças Armadas e Partido Colorado) gerou a lógica de coloradização das Forças Armadas, bem como de militarização do Partido Colorado.

Retomando os apontamentos sobre o militarismo efetuados no capítulo anterior, a junção da politização das Forças Armadas com a militarização dos grupos políticos gera um cenário problemático para o modelo de dominação. Primeiro, pois a violência política converte-se em modelo de atuação política e a estratégia militar tem uma influência nas estratégias de atuação política. E em segundo lugar, com a politização das Forças Armadas os militares passam a atuar reproduzindo os interesses dos grupos políticos (SERRANO, 2010). Neste sentido, deve ser lembrado que durante o stronismo havia a exigência de afiliação ao Partido Colorado para os funcionários públicos, para acessar os bens públicos, mas também para os militares (FARINA, 2014), o que influenciava na politização das Forças Armadas.

²³ Que conformarão os dois principais movimentos colorados de oposição no exílio: o MOPOCO (*Movimiento Popular Colorado*) e a ANRER (*Asociación Nacional Republicana en el Exilio y la Resistencia*).

O resultado final da confluência do personalismo, patrimonialismo e militarismo foi o aprofundamento do autoritarismo fomentando uma ideia autoritária na população (ALCALÁ, 2007). Além do histórico autoritário paraguaio (GOIRIS, 2004), esse regime que controlava de forma autoritária a estrutura econômico-social e o modelo de dominação acabou socializando a ideia autoritária, naturalizando-a e posicionando-a como única alternativa para manter estável e ordenadamente a sociedade (ALCALÁ, 2007). Era a ideia de “paz e progresso” com Stroessner.

No que concerne à dependência do capital internacional durante o stronismo, Pastore (2008) apresenta a informação de que na década de 1970 (quando a economia definitivamente se abre ao exterior) todos os bancos atuando no Paraguai eram estrangeiros, incluídos os Bancos do Brasil e da Nação Argentina. Laino (1979) acrescenta a análise relativa à propaganda oficial dos governos paraguaio e brasileiro para incentivar a migração de colonos brasileiros ao Paraguai, inclusive com financiamentos do Banco do Brasil para a compra das terras²⁴, processo conhecido como a “marcha para o Leste”.

Com o stronismo o Partido Colorado foi militarizando-se gradualmente e fortalecendo uma estrutura de 229 seccionais de grande poder que penetrava todo o tecido social, tanto vertical como horizontalmente, pois chegava aos mais remotos povoados do interior do país (GOIRIS, 2000). “*Las seccionales cumplían un doble rol: eran las administradoras del clientelismo político y a la vez se constituyeron en un ejemplo de aplicación de la doctrina de la contra insurgencia aplicada por una burocracia civil*” (ABENTE, 2014: 15).

O stronismo garantiu a defesa dos interesses das elites tradicionais (tanto o setor pecuarista como o do comércio de exportação e importação em grande escala), mas também das elites emergentes (o agronegócio e a construção civil para o Estado, conformando uma “classe burguesa fraudulenta”) (GOIRIS, 2004). E as elites econômicas tradicionais e emergentes trocaram os custos de governar pelo bônus das rendas crescentes com a expansão da economia impulsionada pelo Estado (ABENTE, 2014).

Observa-se a criação de um modelo de produção agrícola estruturado com forma e conteúdo capitalista, voltado para abastecer o crescente consumo internacional das *commodities* que o Paraguai até então não produzia em grande escala, como a soja, o milho e o algodão. O

²⁴ Com isso, a política de reforma agrária stronista concentrou as propriedades nas mãos dos proprietários que possuíam créditos para financiar a compra, o que não ocorria com os camponeses paraguaios que paulatinamente eram pressionados pelo avanço do modelo agroexportador (LAINO, 1979).

Estado se converte na força motriz do processo de estruturação econômica, com a intervenção do Estado nos setores de infraestrutura que o capital privado não se interessava em participar, criando as condições econômicas favoráveis para o ingresso dos capitais internacionais com a redução dos entraves à realização do capital. Todos estes elementos em um país cuja estrutura social não estava preparada para o novo modelo econômico, conseqüentemente favorecendo as elites tradicionais e o ingresso de estrangeiros para conformar a coalizão de classe dominante. Os camponeses (que representam historicamente o principal grupo social do Paraguai) são crescentemente pressionados pelo avanço do modelo (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010; EZQUERRO-CAÑETE e FOGEL, 2017).

O governo autoritário de quase 35 anos estabeleceu uma estrutura econômico-social profundamente dependente do Estado que necessitava fluxos crescentes de divisas para fazer frente à sua dívida externa, sendo respeitado internacionalmente pelos pagamentos da mesma (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010). Para sustentar o modelo agroexportador conformado para expandir os fluxos de capitais internacionais, efetuou-se a partir do governo de Stroessner a crescente expulsão dos camponeses do campo e a concentração de terras²⁵ para possibilitar a produção extensiva dos principais complexos agroexportadores, três deles tornando-se fundamentais: a soja, o algodão e a pecuária.

A produção desses grandes complexos agroexportadores utilizava-se de consideráveis extensões de terras, além de maquinários e insumos para a produção. Por consequência, 85% das terras passaram a estar em posse de 1,6% dos proprietários, enquanto no outro extremo 6,2% das terras ficaram em posse de 80,6% dos proprietários, em um quadro de profunda concentração de terras direcionadas para a produção dos principais complexos agroexportadores (VILADESAU, 2003). Stroessner abriu o país para os grandes produtores estrangeiros, especialmente para os brasileiros, e por meio de fraudes e títulos ilícitos distribuíram-se grandes extensões de terras fiscais (públicas) para os latifundiários estrangeiros²⁶ (LAINO, 1979; VILLAGRA, 2014), além dos beneficiários dentro do governo e da elite nacional buscando manter a lealdade ao presidente.

²⁵ Ainda que este seja um processo histórico no Paraguai pós-Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Contudo, a pressão expansiva do modelo primário-exportador alcançou um novo patamar com a “marcha para o Leste” de Stroessner (PASTORE, 2008).

²⁶ Novamente, esta não é uma prática nova na realidade paraguaia, sendo observada desde a política de venda de terras públicas pós-Guerra da Tríplice Aliança (WARREN, 2010), mas sim Stroessner transformou a economia nacional para estar profundamente vinculada a esse processo de produção agroexportadora direcionada ao mercado internacional, moldando o sistema econômico interno aos desígnios do mercado internacional (PASTORE, 2008).

Desta forma, se consolidou o grande latifúndio no Paraguai que se tornou uma das maiores problemáticas para os governos democráticos pós-Stroessner, tanto no tocante às tensões fundiárias quanto à questão do êxodo rural. O regime autoritário stronista entregou como fazendas grandes extensões de terra fiscal para civis e militares de seu primeiro escalão, e facilitou a expansão de médios e grandes produtores brasileiros basicamente na fronteira Leste do país (Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, fronteiriços com o Brasil), ao custo da marginalização dos camponeses paraguaios (FOGEL, 2006).

Esse fenômeno torna-se fundamental em uma estrutura econômico-social onde a produção primária é essencial e, como consequência, a terra é um elemento para o exercício do poder. Com a concentração do recurso ocorre o aprofundamento da hierarquização social, ainda mais problemática devido ao elemento estrangeiro. A concentração de terras ocorre paralelamente à expansão da presença dos estrangeiros como proprietários, fomentando os conflitos pela posse da terra agora com um caráter de nacionalidade (GLAUSER, 2009).

A expansão do cultivo de soja, principalmente na região Leste do país, é um dos principais reflexos da política econômica stronista. As principais regiões produtoras até então no Brasil, especialmente na região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), estavam saturadas e já haviam sido adquiridas e capitalizadas. Havia uma pressão por novas terras para expandir a produção. Stroessner viu na demanda brasileira uma possibilidade de reestruturação produtiva da região Leste do Paraguai com a instalação do complexo agroexportador da soja.

Essa expansão é vista com o seguinte quadro, apresentando o plantio de soja no Paraguai e em três departamentos do Leste (nas fronteiras com o Brasil – Alto Paraná e Canindeyú – e a Argentina – Alto Paraná e Itapúa), a partir da política de incentivo governamental:

Quadro 6. Evolução da superfície cultivada de soja (por mil hectares)

Ciclo agrícola	Paraguai	Itapúa	Alto Paraná	Canindeyú
1973-1974	137	76	13	-
1974-1975	153	87	13	2
1975-1976	180	101	22	5
1976-1977	257	140	43	13
1977-1978	344	165	64	31
1978-1979	403	196	75	35
1979-1980	395	203	77	32
1980-1981	400	204	84	41
1981-1982	532	229	148	65
1982-1983	649	235	239	77

Fonte: Villagra (2014: 76).

O crescimento da área cultivada de soja a nível país entre 1973 e 1983 (apenas dez anos) foi de 473%. No Departamento de Itapúa o crescimento foi menor do que o apresentado no nível nacional, mas ainda representa um crescimento vigoroso de 309%. Contudo, foram nas áreas pouco exploradas anteriormente, como nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, que se observam enormes taxas de crescimento. Para o Alto Paraná o crescimento no período foi de 1838%, enquanto que para Canindeyú considerando-se o crescimento a partir do segundo ciclo agrícola – pois no primeiro o dado era inexistente – o crescimento foi de 3850%. A partir das décadas de 1970 e 1980 a soja converteu-se em um complexo agroexportador fundamental para a economia dependente paraguaia.

Por sua parte, do ponto de vista político-institucional Stroessner havia conseguido concentrar o poder (PANGRAZIO, 2008). Controlava o partido, as Forças Armadas e o governo. Formalizou um sistema político com um Parlamento submisso e uma oposição que não ameaçava a estrutura de poder, conformando-se com os poucos espaços que o stonismo lhe oferecia, constituindo a chamada “oposição tolerada”²⁷ (GUTIÉRREZ, 2014). Era o chamado modelo de “democracia sem comunismo” onde a ideologia autoritária stonista considerava como comunistas os grupos políticos que não se submetiam ao regime, e era dever do Estado, do partido e dos cidadãos o combate a essa ideologia estranha ao corpo social paraguaio (ALCALÁ, 2007). Soma-se a isso a existência de um Poder Judiciário sem autonomia respondendo as necessidades do aparato repressivo stonista.

Quando Stroessner evidenciou a motivação da instrumentalização da repetição no governo, modificando várias vezes a Constituição para poder reeleger-se indefinidamente²⁸, encaminhando o regime para uma ditadura vitalícia com crescentes abusos de poder, suscitou a oposição no interior do próprio Partido Colorado (PANGRAZIO, 2008). O partido se dividiu entre os militantes stonistas que buscavam a manutenção do regime, preocupando-se com a

²⁷ A oposição tolerada era constituída pelo Partido Liberal (PL), o Partido Liberal Radical (PLR) e o Partido *Revolucionario Febrerista* (PRF). Havia também a oposição perseguida que contestava o modelo stonista, tendo que atuar na clandestinidade e sendo exilada em sua maioria. Neste campo de forças também se encontravam os movimentos armados que buscaram enfrentar o regime, como o *Movimiento 14 de Mayo* (M-14) formado por membros dos partidos *Febrerista* e Liberal, e a *Frente Unida de Liberación Nacional* (FULNA) formada por *febreristas*, liberais e comunistas, posteriormente ficando a cargo dos comunistas (GUTIÉRREZ, 2014).

²⁸ A Constituição de 1940 permitia apenas uma reeleição consecutiva. Uma interpretação forçada de que o governo de 1954 a 1958 não representava um período eleito (pois Stroessner não havia sido eleito para aquele período) fez que Stroessner governasse entre 1954 e 1968 sem problemas. Em 1967 foi promulgada uma nova Constituição que permitiu uma nova reeleição, sendo que Stroessner poderia ser eleito por dois períodos consecutivos (1968-1973 e 1973-1978). Em 1977 foi feita uma Reforma Constitucional que permitia a reeleição indefinida de Stroessner, sendo reeleito em 1978, 1983 e 1988 (PAREDES, 2013).

figura que sucederia a Stroessner no poder, e os tradicionalistas que buscavam a retomada do controle civil sobre o Partido e sobre o governo.

Abente (2014) ressalta cinco aspectos de interesse teórico para entender a queda do stronismo em fevereiro de 1989: 1 – o problema da sucessão, por ser um regime personalista; 2 – a sultanização em sua fase definitiva, com as lealdades políticas e econômicas diretamente vinculadas ao “grande líder”; 3 – a crise militar agravada pela rígida imobilidade da estrutura hierárquica encampada por Stroessner; 4 – a oposição interna ao stronismo foi fundamental; e 5 – a mudança do contexto internacional teve um papel importante, com o governo estadunidense deixando de apoiar os regimes autoritários e visando a disseminação dos sistemas democráticos, além da instalação de governos democráticos nos países vizinhos, especialmente nos dois grandes vizinhos Argentina (com Raúl Alfonsín) e Brasil (com José Sarney).

Pode ser adicionada a esse panorama analítico a profunda crise econômica e financeira dos anos 1980, advinda da finalização das principais obras da Usina Hidroelétrica Binacional de Itaipu, a queda nos preços dos principais produtos de exportação, o aumento das taxas de juros internacionais, paralelamente ao endividamento para financiar a manutenção do sistema econômico da década anterior e a crise imobiliária, principalmente nas regiões de recente urbanização (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010; VILLAGRA, 2014).

Com a economia em crise o regime como um todo entrava em crise, pois os principais grupos afetados foram cooptados pelo stronismo justamente pela implantação do modelo econômico que lhes beneficiava. O suporte da população ao sistema político stronista (no modelo de EASTON, 1965) advinha da permanência das rendas logradas com a expansão da agroexportação e da construção civil com as obras públicas. Enquanto o modelo de dominação conseguia manter a estrutura econômico-social que respondia às demandas e interesses dos setores beneficiados com o modelo, seu suporte, a legitimidade da ordem continuava vigente.

Com esse cenário de crise econômica ocorreu a deterioração da legitimidade do domínio político stronista, fruto do próprio tempo. A corrupção visível nas obras públicas, especialmente nas hidroelétricas binacionais (Itaipu com o Brasil e Yacyretá com a Argentina), foi um dos fatores fundamentais para a perda da coesão do Partido Colorado entre aqueles que buscavam a permanência de Stroessner para seguir com seus benefícios e aqueles que se sentiam preteridos pela divisão de recursos a partir do Estado (GOIRIS, 2004). Era uma disputa pelo acesso aos canais do clientelismo e patrimonialismo sustentados pela estrutura burocrático-

administrativa do Estado que controlava os recursos e os distribuía de acordo com a permanência da submissão ao poder de Stroessner.

A “unidade granítica” começou a se deteriorar e o poder stronista começou a ser contestado. O descontentamento popular se manifestava em distintos elementos da sociedade, resultado da deterioração acelerada da situação econômica, de alterações no ambiente econômico-social (como no modelo de EASTON, 1965). Já não haviam mais elementos que legitimassem o regime stronista ante a população, exceto o temor da repressão. E como concebido a partir dos aportes weberianos e gramscianos, quando a coerção se exerce sem a legitimação dos subordinados isso gera a apreciação de que está sendo exercido um poder discricionário e a população retira o seu suporte à ordem constituída.

O crescimento econômico acelerado da década anterior foi revertido por um processo de retração econômica, com uma economia muito mais sensível às mudanças conjunturais. Os resultados positivos que eram alcançados não conseguiam ser mantidos de forma estável. Esse processo pode ser visualizado no crescimento do PIB na década de 1970 por setores, considerando-se os principais setores da atividade econômica paraguaia e comparando os resultados com os obtidos na década de 1980, a partir da crise de 1982. Os resultados podem ser apresentados por meio das seguintes tabelas:

Tabela 1. Crescimento do PIB por setores no Paraguai (em porcentagem) (1973-1981)

Ano	Agricultura		Indústria		Construção		Comércio e finanças	
	Participação do PIB	Variação anual	Participação do PIB	Variação anual	Participação do PIB	Variação anual	Participação do PIB	Variação anual
1973	16,9	7,9	18,5	8,4	2,7	16,5	26,0	8,5
1974	17,3	10,9	18,4	7,4	2,9	14,1	26,0	8,8
1975	16,7	3,4	16,8	-1,8	3,2	21,2	25,4	4,4
1976	16,4	5,6	16,5	5,4	3,6	18,1	26,0	10,1
1977	16,3	9,8	17,5	17,4	4,2	31,1	26,3	12,0
1978	15,3	4,9	17,5	11,6	5,0	32,0	27,0	14,3
1979	14,7	7,0	17,3	9,9	5,8	30,0	27,3	12,5
1980	14,5	9,8	17,6	13,3	6,6	26,0	27,0	10,5
1981	15,3	14,8	16,9	4,3	7,1	16,7	26,9	8,4
Média	15,9	8,2	17,4	8,4	4,6	22,9	26,4	9,9

Fonte: Arce e Zárate (2011: 225).

Na década de 1970 os quatro setores mais dinâmicos da economia paraguaia constituíram-se na agricultura impulsionada pela expansão da fronteira agrícola e a ascensão dos novos complexos agroexportadores, a construção civil que aumentou a sua participação no

PIB paraguaio especialmente devido às obras de Itaipu, e a indústria e o comércio impulsionados pelo novo modelo de acumulação do stonismo.

Os quatro setores tiveram um crescimento médio elevado contribuindo para um crescimento médio do PIB de 9,4% no período, inédito para a economia paraguaia (ARCE e ZÁRATE, 2011). O crescimento da construção, muito acima do observado no total do PIB, contribuiu com parcela considerável do crescimento geral. Embora sua participação ainda fosse pequena na economia paraguaia, a ativação do setor durante o período contribuiu também para o crescimento na indústria devido à necessidade de componentes para a construção, além de contribuir para o crescimento da atividade comercial, especialmente nas regiões envolvidas na construção das obras.

Quanto aos resultados da década de 1980 que caracterizaram o período de crise econômica e o início da derrocada do stonismo, os mesmos são expostos com a seguinte tabela:

Tabela 2. Crescimento do PIB por setores no Paraguai (em porcentagem) (1982-1989)

Ano	Agricultura		Indústria		Construção		Comércio e finanças	
	Participação do PIB	Variação anual	Participação do PIB	Variação anual	Participação do PIB	Variação anual	Participação do PIB	Variação anual
1982	15,6	0,6	16,4	-3,7	6,7	-6,0	26,6	-2,2
1983	15,6	-2,8	16,2	-4,2	6,5	-5,7	26,6	-3,1
1984	16,2	7,4	16,4	4,5	6,2	-2,4	26,3	1,8
1985	16,6	6,0	16,6	5,0	5,9	-1,0	26,5	4,7
1986	14,5	-12,6	16,4	-1,4	6,0	1,0	27,3	3,3
1987	15,2	9,7	16,2	3,5	5,8	2,0	27,1	3,5
1988	16,9	18,0	16,2	5,8	5,6	2,6	26,5	4,1
1989	17,5	9,8	16,2	5,9	5,4	2,5	26,3	4,7
Média	16,0	4,5	16,3	1,9	6,0	-0,9	26,6	2,1

Fonte: Arce e Zárate (2011: 234).

A construção civil foi afetada pela finalização das obras de Itaipu gerando externalidades para os demais setores, principalmente para a indústria e o comércio nos novos centros urbanos que se formavam a partir das obras (como em Puerto Stroessner, posteriormente renomeada Ciudad del Este). A agricultura também passa a ser instável, sensível às flutuações do mercado internacional. Os grandes proprietários tinham a proteção dos bancos e do próprio Estado, enquanto os camponeses eram diretamente atingidos pela retração ou flutuação dos resultados do setor aumentando sua situação de vulnerabilidade, basicamente por não possuírem o mesmo acesso ao crédito que os grandes e médios proprietários.

Os quatro setores oscilaram no período e não conseguiram apresentar a mesma dinâmica da década anterior. A indústria foi o setor com menos oscilação na participação do PIB, com uma diferença de apenas 0,4% entre o maior e o menor resultado. O comércio oscilou sua participação na composição do PIB paraguaio, finalizando a década de 1980 com uma redução na sua participação. A construção foi o setor que mais sofreu com a crise da década de 1980, reduzindo a sua participação na composição do PIB, enquanto a agricultura (embora oscilando no período) foi o único setor que aumentou a sua participação, além de se observar que sua participação no PIB esteve vinculada com as oscilações nos resultados que o setor obteve.

Como ressaltado no capítulo anterior, essa desigualdade no acesso aos subsídios para a produção é um dos indicadores da caracterização da América Latina como um “continente entortado” (HOFFMAN e CENTENO, 2006) marcado pelo excesso de desigualdade. A transformação da estrutura econômico-social presenciada no período stronista apenas acentuou a vulnerabilidade dos setores camponeses diante da expansão do modelo agroexportador.

Realizando um balanço do período stronista, Pangrazio (2008) apresenta as seguintes conclusões: suas falhas referem-se à violação dos direitos humanos, repressão desumana, administração judicial limitada, massacres e principalmente a generalização da corrupção; quanto aos acertos referem-se ao relativo crescimento econômico, as obras de infraestrutura, o ordenamento financeiro e monetário, a assistência à educação e, em menor medida, à saúde. Contudo, *“la corrupción que se incrementó durante su gobierno fue la peor herencia que nos dejó. “El precio de la paz” corrompió la salud moral de la República”* (PANGRAZIO, 2008: 95). E como apontado por Mendonça (2002) e Mendonça (2005), a corrupção institucionalizada pelo stronismo vai resultar na constituição de um “estado de corrupção sistêmica” no Paraguai.

Deste modo, a conformação das esferas centrais do período tem a forma (ideológica) do nacionalismo e o conteúdo (relações de produção) do intervencionismo estatal promovendo a agroexportação. De fato o período representou o aprofundamento decisivo da ideologia nacionalista e do intervencionismo estatal, tanto na economia quanto na política. É nesse período que surge a grande maioria das empresas estatais e das principais obras de infraestrutura empreendidas pelo Estado (VILLAGRA, 2014). O Estado stronista era uma ferramenta central para o controle e distribuição de recursos tanto para as elites aliadas quanto para as massas que davam a legitimidade para a manutenção do regime (por meio de políticas clientelistas sustentadas pela rede de seccionais coloradas), constituindo-se em ordem legítima.

Contudo, examinando-se a estrutura econômico-social stronista e a ideologia nacionalista que pauta a cultura política paraguaia no período observa-se uma contradição entre a ideologia nacionalista e a internacionalização da economia. Ao mesmo tempo que o governo afirmava seu caráter nacionalista, inclusive justificando a repressão sobre a oposição com a retórica de representar o ideal nacional paraguaio, vinculava de forma dependente a economia nacional em relação ao mercado internacional e aos atores econômicos internacionais (como visto na crítica de LAINO, 1979 de que o stronismo gerou uma submissão do Paraguai aos desígnios do Brasil e dos brasileiros que se instalaram nas regiões de fronteira do Paraguai).

Como o Estado estava controlado pelo stronismo, concentrando os recursos, tornou-se um eficiente mecanismo para relações clientelistas. O acesso aos bens públicos necessitava da submissão ao stronismo. Basicamente a lógica era a seguinte: Stroessner fornecia os bens públicos em troca da lealdade da população. As instituições resolviam demandas da população, desde que a população se submetesse ao domínio stronista reconhecendo que Stroessner era o provedor paternalista das necessidades da população. A permanência do regime por quase 35 anos fomentava a ideia autoritária de que o stronismo seria eterno (ALCALÁ, 2007).

Entretanto, por mais que o momento e a forma como aconteceu a queda de Stroessner pudesse gerar alguma surpresa – embora a cisão no interior do Partido Colorado já demonstrava a busca pela substituição do grupo político no poder desde 1987 –, o processo que se seguiu ao golpe de 2 e 3 de fevereiro de 1989 confirmou as expectativas de que o período pós-stronista colocaria aos novos governos sérios problemas para reconstruir uma coalizão governante e alcançar um nível mínimo de hegemonia (ABENTE, 2010). Isso ocorria devido ao grau de penetração social que o stronismo teve, influenciando nas três esferas estabelecidas para este estudo: a estrutura econômico-social (com os complexos agroexportadores e as obras públicas), a cultura política (com a ideologia autoritária e o nacionalismo) e o modelo de dominação (com a unidade granítica).

As dificuldades para acumular o poder suficiente para estruturar um esquema de governo alternativo demandariam a adoção de uma solução de compromisso, hegemônica, na qual deveriam ser incluídos pelo menos alguns setores liberalizantes. Seria com essa abertura no interior da coalizão governante que se desencadearia um processo de liberalização que possibilitaria uma eventual democratização. Portanto, *“el post-stronismo se constituiría así en una coyuntura con alto potencial democratizante no necesariamente por la fuerza de los*

sectores democráticos sino por las altas chances de producir dicho resultado como sub-producto de la lógica que acaba de desencadenarse” (ABENTE, 2010: 17).

A finalização do regime stronista vinculou-se com a crise no interior da própria coalizão de governo, uma crise do bloco de poder, da unidade granítica (Governo-Partido Colorado-Forças Armadas) (ABENTE, 2010). Primeiramente, o stronismo foi derrotado militarmente com a ascensão de um novo grupo de militares que buscavam assumir o papel protagonista na hierarquia militar. Uma das características centrais do regime stronista era a imobilidade da estrutura militar fazendo que as lealdades fossem pessoais (a sultanização do regime) (RIVAROLA, CAVAROZZI e GARRETÓN, 1991). Neste sentido, duas figuras centrais no processo foram o general Andrés Rodríguez e o então coronel Lino Oviedo.

O problema residiu na sucessão de Stroessner. Os stronistas (militantes) buscavam uma forma de manter a mesma estrutura de poder, mas deviam pensar em um substituto para Stroessner (devido à avançada idade), fato que gerou as cisões no interior do bloco de poder (RIVAROLA, CAVAROZZI e GARRETÓN, 1991). Enquanto os tradicionalistas queriam a volta dos civis no comando do país, os militantes apoiavam a sucessão familiar do poder com um filho de Stroessner assumindo o governo.

Esta cisão estendeu-se para o suporte civil do regime, o Partido Colorado, onde encontraram-se as divisões entre os militantes (que buscavam a permanência do “stronismo depois de Stroessner”) e os tradicionalistas (que buscavam o retorno do poder pela elite civil do partido) (ARDITI, 1992). Nas internas partidárias de 1987²⁹ a cisão ficou exposta ao público, demonstrando que a ruptura da coalizão de governo já era inevitável (PANGRAZIO, 2008).

O general Andrés Rodríguez³⁰ (1989-1993) assumiu o poder e convocou eleições para o dia 1 de maio, dois meses após o golpe. A oposição aceitou participar do processo visando acessar o pequeno espaço de atuação oferecido pelo oficialismo. O resultado das eleições mostrou que o controle do aparato governamental pelos colorados era um elemento essencial para a sua forma de governo – e para a sua permanência no governo –, elemento que seria mantido ao longo da democratização (ABENTE, 2010). Entre as duas candidaturas mais

²⁹ Quando a polícia stronista invadiu a convenção partidária para assegurar que o setor militante garantisse o poder nas internas do partido, em um momento que a oposição começava a demonstrar a capacidade de superar o poder stronista no Partido Colorado (PANGRAZIO, 2008).

³⁰ Consogro de Stroessner, sua filha casou-se com o primogênito de Stroessner.

votadas a ANR obteve 75,5% dos votos e o PLRA obteve 20,68% (TSJE, 2013), apontando para essa importância da longevidade da ANR no controle da administração estatal.

López (2012) apresenta dois eixos centrais que fomentaram as críticas sobre o processo eleitoral de 1989: um eixo temporal, pela proximidade dos prazos de convocação e das votações, “*lo cual disminuía notoriamente el margen de acción de los partidos, que venían de años de exclusión de la escena política*” (LÓPEZ, 2012: 211); e um eixo legal-normativo, pois as eleições foram realizadas baseadas nas leis stronistas, “*tanto la Constitución como la ley de partidos —que prohibía las coaliciones— y la electoral*” (LÓPEZ, 2012: 211). Além disso, a regra de divisão das representações na Câmara de Deputados e no Senado seguia com a regra stronista: o partido que fizesse a maior votação assegurava 2/3 das cadeiras, enquanto o outro 1/3 das cadeiras dividia-se proporcionalmente entre os demais partidos com votação suficiente.

A oposição estava fragmentada com diferenças ideológicas e disputas internas entre os distintos atores que a compunham, sendo que foram apresentadas 6 candidaturas da oposição para a presidência da república (PL, PLR, PLRA, PRF, *Democrata Cristiano* e Partido Humanista). O stronismo foi eficiente na debilitação da oposição, estabelecendo uma oposição tolerada (submissa à “democracia sem comunismo” de Stroessner) e uma oposição perseguida (que foi exilada ou perseguida internamente) (GUTIÉRREZ, 2014). Isso gerou uma desarticulação da oposição que não pôde ser protagonista na transição, apenas utilizando-se e aproveitando-se dos poucos espaços de participação que o oficialismo oferecia (ARDITI, 1992). Rodríguez (1993) afirma que se, por um lado, as mudanças foram mais superficiais, por outro lado, é importante observar que foram mudanças que permitiram uma mínima participação da oposição depois de um longo período de submissão ao poder autoritário.

O liberalismo dividiu-se em várias facções ao longo do stronismo (Partido Liberal e o Partido Liberal Radical faziam parte da oposição tolerada, e o Partido Liberal Radical *Auténtico* fazia parte da oposição perseguida), chegando à transição com a missão de reconstruir o partido para participar dos espaços oferecidos pelo oficialismo. Domingo Laino tornou-se o principal líder do partido, mas a sua condução personalista gerou a oposição dos outros movimentos internos que se aglomeraram sob a figura de Miguel Abdón Saguier (GOIRIS, 2000).

As demais forças políticas tinham o desafio de converter-se em atores relevantes a partir do nada, pois o regime stronista debilitou a articulação da sociedade civil e dos partidos menores (ABENTE, 2010). Isso contribuiu para a incapacidade de permanência estável de uma terceira força política ao longo da transição, fenômeno que tem uma relevância para entender a

fragmentação da oposição – que é um dos elementos centrais que busca ser analisado e compreendido neste estudo. É esse o resultado da análise de López (2014) das eleições entre 1989 e 2013, seria um caso de pluralismo moderado com um partido predominante (o Partido Colorado), um partido de oposição principal (o Partido Liberal) e um terceiro espaço que muda ao longo do tempo.

Ao analisar as possibilidades de conformação do sistema partidário paraguaio após a transição, Abente (1995) apresentava três possibilidades principais: “*si las fuerzas que privilegian el proceso de transición democrática prevalecen y se siguen realizando elecciones libres y limpias como las elecciones municipales de mayo de 1990, el sistema de partidos podría evolucionar hacia un sistema de partido predominante, de bipartidismo competitivo o de pluralismo limitado*” (ABENTE, 1995: 260). Portanto, observando a evolução do sistema de partidos na democratização paraguaia é um caso que se aproxima mais da possibilidade de um pluralismo limitado, que não consegue romper com as tradições partidárias do coloradismo-liberalismo.

É possível delimitar como um primeiro período da democratização paraguaia esse momento inicial de uma transição desde cima, quando são estabelecidas as regras do jogo, é confirmada a passagem do comando militar para o civil e são estabelecidos os parâmetros para desenvolver o regime. É um período que vai desde 1989 até 1996 e os principais atores são assim constituídos: os colorados se dividem em oficialistas (vinculados aos articuladores do golpe sobre Stroessner) e argañistas (vinculados ao anterior setor tradicionalista), os liberais são divididos em lainistas e saguieristas, e a terceira força eram os movimentos que viriam a compor o Encontro Nacional, principalmente os grupos e movimentos que apoiaram a eleição de Carlos Filizzola para a prefeitura de Asunción em 1990 (*Asunción para todos*) e que lançaram candidaturas para a Assembleia Constituinte de 1992 (*Constitución para todos*).

Neste período houve uma tensão entre civis e militares, pois ficou aberta a possibilidade do general Rodríguez apresentar a sua reeleição, fechando o caminho para a ascensão do poder dos líderes civis (ABENTE, 2010; RIVAROLA, CAVAROZZI e GARRETÓN, 1991). Essa relação de forças foi determinante para discutir as regras do jogo da democracia paraguaia, delimitadas principalmente pela Constituição de 1992. A Constituição foi mais um elemento de distribuição de poder do que um pacto para encaminhar a democratização. A institucionalidade foi estabelecida pela luta entre as elites, não havendo um pacto de transição, um padrão para direcionar o processo e os fatos se deram sem um rumo ordenado.

Essa é a concepção avaliada por Martínez-Escobar (2015) quando afirma que os atores políticos centrais do processo atuaram sustentando ou mudando as instituições buscando manter e/ou ampliar seus espaços de poder. Rodríguez (1993) também afirma que a institucionalidade construída na transição respondeu a essa luta pelo poder entre as elites políticas paraguaias. Contudo, há um certo consenso entre os estudiosos da política paraguaia sobre a importância das mudanças institucionais da transição. Embora seja verdade que muitas vezes são mudanças superficiais, elas representam um importante avanço em relação ao histórico autoritário.

O temor do retrocesso autoritário e da reconstrução de um governo personalista duradouro foi responsável inclusive por um dos poucos pactos acordados na transição: a proibição constitucional da reeleição presidencial. Havia esse temor entre líderes civis oficialistas e da oposição de que o general Rodríguez se aproveitasse da popularidade pela condução do golpe contra Stroessner para manter-se no poder e conduzir o processo de transição. No entanto, o acordo sobre a proibição da reeleição criará um problema posteriormente: a dificuldade dos partidos políticos para apresentar novas lideranças depois de um período de mandato – isso terá maior importância para o Partido Colorado, predominante nas votações presidenciais (BOZZOLASCO, 2017).

Com a impossibilidade da reeleição presidencial estabelecida na Constituição de 1992, Rodríguez apostou em Juan Carlos Wasmosy³¹ (1993-1998) para manter o processo iniciado em 1989. O problema na condução do processo se deu nas eleições internas do coloradismo, pois apareceram denúncias de fraude, que dariam como vitorioso a Luis María Argaña (líder do coloradismo tradicional) (ABENTE, 2010). A luta entre colorados abriu espaço para o poder militar e Lino Oviedo se converteu em uma figura central do processo de democratização.

Lino Oviedo buscou converter-se no principal ator do processo tornando-se o suporte militar da coalizão de governo, mas devido ao seu perfil político transgressor acabou gerando o temor de Wasmosy que resolveu retirá-lo do comando militar. Como resposta, Oviedo tentou deflagrar um golpe de Estado em 1996 que gerou muito suspense nos principais círculos políticos paraguaios, principalmente de um rompimento na democratização e o retorno do poder militar. O fracasso da tentativa golpista de Oviedo o converteu em um líder político da democratização, pois passou a atuar no interior do Partido Colorado para chegar ao poder (RIVAROLA, 2013).

³¹ Famoso empresário, beneficiado com as construções de Itaipu.

Entre 1996 e 1999 é visto um segundo período da democratização, quando a autoridade constituída já não conseguiu manter institucionalmente as disputas pelo poder, não conseguindo manter a legitimidade da ordem no sentido weberiano. Oviedo e Argaña são as figuras centrais e a luta entre os dois enervou os ânimos de suas massas seguidoras. Os liberais seguiam divididos em lainistas e saguieristas, buscando formar uma aliança com o Encontro Nacional para as eleições de 1998, que finalmente foi composta por Domingo Laino e Carlos Fillizzola. Mas a união eleitoral dos oviedistas com os argañistas permitiu uma nova vitória colorada³².

Desde o primeiro dia de governo houve uma tensão ente os dois setores. Oviedo parecia ser o verdadeiro comandante, enquanto o Presidente Raúl Cubas Grau (1998-1999) seria a figura pública representante do governo (BRÍTEZ e CABALLERO, 2010). A condução messiânica de Oviedo sobre seus seguidores, paralelamente à busca dos argañistas por finalmente chegar ao poder, geraram tensões crescentes entre os dois grupos. As tensões resultaram em conflitos de rua e uma crise de autoridade em 1999 (RIVAROLA, 2013).

Os acontecimentos do março paraguaio revelaram as profundas e persistentes cisões entre facções do coloradismo. Primeiro o assassinato do vice-presidente Argaña (em 23 de março de 1999), seguido pela escalada da tensão e violência entre o setor oviedista e os demais, culminando na morte de sete jovens e a renúncia de Cubas diante da possibilidade de eclosão de uma guerra civil (PANGRAZIO, 2008). A solução para a crise foi institucionalizada: com a morte do vice-presidente e a renúncia de Cubas, o presidente do Legislativo, senador González Macchi (colorado), assumiu o poder até as eleições de 2003, e como o vice-presidente havia falecido, em 2000 são realizadas novas eleições para o cargo (com a vitória do liberal Julio César Franco) (PANGRAZIO, 2008). Neste período pós-1999 ocorreu outra tentativa de golpe dos oviedistas em 2000, mas sem as grandes repercussões das anteriores.

A acomodação do Partido Colorado foi visível nas novas eleições confirmando seu domínio nas eleições gerais de 1993, 1998 e 2003 graças à desarticulação e incapacidade da oposição estabelecer alianças que permitissem alterar o padrão do poder nacional nas mãos dos colorados (PANGRAZIO, 2008). Mas as crises políticas enfrentadas durante os governos colorados, paralelamente ao fortalecimento gradual dos movimentos sociais reivindicadores de

³² Após ser julgado e condenado pela tentativa de golpe de 1996, Oviedo (que havia vencido as eleições internas para a candidatura de 1998) foi preso – o processo foi realizado logo após o anúncio dos resultados das internas coloradas. O vice da lista oviedista, Raúl Cubas Grau, foi postulado como candidato à presidência e o vice foi o candidato da lista opositora, Luis María Argaña. Na campanha Cubas prometeu que a liberação de Oviedo seria o seu primeiro ato de governo. Com isso, foi criada a campanha colorada “seu voto vale o dobro”, pois votar em Cubas era votar pela liberdade de Lino Oviedo.

mudanças na política nacional, demonstravam os limites para a manutenção do modelo de dominação sob o comando colorado (LÓPEZ, 2010). Martínez-Escobar (2015) afirma que as mudanças institucionais levadas a cabo desde 1989 foram debilitando o poder único do coloradismo e abrindo espaço para as outras forças políticas, embora o coloradismo continuasse como a principal força política.

Nos primeiros anos da década de 2000 os colorados estavam divididos entre os seguidores do presidente Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e os seguidores do vice-presidente Luis Castiglioni, buscando encabeçar a lista presidencial para as eleições de 2008. López (2012: 212) sintetiza o quadro afirmando que “*luego de una frustrada maniobra política para lograr su reelección, Frutos apoyó a la candidata Blanca Ovelar, quien se impuso en la interna colorada (presuntamente mediante fraude)*”. Essa cisão dos colorados, junto com a ascensão eleitoral de Lino Oviedo (com seu novo partido, *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos – UNACE*), dividiram os votos colorados. A oposição tentou a articulação para conformar uma aliança eleitoral que conseguisse derrotar o coloradismo.

Poderia ser considerado que a transição democrática paraguaia se iniciou com a queda de Stroessner e terminaria com as eleições de 1998 que cumpriram com os preceitos básicos para considerar o regime paraguaio como democrático, mas ainda carente de uma alternância no poder executivo nacional. No entanto, um ano depois o sistema enfrentou a grave crise institucional do março paraguaio (BRÍTEZ e CABALLERO, 2010).

Esta era a perspectiva que observava Yore (2002): um presidencialismo atenuado com a crescente pluralidade do Parlamento, em um espaço de coalizões que buscavam o consenso. Mas com a crise gerada pelas eleições de 1998 e o governo de Cubas, a perspectiva de uma transição concluída e a estabilização da democracia foram superadas, fomentando uma profunda crítica da institucionalidade do regime que deu base para os pactos e coalizões de governo (YORE, 2002).

Dos Santos (1989) é outro autor que aponta para a necessidade de alternância para concluir a transição, pois colocará a questão da aceitação da vitória da oposição pelo anterior grupo no poder, além de confirmar para a oposição a capacidade e a possibilidade de mudanças no poder do regime. A chamada “aposta institucionalizada” de O’Donnell (2011) é um elemento importante para que os principais atores políticos aceitem participar do jogo democrático. López (2010) afirma que a alternância era um elemento fundamental para o caso paraguaio,

pois entre 1989 e 2008 a alternância se dava entre militares e civis, elites empresariais e políticas, mas mantendo o poder colorado.

Fazendo uma análise geral do período entre as eleições de 1998 até as eleições de 2008, esses dez anos da história política paraguaia demonstram precisamente que nem sempre a realidade vem a confirmar os postulados das teorias políticas. *“Las elecciones de 1998 se ajustan a parámetros capaces de otorgar al Paraguay la licencia de una transición concluida, pero apenas un año después se produce una de las crisis políticas más dramáticas de nuestra historia, que dio como resultado un pronunciado retroceso institucional”* (BRÍTEZ e CABALLERO, 2010: 17). Por outro lado, observam-se os eventos de 2008, *“cuando la caída del Partido Colorado se ha convertido en una especie de causa nacional capaz de cubrir todos los errores y omisiones del nuevo régimen por el hecho de habernos dado la alternancia”* (BRÍTEZ e CABALLERO, 2010: 17). Apenas quatro anos depois é constatado um novo desafio para a democratização com a deposição do presidente por meio do juízo político.

É possível sintetizar o período entre 1999 e 2012 como um período de crise da coalizão de governo e a articulação eleitoral da oposição que permitiu a alternância. Mas os eventos analisados mostram outra vez que as mudanças são muito mais arranjos entre as elites políticas do que uma resposta para a atuação e as demandas cidadãos. Há uma dificuldade para o modelo de dominação ajustar as respostas institucionais às demandas mais gerais da população, dificultando a manutenção da confiança no regime.

De tal modo, junto com López (2014), Abente (1995) e Martínez-Escobar (2015), considera-se aqui o pluralismo como elemento importante para o regime democrático, pois possibilita observar a sua representatividade incluindo cada vez mais grupos com suas demandas próprias. O pluralismo do Legislativo foi importante para lograr reduzir o poder do Executivo, auxiliando a reduzir o elemento autoritário da presidência (LÓPEZ, 2012; LÓPEZ, 2014). Esses elementos são importantes pois no regime paraguaio é visualizada a capacidade de adaptação dos partidos tradicionais, mantendo seu predomínio como aglutinadores dos mais distintos grupos sociais (BOURSCHEID, 2016a).

No entanto, verificou-se na prática a permanência do domínio dos partidos tradicionais, a ANR (Partido Colorado) e o PLRA (Partido Liberal) nos principais cargos representativos da democracia nacional (PAREDES, 2013) adaptando-se à nova conjuntura política paraguaia. Porém, é preciso apontar a manutenção do predomínio da ANR sobre o PLRA, principalmente por manter todo o aparato político-econômico das seccionais do período stronista. A ANR é o

maior partido do Paraguai quando se considera o número de filiados, a quantidade de votos obtidos nas eleições ou o número de representantes eleitos (BOURSCHEID, 2016a). E o PLRA é o segundo maior partido do Paraguai quando se considera o número de filiados, a quantidade de votos obtidos e de representantes eleitos, além de se constituir historicamente como o principal partido de oposição (BOURSCHEID, 2016a).

Quanto às terceiras forças que foram surgindo ao longo da democratização, no campo mais próximo dos partidos tradicionais estão o PPQ e o UNACE. O PPQ foi formado por empresários com um discurso marcadamente neoliberal. Foi a terceira força política nas eleições de 2003 (BRÍTEZ e CABALLERO, 2010), retomando uma participação mais expressiva com as eleições de 2018, elegendo 3 deputados e 3 senadores. E o UNACE consiste em uma cisão da ANR conduzida pelo ex-general Lino Oviedo, era um movimento com características militares, nacionalistas e autoritárias (RIVAROLA, 2013). Foi a terceira força política nas eleições de 2008 e reduziu a sua importância após a morte de seu líder em 2013.

E as terceiras forças vinculadas com o campo contestatório dos partidos tradicionais referem-se à FG, a AP e o PDP. A FG é a agrupação de partidos e movimentos progressistas e de esquerda surgida em 2010 para dar suporte ao projeto iniciado com o governo Lugo (FRENTE GUASU, 2018). Foi a terceira força política nas eleições de 2013 e de 2018, apesar de perder sua representação na Câmara de Deputados manteve-se como terceira força no Senado e conseguiu aumentar a sua representação na agregação dos cargos em nível nacional e departamental de 18 para 19.

A aliança AP (*Avanza País*) foi uma cisão da FG que discordou da indicação de Aníbal Carrillo (aliado de Lugo) para a candidatura presidencial de 2013. Além disso, havia divergência quanto ao modo de atuar ante a deposição de Lugo. Sua principal figura política era Mario Ferreiro (jornalista), que saiu da aliança para candidatar-se à prefeitura de Asunción em 2015 pelo Partido Revolucionário *Febrerista*, vencendo as eleições (BOZZOLASCO, 2017). Mesmo tendo conseguido duas cadeiras no Senado em 2013 a aliança perdeu seu espaço no setor de esquerda e centro-esquerda para a FG.

E o PDP foi fundado em 2008 para reunir os adeptos do socialismo democrático, colaborou e fez parte da aliança que elegeu Lugo para a presidência (BRÍTEZ e CABALLERO, 2010). Em 2008 o presidente do PDP, Rafael Filizzola, assumiu o Ministério do Interior e ficou no cargo até agosto de 2011 (LÓPEZ BENÍTEZ, 2015). Com o tempo o PDP foi conformando-se como grupo socialdemocrata, mas mantendo posturas críticas aos partidos tradicionais,

especialmente a ANR, e próximas por vezes dos partidos mais à esquerda. Em 2013 e 2018 a atuação do PDP esteve muito centrada na figura da senadora Desirée Masi, cuja liderança tornou-se fundamental para o PDP (BOZZOLASCO, 2017).

Os dados eleitorais mostram a manutenção do predomínio dos partidos tradicionais, mesmo com a inclusão de novas forças disputando o papel de terceira força na democratização. A participação dos partidos na Câmara de Deputados, agregando-se os dados em quatro grupos (ANR, PLRA, terceira força e outros), se deu da seguinte forma:

Tabela 3. Participação dos partidos na Câmara de Deputados (em porcentagem de cadeiras e total de cadeiras) (1989-2018)

Partido/Eleição	1989	1993	1998	2003	2008	2013	2018	Média (%)
ANR	66,67% (48)	47,5% (38)	56,25% (45)	46,25% (37)	37,5% (30)	57,5% (46)	52,5% (42)	52,02%
PLRA	29,17% (21)	41,25% (33)	32,5% (26)	26,25% (21)	33,75% (27)	35% (28)	37,5% (30)	33,63%
Total ANR-PLRA	95,84% (69)	88,75% (71)	88,75% (71)	72,5% (58)	71,25% (57)	92,5% (74)	90% (72)	85,65%
Terceira força*	2,78% (2)	8,75% (7)	11,25% (9)	25% (20)	22,5% (18)	3,75% (3)	-	10,58%
Outros	1,39% (1)	2,5% (2)	-	2,5% (2)	6,25% (5)	3,75% (3)	10% (8)	3,77%

*1989: *Partido Revolucionario Febrerista*; 1993: *Encuentro Nacional*; 1998: *Encuentro Nacional*; 2003: *Patria Querida* e *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos* (UNACE); 2008: *Patria Querida* e UNACE; 2013 e 2018: *Esquerda* (*Avanza País*, *Frente Guasu* e *Partido Democrático Progresista* - PDP).

Fonte: TSJE (2013) e TSJE (2018). Elaboração própria.

Embora apresentando oscilações, os partidos tradicionais sempre dominaram mais de 70% das cadeiras na Câmara de Deputados e nas últimas eleições se observa uma renovação de tal fenômeno. A média de 85,65% das cadeiras da Câmara de Deputados pertencentes aos partidos tradicionais é um indício de sua preponderância nesse espaço da sociedade política. As terceiras forças que até 1998 não conseguiam expressividade na Câmara, a partir das eleições de 2003 passaram a ser elemento fundamental da lógica de funcionamento da Câmara. Não obstante, esse fenômeno se reverteu novamente com as eleições de 2013 quando a terceira força voltou a ter pequena expressividade na Câmara, chegando às eleições de 2018 com os piores resultados da série histórica sem ter representação na Câmara de Deputados.

E as outras forças políticas não conseguiam alcançar resultados expressivos nas eleições, restringindo a dinâmica da Câmara de Deputados às três forças políticas principais. Essa dinâmica teve uma alteração nas eleições de 2018, onde as outras forças conseguiram 10% das cadeiras, contudo ainda sendo uma representação pequena diante do predomínio absoluto dos partidos tradicionais.

Além disso, é importante observar que na média a ANR consegue obter mais da metade das cadeiras na Câmara (52,02%). A segunda força, o PLRA, mantém uma média distante da ANR (com 33,63%, a 18,39% da ANR), todavia, está distante da média das terceiras forças (com 10,58% na média, a 23,05% do PLRA). Há uma diferença substancial entre os resultados das três principais forças políticas nas eleições para a Câmara de Deputados.

Contudo, outro dado eleitoral mostra uma dificuldade para o regime democrático paraguaio manter a confiança da população, mas especialmente uma dificuldade para as forças alternativas conseguirem uma maior participação na representação do sistema político. Na sequência são apresentados os resultados das votações para a Câmara de Deputados usando a mesma divisão das forças políticas. Considera-se a porcentagem dos votos válidos pois é a partir deles que se calcula a representação. Ademais, são apresentados os dados das eleições entre 2003 e 2018 por duas motivações: a disponibilidade dos dados pelo TSJE e a existência de alianças específicas entre o PLRA e terceiras forças (como em 1998), o que dificulta a comparação com a composição das representações. Os dados são os seguintes:

Tabela 4. Votações dos partidos para a Câmara de Deputados (em porcentagem dos votos válidos) (2003-2018)

Partido/Eleição	2003	2008	2013	2018	Média
ANR	35,27%	32,96%	40,99%	39,1%	37,08%
PLRA	25,67%	28,27%	29,25%	17,74%	25,23%
Total ANR-PLRA	60,94%	61,23%	70,24%	56,84%	62,31%
Terceira força*	29,98%	24,47%	10,6%	16,26%	20,33%
Outros	9,09%	14,3%	19,16%	26,9%	17,36%

*2003: *Patria Querida* e *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos* (UNACE); 2008: *Patria Querida* e UNACE; 2013 e 2018: *Esquerda* (*Avanza País*, *Frente Guasu* e *Partido Democrático Progresista* - PDP).

Fonte: TSJE (2013) e TSJE (2018). Elaboração própria.

Comparando os dados das votações com as cadeiras obtidas na Câmara de Deputados é possível visualizar uma diferença considerável. Enquanto a média de cadeiras obtidas pela ANR e PLRA foi de 85,65%, a média de votos válidos obtidos foi apenas de 62,31%, ou seja, 23,34% de diferença entre os votos obtidos e a representação lograda a partir das votações.

Isso ocorre pois ainda que a representação seja proporcional, com a existência de várias listas nas disputas eleitorais, as listas dos partidos tradicionais conseguem concentrar mais votos e acessar mais cadeiras. Por exemplo, as terceiras forças analisadas sempre apresentaram mais de uma lista, o que resulta em uma maior votação, mas que não consegue resultar na mesma proporção de cadeiras obtidas. É observado esse fenômeno com as votações das outras forças

que estiveram muito mais próximas das terceiras forças (2,97%) do que o visualizado nas cadeiras obtidas (6,81%).

Como as eleições para deputados são departamentais, embora as listas tenham uma votação expressiva no nível agregado, muitas vezes se concentram em alguns departamentos com um número limitado de cadeiras na Câmara. Muitos departamentos possuem uma representação de apenas 3 cadeiras e ainda que as outras forças políticas tenham uma votação expressiva são os partidos tradicionais que alcançam o necessário para ter representação.

Quanto à participação dos partidos políticos no Senado paraguaio, lançando mão da mesma agrupação dos partidos utilizada para os dados da Câmara de Deputados, os resultados são os seguintes:

Tabela 5. Participação dos partidos no Senado (em porcentagem de cadeiras e total de cadeiras) (1989-2018)

Partido/Eleição	1989	1993	1998	2003	2008	2013	2018	Média (%)
ANR	66,67% (24)	44,44% (20)	55,56% (25)	35,56% (16)	33,33% (15)	42,22% (19)	37,78% (17)	45,08%
PLRA	30,55% (11)	37,78% (17)	28,89% (13)	26,67% (12)	31,11% (14)	28,89% (13)	28,89% (13)	30,4%
Total ANR-PLRA	97,22% (35)	82,22% (37)	84,45% (38)	62,23% (28)	64,44% (29)	71,11% (32)	66,67% (30)	75,48%
Terceira força*	2,78% (1)	15,56% (7)	15,56% (7)	31,11% (14)	28,89% (13)	22,22% (10)	17,78% (8)	19,13%
Outros	-	2,22% (1)	-	6,67% (3)	6,67% (3)	6,67% (3)	15,56% (7)	5,4%

*1989: *Partido Revolucionario Febrerista*; 1993: *Encuentro Nacional*; 1998: *Encuentro Nacional*; 2003: *Patria Querida* e UNACE; 2008: *Patria Querida* e UNACE; 2013 e 2018: *Esquerda (Avanza País, Frente Guasu e PDP)*.
Fonte: TSJE (2013) e TSJE (2018). Elaboração própria.

A partir da conformação do Senado é visualizada uma tendência de desconcentração até as eleições de 2013, quando novamente os partidos tradicionais ascenderam sua presença no Senado com cerca de 70% das cadeiras, oscilando negativamente nas últimas eleições mas mantendo uma quantidade de cadeiras próxima dos 70%.

É observada uma importância maior das terceiras forças no Senado em comparação com a Câmara de Deputados. A porcentagem de cadeiras obtidas só é menor que na Câmara na primeira eleição (1989), nas demais eleições as terceiras forças obtiveram resultados mais expressivos no Senado do que na Câmara. No entanto, também é visto um movimento de ascensão das terceiras forças até 2003 quando atingiram sua máxima representação (31,11%), começando um movimento de retração que se acentuou em 2013 e foi confirmado em 2018 regressando aos níveis de participação no Senado da década de 1990. Ainda assim, as terceiras forças são um elemento decisivo para a dinâmica do Senado paraguaio.

Outro fenômeno relevante é a ascensão contínua da participação de outros partidos, menores, chegando a representar 15,56% das cadeiras no Senado eleito em 2018, podendo ser um elemento decisivo para construir maiorias nas votações importantes tanto para o governo como para a oposição, diferentemente do que foi visto no caso da Câmara de Deputados.

A distância entre a média dos resultados das principais forças políticas também se reduz no Senado em comparação com a Câmara. A distância da ANR para o PLRA que na Câmara é de 18,39% no Senado se reduz para 14,68%. E a distância do PLRA para as terceiras forças que na Câmara é de 23,05% no Senado tem uma redução maior resultando em uma diferença de 11,27%.

A maior presença das forças alternativas no Senado pode ser explicada pela própria dinâmica de distribuição territorial do voto (GÓMEZ, GONZÁLEZ e GOETZ, 2015). Para as eleições no Senado as listas são nacionais, enquanto que para Deputados são departamentais (regionalizadas) fazendo que a lógica territorial de organização seja mais importante na Câmara, pois os partidos exitosos nesse espaço devem estar presentes de modo organizado em todos ou a maioria dos departamentos. E é possível ver que na Câmara a presença dos partidos tradicionais teve uma média de 85,65% das cadeiras, enquanto no Senado a média foi de 75,48%, deixando uma margem um pouco maior para a participação das forças alternativas.

E realizando a mesma agregação de dados que a efetuada para a Câmara de Deputados sobre os votos válidos, os resultados obtidos para o Senado são os seguintes:

Tabela 6. Participação dos partidos nas votações para o Senado (em porcentagem de votos válidos) (2003-2018)

Partido/Eleição	2003	2008	2013	2018	Média
ANR	34,44%	29,07%	38,5%	32,52%	33,63%
PLRA	25,39%	28,92%	26,17%	24,18%	26,17%
Total ANR-PLRA	59,83%	57,99%	64,67%	56,7%	59,8%
Terceira força*	30,2%	27,86%	22,25%	15,49%	23,95%
Outros	9,97%	14,15%	13,08%	27,81%	16,25%

*2003: *Patria Querida* e *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos* (UNACE); 2008: *Patria Querida* e UNACE; 2013 e 2018: *Esquerda (Avanza País, Frente Guasu e Partido Democrático Progresista - PDP)*.

Fonte: TSJE (2013) e TSJE (2018). Elaboração própria.

No caso do Senado também se observa uma discrepância entre as votações obtidas e a consequente representação parlamentar. A média dos votos válidos obtidos pela ANR e PLRA no período foi 15,68% menor do que a média das cadeiras obtidas. Para as terceiras forças a média dos votos válidos foi 4,82% maior do que a média de cadeiras obtidas. Mas é no caso

das outras listas que a diferença com uma menor representação foi mais marcante, pois a média de votos válidos obtidos foi 10,85% maior do que a média de cadeiras obtidas.

Assim como no caso da Câmara de Deputados, a análise do caso do Senado mostra a dificuldade para as outras forças políticas conseguirem uma maior representação devido especialmente à fragmentação das listas que beneficia os partidos tradicionais. Esse elemento é mais importante no caso do Senado pois a representação se dá no nível nacional, ou seja, não sendo relevante a concentração de votos em determinadas regiões.

De tal modo, ao mesmo tempo que os partidos tradicionais mantêm uma elevada participação em ambas as casas do Congresso paraguaio, as demais forças políticas foram paulatinamente fragmentando-se. Enquanto as terceiras forças foram diminuindo a sua participação nas duas casas, os demais partidos foram tornando-se cada vez mais presentes, aumentando a quantidade de partidos presentes no Congresso paraguaio.

2.2 Interesses econômico-corporativos que formam as coalizões de poder no Paraguai

Com essa multiplicidade de atores participando da dinâmica parlamentar, na política paraguaia pós-1989 pode ser observada a existência de dois grandes blocos de poder, duas grandes coalizões que disputam a liderança na sociedade política (o sistema político) assim como na sociedade civil.

A primeira é a coalizão conservadora, formada pelos partidos tradicionais (ANR e PLRA), terceiras forças momentâneas (PPQ e UNACE), a aliança conservadora (entre o capital multinacional, as associações empresariais nacionais e os meios de comunicação empresariais), setores majoritários da Igreja e as Forças Armadas.

Já a segunda coalizão consiste em uma coalizão contrária a esta perspectiva de conservação hegemônica que pode ser analisada enquanto uma coalizão alternativa, formada pela FG, o AP, o PDP, pequenos partidos de esquerda, movimentos sociais setoriais, principalmente os camponeses, os sindicatos e setores minoritários da Igreja (vinculados com a linha da Teologia da Liberação).

Para chegar a essa definição deve-se considerar a conformação da estrutura econômico-social paraguaia, como se estabelecem as relações sociais de produção, assim como a organização política do Estado e como se desenvolvem as relações de forças no interior do bloco histórico. Tal apreciação parte do princípio da teoria marxista – aqui concebida a partir

da interpretação gramsciana – de que todo Estado é uma representação das relações de classe (das lutas de classe) que podem ser observadas na estrutura. A estrutura econômico-social seria a base das relações sociais, enquanto as superestruturas referem-se à dinâmica das relações sociais (LIGUORI *apud* LIGUORI e VOZA, 2017: 261-264).

Seguindo os apontamentos da teoria da dependência (em suas duas vertentes, pois ambas partem desses argumentos) é possível observar que a dependência dos países latino-americanos no sistema mundial capitalista é uma forma de apresentação do fenômeno da dependência, que ocorre também internamente, as relações de dependência, exclusão, desigualdade e hierarquização são produzidas e reproduzidas tanto doméstica quanto internacionalmente (como apontado pelo colonialismo interno, especialmente por STAVENHAGEN, 1974). Isto posto, na concepção aqui utilizada a compreensão da estrutura econômico-social é imprescindível para entender o surgimento das demandas que se apresentarão nas demais esferas (da cultura política, do modelo de dominação e da resposta institucional). Com isso, chega-se ao modelo analítico estabelecido no capítulo anterior relacionando as três esferas, com as demandas presentes na população pressionando a estrutura do modelo de dominação, para manter-se estavelmente com a aceitação dos dominados e cujas respostas vão influenciar na percepção da população sobre a estrutura administrativa do modelo de dominação.

Segundo Villagra (2009), na economia paraguaia a principal fonte de geração de riquezas é a terra e os recursos naturais, sustentando a atividade agropecuária, florestal, agroindustrial e grande parte do comércio. A terra e a riqueza que ela gera estão concentradas e hegemônicas pelos latifundiários locais e estrangeiros³³, focados principalmente na produção de soja e gado para a exportação da oleaginosa, carne e os derivados de ambos.

A importância dos produtos primários na pauta de exportações do Paraguai pode ser visualizada a partir dos dados fornecidos pela Cepalstat (2018). Na sequência são apresentados os principais produtos primários exportados pelo Paraguai em três anos (2012, 2016 e 2017):

³³ Os dados sobre a distribuição fundiária apresentados pelo Censo Agropecuário Nacional de 2008 apontam que 2,6% dos proprietários do país possuem 85% das terras registradas. O coeficiente de Gini para a distribuição fundiária era de 0,93, um dos maiores do mundo (BOZZOLASCO, 2009).

Quadro 7. Principais produtos primários exportados pelo Paraguai (em porcentagem do total das exportações)

Produto	2012	2016	2017	Variação 2017-2012
Energia elétrica	30,7%	25,2%	24,3%	-6,4%
Soja	21,7%	21,6%	24,6%	+2,9%
Carne bovina	10,4%	13%	13,2%	+2,8%
Resíduos de sementes oleaginosas	2,7%	10,1%	8,4%	+5,7%
Óleo de soja	1,9%	5,5%	5,5%	+3,6%
Milho	7,5%	4%	2,8%	-4,7%
Couros	1,5%	1,4%	1,3%	-0,2%
Arroz	1,1%	1,7%	1,6%	+0,5%
Trigo	4,9%	1,7%	-	-3,2%*
Açúcar sem refinar	1,1%	-	-	-
Total dos produtos primários	83,5%	84,2%	81,7%	-1,8%

*Variação 2016-2012.

Fonte: Elaboração própria com os dados da Cepalstat (2018)

Considerando os dados relativos aos principais produtos de exportação do Paraguai é possível constatar a importância dos principais complexos agroexportadores. Se somar-se outro produto primário exportado pelo Paraguai, a eletricidade que representava 24,3% das exportações de 2017 – provinda das duas principais usinas hidrelétricas do Cone Sul, as binacionais de Itaipu e Yacyretá – e considerar-se os demais principais produtos, será observado que os produtos primários eram responsáveis por 81,7% das exportações (CEPALSTAT, 2018). Enquanto quatro produtos reduziram sua participação no total das exportações (energia elétrica, milho, couros e trigo), outros cinco produtos aumentaram a sua participação (soja, carne bovina, resíduos de sementes oleaginosas, óleo de soja e arroz).

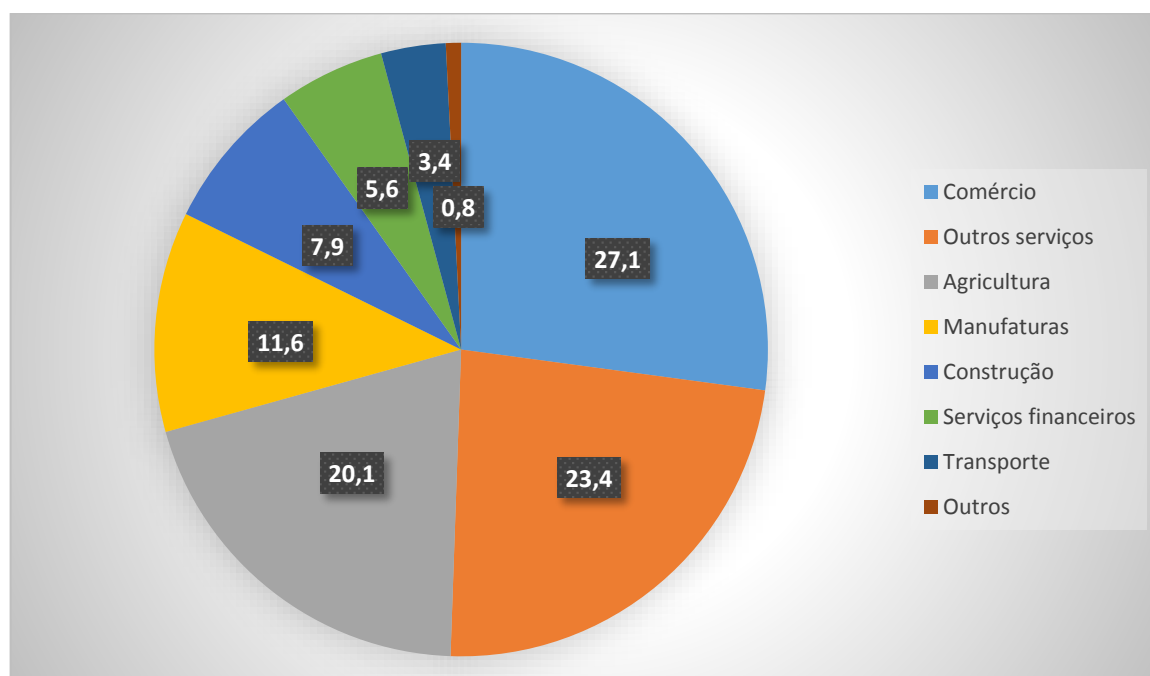
A economia paraguaia está orientada para as necessidades do mercado internacional, preterindo as necessidades da população local relegada por seu baixo nível aquisitivo. De acordo com os dados apresentados pela Cepalstat (2018) em 2014 a taxa de pobreza no Paraguai alcançava 42,3%, sendo que a taxa de pobreza urbana era de 36,5% e a rural era de 50,9%. Ademais, a taxa de indigência era de 20,5%, sendo que a urbana era de 13,3% e a rural era de 31,3%. Tais índices refletem as dificuldades enfrentadas por parcela considerável da população paraguaia no concernente às suas condições socioeconômicas, refletindo em seus interesses mais imediatos, como pode ser depreendido dos elementos teórico-conceituais analisados no capítulo anterior.

De tal modo, o Paraguai está inserido em uma lógica de intercâmbio desigual, exportando matérias primas de baixo valor agregado e importando produtos de alto valor agregado, inclusive insumos e maquinário para a produção das matérias primas exportadas.

Representa o cenário da deterioração dos termos de troca, como analisado por Prebisch (1981). O modelo privilegia a exploração extensiva da terra, como no caso da pecuária, além do uso intensivo de capital e tecnologia, como nas monoculturas da soja, excluindo do processo o emprego intensivo da mão de obra, pela escassa capacidade de gerar empregos destas formas de produção. É um modelo fundamentalmente extrativista buscando a extração de recursos com menores custos e que possam ser facilmente comercializáveis.

No caso paraguaio, a distribuição da população ocupada por setores da atividade econômica pode ser observada com os dados aportados pela Cepalstat (2018) para o ano de 2017, apresentados no seguinte gráfico:

Gráfico 1. Distribuição da população ocupada por setor da atividade econômica (2017)



Fonte: Cepalstat (2018).

É possível observar como o setor de comércio e serviços concentra a maior parcela da população ocupada (50,5% entre os dois setores, além dos 5,6% referentes aos serviços financeiros). Comparando-se os resultados de 2017 com os de 2014 são vistos três fenômenos de leve mudança, especialmente pelo curto intervalo: os serviços aumentaram sua participação de 54,2% para 56,1%; a agricultura reduziu sua participação de 22,1% para 20,1%; e os empregos urbanos (fora do âmbito dos serviços) aumentaram sua participação de 22,5% para 22,9%. Neste curto intervalo de 3 anos o comércio foi a atividade econômica que absorveu a maior parte da mão de obra empregada, enquanto a agricultura foi a que mais perdeu espaço.

E outro dado importante para entender as relações sociais de produção no Paraguai, auxiliando na compreensão da precarização das condições de vida e no aprofundamento das desigualdades é a taxa de ocupação no mercado informal de trabalho. Segundo os dados da Cepalstat (2018) em 2014 os ocupados urbanos no setor informal do mercado de trabalho representavam 50,6% da população, mais da metade da população estando no mercado informal. A taxa era maior para as mulheres, com 56,9%, e para os homens a taxa chegava a 45,6%. Os últimos dados apresentados pela Cepalstat referentes ao ano de 2017 demonstram como esse fenômeno vem se aprofundando. A taxa de ocupação informal passou para 53,4%, sendo que para as mulheres passou a representar 59,4% e para os homens a taxa chegou a 48,8%. O peso da informalidade reflete na precarização das relações de trabalho, mas influencia também nas assimetrias, na concentração e na hierarquização da sociedade, fazendo que as massas estejam afastadas dos mecanismos institucionais, seja pelo desconhecimento, seja pela desconfiança ou dificuldade em observar a sua capacidade de resposta.

O processo de internacionalização da economia paraguaia insere-se no processo mais geral de mundialização do capital, analisado por Chesnais (1996). Com os processos paralelos de financeirização da economia e a produção em escala global, o caso paraguaio molda-se a essas necessidades com o aprofundamento dos complexos agroexportadores. A especialização na divisão internacional do trabalho faz que o Paraguai seja o representante inicial do processo de produção do complexo primário, especializado na produção da matéria prima e sua exportação para outros mercados que irão se encarregar do beneficiamento, ou mesmo o beneficiamento interno por parte das empresas multinacionais.

Também é preciso ser observado que a produção no Paraguai está permeada pelo processo de financeirização, pois a produção dos grandes complexos agroexportadores necessita de créditos para financiar os insumos, as novas tecnologias e maquinários para a produção, tornando a terra e a sua produção elementos capitalizados e concentrados nos atores com capacidade para se inserir no processo de financeirização.

A produção em escala ampliada de soja, milho, algodão e carne está relacionada com a necessidade do mercado mundializado por essas *commodities*, incentivando sua produção no Paraguai que facilita a produção de tais complexos. Ademais, os complexos agroexportadores paraguaios estão profundamente relacionados e envolvidos pelas empresas multinacionais que controlam boa parte dos processos relacionados com a produção.

Um exemplo da participação das multinacionais na produção dos complexos agroexportadores é apresentado por Rojas (2009), que analisa 12 empresas multinacionais atuantes na produção primária paraguaia estabelecendo sua participação na cadeia produtiva em cinco fases: provisão de insumos (agroquímicos, sementes e maquinários); produção agrícola (especialmente no caso da soja); estocagem e comercialização (fundamentalmente a agroexportação); industrialização; e distribuição final. Os resultados da análise são apresentados no seguinte quadro, onde não aparecem a produção e a distribuição pois nenhuma das grandes corporações dedicava-se a essas atividades no Paraguai:

Quadro 8. Participação das multinacionais na produção de agroexportação

Corporação	Processos		
	Insumos	Estocagem e comercialização	Industrialização
ADM Paraguay SAECA	X	X	
BASF Paraguaya S.A.	X		
Bayer S.A.	X		
Bunge Paraguay S.A.	X	X	
Cargill Agropecuaria SACI	X	X	X
ContiParaguay S.A.		X	X
Dow Agrosiences Paraguay S.A.	X		
Louis Dreyfus Paraguay S.A.	X	X	
Nestlé Paraguay S.A.			X
Noble Paraguay S.A.	X	X	
Parmalat Paraguay S.A.			X
Unilever de Paraguay S.A.			X
Total de corporações por processo (%)	8 (67%)	6 (50%)	5 (42%)

Fonte: Rojas (2009).

Observa-se que essas empresas multinacionais atuam em processos vinculados com a produção dos complexos agroexportadores, mas não na produção em si. Concentram-se na provisão dos insumos necessários para a produção, onde conseguem controlar a fase primordial e essencial para a produção. O beneficiamento e a inserção dos produtos no mercado internacional (estocagem e comercialização dos grãos, bem como a industrialização) são outras fases que recebem a atenção das empresas multinacionais, relacionando-se com a realização da produção em agroexportação. Em suma, a influência das empresas multinacionais na produção dos complexos agroexportadores é fundamental.

Não obstante, analisando outro dado sobre as atividades das empresas estrangeiras no setor primário da produção é possível ver a relevância econômica das empresas estrangeiras no Paraguai. Considerando-se a participação das empresas estrangeiras do setor primário nas exportações do Paraguai, os dados fornecidos por Rojas (2009) relativos ao ano de 2007 podem ser compilados a partir do seguinte quadro:

Quadro 9. Participação das empresas estrangeiras nas exportações paraguaias de 2007

Corporação	Origem do capital	Total de exportações (em milhões de US\$)	% do total de exportações do Paraguai
Cargill Agropecuaria SACI	Estados Unidos	613,5	18,18
ADM Paraguay SAECA	Estados Unidos	289,1	8,57
Bunge Paraguay S.A.	Estados Unidos	202,8	6,01
Louis Dreyfus Paraguay S.A.	França	121,0	3,59
Vicentin Paraguay S.A.	Argentina	89,6	2,66
Noble Paraguay S.A.	Hong Kong	83,4	2,47
ContiParaguay S.A. (Unilever)	Holanda/Inglaterra	44,0	1,3
Agro Silo Santa Catalina S.A.	Brasil	35,2	1,04
Agrofertil S.A.	Brasil	25,9	0,77
Shirosawa Company SAIC	Japão	16,8	0,5
Lar Paraguay S.A.	Brasil	15,8	0,47
Total*		1537,1	45,56

*Total de exportações do Paraguai em 2007: US\$ 3.374 milhões.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Rojas (2009).

Apenas essas 11 empresas estrangeiras foram responsáveis por quase metade do total das exportações paraguaias em 2007. Se forem consideradas as 3 mais importantes nos resultados (Cargill, ADM e Bunge, todas estadunidenses) observa-se que foram responsáveis por 32,76%, quase um terço do total das exportações. Este é um dado que aponta para a importância da atuação das empresas estrangeiras nos complexos agroexportadores e lançam novamente a discussão sobre o problema da origem dos capitais e a questão da retórica nacionalista.

Por tudo isso, o sistema econômico gera uma enorme desigualdade entre, por um lado, um setor com elevadas rendas e lucros e, por outro lado, uma enorme quantidade de paraguaios em situação de pobreza e exclusão, desempregados e na informalidade com a precarização das relações laborais³⁴. O Estado paraguaio, incluindo os três poderes que o integram e todo o aparato legal, está desenhado para favorecer e preservar esta estrutura econômico-social e os benefícios que ela gera aos grupos que fazem parte da coalizão de classe dominante.

Pode se ver a caracterização da economia paraguaia como agroexportadora, dependente de capital internacional, importadora de uma ampla gama de produtos, desigual na distribuição de renda e de recursos necessários para a produção. O privilégio de pequenos setores com

³⁴ Há uma grande desigualdade entre o grupo com maiores rendas e o grupo com as menores rendas. Villagra (2009) apresenta a estimativa de que os 10% da população com maior renda recebem anualmente uma renda 42 vezes maior que a recebida pelos 10% da população no extremo oposto.

grandes recursos em detrimento da maioria da população fomenta a manutenção de uma relação de forças favorável aos primeiros. A estrutura econômico-social paraguaia reproduz a lógica do “continente entortado” de Hoffman e Centeno (2006), onde os avanços econômicos não conseguem representar melhorias similares nas condições de vida da população.

A parcela da população que é preterida pelo modelo acaba vivenciando a precarização de suas condições de vida, tanto os que permanecem no campo e não conseguem produzir os produtos com valor comercial, sendo pressionados pelo modelo dos complexos agroexportadores, quanto os que migram para as periferias das cidades buscando empregos que proporcionem melhores condições de vida. Ambos os grupos adentram na caracterização do conceito de marginalidade, analisado em Germani (1980) e Quijano (1971), contribuindo para a hierarquização social e a constituição de identidades excludentes³⁵ que dificultam a ascensão social e mantêm a distância entre o topo e a base da hierarquia social.

No concernente à distribuição fundiária, os dados do último censo agropecuário realizado demonstram a permanência da concentração da propriedade. Agregando os dados do censo em 6 intervalos (o censo divide em 12), apresentam-se os seguintes resultados:

Quadro 10. Distribuição do tamanho das propriedades (segundo o Censo de 2008)

Tamanho da propriedade (ha)	Número de propriedades	Porcentagem de propriedades	Área (ha)	Porcentagem da área
<20	241.182	83,3	238.012	4,3
20-<50	22.865	7,9	619.986	2,0
10-<100	6.879	2,3	459.555	1,5
100-<1.000	13.222	4,5	4.109.633	13,2
1000-<10.000	4.127	1,4	11.902.565	38,3
>10.000	600	0,2	12.654.779	40,7
Total	289.649	100	31.086.894	100

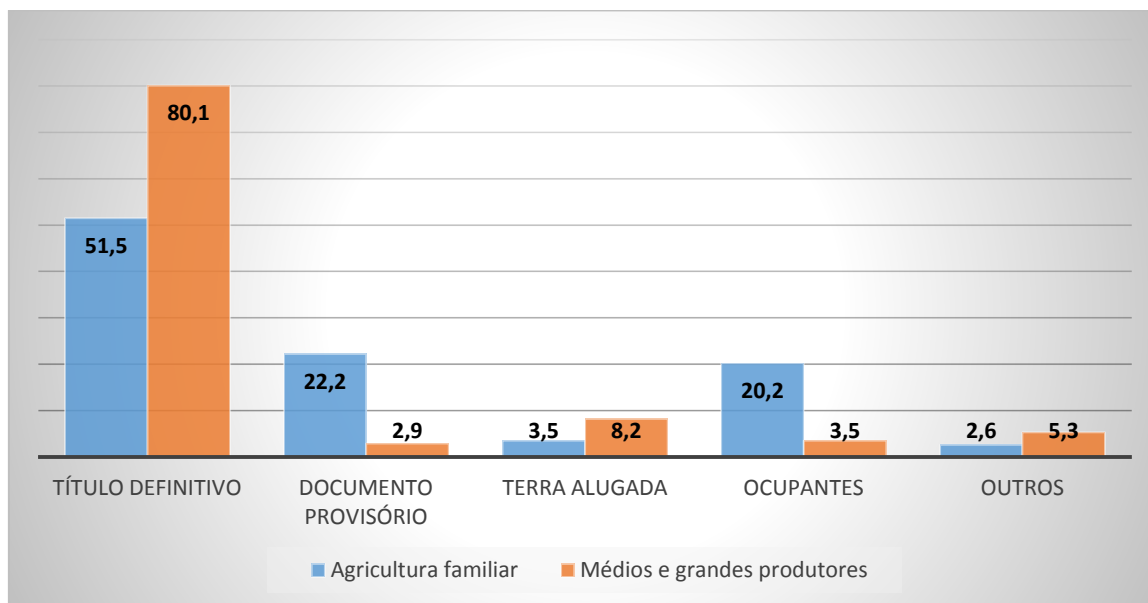
Fonte: Ezquerro-Cañete e Fogel (2017: 281).

Centrando-se as atenções nos dois extremos da estrutura fundiária (as pequenas propriedades com até 50 hectares e as grandes propriedades com mais de 1000 hectares) é visto que as pequenas propriedades representam 91,2% das propriedades registradas, mas ocupam uma área de apenas 6,3%. No outro extremo, as grandes propriedades representam 1,6% das propriedades registradas, mas ocupam uma área de 79%.

³⁵ O camponês, o *pynandi* (descalço em tradução do guarani), é o elemento incivilizado, grosseiro, que não consegue se expressar em castelhano (espanhol) que é a língua dos esclarecidos, daqueles que possuem poder. Esta é uma das formas de hierarquização baseada em identidades excludentes que se observa no Paraguai.

A concentração de terras reflete em outro problema fundiário que se refere à forma de posse. Os dados do censo agropecuário de 2008 mostram a seguinte distribuição das formas de posse da terra entre propriedades de agricultura familiar e médios e grandes produtores:

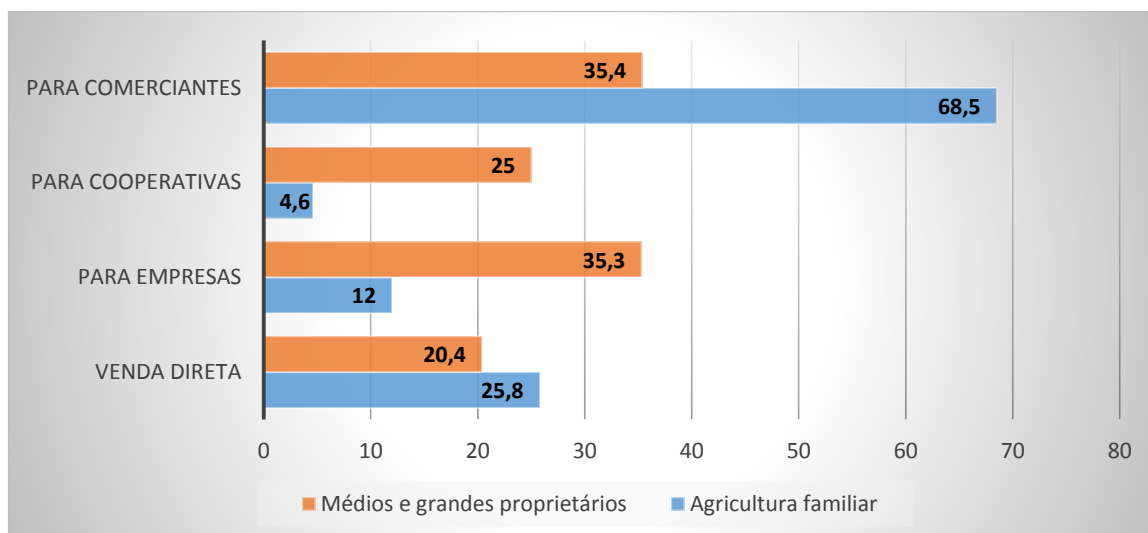
Gráfico 2. Formas de posse da terra no Paraguai em 2008 (em porcentagem do total)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuario Nacional (MAG, 2008).

Enquanto a grande maioria dos médios e grandes proprietários possuem títulos definitivos de suas terras (80,1%), a situação dos agricultores familiares não possui a mesma segurança jurídica e apenas 51,5% dos proprietários possuem títulos definitivos de suas terras. Essa falta de segurança jurídica é mais um elemento de desigualdade entre os dois grupos, além de fomentar a retórica da coalizão conservadora sobre a necessidade de manutenção da ordem jurídica, pois seus aliados no setor primário necessitam da manutenção da ordem jurídica para manter a segurança sobre seus títulos de propriedade.

Como o modelo econômico privilegia a agroexportação, a terra constitui um elemento de poder nas relações sociais, e com essa concentração do recurso a relação de forças fica favorável aos grandes proprietários e seus representantes na sociedade política. Por exemplo, a comercialização da produção dos produtos agrícolas se dá de forma muito distinta entre camponeses e os produtores de agroexportação, como pode ser observado a partir do seguinte gráfico:

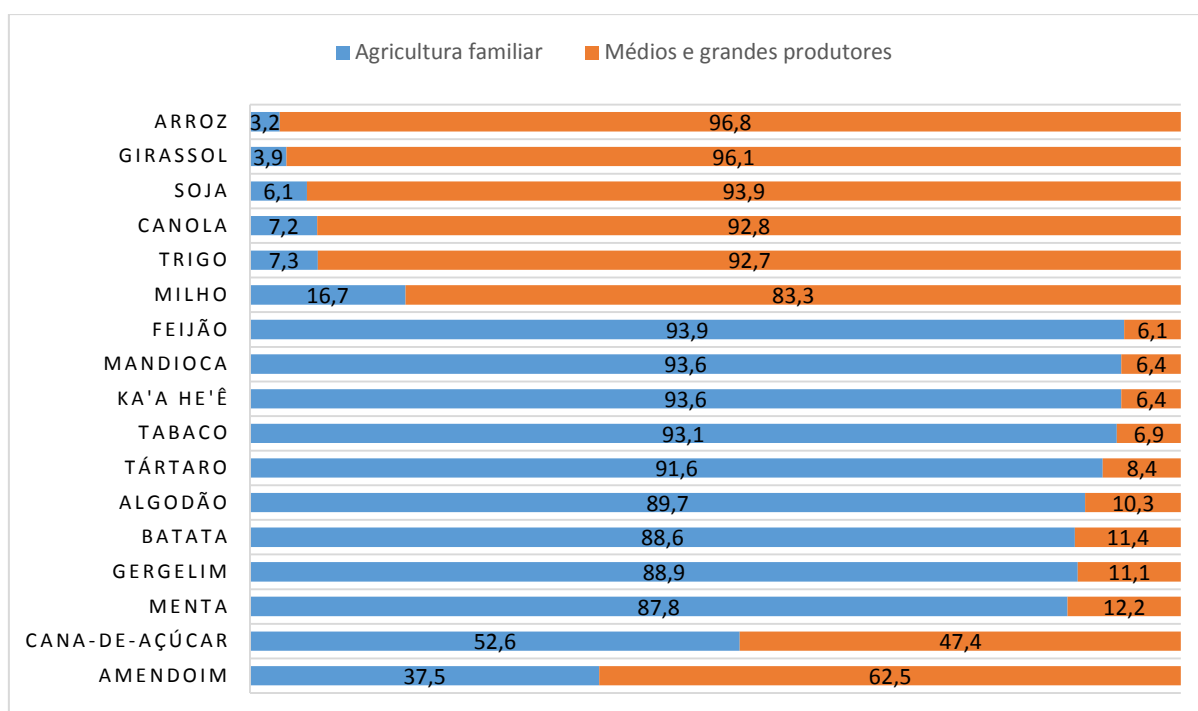
Gráfico 3. Destino dos produtos agrícolas no Paraguai em 2008 (em % das propriedades)*

* O total passa dos 100% pois uma propriedade pode ter mais de um destino para suas vendas. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuario Nacional (MAG, 2008).

Equanto os camponeses (a agricultura familiar) concentra suas vendas para comerciantes locais ou na venda direta aos consumidores (ambas as formas têm 94,3% de presença), os médios e grandes produtores conseguem distribuir suas vendas entre as quatro formas apresentadas. Ademais, são os médios e grandes produtores que conseguem inserir seus produtos nas vendas para cooperativas e empresas (60,3% das vendas), ambas sendo as principais compradoras dos produtos provenientes dos complexos agroexportadores.

Com a concentração da propriedade da terra os grandes proprietários têm uma facilidade maior para conseguir créditos e financiar a produção em larga escala. Os pequenos proprietários não o conseguem da mesma forma, dificultando a sua competitividade na produção dos complexos agroexportadores e dificultando a sua viabilidade econômica.

Quando observam-se os principais produtos produzidos por camponeses e pelos médios e grandes proprietários, é possível visualizar a diferença e a concentração em determinados produtos de acordo com o tamanho da propriedade. Os dados da participação de cada grupo de produção são os seguintes:

Gráfico 4. Participação no total da produção por produtos agrícolas (em porcentagem do total)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuario Nacional (MAG, 2008).

Os dados mostram uma divisão bem estabelecida entre os dois grupos de produtores: os camponeses (representantes da agricultura familiar) concentram-se nos produtos de subsistência e que são consumidos internamente (feijão, mandioca, ka'a he'ê – um adoçante natural –, tabaco – usado pela indústria nacional –, tártaro, algodão, batata, gergelim, menta e cana-de-açúcar); os médios e grandes produtores, por sua vez, concentram-se na produção dos grandes complexos agroexportadores que são vendidos para as cooperativas e empresas estrangeiras (arroz, girassol, soja, canola, trigo e milho). No geral, é possível apontar que enquanto os camponeses produzem para o mercado interno, os médios e grandes proprietários produzem visando a exportação dos seus produtos, há uma marcante diferença de escala dos mercados onde a produção de cada setor se isere.

Soma-se a isso a questão da redução do trabalho e sua remuneração no campo. Com a mecanização do processo produtivo os camponeses que estavam habituados a uma forma distinta de produção agrícola – basicamente a agricultura de subsistência – são pressionados a sair do campo, dada a baixa oferta de empregos. Tal fenômeno pode ser observado nos dados apresentados por Riquelme e Vera (2013) que realizam uma comparação entre 1991 (primeiro censo pós-stronismo) e 2008 (último censo):

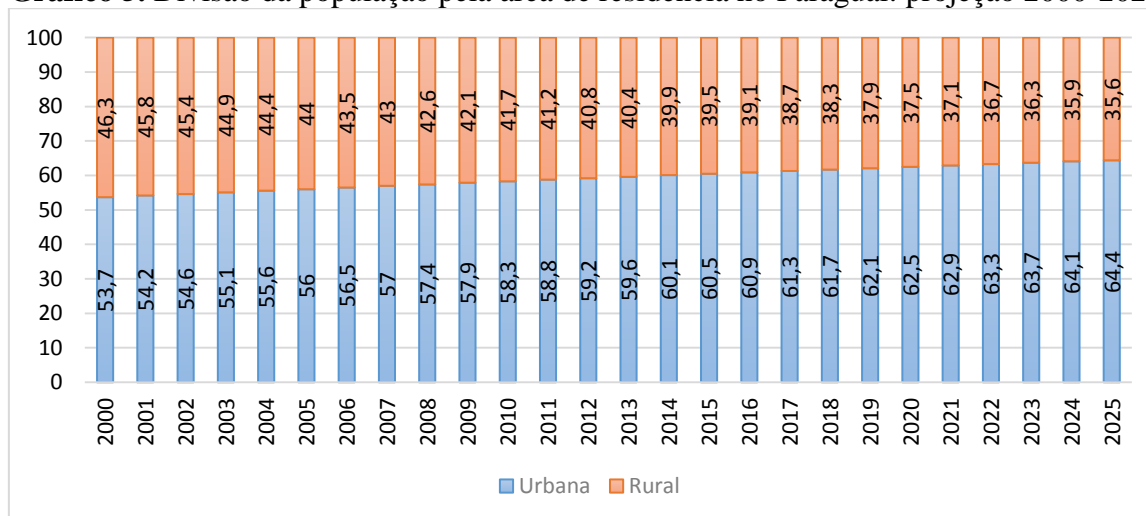
Quadro 11. Trabalho rural assalariado permanente e temporário (1991-2008)

Categoria	1991	2008	Variação (%)
Número de propriedades com trabalho assalariado	107.739	96.804	-10,1
Trabalho rural permanente			
Número de propriedades	26.640	27.915	4,8
Total	81.748	81.754	0,01
Masculino	66.730	68.191	2,2
Feminino	15.018	13.565	-9,7
Trabalho rural temporário			
Número de propriedades	96.292	79.235	-17,7
Total	946.040	238.674	-74,8
Masculino	794.750	231.060	-70,9
Feminino	151.290	7.614	-95,0

Fonte: Riquelme e Vera (2013: 44).

É importante observar a variação no período com uma redução de 10,1% no número de propriedades que utilizavam o trabalho assalariado. Os trabalhadores temporários ainda representavam uma parcela maior do mercado de trabalho rural em relação aos trabalhadores permanentes. Contudo, foi o trabalho rural temporário que presenciou uma redução maior no período, de 74,8%, apontando para a dificuldade de permanência do emprego rural no Paraguai.

Esse fenômeno, junto com a expansão do modelo primário-exportador e a consequente pressão sobre os camponeses, acaba acarretando um outro fenômeno fundamental para compreender a estrutura econômico-social paraguaia (como apontado no primeiro capítulo): o êxodo rural. Um dado que permite visualizar o processo de êxodo rural que o Paraguai tem presenciado nas últimas décadas é a distribuição da população nos setores urbano e rural, cuja compilação é apresentada a partir do seguinte gráfico:

Gráfico 5. Divisão da população pela área de residência no Paraguai: projeção 2000-2025 (%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da DGEEC (2015).

Os dados da DGEEC permitem visualizar o processo de redução da participação da população rural na composição da população paraguaia. Ainda assim, a projeção feita em 2015 mostra que até 2025 a população rural ainda deverá representar 35% da população paraguaia, representando uma participação elevada se comparada com outros países da região. Os dados da UNdata (2018) mostram que o Paraguai possui uma população rural acima da média regional: em 2015 a população rural paraguaia era de 39,5%, enquanto a população rural na América Latina e o Caribe era de 20,1% e a população rural na América do Sul era de 16,5%. Isso demonstra como a dinâmica rural ainda é (e de acordo com a projeção da DGEEC ainda será) um elemento central para compreender a realidade paraguaia.

Segundo a DGEEC (2015) são dois fenômenos que explicam o processo de redução da população rural em relação à população total: uma taxa de crescimento mais elevada para a população urbana em comparação com a rural, e o processo de êxodo rural com a saída dos paraguaios do campo pela pressão econômica buscando novas oportunidades nas cidades. São dados que se inserem nos apontamentos efetuados até agora sobre a expansão do modelo primário-exportador e a consequente pressão sobre os modos tradicionais de produção.

O modelo econômico-produtivo instalado com o stronismo seguiu com suas bases vigentes. O que ocorre nesse novo período é a internacionalização da economia paraguaia, paralelamente à desestatização (MASI e BORDA, 2011). A partir dessa conformação da estrutura econômico-social, o domínio político do Estado está voltado para os interesses da coalizão de classe dominante formada pela agroexportação, as empresas vinculadas aos fluxos de capital, os serviços (principalmente vinculados à revenda de produtos importados), a especulação imobiliária e as empresas públicas que seguem atuantes (fundamentalmente as duas usinas hidroelétricas binacionais de Itaipu e Yacyretá) (BOURSCHEID, 2016b).

No que diz respeito à estrutura administrativa do Estado, Bozzolasco (2009) define como um Estado Oligárquico, desenvolvendo uma estrutura e uma burocracia que visa a garantir seus próprios fins, beneficiando seus parceiros econômicos que auxiliam na permanência do grupo social detentor do poder. A crescente arrecadação fiscal (ainda que a pressão tributária seja das mais baixas do continente e de caráter marcadamente regressivo³⁶) está dirigida a uma série de aplicações relacionadas com esse modelo.

³⁶ O sistema tributário paraguaio é considerado regressivo pois 65% dos impostos são arrecadados diretamente sobre o consumo, destacando-se o Imposto ao Valor Agregado (IVA) e os Impostos Seletivos (IS) que recaem sobre a maioria da população consumidora. Enquanto isso os impostos sobre a renda geram apenas 15% de arrecadação (VILLAGRA, 2009). Além disso, a pressão tributária paraguaia é uma das menores da região, com

Dentre as principais aplicações dos recursos estatais destacam-se as obras públicas de infraestrutura econômica e social, dotação de serviços que proporcionam economias externas à oligarquia e às empresas estrangeiras. O pagamento de capital e juros correspondentes aos empréstimos é um segundo elemento, ainda mais em um modelo produtivo que necessita de um financiamento prévio. O financiamento do risco para as grandes empresas nacionais e estrangeiras também se insere, juntamente com os empréstimos de bancos públicos a membros da oligarquia e da elite pública em condições favoráveis, em detrimento dos estratos majoritários da população (BOZZOLASCO, 2009).

O Estado oligárquico (BOZZOLASCO, 2009) é uma forma de reprodução do colonialismo interno (STAVENHAGEN, 1974), pois a reprodução do capital necessita da manutenção da hierarquização social, da exclusão das massas do modelo. Com a hierarquização social o acesso aos recursos necessários para a produção é concentrado em poder dos membros do topo da hierarquia, aumentando ainda mais as brechas em relação à base da hierarquia social (HOFFMAN e CENTENO, 2006). Isso contribui para a marginalização das camadas da base da hierarquia social (GERMANI, 1980; QUIJANO, 1971).

Outras formas de utilização dos recursos do Estado Oligárquico referem-se à manutenção do aparato burocrático que se expande pelo aumento de tarefas e por seu papel como criador de empregos, favorecendo o clientelismo e a prebendalização do funcionalismo público. Se insere também a realização de obras suntuárias e não produtivas, como expressão simbólica do poder do Estado e da oligarquia e reforço de seu prestígio³⁷. Em geral, o uso das políticas e recursos estatais se dirigem para uma distribuição de renda em favor das elites públicas, os grupos oligárquicos e os interesses estrangeiros predominantes que se retroalimentam através do próprio ciclo produtivo paraguaio (BOZZOLASCO, 2009).

Por outro lado, o gasto público com políticas que respondam as demandas mais gerais da população não representa uma grande pressão sobre o orçamento: o gasto público com educação representava apenas 4,5% do PIB paraguaio em 2016; o gasto público com a saúde

apenas 12,9%, comparando-se com os 29,2% da Argentina, os 35,6% do Brasil, os 24,1% do Uruguai, os 20,1% da Bolívia, ou os 21,3% do Chile (BOZZOLASCO, 2009).

³⁷ Um legado do período de progresso stronista (fundamentalmente a década de 1970) quando se realizaram várias obras de infraestrutura. Como historicamente o Paraguai é carente de infraestruturas para a produção e comercialização de suas mercadorias, um dos principais objetivos dos governos é realizar alguma obra nesse sentido para receber o reconhecimento da população com relação ao trabalho efetuado (GOIRIS, 2004).

representava 7,8% do PIB paraguaio em 2015; e o gasto público com políticas sociais representava 8,7% do PIB paraguaio em 2016 (CEPALSTAT, 2018).

Com as duas caracterizações pode ser visualizada a articulação existente na coalizão conservadora, visando a permanência da estrutura econômico-social que beneficie a aliança conservadora, e um modelo de dominação política que mantenha o predomínio dos partidos tradicionais na condução do aparato governamental, representando os interesses econômicos da agroexportação e dos setores rentistas aliados.

Outro elemento histórico relevante é a caracterização dos dois partidos tradicionais como policlassistas, abarcando em sua estrutura interna desde os latifundiários até os camponeses, de grandes comerciantes e banqueiros até trabalhadores informais e desempregados, trabalhadores urbanos e rurais. Essa adaptação interna possibilita a inclusão das mais variadas facções de classe (BOURSCHEID, 2016a), e isso permite a manutenção dos partidos tradicionais na condução do bloco histórico hegemônico, por um lado, e a dificuldade de manutenção estável de uma terceira força política no processo de democratização (BOURSCHEID, 2017).

2.3 A precarização democrática paraguaia: baixa capacidade governamental para responder demandas e comportamento cidadão negativo

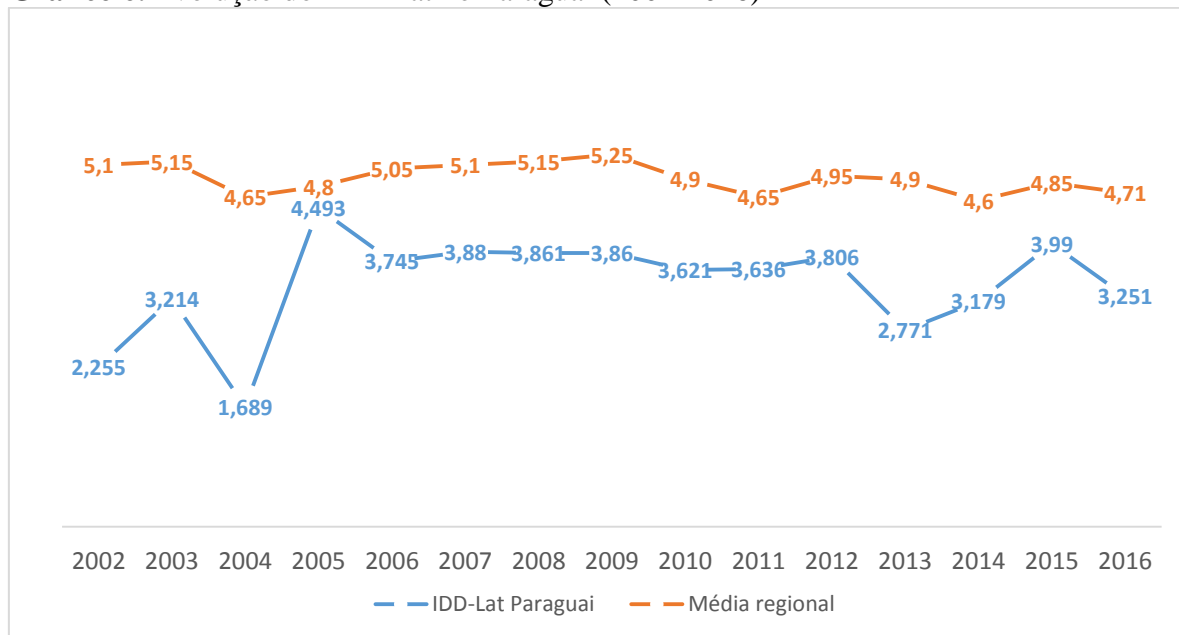
O Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina (IDD-Lat) da Fundação Konrad Adenauer e do Polilat também corrobora as caracterizações feitas sobre a estrutura econômico-social e o modelo de dominação, afirmando que seriam dois os principais problemas da democracia paraguaia: a baixa qualidade das instituições, principalmente pela corrupção e o clientelismo; e a baixa capacidade de gerar políticas públicas de bem-estar social e de eficiência econômica (KONRAD ADENAUER STIFTUNG e POLILAT, 2016).

Os dois problemas convergem para a caracterização de uma democracia de baixa qualidade, pela baixa capacidade de resposta às demandas da sociedade por parte das instituições estatais, fomentando a insatisfação dos cidadãos com o seu regime político. É na incapacidade de resolução das demandas cidadãs que reside um dos maiores problemas da institucionalidade do regime democrático paraguaio.

O índice é calculado desde 2002 e em toda a série histórica o Paraguai sempre esteve abaixo da média regional. Com exceção de 2004 (quando foi avaliado como desenvolvimento mínimo), a democracia paraguaia sempre foi classificada como de baixo desenvolvimento. Na

sequência é apresentada a evolução dos resultados do IDD-Lat do Paraguai em comparação com a média regional:

Gráfico 6. Evolução do IDD-Lat no Paraguai (2002-2016)



Fonte: Konrad Adenauer Stiftung e Polilat (2016). Elaboração própria.

Enquanto a dimensão da democracia dos cidadãos melhorou ao longo do tempo (sendo que em 2015 se observa o melhor resultado do Paraguai, com uma pontuação de 6,063, mas retrocedendo em 2016 para 5,822) a dimensão institucional segue sendo uma das mais complicadas para o Paraguai melhorar a qualidade de sua democracia, pois não consegue manter os bons resultados momentâneos. Segundo o informe essa dimensão tem três grandes problemas: a percepção da corrupção; os processos de *accountability* (prestação de contas); e a desestabilização da democracia.

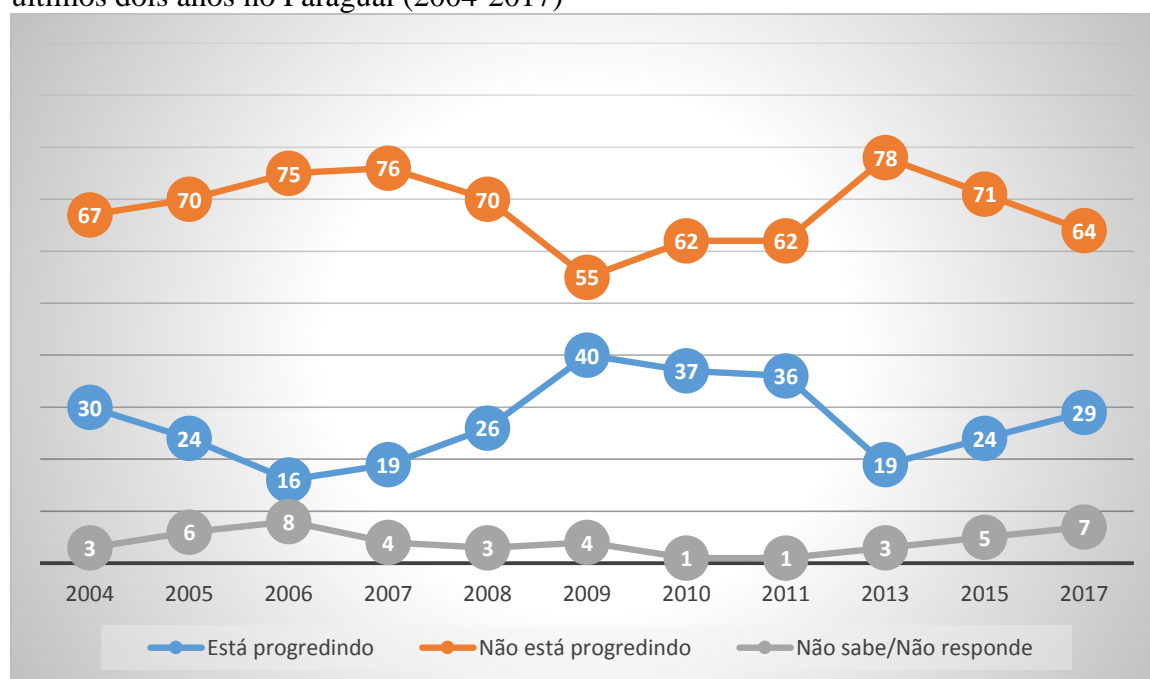
Os elementos de formalidade institucional da democracia são analisados por Duarte (2017), López (2012) e Martínez-Escobar (2015), principalmente no que se refere aos problemas da corrupção, do clientelismo e da independência da justiça, pois fomentam as críticas da cidadania sobre o regime, retirando a sua confiança, debilitando o seu suporte ao sistema político (como exposto no modelo de EASTON, 1965), com uma avaliação negativa do desempenho governamental (como exposto no modelo de PUTNAM, 1996) e sustentando um comportamento negativo em relação ao modelo de dominação (como proposto no modelo de círculo vicioso da precarização democrática estabelecido para a análise desta tese).

Além disso, ressalta-se a questão da corrupção, sua difusão nas instituições paraguaias e a avaliação negativa que isso gera na população. Para Mendonça (2002) a difusão da

corrupção no Paraguai é uma das principais causas da manutenção dos elevados níveis de pobreza, além de contribuir para obstaculizar o aprofundamento dos processos democráticos devido à manutenção do clientelismo como base para as relações políticas. Isso pode ser observado na avaliação da Transparência Internacional sobre a percepção da corrupção e as respostas institucionais ao problema da corrupção, sendo que em 2018 o Paraguai estava ocupando a 135ª posição no *ranking* com 180 países, com uma pontuação de 29 pontos (a medição é em uma escala de 100 na extremidade da probidade e 0 na extremidade da corrupção generalizada). A Transparência Internacional considera que os resultados abaixo dos 50 pontos significam que o país está sendo derrotado no combate à corrupção (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2018).

Além dessa avaliação internacional sobre o combate à corrupção é importante analisar como a população paraguaia avalia o desempenho das instituições estatais no combate à corrupção. As pesquisas do Latinobarômetro oferecem os seguintes resultados sobre a percepção do progresso no combate à corrupção:

Gráfico 7. Percepção do progresso na redução da corrupção pelas instituições do Estado nos últimos dois anos no Paraguai (2004-2017)*



* Com base na pergunta: "¿Cuánto cree Ud. que se ha progresado en reducir la corrupción en las instituciones del Estado en estos últimos 2 años?". Os resultados foram agregados da seguinte forma: "muito" e "algo" como "está progredindo", "pouco" e "nada" como "não está progredindo".

Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

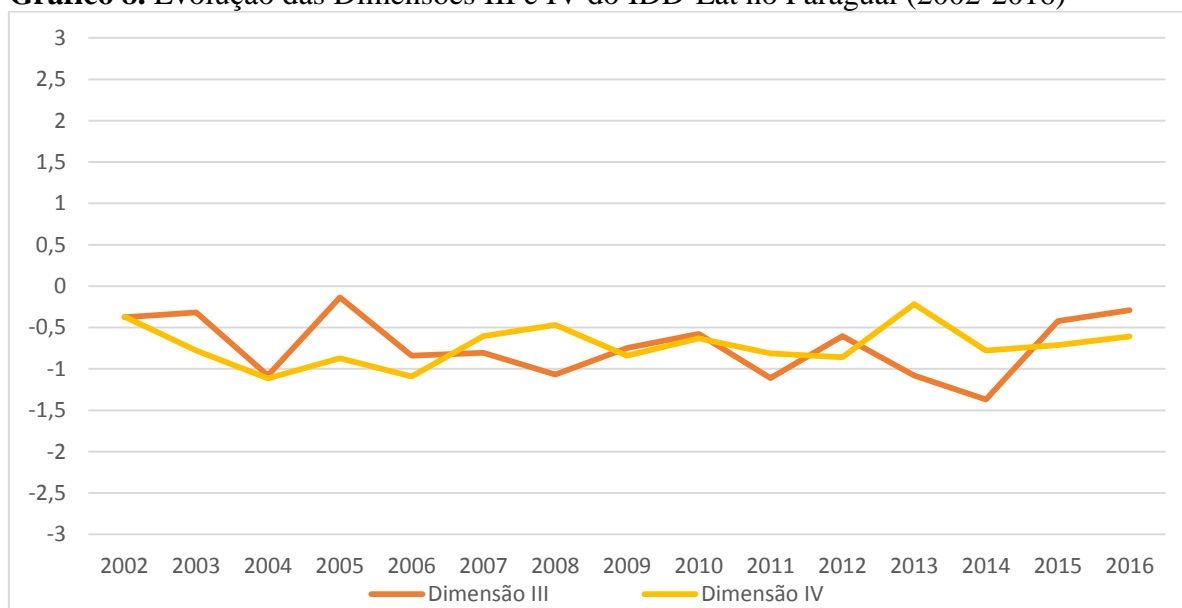
Na série histórica do Latinobarômetro (2018) a percepção de que o combate à corrupção não estava progredindo sempre foi maior do que a percepção positiva sobre a atuação

institucional contra a corrupção. Isto é, não há apenas uma avaliação negativa internacional, a própria população paraguaia é crítica em sua avaliação do trabalho realizado pela estrutura institucional do modelo de dominação no combate à corrupção.

Como apontado por Mendonça (2002) e Mendonça (2005), um dos resultados da corrupção é a perda da capacidade governamental para responder as demandas da população, devido aos desvios dos recursos necessários para a resolução das demandas públicas. Além disso, contribui para as relações clientelistas baseadas em uma lógica de troca de favores e benefícios, pois a população reconhece que a estrutura institucional está permeada pelo fenômeno da corrupção.

Neste sentido, um reflexo que pode ser visualizado é a debilidade nas capacidades do Estado paraguaio para gerar políticas de bem-estar social e de eficiência econômica, como mensurado pelo IDD-Lat. Entre 2002 e 2016 os resultados obtidos pelo Paraguai nos indicadores das pesquisas do IDD-Lat nas Dimensões III e IV foram os seguintes:

Gráfico 8. Evolução das Dimensões III e IV do IDD-Lat no Paraguai (2002-2016)*



*Dimensão III: capacidade de aplicar políticas públicas para melhorar as condições de vida; Dimensão IV: capacidade de manter um cenário econômico favorável para a aplicação de recursos.

Fonte: Konrad Adenauer Stiftung e Polilat (2016). Elaboração própria.

Na série histórica apresentada pelo IDD-Lat os resultados do Paraguai em ambas as dimensões sempre foram negativos. Em mais de uma década o Estado paraguaio não conseguiu desenvolver institucionalmente os mecanismos exigidos para responder às demandas da elite (mais vinculadas ao indicador de eficiência econômica) e dos grupos excluídos e mais vulneráveis (mais vinculadas com o indicador de bem-estar social). Também observa-se uma

diferença entre as duas dimensões: enquanto a tendência das políticas de bem-estar é decrescente no período, a tendência das políticas de eficiência econômica é crescente, visualizando-se piores resultados na dimensão das políticas de bem-estar. Entretanto, ambas linhas de tendência não possuem uma variação elevada no período.

Está sendo examinado basicamente um Estado com baixa capacidade para responder demandas. Isso reproduz o histórico fenômeno de debilidade estatal, como apontado por Ocampo (1998). Além disso, esses fenômenos estão vinculados com a análise de Abente (2012) sobre a baixa capacidade estatal e sua relação com a baixa qualidade da democracia paraguaia.

Para além dos problemas dimensionados pelo IDD-Lat, pode ser observado que a partir da década de 1990 uma série de transformações na sociedade paraguaia implicaram desafios adicionais para o sistema político, por engendrar novas demandas por parte dos grupos sociais afetados. Neste contexto visualizou-se: o aumento do êxodo rural e a aceleração do processo de urbanização, concomitantemente à precarização do acesso à moradia e o aumento da especulação imobiliária nos crescentes centros urbanos; maior cobertura da educação pública, não necessariamente gerando melhoria em sua qualidade; maior acesso às tecnologias digitais; subemprego estrutural, fomentado pelo aumento populacional nos principais centros comerciais do país, paralelamente a um modelo produtivo pouco diversificado; consolidação de um novo modelo de desenvolvimento e acumulação capitalista predominante em uma extensa região do país, com o cultivo mecanizado da soja e a pecuária extensiva cada vez mais intensivas em capital e menos em mão de obra (BOZZOLASCO, 2013; ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010).

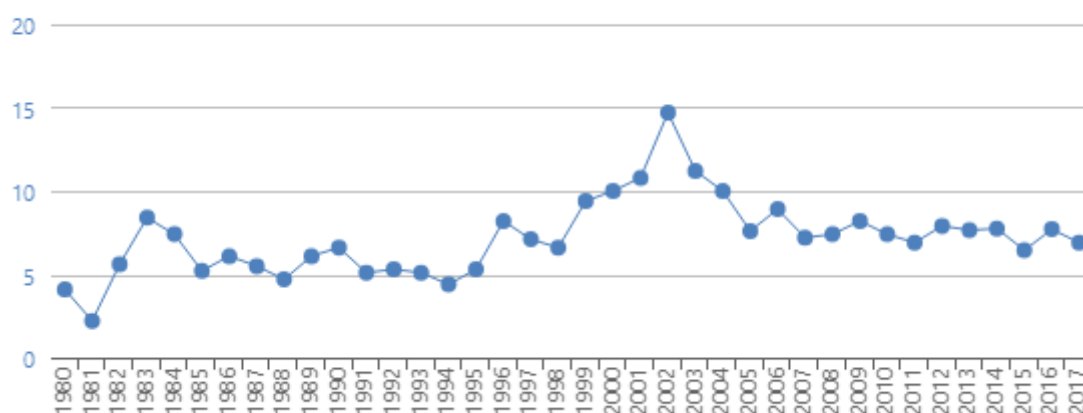
Assim, os setores marginalizados, excluídos e majoritários (o camponês, ocupantes urbanos de zonas precárias, trabalhadores informais) demandam maior cobertura e eficiência das políticas sociais do governo, além de medidas que sinalizem soluções mais estruturais para os seus problemas. Por sua parte, os setores da elite econômica assumem uma atitude preventiva ante medidas que afetem seus interesses, destacando-se: a reforma fiscal, fundamentalmente no que concerne à aplicação do imposto de renda e do imposto às exportações de grãos; aumento dos gastos públicos em políticas sociais, financiado pelo aumento da carga tributária; maior controle e regulamentação da produção agrícola, basicamente no que tange ao uso de sementes transgênicas e dos agrotóxicos³⁸ (BOZZOLASCO, 2013).

³⁸ No governo Lugo (2008-2012) esses foram elementos de pressão da elite agroexportadora. Lugo impedia a evolução da regulamentação do uso das sementes transgênicas, para abrir definitivamente o Paraguai à entrada das tecnologias produtivas do complexo agroexportador (que já estavam sendo usadas por proprietários internos). Com

Para Abente (2010), a partir dos anos 1990 evidenciaram-se os problemas relativos à capacidade estatal para fazer frente às demandas levantadas pela população que ingressava diretamente nos cálculos de poder pela via eleitoral. Observava-se um crescente déficit público, fomentado por baixos níveis de arrecadação e altos níveis de gastos burocráticos, resultando em poucos recursos para políticas públicas. Estes gastos burocráticos centram-se na manutenção de um espaço para o clientelismo, onde os cargos são um recurso que pode ser negociado pela lealdade, revitalizando o modelo clientelista predominante durante a ditadura stronista. O cenário consistia em uma concatenação de um Estado maior (pressão burocrática alta) contudo mais débil (pressão tributária baixa).

Não obstante esse cenário, o grande problema da economia paraguaia no início dos anos 2000 consistia no desemprego e o subemprego, resultando na precarização do mercado de trabalho (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010). Pode ser visualizado o problema do desemprego a partir dos dados fornecidos pela Cepalstat (2018), apresentados por meio do seguinte gráfico:

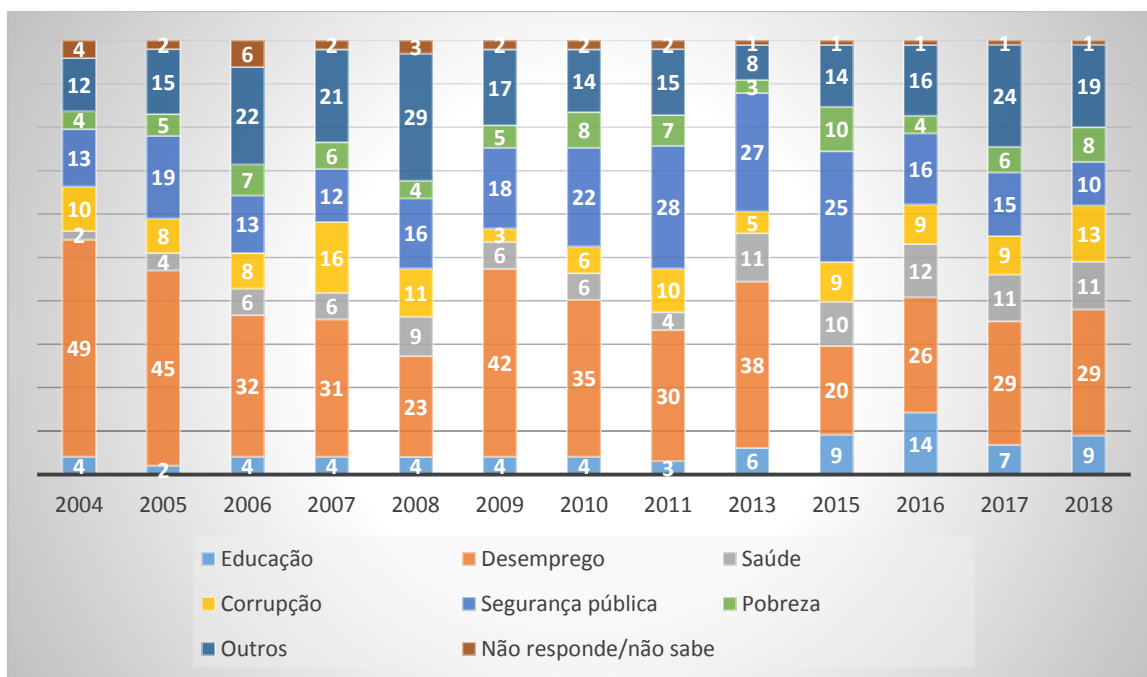
Gráfico 9. Taxa de desemprego no Paraguai (1980-2017)



Fonte: Cepalstat (2018)

Ainda que após 2005 a taxa de desemprego tenha ficado abaixo dos 10%, a junção da questão do desemprego com o trabalho informal e precário (que foi analisada anteriormente) geram uma preocupação da população no concernente ao mercado de trabalho. Isso pode ser observado nas pesquisas realizadas pelo Latinobarômetro sobre a percepção do principal problema do Paraguai. Os dados são apresentados por meio do seguinte gráfico:

a deposição de Lugo, o primeiro ato do governo Federico Franco (2012-2013) foi avançar na questão, beneficiando as grandes companhias transnacionais (Monsanto, Syngenta, Dow, ADM, Dupont) (BOZZOLASCO, 2013).

Gráfico 10. Evolução da percepção do principal problema do Paraguai (2004-2018)

Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

Na série histórica em apenas uma pesquisa o desemprego não foi o problema mais apontado pela população (em 2015, com a segurança pública ficando com mais respostas). A média da percepção de que o desemprego é o principal problema do Paraguai foi de 33%, ou seja, na média das 13 pesquisas um terço dos respondentes apontaram para o desemprego como o principal problema.

Os principais efeitos da manutenção do modelo econômico são o crescimento econômico descontínuo e sem distribuição, legando o aumento da desigualdade. É visualizado um processo de dualidade produtiva com profundos efeitos sobre o emprego, resultando em um panorama no qual os benefícios do modelo econômico são concentrados, corroborando os apontamentos de Hoffman e Centeno (2006) sobre o “continente entortado”, com a observação da má distribuição desequilibrada e o excesso de desigualdade que são reproduzidas e aprofundadas pelo avanço do modelo.

De tal modo, com essas alterações no ambiente econômico-social (no modelo de EASTON, 1965), com mudanças na estrutura econômico-social (no modelo das esferas centrais utilizado nesta tese), a estrutura institucional do modelo de dominação é pressionada por respostas que se adequem às novas demandas apresentadas pela população, tanto elites quanto as massas. Esse processo ocorre pois o sistema político visa manter o suporte da população (EASTON, 1965), busca manter-se estavelmente como ordem legítima (WEBER, 1999a),

busca manter a dominação com os menores custos, mantendo o consenso da população sobre a estrutura institucional que rege o modelo de dominação (GRAMSCI, 1999).

Embora fosse visualizada a acomodação do Partido Colorado nas novas eleições, confirmando seu predomínio nos pleitos nacionais de 1993, 1998 e 2003, as pressões da sociedade civil por respostas às demandas mais urgentes da população faziam que os resultados fornecidos pelos governos passassem a ser avaliados de forma negativa pela população, pressionando as elites governantes por políticas que apontem para soluções às suas demandas (PAREDES, 2007). Isso se soma aos conflitos e tensões entre as elites, visando a ascensão ou manutenção do poder, mas não se deve centrar a análise apenas nas relações entre as elites dentro do modelo de dominação, pois a legitimidade da ordem depende da sua naturalização para os subordinados (WEBER, 1999a).

De acordo com Munck (2003: 578-579) existiriam dois cenários possíveis de mudança para enfrentar o problema da baixa capacidade e baixa qualidade do regime político: a anti-política ou a revalorização da política. *“En este sentido, es importante recordar que por más poderosos que parezcan los intereses que sustentan el escenario (...), la falta de respuesta por parte de las élites a los problemas de la corrupción, la violencia, la pobreza y la desigualdad, ofrece oportunidades para cambios desde abajo”*. O comportamento dos cidadãos ante o regime depende da capacidade de resposta às frustrações populares com as políticas adotadas no processo de democratização. Quanto menor a capacidade de resposta menor a capacidade de manutenção da legitimidade. Apenas a valorização da mudança institucional não basta para manter a lealdade das massas ao modelo de dominação, especialmente nos casos – como o paraguaio – onde não se vê um histórico de convivência institucional e solução institucionalizada do conflito. E isso ocorre pois as adaptações do sistema político devem levar em conta, além das dinâmicas internas, as alterações que ocorrem no ambiente econômico-social, nas relações que se desenvolvem no exterior do sistema político (EASTON, 1965).

Desde a democratização do Paraguai, a partir de 1989, estes foram os traços gerais da economia e do Estado que paulatinamente foram aprofundando-se. Na primeira década do século XXI a insatisfação popular, os faccionalismos crescentes no interior da coalizão conservadora, principalmente dentro da ANR, a incapacidade da política tradicional de gerar quadros de liderança para a política nacional, convergiram para a ascensão de Fernando Lugo à presidência da república em 2008, ensaiando um discurso progressista, embora eleitoralmente se utilizando de uma ampla aliança de partidos e movimentos políticos tanto de direita,

socialdemocratas e de esquerda³⁹, buscando a derrocada da ANR que governava há 61 anos, tanto em regimes autoritários como na democracia.

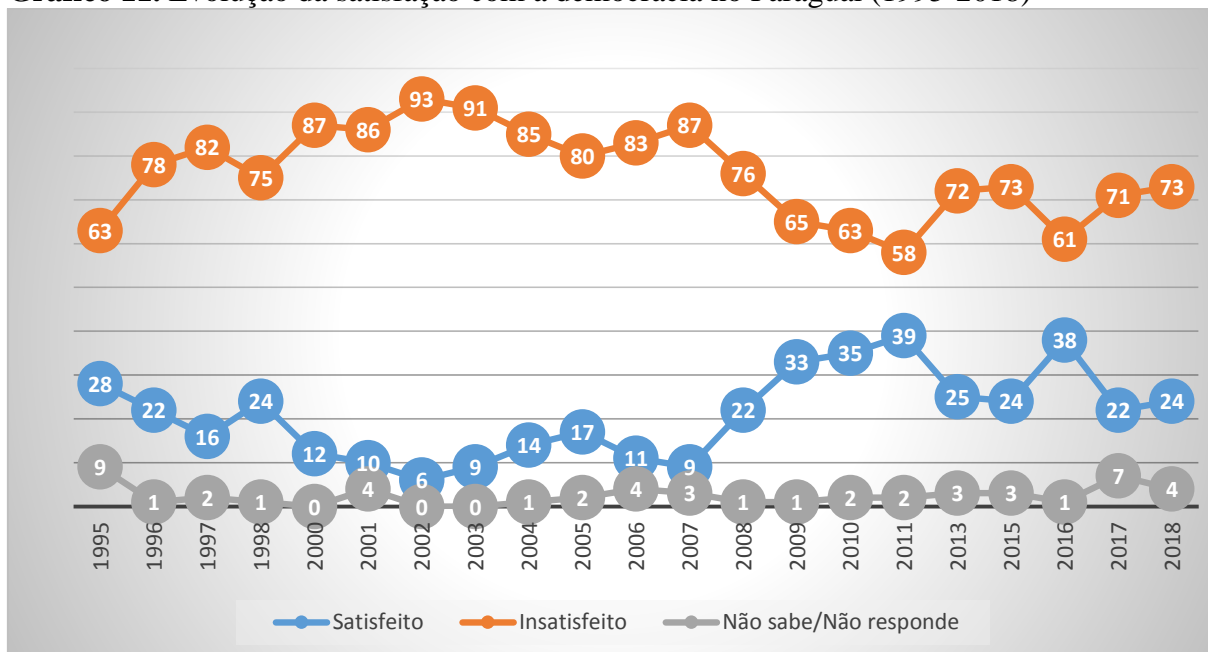
A insatisfação popular com as administrações coloradas passa a representar uma percepção crítica do próprio regime democrático. A satisfação com o regime representa uma avaliação da administração governamental. É uma reprodução do modelo analítico de Putnam (1996) sobre a avaliação do desempenho governamental, além de vincular-se com o suporte da população no modelo de *inputs* e *outputs* de Easton (1965). A população avalia suas instituições de acordo com as respostas que elas fornecem às suas demandas. Neste sentido, a atitude dos paraguaios ante a democracia é crítica pelas demandas não respondidas por seus governos.

Se durante a década de 1990 os movimentos contestatórios tiveram pouca atuação, no início do século XXI é possível ver uma postura crescentemente mais mobilizadora, mas deparando-se com a repressão governamental e a crítica da opinião pública formada pela mídia empresarial. Os eventos serão analisados mais detidamente no próximo capítulo para compreender em que medida a evolução histórica desses movimentos possibilitou a acumulação de forças para a coalizão contestatória.

Em 2002 ocorreram várias mobilizações contra a aprovação de um projeto de reforma do Estado em moldes neoliberais que uniram distintos grupos de esquerda e centro-esquerda, bem como movimentos sociais contestatórios. Como resultado das mobilizações a lei foi revogada, demonstrando aos grupos contestatórios que apenas de modo articulado seria possível atuar frente ao modelo de dominação (BOZZOLASCO, 2013). Muitos líderes e movimentos serão os mesmos que se unirão ao projeto de Lugo, a partir de 2006. Contudo, a repressão governamental que se seguiu acabou desarticulando e debilitando os movimentos que haviam logrado êxito nas mobilizações de 2002.

Esses fenômenos relativos às críticas da população paraguaia com relação à sua estrutura governamental podem ser dimensionados com a medição da satisfação com a democracia efetuada pelo Latinobarômetro (2018). Na sequência são apresentados os resultados da satisfação com a democracia no Paraguai entre 1995 e 2018.

³⁹ A *Alianza Patriótica para el Cambio* teve apoio da direita com o PLRA, PDC (*Partido Demócrata Cristiano*), de setores do UNACE e do PPQ, assim como de dissidentes da própria ANR, da socialdemocracia com o PDP, PRF, PEN (*Partido Encuentro Nacional*), PPS (*Partido País Solidario*), e da esquerda com o PMAS (*Partido del Movimiento al Socialismo*), PCPS (*Partido Convergencia Popular Socialista*), PPT (*Partido Popular Tekojoja*), PFA (*Partido Frente Amplio*), *Bloque Social y Popular* (PANGRAZIO, 2008).

Gráfico 11. Evolução da satisfação com a democracia no Paraguai (1995-2018)*

* As respostas foram agregadas da seguinte forma: “muito satisfeito” e “satisfeito” como “satisfeito”; “não muito satisfeito” e “nada satisfeito” como “insatisfeito”.

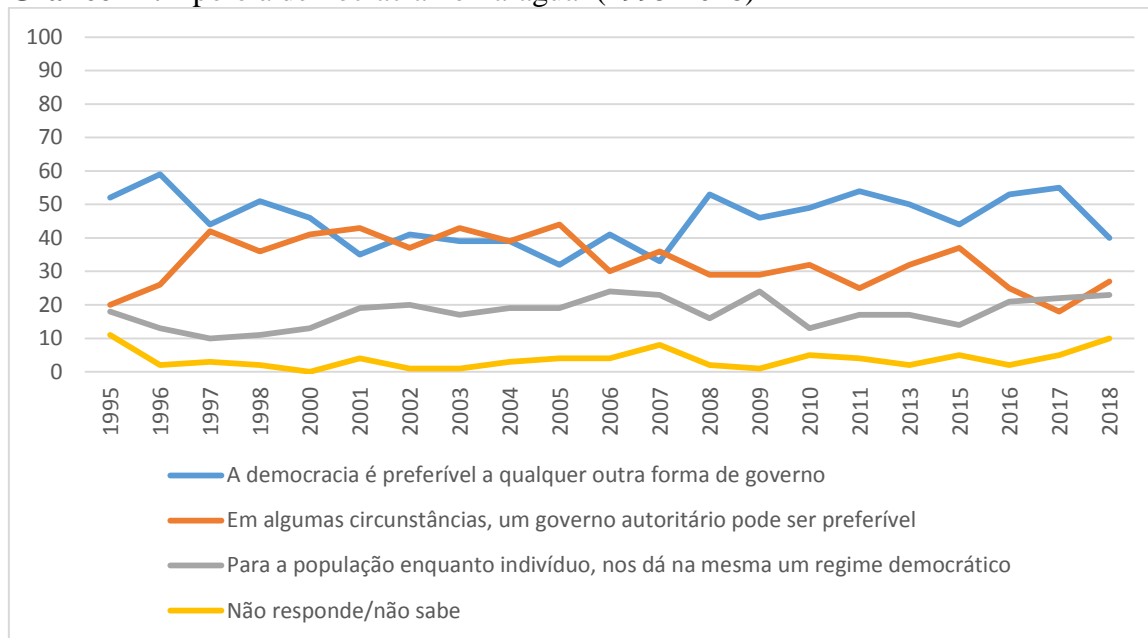
Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

Observando os dados das pesquisas efetuadas é visto que até 2008 o nível de satisfação esteve sempre abaixo dos 30%. Pode ser visto também como aumenta a insatisfação após os momentos de crise (1996 com a intentona golpista de Oviedo, 1999 com o março paraguaio e 2012 com a deposição de Lugo). Os piores resultados são observados entre 2000 e 2003, quando o governo de coalizão buscou realizar a reforma do Estado nos modelos neoliberais, gerando a insatisfação de parcela da população que acarretou as mobilizações contra o projeto de reforma do Estado. Isso fornece um indicativo da percepção cidadã quanto à efetividade do domínio político estabelecido pela coalizão conservadora após 1989.

Como reflexo da insatisfação com a democracia o apoio ao regime também se deteriora. E outra vez pode ser visto como as crises institucionais aumentam o espaço para o pensamento autoritário e para a indiferença com a democracia. Isso se relaciona com as discussões teórico-conceituais sobre o modelo de dominação, partindo do modelo circular do sistema político (EASTON, 1965) e da avaliação do desempenho institucional (PUTNAM, 1996), reconhecendo que a não resolução das demandas da população, em um cenário de não afirmação de uma cultura cívica, tem como resultado a não aceitação das regras do jogo e a desestabilização institucional (PUTNAM, 1996), pois as instituições não logram legitimar a ordem estabelecida (WEBER, 1999a) e não conseguem manter o suporte da população (EASTON, 1965).

Na medição do Latinobarômetro (2018) sobre o apoio ao regime democrático paraguaio, os dados aportados são os seguintes:

Gráfico 12. Apoio à democracia no Paraguai (1995-2018)



Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

Nas 21 pesquisas realizadas pelo Latinobarômetro com a questão do apoio à democracia em apenas 7 delas as respostas positivas em relação à preferência pela democracia estiveram acima dos 50%. Isso significa que neste período de cerca de duas décadas não se constituiu uma maioria apoiadora ao regime democrático paraguaio, de modo que o suporte da população ao sistema político não consegue se manter estavelmente (EASTON, 1965).

De tal modo, observa-se a confluência de dois problemas estruturais da democracia paraguaia: a qualidade de suas instituições e a capacidade para gerar políticas de bem-estar e de eficiência econômica. Isso gera a precarização institucional do regime, fomentando a insatisfação dos cidadãos com seu regime. Consistem em uma “zona cinzenta” entre a institucionalidade democrática e a permanência de comportamentos autoritários nas elites e na população em geral, a permanência do discurso ideológico polarizado e não democrático, como afirma Duarte (2013). Soma-se a isso a permanência, e inclusive o crescimento nas duas últimas pesquisas, da indiferença com o regime democrático que também é um cenário propício para soluções fora do âmbito da estrutura institucional do modelo de dominação.

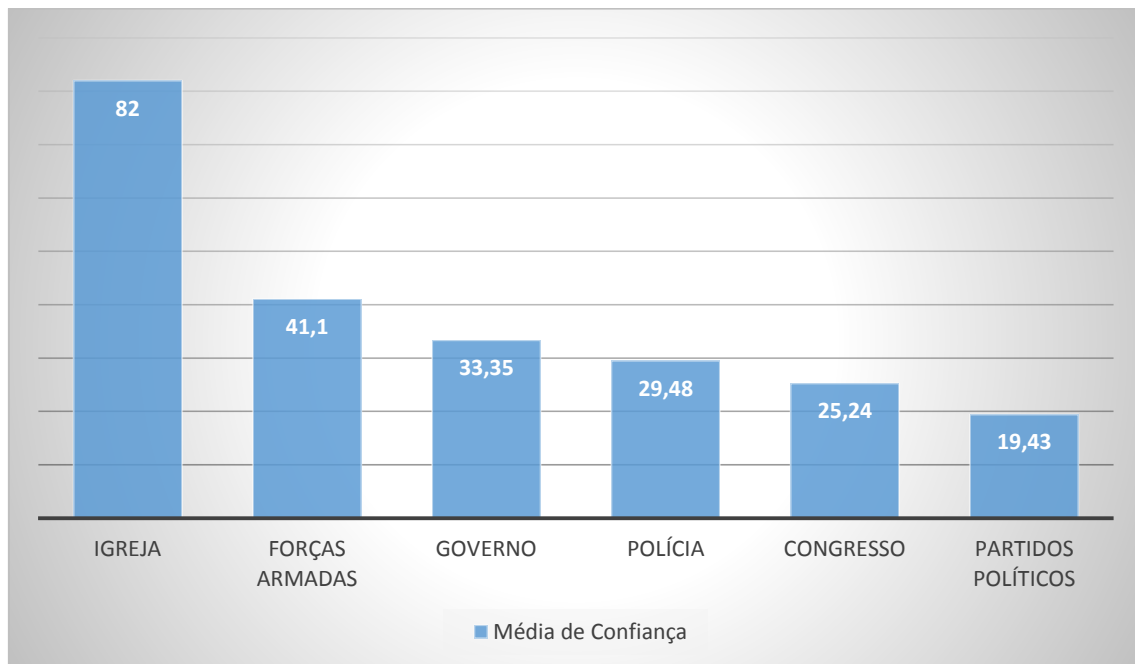
Partindo desse panorama, o surgimento em 2006 da figura do bispo de San Pedro, Fernando Lugo, como o mediador de vários movimentos dispersos que denunciavam o autoritarismo do oficialismo colorado e demandavam maior controle e participação popular nas

instituições públicas, representou uma novidade histórica para a política paraguaia, no concernente ao seu potencial de agregar as propostas contestatórias à estrutura econômico-social e ao modelo de dominação vigente em torno de uma figura política carismática. Para Soler (2009), a posterior ascensão de Lugo ao Executivo nacional esteve relacionada com o apoio recebido dos movimentos sociais, uma novidade na história política do Paraguai. Embora possa ser concordado com a autora sobre o apoio recebido por Lugo dos movimentos sociais, é importante ressaltar que o apoio foi abertamente articulado apenas no final da campanha.

Além disso, o fato de Lugo ser uma figura religiosa importante em sua região, em um país onde a religiosidade ainda é um fator importante, tendo contribuído decisivamente para a construção de sua cultura política (GOIRIS, 2004), fez que Lugo aparecesse como uma figura que poderia solucionar as demandas da população, pois conheceria a realidade vivida pela população diariamente.

Diferentemente da desconfiança em relação ao regime democrático e suas instituições, a Igreja obteve historicamente bons resultados quanto à confiança da população na medição do Latinobarômetro (2018). Analisando a média da confiança nas instituições pesquisada pelo Latinobarômetro (2018), os resultados obtidos são sintetizados com o seguinte gráfico:

Gráfico 13. Confiança nas instituições no Paraguai (média de confiança entre 1995-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Latinobarômetro (2018).

A diferença visualizada na média de confiança institucional é representativa da confiança depositada na Igreja, possuindo mais do que o dobro de respostas positivas do que a

segunda instituição com maior confiança (as Forças Armadas). Enquanto para todas as demais instituições a desconfiança é maior, ou seja, observa-se a percepção de desconfiança institucional da população, a Igreja foi positivamente avaliada nas 21 pesquisas realizadas pelo Latinobarômetro entre 1995 e 2018.

Assim, Lugo aproveitou-se da confiança da população na Igreja e de sua condição de líder religioso para constituir-se em uma liderança do processo de mudanças da política paraguaia, com a eleição de um representante de fora do sistema político, conhecedor das demandas da população e de seu modo de viver, além de ser reconhecido como uma autoridade moral que poderia sanar os problemas políticos da democracia paraguaia comandada até então pelo coloradismo.

Deve se ter em conta que a ascensão de Lugo representou, do mesmo modo, uma crise das lideranças da política tradicional. Esse fenômeno que perpassa toda a democratização e remete à tradição paraguaia de lideranças fortes fomenta a aparição de lideranças de fora do sistema, os *outsiders*. As crises na direção hegemônica do regime político e das lideranças políticas são fenômenos paralelos e congruentes, incentivando a ascensão de líderes de fora do sistema. Além disso, deve considerar-se que o caso paraguaio se insere na perspectiva mais geral de mudanças vivenciadas pelas democracias latino-americanas. De tal modo, aprecia-se que *“los formatos democráticos clásicos y sus actores tradicionales han deteriorado su legitimidad en varios países de la región y hoy presentan – en mayor o menor medida según los casos – insuficiencias claras para consolidar democracias nuevas y arraigadas en el continente”* (CAETANO, 2010: 12).

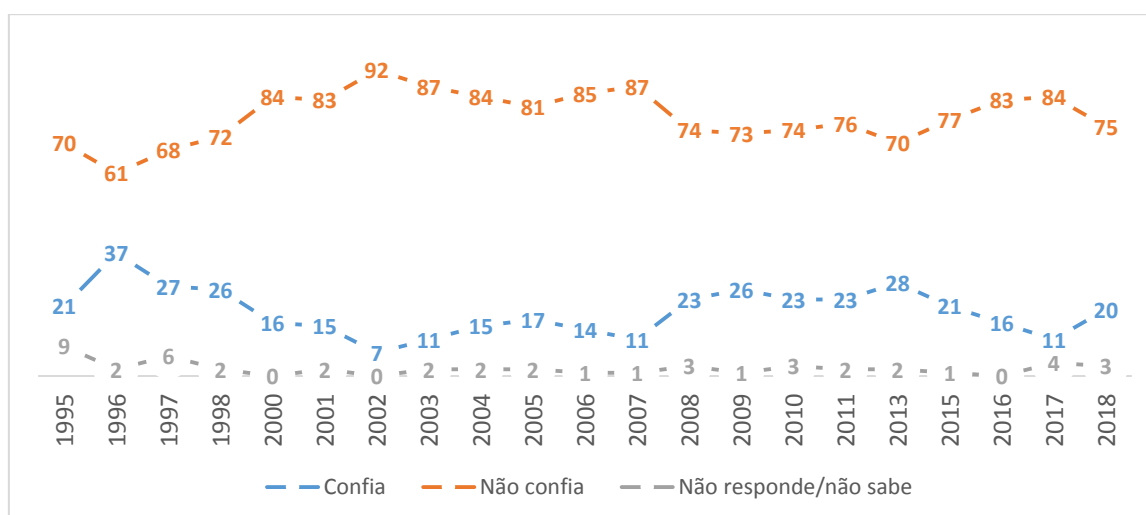
Considerando-se a ascensão de Lugo como uma crise das lideranças tradicionais e o êxito dos *outsiders*, remetendo à tradição paraguaia de lideranças fortes – como analisado no fenômeno do caudilhismo, no capítulo anterior – fomentando a aparição de lideranças com um discurso de mudança das relações políticas, uma novidade de fora do sistema, os *outsiders*. Seu discurso fundamenta-se na necessidade de uma mudança política que consista na alternância dos grupos políticos no poder.

Segundo Cerna (2011-2012: 117-118), a vitória eleitoral dos *outsiders* se deve a três fatores fundamentais: *“1) el desgaste de los partidos políticos tradicionales, 2) el mal desempeño de las élites políticas y la corrupción junto con 3) la desconfianza de los ciudadanos en las instituciones políticas debido a la baja o mala respuesta de éstas a las demandas ciudadanas”*. Analisando o caso específico de Lugo, a autora caracteriza-o como uma liderança

party-tolerant (que tolera o sistema de partidos) e *outsider* (formado externamente aos partidos políticos, em sua atuação como liderança da Igreja Católica).

No que se refere aos problemas do mal desempenho institucional, da corrupção e da desconfiança cidadã nas instituições do sistema político, foram todos apresentados e analisados previamente a partir dos dados do IDD-Lat, do Latinobarômetro e da Transparência Internacional, corroborando os apontamentos de Cerna (2011-2012). Cabe analisar a questão do desgaste dos partidos, que pode ser apreciado a partir dos dados fornecidos pelo Latinobarômetro e compilados através do seguinte gráfico:

Gráfico 14. Evolução da confiança nos partidos políticos no Paraguai (1995-2018)



Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

Ao longo de toda série histórica a desconfiança sempre foi maior do que a confiança, e em apenas 2 pesquisas a desconfiança esteve abaixo dos 70%, apontando para a permanência de uma percepção crítica da população sobre o trabalho realizado pelos partidos políticos. Ademais, após a crise do março paraguaio (em 1999) a desconfiança ficou acima dos 80%, criando um cenário de percepção profundamente crítica, desconfiança e descrédito dos partidos políticos diante da população.

As eleições de abril de 2008 e o governo de Fernando Lugo representaram um grande marco para a história política paraguaia. Primeiro, desde a fundação dos partidos tradicionais, em cerca de 130 anos, foi apenas o terceiro período não governado por um colorado ou liberal⁴⁰

⁴⁰ Os outros dois foram governos militares, primeiro o do coronel Rafael Franco, em 1936-1937, durando apenas 18 meses, e posteriormente o governo do general Higinio Morínigo, entre 1940-1948, um governo autoritário militar-nacionalista que recebeu apoio dos colorados após a Guerra Civil de 1947 e antes de reassumirem o poder

(PANGRAZIO, 2008). Segundo, foi a primeira transição institucional de governo entre presidentes de diferentes signos partidários (POZAS, 2009). E terceiro, representou a primeira alternância partidária no Executivo nacional durante o processo de democratização (BOURSCHEID, 2016a).

López (2014) analisa os resultados eleitorais desde 1989 para oferecer alguns indicativos da manutenção da coalizão conservadora no poder e a incapacidade de permanência de projetos alternativos aos partidos tradicionais. Mesmo observando oscilações, López (2014) afirma que a ANR e o PLRA seguem sendo as principais forças políticas paraguaias, constituindo-se nos principais atores da democratização. Quanto às terceiras forças, vê sua pouca durabilidade, além do rápido processo de queda e transformação em grupos de menor relevância, juntamente com a dificuldade de competir com as forças tradicionais, principalmente com a ANR, à exceção de 2003 sempre estando muito distante nos resultados.

Analisando os grupos políticos com discursos transformadores exitosos a partir da democratização na América do Sul, Zibechi (2009: 247-248) identifica duas vias tomadas pelas *“fuerzas del cambio”* que conseguiram chegar ao governo. A primeira se refere aos países *“donde las fuerzas del “cambio” llegaron al gobierno como consecuencia de una acumulación electoral e institucional, en un clima de estabilidad política y en base a equipos de gobierno con experiencia previa en las gestiones municipales y provinciales”*. E o segundo caso remete aos países marcados por *“crisis políticas más o menos profundas, provocadas por la movilización social que llegó a poner en cuestión no sólo a los gobiernos neoliberales, sino también –aún de modo fugaz o incipiente– el modo de dominación y todo el entramado institucional en el que se apoya”*. O caso paraguaio se incluiria na segunda forma com a crise das forças tradicionais, por um lado, e a inexperiência prévia das forças da mudança, por outro.

Villagra (2009) afirma que durante o governo Lugo é possível observar a (re) aglutinação das posições e dos discursos dos setores conservadores do país, receosos e temerosos pela proximidade de Lugo com os movimentos camponeses e sindicais, e a sua comunhão com as posturas progressistas da teologia da liberação que supostamente o posicionariam como uma liderança comunista. O autor identifica os seguintes atores nessa coalizão conservadora atuante no governo Lugo:

definitivamente em 1948. Considera-se que o Partido Colorado já governava em 1947 pois Morínigo estava condicionado pelos ministros colorados de seu gabinete.

Los gremios empresariales más conservadores (ARP, UGP, UIP, CAPECO, FEPRINCO⁴¹ entre otros) y la derecha política (ANR, PUNACE, PPQ y un importante sector del PLRA) utilizando los medios de comunicación enteramente a su disposición por su análogo carácter conservador (ABC, Última Hora, La Nación⁴², Telefuturo, RPC, SNT, Unicanal⁴³ y la mayoría de las radioemisoras de alcance nacional) (VILLAGRA, 2009: 51).

Essa coalizão conservadora atuou na propagação de um discurso centrado em exigir do governo que se ocupasse preferencialmente de elaborar e executar um plano para superar os efeitos da crise financeira internacional (a partir da crise imobiliária e financeira dos Estados Unidos), além de não executar nenhum tipo de reforma que pudesse afugentar os investimentos privados do país, principalmente as reformas fiscal, tributária e agrária (VILLAGRA, 2009). Buscavam também avançar no processo de liberação do uso das tecnologias de produção agrícola internacionalmente difundidas, como as sementes transgênicas e os produtos químicos necessários para garantir a produtividade dos complexos agroexportadores. É basicamente o que o IDD-Lat avalia como a capacidade de gerar políticas de eficiência econômica, comumente uma demanda fundamental das elites.

Não obstante, o eleitorado, principalmente aquele vinculado aos partidos tradicionais, não entregou um “cheque em branco” a Lugo. O mesmo eleitorado que elegeu uma proposta progressista para o Executivo, elegeu um Legislativo marcadamente conservador. Desde o início do mandato, Lugo percebeu que o Parlamento seria uma arena decisiva para o desenvolvimento e mesmo a manutenção de seu governo (VILLAGRA, 2009).

Com isso, a relação de forças políticas fez que Lugo entregasse o núcleo econômico do governo a homens do PLRA, bem como a técnicos que eram estimados pelo empresariado nacional e pelos organismos de crédito multilaterais. Os grupos pertencentes à coalizão alternativa receberam as pastas vinculadas com áreas sociais, visando reequilibrar a relação de forças. Contudo, como os orçamentos da área social estavam condicionados pela aprovação do Congresso (conservador) e sujeitos à avaliação prévia dos ministérios da área econômica (conservadores), a relação de forças seguia sendo favorável para a coalizão conservadora.

Enquanto a coalizão conservadora articulava-se para conter possíveis mudanças progressistas que reduzissem seus benefícios, a coalizão alternativa seguia marcada pela

⁴¹ ARP: Associação Rural do Paraguai; UGP: União de Grêmios da Produção; UIP: União Industrial Paraguaia; CAPECO: Câmara Paraguaia de Exportadores e Comercializadores de Cereais e Oleaginosas; FEPRINCO: Federação da Produção, Indústria e Comércio.

⁴² Os três principais jornais diários impressos de circulação nacional.

⁴³ Principais canais de televisão do Paraguai.

fragmentação, atomização e dispersão das forças e movimentos políticos e sociais. Palau (2009) afirma existir uma vontade discursiva de unidade que não consegue traduzir-se em programas e ações convergentes, havendo divergências quanto aos caminhos a serem percorridos para se chegar ao objetivo da mudança social no país. “[...] *La historia reciente nos muestra que sólo las urgencias y las polarizaciones extremas posibilitan dejar de lado las mezquindades sectoriales y apuntalar juntos luchas unitarias; eso ocurrió tanto en el año 2002 como parcialmente en las pasadas elecciones [2008]* (ESPÍNOLA, 2009: 132).

Observando as principais figuras políticas que apareceram nas eleições presidenciais desde 1989, Espínola (2009) conclui que os pactos, acordos e alianças sempre estiveram presentes apenas no período eleitoral, uma contingência das eleições em um regime presidencialista multipartidário com um Legislativo forte (presidencialismo com coalizões partidárias), não sendo o resultado de um processo de acumulação de forças ou da construção de uma alternativa para a participação dos setores populares na lógica institucional das eleições. É uma análise similar à efetuada por Yore (2002), quando a autora afirma que os acordos são superficiais e não conseguem gerar pautas mais amplas que apresentem caminhos para conduzir o modelo de dominação.

Espínola (2009) visualiza o mesmo fenômeno com a eleição de Lugo, com a conformação de uma aliança simplesmente eleitoral, reunindo grupos das duas coalizões de poder, sendo que a coalizão conservadora preponderou na relação de forças, dada a sua rearticulação preventiva e a desarticulação da coalizão alternativa que apresentou várias listas para o Legislativo, elegendo apenas cinco representantes (dois deputados e três senadores), todos de partidos ou movimentos distintos.

O problema de fundo ao discutir-se a unidade da coalizão alternativa reside na abordagem dada ao tema da unidade. Se ela se converte em um fim em si, perde sua capacidade de articulação, adaptação e manutenção, pois o único interesse que aglutina os grupos é a unidade, uma unidade descaracterizada, sem um projeto político mais amplo, dependente das contingências que permitiram a sua conformação, comumente vinculada a uma pauta de mobilização específica (contra as privatizações e outras reformas neoliberais em 2002, por exemplo) ou ao momento eleitoral. A unidade é, de fato, uma estratégia para se alcançar a construção de um projeto político comum para toda a coalizão de poder. O problema identificado aqui é a incapacidade de conseguir superar a consciência econômico-corporativa por uma consciência hegemônica (GRAMSCI, 1999).

Analisando o cenário da coalizão alternativa é vista a convergência de posicionamentos contra o neoliberalismo e a política tradicional, visando construir uma sociedade mais justa e plural, menos assimétrica, com a redistribuição dos recursos através de mecanismos geradores da justiça social. O problema surge ao discutir-se o método usado para avançar na resolução desses objetivos, existem vários caminhos possíveis, táticas distintas para a acumulação de forças, estratégias diferentes para trilhar o caminho escolhido, todas vindas de interpretações político-ideológicas divergentes quanto ao modelo de ação para a mudança social.

A proposta de mudança da estrutura econômico-social e do modelo de dominação de Lugo limitou-se ao institucionalismo democrático, difundindo aos movimentos sociais a impossibilidade de cisão – no contexto atual, ao menos – com tais estruturas, de modo que seria possível promover as mudanças sociais institucionalmente (PAREDES, 2013). Todavia, alguns setores camponeses se impacientavam com as promessas não cumpridas de Lugo, assim como com a inércia do governo frente aos latifundiários. Os movimentos que fazem parte do que se considera aqui como a coalizão alternativa retomam a atuação, inclusive com novas formas organizativas⁴⁴, e a escalada de tensões evidenciará que o dilema do governo Lugo, a tensão entre contestação e conservadorismo resultará na sua derrocada (PALAU, 2014). Visualiza-se nesse fenômeno que a consciência ainda estava no nível econômico-corporativo, referindo-se pontualmente a uma pauta reivindicativa desses movimentos, a reforma agrária com uma nova estrutura de divisão fundiária, não conseguindo articular pautas mais amplas.

Como apontado por Munck (2010: 574), a política latino-americana contemporânea não pode ser reduzida aos conflitos que se limitam às regras institucionais. “*Más bien, como insisten observadores agudos de la actualidad política de América Latina, la lucha por la democracia continúa latente bajo la superficie y ocasionalmente estalla en conflictos políticos abiertos*”. E isso ocorre porque as democracias latino-americanas não conseguem dar respostas satisfatórias às demandas surgidas na sociedade civil.

No caso paraguaio essa relação da institucionalidade com os conflitos sociais também é presente. Observa-se uma institucionalidade incipiente e frágil que não consegue gerar políticas

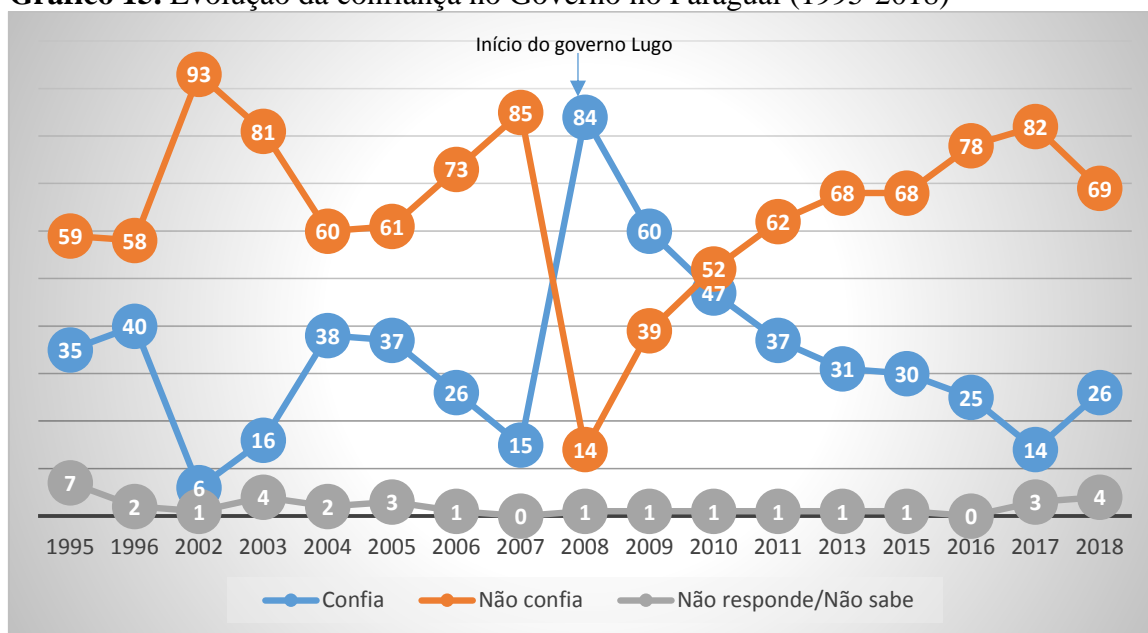
⁴⁴ Principalmente com o movimento “*carpero*”, um movimento de camponeses sem-terra independentes das organizações camponesas existentes. Foi um movimento que passou a ter importância com as mobilizações de 2012, com ocupações de terras, pressão de autoridades públicas e tensões com latifundiários e estrangeiros. As organizações que existiam previamente ainda não se mobilizavam, pois acreditavam que essa mobilização poderia enfraquecer o governo Lugo e possibilitar a atuação das elites oligárquicas. Como os *carperos* não estavam inseridos nas demais organizações, a comunicação com o governo era dificultada, favorecendo a crítica da oposição sobre a gestão da crise por parte de Lugo (BOZZOLASCO, 2013).

públicas que respondam as demandas de sua população. Consequentemente, esperar que institucionalmente sejam apaziguadas as tensões sociais, em um cenário de baixa capacidade e qualidade institucional, apenas fomenta o imobilismo governamental ante as demandas da sociedade civil. Há uma dificuldade para gerar uma avaliação positiva do desempenho governamental (como em PUTNAM, 1996), pois as instituições preocupam-se apenas com o seu caráter formal, não conseguindo atribuir um conteúdo democrático e de respostas às demandas da população que consiga contribuir para a formação de capital social positivo. O suporte da população ao sistema político se enfraquece pois as respostas governamentais às suas demandas são insuficientes (como em EASTON, 1965).

Como observado até aqui no capítulo, as instituições construíram-se de modo superficial e debilitado, reservando espaço para as elites político-econômicas criarem políticas que lhes beneficiem, e essa mesma estrutura governamental não consegue gerar políticas públicas de bem-estar social e eficiência econômica (como avaliado pelo IDD-Lat). Esses são os momentos iniciais do círculo vicioso da precarização democrática que influenciarão na percepção negativa e crítica ante a estrutura do modelo de dominação política, da ordem legítima.

A percepção crítica da população com as respostas governamentais pode ser visualizada também na medição do Latinobarômetro sobre a confiança no governo, com os seguintes resultados na série histórica:

Gráfico 15. Evolução da confiança no Governo no Paraguai (1995-2018)*



* Os dados foram agregados em duas categorias: Confia (onde estão as respostas “muita” e “alguma”) e Não confia (onde estão as respostas “pouca” e “nenhuma”).

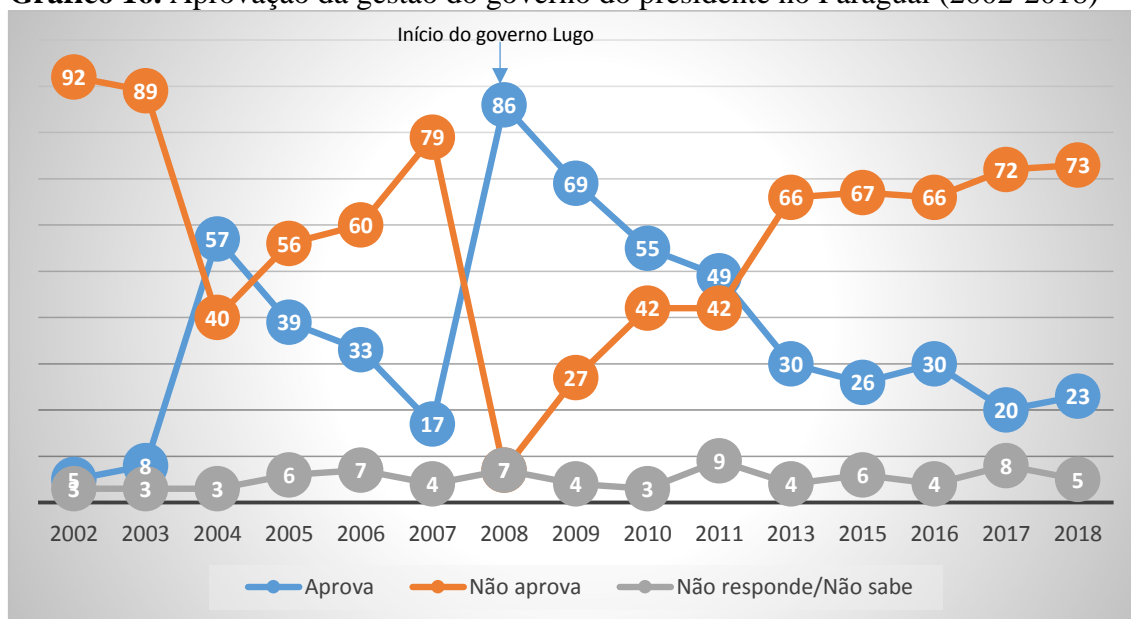
Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

A percepção de não confiar no governo superava a de confiar até a eleição de Lugo. Em seus dois primeiros anos de governo (2008 e 2009) a confiança superou a desconfiança, evidenciando a postura de apoio cidadão ao processo de alternância. Não obstante, observando a manutenção das características gerais de se fazer política e a incapacidade de alterar as dinâmicas presentes até então, estes elementos fazem que a atitude volte a ser de desconfiança. Também pode ser ressaltado o aprofundamento da desconfiança no governo a partir da deposição de Lugo (que ocorreu em junho de 2012). Nas 4 pesquisas seguintes foram vistos decréscimos nas respostas positivas, alcançando apenas 14% em 2017 mas crescendo na última pesquisa para 26% (em 2018).

A dificuldade para manter a confiança no governo (em apenas 2 pesquisas as respostas positivas foram maiores do que as negativas, justamente nos dois primeiros anos do governo Lugo) pode ser atribuída à incapacidade dos governos na resposta às demandas, sendo que a dinâmica interna das relações políticas é insuficiente para gerar uma percepção positiva na população (como apresentado no modelo de EASTON, 1965 e apontado por MUNCK, 2010 na análise latino-americana). Esses fenômenos conformam a concatenação dos apontamentos sobre a capacidade da alternância de influenciar as atitudes políticas (DOS SANTOS, 1989 e LÓPEZ, 2010) com a manutenção de uma avaliação negativa dos resultados das políticas governamentais (como nos modelos de EASTON, 1965, de PUTNAM, 1996 e de O'DONNELL, 2011).

Essa relação entre a institucionalidade e os conflitos sociais está recorrentemente presente no Paraguai. É observada uma institucionalidade incipiente e frágil que não consegue gerar políticas públicas que respondam as demandas de sua população, um dos elementos que permitiu a ascensão de Lugo ao poder como um *outsider* que poderia alterar a dinâmica vigente (CERNA, 2011-2012).

Pode ser visualizada a percepção crítica da população com as respostas governamentais na medição do Latinobarômetro sobre a aprovação do governo, com os seguintes resultados:

Gráfico 16. Aprovação da gestão do governo do presidente no Paraguai (2002-2018)

Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

A aprovação do governo Lugo no início do mandato alcançou 86% – o valor mais elevado de toda a série – e as demais pesquisas referentes ao mandato de Lugo conseguiram manter uma aprovação maior que a desaprovação. No entanto, é possível ver como vai decrescendo a aprovação de Lugo, caindo de 86% para 49% em 2011.

A reação da elite conservadora se fazia sentir no Parlamento com a ameaça constante e reiterada do juízo político. Até a deposição de Lugo foram apresentados 23 processos de impedimento e posterior deposição do presidente através do juízo político, mas nunca se conseguia a maioria parlamentar necessária para a sua aprovação e a abertura do processo na Câmara de Deputados (LÓPEZ BENÍTEZ, 2015). O quadro se alterou em 2012, quando as mobilizações dos camponeses sem-terra assumiram um novo parâmetro, intensificando as invasões de terras e gerando uma reação imediata das elites econômicas que desembocou na deposição de Lugo (CARBONE e SOTO, 2014). Os meios de comunicação pressionaram deputados e senadores para realizar o processo e solucionar a crise, posteriormente apoiando a legalidade de seu desenvolvimento, bem como a legalidade do seu resultado.

Soma-se a isso o fato que um dos grandes desafios para a democracia tem sido a propagação de regimes de precarização institucional, com a adoção de instituições democráticas, tais como legislaturas, tribunais independentes e eleições, desde que estando a serviço da manutenção do poderio das elites político-econômicas (PIETSCH, MILLER e KARP, 2015).

Este foi um elemento complicador do cenário político paraguaio: o encerramento do governo Lugo, que não se deu com a passagem pacífica do governo para seu sucessor, mas sim com a sua deposição por meio do juízo político em junho de 2012, menos de um ano antes das próximas eleições. Neste contexto, é necessário questionar-se a forma adotada para a deposição de Lugo, valendo-se da precarização da via institucional, levantando inúmeras suspeitas quanto à legitimidade do processo. Não se observou mais o simples golpismo clássico, fundado na força, e sim lançou-se mão de uma fundamentação e de um embasamento jurídico-institucional. Tais preocupações justificam-se pelo precedente que gera no cenário regional de sistemas democráticos em vias de consolidação.

O presidencialismo com as coalizões parlamentares, uma das formas de relação entre poderes assumida nas democracias latino-americanas, com a combinação institucional de um Executivo eleito pelo voto majoritário da população com um Legislativo com poderes para limitar a unilateralidade do Executivo – característica predominante no período autoritário (O'DONNELL, 2011) –, demonstra suas limitações para a manutenção de relações estáveis entre os poderes do Estado. Linz e Valenzuela (1998) consideram que a incapacidade de gerar coalizões sustentáveis acarreta a crise do presidencialismo. Segundo Pérez-Liñán (2009), a utilização do juízo político contra o presidente cria um novo padrão de instabilidade dos regimes latino-americanos. Não se cria a relação autônoma dos poderes, porém cria o conflito de poderes, resultando na instabilidade do regime.

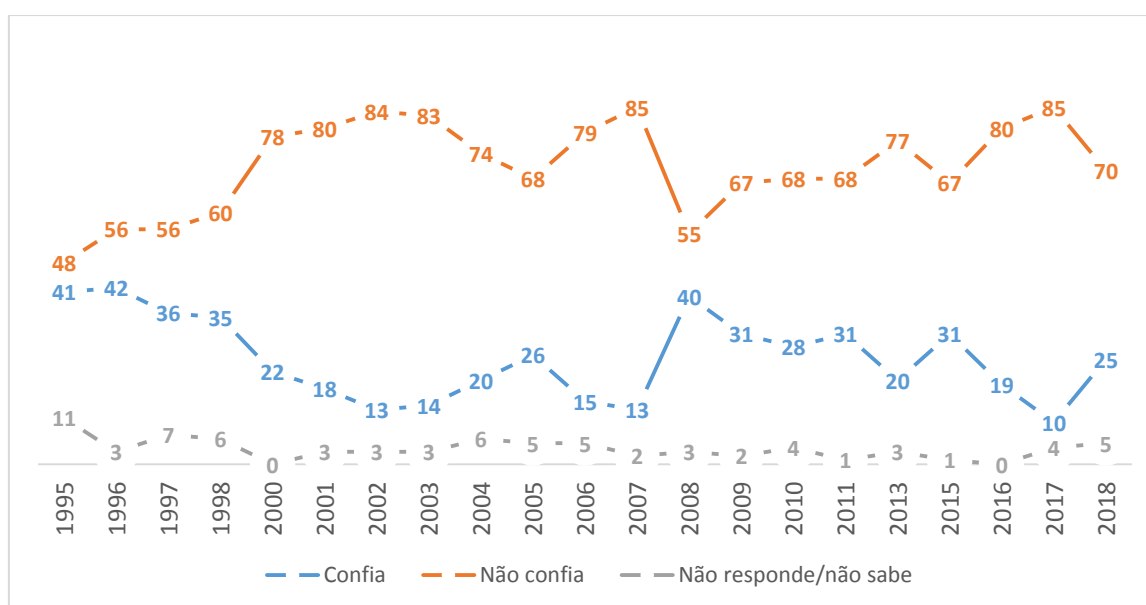
É possível ver uma alteração no comportamento político das elites paraguaias, adaptando-se às exigências de uma população crescentemente mais participativa na política – por mais que ainda exista um longo caminho a ser percorrido para a consolidação dos mecanismos de representatividade – buscando legitimar suas ações com elementos institucionais, prescindindo das tradicionais medidas de força, coercitivas. No entanto, a precarização dos instrumentos institucionais – como o “juízo político *express*”⁴⁵ (CAMACHO, 2012) – pode suscitar o aumento da desconfiança dos cidadãos quanto à efetividade e legitimidade das instituições que constituem o regime político (O'DONNELL, 1998).

⁴⁵ A proposta de juízo político para a deposição de Lugo foi apresentada no dia 20 de junho de 2012. No mesmo dia foi aprovada na Câmara de Deputados por 76 votos contra 1, com 3 abstenções. Lugo afirmou que se submeteria ao juízo político no Senado, constituído como tribunal para julgar o caso. Contudo, o processo se desenvolveu de maneira drástica e já no dia 22 de junho ocorreu o juízo. Lugo teve apenas 24 horas para preparar sua defesa, que por sua vez teve apenas 4 horas para apresentá-la frente ao Senado. Houve a tentativa de paralização do processo alegando sua inconstitucionalidade, o que foi negado pela Corte Suprema de Justiça. Com isso, em 22 de junho de 2012, por 39 votos contra 4, com 2 abstenções, Fernando Lugo era deposto do cargo de presidente da república (MONTANARO, 2012; PAREDES, 2012).

O problema da institucionalização e da legalidade do processo é sintetizado por Duarte (2013: 321), quando a autora afirma que “*se ha interrumpido la consolidación de la democracia en Paraguay al haberla reducido a un procedimiento legal, en un país donde la vigencia del estado de derecho sigue siendo, para amplios sectores de la población, una materia pendiente*”. A percepção sobre o regime continua sendo aquela de responder aos interesses da elite e afastar-se das necessidades das massas.

Uma consequência da deposição por meio da precarização institucional foi o aumento da percepção negativa da população em relação à principal instituição promotora do processo: o congresso. Por mais que se observe a permanência de uma percepção crítica ao longo de toda a série histórica, após a deposição de Lugo é visualizado um novo movimento de acréscimo. Os dados obtidos a partir das pesquisas do Latinobarômetro (2018) sobre a confiança no congresso podem ser sintetizados com o seguinte gráfico:

Gráfico 17. Evolução da confiança no Congresso no Paraguai (1995-2018)



Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

A desconfiança sempre foi a percepção predominante ao longo de toda a série histórica, sendo que apenas na primeira pesquisa a desconfiança ficou abaixo dos 50% das respostas. Durante o governo Lugo (com as pesquisas entre 2008 e 2011) os resultados ficaram abaixo da média, contudo, após a deposição de Lugo observa-se um novo movimento crescente na desconfiança, com 9% a mais de respostas negativas em 2013 com relação à 2011.

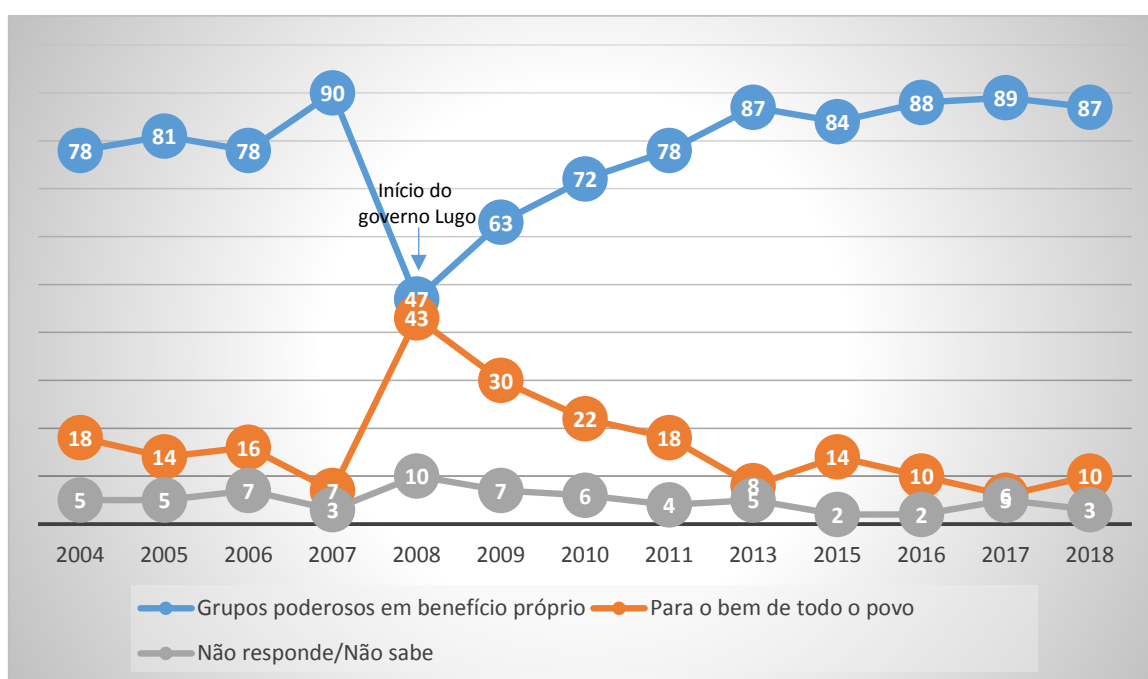
Nas crises de 1996 (intentona golpista de Lino Oviedo) e 1999 (o “março paraguaio”) é visualizada a tentativa de acesso ao poder por meios coercitivos, mas a solução para as crises

foi institucional. Já na crise de 2012 observa-se a utilização dos mecanismos institucionais tanto para chegar ao poder – com a alternância política na presidência em 2008 – como para solucionar a crise – com o juízo político para a deposição do presidente. O problema reside na apreciação da população sobre a administração do país, convergindo para considerar a administração do país de forma oligárquica, beneficiando as elites em detrimento da população. Isto contribui para o processo de precarização institucional, pois a população retira sua confiança das instituições e passa a depositar em qualquer outra forma de solução de suas demandas, que na América Latina pode acabar sendo o caudilhismo e o clientelismo devido à concentração de recursos e à hierarquização social.

A desconfiança dos paraguaios na administração governamental gera a percepção de que os governos não respondem aos interesses da população e sim aos interesses dos próprios grupos no poder. É uma caracterização que se aproxima da conceituação de Estado oligárquico em Bozzolasco (2009), uma estrutura administrativa respondendo aos interesses da elite política que representa a elite econômica, afastando-se das demandas surgidas na sociedade civil.

Isto pode ser observado nas pesquisas do Latinobarômetro sobre a percepção cidadã ante o governo, à quais interesses o governo responde, com os seguintes resultados:

Gráfico 18. Evolução da percepção: país para todos ou para os poderosos no Paraguai (2004-2018)*



* Com base na pergunta: "En términos generales ¿diría usted que (país) está gobernado por unos cuantos grupos poderosos en su propio beneficio, o que está gobernado para el bien de todo el pueblo?".

Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

Com a eleição de Lugo em 2008 a população muda a sua percepção, aumentando a percepção de que o governo estaria voltado para o bem comum. Todavia, após o primeiro ano de governo, com a postura de imobilismo frente às demandas cidadãs, essa percepção volta a ser crítica, avaliando que o governo representaria os interesses dos grupos poderosos, das elites. Ademais, com a crise de 2012 a percepção crítica volta a estar acima dos 80% das respostas, apontando para os efeitos das crises institucionais na percepção cidadã, como já visto anteriormente na avaliação da confiança e aprovação do governo.

Quando o governo Lugo entrou em crise – com os conflitos no campo em 2012 – a deposição surgiu como resposta para solucionar a crise, uma crise na legitimidade da ordem (no sentido de WEBER, 1999a e WEBER, 2000). Não houve uma preocupação central com a institucionalidade do processo e do regime democrático, de modo que se possibilitou a realização de um processo rápido e sem sua judicialização. O resultado foi basicamente a utilização das instituições do regime para solucionar as demandas imediatas de determinados grupos políticos e econômicos, não necessariamente respeitando as regras do jogo, ou então subvertendo as regras do jogo para poder alcançar o objetivo. Como consequência, permanece o espaço na cultura política para as soluções não democráticas.

A deposição do presidente constitui-se na forma para solucionar as crises. Além disso, ocorre a responsabilização do presidente pelas crises, fazendo que a deposição do presidente ocorra por sua responsabilidade na crise, o que caracteriza uma forma de precarização das instituições do regime.

A partir de todas essas dinâmicas presentes na democratização paraguaia e no governo de Fernando Lugo, três fenômenos são centrais para a análise do projeto político da FG. Por um lado, a incapacidade de conformação de uma terceira força política estável, durante o período de democratização (a partir de 1989). Por outro lado, com o governo de Fernando Lugo (2008-2012) a coalizão conservadora sentiu-se ameaçada na realização de seus interesses, dando lugar a uma nova investida conservadora no processo de evolução do modelo de dominação política paraguaia, utilizando-se da subversão momentânea dos mecanismos institucionais para realizar seus objetivos, mantendo o aspecto de legalidade do sistema, trazendo complicações para a legitimidade das instituições cuja precarização passa a ser percebida pelos cidadãos gerando percepções políticas negativas em relação às instituições do regime democrático (VILLAGRA e DELGADILLO, 2014). Estes são fenômenos que vão contribuindo para a permanência do

círculo vicioso da precarização democrática, conforme estabelecido no modelo analítico apresentado no final do capítulo anterior.

Soma-se a isso o fenômeno da avaliação governamental já que, diferentemente das terceiras forças que a precederam, a FG é uma terceira força que já comandou o Executivo nacional. A população pode avaliar o projeto da FG a partir da experiência do governo Lugo, considerando que tal experiência deve ser retomada e aprofundada, ou superada e alterada por outras possibilidades.

Por estar imerso em um cenário de mudanças sociais, políticas e econômicas mais amplas, surge o questionamento sobre a relação da coalizão alternativa com as transformações. Lugo e a FG apenas se aproveitaram de uma conjuntura favorável para ascender ao poder, e desde o poder constituir o grupo político representante da proposta desenvolvida? Ou a proposta alternativa e contestatória esteve diretamente vinculada com o processo mais amplo de mudanças na estrutura política paraguaia? A própria proposta alternativa seria partícipe das alterações estruturais, fomentando a alteração nas percepções políticas cidadãos com relação ao sistema político? Ou na verdade foi apenas um momento de rearranjo e rearticulação das coalizões de poder, mantendo a estrutura econômico-social, a cultura política e o modelo de dominação, com uma relação de forças favorável à coalizão conservadora?

É nestes questionamentos que surge o interesse em estudar a FG para entender a dinâmica das três esferas no caso paraguaio e como a atuação da FG se insere nas dinâmicas apresentadas pelas três esferas. O estudo busca analisar e compreender qual o papel que a FG desempenhou e está desempenhando no sistema político paraguaio, reconhecendo que a dinâmica política está permeada pela estrutura econômico-social, pela cultura política e pela própria estrutura institucional do modelo de dominação do Paraguai. Serão analisados os movimentos políticos e sociais, bem como as mobilizações específicas que foram pressionando o sistema político pela resposta às suas demandas, em que medida esses fenômenos conseguiram acumular forças para a construção do projeto político da FG.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO E ATUAÇÃO DA FRENTE GUASU

Neste terceiro capítulo efetua-se um recorrido histórico pela formação da proposta alternativa da política paraguaia, analisando os movimentos da sociedade civil que levarão à construção da alternativa política, considerando elementos da eleição de Fernando Lugo para a presidência até a formação e atuação política da FG, com a participação dos seus representantes eleitos na estrutura institucional do sistema político, do modelo de dominação. É apresentado e analisado o contexto que propiciou a formalização da concertação eleitoral de esquerda e centro-esquerda como uma alternativa à política tradicional colorado-liberal, centrando-se na figura de Fernando Lugo como principal liderança.

Na primeira seção é efetuada a apresentação da evolução histórica da FG desde a aproximação entre partidos e movimentos sociais conformando a aliança eleitoral que elegeu Lugo para a presidência em 2008, passando pela criação da FG em 2010, até a atuação parlamentar atual e as eleições de 2018. Na segunda seção apresentam-se e analisam-se os resultados eleitorais que a FG (e os partidos que previamente estavam separados) obteve para dimensionar a capacidade de atuação da FG diante das forças políticas tradicionais na política paraguaia. E na terceira seção o foco está na análise e compreensão da relação entre a alternativa eleitoral à política tradicional e as percepções e comportamento político sustentado pela população paraguaia durante a sua atuação política, observando a influência do governo Lugo e da FG nas percepções políticas da população paraguaia.

3.1 A mobilização contra a política tradicional e o cenário para a construção da alternativa eleitoral

A finalização do período autoritário stronista em 1989, ao mesmo tempo em que começou a possibilitar um cenário para a maior mobilização dos grupos sociais subordinados que haviam sido marginalizados pelo regime stronista, também se defrontava com o legado de quase 35 anos de submissão à autoridade e temor da possibilidade de anarquização e desintegração da sociedade com as mobilizações sociais. Os movimentos da sociedade civil deparavam-se com duas dificuldades fundamentais: a desarticulação e dificuldade em organizar-se devido ao desmantelamento da sociedade civil durante o regime stronista, um problema interno; e a dificuldade para legitimar a mobilização ante o restante da sociedade

conseguindo pressionar o sistema político – a estrutura institucional do modelo de dominação – a acolher as suas demandas, um problema externo aos movimentos sociais em questão.

Os camponeses são um setor historicamente afetado pela estrutura econômico-social pautada pelo modelo primário-exportador, e foram duplamente afetados pelo stonismo: primeiro, foram pressionados pela reestruturação econômica implantada pelo governo, priorizando os complexos agroexportadores produzidos pelos latifúndios monocultores e impulsionando o aumento do êxodo rural camponês e, segundo, devido à retórica colorada de defesa dos camponeses, dos *pynandíes*, junto com a defesa da paz e progresso sem comunismo faziam que qualquer mobilização social fosse criminalizada e duramente reprimida (TELESCA, 2014). Ou seja, ao mesmo tempo em que eram excluídos e marginalizados pelo governo, eram censurados em qualquer manifestação demandando reforma agrária.

Entre o golpe de Estado em 2 e 3 de fevereiro e as eleições em 1 de maio de 1989 os camponeses começaram a se mobilizar buscando pressionar o novo governo a acolher as pautas relativas à reforma agrária. Contudo, visando manter a aparência de normalidade do Estado diante da mudança do grupo comandando o poder (para manter a estrutura econômico-social que sustenta a extração dos recursos, como apontado no modelo do círculo vicioso da instabilidade política de MENDONÇA, 2007), o governo Rodríguez reprimiu duramente as manifestações camponesas.

Segundo Fogel (1998), ocorreram 19 ocupações de terra pelos camponeses nos dois primeiros meses após a derrocada de Stroessner. Ademais, no ano de 1989 foram registrados 140 conflitos vinculados ao acesso à terra, resultando em 91 ocupações no primeiro ano do novo governo (FOGEL, 2006), evidenciando uma pressão dos camponeses para a solução governamental de sua demanda por reforma agrária. O autor apresenta um balanço da pressão camponesa e a resposta repressiva do governo Rodríguez com os dados sobre número de detenções, conflitos, ocupações e despejos, que são sintetizados no seguinte quadro:

Quadro 12. Mobilizações camponesas e repressão governamental (1990-1993)

Ano	Detenções	Número de conflitos	Ocupações	Despejos
1990	820	99	49	51
1991	566	66	17	23
1992	120	50	16	16
1993	128	46	14	17

Fonte: Fogel (1998: 203).

A grande mobilização camponesa nos dois primeiros anos de mandato de Rodríguez (1989 e 1990) resultou em uma forte repressão governamental com a detenção de vários manifestantes e o despejo da maioria dos núcleos de ocupação que se instalavam, mantendo as respostas repressivas vistas durante a ditadura stronista. Inclusive, no quadro 12 o número de despejos é maior do que o das ocupações, pois ocupações anteriores eram finalizadas com a reintegração de posse e despejo dos camponeses acampados.

Esse cenário foi sendo delimitado, por um lado, porque os camponeses observaram nas invasões uma alternativa disponível para efetivamente participarem das decisões que afetam as suas demandas e, por outro lado, pela reação gerada nos latifundiários que consideravam uma afronta aos princípios liberal-democráticos que passavam a reger o Paraguai (FOGEL, 2006). A resposta violenta às ocupações acaba sendo justificada pelos meios de comunicação empresariais como uma resistência diante da delinquência, da afronta à ordem. *“En estos medios, los latifundistas se presentan como los pilares básicos de la economía, al generar, supuestamente, centenares de miles de puestos de trabajo y divisas con las exportaciones”* (FOGEL, 2006: 98). Ou seja, a repressão, o uso da violência por parte da estrutura institucional do modelo de dominação era legitimado pela opinião pública, era o uso legítimo da força (no sentido weberiano) ou o consenso na opinião pública – formado pela mídia empresarial – sobre o uso da coerção (no sentido gramsciano).

Vale lembrar aqui os dados analisados no capítulo anterior sobre a concentração de recursos no campo e o emprego de mão de obra rural, permitindo contestar essa retórica utilizada pela coalizão conservadora. Embora essa questão do papel econômico-social da atividade agrícola seja importante na retórica, o elemento central reside na defesa da propriedade privada, pois seria um princípio fundamental para qualquer sociedade livre (nos moldes que o modelo de dominação paraguaio se propunha a partir daquele momento).

O cenário se insere no modelo analítico do círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007). A permanência das condições de vida dos camponeses gera sua pressão que resulta em conflitos sociais. Com a pressão camponesa, fundamentalmente a invasão e ocupação de terras, vulneram-se os direitos de propriedade dos latifundiários e, como consequência, diminui-se o investimento na economia paraguaia, como um temor da realização dos investimentos devido à instabilidade gerada pelas relações entre camponeses e latifundiários. A resposta governamental ao problema é a sua repressão, suprimindo as mobilizações e buscando dar um ar de ordenamento à situação para manter estavelmente o

modelo primário-exportador. A violência resulta nos vários assassinatos de camponeses nos primeiros anos da democratização paraguaia, sendo que entre 1989 e 1996 foram 90 camponeses assassinados (FOGEL, 2006).

Em suma, o cenário das relações fundiárias no Paraguai durante o início do processo de democratização não se tornou muito distinto daquele construído no stronismo. *“La constante de ese proceso es la degradación de las condiciones de vida en el campo y la resistencia campesina a la misma. Ante la inexistencia de canales para negociar conflictos, la violencia campesina es contestada con creciente represión oficial o con matones contratados por latifundistas”* (FOGEL, 2006: 98). É um cenário basicamente pautado pelo uso da violência política e pela incapacidade governamental em equilibrar as respostas às demandas dos dois grupos (embora a correlação de forças entre os grupos seja desequilibrada, em prol dos setores latifundiários), privilegiando as respostas ao modelo agroexportador.

Neste novo cenário, a busca pela constituição de fóruns de discussão entre representantes das associações empresariais rurais e os líderes camponeses foi rechaçada pelos segundos, por não se sentirem atraídos para dialogar com os grandes proprietários, dificultando uma solução pactuada, consensual, hegemônica. Os líderes camponeses consideraram que a participação nestes fóruns apenas legitimaria uma tomada de decisão previamente estabelecida pelos latifundiários, marginalizando os camponeses e privilegiando os grandes produtores (FOGEL, 2006). A correlação de forças amplamente favorável aos latifundiários (tanto a social quanto a política) dificulta qualquer solução favorável aos camponeses, mas mantém a retórica de que enquanto os grandes proprietários abrem-se para o diálogo democrático, os camponeses isolam-se e buscam uma solução não democrática para o problema fundiário.

Além da repressão governamental e violência nas relações com os latifundiários, havia o problema da falta de unidade e articulação do movimento camponês resultando em uma grande fragmentação e atomização dos movimentos, enfraquecendo sua luta ante os poderes constituídos na coalizão conservadora. Segundo Fogel (1998), no final de 1992 existiam cerca de 70.000 camponeses organizados, distribuindo-se em 753 organizações de base (locais), 53 organizações regionais e 10 organizações nacionais. Em 1994 o número de organizações se expandiu para 768 organizações de base, 58 organizações regionais e 13 organizações nacionais. Comumente essas divisões referem-se às mobilizações específicas, ocupações específicas que geram a demanda por uma forma de organização específica. Ainda assim, para

Fogel (1998) essa atomização não impede a união de esforços em mobilizações gerais, como as manifestações camponesas durante a crise do setor algodoeiro em 1994.

Mesmo que as ocupações de terra específicas não fossem abandonadas na evolução do processo de democratização, os camponeses mobilizados começaram a buscar fortalecer as suas organizações nacionais e regionais, ampliando a agenda de reivindicações para conseguir ampliar a adesão. Neste sentido, alguns dos novos temas da agenda das organizações camponesas passaram a ser: *“la necesidad de políticas que busquen el desarrollo del mercado interno a través de la agroindustrialización, básicamente del algodón; el fortalecimiento de la banca pública; y una mayor presencia estatal en la economía”* (FOGEL, 2006: 99). Essas reivindicações somaram-se à tradicional pressão para a redistribuição fundiária através da reforma agrária.

O modelo de atuação alterou-se para a mobilização por meio de marchas camponesas anuais, saindo dos mais variados pontos do interior e marchando até a capital, Asunción, para pressionar os representantes governamentais na solução das demandas pautadas pelas organizações camponesas. Duas organizações começaram a se destacar na década de 1990, a MCNOC (*Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas*), criada em 1994 e que passou a ser uma das principais reivindicadoras de um apoio oficial para financiar projetos produtivos da agricultura familiar camponesa, e também a FNC (*Federación Nacional Campesina*), criada em 1991 e que é uma das principais organizadoras da marcha anual camponesa, sendo que na década de 1990 pressionava pelo fomento à agroindustrialização para o cultivo do algodão (o principal cultivo dos camponeses para o mercado, além da produção de subsistência e produtos com mercado mais restrito, como observado no capítulo anterior com a distribuição da produção entre a agricultura familiar e os médios e grandes produtores).

Na década de 1990 as mobilizações camponesas foram o principal movimento da sociedade civil que logrou pressionar o sistema político pautado pelo modelo da democratização, embora não conseguindo avançar substancialmente na solução de suas demandas. Enquanto a sociedade política estava imersa na construção da nova estrutura do modelo de dominação e preocupando-se com a ocupação dos espaços de poder entre os distintos grupos políticos (como visto no capítulo anterior), a sociedade civil observava-se afastada do modelo de dominação, suas reivindicações não pareciam fazer parte das preocupações de seus representantes governamentais. O movimento camponês foi o principal espaço de crítica ao

modelo da democratização que mantinha privilégios construídos ao longo do stronismo, afastando as demandas das massas das preocupações do regime democrático.

Contudo, como a própria estrutura econômico-social apresentava contextos novos na realidade paraguaia, os processos urbanos começaram a desempenhar uma função importante. A organização dos trabalhadores urbanos no cenário da democratização tornou-se um outro elemento central na correlação de forças entre as coalizões de poder, sobretudo com o início do processo de liberalização e desregulamentação da economia paraguaia, desarticulando as relações de trabalho que haviam sido estruturadas pelo Estado no período stronista, relações que fundamentavam um clientelismo e patrimonialismo articulado pelo Estado com os empresários, subordinando as massas aos desígnios dessa aliança.

Os trabalhadores urbanos haviam sido organizados durante o período stronista de modo a possibilitar a institucionalização do clientelismo e patrimonialismo governamental. A formação e atuação dos sindicatos passava pela aprovação governamental, sendo que os principais sindicatos do período eram comandados por agentes designados pelo stronismo. A restrição à liberdade de associação, submetida aos desígnios do autoritarismo stronista, deixou como legado o caudilhismo sindical vinculado à direta subordinação dos sindicatos com o governo. Isso ocorria pois algumas das principais empresas empregadoras do Paraguai no período eram empresas públicas, onde o poder stronista se fazia sentir (CORONEL, 2014).

Não obstante, segundo Cardozo (1992: 41-42), esse modo de agir criado durante o stronismo que vinculava os líderes sindicais, o Estado e o Partido Colorado, não deixou de existir junto com o stronismo. A liderança sindical continuou sendo um passo importante na ascensão política desses dirigentes, muitos deles conseguindo eleger-se para o Congresso paraguaio. Em troca da relação privilegiada com o Estado, a liderança sindical atuava na contenção dos movimentos operários para manter as condições de produção e relações trabalhistas favoráveis aos empresários (CARDOZO, 1992).

Logo após a queda de Stroessner começou-se a trabalhar na formação de duas novas centrais sindicais: a *Central Nacional de Trabajadores* (CNT), com uma orientação social-cristã; e a *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT), com dirigentes de várias tendências, desde a socialdemocracia até o comunismo. O papel das centrais sindicais foi fundamental para a negociação de melhores condições de trabalho e de salários, aproveitando o início do processo de liberalização política (PAREDES, 2014). No entanto, os avanços dos primeiros momentos de atuação foram contrapostos pela marginalização das centrais sindicais diante do processo de

reforma do Estado e de liberalização econômica a partir do receituário neoliberal, durante os anos 1990 e início dos anos 2000.

Os sindicatos perderam parte considerável da sua capacidade de mobilização com as pressões patronais, com as agremiações empresarias sendo apoiadas pelo governo e pelos meios de comunicação predominantes. Os sindicatos eram caracterizados como um atraso para o crescimento econômico baseado na liberalização da economia (algo similar ao que ocorria com os camponeses ante os latifundiários) e sua atuação distanciava-se cada vez mais da opinião pública. As greves tornaram-se um elemento de crítica permanente por parte do discurso hegemônico sustentado pela coalizão conservadora, pois representavam uma quebra da ordem normal que fomentava a extração de recursos, representavam uma insegurança para a atividade econômica. De tal modo, no sentido da análise gramsciana, enquanto a permanência da liberdade econômica era o discurso hegemônico, as greves dos trabalhadores urbanos e as mobilizações dos camponeses consistiam em interesses econômico-corporativos.

Um momento em que as demandas da sociedade civil e da sociedade política mesclaram-se foi na crise do março paraguaio em 1999. Ao mesmo tempo que os camponeses estavam acampados nas praças do Congresso em sua mobilização anual, desatou-se a crise do assassinato do vice-presidente Argaña e a pressão pela renúncia do presidente Cubas, buscando a responsabilização e criminalização de Oviedo e Cubas. Os grupos opositores à dupla Oviedo-Cubas uniram-se aos camponeses, trazendo-os para a mobilização pela democracia e pelo ajuizamento dos líderes oviedistas. Foi uma mostra do poder de pressão que as mobilizações conjuntas poderiam ter, visando constranger o exercício da dominação por parte dos partidos tradicionais e suas lideranças faccionalistas. Ademais, é possível observar empiricamente a aplicação do modelo analítico de Easton (1965), onde as dinâmicas internas do sistema político vinculam-se com as dinâmicas externas que se desenvolvem no ambiente econômico-social.

Segundo Paredes (2014: 60), a reação social ao confronto de argañistas e oviedistas foi inesperada e impressionante. “*Las centrales sindicales convocaron a una huelga general esa misma tarde. Horas después, el sector sindical estatal – liderado por el sindicato de la ANDE⁴⁶ – marchaba en dirección a las plazas del Congreso*”. Além disso, havia ainda a mobilização dos camponeses pelo perdão das suas dívidas. Todos estes setores juntaram-se aos militantes

⁴⁶ Empresa pública de energia elétrica, a Administración Nacional de Electricidade.

democráticos – especialmente os Jovens pela Democracia – e os militantes de esquerda, constituindo uma reação popular ao processo conflituoso instalado no seio do poder executivo.

Do mesmo modo, os governos da década de 1990 defrontaram-se com a demanda das elites por mudanças econômicas que sinalizassem para a liberalização da economia paraguaia e a sua inserção no capitalismo internacional globalizado. Isso implicava uma desregulamentação do Estado, a diminuição da sua interferência no mercado, a diminuição de suas funções para reduzir o seu endividamento, o que implicava a redução do gasto social do governo (MASI e BORDA, 2011). Estes elementos inseriam-se no receituário neoliberal hegemônico à época, após a finalização da Guerra Fria. Contudo, as reformas propostas acarretavam a oposição dos funcionários das empresas públicas, de alguns setores políticos que buscavam usar as empresas públicas como fonte de clientelismo e patrimonialismo, mas principalmente dos setores marginalizados da população que viam na proposta de reforma do Estado a eliminação das funções redistributivas e sociais, preterindo as demandas por melhorias das suas condições de vida (BOZZOLASCO, 2009). Neste cenário começaram a se desenvolver novas mobilizações sociais entre o final da década de 1990 e o início do século XXI.

Nestas mobilizações contra a proposta de reforma do Estado viu-se uma experiência de unidade dos mais distintos movimentos da sociedade civil, desde camponeses, sindicalistas, ocupantes urbanos de zonas precárias, partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, uma ampla coalizão de grupos políticos e sociais alternativos ao predomínio colorado-liberal que buscavam construir uma alternativa ao receituário neoliberal dominante (PAREDES, 2014).

A relação dos governos do processo de democratização com o receituário econômico liberalizante foi intermitente, buscando adaptações conjunturais para manter o fluxo de capitais e de financiamentos por parte dos principais centros econômicos mundiais, manter a viabilidade e atração da atividade econômica no Paraguai. Tais características gerais do processo estão relacionadas com a apresentação dos conceitos de especulação e estrangeirização na política tradicional, tal qual estabelecido no primeiro capítulo.

Se no governo Rodríguez (1989-1993) começou a se investir na mudança da estrutura econômico-social centrada no Estado, com a liberalização do câmbio por exemplo, não conseguiu avançar na redução do Estado empresário, mantendo a administração estatal sobre as empresas públicas. O clientelismo estatal do período stronista persistiu, ainda não abrindo espaço para a construção de um novo sistema clientelista, com um pluralismo moderado na distribuição dos recursos necessários para prover favores aos clientes. Segundo Setrini (2011)

foi uma mudança de um clientelismo monopólico para um clientelismo pluralista, como pôde se deprender da análise do caso paraguaio efetuada no capítulo anterior.

No governo Wasmosy (1993-1998) começou-se a trabalhar na regulamentação de alguns mercados e do processo de desestatização da economia, com a lei de privatizações por exemplo, mas ainda não conseguindo empreender atividades extensivas de desestatização⁴⁷ – principalmente pela importância política das empresas públicas (ABENTE, 2010). O governo Cubas (1998-1999) não conseguiu avançar na agenda devido aos seus problemas para manter-se diante do quadro conflituoso na política nacional.

Depois de uma década de avanços truncados e que eram insuficientes para as expectativas das instituições financeiras internacionais, o governo González Macchi (1999-2003) investiu decisivamente na reforma do Estado, buscando privatizar uma das empresas mais simbólicas que o Estado ainda possuía, onde o setor sindical ainda tinha uma considerável relevância: a Administração Nacional de Telecomunicações (ANTELCO) (PAREDES, 2014).

Em 2000 foi promulgada a Lei 1615 de “Reorganização de Entidades Públicas Descentralizadas e de Reforma e Modernização de Organismos da Administração Central”, que abriu o caminho e institucionalizou o processo de privatizações. O governo aproveitou-se do pacto de governabilidade firmado pelas principais forças políticas após a crise de março de 1999, conseguindo definir a reforma do Estado de caráter neoliberal como uma política imprescindível para possibilitar a governabilidade nos governos posteriores, reduzindo as pressões econômico-financeiras (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010). Segundo o próprio presidente González Macchi o processo buscado era o de “grande transformação da gestão pública” visando reordenar o caminho do desenvolvimento econômico do Paraguai, não mais fundado no Estado (GONZÁLEZ MACCHI, 2000). E tal transformação era possível devido ao pacto de governabilidade, o governo de “*unidad nacional*”, sendo um compromisso e um dever de todos os atores políticos sob a liderança da ANR (GONZÁLEZ MACCHI, 2000: 44-45).

O objetivo principal era a privatização da ANTELCO, contudo, deparando-se com uma resistência sindical forte, ativando um conflito social que converteu-se em um marco para as relações entre a sociedade política e a sociedade civil (no sentido gramsciano), entre o sistema

⁴⁷ Durante o governo Wasmosy foram privatizadas algumas empresas importantes: Linhas Aéreas Paraguaias (LAP); Administração Nacional de Álcool (APAL); e a Frota Mercante do Estado (ABENTE, 2010).

político e a população (no sentido de EASTON, 1965), bem como apresentou um contexto de unidade dos movimentos sociais contestatórios à política de reforma do Estado.

Segundo Paredes (2014), o movimento sindical estava relativamente desarticulado desde 1997, após as políticas de regulação do mercado financeiro pós-crise, resultando em uma nova articulação para contrapor o processo de privatizações: a Frente Sindical e Social (FSS). *“El FSS se basó en una suerte de coordinadora de trabajadores de empresas públicas, a los que se sumaron otras organizaciones sociales y sindicales urbanas, además de la (...) (Mcnoc), que trabajó como firme aliada del FSS”* (PAREDES, 2014: 81). Era uma união ampla de setores que se sentiam ameaçados pelo desmantelamento do Estado, mantendo a visão de que as empresas públicas eram bens públicos com uma função social, visão oposta a capitalização e financeirização difundida pelo receituário neoliberal.

O primeiro desafio para a FSS foi a greve do principal sindicato da ANDE, o Sindicato de Trabalhadores da ANDE (SITRANDE), realizada em 2000. A falta de organização da greve levou ao impasse das negociações com a administração da empresa, gerando uma imagem negativa do sindicato na opinião pública – afetada em seu abastecimento de energia elétrica – além de uma incapacidade de lograr as demandas diante da empresa. Em março de 2000 o sindicato estava desmantelando-se e a greve parecia não conseguir alcançar seus objetivos, quando as organizações camponesas passaram a atuar pressionando o governo para negociar com os grevistas (CANESE, 2016). Embora isso tenha conseguido possibilitar o êxito da greve, a direção sindical foi enfraquecida, pois uma das principais bases sindicais (o SITRANDE) debilitou-se após a greve, evidenciando que sua atuação unilateral não possuía a capacidade de pressionar a classe patronal, pois posicionava-se apenas como uma pressão econômico-corporativa, gerando críticas de outros grupos sociais que sentiam-se prejudicados em seus interesses econômico-corporativos afetados pela greve (segundo o aporte gramsciano).

A partir deste momento, enquanto as organizações sindicais perderam apoio popular e as ações da FSS estavam debilitadas, as organizações camponesas transformaram-se no principal instrumento de pressão contra as privatizações. Novamente o setor camponês converteu-se na principal ferramenta de contestação às políticas governamentais de redução do papel social do Estado. Novamente o setor camponês foi a principal ferramenta da coalizão alternativa. O caso da empresa de telecomunicações ANTELCO, que em novembro de 2001 se transformou em Companhia Paraguaia de Comunicações S.A. (COPACO), tornou-se o

principal conflito sobre a questão das privatizações. Em junho de 2002 o governo tentou realizar a venda da COPACO, gerando críticas e oposição por parte da FSS (PAREDES, 2014).

Com o setor sindical debilitado, coube ao movimento camponês o protagonismo na oposição à privatização da COPACO. Com os camponeses na dianteira, a mobilização contra as privatizações e a reforma do Estado gerou uma ampla unidade das organizações da sociedade civil e um entrave para o governo legitimar a lei de privatização. Sintetizando o cenário, Paredes (2014: 81) afirma que *“la resistencia tuvo como vanguardia a las organizaciones campesinas, que después de casi 20 días de cierres de rutas en puntos claves del país, forzó el Poder Legislativo a derogar la Ley 1615 en el marco de una sesión extraordinaria, convocada de urgencia”*. Foi uma grande vitória para a sociedade civil organizada conseguir reverter uma decisão do poder estatal, conseguir que os representantes do sistema político, da estrutura institucional do modelo de dominação, desfaçam uma decisão já tomada. Com a revogação da lei a transferência da COPACO para o capital privado foi impedida.

As mobilizações contra a privatização da COPACO representaram uma demonstração aos movimentos contestatórios da sociedade civil que sua unidade pressionando o governo pode resultar em respostas positivas às suas demandas. Não obstante, o desafio seguia sendo a manutenção da mobilização pressionando constantemente a estrutura governamental, gerando respostas que demonstrem aos grupos subordinados que é possível alcançar suas demandas a partir da mobilização.

Isso vincula-se ao modelo de Putnam (1996), na medida em que o apoio à estrutura governamental advém de sua capacidade de resposta às demandas da sociedade. Vincula-se com a perspectiva de Easton (1965) de que quanto mais o sistema político responde (com os *outputs*) às demandas da população (*inputs*), a população mantém o seu suporte ao sistema político. Insere-se também no círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007), no sentido de que o governo deve dar respostas mínimas tanto às demandas das elites quanto das massas, visando manter estavelmente a estrutura econômico-social para manter o fluxo de investimentos que fomenta o crescimento econômico e reduza os conflitos e tensões sociais. E relaciona-se com o modelo do círculo vicioso da precarização democrática paraguaia, na medida em que a sociedade civil passa a atuar pressionando o governo para solucionar suas demandas e, devido à baixa capacidade estatal junto com as instituições débeis, resulta em uma percepção negativa das parcelas da população em relação à estrutura governamental, abrindo espaço para a sua subversão momentânea (BOURSCHEID e GONZÁLEZ, 2019).

Por mais que as mobilizações de 2002 representaram um marco para os movimentos sociais, não conseguiram manter a unidade, permanecendo a característica de mobilizações pontuais conjunturais com pautas específicas vinculadas à interesses econômico-corporativos, não conseguindo contrapor o poder da coalizão conservadora que seguia predominante no cenário do regime democrático paraguaio, seguia preponderante na correlação de forças.

Um reflexo das mobilizações e da crítica ao modelo de reforma do Estado foram os resultados eleitorais nas eleições gerais de 2003. Além da baixa participação (64,29%) os resultados finais mostraram certo descontentamento com a política tradicional. O presidente eleito foi o colorado Nicanor Duarte Frutos, o presidente com a menor votação no período de democratização (37,14%) (TSJE, 2013).

Nas eleições parlamentares de 2003 os resultados também foram contestadores do domínio colorado-liberal, sendo que para deputados o total de cadeiras conquistado por ANR e PLRA foi de 72,5% – o segundo menor da democratização, muito próximo do conquistado com as eleições de 2008 (71,25%) –, e para senadores o total de cadeiras conquistado por ANR e PLRA foi de 62,23% – o menor do período da democratização.

Este era um cenário complicador para a estrutura do poder tradicional, bem como uma possibilidade de rearticulação da coalizão alternativa gerando alguma unidade que permitisse sua ascensão na estrutura institucional do modelo de dominação. Contudo, não se observou essa articulação de imediato e Duarte Frutos gozou de certa popularidade devido aos resultados macroeconômicos positivos logrados em seu governo. O cenário se alterou quando Nicanor foi eleito presidente da ANR, depois de uma decisão da justiça eleitoral que complicou o cenário: Nicanor poderia competir nas eleições internas do partido, mas estava inabilitado a exercer a presidência do partido ao mesmo tempo em que estava no cargo de presidente da República⁴⁸. O início do ano de 2006 esteve pautado pela crise no interior da ANR entre o oficialismo nicanorista e seus opositores, principalmente seu vice-presidente Luis Castiglioni.

Por outro lado, logrando o controle das internas partidárias, Nicanor tentou abrir caminho para a aprovação de uma emenda constitucional que possibilitasse sua reeleição. As intenções continuístas de Duarte Frutos deram origem a uma mobilização social contrária, que se constituiu na base para a ascensão da figura de Fernando Lugo como alternativa política.

⁴⁸ Uma restrição que foi estipulada durante a democratização para evitar a concentração de cargos que havia ocorrido na tríade stronista.

O movimento Resistência Cidadã, “Ditadura Nunca Mais”, passou a articular uma ampla gama de organizações partidárias, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs). “*Formalmente, Resistencia Ciudadana aglutinó a más de 130 organizaciones (...). En la realidad, la coordinadora solamente podría ser útil y representativa en la medida en que contase con el apoyo activo de los principales partidos políticos (PLRA, PPQ, UNACE), que disponían de gente y recursos*” (PAREDES, 2007: 36). A problemática central encontrava-se justamente na dificuldade de apontar a liderança que pudesse aglutinar tanto os principais partidos de oposição quanto os movimentos sociais e ONGs, uma dificuldade de encontrar a figura que seria aceita pelas lideranças partidárias e não fosse vista como representante de qualquer dessas forças – o que representaria uma correlação de forças favorável para a força política com a qual a liderança se identificava.

A reação contra a possibilidade de continuísmo, sendo caracterizada como “ditadura nunca mais”, é um fenômeno recorrente na democratização paraguaia. O legado do continuísmo stronista, mantendo-se no poder por quase 35 anos após várias reformas constitucionais que permitiram chegar até a reeleição indefinida, isso fez que o temor da reeleição na democratização representasse a possibilidade de retorno do autoritarismo nos moldes stronistas, tal qual analisado nos capítulos anteriores quando se apresentou e analisou teórica e conceitualmente a construção das instituições do regime democrático paraguaio. Este foi o argumento utilizado para barrar qualquer pretensão continuísta ao longo da democratização, instituindo a proibição da reeleição na Constituição de 1992 (artigo 229).

Ademais, a questão da reeleição relaciona-se com o histórico caráter caudilho das lideranças políticas paraguaias, baseado em uma cultura política de submissão à autoridade (GOIRIS, 2004) e na ideologia autoritária (ALCALÁ, 2007). É interessante recordar o caráter personalista das correntes partidárias ao longo do tempo, fazendo que a liderança seja muitas vezes mais importante do que os projetos político-ideológicos (BOURSCHEID, 2016a). A proibição da reeleição não supera a questão do caudilhismo, apenas cria uma certa competição caudilha com a necessidade de novas lideranças para o executivo nacional a cada cinco anos, ou o apontamento de um substituto por parte do caudilho. Cria-se uma necessidade para a política tradicional de surgimento de novas lideranças, embora mantendo sua inserção na estrutura tradicional do modelo de dominação política.

A pressão popular, junto com a divisão interna da ANR entre os seguidores do presidente Nicanor e os seguidores do vice-presidente Luis Castiglioni levaram Nicanor a

desistir do caminho da reeleição. Nas mobilizações feitas contra o chamado autoritarismo oficialista a figura de Fernando Lugo, bispo de San Pedro, tornou-se central. Lugo atuava auxiliando as mobilizações camponesas em seu departamento, o que lhe aproximava dos movimentos sociais, ainda que no limite dos dogmas da Igreja Católica – não se está falando aqui de uma resistência à autoridade constituída, mas sim de buscar construir espaços de participação que possibilitassem estipular respostas às demandas das massas camponesas. Participou e liderou mobilizações contra a proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e pela recuperação da soberania energética em Itaipu e Yacyretá (JARA; ALBERICI; DROGHETTI, 2008).

Segundo Paredes (2007), neste momento Lugo conseguiu preencher três vazios da política paraguaia da democratização: a) a ausência de liderança; b) a falta de credibilidade; e c) a necessidade de reverter o quadro de fragmentação política e social na coalizão alternativa, bem como reverter a consideração do confronto como meio natural de existência. Lugo emerge assim como a figura de conciliação e consenso na oposição, sobrepondo-se aos interesses particulares. Entretanto, também é preciso considerar que essa confiança na figura de Lugo estava vinculada a um objetivo central de todos os envolvidos na proposta de união da oposição: derrotar o Partido Colorado nas eleições de 2008 e interromper a hegemonia colorada.

Os diálogos para construir uma aliança eleitoral de oposição foram aprofundando-se, mas a dificuldade de convencer Lugo a deixar o exercício religioso para candidatar-se à presidência complicou o cenário da oposição (uma necessidade constitucional no Artigo 235, inciso 5) (JARA; ALBERICI; DROGHETTI, 2008). Liberais, PPQ e UNACE não chegaram a um consenso sobre a candidatura e cada partido buscou lançar um candidato próprio. Os colorados estavam igualmente divididos (nicanoristas e castiglioniistas) e não conseguiram uma candidatura minimamente consensual.

A solução para as duas divisões abriu o espaço para construir a aliança e a vitória eleitoral sobre os colorados. Na ANR o oficialismo se impôs nas internas e a ex-ministra do governo Nicanor, Blanca Ovelar, tornou-se a candidata da ANR, com grande rejeição e ficando difícil sua aproximação com o setor de Luis Castiglioni (PANGRAZIO, 2008). E após pesquisas eleitorais favoráveis e uma mobilização popular apontando a Lugo sua entrada na vida política, embora com a oposição da Igreja sobre sua atividade política, são fatores que levaram Lugo a sua renúncia como bispo e o ingresso definitivo na corrida presidencial (JARA; ALBERICI; DROGHETTI, 2008).

Embora Lugo tenha aceitado a aliança com os partidos de oposição, estes partidos haviam escolhido caminhos distintos para as eleições. O PPQ lançou Pedro Fadul, um dos empresários fundadores do partido, à disputa presidencial, ao passo que o UNACE lançou seu fundador e principal líder, Lino Oviedo, para a mesma disputa. Restou a aliança com a força tradicional que podia mobilizar sua massa eleitoral em prol da candidatura opositora, o PLRA.

O cenário estava estruturado de modo que uma vitória da oposição não era tão improvável quanto antes. A divisão dos colorados fez que uma reconciliação eleitoral parecesse difícil, ao mesmo tempo que Lino Oviedo conseguiu atrair colorados opositores à candidatura oficialista. Pedro Fadul conseguiu atrair o eleitorado mais vinculado às elites empresariais e às massas urbanas, fragmentando os votos nestes espaços (que concentravam uma grande parcela do eleitorado paraguaio). E havia a aliança entre Lugo e os liberais, que aglomerava a força tradicional do PLRA (segunda força política do Paraguai) com o elemento *outsider* de Lugo que lograva conquistar os votos do eleitorado que buscava uma alternativa ao predomínio colorado, ou mesmo uma alternativa aos políticos tradicionais (de dentro do sistema).

Conformou-se assim a aliança eleitoral que lançou Fernando Lugo como candidato a presidente e Federico Franco (PLRA) como candidato a vice: a Aliança Patriótica para a Mudança (*Alianza Patriótica para el Cambio – APC*), Lista 6. O objetivo era bem definido: mudança, alternância, acabar com a hegemonia colorada. E a campanha presidencial da Lista 6 centrou-se basicamente em duas questões: a mudança política no controle do Executivo, e uma mudança de projeto a ser implantado, com os preceitos de igualdade e justiça social.

Essas questões centrais que embasaram a campanha da Lista 6 podem ser observadas em alguns dos materiais de propaganda eleitoral que são apresentados na sequência.

Figura 6. Panfleto de campanha da Lista 6 em 2008



Fonte: <https://www.fernandolugo.org.py>

Figura 7. Panfleto de campanha da Lista 6 em 2008



Fonte: <https://www.fernandolugo.org.py>

Figura 8. Panfleto de campanha da Lista 6 em 2008



Fonte: <https://www.fernandolugo.org.py>

Na primeira figura observa-se a utilização do argumento da mudança, com o apelo à paixão futebolística de parcela importante da população paraguaia. Com a imagem de uma placa de substituição utilizada no futebol, mostra-se a entrada do “jogador 6” (representando a Lista 6, a APC) para substituir a saída do “jogador 1” (representando a Lista 1, a ANR). Também é usado o argumento de que a “torcida” (a população paraguaia) solicita essa alteração, para que a “equipe” (o Paraguai) possa seguir sua “partida” (uma sociedade estável e próspera).

Na segunda figura também se apresenta o argumento da mudança, mas postulando a necessidade de mobilização da população para demonstrar a demanda popular pela mudança política. Ademais, para justificar a demonstração pública do apoio à proposta de mudança (apresentada simbolicamente no panfleto com uma faixa alusiva à Lista 6 em uma janela) afirma-se que se aproxima um momento histórico, que seria justamente o momento de derrota da ANR e a eleição de um opositor, Fernando Lugo.

E na terceira figura o argumento da mudança aparece em segundo plano, pois o elemento central está na política inclusiva para “todos os paraguaios, sem exclusão”. O argumento apresentado no panfleto é que diferentemente da hegemonia colorada que privilegiou seus correligionários, a política do governo Lugo seria inclusiva e atuaria em prol de todo o Paraguai e não mais dos faccionalismos partidários.

Todos esses argumentos foram utilizados para legitimar e tentar manter a unidade em uma aliança eleitoral ampla e com poucos pontos de aproximação entre seus integrantes. É preciso lembrar que a APC teve apoio formal da direita, especialmente com o PLRA, da socialdemocracia com o PDP, PRF, PEN e PPS, e da esquerda com o PMAS, PCPS, PPT, PFA e do *Bloque Social y Popular* (BOURSCHEID, 2015; PANGRAZIO, 2008).

Apenas separando nestes três grandes blocos de apoio (direita, socialdemocracia e esquerda) já é um elemento suficiente para observar a dificuldade de se criar um projeto de governo com pautas convergentes. O elemento essencial que levou à aliança era a compreensão de que apenas uma aliança opositora, com a figura de liderança de Fernando Lugo, seria capaz de derrotar a ANR nas eleições. Bourscheid (2015: 58) apresenta duas facetas analíticas da APC: “*la posible (alianza con el sector progresista de la elite, manteniendo la hegemonía de esta con algunas concesiones a los dominados) y la deseable (un gobierno que empezase el establecimiento de un Estado progresista y promotor del cambio social en el Paraguay)*”.

Reformulando essa análise é possível posicionar as duas facetas da APC da seguinte forma: a faceta possível, com uma aliança da oposição ao coloradismo centrada em dois elementos, a força eleitoral do PLRA e a figura de liderança carismática *outsider* de Lugo, visando manter a estrutura de dominação – com a redistribuição de benefícios favorecendo mais os aliados liberais – e fornecendo alguns benefícios socioeconômicos aos dominados – desde que isso não prejudicasse os interesses da coalizão conservadora; e a faceta desejável, com um governo que permitisse a ascensão da coalizão alternativa ao poder, estabelecendo as bases para um projeto de justiça social com a redistribuição socioeconômica baseada em princípios de direitos e bens públicos administrados pelo Estado.

A plataforma eleitoral de campanha estava direcionada para a alteração da elite governante sem prever mudanças na estrutura do modelo de dominação, pois não estava propondo a mudança do modelo econômico, da estrutura econômico-social, apenas distinguindo sua forma de condução. “*Sería una solución para la crisis de representación basada en la reafirmación de la hegemonía, pero necesitando hacer con que las concesiones a*

los grupos contestatarios ofreciesen mínimamente respuestas a sus demandas, apaciguando sus ímpetus conflictivos” (BOURSCHEID, 2015: 58-59). O argumento da mudança centrava-se na vitória sobre os colorados, como se a alternância presidencial seria suficiente para construir um cenário favorável a todas as demais mudanças afirmadas pela campanha de Lugo.

Em sua atuação durante a campanha eleitoral, Lugo conseguiu se posicionar como o “candidato do consenso” que poderia negociar com os mais variados setores políticos e sociais, *“que iban desde los movimientos campesinos más radicalizados hacia Lino Oviedo, presentando un discurso de unidad cuyo eje central fue, como muchas veces en la historia del Paraguay, lograr erradicar el Partido Colorado del gobierno*” (SOLER, 2009: 112). Em última instância, Fernando Lugo teve que *“construir un discurso apoyado en preceptos universales y posibles de obtener legitimidad en los más diversos estratos sociales: repudió el hambre, la pobreza y la corrupción*” (SOLER, 2009: 112).

De tal modo, a campanha de Lugo baseou-se em dois tipos de propostas marcadamente ambíguas: *“de un lado, proponía al electorado oligárquico la manutención de su dominio en la esfera económica, perpetuando el modelo primario-exportador, concomitante con la renovación de su dominio en la esfera política, cambiando la hegemonía colorada por otra progresista, aliada a los liberales*” (BOURSCHEID, 2015: 60), visando a supeção dos temores de um governo anti-oligárquico; e *“del otro lado, proponía al electorado campesino algunas alteraciones en camino a la reforma agraria y al apaciguamiento de las asimetrías sociales, teniendo en la alianza con los liberales la forma más adecuada de alcanzarse el poder nacional*” (BOURSCHEID, 2015: 60), para manter o apoio das massas camponesas demonstrando que o governo estava interessado em dar alguma resposta às suas demandas.

Basicamente, por ser a figura do consenso, Lugo teve que firmar compromissos superficiais com suas duas bases de apoio: a oligarquia opositora aos colorados (e a conseqüente massa de correligionários liberais) e as massas camponesas do interior. Mas essa ambigüidade, dualidade de propostas e sua superficialidade se constituirão em debilidades e elementos de desestabilização do posterior governo.

O resultado das eleições de abril de 2008 realizou a expectativa de alternância e de rompimento da liderança colorada no processo de democratização. Com 766.502 votos (40,9% dos votos totais) a Lista 6 vence as eleições, superando os 573.995 votos da ANR (30,63%) e os 411.034 votos do UNACE (21,93%). O grande objetivo da incursão de Fernando Lugo na política paraguaia e sua aliança com os liberais havia sido cumprido. Contudo, as profundas

diferenças existentes entre os aliados eleitorais, além da característica momentânea da aliança – fundamentalmente visando vencer as eleições presidenciais de 2008 –, fizeram que a construção de um governo que pudesse empreender mudanças no modelo de gestão do aparato estatal fosse um desafio constante nos anos seguintes.

Os grupos de sustentação do governo representavam parcelas das duas coalizões de poder que marcaram a democratização paraguaia. O grupo mais próximo de Lugo estava vinculado com a coalizão alternativa, com representantes de partidos de esquerda e centro-esquerda, movimentos da sociedade civil e sindicalistas que buscavam implementar políticas públicas que respondessem demandas sociais da população. Por outro lado, o grupo que possibilitava a governabilidade ao executivo – principalmente como base de manutenção parlamentar – estava vinculado à coalizão conservadora, centrado no PLRA, buscando manter o apoio e a confiança das elites no governo.

Considerando-se as pautas centrais que mobilizaram o governo Lugo são elencadas algumas que se tornaram prioritárias: saúde pública gratuita e universal; instalar as bases para um processo de reforma agrária; soberania energética e renegociação da compensação pela venda da energia de Itaipu ao Brasil; políticas públicas para criar direitos aos grupos mais vulneráveis da sociedade, em uma perspectiva de justiça social com propostas de compensação econômica. Eram as principais pautas da coalizão alternativa presentes na campanha eleitoral, visando o eleitorado que buscava uma mudança nas políticas prioritárias do governo.

Examinando o documento de avaliação da gestão governamental de Lugo (FRENTE GUASU, 2013b) é possível apreciar quais foram as ações consideradas mais relevantes e prioritárias durante o governo, que darão base para a retórica da FG como uma proposta alternativa ao cenário político nacional da democratização. São cinco eixos de atuação governamental: transformação do aparato estatal; a economia; a ressignificação do papel internacional; o desenvolvimento social e humano; e os direitos culturais.

No primeiro eixo, destacam-se as ações de profissionalização do serviço público (como a tentativa de institucionalização do concurso público como modelo de acesso ao serviço público, visando romper com o clientelismo e patrimonialismo que marcavam as administrações coloradas), transparência da gestão pública (também visando o rompimento com o clientelismo e o patrimonialismo, e a corrupção que foi uma das críticas centrais da campanha) e a participação e inclusão na gestão pública (respondendo a proposta de governar para todos, sem distinção) (FRENTE GUASU, 2013b).

No segundo eixo encontram-se os principais pontos de divergência no interior do governo, destacando-se: um modelo de crescimento econômico inclusivo e sustentável, coordenando políticas sociais com o avanço da economia e preocupando-se com o seu impacto ambiental; um modelo produtivo que desenvolva a infraestrutura e utilize um impulso energético, desenvolvendo e promovendo a agricultura familiar com a proposta de uma reforma agrária inclusiva; e uma reforma fiscal, com um aumento da carga tributária para financiar a ampliação dos gastos sociais do governo, baseada em duas propostas centrais, a institucionalização do imposto de renda pessoal e do imposto sobre a agroexportação (IMAGRO) (FRENTE GUASU, 2013b). Esta era a pauta da coalizão alternativa que compunha o governo, enquanto a gestão da política macroeconômica visava a manutenção de políticas adotadas no governo anterior (para manter o apoio da coalizão conservadora).

Quanto ao terceiro eixo, aproveitando-se da solidariedade de outros governos sul-americanos (como de Lula no Brasil, Cristina Kirchner na Argentina, Frente Ampla no Uruguai, Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela) o governo Lugo buscava implementar uma nova visão sobre a diplomacia, fundada em: recuperação da soberania energética, especialmente em relação ao Brasil; soberania territorial; inserção nos novos projetos de integração regional e sub-regional (como a União de Nações Sul-Americanas - UNASUL e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC), além de reposicionar o Paraguai no MERCOSUL (FRENTE GUASU, 2013b).

O quarto eixo de políticas do governo Lugo é o que buscou institucionalizar e implantar as políticas sociais em uma perspectiva de direitos cidadãos, por exemplo: organização e articulação das políticas públicas sociais; multiplicação do alcance da proteção social aos setores mais vulneráveis, com programas como *Tekoporã* (Viver bem), Programa Abraço, Programa de Atenção Integral às Crianças e Adolescentes que vivem na rua (PAINAC) e Programa de Proteção à Primeira Infância; saúde pública gratuita e universal; extensão da cobertura da previdência pública; educação como um bem público, facilitando o acesso aos materiais escolares e nutrição; direito de acesso à habitação digna; construção da cidadania e da diversidade, inclusão e participação dos grupos vulneráveis (FRENTE GUASU, 2013b).

E o quinto eixo centra-se na construção de uma institucionalidade cultural, com programas governamentais que promovam as atividades culturais de forma participativa e inclusiva, além de promover a preservação do patrimônio cultural e sua inserção nos processos de inovação e desenvolvimento. Outro elemento importante nas políticas culturais do governo

era a descentralização da gestão cultural, promovendo a diversidade de manifestação em conjunto com a participação cidadã no processo (FRENTE GUASU, 2013b).

Contudo, as propostas foram implementadas em ritmos e profundidade variável, dependendo do interesse das coalizões de poder envolvidas em cada processo de tomada de decisão. A implementação das propostas dependia da correlação de forças que delimitava o interesse e a capacidade do governo em apoiar demandas das elites ou das massas. Essa foi uma característica fundamental da gestão de governo de Fernando Lugo: a dualidade entre mobilização social e política para promover os interesses da coalizão alternativa, ou a preservação do governo com a promoção dos interesses da coalizão conservadora.

A vitória eleitoral conquistada em 20 de abril de 2008 representou apenas um passo inicial na busca pela alteração do padrão de dominação do Paraguai. Rompia-se com o histórico predomínio colorado de 61 anos, ao mesmo tempo, os limites impostos ao governo Lugo logo seriam demonstrados, basicamente sendo constrangido pelo jogo de interesses entre a oligarquia latifundiária e os camponeses (BOURSCHEID, 2015).

Um primeiro momento de tensões na tentativa de alteração do padrão de gestão governamental com um projeto vinculado à perspectiva de justiça social a partir de políticas sociais ocorreu no início do governo, entre agosto de 2008 e junho de 2009, relacionando-se com as relações de produção agrárias e a correlação de forças parlamentares. As aspirações de mudanças sociais e políticas no Paraguai defrontaram-se com a debilidade do governo Lugo diante da coalizão conservadora.

Quando o núcleo do governo vinculado à coalizão alternativa buscou ensaiar políticas mais progressistas, tanto na formação do ministério e conformação da mesa diretora do Senado, preterindo os liberais, quanto na reformulação dos órgãos de gestão da reforma agrária, isso gerou um afastamento dos grupos vinculados à coalizão conservadora, principalmente do PLRA, fomentando uma indisposição entre as principais lideranças do governo aliancista.

Os liberais esperavam conquistar mais espaços de poder buscando quase controlar a base ministerial do governo, devido ao aporte eleitoral feito à aliança. Lugo sabia que não poderia atender todas as demandas dos dois grupos (seus aliados políticos da esquerda e os liberais), e acabou dividindo o ministério do governo de modo que as pastas mais vinculadas às questões sociais estivessem controladas pelos grupos de esquerda, enquanto as pastas vinculadas à economia e infraestrutura fossem direcionadas aos aliados liberais. Contudo, tal

opção desagradou os liberais, principalmente pela opção de um ministro do interior (responsável pelas questões da segurança pública) ligado aos grupos progressistas: Rafael Filizzola (embora não fosse adepto dos projetos de esquerda e sim à socialdemocracia – era o então presidente do PDP).

No tocante à questão da reforma agrária, Lugo buscou alterar a institucionalidade do processo modificando a instituição responsável pelos assuntos da reforma agrária criada no governo prévio (em 2004): o *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT). Embora a pasta da agricultura e pecuária estivesse controlada pelos liberais, com Cándido Vera Bejarano, a alteração do INDERT visando uma nova política de reforma agrária desagradou os liberais e a base de apoio do governo dentro da oligarquia latifundiária. Como resposta o governo prontamente compreendeu os limites de ação na questão agrária, estancando o projeto de mudança para manter o apoio da elite remanescente (BRÍTEZ e CABALLERO, 2010). Não obstante, isso deu um sinal negativo aos camponeses que se sentiram preteridos pelo governo.

Além dos desentendimentos nas duas questões analisadas acima, a crise parlamentar desatou o rompimento dos liberais com a aliança, enfraquecendo a base de apoio de Lugo. A reformulação da mesa diretiva do congresso teve resultados diferentes nas duas casas: no Senado o presidente era Miguel Carrizosa (PPQ), o 1º vice-presidente era Martín Chiola (ANR) e o 2º vice-presidente era Sixto Pereira (*Tekojoja*); e na Câmara de Deputados o presidente era Enrique Buzarquis (PLRA), o 1º vice-presidente era César Ariel Oviedo (UNACE) e o 2º vice-presidente era Juan Antonio Pintos (PLRA).

A conformação da mesa diretora do Senado resultou de uma aliança que excluiu PLRA e UNACE, com certa ingerência dos aliados de Lugo, enquanto a conformação da mesa diretora da Câmara de Deputados foi uma resposta conjunta do PLRA e UNACE. Como resultado dessa correlação de forças, o PLRA abandonou a aliança com Lugo – a APC – em junho de 2009. O suporte parlamentar ao governo se enfraqueceu substancialmente, dificultando as relações entre executivo e legislativo que já eram instáveis desde o início do governo.

O governo adotou uma postura que corroborou a figura de liderança de Lugo, do modo como emergiu antes das eleições de 2008: a figura do consenso, da mediação, da reconciliação dos distintos grupos sociais e políticos. Para Bourscheid (2015), essa tentativa de posicionamento acima e fora dos conflitos sociopolíticos representou um modo de implementação do conceito de cesarismo de Gramsci (1999), onde a liderança posiciona-se como o árbitro do conflito sociopolítico quando nenhum dos grupos possui a capacidade de

superar o adversário. No caso paraguaio do período entre 2008 e 2012 é possível observar que não havia um equilíbrio na correlação de forças entre oligarquia latifundiária e camponeses, mas sim uma incapacidade de ambos os grupos em dominar a estrutura governamental, isto é, a oligarquia latifundiária já não conseguia manter seu predomínio com base nos políticos dos partidos tradicionais, necessitavam de um “novo rosto” que favorecesse a manutenção do seu predomínio econômico e, por outro lado, os camponeses não conseguiam lançar uma candidatura própria que representasse suas demandas e que alterasse o modelo econômico-social predominante.

Os camponeses e os movimentos sociais urbanos depararam-se com um dilema: mobilizar-se e seguir pressionando a estrutura governamental para oferecer respostas às suas demandas, ou esperar que o governo Lugo negociasse alguma solução dentro da estrutura governamental, em suma, esperar e preservar o governo ou mobilizar e pressionar o governo. Esse dilema era fomentado pela postura de moderação e consenso de Lugo, pois a proposta progressista do governo se limitava ao institucionalismo democrático, considerando que era impossível romper com tais estruturas no momento, sendo possível promover as mudanças necessárias institucionalmente. Isso difundia nos movimentos sociais a retórica que fomentava a inércia, era preciso esperar que o governo conquistasse institucionalmente respostas às demandas, não se preocupando com um projeto de alteração da estrutura institucional para alterar as questões prioritárias nas quais o governo deveria centrar a aplicação de seus recursos.

Embora o governo Lugo tivesse um plano de reestruturação da institucionalidade (como pode ser observado nos cinco eixos prioritários da gestão), o problema residia na correlação de forças do governo que delimitava as possibilidades de aplicação das mudanças institucionais: o orçamento para essa institucionalidade modificada estava condicionado pelos ministérios dominados pela coalizão conservadora (especialmente pelo PLRA) e dependiam da aprovação parlamentar (com as duas casas dominadas pelos partidos tradicionais).

Um evento que conseguiu gerar alguma legitimidade para o governo Lugo foi a assinatura do acordo de 25 de julho de 2009 com o Brasil, visando afirmar a soberania energética paraguaia. Com o acordo o Paraguai ficava soberano para “*exportar libremente sus excedentes hidroeléctricos, ante lo cual el Brasil aceptó que tales excedentes puedan ser exportados, en conjunto con el Brasil, desde el año 2023*” (CANESE, 2016: 62). Com a possibilidade de exportação da energia para terceiros países, isso pressionou o Brasil a aplicar compensações a preços de mercado pela energia paraguaia, aumentando o retorno financeiro

da produção hidrelétrica paraguaia em Itaipu (a energia elétrica era o principal produto de exportação do Paraguai segundo a CEPALSTAT até o ano de 2017 e contribuiu para manter o caráter primário-exportador da economia paraguaia, como observado nos capítulos anteriores).

Embora alguns setores internos fossem críticos ao acordo, considerando que era apenas uma compensação momentânea pela energia, não investindo em uma reestruturação energética do Paraguai para otimizar a sua utilização no mercado interno (como o liberal BALMELLI, 2011), o recebimento interno do acordo foi positivo. Como esta era uma proposta de campanha, além de fomentar a retórica autonomista da diplomacia, foi um evento importante para lograr algum reconhecimento positivo do governo, inclusive adotando uma retórica nacionalista de superação da submissão aos interesses brasileiros que havia marcado as relações bilaterais no caso de Itaipu desde a sua construção (CANESE, 2016). Este foi um dos principais logros do governo em seu início, ante as dificuldades para manter sua governabilidade perante a disputa no legislativo e a permanência das relações tensas entre latifundiários e camponeses.

Contudo, essa situação de inércia se alterou na medida que o governo manteve a postura de mediação e consenso, mas a oligarquia latifundiária permaneceu com a postura de pressionar o governo por manter a segurança jurídica para sua atividade econômica. Essa postura corrobora o círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007), é preciso manter a percepção de segurança e confiança das elites econômicas no governo para que sigam mantendo o nível da atividade econômica. Alguns setores camponeses começaram a impacientar-se com as promessas não cumpridas de Lugo sobre a reforma agrária, bem como com a passividade e conivência do governo com os latifundiários. Tanto os camponeses quanto a oligarquia latifundiária esperavam neste momento uma postura assertiva de Lugo, que por sua vez mantinha a postura de inércia para que a solução se resolvesse de forma consensual e mediada. Os movimentos camponeses, que desde o início da democratização eram o setor de pressão mais dinâmico da sociedade civil, voltaram a agir e a escalada das tensões sociais e políticas evidenciou que o dilema de atuação do governo Lugo foi determinante para sua derrocada.

Se durante o período entre 2008 e 2011 o governo Lugo conseguiu manter-se com a retórica do consenso e da mediação, desfrutando de uma ilusória calma em relação às mobilizações sociais, do ponto de vista das relações políticas no interior da aliança a situação era muito mais problemática e dinâmica. As diferenças surgidas na renovação da composição da mesa diretora do Senado e da Câmara de Deputados fizeram que o PLRA deixasse a aliança e passasse a constituir um espaço de possível oposição ao governo (ainda que mantivesse seus

ministérios). Os alinhamentos do governo com alguns setores dos partidos tradicionais no Congresso fizeram que os partidos de esquerda também deixassem a aliança e passassem a pensar em uma alternativa própria para as eleições municipais de 2010. O *Partido Popular Tekojoja* (PPT) e o *Partido del Movimiento al Socialismo* (PMAS) deixam a APC em 2009 para formar o *Espacio Unitario - Congreso Popular* (EUCP). As alianças para as eleições de 2010 também levaram a um outro rompimento com a APC por parte do PDP, que ainda manteve o ministério do interior com Rafael Filizzola até agosto de 2011, quando foi substituído por Carlos Filizzola (senador pelo PPS, que viria a compor a FG).

Neste sentido, a conformação dos grupos políticos vinculados ao governo se alterou em 2010. O PLRA e o PDP passaram a atuar de forma unilateral na política paraguaia, buscando alianças conjunturais para a composição de maiorias favoráveis aos seus interesses. A APC começou o ano de 2010 buscando uma reconfiguração, com uma identificação mais voltada aos setores da esquerda e centro-esquerda, já que os partidos mais vinculados à coalizão conservadora haviam abandonado a aliança. Por outro lado, parte da esquerda havia criado o EUCP em 2009 (conformado pelo PPT, *Partido Comunista Paraguayo*, *Partido Convergencia Popular Socialista*, *Partido del Movimiento Patriótico y Popular*, PMAS, *Frente Social y Popular* e *Frente Patriótico Popular*), ao mesmo tempo que o governo Lugo ainda não possuía uma estrutura partidária própria que o representasse (salientando-se aqui que Fernando Lugo não era filiado a nenhum partido).

As tratativas dos grupos vinculados com a esquerda para a criação de uma nova aliança eleitoral começaram em 7 de novembro de 2009, quando se realizou uma “Plenária Nacional de Dirigentes de Forças Progressistas” e discutiu-se a necessidade de união da APC e do EUCP para as eleições de 2010. Além disso, discutiram-se alguns pontos de convergência nas aspirações de projetos governamentais como a reforma agrária e a soberania energética.

Em 20 de janeiro de 2010 foi assinada uma carta de intenções entre os dirigentes da APC e do EUCP, “*donde afirmaban que buscarían la unidad de los sectores progresistas para profundizar los cambios democráticos que se dieron en el Paraguay a partir de las elecciones de 20 de abril de 2008*” (FRENTE GUASU, 2018). Em fevereiro de 2010 as *Fuerzas Democráticas y Progresistas*, logo renomeada para *Frente Democrático Progresista* (FDP), buscaram a oficialização da aliança eleitoral junto ao TSJE. A apresentação oficial da concertação de esquerda mudou seu nome para *Concertación Nacional Frente Guasu* (FG),

sendo lançada oficialmente em 20 de março de 2010 e com a carta oficial de criação sendo assinada em 27 de março de 2010 (FRENTE GUASU, 2018).

As eleições de 2010 mostraram que a união dos partidos de esquerda poderia ser utilizada para aumentar sua relevância na estrutura governamental, aumentando o número de prefeitos e vereadores (*intendentes* e *concejales*) como será visto na próxima seção do capítulo. Mas neste momento cabe apontar que a FG serviu como uma base institucionalizada de apoio ao governo, embora o governo possuísse sua base de apoio fundamentalmente no poder executivo, enquanto a base parlamentar era fragmentada e insuficiente para manter a governabilidade.

O cenário entre 2010 e 2012 apresenta as seguintes características: o governo mantinha sua legitimidade diante da oligarquia latifundiária, principalmente com resultados de crescimento econômico suficientes para legitimar sua política econômica – ainda que sofrendo as pressões da crise internacional; a mobilização dos camponeses todavia não alcançava uma grande proporção, graças à confiança ainda depositada em Lugo (ABC COLOR, 2010); a aliança política de suporte para o governo se alterou da APC com uma base em distintos grupos das coalizões de poder (conservadora e alternativa) para a FG com uma base de esquerda e centro-esquerda – mas a representação parlamentar do apoio ao governo havia reduzido consideravelmente (BOZZOLASCO, 2013).

Entre 2008 e 2012 o governo sofreu com a recorrente hipótese de deposição por meio do juízo político (BOURSCHEID, 2015 e GAIO, 2012), mas não se formava a maioria parlamentar necessária para que o pedido fosse acolhido na Câmara de Deputados (maioria de dois terços) – como estipulado no Artigo 225 da Constituição de 1992.

O cenário sofreu uma profunda alteração em 2012 quando no primeiro semestre do ano ocorreram dois fenômenos que determinaram o ponto de virada para o governo Lugo e uma mudança no próprio caráter do regime democrático paraguaio. Utilizando os conceitos de cesarismo (GRAMSCI, 1999) e de caudilhismo, com a sua nova configuração (GOLDMAN e SALVATORE, 1998), é possível observar a conivência e passividade do governo Lugo ante os desafios postos pelo conflito fundiário entre janeiro e junho de 2012, abrindo o espaço para a sua supressão por parte da coalizão conservadora. É uma análise que prioriza a observação das relações do presidente com o restante do poder executivo, com o legislativo, o judiciário, e especialmente com os grupos em conflito, examinando a (in) capacidade e os equívocos

cometidos nas ações do presidente, influenciando no seu isolamento diante da sociedade política e da maioria da sociedade civil, o que contribuiu para a sua deposição.

Apreciando a relação entre estrutura econômico-social, cultura política e modelo de dominação que buscou ser estabelecida no primeiro capítulo, é possível observar como Lugo afastou-se das expectativas do modelo paraguaio. Partindo dos aportes do modelo circular do sistema político (EASTON, 1965) e da avaliação do desempenho governamental (PUTNAM, 1996), o governo deveria acolher parte das demandas apresentadas pelos grupos de pressão (*inputs*) visando legitimar sua atuação e manter estavelmente a sua dominação (o suporte da população). Considerando os apontamentos de Gramsci (1999) sobre a hegemonia e o padrão de cultura política observado no Paraguai (autoritária e não democrática, segundo ALCALÁ, 2007 e GOIRIS, 2004), a disputa de demandas na sociedade (entre latifundiários e camponeses) deveria ser apreciada pelo governo na medida da correlação de forças, com a permanência da preponderância dos setores conservadores (ou seja, o cenário ainda era mais favorável à oligarquia latifundiária, dificultando as manobras em prol dos camponeses).

Além disso, vale a pena lembrar da influência que estes fatores têm no círculo vicioso da instabilidade política (MENDONÇA, 2007), sendo que as ações do governo ficariam inseridas na dualidade entre a solução dos conflitos sociais ou a manutenção da segurança jurídica, onde a segurança jurídica e dos direitos de propriedade incentivam o investimento (nacional e estrangeiro) que fomenta a atividade econômica e pode ser utilizado pelo governo para reverter o quadro de conflitos sociais com o reinvestimento em políticas públicas.

A dificuldade enfrentada por Lugo foi justamente a sua incapacidade de permanecer como grande árbitro (cesarismo) ou como homem forte da política (caudilhismo), fornecendo uma resposta personalizada ao conflito, mesmo que retoricamente, pois era vista uma crise de confiança onde ambos os grupos não confiavam mais em Lugo para solucionar o impasse. A solução personalizada faz parte da cultura política paraguaia, desconfiada da institucionalidade democrática e que procura soluções rápidas às demandas que o regime político não consegue acolher e responder. A retórica de Lugo continuava baseada no consenso (obstaculizado no momento de crise) e sua atuação entrou no campo do imobilismo, diametralmente oposto a dinâmica do conflito pela terra.

A alteração do quadro foi influenciada por dois fatores de pressão sobre o governo: os fatores estruturais, vinculados ao modelo político-econômico paraguaio e as demandas dos grupos vinculados à coalizão conservadora em relação ao governo; e os fatores conjunturais,

relacionados com os eventos do primeiro semestre de 2012 e que o governo não conseguiu controlar e responder minimamente as demandas dos grupos em conflito, não logrando manter a retórica do consenso como estabilizador das tensões sociais.

Embora o governo Lugo demonstrasse desde o início que não conseguiria romper com o Estado oligárquico, atuando como um agente perpetuador da dominação dos latifundiários sobre os camponeses, bem como mantendo as bases do modelo econômico primário-exportador, a retórica da mudança social e da possibilidade de utilizar parte dos recursos extraídos pelo modelo para reduzir as assimetrias sociais (através do Estado) continuava sendo o centro do projeto de governo de Lugo. A grande diferença no cenário foi a mudança da postura dos camponeses, que começavam a romper com sua inércia e passavam a pressionar o governo por alguma solução para suas demandas. Os camponeses passaram a pressionar o sistema político por ações que conseguissem responder seus interesses, para então permanecer com o seu suporte ao sistema (como apreciado a partir do modelo analítico de EASTON, 1965). A crença de que o governo poderia responder essas demandas, depois da saída do PLRA da APC (em 2009), com uma reorientação da política agrária, paulatinamente se converteu em uma agitação camponesa e em ameaças conflituosas que o governo não pôde controlar (BOURSCHEID, 2015 e BOZZOLASCO, 2013).

A dificuldade para Lugo estava no sofisma de seu projeto para as relações de produção agrárias: a retórica era de mudança e priorização dos camponeses, mas a atuação atrelava-se à necessidade de apoio da oligarquia latifundiária (ou ao menos não confrontar com ela). Lugo estava condicionado pela legitimidade do governo ante a oligarquia latifundiária, devido a concentração de recursos em posse dos latifundiários. Para romper com o círculo vicioso da instabilidade política (MENDONÇA, 2007) era necessário manter o investimento das oligarquias que seria fomentado pela confiança no governo. Por outro lado, também era preciso manter a legitimidade ante os camponeses com a permanência da confiança nas possibilidades de transformações estruturais sociais e econômicas, respondendo ao menos retoricamente as suas demandas e assim mantendo a liderança governamental. A oligarquia latifundiária demandava, por sua parte, que o governo mantivesse a liderança sobre os camponeses de modo que isso contivesse a sua mobilização e obstaculizasse a possibilidade de eclosão de um conflito agrário, além de manter a segurança jurídica para sua atividade econômica.

Como observado na análise teórico-conceitual do primeiro capítulo e na apresentação das esferas do estudo no contexto paraguaio durante o segundo capítulo, um fenômeno

recorrente na história e na cultura política paraguaia é a busca por um líder moderador, capaz de articular os interesses divergentes dos grupos que lutam pelo controle do poder nacional, um tipo de cesarismo (GRAMSCI, 1999) ou de caudilhismo (GOLDMAN e SALVATORE, 1998). É uma figura política baseada no personalismo, no messianismo (especialmente no caso de Lugo, por sua liderança religiosa), um “grande árbitro” capaz de conciliar as tensões e conflitos nacionais criando assim a visão de uma grande personalidade heroica, um “homem forte da política”, o único capaz de solucionar o impasse posicionando-se com a retórica de solução das controvérsias entre os grupos em disputa e colocando-se acima dos interesses dos grupos.

Segundo Pozas (2009: 25), Fernando Lugo e a aliança vitoriosa nas eleições de 2008 funcionavam “*como una especie de bonapartismo y cesarismo momentáneo que permite que la oposición de la derecha y de la izquierda confluyan en un objetivo común*”, quer dizer, a alternância do grupo dirigente do poder executivo nacional. Todavia, Gramsci (1999) ressalta que a figura do cesarismo é fundamental para manter o modelo de dominação, conciliando os interesses divergentes das elites e possibilitando o seu consenso em relação aos rumos do projeto de dominação. No caso paraguaio a busca pelo grande árbitro no período democrático tem sido intensificada, pois a democracia representou a instalação de uma lógica competitiva entre as elites, com os presidentes sendo representantes de determinados setores das elites e funcionais para beneficiar esses setores (BOZZOLASCO, 2009). O cesarismo seria a forma de dirimir as tensões entre elites e manter a conformação do modelo de dominação.

Porém, é no conceito de caudilhismo (GOLDMAN e SALVATORE, 1998) que pode ser encontrado um interessante subsídio analítico para o caso paraguaio. Embora os presidentes representem os interesses de determinados grupos políticos, sociais e econômicos, eles devem atuar com a retórica dos moderadores, geradores do consenso entre os grupos e defensores dos interesses nacionais. A retórica da unidade serve justamente ao apaziguamento das tensões entre os grupos, mas é suficiente apenas enquanto o líder caudilho seja reconhecido como o “homem forte da política” e consiga articular os interesses em disputa dentro de uma ampla coalizão.

Em síntese, existem dissensos dentro das elites governantes, dentro dos partidos tradicionais, e entre as elites e os subordinados no modelo de dominação, fazendo que haja a necessidade histórica de uma figura essencial para a permanência da dominação política tradicional, o grande árbitro (GRAMSCI, 1999) ou, mais especificamente para o caso paraguaio, o caudilho personalista (GOLDMAN e SALVATORE, 1998). A oligarquia paraguaia busca encontrar um líder que possibilite adequar os interesses divergentes da coalizão

conservadora em uma proposta unificada, além de conseguir o consenso das classes subordinadas em torno de sua figura política de autoridade: o caudilho personalista.

Lugo não apreciou de modo suficientemente adequado o potencial dos movimentos camponeses como contestadores da ordem hegemônica oligárquica, com sua espontaneidade e força de mobilização: os movimentos camponeses foram, desde o início da transição democrática, o setor mais dinâmico da sociedade civil – como pode ser observado a partir dos eventos e fenômenos analisados desde o início deste capítulo. Este fenômeno se deu pelo isolamento do governo em relação aos movimentos da sociedade civil, adentrando no institucionalismo burocrático, no conformismo quanto às possibilidades de cisão com a coalizão conservadora predominante, transformando uma experiência com potencial de mudanças no caráter do Estado (a APC) em um grupo de representantes de propostas alternativas subordinados a uma liderança caudilha. Ocorre o que Gramsci (2000: 195) chamou de “mumificação” da organização política ante a articulação da sociedade, não conseguindo representar e atender as demandas da sociedade civil, dos grupos de interesse, encontrando na burocracia a força consuetudinária e conservadora. De tal modo, nos momentos de crise aguda a organização se converte em anacrônica, com um vazio de conteúdo social fazendo parecer estar “*apoyada en el aire*” (GRAMSCI, 2000: 195).

É possível situar a atitude de Lugo de imobilismo diante da crescente mobilização camponesa, aprofundando as tensões no campo, como a necessidade de integrar as demandas da sociedade civil em um Estado ampliado (como se observa nos apontamentos gramscianos), visando manter uma avaliação positiva das classes subordinadas sobre a gestão governamental (como no modelo de PUTNAM, 1996), para manter o suporte da população ao sistema político (como no modelo de EASTON, 1965). Isso é importante para a manutenção da estabilidade nas relações políticas que favoreça a coalizão conservadora na sua realização da extração de recursos (como no modelo de MENDONÇA, 2007).

É criada então uma falsa sensação de estabilidade pois parcela considerável das lideranças dos movimentos camponeses seguiu apoiando Lugo, entre 2008 e 2011, enquanto amplos setores da oligarquia latifundiária ainda não apontavam claramente para o rompimento com Lugo, já que ainda não tinham sofrido nenhum duro golpe contra os seus interesses (BOZZOLASCO, 2013). É confirmada assim uma situação na qual o equilíbrio de forças fundamentais da sociedade gera um impasse para o grande árbitro, para o líder caudilho, necessitando posicionar-se quanto ao grupo social que representa, ficando entre as forças

progressistas e conservadoras, ao mesmo tempo que sua imobilidade deriva na acentuação da situação conflituosa inerente ao cenário de impasse, expressando-se em “*una situación en la cual las fuerzas en pugna se equilibran de modo catastrófico*” (GRAMSCI, 1999: 149).

Ao examinar-se o caso paraguaio prévio à deposição de Lugo não se observa, de fato, um “equilíbrio catastrófico” das forças em disputa, mas sim uma alteração na situação de consenso que possibilitava a estabilização do modelo de dominação. Os camponeses alteraram sua postura, alterando o consenso previamente existente (de não se mobilizar para preservar o governo). Isso guarda relação com o modelo de Easton (1965), pois as mudanças que ocorrem no ambiente econômico-social acabam pressionando o sistema político por adaptações que consigam incorporar os *inputs* da população, visando manter o suporte desta ao sistema.

A permanência do imobilismo governamental diante da alteração do quadro consensual apenas aprofundou a crise do consenso personalista. O imobilismo representaria a falta de capacidade para a liderança política do caudilho personalista, além de ser um método de ação política que apenas aprofundaria a crise de representação do sistema, pois não consegue responder as demandas da sociedade, tanto da oligarquia latifundiária quanto dos camponeses.

Com isso, no caso paraguaio a crise de liderança no modelo de dominação remete à incapacidade das forças políticas predominantes para controlar as mobilizações das massas populares, estabilizando o círculo vicioso de instabilidade política (MENDONÇA, 2007). Neste sentido, a frágil hegemonia mantida no período democrático foi desestabilizada com a ascensão do movimento camponês no contexto político paraguaio, que com as suas mobilizações recorrentes e crescentes pela resolução das suas demandas mais urgentes (como o início de um projeto de reforma agrária e o acesso ao financiamento e crédito para a produção), junto com a incapacidade dos governos para responder essas demandas, são um exemplo de crise no modelo de dominação, tal qual analisado teórica e conceitualmente no primeiro capítulo.

Não era esperado que movimentos isolados promovidos por líderes desvinculados do governo Lugo e das principais organizações camponesas conseguissem reunir os camponeses fartos da espera sem apontamentos visíveis de alteração do quadro socioeconômico e que desestabilizassem o governo de modo irreversível. E foram estes movimentos aliados com a estrutura política “mumificada” de Lugo, com o imobilismo ante o conflito crescente no campo, que culminaram no massacre de Curuguaty e na posterior deposição de Lugo através do juízo político. Na sequência são analisados os fenômenos relativos ao conflito agrário do primeiro semestre de 2012, elencados como fatores conjunturais para a derrocada do governo Lugo.

Toda a estabilidade superficial do governo Lugo se viu ameaçada no início de 2012, quando um fato inicialmente isolado e sem grandes projeções ganhou notoriedade e aglomerou milhares de camponeses, “*evidenciando todas las debilidades de la legitimidad de los gobiernos paraguayos ante la masa campesina expulsada de sus tierras y los problemas históricos de extranjerización del campo paraguayo, teniendo en el inmovilismo de Lugo un factor fomentador de inúmeras críticas personales y al gobierno*” (BOURSCHEID, 2015: 67). A questão central residia na dificuldade do governo em conseguir apontar qualquer resposta à pressão camponesa, esperando que os ânimos se acalmassem com o imobilismo para que a postura dos camponeses se tornasse menos afirmativa e fosse possibilitada uma negociação com a oligarquia latifundiária.

Um grupo de camponeses denominados *carperos*⁴⁹ e liderados por Victoriano López se aglomeraram na região de Ñacunday (no Departamento de Alto Paraná, fronteira com o Brasil e a Argentina) em janeiro de 2012 com o pretexto de ocupar e reivindicar terras que haviam sido adquiridas de forma irregular durante a ditadura stronista, exigindo a desapropriação das terras para a reforma agrária. Os proprietários brasileiros estabelecidos na região não retrocederam diante das demandas dos *carperos*, e invocaram a proteção estatal da propriedade privada daquelas terras, alegando serem os proprietários e estarem efetivamente produzindo e colaborando com o crescimento econômico nacional (ULTIMA HORA, 2012b).

Este cenário se insere no modelo do círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007), pois o problema fundiário gera tensões e conflitos sociais, criando o impasse entre as demandas dos camponeses e dos proprietários estrangeiros, sendo que os proprietários estrangeiros demandam a proteção estatal sobre a propriedade, utilizando o argumento de que sua atividade econômica possibilita a dinamização de toda a economia nacional. Para manter seu investimento, bem como a confiança externa para investir no Paraguai, seria necessário que o governo demonstrasse estabilidade jurídica e proteção governamental sobre o capital investido no país, segurança jurídica para a extração de recursos.

Tal impasse conflituoso já havia sido apresentado e analisado no estudo sobre o processo de estrangeirização do território paraguaio de Glauser (2009), caracterizando o fenômeno como uma “guerra por espaço” tendo a sua principal representação no conflito agrário entre os colonos estrangeiros (fundamentalmente brasileiros) e os camponeses.

⁴⁹ Pois se acamparam em barracas de lona, chamadas de *carpas*.

Gradualmente foram se somando adeptos à mobilização vindos das mais diversas regiões do país, observando no movimento camponês de Ñacunday a possibilidade de tornar visível diante do governo nacional e da imprensa (nacional e estrangeira) a incapacidade do regime democrático paraguaio para solucionar a problemática da concentração de terras (BOURSCHEID, 2015). Este era o perfil das novas mobilizações camponesas, segundo Mora (2006), com a observação de que “*las acciones de tipo colectivas, que en un primer momento eran aisladas entre sí, en los últimos tiempos se generalizaron y se coordinaron, abarcando todo el país, envolviendo la mayoría de las organizaciones campesinas y sociales*” (MORA, 2006: 348). Contrariamente à análise do autor, é possível afirmar que embora a mobilização dos *carperos* de Ñacunday tenha conseguido apoio e participação de camponeses de várias regiões do país, ainda era uma mobilização pontual preocupada fundamentalmente com as terras reivindicadas em questão e não em uma política de reforma agrária mais geral. O modelo de mobilização pontual por demandas específicas (com uma consciência econômico-corporativa, de acordo com a análise gramsciana) ainda predominava.

Diante dos impasses nas negociações com Victoriano López obstaculizando qualquer acordo (atuando como um líder caudilho do movimento), junto com a intensificação das tensões que evidenciou a possibilidade iminente de um confronto aberto entre os colonos brasileiros e os *carperos*, o governo paraguaio e as suas forças de segurança seguiam apenas observando a situação, atuando somente quando a ameaça de confronto aumentava (ULTIMA HORA, 2012a). A atuação de Lugo seguia sendo a de exaurir os dois lados do conflito até o ponto de criar um equilíbrio de forças que permitisse a sua participação como grande árbitro e gerador do consenso. Contudo, quanto mais o governo se mantinha imóvel esperando que ambas as partes procurassem a sua mediação, as partes apenas aumentavam sua demanda por uma solução imediata que fosse favorável aos seus objetivos.

Depois de uma ampla cobertura dos meios de comunicação nacionais e estrangeiros (basicamente brasileiros⁵⁰), semanas de negociações, inúmeras ameaças armadas entre os atores em conflito (ULTIMA HORA, 2012d; ULTIMA HORA, 2012f), o saldo da crise de Ñacunday pode ser apresentado da seguinte forma: Victoriano López foi detido e preso por invasão de propriedade privada (ULTIMA HORA, 2012e); os *carperos* foram realocados para outra

⁵⁰ O G1 (2012) em conjunto com o telejornal Jornal Nacional reservaram matérias especiais sobre a situação em Ñacunday, inclusive com a visita de uma equipe de jornalistas para a região, assumindo a defesa dos proprietários brasileiros de Ñacunday. O Correio do Povo (2012), vinculado ao portal R7, evidenciava as tentativas do governo paraguaio de estabelecer acordos para finalizar o conflito entre os *carperos* e os brasileiros.

localidade próxima ao local das tensões (ULTIMA HORA, 2012c); os proprietários brasileiros receberam apoio de uma parcela considerável da imprensa nacional e internacional (com os principais meios de comunicação brasileiros), bem como de políticos brasileiros que auxiliaram na evolução das negociações (ULTIMA HORA, 2012b).

No que diz respeito ao governo paraguaio, este saiu debilitado sendo que a figura do presidente Lugo e de seus ministros mais próximos (Miguel López Perito – Gabinete Civil – e Carlos Filizzola – Interior) se desgastou, marcando um ponto de virada do governo de alianças e consenso de Lugo (ULTIMA HORA, 2012e). A confiança nas reformas prometidas por Lugo já havia se esvaído. Nem mesmo a base aliada oligárquica que auxiliou a chegar ao poder estava disposta a mantê-lo depois da incapacidade governamental em manter a segurança jurídica para a sua extração de riquezas.

O cenário conflituoso em Ñacunday havia rompido a lógica de legitimação do domínio político da oligarquia, um fator essencial para a permanência de um governo que ascendeu ao poder com o apoio do modelo de dominação oligárquico (BOURSCHEID, 2015). Neste sentido, ao mesmo tempo Lugo perdeu o apoio da oligarquia latifundiária e dos camponeses, a primeira perdendo sua confiança na capacidade de manutenção da segurança jurídica por parte do governo, e os segundos não confiando mais na capacidade do governo para conseguir dar respostas mínimas às suas demandas por reforma agrária e mudança da gestão governamental sobre as questões agrárias.

Não obstante, faltava ocorrer algum evento de comoção nacional que tornasse evidente a incapacidade de Lugo governar ante os impasses na situação agrária, bem como legitimar e respaldar uma deposição. Entre fevereiro e maio de 2012 o governo Lugo desfrutou novamente de uma tranquilidade ilusória, marcada pela troca de acusações entre governo e oposição sobre a culpabilidade no conflito agrário, perda do apoio de quase toda a base aliada oligárquica (processo iniciado em 2009, com a saída do PLRA), mas conseguindo manter-se institucionalmente (BOZZOLASCO, 2013). O cenário se alterou de forma irreversível em 15 de junho quando ocorreu o massacre de Curuguaty (Departamento de Canindeyú, fronteira com o Brasil), um evento de comoção nacional que desafiou a política de consenso de Lugo.

Em uma ação de reintegração de posse, com a retirada de camponeses acampados na fazenda Campos Morombí, ocorreu o enfrentamento entre policiais e camponeses que vitimou seis policiais e onze camponeses (ABC COLOR, 2013; ULTIMA HORA, 2012g). Esta fatalidade se inseria no contexto da violência armada que marcava os conflitos pela posse da

terra no Paraguai desde a democratização, sendo que a repressão dos órgãos de segurança é um expediente comum na resolução das situações de impasse.

Para os camponeses a ocupação de grandes latifúndios, embora não figurava no repertório de modalidades de exercício da democracia, era a alternativa disponível para conseguir uma efetiva participação e pressão para a tomada de decisões que os afetam, embora a sua mobilização possa gerar reações dos latifundiários. Segundo Fogel (2006), “*la respuesta a las ocupaciones fue una mayor violencia (destrucción de cultivos, incendios de chozas, apresamientos masivos) ampliamente justificada por los medios de prensa – que expresaron el poder simbólico de los grandes propietarios – como ataque a la delincuencia*” (FOGEL, 2006, p. 98). É uma situação de posicionamento dos grupos diante da sociedade, utilizando-se da divulgação por meio da imprensa para poder legitimar suas pressões sobre o governo.

A operação policial em Curuguaty foi muito criticada pelo modo como foi planejada, bem como pela execução, mostrando uma notória insatisfação de vários setores da sociedade. O poder executivo foi diretamente responsabilizado e duramente criticado, pois a ação policial estava sob o marco das ordens do executivo (ministério do interior) e as ações do executivo após o ocorrido demonstraram novamente uma inércia ante o conflito social, fomentando críticas ferozes que legitimariam a posterior deposição de Lugo (BOURSCHEID, 2015).

Alguns setores camponeses – basicamente unidos no movimento *carpero* – cansaram-se de esperar por uma solução institucional por parte do governo e passaram a atuar, mesmo que de forma desorganizada (como em Ñacunday) e desesperada (como em Curuguaty), visualizando-se uma falta de capacidade de exercício do poder por parte de Lugo, para conseguir gerir os conflitos sociais mantendo sua proposta de mudança do caráter governamental para um projeto de justiça social.

Por outro lado, os setores da oligarquia que haviam se aliado a Lugo nas eleições de 2008 (por meio da APC) romperam com o governo, pois o mandatário não havia oferecido as garantias necessárias para manter suas atividades econômicas de forma segura, observando-se essa incapacidade nas frustradas ações policiais nos dois eventos aqui analisados (Ñacunday e Curuguaty). A manutenção do modelo de dominação oligárquico estava ameaçada pela ruptura da ordem democrática que legitimava a manutenção da subordinação dos camponeses. Lugo não cumpria mais com o papel de mediador do conflito entre latifundiários e camponeses, não conseguiu mais demonstrar para nenhuma das forças em conflito a possibilidade de fornecer

uma vitória no impasse, ainda que com limitações (como se esperaria na atuação do grande árbitro em GRAMSCI, 1999).

De tal modo, no dia 20 de junho de 2012 foi apresentada a proposta de juízo político do presidente Fernando Lugo. A proposta foi lançada pela ANR e ganhou apoio de partidos que anteriormente faziam parte da aliança governista, destacando-se o caso do PLRA que era a principal base de sustentação parlamentar do governo (BOZZOLASCO, 2013). Embora o PLRA não fazia mais parte da APC desde 2009, mantinha alguns ministérios e auxiliava a obstaculizar as tentativas prévias de juízo político.

Em síntese, na proposta de juízo político o presidente era acusado de: (I) não punir os camponeses invasores das propriedades em Ñacunday; (II) não conseguir garantir a segurança dos cidadãos e não demonstrar vontade para enfrentar decisivamente o *Ejército del Pueblo Paraguayo* (EPP), um grupo guerrilheiro que atua no norte do Paraguai, com um número crescente de ataques durante o governo Lugo; (III) ter autorizado, em 2011, uma manifestação realizada por movimentos sociais na frente do Comando de Engenharia das Forças Armadas; (IV) ter atuado com negligência nos acontecimentos de Curuguaty, bem como em outros conflitos pela posse da terra; e (V) ter assinado o Protocolo de Ushuaya-2, de compromisso democrático do MERCOSUL, considerado pela oposição como um ato de entrega da soberania nacional aos países maiores do bloco – Argentina e Brasil (BOURSCHEID, 2015 e BOZZOLASCO, 2013).

Os componentes do juízo político estão relacionados com demandas da coalizão conservadora que o governo não conseguia responder, demandas relacionadas ao círculo vicioso da instabilidade política (MENDONÇA, 2007). O governo não conseguia mais manter a segurança jurídica e a garantia da propriedade privada diante da ação contestatória de alguns grupos camponeses. A pressão dos latifundiários pela repressão governamental e controle sobre os camponeses faz parte de suas demandas desde o início da democratização, o que acarreta a pressão contrária dos camponeses por alguma resposta do governo sobre a situação fundiária, lançando mão de uma pressão coercitiva caso suas demandas não tenham acolhimento governamental. A inércia do governo Lugo ante as pressões dos camponeses fomentou as mobilizações que, por sua vez, resultaram na demanda oligárquica por contenção das mobilizações. O círculo vicioso da instabilidade política acaba sendo alimentado e a inércia do governo diante das pressões gera uma nova demanda: a substituição do governo.

Em 22 de junho, depois de um processo rápido, a Câmara de Deputados e o Senado da República votaram favoravelmente pela destituição de Fernando Lugo do cargo de presidente da república. Em menos de dois dias o processo havia sido encaminhado e acolhido pela Câmara de Deputados, que por sua vez encaminhou para o Senado, constituído como o tribunal para o juízo político. No Senado a deposição foi aprovada por 39 votos contra 4, com 2 abstenções, conseguindo a maioria absoluta de dois terços exigida pela Constituição e resultando na deposição de Fernando Lugo pelo mal desempenho de sua função de presidente da república (ABC COLOR, 2012a; GAIO, 2012).

A repercussão e as respostas internas ao evento foram imediatas. “O povo paraguaio [...] manifestou sua aversão ao juízo político de Lugo, e diversas manifestações contra seu afastamento foram observadas em diferentes regiões do país durante o processo de julgamento” (GAIO, 2012: 4). Quando a deposição foi consumada os manifestantes que aguardavam o resultado nas praças na frente da sede do Congresso paraguaio e clamavam pela ilegitimidade das ações conduzidas pelo Legislativo entraram em conflito com a polícia, demonstrando a instabilidade política produzida pelo afastamento de Lugo (GAIO, 2012).

Contudo, estas manifestações não impediram a consumação do rito de deposição. O apoio popular não era em um grau suficiente para manter Lugo no poder, como poderia ter ocorrido no caso de uma maior conscientização da sua base eleitoral quanto à necessidade de manutenção do projeto de governo alternativo que Lugo afirmava encampar. O que se observou foi a participação de alguns setores dos movimentos sociais, principalmente os jovens, no entanto, não conseguindo alcançar as grandes massas que poderiam lhe dar sustentação política. Sem base de sustentação parlamentar e sem um apoio massivo na sociedade civil, o governo acabou ficando isolado ante a situação de deposição. Contudo, Lugo considera que havia base de sustentação jurídica e militar para o governo, optando por pacificar a situação submetendo-se ao processo. A concepção de Lugo sobre os eventos será detalhada na análise de discurso da entrevista realizada com o mesmo, efetuada no próximo capítulo.

Em um momento de crise de hegemonia, de crise para a manutenção do modelo de dominação, quando Lugo já não representava mais o elemento de mediação para os grupos sociais que disputavam o acolhimento de suas demandas pelo governo, o fator consensual já não bastava para a permanência do governo, podendo ser visualizado um processo de crise de representação, crise de hegemonia, cuja solução encontrada pela coalizão conservadora foi a reacomodação de forças no interior do modelo de dominação derrocando o governo Lugo.

Contudo, não se observou mais o mero golpismo clássico fundado no caráter coercitivo e utilizou-se agora da precarização da via institucional através do juízo político, buscando a permanência do sistema político inaugurado com o final da ditadura stronista em 1989. Buscou-se a legitimação na retórica de incapacidade governamental que afetava a atividade econômica e obstaculizava o desenvolvimento nacional.

Uma das motivações para a deposição que foi muito utilizada para a retórica de legitimação foi a suposta vinculação de Lugo com as mobilizações camponesas e com o grupo guerrilheiro do EPP. A coalizão conservadora, valendo-se da aliança com os meios de comunicação empresarial, empreendeu uma campanha para deslegitimar Lugo, buscando caracterizá-lo como instigador dos camponeses que se mobilizaram em Ñacunday e Curuguaty.

Um exemplo desta campanha deslegitimadora foi uma série de quatro artigos de opinião do colunista Gonzalo Quintana no diário ABC COLOR com o título “*Ñacunday o el resumen de la subversión*”. Desde o primeiro artigo o colunista afirmava que Lugo era o grande mentor da mobilização camponesa, afirmando que a principal organização que liderava o movimento *carpero* (a *Liga Nacional de Carperos* – LNC) havia sido criada pelo próprio Lugo: “*La LNC es una entidad liderada por José Rodríguez, organizada bajo la dirección de Lugo para cumplir distintas misiones políticas y con el objetivo inmediato, según un comunicado oficial, de anular todos los títulos de propiedad*” (ABC COLOR, 2012b).

A tentativa é a de instalar a percepção de que Lugo atuava para prejudicar a segurança jurídica do empresariado urbano e rural, sua aspiração seria a construção de uma estrutura governamental que permitisse o patrimonialismo e clientelismo para a perpetuação no poder, utilizando do poder de mobilização dos camponeses para pressionar os grupos de oposição (ABC COLOR, 2012b). A campanha midiática buscava apresentar o risco de conversão do Paraguai ao modelo de governo da Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba, retomando o velho “medo do comunismo” (*cuco del comunismo*) do período stronista. No maniqueísmo retórico, se Lugo não reprimia as mobilizações camponesas (modelo de atuação governamental predominante até então) obviamente estava fomentando tais mobilizações.

O EPP, por sua parte, é o braço armado do *Partido Patria Libre* (PPL), articulando-se nos anos 1990 e 2000 realizando algumas ações ofensivas, destacando-se o sequestro e posterior assassinato de Cecilia Cubas (filha do ex-presidente Raúl Cubas Grau) entre setembro de 2004 e fevereiro de 2005. Contudo, foi em março de 2008 que o EPP apareceu ao público e começou a atuar como uma guerrilha marxista-leninista no norte do Paraguai (especialmente nos

Departamentos de San Pedro e Concepción). Ou seja, o EPP começou a agir justamente no cenário de ascensão de Lugo ao poder e sua base de atuação é na base histórica de atuação de Lugo. O passado comum de lutas sociais de Lugo (como bispo) e dos membros do EPP (antes atuando no PPL) fez que a coalizão conservadora considerasse que a suposta inércia do governo⁵¹ diante do aumento dos ataques do EPP⁵² representava uma convivência e uma articulação do governo com o grupo guerrilheiro (BOURSCHEID, 2013).

A vinculação de Lugo com o EPP e com as mobilizações camponesas é apresentada em um editorial do ABC Color de 17 de junho de 2012 (dois dias após o massacre de Curuguaty), afirmando que Lugo era indiscutivelmente responsável pelos eventos violentos, devido “*a la absurda y públicamente conocida política de tolerancia –complicidad, sería la palabra correcta– del gobierno del presidente Fernando Lugo hacia el EPP y ciertas organizaciones campesinas violentas que, tras el disfraz de reivindicaciones sociales, han proliferado durante su administración, cometiendo delitos de acción penal pública con absoluta impunidad*” (ABC COLOR, 2012c). Ou seja, graças ao governo Lugo essas mobilizações violentas puderam se estabelecer e proliferar, gerando uma situação de caos para o setor produtivo nacional.

Novamente é possível ver como essa construção retórica está vinculada com a análise do círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007). Ao culpar e responsabilizar Lugo pelo conflito social, a justificativa para a deposição insere-se na necessidade de estabilização social, criando segurança jurídica e confiança nos investidores (nacionais e estrangeiros) para retomarem sua atividade econômica e assim possibilitar a reativação da economia nacional. Esta retórica foi utilizada pelos meios de comunicação empresariais entre o massacre de Curuguaty e a deposição de Lugo, servindo para legitimar o processo, mas também para deslegitimar e criticar a mobilização favorável à manutenção do governo Lugo.

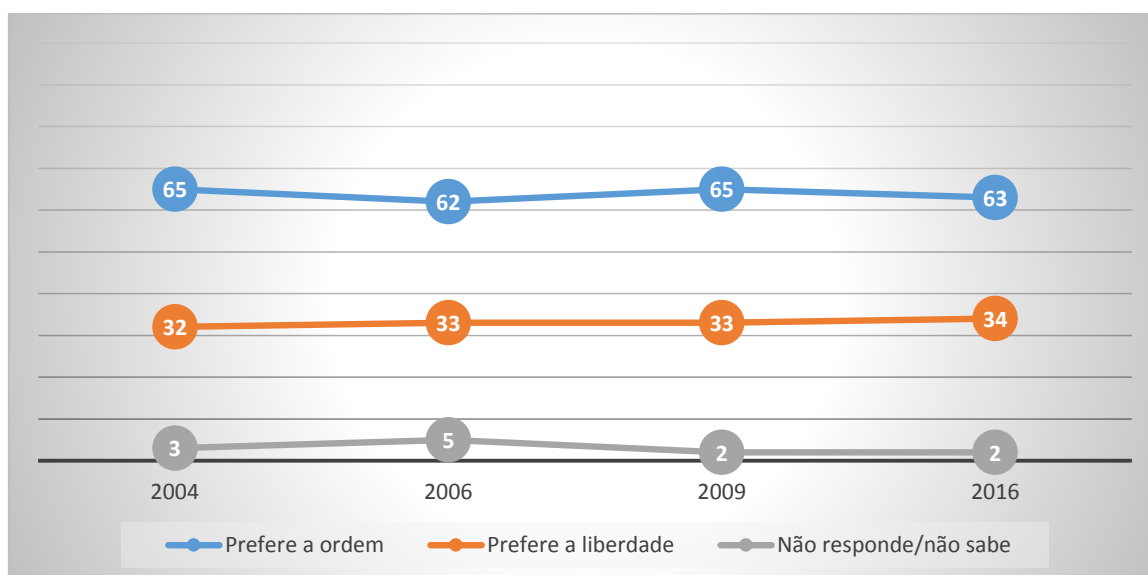
Essa retórica midiática que reproduz os interesses da coalizão conservadora consegue influenciar na percepção da população sobre a necessidade de permanência da ordem, como elemento fundamental para a sociedade. Essa percepção faz parte da própria ideologia autoritária construída ao longo do tempo no Paraguai (segundo ALCALÁ, 2007), e interfere no círculo vicioso da instabilidade política de Mendonça (2007), fomentando a ideia da

⁵¹ Cabe destacar que em 2010 e em 2011 Lugo decretou estado de sítio por períodos de 30 a 60 dias, basicamente em San Pedro e Concepción, permitindo a atuação sem mandado judicial por parte das Forças Armadas (BOURSCHEID, 2013).

⁵² Destacam-se os sequestros de Luis Lindstron entre julho e setembro de 2008 e de Fidel Zavala entre outubro de 2009 e janeiro de 2010, os dois eram pecuaristas da região foco da atuação do EPP.

necessidade de manter a ordem acima das liberdades individuais. Tal percepção pode ser vista a partir das pesquisas do Latinobarômetro (2018), que em 4 pesquisas perguntou aos entrevistados se preferiam viver em uma sociedade ordenada ainda que isso limitasse algumas das suas liberdades. Os resultados do Paraguai são apresentados com o seguinte gráfico:

Gráfico 19. Evolução da percepção “ordem x liberdade” no Paraguai (2004-2016)



Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

Nas 4 pesquisas a percepção de que a ordem é preferível em relação à liberdade foi maior, com uma média de 63,75% das respostas. Se comparada com a média regional das 4 pesquisas, com 52,78% de preferência pela ordem, o Paraguai posiciona-se como um dos países latino-americanos cuja população mais prefere a ordem do que algumas das suas liberdades. Essa percepção (apenas ilustrada com os dados do Latinobarômetro, pois sua série histórica é curta e descontínua) refere-se aos elementos de cultura política e do círculo vicioso da instabilidade política supracitados. A retórica da coalizão conservadora apenas aproveitou-se da permanência dessa percepção na população para convencê-la da necessidade de depor Lugo para retomar a ordem que estava sendo perdida devido às mobilizações dos camponeses e a suposta convivência governamental.

Por sua parte, na coalizão alternativa as posturas e a mobilização sobre o processo de deposição acabaram fomentando uma cisão entre dois grupos fundamentais. Como foi observado na análise sobre o governo Lugo, entre 2009 e 2010 a APC foi se fragmentando e conformando alianças e concertações que representassem uma proximidade de posturas e projetos entre seus membros. A coalizão alternativa estava aglomerada desde 2010 na

Concertação Nacional Frente Guasu (FG), principal base política do governo Lugo a partir de então. No entanto, a deposição de Lugo dividiu os representantes da coalizão alternativa.

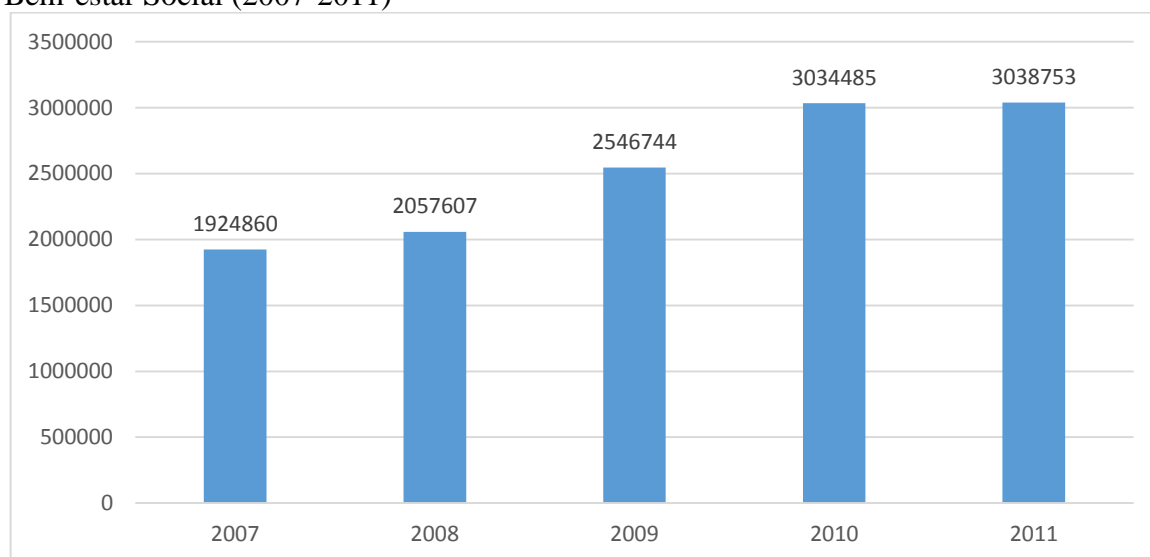
A FG posicionou-se como crítica do processo, considerando-o como um golpe parlamentar sobre o governo (CAMACHO, 2012), além de um golpe sobre um governo democrático que desenvolvia um projeto progressista e de integração regional (BALBUENA, 2013). A FG incentivava a mobilização popular contra o processo, buscando criar uma resistência ao governo de Federico Franco (liberal que era vice de Lugo) e visando lograr o apoio internacional para Lugo. Além disso, começa a se investir em uma candidatura crítica para as eleições nacionais de 2013.

Por outro lado, havia outro setor dentro da FG que não estava tão preocupado com a questão da deposição de Lugo, preocupando-se com a reorganização da coalizão alternativa para as eleições de 2013, propondo uma nova candidatura com novas figuras políticas. Eram dois dissensos que marcaram a fragmentação da FG: o apoio a Lugo, atuando em uma perspectiva anti-sistêmica buscando deslegitimar o governo Franco; e a candidatura para as eleições de 2013. Quanto ao segundo ponto, enquanto a FG lançou a candidatura de Aníbal Carrillo, figura muito próxima a Lugo, inclusive sendo indicado por este, outros partidos da concertação apoiaram uma possível candidatura de Mario Ferreiro, jornalista e conhecido apresentador de televisão.

Formou-se então a aliança *Avanza País* (AP) conformada pelo PRF, pelo PMAS, *Partido Demócrata Cristiano*, *Partido Paraguay Tekopyahú*, *Movimiento 20 de Abril* e *Unión Democrática por la Victoria*. A AP lançou a candidatura de Mario Ferreiro e buscou apresentar-se como uma alternativa à chamada esquerda tradicional, que estaria sendo representada pela FG. Novamente observa-se a fragmentação da coalizão contestatória e seu enfraquecimento diante dos partidos tradicionais, fator recorrente desde o início da democratização.

Embora sejam visualizadas tantas dificuldades e debilidades na gestão governamental de agosto de 2008 a junho de 2012, é necessário apontar alguns legados positivos conseguidos pelo governo Lugo e que auxiliaram a manter uma visão positiva em parte considerável da população, fomentando a permanência da importância de sua figura na política nacional. Em primeiro lugar, o legado mais utilizado pela FG em sua retórica de governar para todos sem distinções é a saúde pública com um sistema inclusivo, gratuito e universal. A expansão da rede pública de atendimento em saúde fez que os serviços públicos fossem crescentemente utilizados, como pode ser visualizado no seguinte gráfico:

Gráfico 20. Número de pessoas atendidas nos serviços de saúde do Ministério de Saúde Pública e Bem-estar Social (2007-2011)



Fonte: Frente Guasu (2013b: 104).

Entre 2008 e 2011, os anos de governo de Lugo cujos dados são apresentados pela Frente Guasu (2013b), houve um aumento de quase 50% no número de pessoas atendidas pelo sistema público (47,68%), representando uma ampliação considerável dos serviços públicos de saúde no Paraguai e sendo uma base retórica para afirmar a atuação do governo em prol de todos os paraguaios, tratando o acesso à saúde pública como um direito de todos os cidadãos e não mais um benefício clientelista para os apoiadores dos representantes públicos.

Houve também a ampliação da cobertura da previdência pública, por meio do *Instituto de Previsión Social* (IPS), que contava com 873.541 assegurados em 2008 e ampliou o número para 1.145.732 em abril de 2012 (FRENTE GUASU, 2013b), um aumento de 31,16% no período. A questão do acesso à saúde pública, especialmente pela atuação da ministra Esperanza Martínez, começou a ser utilizada como uma representação da capacidade de gestão governamental da FG, auxiliando na legitimação da figura política de Lugo, bem como de Esperanza Martínez.

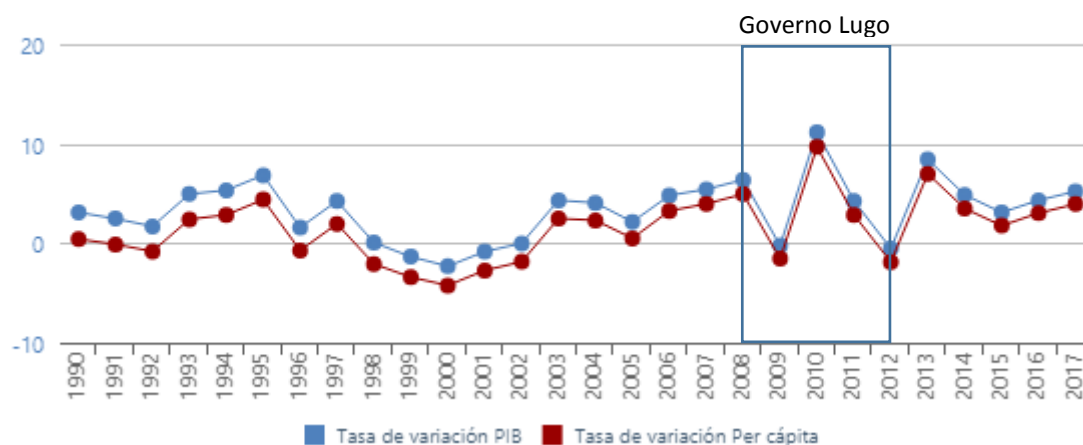
Em segundo lugar está o legado do investimento na educação pública, sendo que a partir de 2010 o projeto de universalização da educação conseguiu fazer com que mais de 1.420.000 estudantes tivessem acesso a uma cesta básica de materiais escolares, facilitando o processo de aprendizado, pelo menos com as ferramentas essenciais, junto com um reforço nutricional para suprir as necessidades básicas especialmente nas regiões mais pobres do país (FRENTE GUASU, 2013b). Em terceiro lugar é possível elencar o legado da renegociação da

compensação econômica pela energia de Itaipu cedida ao Brasil, inserida no projeto de recuperação da soberania nacional, especialmente no caso da soberania energética.

Outro legado importante, embora não conseguindo ser uma retórica específica do governo Lugo e da FG, foi relativo às políticas macroeconômicas do período. Os resultados oscilaram entre 2008 e 2012 ficando difícil apontar algum avanço sustentável, e é preciso adicionar que a política econômica estava a cargo de Dionisio Borda, economista que já havia sido ministro durante o governo Nicanor (2003-2008) e era respeitado pela coalizão conservadora e pelos investidores internacionais.

Analisando três indicadores iniciais sobre o desempenho econômico do governo (PIB e PIB *per capita*, a inflação e a taxa de desemprego) é possível ver como os três oscilaram ao longo do governo Lugo, e como a taxa de desemprego foi a que possuiu resultados mais estáveis ao longo do período. Os resultados dos três indicadores podem ser apresentados a partir dos seguintes gráficos:

Gráfico 21. Taxas de variação anual a preços constantes de 2010: PIB total e PIB *per capita* do Paraguai (1990-2017)

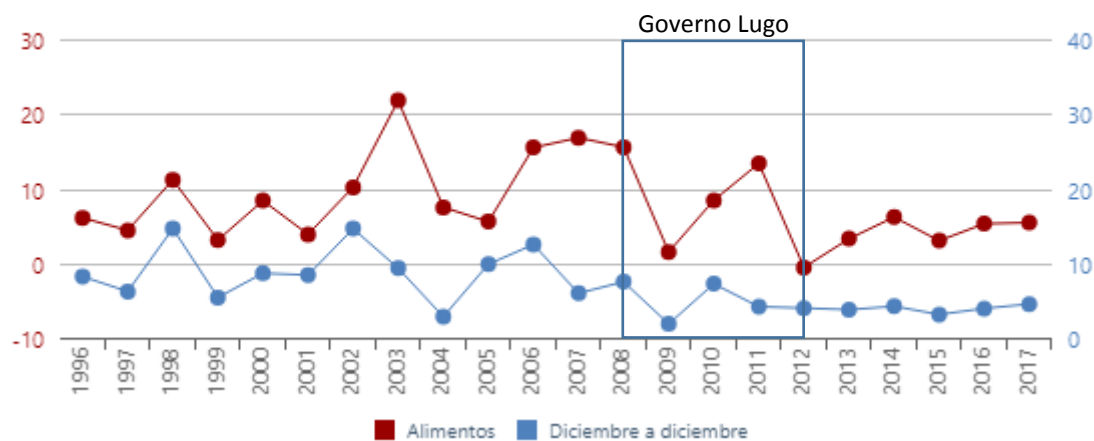


Fonte: Cepalstat (2018)

O crescimento econômico oscilou, com dois picos vinculados às exportações primárias valorizadas (em 2008 e 2010) e dois anos com resultado negativo (em 2009 e 2012). Contudo, observando-se a média do crescimento do PIB paraguaio entre 2008 e 2012 o resultado foi de 4,5% de crescimento anual. A variação do PIB *per capita* esteve abaixo dos resultados obtidos no PIB, com uma média de 2,78% de crescimento anual, mas durante o governo Lugo é possível ver que os resultados dos dois indicadores estiveram mais próximos.

Quanto à inflação os resultados da variação de preços dos alimentos e a variação anual dos preços aos consumidores são apresentados com o seguinte gráfico:

Gráfico 22. Variação anual do índice nacional de preços ao consumidor no Paraguai: alimentos e dezembro a dezembro (1996-2017)

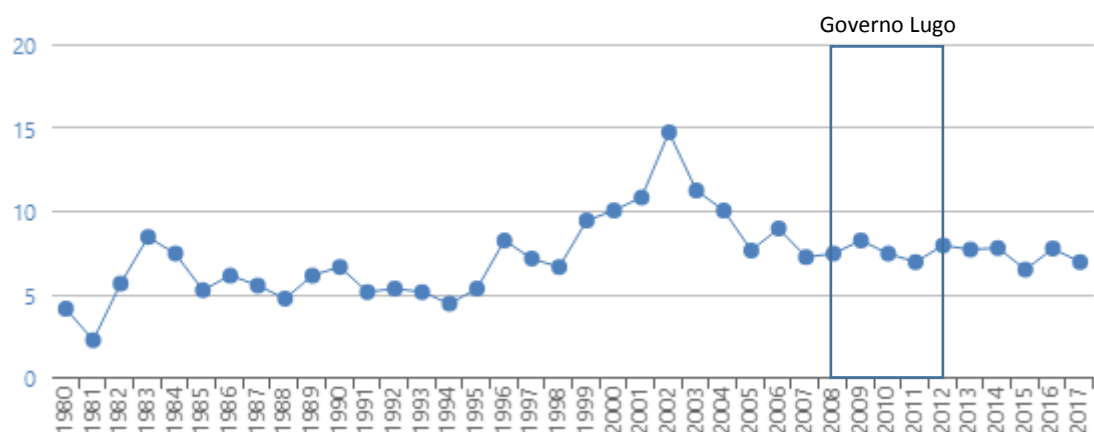


Fonte: Cepalstat (2018)

A inflação paraguaia conseguiu ficar abaixo dos 10% durante todo o período, com uma média de 4,96% de variação anual dos preços ao consumidor. Ademais, após 2011 os resultados ficaram menos instáveis e oscilantes, com resultados entre 3,1% e 4,5%. No concernente ao aumento de preço dos alimentos, este também ficou abaixo dos 10% em 2009, 2010 e 2012. A média anual da variação de preços dos alimentos foi de 7,64%, mais alta do que a média anual da inflação, mas ainda estando abaixo dos 10%.

Com relação à taxa de desemprego, os resultados do Paraguai na série histórica da Cepalstat (2018) foram os seguintes:

Gráfico 23. Taxa de desemprego no Paraguai (1980-2017)

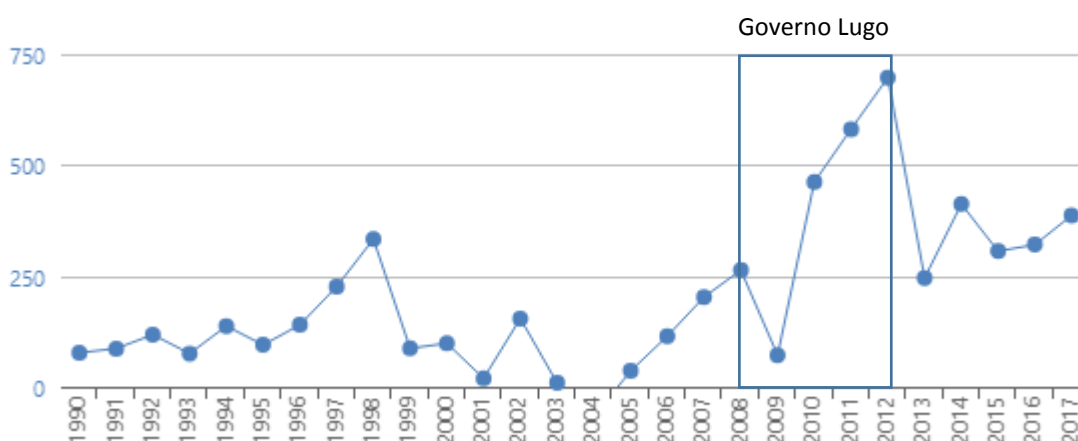


Fonte: Cepalstat (2018)

A taxa de desemprego ficou abaixo dos 10% durante todo o governo Lugo, não observando-se grandes alterações ao longo do período de governo de Lugo. A média anual da taxa de desemprego durante o governo foi de 7,56%, não apresentando grandes oscilações ao longo do período e ficando dentro da margem de variação do período entre 2005 e 2017, com o ponto mais elevado em 2006 (8,9%) e o mais baixo em 2015 (6,5%).

Um último elemento dos resultados econômicos foi o investimento externo que conseguiu atingir bons resultados ao longo do governo, estando inserido no modelo do círculo vicioso da instabilidade política (de MENDONÇA, 2007) e apontando para a necessidade de confiança na capacidade do governo manter a ordem jurídica para a atividade econômica. Os resultados podem ser observados no seguinte gráfico:

Gráfico 24. Investimento externo no Paraguai (em milhões de dólares) (1990-2017)



Fonte: Cepalstat (2018).

Embora os resultados tenham sido positivos entre 2010 e 2012, representando uma média anual de 414,88 milhões de dólares de investimento externo no Paraguai, o governo não conseguiu capitalizar os oscilantes avanços econômicos e a coalizão conservadora considerava que tais resultados ocorriam apenas pela prudente e responsável gestão macroeconômica do ministro Dionisio Borda, apesar das pressões por gastos burocráticos do governo com seus investimentos em gastos sociais (programas de compensação econômica e a universalização da gratuidade da saúde e da educação pública).

Ainda pode ser elencado como legado importante do governo Lugo o investimento em gastos sociais com a perspectiva de justiça social e garantia de direitos. O principal programa governamental de proteção social que oferecia compensações econômicas para famílias de

baixa renda foi o Programa *Tekoporã* (Viver bem), iniciando com uma cobertura de 13.600 famílias em 2008 e conseguindo ser expandido para 90.540 famílias em junho de 2012 (FRENTE GUASU, 2013b), um aumento de 565,74% no período.

Estes legados foram utilizados para construir o projeto político-ideológico da FG que lançou a candidatura presidencial de Aníbal Carrillo (esperando um resultado não muito expressivo, diante da reorganização dos partidos tradicionais e a perda de força da FG com a deposição de Lugo) e investindo na candidatura para o Senado, buscando constituir-se em uma força política expressiva neste espaço. A lista para o Senado estava encabeçada por Fernando Lugo, com seu capital político e figura de liderança, contando com outros nomes importantes como o de Carlos Filizzola (Senador e ex-ministro de Lugo), Sixto Pereira (Senador no período do governo Lugo) e Esperanza Martínez (ex-ministra de Lugo).

A campanha da FG em 2013 centrou-se no posicionamento contra a deposição de Lugo, considerando a manobra institucional como um golpe de Estado (golpe parlamentar), na defesa do projeto de governo iniciado durante a gestão de Lugo e na retórica de ser o grupo representante da unidade dos setores contestatórios da política tradicional. Os resultados eleitorais serão apresentados e analisados em profundidade na próxima seção deste capítulo, contudo, cabe destacar agora que os resultados foram ambíguos, ampliando a participação política da FG, embora os resultados mais expressivos tenham sido na eleição para o Senado.

A Lista 40 (FG) encabeçada por Fernando Lugo conseguiu posicionar-se como terceira força política elegendo 5 senadores: Fernando Lugo, Carlos Filizzola, Sixto Pereira, Esperanza Martínez e Hugo Richer. No entanto, o resultado era muito distante dos resultados obtidos pelas forças tradicionais, a ANR com 19 senadores e o PLRA com 13 senadores, mas permitia à FG negociar a composição de maiorias para as votações do Senado (a maioria seria representada por 23 senadores). Na Câmara de Deputados o resultado foi menos animador, com a eleição de apenas 1 deputado dos 80 que compõem a Câmara, Ramón Duarte (Deputado por Itapúa).

Apenas um representante também foi eleito para o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) (sendo que a representação paraguaia é de 18 parlamentares), Ricardo Canese. Em relação às Juntas Departamentais, das 241 cadeiras em todo o país a FG conseguiu eleger 12 representantes (apenas cerca de 5% do total) (dados compilados a partir do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral – TSJE, 2013). Em síntese, enquanto Lugo mantinha a relevância de sua figura política, convertendo a FG em terceira força no Senado, nas eleições para os demais cargos os resultados não foram tão expressivos e alentadores para a FG.

Constituindo-se agora como a terceira força política no Senado, a FG começou a atuar como oposição ao governo colorado de Horacio Cartes, criticando seu modelo de gestão governamental com a retórica empresarial e priorizando os elementos privados da estrutura econômico-social. Podem ser listadas cinco pautas principais da atuação parlamentar da FG e de oposição ao modelo de gestão de Cartes: oposição ao projeto de Lei de Alianças Público-Privadas (APP); promoção de regulamentação da lei de tributação sobre a indústria do tabaco; promoção de regulamentação da lei de tributação sobre a exportação de grãos (fundamentalmente a soja); promoção da regulamentação da lei do imposto de renda pessoal, e sua fiscalização; promoção da manutenção do investimento governamental nas políticas sociais.

Em relação à oposição da FG sobre a regulamentação das APP's o argumento utilizado considerava que este elemento retiraria o caráter público dos investimentos, retiraria a função social destes investimentos e converteria tais empreendimentos em um caráter privatista e mercadológico. Para o governo a lei de APP permitiria fornecer uma dinâmica diferente e otimizar os investimentos, principalmente nas obras de infraestrutura, possibilitando reduzir a pressão orçamentária sobre um Estado com recursos limitados.

Já para a FG a lei de APP representava a definitiva implementação do projeto de privatização, iniciado com a transição democrática mas nunca concluído (como analisado no período da década de 1990, no início desta seção). Representaria a perda da soberania sobre o patrimônio público e das riquezas naturais do Paraguai para as forças transnacionais (CANESE e CANESE, 2014). Esta é uma forma de utilização retórica do nacionalismo, um dos conceitos analisados quanto à cultura política paraguaia, e seria a estrangeirização não apenas do campo (como apontado por GLAUSER, 2009), mas do patrimônio público paraguaio em geral, com a consequente perda de soberania sobre os próprios recursos.

A mobilização contra a lei teve algum apoio popular, embora os partidos tradicionais e a mídia empresarial estivessem favoráveis, fazendo que a lei fosse aprovada e promulgada em 1 de novembro de 2013. A partir deste momento a FG e sua bancada passam a atuar criticando a concessão do patrimônio público para a iniciativa privada através das APP's.

A segunda pauta central da FG no período 2013-2018, a tributação sobre a indústria do tabaco, além de ser uma pauta vinculada à tentativa de dificultar a comercialização do cigarro (como uma pauta de saúde pública) e prover mais recursos para o Estado (que possam ser convertidos em políticas de justiça social), está relacionada com um embate ao presidente Horacio Cartes. Isto pois o Grupo Cartes (grupo empresarial encabeçado pelo presidente) é

proprietário da maior empresa de tabaco do Paraguai, a TABESA (Tabacos del Este S.A), beneficiando-se do regime tributário benevolente com a indústria do tabaco (se comparado com a carga dos países vizinhos, normalmente vinculada com uma busca pela diminuição do consumo). A FG passa a atuar visando a tributação do tabaco em 40%, enfrentando várias barreiras para conseguir tal objetivo, especialmente a oposição dos colorados.

Quanto à terceira pauta, a tributação sobre a exportação de grãos é um ponto ainda mais difícil para a negociação. Esta pauta está relacionada com o vínculo da FG com o setor camponês, porém gerando uma oposição ferrenha do setor agroexportador, um dos principais impulsionadores da deposição de Lugo em 2012. Soma-se a isso a questão da estrangeirização do campo paraguaio, especialmente quanto à tensão entre paraguaios e brasileiros, dando um caráter retoricamente nacionalista e de soberania sobre o território para a questão. Ainda há de se observar que a produção primária de agroexportação é uma força motriz do comércio internacional paraguaio (como visto no primeiro capítulo), e que em 2017 a soja se tornou o principal produto de exportação do Paraguai. Enquanto a FG buscava um imposto de 15% a 20% sobre a exportação dos grãos, a coalizão conservadora conseguia permanecer articulada contrariamente à proposta e barrando qualquer tentativa de votação. Assim como na questão do tabaco, as tentativas da FG continuaram sendo barradas até 2017 quando a composição da mesa diretora do Senado foi alterada.

A quarta pauta é uma busca constante da coalizão alternativa desde o início da democratização, avançando lentamente. Mesmo que se tenha conseguido instituir o imposto de renda pessoal (IRP) em 2012, a dificuldade tem sido a sua fiscalização e as várias tentativas de modificação das regras em um imposto que ainda está sendo implementado. A FG atuou buscando a sua efetiva implantação e fiscalização da arrecadação, observando no IRP uma importante fonte de recursos para o governo poder investir nas políticas sociais.

Portanto, as três pautas anteriores fundamentavam a quinta pauta, o gasto público em políticas sociais com a perspectiva da justiça social. Após a avaliação da gestão governamental de 2008 a 2012, as políticas sociais que iniciaram a ser implantadas tornaram-se o centro para legitimar o projeto político da FG. E para fazer frente à expansão da pressão de recursos para as políticas sociais, a FG via nas tributações sobre o tabaco, a soja e a renda uma possibilidade de financiamento deste investimento em políticas públicas para conseguir maior justiça social.

Com estas pautas de mobilização no Congresso, basicamente no Senado, a FG marcou algumas posturas que permitiram uma identificação mínima de seu projeto político, restava

ampliar sua participação na estrutura governamental. Uma primeira oportunidade surgiu em novembro de 2015 com as eleições municipais, quando a FG poderia mostrar que seu poder de mobilização e sua aceitação por parte do eleitorado não havia representado apenas um momento de “perdão a Lugo” por sua deposição, compensando com uma votação para o Senado.

Os resultados das eleições municipais de 2015 foram positivos para a FG, ampliando a sua representação, embora ficando distante das forças tradicionais. Das 113 bancas conquistadas em 2010 para as Juntas Municipais, a FG conseguiu ampliar a participação ao eleger 167 representantes. Com relação à administração municipal a FG conseguiu eleger seus 3 primeiros *intendentes* (prefeitos) com a lista própria, além de outras 10 *intendencias* onde a FG participou das alianças que venceram as eleições (havia sido 4 em 2010), representando um relativo crescimento da importância da FG no cenário político nacional. Os resultados serão apresentados e analisados de forma mais detida na próxima seção do capítulo.

O capital político de Lugo e da atuação parlamentar da FG, além dos resultados eleitorais, mantiveram o posicionamento da FG como terceira força política. Iniciaram-se então as discussões sobre a próxima eleição nacional que veio a ser realizada em abril de 2018, e qual seria a estratégia adotada pela FG. O nome de Lugo continuou sendo o principal e com maiores possibilidades de vencer as forças políticas tradicionais, contudo, havia a problemática sobre a reeleição, proibida pela Constituição, mas não deixando evidente a questão de mandatos intermitentes e mandatos interrompidos. A interpretação da FG era da possibilidade de Lugo se candidatar, assim como qualquer outro Senador ativo, mas a interpretação predominante nos demais partidos e na justiça paraguaia (inclusive a justiça eleitoral) era de que havendo cumprido um mandato estaria proibido um segundo, em qualquer circunstância. Essa disputa de interpretações gera um impasse para a FG, pois mesmo lançando a candidatura não havia nenhuma garantia de que seria aceita pela justiça eleitoral.

Mas não era apenas Lugo que visava uma possível reeleição, dentro da ANR o grupo oficialista (*Honor Colorado*, liderado pelo presidente Horacio Cartes) investia na tentativa de uma reeleição de Cartes, enquanto o setor opositor (*Colorado Añetete*, liderado pelo senador Mario Abdo Benítez) mantinha a interpretação e o argumento contrário à reeleição. Os liberais também estavam divididos, pois o setor que havia apoiado o governo Lugo buscava uma nova aliança eleitoral para conseguir vencer a ANR, mas o setor liderado pelo senador Blas Llano (chamado setor *Ilanista*) era crítico desta postura e buscava uma candidatura própria do PLRA.

Com o cenário negativo na justiça, junto com a crítica ferrenha dos meios de comunicação empresariais (que consideravam a possibilidade de reeleição de Cartes ou Lugo como uma “violação da Constituição”), os cartistas e a FG começaram a aproximar-se buscando a criação de uma emenda constitucional que permitisse a reeleição, pois as tentativas de um plebiscito ou de uma nova Constituição eram incertas e dificilmente possibilitariam a reeleição em 2018, devido à proximidade dos prazos. Essa aproximação entre cartistas e FG para a emenda da reeleição, junto com o apoio de alguns representantes liberais, levou à tentativa de implementação da emenda. Por outro lado, a aproximação da FG com setores políticos que haviam auxiliado a criar o cenário para a deposição de Lugo gerou um panorama de desconfiança de algumas lideranças dos movimentos sociais sobre a atuação como força alternativa por parte da FG.

Em 31 de março de 2017 foi convocada uma sessão extraordinária do Senado para apreciar a emenda da reeleição, sendo realizada uma “sessão paralela” com uma “mesa diretora paralela”. A mesa diretora do Senado composta pelo presidente Roberto Acevedo e pelo primeiro vice-presidente Eduardo Petta era opositora à tentativa de votação da emenda da reeleição, impedindo a realização da sessão no plenário do Senado. Os cartistas e a FG realizaram então uma “sessão paralela” em um dos gabinetes do Senado, e com 25 votos (maioria necessária) aprovaram a emenda da reeleição que deveria ser encaminhada para a Câmara de Deputados para a sua ratificação. Os opositores consideraram a medida como um golpe parlamentar de Cartes e Lugo para subverter a Constituição e conseguir abrir caminho para a sua reeleição, especialmente pela legitimidade do procedimento adotado.

Após a aprovação da emenda no “Senado paralelo” iniciou-se uma mobilização nas praças do Congresso (em frente ao Senado) pressionando para reverter a decisão. Os protestos começaram a tomar um caráter violento e diante da imobilidade do governo perante as pressões os manifestantes invadiram o Senado no final da tarde. Durante a noite de 31 de março de 2017 ocorreram eventos que lembravam o março paraguaio de 1999, inclusive sendo caracterizado pela mídia empresarial como o “novo março paraguaio” ou como o “março paraguaio de Cartes e Lugo”. Ocorreram depredações dos gabinetes dos senadores, especialmente dos setores favoráveis à emenda, documentos foram destruídos e os manifestantes começaram um incêndio no primeiro andar do Senado. A imagem chocou o Paraguai e passou a ser divulgada internacionalmente, a queima do Senado paraguaio pode ser observada na seguinte fotografia do Diário Última Hora:

Figura 9. Incêndio na Câmara de Senadores do Paraguai



Fonte: Diário Última Hora.

A repressão policial que se seguiu resultou em vítimas e em investigações ainda em curso sobre as responsabilidades. Os policiais começaram a perseguir os manifestantes pelas ruas do centro de Asunción, seguindo até a sede do PLRA onde ingressaram e vitimaram a um jovem que participava das manifestações. Está se referindo aqui à invasão da sede de um partido político (o segundo maior do país) pela polícia, sem mandado judicial, resultando na morte de um dos partidários. Além disso, pelo menos uma dúzia de outras pessoas resultaram feridas.

Após os eventos de 31 de março de 2017 o setor cartista e a FG retrocederam na busca pela reeleição e passaram a investir em candidaturas alternativas. No caso da FG o problema era encontrar uma figura com um capital político-eleitoral similar a Lugo. Soma-se a isso a campanha midiática de detração dos cartistas e da FG, sendo considerados como autoritários e violadores da Constituição. Restava uma reacomodação de forças entre as principais forças políticas para compor a mesa diretora do Congresso e começar a definir o cenário para as eleições de 2018.

Nestas conversações surge uma aliança entre cartistas, llanistas e a FG, um certo pacto de governabilidade visando um fortalecimento do cartismo antes das eleições internas da ANR no final do ano, um fortalecimento do llanismo conseguindo mais espaços de poder e um fortalecimento da FG para conseguir inserir suas pautas com certa prioridade dentro do Senado. Dentre as principais pautas negociadas pela FG estavam os impostos ao tabaco e à exportação de grãos, bem como os investimentos em políticas sociais. Para lograr isso, das negociações feitas pelo acordo entre cartistas, FG e llanistas a FG conseguiu fazer que Fernando Lugo fosse

eleito presidente do Senado em 15 de junho de 2017, ainda compondo a mesa diretiva o cartista Oscar Rubén Salomón Fernández (primeiro vice-presidente) e o llanista Blas Llano (segundo vice-presidente).

Com a ascensão de Lugo ao cargo máximo do Congresso paraguaio a FG confirmou sua posição de terceira força, e Fernando Lugo confirmou a predominância de sua figura política como uma das principais lideranças da política paraguaia. Além disso, retomava a capacidade de liderança caudilha de Lugo na política nacional, principalmente a atuação cesarista como moderador dos grupos políticos em disputa pelo poder, agora como o moderador das relações políticas dentro do Senado.

As principais pautas da FG puderam avançar no Senado, mesmo que não consigam ser implementadas da forma como apresentadas nos projetos de lei. No caso do imposto ao tabaco que a FG buscava firmar em 40%, foi aprovado um aumento do imposto de 16% para 22%. Quanto ao imposto sobre a exportação de grãos que a FG buscava instituir entre 15% a 20% para todos os tipos de grãos, foi aprovado em 10% apenas para a soja. Ainda assim, representava um acolhimento mínimo das demandas centrais da FG por parte da estrutura governamental, especialmente pela influência da liderança caudilha representada pela ascensão de Lugo no interior do Senado, junto com a aliança ao cartismo-llanismo visando as eleições de 2018.

Se a base parlamentar estava se fortalecendo, era necessário trabalhar novamente a questão da base de mobilização, da aproximação com os movimentos sociais para manter a representatividade eleitoral em 2018. A partir de 10 de julho de 2017 surgiu uma nova oportunidade para a FG retomar seus vínculos com os movimentos da sociedade civil, depois do momento de crise de articulação ocasionada pela emenda reelecionista em março. Camponeses convocados pela *Coordinadora Nacional Intersectorial* (CNI) começaram a se aglomerar em Asunción, nas praças do Congresso, para solicitar o perdão de dívidas junto ao Banco Nacional de Fomento e a reativação do crédito para o setor camponês, basicamente a agricultura familiar.

A mobilização manteve a sua pressão sobre o governo e permaneceu realizando atividades até meados de agosto, com marchas e fechamento de ruas no centro de Asunción, gerando novamente a crítica da coalizão conservadora sobre o círculo vicioso da instabilidade política, fundamentalmente a falta de segurança jurídica e de proteção à propriedade privada e à atividade econômica, destacando-se a defesa ao direito de livre circulação que estaria sendo impedido pelos camponeses mobilizados. A FG atuou como uma articuladora da mobilização,

especialmente na conformação da pauta a ser apresentada ao governo, embora a CNI afirmasse não fazer parte da FG e não estar sob o seu comando. A importância da FG era justamente o auxílio aos camponeses para conseguir transformar suas reivindicações em um acordo passível de aceitação pelo governo, utilizando-se de sua relevância no Congresso Nacional.

Os avanços foram truncados e os camponeses não aceitaram as condições iniciais apresentadas pelo governo. As mobilizações retomaram em outubro, próximo das eleições internas (que definiriam as candidaturas para as eleições de 2018), tornando o governo mais aberto para começar a acolher parte considerável das demandas dos camponeses, chegando a um acordo definitivo em 25 de outubro de 2017. Para a FG isso demonstrou que não poderia apresentar-se como a vanguarda dos movimentos sociais, mas sim como articuladora entre a sociedade civil e a sociedade política, fazendo que as demandas da sociedade civil pudessem ter alguma resposta da estrutura governamental, legitimando-a como representante na estrutura governamental destes grupos sociais e suas demandas. O problema era que enquanto a FG mantinha sua proximidade com os camponeses, afastava-se das massas urbanas. A FG continuava sendo uma força política centrada no interior do Paraguai e nas pautas camponesas.

No final do ano de 2017 as discussões estavam centradas nas eleições de abril de 2018 e qual seria a estratégia da FG, sem a candidatura de Lugo à presidência. A FG começou a se reaproximar do setor aliancista do PLRA e a pensar em uma nova aliança para tentar vencer a ANR nas eleições de 2018. Contudo, devido ao afastamento da possibilidade de candidatura presidencial de Lugo, a FG passou a investir na sua lista para o Senado, buscando então aportar o vice-presidente para a lista aliancista.

O cenário representava a confirmação da reaproximação da FG com os liberais que haviam composto o governo de 2008 a 2012, e inclusive participando do processo de deposição de Lugo. Representava a confirmação da mudança de postura da FG diante do modelo de dominação que após a deposição de junho de 2012 era crítica e contestatória (a retórica do golpe parlamentar contra o governo da mudança), adaptando-se para a participação no interior do modelo buscando moldá-lo para o acolhimento das principais demandas do projeto político-ideológico da FG e manter os seus espaços de atuação.

Restava o acolhimento da proposta de nova aliança eleitoral pelos liberais que haviam alterado o cenário interno ao longo de 2017. No começo do ano, quando a candidatura de Lugo ainda era uma possibilidade, o setor llanista (que inicialmente criticava a aliança, depois havia se aliado à FG no Senado) buscava uma aliança entre Fernando Lugo (FG) e Blas Lanzoni

(PLRA), enquanto o setor efrainista buscava uma candidatura de Efraín Alegre (PLRA). Na convenção do PLRA em 25 de fevereiro os dois setores entraram em confronto, deixando evidente sua cisão. O cenário começou a mudar com o recuo da candidatura de Lugo após os incidentes de 31 de março, abrindo espaço para uma aliança FG-PLRA com o PLRA assumindo a candidatura presidencial. As conversações levaram à conformação de uma chapa para as eleições com Efraín Alegre para a presidência e Leonardo Rubin⁵³ para a vice-presidência, a *Gran Alianza Nacional Renovada* (GANAR). Nas eleições internas de 17 de dezembro de 2017 a candidatura aliancista se impôs à candidatura independente de Carlos Mateo Balmelli, e a Aliança GANAR seria a principal opositora da ANR nas eleições de abril de 2018.

As candidaturas da FG para as eleições de 2018 não tiveram o mesmo ímpeto de mobilização, centrando seus esforços na lista para o Senado, buscando ampliar a participação da FG – ou mesmo manter a representação que permitiu posicioná-la como terceira força – e capitalizar o poder da figura política de Fernando Lugo. A Lista 40 para o Senado era composta por: Fernando Lugo, Sixto Pereira, Esperanza Martínez, Carlos Filizzola, Hugo Richer, Jorge Querey Rojas e Marcos Fariña (entre seus primeiros indicados). A campanha novamente centrou-se nos legados do governo de 2008-2012 e fundamentalmente na figura de liderança de Fernando Lugo, como pode ser observado nas seguintes imagens do material de campanha eleitoral:

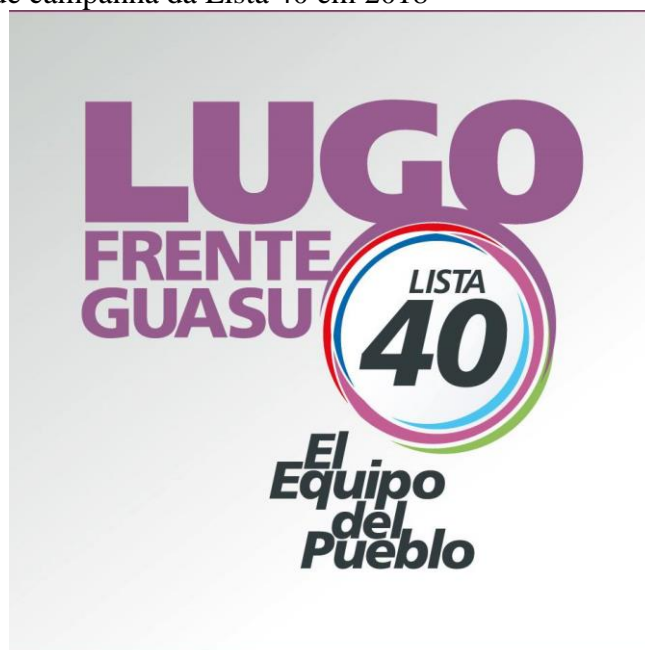
Figura 10. Panfleto de campanha da Lista 40 em 2018



Fonte: facebook.com/FrenteGuasuPy/

⁵³ Jornalista e político paraguaio filiado ao Partido Popular *Tekojoja* (participante da FG), foi indicado pela FG para ser o vice da chapa especialmente por sua vinculação com o público jovem.

Figura 11. Panfleto de campanha da Lista 40 em 2018



Fonte: facebook.com/FrenteGuasuPy/

Figura 12. Panfleto de campanha da Lista 40 em 2018



Fonte: facebook.com/FrenteGuasuPy/

Na primeira imagem apresentam-se os principais nomes da campanha da FG para as eleições de 2018, autodenominando-se “equipe do povo”, com os principais nomes da lista do Senado (exceto Mercedes Canese, que junto à figura de Esperanza Martínez busca dar uma característica de preocupação com a questão de gênero, embora os principais nomes da FG sejam em sua maioria homens), o candidato a vice-presidente pela Aliança GANAR Leonardo Rubin e o candidato ao PARLASUL Ricardo Canese. Estas são as principais candidaturas

nacionais da FG, recebendo a maior preocupação de mobilização, centrando-se na lista para o Senado (7 dos 9 candidatos apresentados no panfleto) e na figura de Lugo, o centro da campanha, o “homem forte” da campanha.

Na segunda imagem a vinculação da campanha à imagem de Lugo é o elemento fundamental. Lugo representa a FG (estando acima e com o tamanho da fonte destacado), que representa a “equipe do povo”, ou seja, a FG representa um projeto popular preocupado com as demandas do povo e este projeto está encabeçado por Fernando Lugo. Novamente a FG vincula seu projeto político-ideológico com a figura política de liderança de Fernando Lugo, uma estratégia eleitoralmente interessante (para a lista do Senado, ao menos), mas com uma dificuldade para conseguir atuar de acordo com o projeto, já que este projeto é superficial, ficando limitado pela figura de liderança.

E na terceira imagem observa-se uma representação da vinculação de Lugo com o legado do governo de 2008-2012, centrando-se na questão da saúde pública. O argumento é o de inserção da FG no modelo de dominação para conseguir moldá-lo de acordo com as demandas que o projeto político-ideológico de Lugo e da FG encampam. Votar por Lugo, pela FG, pela “equipe do povo”, significa votar pelo retorno das políticas adotadas pelo governo de 2008-2012, ou pelo menos aumentar a pressão no interior do modelo de dominação (no Congresso) para que o governo acolha parte destas políticas. Como apresentado e analisado anteriormente o legado da saúde pública gratuita é um dos principais na retórica da FG e um dos pilares de seu projeto de justiça social com base em uma perspectiva de direitos cidadãos.

A campanha da FG centrou-se na figura de Lugo, que inclusive realizou uma série de viagens por todo o país, encontrando-se com as bases e com organizações da sociedade civil dos mais diversos setores buscando fortalecer a campanha no nível nacional. Contudo, a campanha da FG priorizou novamente o interior e o setor camponês, não se preocupando na mesma medida e não conseguindo o mesmo acolhimento em Asunción e nos setores urbanos. Ademais, enquanto a campanha para o Senado ganhava fomento e era amplamente difundida, as demais campanhas não recebiam a mesma atenção. Esse elemento inclusive fomentava uma crítica do PLRA sobre a Aliança GANAR apontando que era utilizada pela FG para ampliar o apoio à candidatura de Lugo valendo-se dos recursos eleitorais da aliança, enquanto seu aporte para a campanha presidencial era muito abaixo do esperado.

Quanto às eleições realizadas em 22 de abril de 2018, a FG apostou no discurso da participação eleitoral como única forma de conseguir alterar o modelo de dominação, tornando-

o mais legítimo, representativo e democrático. Assim como nas eleições anteriores a participação dos representantes da FG na fiscalização das mesas de votação não cobriu a sua totalidade, ainda que se observando um aumento. Este elemento é importante do ponto de vista da fiscalização da fidedignidade dos resultados finais, garantindo a lisura do processo e impedindo (ou ao menos dificultando) as fraudes e corrupção eleitoral na contagem dos votos.

Os resultados (que serão analisados na sequência, na próxima seção) evidenciaram a importância da figura de Lugo e seu capital político, bem como a dificuldade da FG conseguir se desvincular de Lugo. A Lista 40 se manteve como terceira força no Senado ampliando o número de senadores eleitos de 5 para 6, mas na Câmara de Deputados a representação (que já era muito pequena) acabou diminuindo e a FG não conseguiu eleger nenhum deputado nos departamentos. Para o PARLASUL a FG ainda manteve sua representação com Ricardo Canese. E quanto às eleições presidenciais a FG não conseguiu aportar a massa eleitoral de Lugo para a Aliança GANAR, e o candidato da ANR Mario Abdo Benítez venceu as eleições (mesmo que com a menor diferença para o segundo colocado de toda a democratização).

Apresentando e analisando a evolução da coalizão alternativa ao longo do processo de democratização paraguaia, permitindo a construção da FG como um dos instrumentos de atuação da coalizão, bem como a importância da figura de Fernando Lugo como grande liderança da coalizão alternativa nos últimos anos, é possível posicionar a coalizão alternativa, a FG e Lugo diante da estrutura governamental do modelo de dominação do Paraguai e sua relação com as expectativas do eleitorado a partir da cultura política paraguaia.

Nas próximas seções do capítulo são analisados os resultados eleitorais da FG, sua capacidade de inserção na estrutura governamental do modelo de dominação, bem como a influência do governo Lugo e da FG nas percepções e comportamento político dos paraguaios, e com relação à avaliação do desempenho governamental, a avaliação da qualidade do regime democrático paraguaio, observando a relação da FG com elementos da cultura política paraguaia (apresentados no primeiro capítulo), buscando compreender se a FG representa alguma mudança no cenário ou está inserida na dinâmica tradicional da política paraguaia.

3.2 Os resultados eleitorais da Frente Guasu

Nesta seção o objetivo é apresentar e analisar os resultados da FG nas eleições para conseguir dimensionar sua capacidade de inserção na estrutura governamental, sua aceitação por parte do eleitorado, a distribuição territorial dos votos da FG, bem como delimitar a

relevância da FG e de Fernando Lugo para a coalizão alternativa, aportando novos elementos para debater a dualidade entre o projeto político-ideológico e a liderança política, retomando os aportes gramscianos, weberianos e do caudilhismo para conseguir analisar até que ponto a figura política de Lugo supera o projeto da FG. Serão analisados os dados das eleições nacionais de 2008 (antes da conformação da FG, mas quando o projeto centrado em Lugo de fato se iniciou eleitoralmente), as eleições municipais de 2010 (logo após a formação da FG), as eleições gerais de 2013 (com a postura crítica ao “golpe parlamentar”), as eleições municipais de 2015 (o teste da nacionalização da FG) e as eleições gerais de 2018 (a nova aliança com os liberais e a busca por permanecer como terceira força, especialmente no Senado).

Iniciando com a análise mais geral da obtenção de votos da FG e dos partidos que existiam previamente, considerando-se tanto as votações nas eleições gerais nacionais quanto nas eleições municipais é possível observar em quais eleições a FG conseguiu resultados que possibilitaram seu posicionamento como terceira força e sua possibilidade de manutenção.

Nas eleições gerais são disputados 6 diferentes cargos: presidente/vice; senadores; deputados; parlamentares do MERCOSUL; governadores; e membros das Juntas Departamentais (as assembleias regionais). Na análise realizada na sequência são apreciadas as eleições de 2008, 2013 e 2018, considerando a variação de votos entre a última eleição (2018) e a primeira (2008). Como nas eleições de 2013 a FG emergiu como terceira força, o objetivo é analisar a variação de votos da FG entre o período prévio à sua conformação (2008) e o seu teste para a permanência como terceira força (2018). Os resultados das votações foram compilados com a seguinte tabela:

Tabela 7. Votações da FG nas eleições nacionais (total e com relação aos votos válidos)

Eleição/ Cargo	Presidente/vice*	Senador	Deputado	Parlasul	Governador /vice*	Junta Departamental
2008**	766.502 (42,4%)	120.704 (6,88%)	88.027 (4,98%)	127.788 (7,35%)	39.431 (2,56%)	69.988 (4,66%)
2013	79.573 (3,49%)	238.313 (10,6%)	122.440 (5,46%)	173.839 (7,9%)	103.372 (5,2%)	117.843 (6,07%)
2018	-	279.008 (11,83%)	42.891 (1,8%)	105.770 (4,66%)	4.898 (0,23%)	55.016 (2,65%)
Variação dos votos totais 2018-2008	-89,62% ***	+131,15%	-48,72%	-17,23%	-85,58%	-21,39%
Variação % válidos 2018- 2008	-38,91% ***	+4,95%	-3,18%	-2,69%	-2,33%	-2,01%

*Com o primeiro nome da Lista.

** Partidos que formarão parte da FG (PPS, PHP, PUP e MPT).

***Variação entre 2008 e 2013.

Fonte: Elaboração própria com os dados do TSJE (2013) e TSJE (2018).

Nas eleições presidenciais a grande redução é explicada pela mudança de estratégias. Em 2008 utilizou-se a aliança dos setores da coalizão alternativa com o PLRA, com Lugo sendo o candidato do consenso e conseguindo a vitória eleitoral. Já em 2013, com a FG conformada, a estratégia foi a de lançar uma candidatura própria (com Aníbal Carrillo) disputando com os dois partidos tradicionais e não conseguindo um resultado expressivo (votação menor do que os demais cargos em disputa). E em 2018 a FG utilizou novamente a estratégia da aliança com os liberais, porém desta vez com o candidato a vice-presidente (Leonardo Rubin). Com tais estratégias, de uma expressiva votação para a presidência com Lugo em 2008, a FG perdeu sua capacidade de mobilização eleitoral nas eleições presidenciais de 2013 e aliou-se à segunda força nas eleições de 2018, não logrando repetir o resultado de 2008.

Já nas eleições proporcionais observa-se como a FG tornou-se dependente em certa medida de lideranças que consigam angariar votações expressivas. A estrutura partidária não consegue ter a mesma dinâmica e nos cargos em que não existem lideranças suficientemente expressivas os resultados são menos satisfatórios. Em 2008 os partidos que viriam a compor a FG conseguiram votações relativamente expressivas para o Senado e o Parlamento do MERCOSUL, especialmente pelas votações de Carlos Filizzola (PPS) e Sixto Pereira (MPT) nas eleições do Senado (ambos conseguindo eleger-se) e de Ricardo Canese (MPT) nas eleições do PARLASUL (também conseguindo eleger-se). Para a Câmara de Deputados, sem grandes nomes nos departamentos, apenas uma deputada foi eleita (do total de 80).

Em 2013 os resultados da estrutura partidária da FG – criada de forma aglomerada em 2010 – conseguiram ser os mais positivos para a coalizão alternativa ao longo da democratização, posicionando a FG como terceira força (distante dos partidos tradicionais). Houve um acréscimo substancial nas votações dos 3 cargos (97,43% no Senado, 39,09% na Câmara dos Deputados e 36,04% no PARLASUL). O acréscimo mais vigoroso foi justamente na votação para o cargo com mais lideranças expressivas, no Senado. A lista da FG para o Senado estava encabeçada pelo ex-presidente Fernando Lugo, o nome mais expressivo na coalizão alternativa, junto com outros importantes nomes como os dos senadores Carlos Filizzola e Sixto Pereira, além da ex-ministra Esperanza Martínez. Na eleição para a Câmara de Deputados os resultados avançaram em relação à 2008, contudo, ainda resultou na eleição de apenas 1 deputado. Algo similar ocorreu na eleição para o PARLASUL com o incremento na votação que resultou na permanência de Ricardo Canese como Parlamentar do MERCOSUL.

E nas últimas eleições, em 2018, o desempenho da FG voltou a pautar-se pelo papel das lideranças expressivas e demonstrou como a figura de Fernando Lugo consegue mobilizar um eleitorado expressivo, mas a FG não logra manter os mesmos resultados nas votações para os demais cargos. Na eleição para o Senado a lista encabeçada por Lugo pôde ampliar ainda mais os votos conseguidos em 2013. Com 279.008 votos a FG aumentou em 17,07% a votação de 2013, representando 33,77% de votos a mais do que as votações em todos os outros 4 cargos em disputa com a participação da FG (que somaram 208.575 votos). O segundo cargo com mais votos da FG foi para o PARLASUL, onde novamente Ricardo Canese conseguiu uma votação expressiva (mas reduzindo em 39,16% a votação alcançada em 2013), mesmo assim atingindo a votação necessária para manter a sua cadeira no parlamento.

De modo geral, enquanto as eleições de 2013 possibilitaram posicionar a FG como terceira força política a nível nacional no Paraguai, as eleições de 2018 reduziram o papel da estrutura partidária e aumentaram a relevância das lideranças, especialmente dos senadores e por consequência de Fernando Lugo. A FG manteve-se como terceira força do Senado com 6 senadores, mas não conseguindo ter uma representação relevante em todos os demais cargos votados nas eleições de 2018. Seguiu sendo a terceira força no PARLASUL, constituindo-se em terceira força no nível agregado das Juntas Departamentais, mas não possuindo representação na Câmara dos Deputados. Além disso, aumentou consideravelmente a distância entre a representação das forças tradicionais e a representação da FG nos cargos analisados.

Nas outras duas votações envolvidas nas eleições gerais, os cargos departamentais representaram testes para a estrutura partidária por necessitarem de votações expressivas no âmbito regional. Os resultados foram menores do que os obtidos nas votações nacionais, mas seguiram o padrão apresentado na análise das votações nacionais. Em 2008 as votações foram menores do que nos cargos nacionais, embora os resultados para as Juntas Departamentais se aproximaram dos obtidos para a Câmara de Deputados e representaram um pouco mais da metade das votações obtidas para o Senado (57,98%) e para o PARLASUL (54,77%).

De 2008 para 2013 houve um incremento considerável em ambas as votações, reproduzindo o padrão apresentado nas votações nacionais, posicionando a FG como terceira força eleitoral no Paraguai. Nas votações para governador houve um acréscimo de 162,16% nas votações da FG, enquanto nas votações para as Juntas Departamentais houve um acréscimo de 68,38%. Isso ocorreu pela estratégia adotada pela FG de lançar candidaturas próprias por todo

o país, visando apresentar-se como um possível espaço de unidade para a coalizão alternativa (rivalizando neste sentido com a aliança *Avanza País*).

Contudo, assim como visualizado nas votações nacionais, as votações regionais apresentaram um decréscimo considerável nas eleições de 2018 representando os menores resultados nas três eleições. No caso das eleições para governadores o decréscimo de 2013 para 2018 foi de 95,26%, especialmente pelo fato da FG não lançar muitos candidatos para governador, optando pela composição de alianças que possibilitassem acessar os executivos departamentais. Em 2013 apenas 2 dos 17 departamentos não tiveram candidaturas da FG para o governo, enquanto em 2018 apenas 5 dos 17 departamentos tiveram uma candidatura encabeçada pela FG para o governo. E no caso das eleições para as Juntas Departamentais o decréscimo de 2013 para 2018 foi de 53,31%, também representando a menor votação nas três eleições analisadas, mas aqui possuindo relevância as alianças com os liberais para a disputa dos cargos departamentais, que no caso das Juntas Departamentais conseguiu alcançar resultados mais positivos em relação às alianças para governadores.

A estratégia geral da FG para as eleições de 2018 foi a de focar sua campanha nos cargos nacionais, mais especificamente para o Senado, logrando uma votação expressiva e por conseguinte o maior número de senadores da coalizão alternativa desde a democratização com 6 senadores. A consequência para os demais cargos foi uma redução também expressiva nos resultados.

Isto posto, pode ser apontado que a FG conseguiu posicionar-se como terceira força nacional em 2013, distante dos partidos tradicionais mas com uma representação a nível nacional. Já em 2018 houve uma mudança no patamar da estrutura partidária da FG na política paraguaia, constituindo-se como terceira força no Senado, podendo ser considerada também uma terceira força no nível mais geral englobando os demais cargos e as suas respectivas votações, exceto na Câmara de Deputados. Em suma, o papel das lideranças expressivas se mostrou mais relevante na análise das três eleições, com Fernando Lugo constituindo-se na principal liderança da FG e conseguindo aumentar expressivamente as votações para o Senado ao longo do tempo, enquanto as outras votações oscilaram nas três eleições.

Além das eleições nacionais existem as eleições municipais, realizadas entre as votações nacionais. Para o estudo aqui realizado serão consideradas as eleições de 2010 e 2015, ambas com a participação da FG já constituída. As eleições municipais são outro teste para a estrutura

partidária e sua análise contribui para oferecer resultados adicionais aos apontamentos realizados sobre as eleições nacionais.

Os resultados obtidos pela FG nas eleições municipais de 2010 e 2015 podem ser apresentados com a seguinte tabela:

Tabela 8. Votações da FG nas eleições municipais (total e com relação aos votos válidos)

Eleição/cargo	Intendente/vice*	Junta Municipal
2010	17.447 (1,05%)	57.001 (3,51%)
2015	56.302 (2,65%)	99.053 (4,79%)
Varição dos votos totais 2015-2010	+222,7%	+73,77%
Varição % válidos 2015-2010	+1,6%	+1,28%

*Com o primeiro nome da Lista.

** Partidos que formarão parte da FG (PPS, PHP, PUP e MPT).

Fonte: Elaboração própria com os dados do TSJE (2015).

O primeiro teste eleitoral para a recém criada estrutura partidária da FG foram as eleições municipais de 2010. Pela primeira vez no período de democratização seria apresentada uma concertação da coalizão alternativa, visando a sua unidade e não mais uma aliança conjuntural em torno de algum cargo específico. Em comparação com os resultados obtidos nas votações nacionais os resultados obtidos nas eleições municipais foram menores, apontando para a dificuldade em conseguir fortalecer a estrutura local da coalizão alternativa. Não obstante, se forem comparados os resultados municipais com os obtidos nas votações regionais percebe-se que há uma maior aproximação, mesmo que também sejam menores.

Nas eleições municipais de 2015 se repetiu o resultado positivo obtido com a estratégia de ampliação da participação da FG nas eleições, já ocorrida nas eleições nacionais de 2013 e que posicionaram a FG como terceira força política. Nas eleições para o executivo municipal embora os resultados da FG tenham melhorado ainda ficaram muito distantes das votações obtidas nas eleições nacionais (no geral, menos da metade dos votos). E nas eleições para o legislativo municipal, embora o acréscimo foi menos expressivo, foi uma votação que quase alcançou os 100.000 votos, mais similar aos resultados alcançados nas votações nacionais e regionais (80,9% dos votos conseguidos para deputados, 95,82% dos votos conseguidos para governadores e 84,06% dos votos conseguidos para as Juntas Departamentais).

O novo desafio para a FG serão as eleições municipais de 2020 para observar se o mesmo padrão de resultados das eleições anteriores se repete e, neste caso, a FG reduz sua votação nas eleições municipais como consequência da redução do papel da estrutura partidária. A questão reside novamente na estratégia eleitoral que será adotada pela FG: a participação

ampliada visando divulgar as propostas da FG, mas exigindo mais recursos para a estrutura partidária, ou o foco em alguns locais específicos visando resultados mais positivos nestes locais, mas correndo o risco de reduzir a votação no nível agregado, havendo ainda a possibilidade de alianças com outras forças políticas buscando reduzir os custos da campanha mas mantendo a busca por espaços de representação.

Outra forma de auferir a participação da FG na política paraguaia é através dos cargos obtidos ao longo das eleições em que houve alguma estratégia unitária da coalizão alternativa. Usando o mesmo corte temporal da análise dos resultados das votações (eleições nacionais e regionais de 2008, 2013 e 2018, e as eleições municipais de 2010 e 2015) é possível visualizar um aumento da representação da FG nos cargos em que participou das disputas eleitorais.

Os cargos obtidos pela FG podem ser apresentados por meio do seguinte quadro:

Quadro 13. Cargos obtidos pela FG (total e porcentagem do total de cargos na instituição)

Cargo/Eleição	2008*	2010	2013	2015	2018
Presidente/vice**	1	-	0	-	0
Senador	2 (4,44%)	-	5 (11,11%)	-	6 (13,33%)
Deputado	1 (1,25%)	-	1 (1,25%)	-	0
Parlamentar do MERCOSUL	1 (5,55%)	-	1 (5,55%)	-	1 (5,55%)
Governador/vice**	0	-	0	-	0
Junta Departamental	3 (1,4%)	-	11 (4,82%)	-	12 (5,26%)
Intendente/vice**	-	2 (0,84%)	-	4 (1,68%)	-
Junta Municipal	-	113 (4,28%)	-	167 (6,33%)	-

* Partidos que formarão parte da FG (PPS, PHP, PUP e MPT).

**Com o primeiro nome da Lista.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE (2013), TSJE (2015) e TSJE (2018).

O grande resultado obtido com a eleição de Lugo para a presidência em 2008 não conseguiu resultar em algo similar nas duas eleições presidenciais seguintes. Tanto em 2013 quando a FG lançou uma candidatura própria para a presidência e vice, quanto em 2018 quando a FG aliou-se novamente aos liberais com o candidato a vice-presidente, os resultados não foram suficientes para a FG ter algum representante no executivo nacional.

No Senado a representação da coalizão alternativa foi aumentando gradualmente nas três eleições, permitindo posicionar a FG como terceira força no Senado em 2013 e manter tal posição para o período 2018-2023. Em 2008 os partidos da coalizão que se converteria em FG, com as múltiplas listas lançadas para o Senado, conseguiram eleger apenas 2 senadores (Sixto Pereira pelo MPT e Carlos Filizzola pelo PPS). Após a conformação da FG e a deposição de

Lugo, em 2013 a lista unificada da FG para o Senado logrou ampliar a sua participação neste espaço elegendo 5 senadores. E nas últimas eleições, em 2018, o investimento da FG em sua lista para o Senado conseguiu dar bons resultados novamente, com a eleição de um senador a mais do que em 2013. De tal modo, de 2008 a 2018, nestas três eleições a FG pôde triplicar o número de senadores e constituir-se como terceira força, com resultados mais positivos do que as demais forças vinculadas à coalizão alternativa.

Na Câmara de Deputados a representação da FG ficou distante do logrado no Senado. Nas eleições de 2008 apenas uma deputada foi eleita pelos partidos que viriam a fazer parte da FG. Nas eleições de 2013, já com a FG constituída e com a estratégia de lançar candidaturas próprias para a maioria dos cargos, o resultado final não se alterou e a FG elegeu apenas um deputado. E nas eleições de 2018, com a estratégia de alianças e enfocando nas eleições para o Senado, a FG não elegeu nenhum deputado. Portanto, a FG e a própria coalizão alternativa de modo mais geral não representam uma força relevante dentro da Câmara de Deputados.

Quanto ao Parlamento do MERCOSUL a FG manteve sua participação ao longo das três eleições sempre contando com a eleição de Ricardo Canese para o cargo. Embora a votação tenha oscilado ao longo das três eleições, sempre foi suficiente para eleger um representante da FG. Aqui é importante ressaltar o papel desempenhado por Ricardo Canese nos temas relacionados às relações internacionais na FG, na coalizão alternativa e na própria política paraguaia, fazendo que seja uma figura recorrente de importância nestas discussões e um representante da FG nos temas do MERCOSUL.

A FG nunca logrou eleger um governador, mesmo em 2013 quando lançou várias candidaturas. Em 2018 a estratégia de aliança com os liberais conseguiu dar algum resultado no nível departamental, pois em três departamentos a aliança GANAR, encabeçada pelo PLRA, pôde eleger governadores e a FG conseguiu participar das alianças vitoriosas e acessar o executivo nestes três departamentos.

Por outro lado, nas Juntas Departamentais as distintas estratégias adotadas ao longo do tempo conseguiram dar resultados minimamente positivos. Em 2008, com as várias listas da coalizão alternativa, os partidos que viriam a constituir a FG conseguiram eleger apenas 3 representantes nas Juntas Departamentais. Em 2013 a estratégia do lançamento de várias candidaturas próprias deu um resultado positivo, com a FG obtendo a eleição de 11 representantes para as Juntas Departamentais. E em 2018, com a estratégia de priorizar as alianças com os liberais e a lista própria no Senado, os resultados conseguiram ser positivos: a

FG elegeu um representante para a Junta Departamental de Guairá com a lista própria, além de outros 11 representantes eleitos por meio da Aliança GANAR.

Em suma, em 2008 os partidos que viriam a constituir a FG conseguiram eleger 1 representante no executivo nacional e 7 representantes legislativos (4 nacionais e 3 departamentais). Já em 2013 a FG conseguiu eleger 18 representantes legislativos (7 nacionais e 11 departamentais). E em 2018 a FG conseguiu eleger 19 representantes legislativos (7 nacionais e 12 departamentais).

E nas eleições municipais a FG elegeu apenas 2 *intendentes* com o primeiro nome da lista de alianças (além de compor o governo em outras 2 *intendencias*) em 2010, enquanto em 2015 elegeu 4 *intendentes* com uma lista própria, além de compor o governo em outras 10 localidades. Também houve uma alteração na representação da FG nas Juntas Municipais, ampliando em 47,79% o número de representantes da FG nas Juntas Municipais entre 2010 e 2015, posicionando a FG como terceira força política agregando as juntas no nível nacional.

De modo geral é possível apontar um incremento da representação da FG ao longo das eleições, contudo, ainda tendo uma representação concentrada em alguns espaços, especialmente no Senado. Espaços como a Câmara de Deputados e os governos departamentais ainda não conseguem ter uma representação significativa. Ademais, embora a FG tenha aumentado sua representação nos cargos analisados, ainda segue muito distante dos dois partidos tradicionais (ANR e PLRA). A FG conseguiu resultados mais positivos do que os demais representantes da coalizão alternativa durante a democratização, mas segue com o desafio de ampliar essa representação para torna-la uma terceira força estável e com maior capacidade de interferir na política paraguaia.

E uma última forma de analisar os resultados da FG nas eleições é por meio da distribuição territorial dos votos, observando as mudanças ao longo das eleições, além das regiões que concentram os votos da FG constituindo-se nos seus principais redutos eleitorais. Foram analisadas as votações para os cargos representativos nas eleições nacionais e regionais, por utilizarem-se do sistema de representação proporcional, analisando-se as eleições para: Senado, Câmara de Deputados, Parlamento do MERCOSUL e Juntas Departamentais.

A distribuição departamental da votação da FG nas eleições para o Senado pode ser visualizada no apêndice 1, enquanto a sequência da análise irá considerar apenas os resultados mais relevantes para os objetivos propostos neste capítulo. Primeiramente, é preciso analisar o

desempenho da FG nas cinco regiões que aglomeram a maioria dos eleitores paraguaios: a Capital e os Departamentos Central, Caaguazú, Itapúa e Alto Paraná, os únicos a possuírem mais de 300.000 eleitores habilitados, constituindo-se em regiões eleitorais com um peso um pouco maior nos resultados do que os outros 13 Departamentos.

Na Capital a votação para o Senado reduziu entre a primeira eleição e a última. A votação mais expressiva na primeira eleição foi conseguida pelas listas de Sixto Pereira (MPT) e Carlos Filizzola (PPS) que possuíam certo reduto eleitoral em Asunción, especialmente Carlos Filizzola⁵⁴. Nas eleições de 2013 e 2018, já com a lista unificada da FG e a liderança de Fernando Lugo, o desafio da FG demonstrou ser justamente conseguir inserir-se de forma decisiva na Capital, que representou o terceiro local com mais eleitores habilitados para as eleições de 2018 e onde a FG foi apenas a sexta força na votação.

O Departamento Central é crucial para qualquer eleição no Paraguai por ser justamente o local que aglomera a maior parcela dos eleitores habilitados (1.155.362 em 2018). Neste Departamento as votações da FG para o Senado obtiveram um acréscimo considerável ao longo do tempo, representando o Departamento com a maior votação da FG (20,78% dos votos conseguidos em 2018). Contudo, assim como observado no caso da Capital, a FG tem certa dificuldade para se inserir no Departamento Central, mesmo assim logrando constituir-se na terceira força na votação do Departamento em 2018. O Departamento de Caaguazú, por sua vez, possui o menor número de eleitores habilitados dos cinco locais analisados, mas é onde se visualiza a maior variação entre 2008 e 2018, constituindo-se no quarto Departamento com mais votos da FG para o Senado e conseguindo ser a terceira força nas votações de Caaguazú.

Quanto ao Departamento de Itapúa também visualiza-se uma grande variação positiva na votação da FG para o Senado entre 2008 e 2018, no entanto, assim como no Departamento de Caaguazú, sendo vista uma leve redução na votação entre 2013 e 2018. Itapúa representou o terceiro departamento nas votações da FG em 2018, além de conseguir posicionar-se muito próximo da segunda força nas votações do departamento (com cerca de 5.000 votos a menos do que o PLRA). E no Departamento de Alto Paraná, o segundo local com mais eleitores habilitados e segundo no total de votos da FG, os resultados também apresentaram um acréscimo considerável a cada eleição. A votação para o Senado em Alto Paraná conseguiu ficar muito próxima da votação da segunda força (apenas 2.691 votos a menos do que o PLRA).

⁵⁴ Líder sindical dos médicos durante os anos 1980 e primeiro prefeito de Asunción pós-ditadura.

Partindo para a análise mais geral das votações da FG no Senado apreciando a sua distribuição territorial, das 19 regiões de votação (17 departamentos, a capital e o exterior) o que se vê predominantemente é um acréscimo considerável nas votações da FG. Em apenas dois departamentos o acréscimo da votação da FG foi menor do que 100%, em Ñeembucú e Central. Além disso, das 19 regiões de votação em apenas duas houve um decréscimo nas votações, na Capital e no Exterior. Nos outros 15 departamentos houve uma variação positiva expressiva: em 5 departamentos a votação cresceu entre 100% e 200%, em 8 departamentos o aumento foi entre 200% e 300%, e em 2 departamentos a votação aumentou mais de 400%.

Portanto, a lista unificada da FG para o Senado conseguiu alcançar resultados positivos, ampliando consideravelmente a sua votação em quase todos os departamentos. Apenas em Asunción as listas separadas de 2008 atingiram resultados melhores do que a lista unificada de 2013 e 2018, representando o espaço com maior dificuldade de inserção da FG.

As votações para o Senado são contabilizadas nacionalmente, de modo que as bancas são distribuídas proporcionalmente de acordo com os resultados agregados no nível nacional. O mesmo ocorre no caso das eleições para o Parlamento do MERCOSUL, que será o próximo elemento de análise. Entretanto, para essas duas votações a análise da distribuição territorial do voto busca compreender e apontar a capacidade de penetração nacional da FG.

A distribuição departamental das votações da FG para o Parlamento do MERCOSUL pode ser vista no apêndice 2, e partindo da mesma análise centrada nas cinco principais regiões de votação os resultados obtidos são distintos dos observados nas votações para o Senado. Além de se visualizarem mais oscilações os acréscimos são expressivamente menores do que os obtidos nos resultados para o Senado.

Na Capital os resultados das listas separadas em 2008 foram maiores do que os obtidos para o Senado, centrando-se no papel de Ricardo Canese (MPT). Mas nas duas eleições seguintes os resultados se reduzem expressivamente e nas últimas eleições os resultados da lista da FG na capital a posicionaram como quarta força. Com isso, a estrutura partidária com a lista unificada da FG não pôde trazer resultados positivos para Canese em Asunción.

O Departamento Central representou o local com as maiores votações da FG para o PARLASUL nas três eleições, mas também observando-se uma redução ao longo do tempo. Nas eleições de 2018 os resultados da FG no Departamento Central também a posicionaram como quarta força departamental para o PARLASUL. Já no Departamento de Caaguazú

visualiza-se uma oscilação mais acentuada, resultando em um pequeno avanço na análise do período completo entre 2008 e 2018. Nas eleições do PARLASUL de 2018 os resultados da FG no Departamento de Caaguazú colocaram a FG como terceira força departamental.

Os resultados no Departamento de Itapúa também apresentaram oscilações nas três eleições e na análise geral da variação entre 2008 e 2018 há um acréscimo considerável, porém sendo mais importante apreciar aqui a oscilação dos resultados, não estabilizando o avanço expressivo obtido em 2013. Nas eleições de 2018 os resultados departamentais da FG para o PARLASUL a posicionaram como terceira força departamental. E os resultados da FG no Departamento de Alto Paraná também oscilaram nas três eleições, com o resultado geral da variação entre 2008 e 2018 apresentando um pequeno acréscimo. Nas eleições de 2018 os resultados da FG em Alto Paraná a posicionaram como quarta força departamental.

Na análise geral dos departamentos é possível ver como o caso da oscilação se destaca. Dos 19 locais de votação, 5 apresentaram um aumento nos três períodos e 3 apresentaram uma redução nos três períodos. Os outros 11 locais apresentaram oscilação, com um acréscimo em 2013 em relação a 2008, contudo, visualizando-se uma redução em 2018. O problema para os resultados da FG nas eleições do PARLASUL é a redução visualizada em dois dos principais locais de votação, a Capital e o Departamento Central, auxiliando no resultado final que apresentou uma oscilação, mas com o resultado de 2018 sendo menor do que o obtido pelas listas separadas em 2008. O caso do PARLASUL também mantém a FG como terceira força nas votações nacionais, mas com apenas 4,66% dos votos válidos, muito distante dos partidos tradicionais (a ANR com 42,05% e o PLRA com 30,19% dos votos válidos).

Não obstante, não é no caso das eleições para o Senado e para o PARLASUL que a distribuição territorial possui um peso decisivo, pois as bancas são divididas proporcionalmente pelo total nacional de votos. É no caso das eleições departamentais que a estrutura partidária no âmbito regional definitivamente é testada. Para tal análise foram consideradas as eleições para a Câmara de Deputados e para as Juntas Departamentais.

Com relação aos resultados obtidos pela FG nas eleições departamentais para a Câmara de Deputados, estes podem ser vistos através do apêndice 3. Examinando as votações para deputados observa-se que ocorreu um movimento similar ao do PARLASUL, com um aumento em 2013 em relação a 2008, motivado pelo lançamento de candidaturas da FG para deputados em quase todos os Departamentos, e uma redução considerável em 2018 com a menor votação nas três eleições, especialmente pela grande redução de candidaturas (5 Departamentos não

tiveram candidaturas). Na sequência se seguirá com a análise dos 5 principais locais de votação para ver o comportamento da FG nas eleições para a Câmara de Deputados.

Na Capital os resultados para Deputados foram menores do que os obtidos nas duas votações previamente analisadas. Houve uma redução ao longo das eleições, iniciando com a votação mais expressiva na Capital em 2008, reduzindo-se nas eleições de 2013 e não possuindo candidatura em 2018. De tal modo, em um importante local de votação (terceiro com mais eleitores habilitados) e com importante representação na Câmara de Deputados (com 9 representantes), os resultados da FG foram pouco expressivos não conseguindo eleger nenhum Deputado nas três eleições.

No Departamento Central encontram-se os resultados mais expressivos da FG. Em 2008 os 19.959 votos do MPT foram suficientes para eleger uma Deputada, mas nas eleições seguintes houve uma redução considerável nas votações departamentais. Nestas últimas eleições de 2018 as votações departamentais para Deputados posicionaram a FG como sétima força departamental, distante da possibilidade de eleger algum deputado. No Departamento mais importante na Câmara de Deputados, com 19 representantes, apenas em 2008 conseguiu-se eleger uma deputada e os resultados nas demais eleições reduziram-se consideravelmente, dificultando o acesso à Câmara através do Departamento que oferece maiores possibilidades.

Em Caaguazú os resultados oscilaram ao longo das três eleições, mas nunca alcançaram votos necessários para eleger um dos seis deputados da representação departamental. Nas eleições de 2018 a FG conseguiu uma pequena votação suficiente para posicioná-la como terceira força departamental, mas não sendo minimamente suficiente para conseguir eleger algum deputado. Aqui é preciso observar que a FG preferiu abster-se da aliança com os liberais nas votações para deputados, não participando da lista que obteve quase 70.000 votos.

Em Itapúa os resultados da FG para a Câmara de Deputados apresentaram uma melhora significativa com a lista unificada, sendo que em 2013 a FG conseguiu uma das seis cadeiras do Departamento na Câmara de Deputados. O problema foi o não lançamento de uma candidatura da FG para Deputados em Itapúa nas eleições de 2018, perdendo a possibilidade de manter sua representação departamental. E no Departamento de Alto Paraná, segundo maior local de votação, os resultados da FG nunca foram expressivos e oscilaram ao longo das três eleições, ficando muito distantes do necessário para obter uma das sete cadeiras do departamento na Câmara de Deputados. Em 2018 os resultados departamentais da FG a colocaram apenas como a sexta força departamental.

Se são analisados os resultados de outro departamento importante para a representação na Câmara de Deputados, o Departamento de San Pedro que possui cinco cadeiras na Câmara, os resultados da FG também foram oscilantes e insuficientes para conseguir alcançar alguma das cadeiras. Nas eleições de 2018 a FG obteve uma pequena votação que a posicionou como quarta força departamental.

A análise destes seis departamentos é fundamental pois eles representam 52 das 80 cadeiras da Câmara de Deputados e são aqueles que permitem apreciar uma possibilidade maior de acesso à Câmara. Os demais departamentos possuem representações entre 1 a 4 cadeiras, muito mais difícil de alcançar uma cadeira, especialmente pela grande distância das terceiras forças e demais partidos em relação aos dois partidos tradicionais que acabam conquistando as votações necessárias para acessar as cadeiras.

Na análise geral das votações departamentais para a Câmara de Deputados é possível ver que a variação entre eleições apresentou 7 departamentos que aumentaram os resultados da FG, 8 departamentos onde se reduziram os resultados e outros 3 onde não é possível analisar a variação pois a FG apresentou candidaturas em apenas uma das três eleições. No geral a mudança para a lista unificada e com várias candidaturas próprias em 2013 teve bons resultados, assim como nas votações no Senado e PARLASUL, mas reduzindo-se em 2018. Com isso, a FG nunca foi uma força relevante dentro da Câmara de Deputados.

Por fim, resta analisar as votações da FG para as Juntas Departamentais (o Poder Legislativo regional), onde serão visualizadas variações similares ao analisado nas votações do PARLASUL e da Câmara de Deputados, diferindo apenas das votações para o Senado. Os resultados departamentais da FG nas eleições para as Juntas Departamentais podem ser visualizados por meio do apêndice 4. Visando utilizar o mesmo padrão de análise prévio é preciso considerar que a Capital não possui uma Junta Departamental (apenas a Junta Municipal, onde a FG não possui representantes), de tal modo, serão analisados os resultados da FG nos outros quatro departamentos previamente estabelecidos para o estudo.

No Departamento Central os resultados das listas separadas foram os maiores nas três eleições, resultando na eleição de um membro da Junta pelo MPT. Nas eleições seguintes com a lista unificada houve uma redução significativa nas duas eleições. Nas últimas eleições a FG conseguiu alcançar uma votação muito pequena que a posicionou apenas como oitava força nas eleições para a Junta de Central. Quanto ao Departamento de Caaguazú os resultados possuíram oscilações ao longo das três eleições, com um grande aumento em 2013 e uma grande redução

em 2018. Os resultados de 2018 devem ser relativizados pois além da lista própria da FG, alguns membros da concertação participaram da lista em aliança com os liberais (Aliança GANAR) que conseguiu uma votação muito mais expressiva (40,42% dos votos válidos).

No Departamento de Itapúa também se observam oscilações ao longo das três eleições, mas aqui não houve a aliança com os liberais para a Junta Departamental em 2018. Em 2008 as listas separadas obtiveram os menores resultados departamentais, mas conseguindo um aumento significativo em 2013, com uma votação maior inclusive do que a obtida na Câmara de Deputados. Contudo, nas eleições de 2018 os resultados da FG retrocederam também consideravelmente e conseguiram posicionar a FG como quarta força departamental.

E no Departamento de Alto Paraná as oscilações também são o elemento principal, sendo que o acréscimo alcançado nas eleições de 2013 não conseguiu se manter em 2018, quando a votação retrocede a um patamar inferior ao obtido em 2008. Nas eleições de 2018 os resultados departamentais da FG a colocaram apenas como sétima força. Aqui também é preciso fazer a ressalva acerca da aliança com os liberais (que obteve 26,9% dos votos válidos) que resultou em uma redução acentuada da votação na lista da FG.

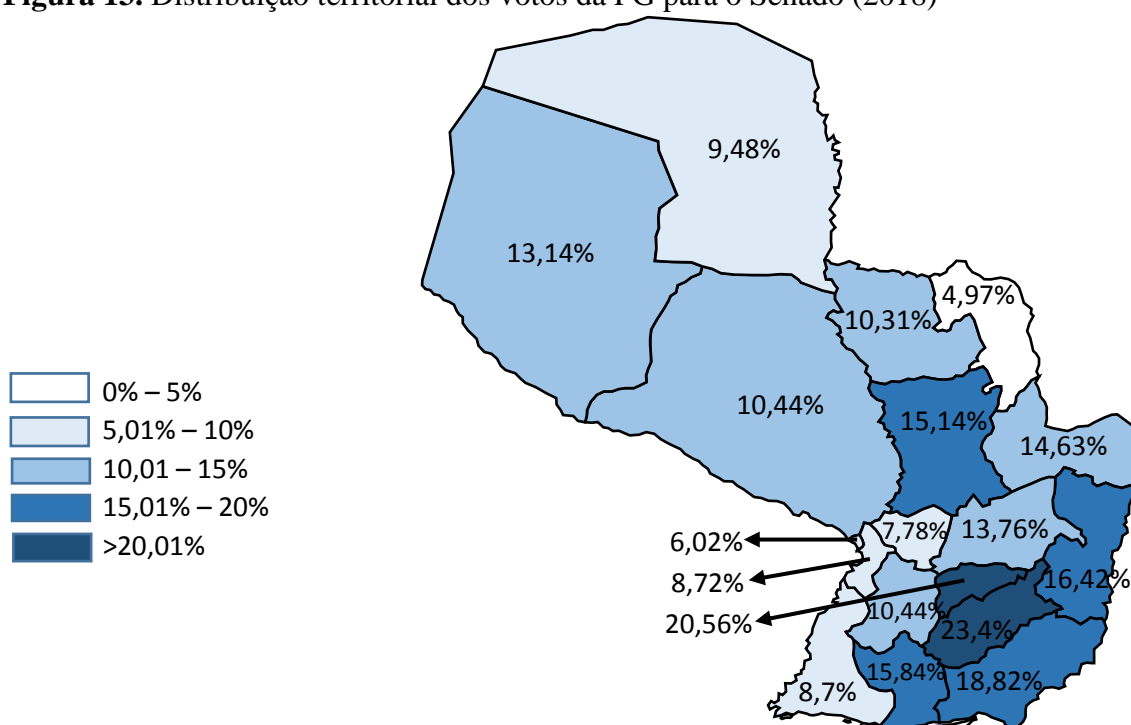
O caso das Juntas Departamentais também lança importantes desafios analíticos e estratégicos para a FG. As listas separadas em 2008, assim como nos demais cargos, não obtiveram resultados tão expressivos resultando na eleição de apenas três membros. A mudança para a lista unificada em 2013, junto com o lançamento de candidaturas em todos os departamentos, fez que a FG tivesse a maior votação para as Juntas resultando na eleição de 11 membros. E nas eleições de 2018 há novamente uma diversificação de estratégias com o lançamento de candidaturas próprias e em aliança que resultaram, por um lado, na menor votação da lista própria nas três eleições e, por outro lado, na eleição de 12 membros para as Juntas Departamentais, o maior número de representantes eleitos nas três eleições.

Deste modo, é possível apontar que a FG conseguiu ampliar a sua representação nas Juntas Departamentais tornando-se uma força política com alguma relevância (especialmente em Caaguazú e Alto Paraná), mas não logrando manter a relevância de sua própria estrutura partidária, necessitando retomar a aliança com liberais para as eleições regionais. Contudo, isso aponta alguns indícios de como a FG pôde se inserir no interior do sistema partidário paraguaio, usufruindo da aliança com a segunda força para poder ampliar seus espaços de representação.

E uma última forma de analisar a distribuição territorial dos votos da FG é considerar os resultados que obteve nas últimas eleições, em 2018, comparando-os com o total de votos válidos em cada departamento. É uma forma de apontar a relevância da FG em cada departamento, para poder observar em quais departamentos a FG pôde se constituir como uma força política relevante em cada uma das votações. Nas imagens seguintes serão distribuídas as porcentagens das votações da FG em relação aos votos válidos em cada um dos departamentos.

A distribuição dos votos da FG em cada departamento nas eleições para o Senado em 2018 pode ser apresentada a partir da seguinte figura:

Figura 13. Distribuição territorial dos votos da FG para o Senado (2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE (2018).

No caso das votações para o Senado em 2018 é possível ver uma presença significativa da FG em quase todo o território nacional. Apenas em um departamento a votação da FG foi menor do que 5% dos votos válidos, em Amambay, embora tenha logrado posicionar-se como terceira força departamental. Em 4 departamentos (Alto Paraguay, Cordillera, Central e Ñeembucú) e na Capital a FG pôde obter entre 5,01% e 10% dos votos válidos, representando uma dificuldade para conseguir inserir-se como uma força importante em dois dos principais locais de votação, a Capital e especialmente o Departamento Central.

Em 6 departamentos (Boquerón, Presidente Hayes, Concepción, Canindeyú, Caaguazú e Paraguari) a FG conseguiu obter entre 10,01% e 15% dos votos válidos, mas apenas Caaguazú

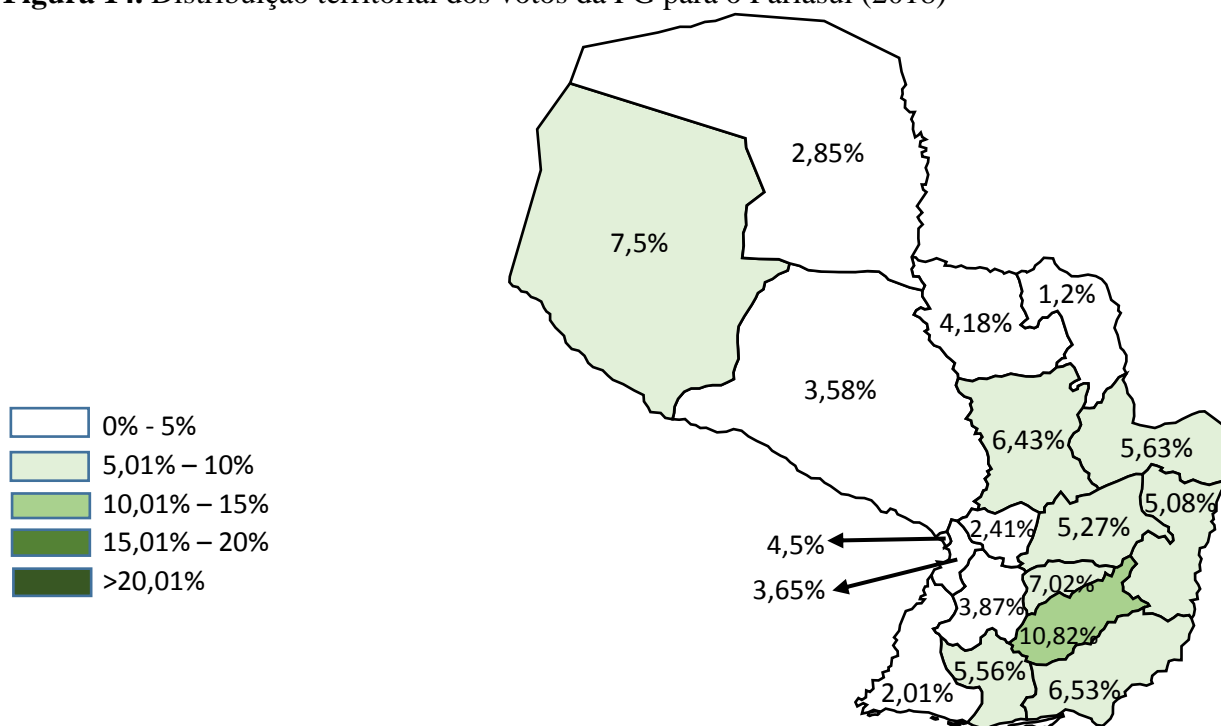
possui maior peso eleitoral. Chegando aos departamentos onde a votação da FG para o Senado obteve resultados mais expressivos diante das forças tradicionais, observa-se que em 4 departamentos (San Pedro, Alto Paraná, Itapúa e Misiones) a votação da FG ficou entre 15,01% e 20% dos votos válidos. Aqui é interessante ver como a FG conseguiu votações expressivas em 3 departamentos com maior expressividade eleitoral: em San Pedro obteve 15,14% dos votos válidos e foi a terceira força; em Alto Paraná conseguiu 16,42% dos votos válidos e foi a terceira força; e em Itapúa chegou a 18,82% dos votos válidos e também foi a terceira força.

Em outros 2 departamentos (Guairá e Caazapá) a FG logrou votações acima dos 20% do total de votos válidos. Em Guairá conseguiu atingir 20,56% e posicionou a FG como a terceira força departamental, e em Caazapá logrou 23,4% dos votos válidos e se posicionou como a segunda força departamental.

De tal modo, a FG logrou distribuir sua votação para o Senado pelo território nacional, possuindo alguma relevância diante das demais forças políticas em quase todos os departamentos. É possível ver como a presença da FG reflete parte de suas pautas centrais, de sua penetração histórica e suas dificuldades de penetração. Os departamentos onde a votação foi mais expressiva são departamentos onde a economia rural (agricultura ou pecuária) é fundamental. Ademais, em dois dos principais centros de produção de grãos do país, Alto Paraná e Itapúa, a FG atingiu votações expressivas.

A FG posiciona-se assim como a terceira força política no interior do país, porém não conseguindo obter o mesmo resultado nos departamentos próximos à Asunción. O que foi apontado na análise inicial deste capítulo, sobre a construção histórica da FG e sua atuação, confirma-se com a análise dos resultados nas últimas eleições para o Senado: a FG consegue uma penetração relevante entre os camponeses, mas distancia-se das classes urbanas. O grande desafio da FG segue sendo o de inserir-se de forma mais expressiva na Capital e no Departamento Central, para possibilitar expandir sua presença parlamentar e aproximar-se mais das duas forças tradicionais que são absolutamente predominantes nestes dois espaços.

Analisando a presença da FG nas votações dos demais cargos representativos reafirma-se a dificuldade de transferir os bons resultados do Senado, além de ser visualizada novamente a relevância das figuras de liderança: no Senado é um elemento fundamental, assim como no PARLASUL. A estrutura partidária é insuficiente para manter a presença relevante na maioria dos departamentos que foi alcançada nas votações do Senado. A distribuição departamental da presença da FG na eleição do PARLASUL em 2018 é apresentada através da seguinte figura:

Figura 14. Distribuição territorial dos votos da FG para o Parlasul (2018)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE (2018).

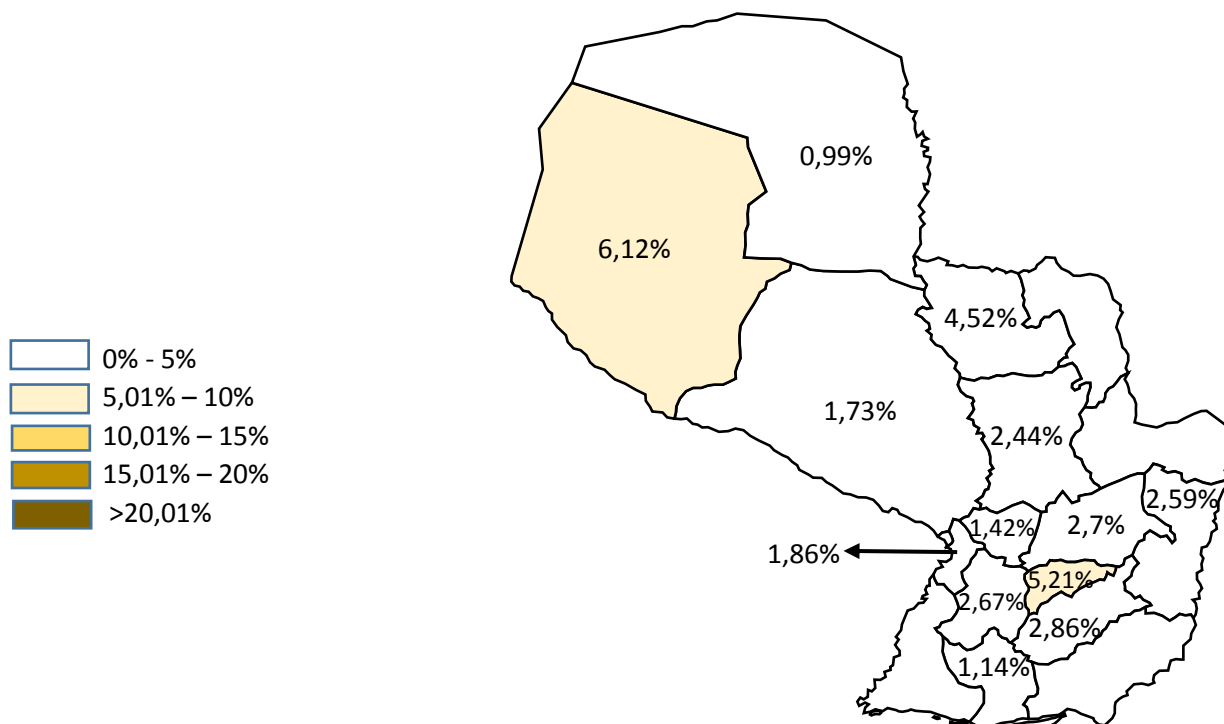
Já é possível visualizar uma redução considerável da presença da FG em comparação com a votação para o Senado. A votação para o PARLASUL também tem sua representação final calculada a partir dos resultados em nível nacional. Em comparação com o Senado, na votação para o PARLASUL em 8 departamentos e a Capital a FG não conseguiu obter 5% dos votos válidos, sendo que entre eles estão o Departamento Central e a Capital.

Em 8 departamentos os resultados conseguiram ficar entre 5,01% e 10% dos votos válidos, destacando-se os Departamentos de San Pedro, Alto Paraná, Caaguazú e Itapúa que possuem uma maior representatividade eleitoral, mas com resultados próximos dos 5% que não representam uma presença realmente expressiva nestes departamentos. E apenas em um departamento a votação da FG conseguiu ficar entre 10,01% e 15%, em Caazapá, onde alcançou 10,82% dos votos válidos consolidando-se como terceira força departamental.

Embora haja uma dificuldade considerável para a FG lograr reproduzir os bons resultados obtidos nas votações para o Senado, conseguiu uma representação minimamente relevante em pelo menos 9 departamentos nas eleições do PARLASUL. A sequência da análise, que diz respeito às votações regionalizadas, tem resultados ainda menos expressivos e corrobora a dificuldade da estrutura partidária da FG para transformar o capital político das lideranças no Senado, especialmente Fernando Lugo, em votações expressivas para os demais cargos.

Quanto à votação para a Câmara de Deputados a distribuição departamental dos resultados da FG é apresentada com a seguinte figura:

Figura 15. Distribuição territorial dos votos da FG para a Câmara de Deputados (2018)

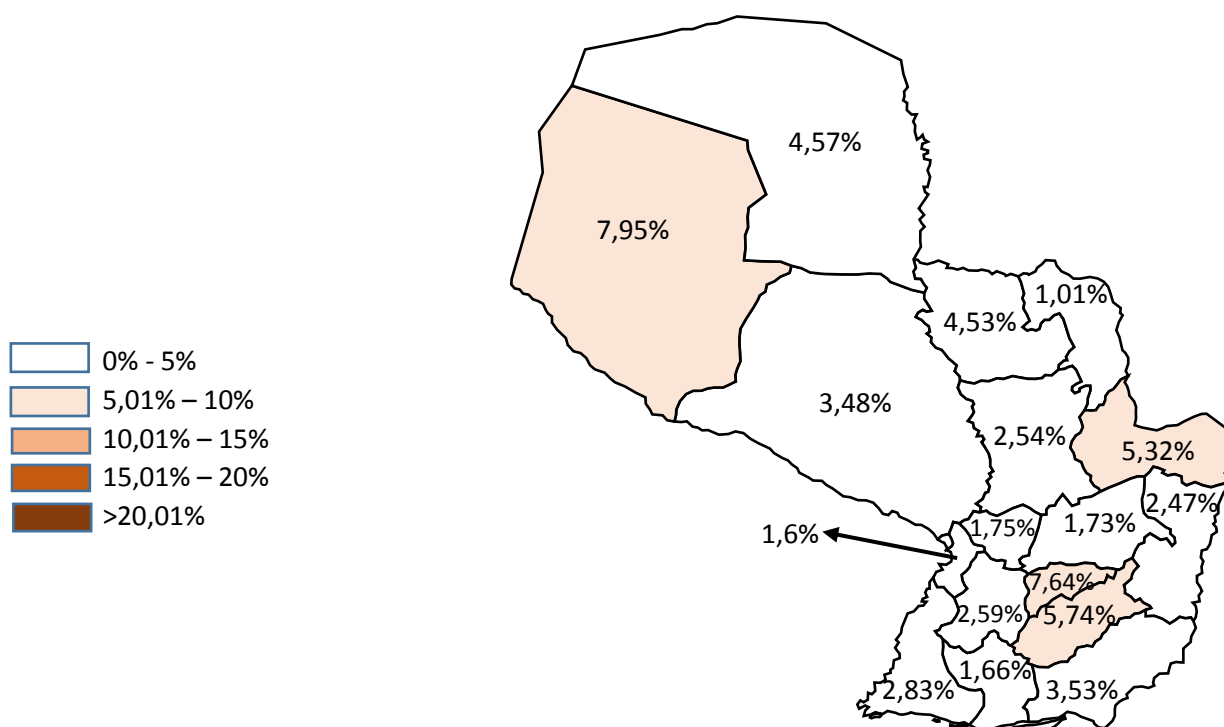


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE (2018).

A expressividade da FG nas votações para a Câmara de Deputados em 2018 foi muito pequena, influenciando no resultado negativo de perder a única cadeira conseguida em 2013. Na maioria dos departamentos (15 mais a Capital) a votação não logrou alcançar os 5% dos votos válidos, conseguindo passar dos 5% em apenas 2 departamentos: Boquerón e Guairá.

Esta dificuldade encontrada nas duas eleições prévias ainda não pôde ser resolvida com as estratégias utilizadas, principalmente pela dificuldade de manutenção da estrutura partidária tanto no nível nacional quanto no nível regional. A dificuldade está na transferência dos votos das listas nacionais para as listas regionais, sendo que há uma redução expressiva entre a distribuição dos votos da FG para o Senado e para a Câmara.

A situação das votações para as Juntas Departamentais também é complicada, mas aqui é preciso relevar os resultados específicos da FG, pois em alguns departamentos seus candidatos participaram de listas em aliança com os liberais, conseguindo acessar as Juntas. Não obstante, considerando-se especificamente as votações obtidas pela Lista 40 (FG) nas eleições de 2018 para as Juntas Departamentais, a distribuição dos votos é apresentada com a seguinte figura:

Figura 16. Distribuição territorial dos votos da FG para as Juntas Departamentais (2018)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE (2018).

A estratégia dupla adotada em 2018, manter as candidaturas próprias e também lançar candidaturas conjuntas com os liberais, inclusive usando ambas estratégias em alguns departamentos, fez que as votações da FG reduzissem consideravelmente e tivessem um padrão mais próximo ao caso das eleições para Deputados. Em apenas 4 departamentos as votações da FG conseguiram superar os 5% dos votos válidos: Boquerón, Canindeyú, Guairá e Caazapá.

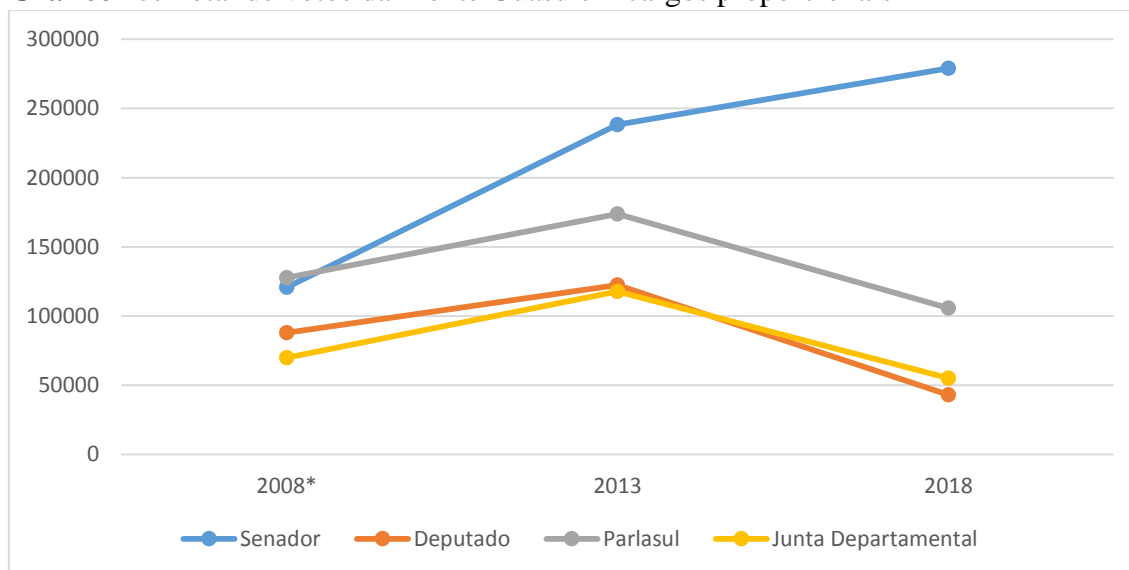
Contudo, os resultados foram melhores do que os das eleições para Deputados, outra votação que ocorre no nível departamental. Enquanto a lista própria da FG conseguiu eleger apenas 1 representante para a Junta Departamental de Guairá, as listas da Aliança GANAR permitiram à FG eleger mais 11 representantes, demonstrando que no nível departamental a FG ainda não pôde estabelecer uma base organizativa que permita uma competição com os partidos tradicionais, buscando aliar-se com um deles para ter representação na estrutura governamental.

Além da análise da distribuição territorial das votações da FG, analisa-se na sequência as votações totais alcançadas nos cargos legislativos, para ver se ocorre uma transferência de votos das listas entre os cargos, ou se ocorre uma concentração em determinados cargos.

Cabe então analisar de modo geral a evolução ao longo das três eleições das votações obtidas pela FG para os cargos proporcionais nas eleições gerais. Com isso, é possível observar

um movimento similar em três votações, enquanto as votações para o Senado seguem um padrão distinto. As votações totais da FG para os cargos proporcionais podem ser apresentadas com o seguinte gráfico:

Gráfico 25. Total de votos da Frente Guasu em cargos proporcionais



*Partidos que fazem parte da FG antes de sua formação.

Fonte: TSJE (2013) e TSJE (2018). Elaboração própria.

As listas separadas em 2008 conseguiram passar a marca dos 100.000 votos nas eleições para o Senado (pelas lideranças de Carlos Filizzola e Sixto Pereira) e para o PARLASUL (pela liderança de Ricardo Canese). Já em 2013 com a lista unificada da FG e o lançamento de inúmeras candidaturas para os mais diversos cargos, houve um aumento nas votações dos quatro espaços, com as votações para Deputados e Junta Departamental passando dos 100.000 votos, a votação de Ricardo Canese passando de 150.000 votos para o PARLASUL, mas cabe destacar os resultados para o Senado que com a participação de Fernando Lugo como primeiro nome da lista logrou quase dobrar sua votação ficando próximo dos 240.000 votos.

E nas eleições de 2018 há um movimento dual: enquanto são reduzidas as votações para o PARLASUL, Deputados e Juntas Departamentais, as votações para o Senado aumentaram novamente, inclusive com uma votação maior para a lista do Senado do que para as outras três votações juntas. Mesmo que seja feita a ressalva com relação às Juntas Departamentais (com a estratégia dupla), as outras duas votações (PARLASUL e Deputados) também reduziram em 2018, tendo inclusive uma votação menor do que a obtida em 2008.

Unindo a análise dos resultados eleitorais com a análise prévia da evolução histórica da coalizão alternativa e da FG é possível visualizar como a figura dos senadores é fundamental

para a FG, e como a figura de Fernando Lugo tornou-se a mais importante da coalizão alternativa. Fernando Lugo permanece como um dos principais nomes da política paraguaia desde 2008 e sua figura de liderança se transformou em uma ferramenta essencial para a FG.

Na próxima seção do capítulo será analisado como a gestão de Lugo no Executivo Nacional, entre 2008 e 2012, influenciou e foi influenciada pelas percepções e o comportamento político e pelos resultados institucionais obtidos pelo regime democrático paraguaio, para lograr apontar o posicionamento da FG diante de um problema fundamental para a política paraguaia, qual seja, o da precarização democrática: um regime de baixa qualidade e capacidade de solucionar demandas que influencia na permanência de uma baixa confiança da população.

3.3 O governo Lugo, a Frente Guasu e as percepções políticas da população

Como analisado desde o início do capítulo, a eleição de Fernando Lugo em abril de 2008 para a presidência da república foi um evento que indicou uma alteração quanto ao posicionamento eleitoral dos paraguaios, saindo do tradicional bipartidarismo colorado-liberal e investindo em um candidato com uma postura mais vinculada à coalizão alternativa.

Cabe analisar agora se a gestão realizada por Lugo teve algum impacto para duas esferas da política paraguaia: o desempenho institucional e a percepção da população diante das variáveis político-institucionais. Para as variáveis do desempenho institucional serão utilizados os dados fornecidos pelo IDD-Lat (KONRAD ADENAUER STIFTUNG e POLILAT, 2016), tanto o índice geral de desenvolvimento democrático quanto os resultados das quatro dimensões que compõem o índice. E para as variáveis relativas às percepções políticas dos paraguaios serão utilizados os dados fornecidos pelas pesquisas da Corporação Latinobarômetro (2018) relativas aos seguintes elementos: satisfação com a democracia, apoio à democracia, confiança no governo, aprovação do governo, se o país é governado para todos ou em prol de uma pequena minoria, percepção do combate à corrupção e de confiança na Igreja.

Realizando uma comparação dos resultados obtidos pelo governo com a média geral na série histórica e com a média obtida após o governo Lugo, os resultados para analisar as variações nos três cortes temporais podem ser sintetizados através da seguinte tabela:

Tabela 9. Influência do governo Lugo em indicadores do Latinobarômetro e IDD-Lat

Indicador	Média governo Lugo	Média geral	Variação	Média pós-governo Lugo	Variação
IDD-Lat	3,757	3,417	0,34	3,283	-0,474
Dimensão I (IDD-Lat)	4,144	4,349	-0,205	5,346	1,202
Dimensão II (IDD-Lat)	5,008	3,965	1,043	2,651	-2,357
Dimensão III (IDD-Lat)	-0,82	-0,721	-0,099	-0,791	0,029
Dimensão IV (IDD-Lat)	-0,722	-0,717	-0,005	-0,578	0,144
Satisfação com a democracia	32,25	20,95	11,3	26,6	-5,65
Apoio à democracia	50,5	45,52	4,98	48,4	-2,1
Confiança na Igreja	82	82	0	79,2	-2,8
Confiança no governo	57	33,35	23,65	25,2	-31,8
Aprovação do governo	64,75	36,47	28,28	25,8	-38,95
País para todos	28,25	16,62	11,63	9,6	-18,65
Combate à corrupção	34,75	27,27	7,48	24	-10,75

Fonte: Elaboração própria com base no Latinobarômetro (2018) e IDD-Lat (2016).

Um primeiro dado relevante para analisar refere-se aos resultados do índice geral de desempenho democrático do Paraguai. Durante os anos que envolvem a gestão de Fernando Lugo houve um aumento de 0,34 no índice, um acréscimo de 9,95% no índice paraguaio, de modo que é possível afirmar que a gestão Lugo auxiliou em um pequeno, mas não menos importante progresso no desenvolvimento democrático paraguaio. O problema reside nos resultados obtidos após a deposição de Lugo, entre 2012 e 2016, sofrendo os impactos da precarização institucional, fazendo a média pós-governo Lugo ser 0,474 menor do que a obtida durante o governo, representando uma redução de 12,62% no índice geral de desenvolvimento democrático do Paraguai. O novo processo de precarização institucional resultou em um retrocesso para o período que posicionou a sua média abaixo da média entre 2002 e 2016.

Mas para compreender como a gestão Lugo possibilitou um progresso no índice paraguaio, bem como o que influenciou decisivamente na redução apresentada no período pós-governo, faz-se necessário analisar o comportamento das quatro dimensões que compõem o IDD-Lat: Dimensão I, a democracia dos cidadãos (direitos políticos e liberdades civis); Dimensão II, a democracia institucional (qualidade institucional e eficiência política); Dimensão III, a capacidade para gerar políticas de bem-estar social; e Dimensão IV, a capacidade para gerar políticas de eficiência econômica.

Iniciando com a Dimensão I observa-se que durante o governo Lugo houve uma redução de 0,205 em relação à média geral, um decréscimo de 4,71% no resultado da dimensão. Em relação ao período posterior à deposição de Lugo a média apresentou um aumento de 1,202 no índice, um acréscimo de 29%, posicionando a média deste período acima da média geral.

O governo Lugo e a atuação da FG influenciaram duplamente nos resultados desta dimensão: primeiro com a redução da atuação durante o governo Lugo, visando poupar o governo das pressões dos movimentos organizados, uma blindagem que alguns dirigentes de tais movimentos faziam visando proteger a vitória eleitoral e as posteriores possibilidades de mudanças na política paraguaia. Vale lembrar que este cenário foi alterando-se paulatinamente e os movimentos espontâneos desvinculados das lideranças ligadas ao governo atuaram criando o desafio final para o governo em 2012. E em segundo lugar, após a deposição de Lugo a FG institucionalmente e os movimentos da sociedade civil com suas demandas e pressões passaram a atuar amplamente visando pressionar a estrutura governamental a acolher parcela de suas demandas. Com isso não se busca afirmar que foi a coalizão alternativa que interferiu para os resultados nesta dimensão, mas sim que a influência que teve foi a aqui apontada e analisada.

Na Dimensão II é onde se encontra a maior influência do governo Lugo em relação aos outros dois cortes temporais. Comparando-se com a média geral da dimensão, a média do governo Lugo aumentou em 1,043 o índice, representando um acréscimo de 26,3%. Isso diz respeito ao fenômeno de alternância no executivo nacional com a aceitação do resultado e a posterior disputa institucional pelos espaços de poder, com Lugo e a FG não mudando a institucionalidade do sistema político paraguaio.

Uma mudança ainda maior ocorreu no período pós-governo Lugo quando o índice reduziu-se em 2,357 pontos, ou seja, um decréscimo de 47,06%. Além disso, na comparação do período pós-governo com a média geral também se observa um decréscimo considerável de 33,14%. Vale lembrar que na Dimensão II do IDD-Lat visualiza-se um indicativo sobre a precarização democrática, relacionando-se com o elemento da baixa qualidade do desempenho institucional. Relaciona-se com o processo de precarização institucional, de subverter momentaneamente as instituições para responder as demandas de determinados grupos, posteriormente buscando retomar a normalidade democrática.

Foi justamente este o expediente utilizado para a deposição de Lugo, marcando uma alteração substancial nos resultados da avaliação do desempenho institucional do regime paraguaio pelo IDD-Lat. O avanço na avaliação da dimensão durante o governo Lugo, junto com o seu retrocesso acentuado no período posterior à deposição, foram elementos que influenciaram no posicionamento da população diante dos eventos, interferindo na avaliação e confiança da população no regime e no governo, fornecendo subsídios analíticos para corroborar os apontamentos elencados sobre a questão da precarização democrática.

Quanto às Dimensões III e IV do IDD-Lat, relacionadas com a capacidade de resposta da estrutura governamental às demandas da população (bem-estar social e eficiência econômica), os resultados obtidos mostram que a influência do governo Lugo foi menos expressiva do que a obtida na análise do desempenho institucional do regime. Na avaliação da Dimensão III a média do governo Lugo reduziu em 0,099 a média geral, um decréscimo de 12,07%. Com relação ao período posterior ao governo houve um aumento de 0,029 no índice, representando um acréscimo de 9,71%, mas também ficando abaixo da média geral. Nem o governo Lugo, nem os governos posteriores conseguiram alterar consideravelmente a capacidade da estrutura governamental para responder a difundida demanda da população por políticas que fomentem mais bem-estar social. Ambos períodos inclusive ficaram abaixo da média geral entre 2002 e 2016, dificultando a legitimação dos governos diante das massas.

E na Dimensão IV, relativa às políticas de eficiência econômica, observa-se como o governo Lugo influenciou pouco em sua avaliação, ou seja, não contribuiu para uma progressão, tampouco gerou políticas ineficazes que reduzissem ainda mais a avaliação. Ao mesmo tempo, os resultados dos governos posteriores aportaram um avanço, apontando para uma priorização das temáticas macroeconômicas, mais vinculadas às demandas das elites econômico-financeiras nacionais e internacionais. A média obtida durante o governo Lugo representou uma pequena redução de 0,005 no índice, um decréscimo de 0,69%. Quanto à média do período posterior ao governo Lugo, apresentou um aumento de 0,144 no índice, um acréscimo de 19,94%. Embora o índice oscile praticamente a cada ano, especialmente pelas condições da economia e do comércio internacional, parece haver uma preocupação maior nos últimos anos com a eficiência das políticas governamentais nas questões macroeconômicas do que nas questões de bem-estar social, contribuindo para a percepção de que a estrutura governamental responde mais aos interesses dos poderosos do que os interesses da população em geral.

Para analisar a influência das respostas institucionais na avaliação do desempenho institucional por parte da população foram utilizadas as pesquisas realizadas pelo Latinobarômetro (2018) relativas à confiança e a avaliação feita em relação ao governo e à própria estrutura do regime democrático.

Do ponto de vista do regime democrático e da estrutura institucional, a avaliação e confiança da população pode ser concebida a partir de três indicadores provenientes do Latinobarômetro (2018): a satisfação com a democracia, o apoio à democracia e se o país é governado para todos ou em benefício de poucos. A satisfação com a democracia apresentou

um aumento significativo na média do governo Lugo em relação à média geral, foi um aumento de 11,3% das respostas positivas, representando um acréscimo de 53,94% no indicador. No período posterior à deposição de Lugo é observada uma redução na satisfação com a democracia, com 5,65% a menos de respostas positivas, um decréscimo de 17,52% no resultado obtido durante o governo Lugo. Em geral, é possível apontar que o governo Lugo aumentou consideravelmente a satisfação com a democracia, mas esse incremento foi conjuntural, relativo ao governo, pois no período posterior o indicador volta a apresentar uma redução.

O efeito sobre a confiança no regime democrático foi expressivamente menos significativo, embora apresente uma pequena melhora no indicador a partir do governo Lugo. A média obtida durante o governo Lugo teve 4,98% de respostas positivas a mais do que na média geral, representando um acréscimo de 10,94% no indicador. E no período posterior à deposição de Lugo a média do apoio à democracia teve um leve decréscimo de 2,1% em relação à média obtida durante o governo, reduzindo o indicador em 4,61% de suas respostas positivas.

Aqui pode se ver que o governo Lugo contribuiu para melhorar o apoio da população ao regime democrático, mas não foi exclusivo à conjuntura do governo, vendo-se a manutenção do avanço no período posterior. Ou seja, a influência do governo Lugo foi mais expressiva na forma como a população avalia o desempenho do regime do que em sua confiança na estrutura do regime. Foi uma avaliação mais relacionada ao governo em si do que à democracia, uma questão mais de percepção e comportamento político ante o regime do que de cultura política.

Outro indicador relacionado com a estrutura institucional é o que se refere à apreciação do país como sendo governado em prol da população ou de poucos, mas aqui tem-se um elemento de avaliação da estrutura e não apenas de confiança nela. Está novamente sendo avaliado como o governo relaciona-se às demandas da população, apresentando um caráter comportamental. E outra vez é possível ver uma influência maior do governo Lugo neste indicador, sendo que a média do governo Lugo teve 11,63% a mais de respostas considerando que o país era governado em prol de todos, um acréscimo de 69,98% no indicador. No período posterior à deposição de Lugo observa-se um retrocesso também expressivo no indicador, com 18,65% de respostas positivas a menos do que na média do governo Lugo, um decréscimo de 66,02%, posicionado a média pós-deposição abaixo da média geral.

De tal modo, as respostas ao indicador apresentaram um avanço significativo no governo Lugo, mas que retrocederam consideravelmente após a sua deposição. Pode se afirmar que durante o governo Lugo parte da população passou a avaliar o governo como respondendo

aos interesses de todos (como o próprio *slogan* governamental se autodesignava) e que os governos posteriores à deposição passaram a ser avaliados como representando os interesses de uma minoria. Este é um elemento adicional na análise feita sobre a precarização democrática.

E quanto aos dois indicadores exclusivamente governamentais, conjunturais, a aprovação e confiança no governo, os resultados confirmam a tendência de uma influência expressiva do governo Lugo para melhorar ambos indicadores. A média da confiança no governo aumentou em 23,65% as respostas positivas em relação à média geral, representando um acréscimo de 70,91% no indicador. Após a gestão Lugo a média da confiança no governo apresentou uma redução de 31,8% das repostas positivas, um decréscimo de 55,79%, reduzindo o indicador a menos da metade da média obtida no governo Lugo. Novamente o indicador relativo à percepção da população sobre o governo apresentou resultados significativos para o governo Lugo, influenciando positivamente na avaliação da gestão.

No indicador da aprovação do governo, também relacionado à avaliação que a população faz da gestão encabeçada pelo presidente, os resultados corroboram a apreciação da importância do governo Lugo para uma alteração das percepções políticas da população diante do governo, embora este seja um elemento conjuntural. A média da aprovação da gestão presidencial durante o governo Lugo teve 28,28% de respostas positivas a mais, representando um acréscimo de 77,54% em relação à média geral, o aumento mais significativo entre os indicadores aqui analisados. Por outro lado, a avaliação das gestões governamentais posteriores retomou ao patamar de maior desaprovação, com uma redução de 38,95% nas respostas positivas, com um decréscimo de 60,15% em relação à média obtida durante a gestão de Lugo. Este indicador confirma a tendência: o governo Lugo teve uma influência considerável nas avaliações conjunturais e o período posterior retrocedeu consideravelmente a avaliação.

Quanto à percepção do combate à corrupção, que foi um dos pontos centrais da campanha de Lugo, é possível ver uma percepção mais positiva da população (se comparado com os demais governos), mas não superando a desconfiança da população sobre a capacidade governamental de solucionar a problemática. A média da percepção de progresso no combate à corrupção durante o governo Lugo obteve 7,48% de respostas positivas a mais do que na série histórica, representando um aumento de 27,43% no indicador. Assim como em outros indicadores o efeito foi conjuntural, pois após o governo Lugo a média obteve 10,75% a menos de respostas positivas, uma redução de 30,94% na média do indicador durante o governo Lugo, ficando inclusive abaixo da média geral.

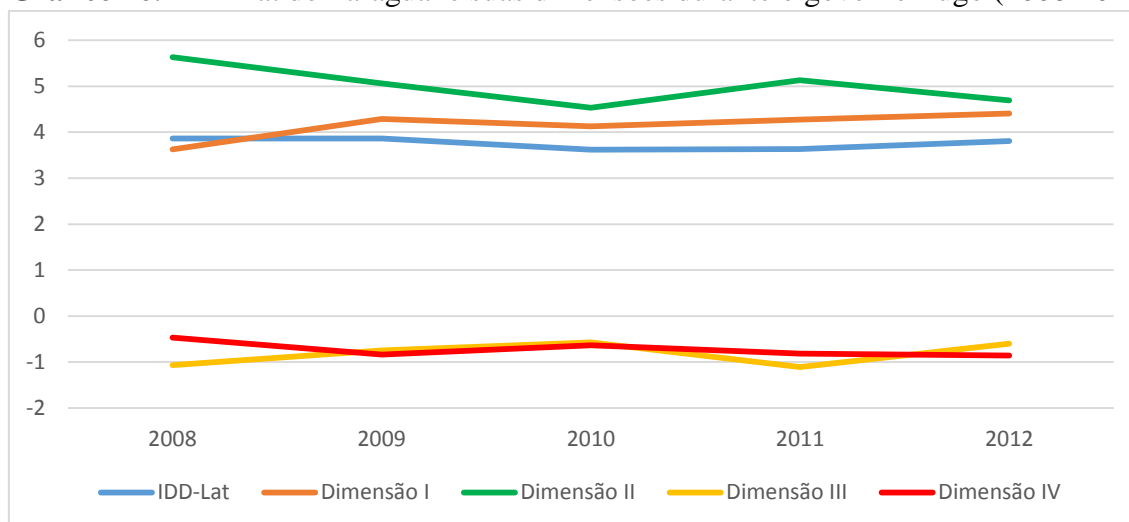
Outro elemento importante para analisar a influência do governo Lugo no comportamento político e em um elemento da cultura política paraguaia refere-se à confiança da população na Igreja, importante diante da atuação de Lugo como membro da estrutura institucional da Igreja que inclusive contribuiu para sua inserção política como um *outsider*. A análise da confiança na Igreja busca demonstrar se o ingresso de Lugo na política alterou a apreciação que a população tem em relação à instituição religiosa.

A média da confiança na Igreja durante o governo Lugo foi a mesma em relação à média geral (82%) apontando para a importância que a Igreja possui no Paraguai, posicionando-se como a instituição melhor avaliada pela população paraguaia. A única alteração observada ocorreu após o governo Lugo quando a confiança na Igreja reduziu em 2,8%, um decréscimo de 3,41% na média. Isso pode ser uma influência da manutenção da atividade política de Lugo (mesmo já não fazendo mais parte da estrutura religiosa), mas não fica explícita uma influência de Lugo e seu governo na confiança que a população tem na Igreja, apenas sendo importante apontar que Lugo beneficiou-se da aprovação que a Igreja possui ante a população para inserir-se na política paraguaia como uma renovação diante da política tradicional.

Não obstante a análise sobre o comportamento geral dos indicadores e sua média durante o governo Lugo, é importante analisar como os indicadores anteriormente apreciados se comportaram durante o governo Lugo, apreciando os avanços, retrocessos e oscilações.

Iniciando-se com os indicadores relativos ao desempenho institucional, utilizando-se novamente dos índices aportados pelo IDD-Lat, a evolução do IDD-Lat e suas dimensões durante o governo Lugo pode ser sintetizada e apresentada por meio do seguinte gráfico:

Gráfico 26. IDD-Lat do Paraguai e suas dimensões durante o governo Lugo (2008-2012)



Fonte: Konrad Adenauer Stiftung e Polilat (2016). Elaboração própria.

O índice geral oscilou ao longo do período de gestão de Lugo, mas sempre ficando acima da média geral (de 3,417). A tendência apresentada ao longo do governo Lugo foi de redução do índice, porém não é uma tendência consolidada pois observam-se oscilações relativamente pouco afastadas da tendência.

Na dimensão I há uma tendência um pouco mais consolidada de crescimento no indicador, embora o crescimento fique próximo de 1 ponto entre 2008 e 2012. Vale lembrar que a média do governo Lugo ficou abaixo da média geral, mas aqui é possível observar como ocorreu um leve incremento na avaliação desta dimensão ao longo do governo.

Na dimensão II os resultados do governo Lugo apresentaram uma tendência de redução, o que não reduz a importância do incremento que a média do indicador teve em relação à média geral. As oscilações visualizadas são mais acentuadas em relação aos dois indicadores anteriores, apontando para a dificuldade de permanência dos resultados mais positivos. Ou seja, houve um progresso do indicador sobre a democracia institucional durante o governo Lugo, mas ao longo do governo o resultado do indicador foi paulatinamente reduzindo.

Na dimensão III a média do governo Lugo ficou um pouco abaixo da média geral, mas durante o governo observa-se uma tendência de aumento. Os resultados oscilaram pouco tornando-se possível apontar para uma tendência de estabilidade do indicador, mantendo-se negativamente próximo de -1,000 durante o período. É importante ver que durante o governo houve uma redução apenas em 2011, uma redução um pouco mais acentuada, porém apresentando um aumento similar no ano seguinte.

Na dimensão IV não apenas a média do governo Lugo praticamente não alterou a média geral, mas é possível ver uma pequena tendência de redução do indicador no governo. As pequenas oscilações referem-se especialmente aos bons resultados do crescimento econômico em 2008 e 2010 que influenciaram no aumento da capacidade governamental para dar respostas às demandas por eficiência econômica, não mantendo-se nos demais anos do governo. Assim como o índice geral do IDD-Lat, o indicador da dimensão IV também possui uma tendência mais próxima da estabilidade, muito próxima dos resultados obtidos em cada ano da avaliação.

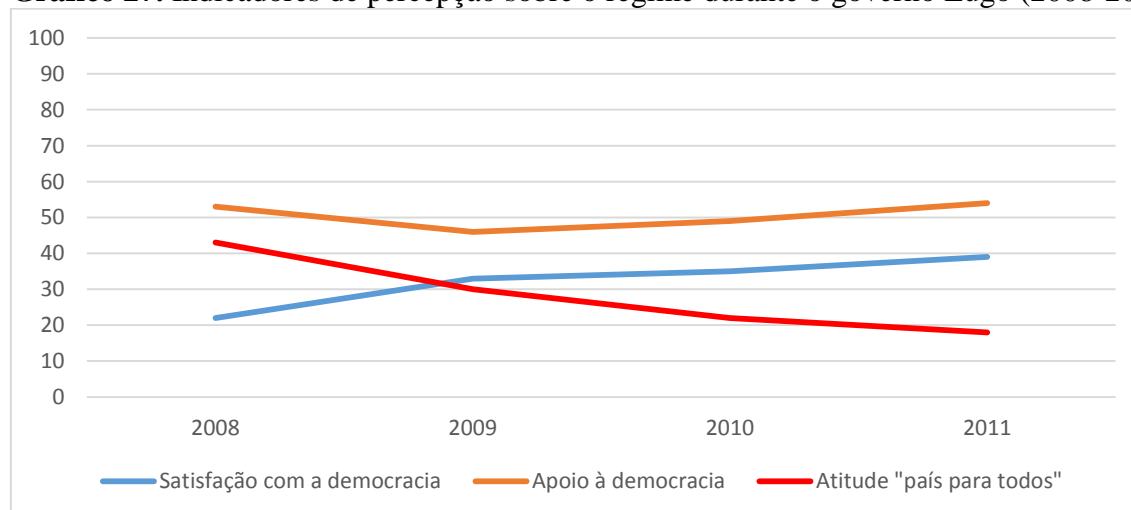
De tal modo, considerando as quatro dimensões do IDD-Lat observa-se uma tendência de aumento em duas delas (I e III) e uma tendência de redução em outras duas (II e IV). Foram duas dimensões com uma tendência mais consolidada (I de aumento e III de aumento) e outras duas com uma pequena tendência de oscilação (II negativamente e IV negativamente).

Com isso, as dimensões relativas ao regime democrático em si (participação e desempenho institucional) apresentaram as tendências distintas ao longo do governo, uma tendência de aumento e a outra oscilando com tendência de redução. E quanto às dimensões relativas às repostas governamentais para as demandas da população, a dimensão das políticas de bem-estar oscilou em uma avaliação mas apresentou uma tendência de aumento, enquanto a dimensão da eficiência econômica acabou oscilando com tendência de redução, mas com resultados mais próximos da tendência. Isso contribuiu para as mudanças ocorridas na percepção da população diante do governo do país (para todos ou para poucos), considerando que durante o governo Lugo responderia mais à população (do que na média geral) e que após a deposição de Lugo o governo havia retornado a representar os interesses de poucos, basicamente preocupando-se com a eficiência econômica.

E ainda resta analisar o comportamento dos indicadores relativos às percepções políticas da população, sua avaliação e confiança ante o regime e o governo. Para os indicadores estabelecidos através do Latinobarômetro a cobertura do governo Lugo é entre 2008 e 2011, pois em 2012 a corporação não realizou a pesquisa.

Iniciando com os indicadores relativos ao regime, a evolução da satisfação com a democracia, do apoio à democracia e da atitude “país para todos” ao longo do governo Lugo pode ser sintetizada e apresentada por meio do seguinte gráfico:

Gráfico 27. Indicadores de percepção sobre o regime durante o governo Lugo (2008-2011)



Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

A tendência foi de aumento da satisfação com a democracia durante o governo Lugo, começando com 22% em 2008 e chegando aos 39% em 2011, apenas em 2009 vendo-se um aumento um pouco acima da tendência. Esse acréscimo contínuo no governo Lugo foi

importante para aumentar a própria média geral da satisfação com a democracia. Embora a média do período pós-governo Lugo tenha sido menor que a do governo Lugo, ao menos esteve acima da média geral, de modo que o aumento da satisfação com a democracia no governo Lugo permitiu uma alteração na tendência histórica. Contudo, a satisfação com a democracia não conseguiu passar dos 50% das respostas, uma dificuldade histórica para lograr posicionar a população paraguaia com uma avaliação mais positiva em relação ao regime democrático.

Um segundo indicador sobre a apreciação da população em relação ao regime democrático refere-se ao apoio à democracia, que no governo Lugo apresenta uma leve tendência de aumento (com pouca relevância) ficando quase estável sobre os 50% das respostas positivas. Foram dois anos com o apoio à democracia acima dos 50% e dois anos abaixo mas relativamente próximos dessa marca (46% em 2009 e 49% em 2010). Em todos os anos de pesquisas durante o governo Lugo o resultado do apoio à democracia foi maior do que a média geral, posicionando o governo Lugo como um elemento que influenciou positivamente na construção de uma confiança ao menos conjuntural no regime democrático que pôde permanecer ao longo do governo.

Nestes dois primeiros indicadores vinculados com o regime democrático os resultados apresentaram uma tendência de aumento durante o governo Lugo, apontando para uma contribuição positiva do governo Lugo em relação à visão que a população paraguaia tem sobre o seu regime político. Ao se observar que a média do apoio à democracia após o governo Lugo manteve a média obtida durante o governo Lugo, pode ser apontado que a influência passou do caráter conjuntural do governo para um elemento mantido por um espaço temporal um pouco maior. A dificuldade está justamente em conseguir manter os resultados mais recentes para criar um padrão mais positivo de avaliação e confiança na democracia.

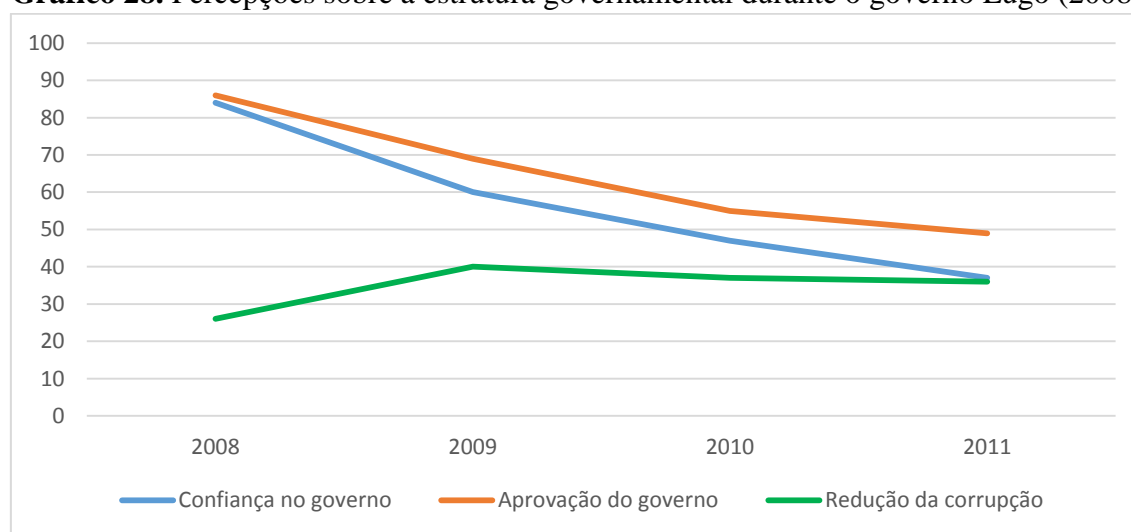
Um último indicador ainda vinculado com a perspectiva mais geral do regime, mas que carrega consigo um marcante elemento conjuntural de avaliação do governo, é a avaliação do governo como representante dos interesses de todos ou de uma minoria. O indicador começou com o melhor resultado em sua série histórica, com 43% dos respondentes apontando que em 2008 o governo estaria representando os interesses de todos, o que pode ser explicado pela confiança depositada no *outsider* Lugo, uma confiança na possível mudança no caráter da política paraguaia, mas mais especificamente uma confiança na alternância que poderia ser um fenômeno com capacidade de transformação. Com o início do governo e a sua imobilidade ante as demandas da população, conformando-se com as poucas possibilidades de alteração das

políticas públicas permitidas pela coalizão conservadora, a tendência foi de redução da avaliação positiva do início do governo chegando a apenas 18% em 2011. Ademais, é possível observar como os resultados ficaram relativamente próximos da tendência, apontando para a permanência da tendência de redução do indicador ao longo do governo Lugo mantendo a percepção crítica que marcou a série histórica do indicador.

Enquanto as avaliações relacionadas ao regime democrático conseguiram progredir ao longo do governo Lugo, a avaliação do “país para todos ou para poucos” apresentou uma melhora conjuntural com a esperança depositada em Lugo e na possibilidade de mudança no caráter do governo, porém retrocedendo durante o governo e retomando a percepção crítica da população diante da estrutura governamental. Os três indicadores possuíram tendências relativamente consolidadas: a satisfação com a democracia apresentando uma tendência de aumento, o apoio à democracia apresentando uma tendência de permanência dos resultados e a percepção de “país para todos ou para poucos” com uma tendência de redução.

Agora passando para a análise dos indicadores de avaliação e confiança no governo, conjunturais, a tendência vista de iniciar com um índice altamente positivo que foi se reduzindo ao longo da gestão se repete. A análise leva em conta as percepções sobre a confiança no governo, a aprovação do governo e a percepção do progresso na redução da corrupção pelas instituições do Estado nos últimos dois anos, e os dados relativos ao governo Lugo podem ser sintetizados e apresentados mediante o seguinte gráfico:

Gráfico 28. Percepções sobre a estrutura governamental durante o governo Lugo (2008-2011)



Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

No início do governo Lugo a confiança depositada era elevada, 84% dos respondentes diziam confiar na gestão que se iniciava, mostrando a esperança que a população tinha em

primeiro lugar em Lugo e em segundo lugar na equipe de governo. Com os primeiros revezes do governo e a manutenção do modo de fazer política os resultados foram decrescendo, chegando ao seu menor nível em 2011 com 37% de confiança. Todavia, o pior resultado do governo Lugo ficou acima da média geral do indicador posicionando o governo Lugo como o que teve maior confiança da população desde o início das pesquisas. Esta última afirmação gera o problema da desconfiança nos governos posteriores, após a precarização institucional com a deposição de Lugo.

Um padrão similar é visualizado no caso da aprovação do governo, mas neste caso a redução foi menos acentuada do que a vista no caso da confiança do governo. Isso significa que a população se desiluiu com a possibilidade de alteração mais profunda da política paraguaia, mas considerou que o trabalho realizado pelo governo foi relativamente positivo.

O início do governo teve a aprovação de 86% dos entrevistados, representando muito mais a confiança depositada em Lugo do que qualquer avaliação sobre a gestão realizada nos primeiros meses de governo. A tendência foi de redução nos anos seguintes com um padrão similar ao apresentado na confiança no governo, contudo, conseguindo ficar com um índice de aprovação mais elevado do que o índice de confiança no governo, chegando em 2011 com a aprovação de 49% dos entrevistados. Essa redução de 37% na aprovação do governo pode ser comparada com a redução de 47% na confiança no governo, apontando para a acentuada e constante redução da percepção positiva da população sobre a gestão de governo de Lugo.

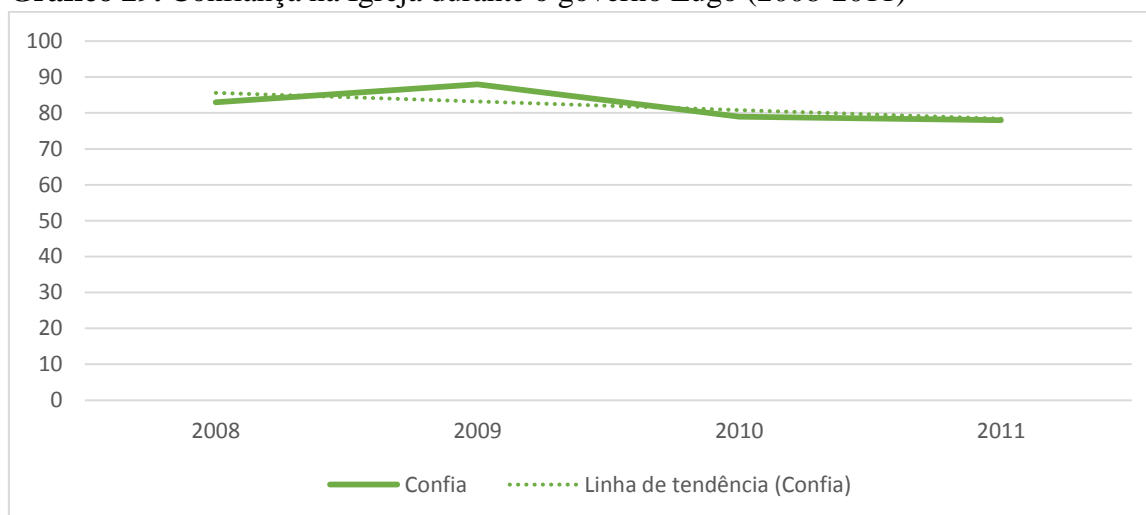
Outro indicador da percepção da população sobre o trabalho desenvolvido pela estrutura institucional do modelo de dominação estabelecido para a análise refere-se à percepção do combate à corrupção. Vale lembrar que este elemento vincula-se com as três esferas do estudo, pois é um problema de gestão de recursos, de distribuição de benefícios e favores, além de fomentar uma percepção crítica na população em relação aos representantes do sistema político (fenômenos analisados a partir de MENDONÇA, 2002 e MENDONÇA, 2005).

Durante o governo Lugo observam-se os melhores resultados da série histórica (inclusive o melhor, 40% de respostas positivas em 2009), no entanto, todos os resultados foram menores do que a percepção negativa (de que o governo não estaria progredindo no combate à corrupção). A tendência acabou sendo de aumento devido à grande diferença entre os resultados de 2008 e 2009 (26% e 40% respectivamente), mantendo resultados próximos em 2010 e 2011 (37% e 36%). A população teve uma avaliação menos negativa do governo Lugo em relação aos demais no tocante ao combate à corrupção, mas não conseguiu constituir-se em uma

avaliação positiva, permanecendo a percepção crítica da população sobre a gestão da estrutura institucional do modelo de dominação.

E o último indicador elencado para esta análise é o da confiança na Igreja, podendo ser observado no seguinte gráfico os resultados no governo Lugo:

Gráfico 29. Confiança na Igreja durante o governo Lugo (2008-2011)



Fonte: Latinobarômetro (2018). Elaboração própria.

Este é outro indicador que apresentou uma tendência de redução no governo, embora apresentando oscilações. O importante para ser observado é justamente a elevada aprovação da Igreja no início do governo (com 83% de aprovação), sendo que Lugo aproveitou-se da relevância e da avaliação positiva da instituição religiosa para posicionar-se como uma nova liderança na política paraguaia. Mas esta avaliação foi reduzindo-se posteriormente devido à permanência de Lugo na política e à forma como a estrutura tradicional da política se mantinha.

Portanto, após analisar a evolução histórica da coalizão alternativa e a atuação da FG desde a sua fundação, após analisar os resultados eleitorais da FG e sua participação no regime democrático paraguaio, e após analisar a influência de Lugo e da FG nas percepções políticas e no desempenho governamental no Paraguai, é possível observar como a FG relaciona-se com os temas fundamentais elencados no primeiro e no segundo capítulo desta tese.

Neste capítulo foi possível estabelecer a relação do discurso da FG em relação à estrutura econômico-social paraguaia, com os temas centrais para a economia que convergem os posicionamentos das principais lideranças. Quanto às categorias relacionadas às esferas da cultura política, do domínio político e da resposta institucional foi possível estabelecer a relação da FG com o processo de precarização democrática, e como as melhoras conjunturais na qualidade da democracia não conseguiram se manter durante e após o governo Lugo. Foi

possível ver como a FG alterou a sua estratégia eleitoral ao longo do tempo, mas ainda continua dependendo do papel central desempenhado por suas lideranças, especialmente os senadores, e onde a figura de Fernando Lugo aparece como um destaque da política paraguaia contemporânea.

Contudo, para compreender decisivamente como a FG se posiciona diante das categorias analíticas estabelecidas para este estudo, cabe ainda realizar a análise documental e das entrevistas com suas principais lideranças, a fim de conceber como a FG compreende a estrutura econômico-social, a cultura política e a estrutura governamental do Paraguai, bem como o modo como estas três esferas interferem na atuação da FG (vinculando com a análise desenvolvida neste capítulo três).

CAPÍTULO 4

A IDEOLOGIA DA FRENTE GUASU E SUAS LIDERANÇAS

Após apresentar o marco teórico-conceitual utilizado para embasar o estudo aqui proposto (no capítulo 1), apresentar e analisar a evolução histórica das três esferas centrais no Paraguai (no capítulo 2) e apresentar e analisar a participação da FG na realidade previamente examinada (no capítulo 3), o presente capítulo busca compreender o posicionamento da FG e de suas lideranças sobre as temáticas previamente abordadas, comparando os posicionamentos internos e os posicionamentos da FG em relação às principais problemáticas do Paraguai.

São utilizadas duas fontes para estabelecer o posicionamento dos atores sobre as temáticas abordadas na Tese: os documentos e declarações firmadas pela FG, como os planos de governo e os boletins informativos mensais, e entrevistas realizadas com lideranças da FG. Entre os documentos elencados para a análise são utilizados 27 boletins informativos, cobrindo o período entre maio de 2015 e dezembro de 2017, o *Tape Guasu* (plano de governo apresentado para as eleições de 2013) e o *Gobierno para todos y todas* (informe da FG sobre a gestão de 2008-2012 e perspectivas para a atuação futura).

As entrevistas foram realizadas visando debater as problemáticas estruturais da sociedade paraguaia, a mudança política causada com a ascensão de Fernando Lugo e as perspectivas e desafios para a atuação da FG. Para tanto, foram contatadas as principais lideranças da FG a fim de entrevistá-las sobre as temáticas abordadas nesta Tese, bem como eventos relevantes na realidade política paraguaia no momento das entrevistas (no período pré-eleições de 2018). O objetivo de utilizar as entrevistas é conseguir aprofundar a discussão sobre as esferas centrais da Tese, não ficando apenas com o discurso e a retórica oficial da FG, conseguindo debater pessoalmente com as suas lideranças qual o posicionamento de cada uma delas sobre os temas que consideram mais relevantes para a sua atuação política.

No total foi possível entrevistar pessoalmente 6 lideranças políticas da FG no período entre julho de 2016 e julho de 2017. Essas lideranças foram selecionadas por três critérios: a relevância na política paraguaia, buscando entrevistar os representantes eleitos pela FG para cargos nacionais (senadores, deputados e parlamentares do MERCOSUL); a relevância no interior da concertação, sendo que todos os 3 presidentes foram entrevistados, além de outros cargos ocupados pelas lideranças entrevistadas dentro da FG e dos partidos que fazem parte da FG; e os contatos possíveis repassados a partir dos assessores da FG.

As entrevistas foram semiestruturadas, com roteiro flexível e seguindo o modelo de um diálogo entre entrevistador e entrevistado baseado nas três esferas centrais do estudo junto com a trajetória de atuação da FG e da liderança entrevistada. As entrevistas iniciaram com questionamentos gerais sobre as impressões dos entrevistados sobre a realidade econômica, social e política do Paraguai, seguindo para a influência do governo Lugo na realidade paraguaia, passando para a atuação política da FG após a sua fundação, e finalizando com a discussão sobre o papel da FG diante da realidade previamente abordada. O roteiro inicial utilizado para as entrevistas está disponível no apêndice 5.

Todas as entrevistas foram gravadas com dispositivo de gravação eletrônica, posteriormente transcritas pelo entrevistador e encaminhadas para os entrevistados (para dirimir qualquer dúvida, embora nenhum dos entrevistados tenha apontado qualquer alteração necessária nas transcrições). Todos os entrevistados previamente tiveram ciência da gravação e da posterior utilização do material, aceitando tais termos e autorizando a sua identificação na análise do material recolhido pelo entrevistador.

O quadro geral com a síntese das entrevistas realizadas, contendo a identificação dos entrevistados, a data, o local e a duração de cada entrevista, bem como os cargos públicos que já foram ocupados pelos entrevistados está apresentado no apêndice 6, e possibilita apontar a relevância do material coletado e dos entrevistados para a política paraguaia e para a FG.

Em geral as entrevistas não tiveram grande dificuldade para a sua realização, especialmente devido aos contatos no interior da FG e a presteza e disponibilidade dos assessores e dos próprios entrevistados. A grande dificuldade se referia à necessidade de tempo, pois valeu-se de entrevistas em profundidade a serem feitas com figuras públicas que possuem uma agenda pública concorrida. Por exemplo, a entrevista com Fernando Lugo foi, segundo o próprio, uma das mais longas já concedidas. Foi preciso adequar a disponibilidade de datas às necessidades dos entrevistados, resultando em algumas remarcações.

De tal modo, foram entrevistados todos os senadores da FG do período 2013-2018, bem como o representante da FG no PARLASUL. Houve a tentativa de entrevistar o único deputado da FG do período 2013-2018, Ramón Duarte, não logrando êxito devido à agenda do deputado. Também houve a tentativa de entrevistar o 6º senador da FG para o período 2018-2023, Jorge Querey Rojas, mas a tentativa ocorreu entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, dificultando encontrar alguma data para realizar a entrevista.

Na sequência serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a análise do material caracterizado nesta seção, para posteriormente adentrar-se na análise de conteúdo e de discurso, quantitativa e qualitativa, das respostas e da retórica apresentada pelo discurso oficial presente nos documentos partidários e nas entrevistas das lideranças.

4.1 Procedimentos metodológicos para as análises de conteúdo e de discurso

A análise das entrevistas e documentos considerou tanto técnicas qualitativas como quantitativas, para compreender de modo mais aprofundado as informações que surgem do material, sua inserção no contexto individual e coletivo, bem como sua relação com a análise teórico-conceitual e a análise das esferas centrais do estudo no caso trabalhado. Este uso misto de técnicas de análise do material busca responder aos distintos objetivos estabelecidos para lograr responder o problema de pesquisa, seguindo os apontamentos de Ruíz (2012).

Segundo Bardin (2002: 32), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas que possibilitam analisar uma forma de comunicação (texto, imagem, som, etc.) visando obter *“indicadores (cuantitativos o no) por procedimientos sistemáticos y objetivos de descripción del contenido de los mensajes, permitiendo la inferencia de conocimientos relativos a las condiciones de producción/recepción (variables inferidas) de estos mensajes”*. Resulta em uma forma de adentrar na mensagem e retirar dela seus significados válidos para o conhecimento da realidade empírica (DÍAZ HERRERA, 2018).

Andréu (2000) apresenta um quadro geral de elementos ou passos que devem ser adotados no uso das técnicas de análise de conteúdo. Primeiro, determinar o objeto ou tema de análise; segundo, determinar as regras de codificação do material; terceiro, determinar o sistema de categorias – categorização; quarto, comprovar a fiabilidade dos sistemas de codificação e categorização; e por fim, realizar as inferências sobre os resultados obtidos.

Uma das formas de realizar a análise de conteúdo é através da categorização. A categorização é uma *“operación de clasificación de elementos constitutivos de un conjunto por diferenciación, tras la agrupación por género (analogía), a partir de criterios previamente definidos”* (BARDIN, 2002: 90). As categorias são seções ou classes que conseguem reunir um grupo de elementos em um título genérico, uma categoria, e essa reunião é realizada devido às características comuns que tais elementos possuem (BARDIN, 2002). Em suma, a classificação dos elementos de um texto em categorias torna necessário buscar apontar o que cada um deles

possui em comum com os demais, permitindo agrupá-los sob a mesma categoria e diferenciá-los dos elementos agrupados nas outras categorias.

A categorização é um processo estruturalista abrangendo duas etapas: o inventário, consistindo na separação dos elementos; e a classificação, que é a distribuição dos elementos e consequentemente a organização das mensagens dentro das categorias (ANDRÉU, 1998).

A análise de conteúdo por categorização leva em conta três tipos de unidades de análise identificadas na mensagem. As unidades de amostra “*son las diversas partes de la realidad sometida a observación que el investigador considera como separadas e independientes entre sí*” (AIGENEREN, 1999: 5). No caso da análise de conteúdo das entrevistas, estas últimas são as unidades de amostra, cujas características foram apresentadas na seção anterior.

A segunda unidade de análise é a unidade de registro, referindo-se à “*mínima porción del contenido que el investigador aísla y separa por aparecer allí uno de los símbolos, palabras claves, slogan, o temas que el investigador considera significativas*” (AIGENEREN, 1999: 26). Na análise aqui efetuada optou-se pela identificação das temáticas apresentadas ao longo do texto como forma de classificação das unidades de registro.

E também existe a unidade de contexto, que é o “*párrafo o frase en el que está situada la unidad de registro que define el significado preciso de la misma*” (AIGENEREN, 1999: 27). Optou-se aqui pelo uso das frases em que cada uma das unidades de registro aparecem para definir o sentido aplicado para cada unidade de registro, auxiliando no processo de categorização das respostas oferecidas pelos entrevistados.

De tal modo, lançou-se mão de uma análise de conteúdo temática ou temático-categorial que pretende realizar um estudo do conteúdo manifestado em determinada mensagem, para posteriormente analisar o conteúdo latente que permeia a mensagem (seu contexto), sendo aplicado à diferentes tópicos e temas (BARDIN, 2002).

Segundo Arbeláez e Onrubia (2014: 20), a análise de conteúdo temática pode ser entendida enquanto uma técnica que considera a presença de termos ou conceitos de forma independente às relações surgidas entre eles. “*Las técnicas más utilizadas son las listas de frecuencias; la identificación y clasificación temática; y la búsqueda de palabras en contexto*”. Para Piñuel (2002), o exame mais minucioso das unidades de análise leva em conta os conceitos ou referências que permitem classificá-los dentro de uma determinada categoria, e o processamento da medida das unidades de análise pode ser feito com medidas

quantitativas/estatísticas bem como qualitativas/lógicas. É uma técnica que utiliza a análise da presença e ausência de termos e conceitos com independência entre eles (ANDRÉU, 2000).

Esses termos ou conceitos que constituem os procedimentos das análises de conteúdo temáticas podem surgir de duas formas: primeiramente de forma dedutiva, a partir dos elementos teóricos que embasam o estudo e que construirão as categorias de análise que serão observadas no material; e também de forma indutiva, a partir de uma leitura prévia do material para identificar os eixos centrais ou temáticas que aparecem e podem agrupar-se por categorias que caracterizem as mensagens apresentadas no texto (ARBELÁEZ e ONRUBIA, 2014). Andréu (2000) adiciona uma terceira forma, a mista, que admite o uso de estratégias alternativas que lancem mão tanto de codificações indutivas quanto de dedutivas.

A primeira forma é uma construção das categorias *a priori*, buscando encontrar sua presença no material, enquanto a segunda forma é uma construção das categorias *a posteriori*, buscando caracterizar as temáticas que surgem da leitura do texto. Neste estudo foram usadas codificações mistas visando comparar os resultados obtidos e conseguir uma compreensão ao mesmo tempo mais ampla e mais aprofundada sobre o material. A codificação foi variando de acordo com o objetivo que a análise buscou responder, sendo apontado o processo realizado quando são apresentados os resultados da análise na sequência do capítulo.

Para trabalhar com o material é preciso codificá-lo, ou seja, com regras precisas os dados brutos do texto são transformados em elementos passíveis de agrupamento e diferenciação, permitindo sua representação em índices numéricos ou alfabéticos. Segundo Bardin (2002), a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são convertidos sistematicamente em unidades que possibilitem a descrição precisa das características do seu conteúdo.

De acordo com Bardin (1996), são 7 formas de enumeração e regras de contagem: presença, frequência, frequência ponderada, intensidade, direção, ordem e contingência. No estudo aqui realizado serão usadas apenas 3 dessas formas de codificação. A primeira é a presença ou ausência que pode ser relevante em algumas análises, especialmente naquelas – como a aqui realizada – onde o marco teórico-conceitual busca oferecer um caminho para a compreensão dos elementos empíricos que surgem na análise. Permite compreender a relevância que os temas importantes nas análises prévias sobre a realidade têm para os atores entrevistados como representantes do caso estudado.

A segunda forma de codificação é a frequência, onde a importância de uma unidade de registro aumenta de acordo com a frequência de sua aparição. Esta codificação também foi utilizada neste estudo para estabelecer quais as temáticas mais frequentes apresentadas nos discursos dos entrevistados. A frequência ponderada – quando há a suposição de que a aparição de um ou mais elementos possuem maior relevância do que a aparição dos demais – não foi utilizada, considerando-se que as temáticas que aparecem na análise possuem a mesma relevância na codificação, diferenciando-se de acordo com os dois critérios iniciais. E a terceira forma de codificação utilizada é a direção, onde é refletido o sentido bidirecional do texto, considerando que as mensagens presentes em algumas categorias podem ter sentidos distintos.

Andréu (2000) alerta para o fato que na definição do sistema de codificação os códigos podem ser feitos e refeitos para não perder a riqueza dos dados na análise presente e em análises futuras. A codificação e a categorização permitem resumir e analisar os dados, os elementos constitutivos da mensagem estudada.

Por fim, outro procedimento importante na análise de conteúdo refere-se ao controle de qualidade ou validação, efetuado através da comprovação de que se encontrou, ao menos de forma tentativa, o núcleo central do fenômeno estudado. Ademais, como apontado por Andréu (2000), o analista deve dispor de conhecimento teórico (bibliográfico ou pessoal) sobre situações ou experiências similares, de explicações teóricas e suposições tentativas que sirvam de orientação e não de constrição na busca de mais dados. Também deve ser comprovado que a seleção de focos temáticos, textos e situações efetuou-se devido ao seu valor estratégico na conferência da informação para entender o material analisado e o objeto de estudo.

A partir de agora adentra-se na apresentação e análise de cada forma de análise utilizada para alcançar os objetivos propostos na Tese. Apresenta-se o procedimento de análise, seguido pelos resultados obtidos na análise e finalizando com a interpretação dos dados obtidos, para posteriormente comparar os resultados entre si, os resultados com os elementos teórico-conceituais, bem como comparar os resultados da análise com o estudo de caso prévio.

4.2 Categorização dedutiva: presença das temáticas nas entrevistas

A primeira etapa da análise de conteúdo das entrevistas com representantes da FG consiste em estabelecer os temas centrais para analisar cada uma das esferas centrais para o estudo abordadas no primeiro capítulo, ou seja, uma análise dedutiva com as temáticas surgidas da literatura especializada. O mapeamento da presença dos temas centrais nas entrevistas

possibilita uma primeira aproximação entre a análise teórico-conceitual e as principais preocupações dos representantes políticos da FG, observando se os entrevistados tiveram em linhas gerais preocupações similares às apresentadas pelos estudiosos da realidade paraguaia.

Para cada esfera central foram estipuladas algumas temáticas que representam os conceitos teóricos e que foram identificadas nas entrevistas com o apontamento de frases que tratavam das mesmas, visando inicialmente identificar a presença ou ausência das temáticas nas respostas fornecidas pelos entrevistados, tanto em sua apresentação na política tradicional quanto na alternativa política.

Para a esfera da cultura política as 6 temáticas elencadas para a análise foram as seguintes: autoritarismo, nacionalismo, conservadorismo, pluralismo político, clientelismo e desconfiança institucional. A temática do autoritarismo refere-se à relação dual entre ordem e liberdade, ou seja, como o exercício da autoridade ou dominação justifica-se diante da sociedade, sendo que no caso do autoritarismo justifica-se com o argumento da manutenção da ordem, mesmo que para isso as liberdades sejam restringidas.

A temática do nacionalismo diz respeito à apreciação do sentimento nacional como agregador da sociedade, como forma de gerar coesão social submetendo os interesses individuais ou de grupos às necessidades da nação. Quando foi analisada a questão do nacionalismo não foram considerados os temas vinculados com as relações internacionais, como a defesa da soberania, especialmente porque o uso do argumento da soberania pelos representantes da FG refere-se à soberania ante os grandes poderes internacionais, defendendo a integração regional e não referindo-se então ao argumento da política tradicional de defesa dos ideais nacionais acima das pautas específicas da sociedade.

Quanto ao conservadorismo, foi apreciado dentro do contexto da esfera da cultura política através de duas visões: os costumes e a relação com a estrutura política. O conservadorismo nos costumes refere-se à defesa de valores tradicionais paraguaios como a defesa da família, da vida acima de qualquer direito individual, a religiosidade como guia para a ação individual, além da oposição às temáticas relacionadas com o estabelecimento ou a expansão dos direitos das minorias. E o conservadorismo na relação com a estrutura política trata-se da preferência pela manutenção do *status quo*, a preferência pela continuidade da estrutura do modelo de dominação acima dos riscos assumidos pelas opções alternativas.

O pluralismo político foi analisado como a aceitação e defesa da participação de representantes dos diversos grupos políticos, sociais e econômicos na estrutura do modelo de dominação. Também é reconhecido o direito de associação e a liberdade de expressão e mobilização como modo de pressionar o modelo de dominação a responder as suas demandas.

A temática do clientelismo, por sua vez, diz respeito à distribuição de benefícios, favores e recursos de acordo com a manutenção da tutela de determinadas lideranças ou grupos políticos. O critério de subjetividade para a distribuição dos benefícios é essencial, permitindo que os benefícios sejam trocados pela lealdade política em uma perspectiva oposta ao estabelecimento de direitos e canais públicos para o acesso aos benefícios. O clientelismo faz a legitimidade da autoridade ser retirada das instituições e repassada ao patrão que concentra os recursos e tem a capacidade de responder as demandas de seus clientes.

E quanto à temática da desconfiança institucional se trabalhou com a perspectiva do comportamento da população e dos representantes políticos ante as instituições que compõem a estrutura do modelo de dominação. Dentro desta temática foram analisadas as questões da subversão institucional, do respeito às regras do jogo, da apreciação da institucionalidade do modelo de dominação como canal para a solução de demandas da sociedade.

As temáticas constituídas a partir dos conceitos teóricos da esfera da cultura política, bem como seus respectivos indicadores na política tradicional paraguaia e na mudança para uma alternativa política são sintetizados através do seguinte quadro:

Quadro 14. Indicadores qualitativos para os conceitos de cultura política

Temática	Indicador na política tradicional	Indicador na alternativa política
Autoritarismo	Manutenção da ordem	Liberdades individuais e coletivas
Nacionalismo	Coesão social baseada nas necessidades da nação	Respeito à pluralidade de interesses
Conservadorismo	Aceitação do <i>status quo</i> e dos valores tradicionais	Mudança política e modernização dos valores
Pluralismo político	Aceitação desde que não interfira na gestão do modelo de dominação	Aceitação da participação dos mais diversos grupos na gestão do modelo de dominação
Clientelismo	Distribuição de benefícios em troca do apoio político	Direitos de acesso aos bens públicos
Desconfiança institucional	Aceitação da subversão momentânea	Construção de uma nova institucionalidade

Fonte: Elaboração própria.

Os 7 temas utilizados para analisar a esfera da estrutura econômico-social foram os seguintes: setor produtivo prioritário, distribuição de recursos, papel do capital financeiro,

condições de trabalho, local de origem do capital, uso dos recursos governamentais e corrupção. Iniciando com a temática do setor produtivo prioritário, busca-se apontar para o debate acerca do complexo primário-exportador que vem marcando a história econômica paraguaia, ou seja, observar nas respostas dos entrevistados se houve o reconhecimento da existência de privilégios e priorização de algum setor econômico sobre os demais, inserindo-se aqui os debates entre as perspectivas do agronegócio e a agricultura familiar camponesa, bem como o debate entre a economia primária para exportação e a diversificação produtiva.

No concernente à distribuição de recursos a análise buscou considerar os apontamentos feitos sobre a concentração de recursos em contraposição às propostas vinculadas com alguma forma de justiça social redistributiva, referindo-se aos debates sobre igualdade e desigualdade na estrutura econômico-social. Considerou-se também a relação da concentração dos recursos econômicos com outras formas de exclusão e concentração que resultam em hierarquização econômica, social, política e cultural, embora o enfoque resida nos recursos econômicos.

Já no que se refere à temática do papel do capital financeiro se inserem as discussões sobre a financeirização e a especulação, o modo como as questões financeiras se relacionam com a base produtiva e a própria circulação da produção, apreciando a influência dos interesses financeiros sobre as decisões econômicas tomadas pelos principais grupos econômicos e políticos que regem a economia nacional. Outra temática que aborda a aplicação do capital refere-se ao local de origem do capital, adentrando nas questões do papel do capital estrangeiro na economia nacional, com a posterior estrangeirização. Aqui foi considerada a presença dos estrangeiros nos mais variados setores da economia, bem como os mais variados atores econômicos, sejam eles individuais (como os proprietários de terras) ou coletivos (como as empresas e conglomerados multinacionais).

A temática das condições de trabalho refere-se às relações laborais e a precarização causada pelo trabalho informal. Buscou-se identificar a preocupação dos entrevistados com as relações laborais urbanas e rurais, abrangendo mais do que a remuneração em si e alcançando as discussões sobre os direitos vinculados como a previdência, associação, segurança no trabalho, entre outros. Contudo, como a informalidade é uma característica marcante do mercado de trabalho paraguaio, essa problemática acabou sendo a principal na análise.

Quanto à temática do uso dos recursos governamentais, o objetivo foi identificar as menções efetuadas sobre o modo como são geridos os recursos que compõem os orçamentos públicos, de que forma a estrutura governamental e seus representantes aplicam os recursos

públicos. Inserem-se as discussões sobre a forma como a utilização dos recursos públicos se relaciona com a dominação política, se concentra os recursos e os distribui como benefícios para manter a dominação baseada na lealdade aos grupos detentores do poder, ou se utiliza uma perspectiva de direito de acesso aos recursos públicos de forma mais justa, gerando a lealdade à própria estrutura do modelo de dominação.

A última temática da estrutura econômico-social é a corrupção, cuja análise preocupou-se com a corrupção dos agentes e instituições públicas e a busca por mecanismos de controle. O uso dos recursos públicos em benefício privado é o elemento fundamental, embora a questão da corrupção possa ser vinculada com o clientelismo. A principal diferença é o objetivo da apropriação dos recursos públicos: a corrupção em benefício privado e o clientelismo em benefício político (deter os recursos para distribuir em troca de lealdade política).

De tal modo, as temáticas constituídas a partir dos conceitos teóricos da esfera da estrutura econômico-social e seus respectivos indicadores na política tradicional paraguaia e na mudança para uma alternativa política são sintetizados por meio do seguinte quadro:

Quadro 15. Indicadores qualitativos para os conceitos da estrutura econômico-social

Temática	Indicador na política tradicional	Indicador na alternativa política
Setor produtivo prioritário	Promoção da agroexportação	Promoção da diversificação produtiva
Distribuição de recursos	Concentração de recursos	Distribuição de recursos e justiça social
Papel do capital financeiro	Especulação e atratividade para o capital financeiro	Regulação estatal
Local de origem do capital	Estrangeirização e liberalização para o capital estrangeiro	Tributação e promoção do capital nacional
Condições de trabalho	Informalidade e flexibilização da legislação	Legislação mais rígida e promoção de direitos
Uso dos recursos governamentais	Aplicação baseada na lealdade política	Aplicação baseada em direitos cidadãos
Corrupção	Uso de recursos públicos em benefício privado	Promoção de mecanismos de controle (estatais e da sociedade)

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, os 5 temas indicados para a análise da esfera da estrutura do modelo de dominação foram os seguintes: liderança, ideologia, solução de conflitos, papel dos partidos políticos e a relação entre a tradição e a modernidade. Na temática da liderança encontra-se uma primeira resposta possível para o dilema da unidade da esquerda, mas a preocupação vai além da unidade interna da esquerda paraguaia. Inserem-se aqui as questões do caudilhismo, das lideranças fortes para toda a sociedade, procurando ser identificada a importância dada ao papel

das lideranças políticas. Na análise mais específica do caso da FG buscou-se examinar o papel aportado à figura de Fernando Lugo na proposta alternativa da política paraguaia, se sua liderança assume uma relevância que supera o próprio projeto.

Por outro lado, a segunda temática apontada para o estudo refere-se ao projeto político-ideológico em si, a ideologia, apontando para a sua importância na atuação da FG. Buscou-se identificar o apontamento dos entrevistados para um projeto convergente para a FG e se esse projeto consegue aproximar seus representantes e dar uma imagem pública de unidade. Nesta temática também estão incluídas as questões relativas à institucionalização partidária.

Quanto à temática da solução de conflitos, vincula-se com a apreciação dos distintos modos que possam ser usados para dirimir ou mesmo apaziguar os conflitos e tensões políticas. As duas principais formas de solução apresentadas no primeiro capítulo foram buscadas nas entrevistas: a solução personalista, como no caso do cesarismo, e a solução institucionalizada, seja pela estrutura governamental do modelo de dominação ou pelo partido.

O papel dos partidos políticos é uma temática complementar às três primeiras desta esfera, buscou-se observar especificamente a apreciação dos entrevistados aos partidos políticos na estrutura do modelo de dominação, como são considerados como agentes representantes das demandas surgidas na sociedade. Nesta temática são inseridas tanto a discussão sobre o papel dos partidos políticos no interior da coalizão alternativa como forma de alcançar um projeto político-ideológico convergente, quanto as discussões sobre o papel dos partidos na política em geral, vinculando-se com a temática do pluralismo político analisada na esfera da cultura política e com a tradição bipartidária da política tradicional fundada em elementos identitários.

E a última temática abordada refere-se à relação entre tradição e modernidade, adentrando nas discussões apresentadas pela teoria da modernização apreciada no primeiro capítulo. Buscou-se identificar a preocupação dos entrevistados com os possíveis efeitos da inserção dos valores universalizantes para a cultura local, podendo resultar tanto na convivência das tradições com a racionalidade homogeneizadora quanto na promoção das tradições autóctones como possibilidade de modernização (aqui vinculando-se mais com uma abordagem nacionalista da relação interno-internacional).

Os indicadores para cada temática da esfera do modelo de dominação na política tradicional e na alternativa política, criadas a partir dos conceitos teóricos, são apresentados com o seguinte quadro:

Quadro 16. Indicadores qualitativos para os conceitos da estrutura do modelo de dominação

Temática	Indicador na política tradicional	Indicador na alternativa política
Liderança	Projeto encarnado e conduzido pelo líder forte	Projeto baseado em ideologia comum que embasa a liderança
Ideologia	Alianças conjunturais baseadas em interesses imediatos	Institucionalização partidária baseada em projeto convergente
Solução de conflitos	Arbitragem pessoal dos conflitos de interesses	Arbitragem institucional dos conflitos de interesses
Papel dos partidos políticos	Coesão interna baseada em identidades partidárias	Agregação e pluralização de interesses
Relação entre a tradição e a modernidade	Convivência das tradições com a racionalidade homogeneizadora	Promoção das tradições autóctones como possibilidade de modernização

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, estas 18 temáticas relativas às esferas centrais do estudo foram estabelecidas visando a validação teórica do material coletado para estabelecer a ideologia partidária e das principais lideranças da FG. Na sequência são apresentados os resultados da primeira etapa de análise das entrevistas apontando para a presença ou ausência das temáticas, embora ainda não sejam examinados os indicadores da política tradicional e da alternativa política (o que será efetuado na sequência do capítulo).

Quadro 17. Presença das temáticas centrais nas entrevistas com representantes da FG

Tema/Entrevistado	Fernando Lugo	Carlos Filizzola	Esperanza Martínez	Sixto Pereira	Hugo Richer	Ricardo Canese
Autoritarismo	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Nacionalismo	Presente	Ausente	Presente	Presente	Presente	Presente
Conservadorismo	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Pluralismo político	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Clientelismo	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Ausente
Desconfiança institucional	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Setor produtivo prioritário	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Distribuição de recursos	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Papel do capital financeiro	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Condições de trabalho	Ausente	Presente	Presente	Presente	Ausente	Presente
Local de origem do capital	Ausente	Ausente	Presente	Ausente	Presente	Presente
Uso dos recursos governamentais	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Corrupção	Presente	Ausente	Presente	Ausente	Presente	Presente
Liderança	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Ideologia	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Solução de conflitos	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Papel dos partidos políticos	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Relação tradição-modernidade	Presente	Ausente	Ausente	Presente	Presente	Presente

Fonte: Elaboração própria.

É possível ver que as temáticas apareceram de forma majoritária na análise, uma forma de conseguir apontar para a relevância dos elementos teórico-conceituais apresentados no primeiro capítulo, possibilitando ver a validação do material para as discussões teórico-conceituais. Ainda não foi buscada uma codificação das menções nas entrevistas, por isso algumas categorias que aparecem na análise dedutiva podem não aparecer na análise indutiva, pois existem algumas temáticas que aparecem nas entrevistas mas não são o elemento central da frase onde aparecem (quando se realiza a análise temático-categorial). Na próxima seção inicia-se a análise mais aprofundada de como os entrevistados e os documentos partidários abordaram as temáticas ao longo de suas explicações, para ser possível comparar os posicionamentos e encontrar as linhas similares e dissonantes em seus pensamentos políticos.

4.3 Categorização indutiva: análise temático-categorial

O segundo processo de análise levou em conta o sistema de categorização indutiva, no qual foi feita uma leitura aprofundada das transcrições das entrevistas para encontrar as temáticas que conseguem simplificar a complexidade do texto. O processo de análise iniciou com a separação do texto por frases (as unidades de contexto). Dentro de cada frase buscou-se estabelecer qual a temática principal à qual o entrevistado está se referindo ao longo da frase, de modo que pode aparecer mais de uma temática ao longo de uma frase (especialmente as mais longas), mas a codificação considera apenas a temática mais relevante ao longo da frase.

A primeira etapa da análise resultou em 49 categorias iniciais, referindo-se às temáticas trabalhadas em cada uma das frases. Contudo, é preciso considerar que nem todas as categorias aparecem em cada uma das entrevistas, o que permitirá comparar a postura dos entrevistados sobre as temáticas com maior ou menor ocorrência. A segunda etapa levou em conta o processo de simplificação das categorias iniciais agregando aquelas que tratavam de temáticas similares, mesmo que com direções ou perspectivas diferentes. Nesta segunda etapa encontraram-se 21 categorias intermediárias (que também não aparecem em todas nas entrevistas). E a terceira etapa resultou na agrupação das temáticas de acordo com as esferas centrais do estudo, ou seja, temáticas que se referem às mesmas preocupações gerais dos entrevistados. Na última etapa o resultado foi a agrupação das categorias intermediárias em 3 categorias finais.

Na sequência é apresentado o agrupamento das categorias durante a análise temático-categorial indutiva. São apresentadas todas as categorias iniciais, intermediárias e finais, com seus respectivos agrupamentos.

Quadro 18. Agrupamento de categorias no processo de análise

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categorias finais	
Gastos públicos	Uso dos recursos governamentais	Estrutura econômico-social	
Gastos públicos com educação			
Gastos públicos com justiça social			
Gastos públicos com saúde			
Gastos públicos com segurança			
Concentração de recursos			Desigualdade
Concentração de recursos agrários			
Pobreza			
Êxodo rural			
Desemprego			Tributos
Crítica ao sistema tributário			
Reforma tributária	Corrupção		
Corrupção			
Modelo agroexportador	Modelo econômico		
Problemas ambientais			
Papel do capital financeiro	Modelo de dominação	Dominação e contestação	
Mudança da estrutura econômico-social			
Crítica ao modelo de dominação tradicional			
Mudança do modelo de dominação			
Debilidade institucional			
Profissionalização do serviço público			
Relação entre poderes			
Violência política			
Mobilização social			Mobilização social
Liberdades políticas			
Direitos indígenas	Institucionalização da esquerda		
Importância da institucionalização da esquerda			
Dificuldade para a institucionalização da esquerda			
Papel da FG para a institucionalização da esquerda			
Importância da unificação da esquerda	Unificação da esquerda		
Dificuldade para unificar a esquerda			
Papel da FG para unificar a esquerda			
Participação eleitoral da esquerda	Atuação da esquerda		
Atuação política da esquerda			
Atuação parlamentar da FG			
Papel do projeto político-ideológico	Projeto político-ideológico		
Integração regional			
Meios de comunicação tradicionais	Meios de comunicação	Cultura política	
Meios de comunicação alternativos			
Papel das lideranças políticas	Liderança		
Conservadorismo	Conservadorismo		
Autoritarismo	Autoritarismo		
Clientelismo	Clientelismo		
Atitudes políticas da população	Atitudes políticas		
Nacionalismo	Nacionalismo		
Nacionalismo histórico			
Religiosidade	Religiosidade		
Populismo	Populismo		
Pluralismo	Pluralismo		

Fonte: Elaboração própria.

Ademais, considera-se que existe uma distinção de sentidos. Existem categorias iniciais com sentido único (algumas com sentido positivo/apoio e outras com sentido negativo/crítica), mas também existem várias categorias (25 no total) que possuem mais de um sentido. No entanto, durante a análise de cada entrevista, quando essas categorias aparecem elas podem ter um, dois ou mesmo os três sentidos. Essa é outra questão que vai contribuir para analisar as posições de cada entrevistado e compará-los. No quadro abaixo são apresentadas as categorias com seus diferentes sentidos possíveis na análise.

Quadro 19. Sentidos das categorias iniciais

Categoria	Sentidos		
Gastos públicos	Crítica	Defesa	Aumento
Gastos públicos com educação	Crítica	Defesa	Aumento
Gastos públicos com justiça social	Crítica	Defesa	Aumento
Gastos públicos com saúde	Crítica	Defesa	Aumento
Gastos públicos com segurança	Crítica	Defesa	Aumento
Concentração de recursos agrários	Posse da terra	Créditos	Reforma agrária
Modelo agroexportador	Concentração produtiva	Exclusão social	Perda de soberania
Papel do capital financeiro	Positivo	Neutro	Negativo
Mudança da estrutura econômico-social	Agrário-comercial	Industrialização	Tecnológico-comercial
Crítica ao modelo de dominação tradicional	Partidos	Instituições	Oligarquização
Mudança do modelo de dominação	Avanços	Desafios	Importância
Mobilização social	Passado	Presente	Futuro
Importância da institucionalização da esquerda	Passado	Presente	Futuro
Dificuldade para a institucionalização da esquerda	Passado	Presente	Futuro
Papel da FG para a institucionalização da esquerda	Passado	Presente	Futuro
Importância da unificação da esquerda	Passado	Presente	Futuro
Dificuldade para unificar a esquerda	Passado	Presente	Futuro
Papel da FG para unificar a esquerda	Passado	Presente	Futuro
Participação eleitoral da esquerda	Passado	Presente	Futuro
Atuação política da esquerda	Passado	Presente	Futuro
Atuação parlamentar da FG	Passado	Presente	Futuro
Papel do projeto político-ideológico	Democracia participativa	Direitos cidadãos	Justiça social
Integração regional	Avanços	Dificuldades	Importância
Papel das lideranças políticas	Condução	Aglomeración	Debilitação
Atitudes políticas da população	Individuais	Interpessoais	Institucionais

Fonte: Elaboração própria.

Na sequência são apresentados os resultados da análise temático-categorial a partir de dois sistemas de codificação: a frequência absoluta e a frequência relativa. A análise dos resultados será feita através das categorias intermediárias e finais, com um número menor de categorias permitindo que a comparação aporte resultados relevantes para compreender as semelhanças e diferenças das ideias dos entrevistados, devido a dispersão de resultados presentes nas categorias iniciais.

Contudo, algumas categorias iniciais serão utilizadas na análise das categorias intermediárias para identificar elementos que encaminham as posturas de entrevistados sobre determinadas categorias aglomeradas. Os resultados da análise temático-categorial das categorias iniciais estão disponíveis no apêndice 7, enquanto os resultados das categorias iniciais que possuem diferentes sentidos estão disponíveis nos apêndices 8 e 9.

Agora são apresentados os resultados para as categorias intermediárias que serão analisados na sequência considerando-se as categorias mais frequentes e as mais ausentes em uma perspectiva geral, bem como as mais relevantes para cada entrevistado.

Quadro 20. Resultados da análise temático-categorial: categorias intermediárias

Categoria intermediária/Entrevista	Carlos Filizzola	Esperanza Martínez	Fernando Lugo	Hugo Richer	Sixto Pereira	Ricardo Canese	Média
Uso dos recursos governamentais	6,45%	12,93%	5,72%	5,18%	0,6%	2,56%	5,57%
Desigualdade	6,99%	6,31%	5,05%	4,78%	5,39%	2,28%	5,13%
Tributos	4,3%	-	1,01%	1,2%	-	-	1,09%
Corrupção	-	2,21%	1,35%	1,2%	-	0,28%	0,84%
Modelo econômico	7,53%	6,31%	2,36%	4,78%	5,99%	5,41%	5,4%
Modelo de dominação	9,14%	8,52%	17,17%	7,17%	7,78%	12,82%	10,43%
Mobilização social	2,69%	4,1%	6,73%	4,78%	14,37%	8,83%	6,92%
Institucionalização da esquerda	13,44%	6,94%	6,4%	4,78%	7,78%	1,14%	6,75%
Unificação da esquerda	12,9%	1,58%	1,68%	11,55%	13,77%	7,69%	8,2%
Atuação da esquerda	15,05%	15,77%	11,11%	23,9%	17,37%	21,37%	17,43%
Projeto político-ideológico	3,76%	3,79%	7,07%	5,58%	5,99%	14,81%	6,83%
Meios de comunicação	3,76%	0,63%	0,67%	4,38%	4,79%	0,28%	2,42%
Liderança	8,6%	8,52%	5,05%	7,17%	5,39%	3,13%	6,31%
Conservadorismo	3,23%	1,89%	3,03%	3,59%	0,6%	0,85%	2,2%
Autoritarismo	1,08%	1,26%	0,67%	1,59%	-	0,28%	0,81%
Clientelismo	1,08%	5,99%	1,35%	0,8%	0,6%	-	1,64%
Atitudes políticas	-	11,67%	15,82%	4,38%	9,58%	11,68%	8,86%
Nacionalismo	-	-	2,36%	3,19%	-	6,55%	2,02%
Religiosidade	-	1,58%	2,69%	-	-	-	0,71%
Populismo	-	-	2,02%	-	-	-	0,34%
Pluralismo	-	-	0,67%	-	-	-	0,11%

Fonte: Elaboração própria.

Considerando inicialmente a visão geral das categorias intermediárias a partir da média da frequência observa-se uma dispersão nos resultados, ressaltando-se apenas duas categorias.

A atuação da esquerda e o modelo de dominação concentraram uma média de 27,86% das frases dos entrevistados, sendo as duas categorias intermediárias que se destacam por suas médias acima dos 10% de frequência. Ambas categorias relacionam-se com a dominação e contestação, a maior média referindo-se às análises internas da esquerda paraguaia e a segunda maior média relativa à estrutura do modelo de dominação atual (fundamentalmente a crítica de suas debilidades), bem como as estratégias para a sua modificação.

A caracterização que os entrevistados fazem do modelo de dominação paraguaio aproximou-se do Estado oligárquico de Bozzolasco (2009), corroborando a atitude crítica da população dimensionada pelo Latinobarômetro (2018) de que o país é governado em prol dos interesses dos poderosos e não de todo o povo. Contudo, a discussão sobre a mudança do modelo de dominação não apresenta o mesmo grau de preocupação, dificultando apontar o modelo buscado pelas lideranças da FG – uma análise mais detalhada será efetuada na próxima seção. E na apreciação feita sobre a atuação da esquerda os entrevistados preferiram focar-se na sua atuação como representantes das demandas dos grupos marginalizados e na participação eleitoral da esquerda paraguaia desde a democratização, representando muito mais uma prestação de contas de sua atuação para posicionar a FG como representante da esquerda paraguaia comprometida com as pautas progressistas de mudança econômico-política.

Mas além do exame mais geral das entrevistas a partir da média das frequências, uma outra forma de examinar os resultados reside na comparação das categorias com resultados mais relevantes nas entrevistas, tanto as categorias mais frequentes (as maiores preocupações dos entrevistados) quanto as mais ausentes (as maiores omissões). Quanto à categoria intermediária mais frequente em cada entrevista, para 5 dos 6 entrevistados foi a atuação da esquerda. A única exceção foi o senador Fernando Lugo, cuja categoria intermediária mais frequentemente mencionada foi o modelo de dominação e a atuação da esquerda foi a terceira.

Essa diferenciação de Lugo em relação aos demais entrevistados pode ser entendida pela atuação de Lugo como presidente da república e sua atuação à margem da institucionalidade da esquerda paraguaia, deixando as preocupações com relação ao modelo de dominação acima das preocupações com relação à esquerda. Lugo foi o entrevistado que mais preocupou-se em analisar a debilidade institucional, a relação entre poderes e a violência política (as duas últimas estiveram presentes apenas na entrevista de Lugo), categorias que relacionam-se com os desafios vividos ao longo de seu governo. O ponto mais interessante para apreciar-se nesta análise é justamente a categoria inicial da violência política (2,36% de frequência na entrevista

de Lugo), uma questão que foi analisada nos capítulos iniciais da tese e que marcou um longo período de tentativas de golpes, agitações e revoluções que resultou nos modelos de partidização das Forças Armadas e militarização da política (ROMERO PEREIRA, 1989), mas que os demais entrevistados não consideraram como relevante mencionar ante os demais temas abordados.

Com relação às categorias intermediárias relacionadas com a esquerda paraguaia (Atuação política da esquerda, Institucionalização da esquerda e Unificação da esquerda), em 3 entrevistas essas categorias concentraram a frequência. O senador Filizzola teve 41,39% das frases relacionadas com a esquerda paraguaia, sendo que as três categorias intermediárias mais mencionadas por ele foram justamente as relacionadas com a esquerda, posicionando-o como o entrevistado mais preocupado com a esquerda, especialmente com a sua institucionalização. O senador Richer, por sua vez, aportou 40,23% de suas frases relacionadas com a esquerda, sendo que mais da metade delas foram relativas à atuação da esquerda, constituindo-se no entrevistado que proporcionalmente mais centrou-se em analisar a atuação das lideranças e partidos de esquerda no Paraguai. E o senador Pereira mencionou 38,92% de suas frases sobre a esquerda paraguaia, tendo como diferencial as menções sobre a unificação da esquerda que o tornaram o entrevistado que proporcionalmente mais mencionou a questão da unificação da esquerda. Vale lembrar aqui que Pereira foi um dos principais articuladores para a criação do Partido Popular *Tekojoja*, a primeira tentativa de unificação da esquerda sob uma estrutura institucional, e em sua entrevista apresentou a preocupação por fortalecer uma estrutura institucional com um projeto de mudança político-econômica vinculado às pautas da esquerda.

Além das categorias relacionadas com a esquerda paraguaia, outras categorias destacaram-se pela frequência nas entrevistas. No caso da senadora Esperanza Martínez duas outras categorias intermediárias podem ser destacadas: o uso dos recursos governamentais e as atitudes políticas. A senadora foi a entrevistada que mais se aprofundou nas análises sobre o uso dos recursos governamentais, uma categoria que teve uma frequência relevante em outras 3 entrevistas (Filizzola, Lugo e Richer). Esse aprofundamento na temática deveu-se fundamentalmente à questão dos gastos públicos com saúde, seja pela profissão de médica da senadora, sua atuação como ministra, ou mesmo como senadora representante das pautas de saúde pública. Essa categoria acabou sendo mencionada, embora superficialmente, por todos os entrevistados principalmente para examinar a avaliação positiva que a população faz do governo Lugo com relação às políticas públicas ensaiadas. Isso se relaciona com a avaliação do desempenho governamental (PUTNAM, 1996), o modo como a população avalia as respostas

que o governo dá às suas demandas e interesses (conforme apresentado na análise teórico-conceitual), e que no caso paraguaio resulta em uma atitude crítica que foi apenas superficialmente alterada durante o governo Lugo (como visto na última seção do capítulo 3).

Quanto às atitudes políticas foi na média a terceira categoria intermediária mais frequente nas entrevistas, apenas não aparecendo na análise da entrevista de Filizzola. Foi a segunda categoria mais citada por Lugo, a terceira mais citada por Martínez e a quarta mais citada por Pereira e Canese. Lugo foi o entrevistado que proporcionalmente mais mencionou frases relativas às atitudes políticas e, assim como na questão do modelo de dominação, centrou-se nas atitudes da população com relação às instituições, demonstrando sua preocupação em analisar a estrutura institucional do modelo de dominação e a recepção por parte dos governados. Assim como na categoria do uso dos recursos governamentais, várias menções foram feitas relacionadas com a avaliação que a população faz de governos específicos, especialmente realizando uma comparação entre os governos de Lugo e Horacio Cartes, corroborando a análise feita anteriormente sobre os dados do Latinobarômetro (2018), apontando para uma mudança importante das atitudes da população sobre o governo em si, avaliando mais positivamente o governo Lugo do que os demais.

No caso do senador Hugo Richer, além das análises sobre a esquerda as demais categorias tiveram uma dispersão em sua frequência, destacando-se apenas as categorias intermediárias do modelo de dominação e da liderança. O modelo de dominação foi na média a segunda categoria intermediária mais citada nas entrevistas, tendo uma frequência maior que 7% em todas as entrevistas. Contudo, foram dois entrevistados que aprofundaram-se mais nessa categoria: Fernando Lugo e Ricardo Canese. Lugo foi quem apresentou a maior frequência de menções ao modelo de dominação, como já examinado anteriormente. Ricardo Canese, por sua vez, teve na categoria do modelo de dominação a terceira mais frequente na entrevista (12,82%) e diferentemente de Lugo não centrou-se nas questões institucionais, mas sim na caracterização e crítica da oligarquização do modelo de dominação, uma das bases de seu pensamento, relacionando-se com a caracterização feita por Bozzolasco (2009).

A liderança foi outra categoria com frequência relevante na entrevista do senador Richer e teve resultados acima dos 5% para 5 dos 6 entrevistados, com exceção de Ricardo Canese. As menções dividem-se entre críticas às lideranças dos partidos tradicionais, críticas às lideranças de outros projetos alternativos (como Mario Ferreira, antigo membro da AP e atualmente no PRF), mas principalmente análises sobre a liderança de Lugo e seus efeitos para a FG e a

política paraguaia. Todos os entrevistados reconhecem a importância eleitoral que representa a figura de Lugo, mas divergem quanto as estratégias de atuação a partir de tal liderança (na próxima seção serão analisados os discursos de cada entrevistado sobre essa categoria).

No caso de Ricardo Canese, além das categorias previamente analisadas outra categoria intermediária que destacou-se em sua entrevista foi o projeto político-ideológico, posicionando-se como a segunda categoria mais mencionada por ele. Isso se explica principalmente pelo fato de Canese ser considerado o principal ideólogo dentro da FG. Nas demais entrevistas o projeto político-ideológico também teve resultados com alguma relevância, mas curiosamente a categoria teve uma frequência maior na entrevista de Lugo do que nos demais, justamente o único entrevistado não filiado a algum dos partidos componentes da FG. A análise mais específica sobre o tipo de projeto mencionado por cada entrevistado será realizada na sequência com o uso da análise de discurso. E retomando as análises do primeiro capítulo, especialmente a partir do aporte gramsciano, comparando a frequência das categorias da liderança e do projeto político-ideológico observa-se que os entrevistados mencionaram mais a questão da liderança do que o projeto como forma para conseguir agregar os mais distintos setores sob uma bandeira comum (isso do ponto de vista quantitativo, a partir da mensuração das frequências).

E com relação ao senador Sixto Pereira, a categoria que se destacou na frequência de aparições além das relacionadas com a esquerda foi a mobilização social, constituindo-se na segunda mais frequente em sua entrevista. Essa categoria também apresentou uma relevância maior em outras duas entrevistas: a de Canese, membro do mesmo partido de Pereira, e a de Lugo, que construiu sua carreira política junto aos movimentos sociais. Especificamente no caso de Sixto Pereira, o posicionamento da mobilização social como a segunda categoria intermediária mais frequente em sua entrevista pode ser apreciada com o seu histórico de liderança social paraguaia, especialmente com as questões fundiárias e de fomento à agricultura familiar. Inclusive quando foi realizada a entrevista com Pereira estavam ocorrendo as mobilizações camponesas pelo perdão ou renegociação das dívidas em Asunción, e Sixto Pereira era um dos principais mediadores dos camponeses nas negociações com o governo.

Outra questão importante para ser abordada nessa avaliação dos resultados da análise temático-categorial é a das categorias intermediárias mais ausentes. Ao fazer essa avaliação é necessário ter em conta que o fato de uma categoria não aparecer na entrevista significa que não houve nenhuma frase cuja ideia central se referisse à categoria, isso não significa que o

entrevistado não tenha feito nenhuma menção sobre o tema, apenas que a menção foi menos relevante que a menção a outro tema na mesma frase.

O único entrevistado que teve a presença de todas as categorias intermediárias na análise da entrevista foi o senador Fernando Lugo. Isso aponta, por um lado, para um interesse de Lugo em cobrir uma quantidade maior de temas, visando sinalizar para os mais distintos grupos sociais e políticos a sua intenção de abarcar suas demandas e interesses, algo relacionado com sua característica de mediação e busca pelo consenso. Por outro lado, a dispersão de temáticas dificulta a aproximação ideológica de Lugo com os demais entrevistados, dificulta a construção de um projeto político-ideológico para a FG que seja um guia para a sua atuação política.

Foram 5 das 21 categorias intermediárias que apresentaram uma ausência significativa (em pelo menos a metade das entrevistas). A categoria dos Tributos esteve ausente em 3 das 6 entrevistas, isso representa uma dificuldade para o projeto da FG no sentido de que há um certo consenso sobre a necessidade de uma maior intervenção estatal e governamental para aportar soluções aos problemas econômico-sociais paraguaios, no entanto, ao se falar da origem dos recursos necessários para essa participação maior do Estado encontra-se uma omissão de alguns entrevistados. Claro está que o tema dos tributos é um dos mais controversos para os representantes políticos debaterem, pela recepção negativa na população (especialmente as elites econômicas que buscam manter ou aumentar sua extração e apropriação de recursos), mas também está claro que uma reforma tributária é uma questão relevante para a aplicação do projeto da FG. Apenas o senador Filizzola aprofundou-se um pouco na análise da necessidade de uma reforma tributária, podendo ser apontada a existência dessa lacuna nas respostas fornecidas pelos entrevistados.

Outra categoria ausente em 3 das 6 entrevistas foi o nacionalismo. Embora este seja um tema recorrente na literatura, inclusive caracterizando a cultura política paraguaia, os entrevistados não demonstraram o mesmo interesse na discussão do nacionalismo. Apenas Ricardo Canese aprofundou-se um pouco mais na análise do nacionalismo, especialmente o nacionalismo histórico, buscando vincular as lutas político-sociais atuais da esquerda com ícones da Primeira República (sobretudo Francia e os López). É possível compreender esse aprofundamento de Canese com o nacionalismo pelo seu reconhecimento como ideólogo no interior do PPT e da FG, bem como pela atuação na área internacional tornando o discurso da soberania um elemento fundamental para o seu projeto político-ideológico.

A religiosidade foi uma categoria que esteve ausente em 4 das 6 entrevistas, apontando para um afastamento da FG dos temas religiosos, sobretudo nos temas que a Igreja Católica mais polemiza com a esquerda (como o aborto, as drogas e as questões de gênero). Este é um desafio para a FG, balancear as lutas de minorias com uma sociedade onde a religiosidade é marcante. Os dois entrevistados que mencionaram frases categorizadas como religiosidade foram os senadores Martínez e Lugo. Martínez analisou a religiosidade basicamente pelo seu papel na liderança de Lugo, caracterizando-o como um líder religioso que tornou-se uma liderança de esquerda, mas que ainda atua de acordo com os preceitos religiosos. E quando Lugo mencionou a religiosidade veio a corroborar a concepção de Martínez, utilizando-se de metáforas religiosas para explicar fenômenos políticos, econômicos e sociais. O próprio Lugo admite que é um religioso que atua como político, e sua trajetória religiosa interfere na forma como ele atua politicamente, por exemplo a busca pelo consenso e mediação de posições.

E as outras duas categorias com maior ausência foram o populismo e o pluralismo, ambas apareceram apenas na análise da entrevista do senador Fernando Lugo. O pluralismo foi utilizado por Lugo para explicar a sua postura de mediação no governo, bem como uma linha de atuação da esquerda paraguaia, consistindo no reconhecimento da pluralidade de interesses, demandas e ideias, necessitando de um respeito mútuo e do trabalho de convencimento para que qualquer projeto possa se tornar factível. E o populismo apareceu na entrevista durante alguns trechos quando Lugo analisa a forma como a oposição avaliava sua atuação na presidência da república. Lugo examina a crítica da oposição aos gastos públicos com justiça social, especialmente o Programa *Tekoporã*, como uma caracterização de oportunismo populista, afirmando que a qualificação do governo como populista serviu tanto para enfraquecer o governo quanto para enfraquecer o projeto redistributivo.

Além dessas categorias intermediárias, também é interessante ressaltar outra temática que esteve presente em apenas uma entrevista, contrariando os próprios documentos partidários que dão ênfase a essa questão: os direitos indígenas. Apenas a senadora Esperanza Martínez mencionou rapidamente a luta pelos direitos indígenas e a necessidade de proteção social para essa população. Essa omissão dos entrevistados pode ser entendida pela diversidade de temas cobertos nas entrevistas e a impossibilidade de cobrir a totalidade de temas que poderiam ser de interesse. Contudo, demonstra que por mais que seja uma temática recorrente nos documentos partidários, os representantes da FG não posicionaram os direitos indígenas como um tema relevante para a discussão durante suas entrevistas.

A omissão dos entrevistados na apreciação dos direitos indígenas relaciona-se com os conceitos de colonialismo interno (STAVENHAGEN, 1974) e marginalidade (GERMANI, 1980 e QUIJANO, 1971), especialmente a hierarquização que marginaliza as populações tradicionais em relação aos grupos sociais constituídos a partir da estrutura econômico-social que sustenta o bloco histórico (em uma perspectiva gramsciana). De tal modo, ao analisar a situação atual e as possibilidades de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, os entrevistados não encontram nos indígenas paraguaios um grupo social importante para priorizar as suas preocupações.

A análise temático-categorial indutiva também foi aplicada para examinar alguns documentos da FG, os Boletins Informativos Mensais publicados pela Secretaria de Relações Internacionais da FG e que buscam apresentar posicionamentos da FG sobre acontecimentos nacionais e internacionais, bem como uma prestação de contas das atividades realizadas pela FG e seus representantes no mês abrangido pelo boletim. Foram analisados 27 boletins, cobrindo o espaço temporal entre maio de 2015 e dezembro de 2017 (cobrindo também o espaço temporal em que foram realizadas as entrevistas). Foram analisadas no total 513 matérias apresentadas nos 27 boletins, sendo que para cada matéria foi estabelecido qual a temática central abrangida e por consequência inserida na categorização estabelecida nesta seção.

O objetivo é comparar os resultados da análise temático-categorial dos boletins com os das entrevistas, para ver se as preocupações apresentadas pelos entrevistados condizem e em que medida com os apresentados pela estrutura partidária em um período similar. Nesta análise não foram considerados os sentidos das categorias pois as categorias mais relevantes para avaliar o sentido (como a mudança da estrutura econômico-social, o papel das lideranças ou a pauta central do projeto político-ideológico) serão analisadas mais detidamente na próxima seção com a análise de discurso, onde será apresentada a forma como os documentos da FG aprofundam a discussão sobre essas categorias. E a categorização com as categorias iniciais podem ser vistas no apêndice 10, também não sendo apresentadas aqui devido à dispersão.

Os resultados da análise temático-categorial com as categorias intermediárias para os boletins podem ser observados a partir do seguinte quadro:

Quadro 21. Resultados da análise temático-categorial dos Boletins Informativos Mensais: categorias intermediárias

Categoria intermediária	Frequência absoluta	Frequência relativa
Uso dos recursos governamentais	34	6,63%
Desigualdade	25	4,87%
Tributos	22	4,29%
Corrupção	21	4,09%
Modelo econômico	32	6,24%
Modelo de dominação	68	13,26%
Mobilização social	86	16,76%
Institucionalização da esquerda	-	-
Unificação da esquerda	1	0,19%
Atuação da esquerda	67	13,06%
Projeto político-ideológico	59	11,5%
Meios de comunicação	2	0,39%
Liderança	43	8,38%
Conservadorismo	7	1,36%
Autoritarismo	31	6,04%
Clientelismo	2	0,39%
Atitudes políticas	-	-
Nacionalismo	12	2,34%
Religiosidade	1	0,19%
Populismo	-	-
Pluralismo	-	-
Total	513	

Fonte: Elaboração própria.

A dispersão que marcou a análise das categorias intermediárias das entrevistas se repetiu nos boletins, mas aqui destacaram-se três categorias que conseguiram concentrar mais ainda as frequências do que no caso das entrevistas: a mobilização social, o modelo de dominação e a atuação da esquerda concentraram 43,08% das matérias.

A mobilização social foi a categoria mais frequente nas matérias especialmente pelo espaço que a FG deu em seus boletins para as mais distintas organizações da sociedade civil, especialmente os sindicatos, associações de classe, quando realizaram greves e pressionaram patrões e o governo. Se comparados com as entrevistas, os resultados dos boletins nesta categoria aproximam-se de Sixto Pereira e em menor medida de Ricardo Canese e Fernando Lugo. Todos os entrevistados mencionaram questões de mobilização social em dois sentidos: a necessidade de maior mobilização da sociedade e a avaliação de mobilizações já existentes. Neste sentido, o interessante de se apontar na análise dos boletins é que a FG de fato dá um espaço considerável (o maior em comparação com as demais categorias) para as mobilizações da sociedade, demonstrando seu comprometimento com essa temática.

Comparando-se os resultados dos boletins e das entrevistas a partir do aporte teórico gramsciano é possível apontar que enquanto os entrevistados preocuparam-se mais com a

sociedade política (centrando-se nos elementos institucionais), os documentos partidários preocuparam-se também com a sociedade civil e as suas mobilizações.

O modelo de dominação apareceu como segunda categoria mais frequente nos boletins, destacando-se que apenas duas categorias iniciais apareceram na análise: a crítica ao modelo de dominação tradicional (6,43%) e a violência política (6,82%), onde a primeira referiu-se às críticas feitas ao governo de Horacio Cartes (2013-2018) posicionando a FG como ferrenha oposição ao governo por ela caracterizado como neoliberal e repressor, e a segunda apareceu fundamentalmente como denúncias que a FG fez da repressão violenta que órgãos de segurança fizeram às manifestações e mobilizações da sociedade contra decisões ou representantes do modelo de dominação tradicional, acusando o governo de ser responsável pela perseguição de seus opositores (tanto na sociedade política quanto na sociedade civil). Esta categoria também foi a segunda mais frequente nas entrevistas, mas nestas apresentou uma maior diversificação de categorias iniciais, incluindo as questões da debilidade institucional e de relação entre poderes (analisadas por Fernando Lugo). Isso não quer dizer que os boletins não mencionem as demais categorias iniciais, mas sim que elas não foram a temática principal abordada pela matéria analisada. De tal modo, os resultados dos boletins se aproximaram mais de Fernando Lugo e Ricardo Canese, mas todos os entrevistados deram um peso relativamente importante ao modelo de dominação. E se forem observadas as categorias iniciais que abrangem a categoria modelo de dominação os resultados dos boletins aproximam-se dos de Ricardo Canese e Fernando Lugo na crítica (em menor medida Hugo Richer) e de Fernando Lugo na violência política, o único entrevistado que abordou mais detidamente essa questão.

E a terceira categoria mais frequente nos boletins, a atuação da esquerda, foi usada principalmente como a prestação de contas das atividades desenvolvidas pela FG e seus aliados na esquerda paraguaia e internacional, bem como os preparativos da esquerda paraguaia para as eleições de 2018. Ao comparar os resultados com as entrevistas nota-se uma importância maior dada pelos entrevistados a essa categoria, sendo a mais frequente nas entrevistas, mas foi Fernando Lugo quem mais se aproximou do resultado dos boletins. A forma como a categoria foi apresentada nos boletins assemelha-se muito ao observado nas entrevistas, especialmente por cobrirem espaços temporais contemporâneos com preocupações similares, e a grande diferença é vista na abordagem dada à atuação política da esquerda, que nas entrevistas apareceu como uma avaliação do que foi realizado historicamente, enquanto nos boletins foi uma avaliação do presente, das atividades desenvolvidas naquele mês, o que é compreensível pelo propósito das entrevistas e dos boletins.

Outras categorias que se destacam pela frequência são: liderança (8,38%), uso dos recursos governamentais (6,63%), modelo econômico (6,24%) e autoritarismo (6,04%). A liderança apareceu como uma forma de enaltecer a atuação das lideranças da FG, e aqui se destaca Fernando Lugo, pois os boletins nesse período (especialmente a partir do final de 2015) fizeram uma campanha pela candidatura de Lugo à presidência, mesmo depois do malogro da emenda constitucional para a reeleição (março de 2017) mencionando que Lugo era o candidato preferido pelo eleitorado paraguaio.

O uso dos recursos governamentais foi uma categoria usada para criticar a má gestão dos recursos por parte do governo Cartes, sempre comparando com os avanços obtidos ao longo do governo Lugo. Este é um elemento comum com as entrevistas, afirmando que o principal legado do governo Lugo foram as políticas públicas que visaram começar a superação dos problemas de desigualdade no Paraguai, resultando em uma avaliação positiva da população em comparação com os demais governos que eram considerados incapazes de responder as demandas dos grupos mais vulneráveis da população que seriam os representados pela FG.

Quanto ao modelo econômico foram mencionadas todas as categorias iniciais que o constituem, algo que não aconteceu em nenhuma das entrevistas, e a mais frequente foram os problemas ambientais (2,73%) que nas entrevistas só apareceram em Filizzola e Richer, mostrando uma preocupação maior na estrutura partidária do que nas lideranças. As críticas que mais apareceram nos boletins foram relativas ao uso indevido dos recursos hídricos, desviando cursos de rios e impactando as populações ribeirinhas, e o uso indiscriminado dos agrotóxicos, esta segunda constituindo uma pauta condenada abertamente pela FG desde o governo Lugo.

E a maior diferença vista aqui é na categoria do autoritarismo com 6,04% das matérias dos boletins e apenas uma média de 0,81% nas entrevistas. Nas entrevistas o autoritarismo apareceu como uma crítica ao passado autoritário do Paraguai (especialmente o stronismo), enquanto nos boletins foi utilizado para criticar as ações do governo de censura e repressão à oposição (algo similar ao observado no caso da violência política), constituindo-se em uma forma de posicionar a FG como defensora dos direitos da cidadania à livre manifestação de suas opiniões e crítica ao governo que impedia as manifestações contrárias. Contudo, os elementos de análise não se aprofundaram tanto na persistência do espaço existente para as soluções autoritárias na cultura política paraguaia, a ideologia autoritária (ALCALÁ, 2007).

Com relação às categorias intermediárias ausentes nos boletins destacam-se 5: unificação da esquerda (que teve apenas uma matéria), institucionalização da esquerda, atitudes

políticas, populismo e pluralismo. As três primeiras são destacadas pois tiveram uma frequência importante nas entrevistas, mas não tiveram a mesma relevância nos boletins. Reitera-se que isso não significa que essas categorias não foram mencionadas nos boletins, apenas que não foram a pauta/temática central da matéria. A unificação e a institucionalização não apareceram pois priorizou-se a atuação da esquerda, deixando em segundo plano a divulgação das questões relacionadas com a estrutura partidária, ainda mais porque o objetivo dos boletins é alcançar um público muito maior do que o interior da FG. Outra categoria que se destaca pela ausência nos boletins são as atitudes políticas (na média a terceira mais frequente nas entrevistas), mas é necessário apontar que apareceram nos boletins de forma secundária, especialmente ao mencionar a avaliação positiva que a população fazia do governo Lugo e de sua figura política, por um lado, e a avaliação negativa que a população fazia do governo Cartes e seus representantes. Desta forma, embora haja uma divergência nos resultados, isso não significa que essas categorias sejam absolutamente omitidas pela FG em seus boletins. O recurso da temática central (como analisado no início do capítulo) é utilizado apenas como forma de instrumentalizar e viabilizar a pesquisa, mas é claro que algumas informações acabam sendo marginalizadas. Por isso será recorrido posteriormente à análise de discurso.

Resta examinar como as categorias surgidas da análise das entrevistas se relacionam com as esferas centrais da tese surgidas do aporte teórico-conceitual estudado para compreender a evolução do caso paraguaio. Essa análise é feita a partir das categorias finais que aglomeram categorias intermediárias relativas à cada uma das três esferas. A distribuição de frequências das categorias finais nas 6 entrevistas é apresentada com o seguinte quadro:

Quadro 22. Resultados da análise temático-categorial: categorias finais

Entrevistado/Categoria final	Estrutura econômico-social	Dominação e contestação	Cultura política
Carlos Filizzola	25,27%	56,99%	17,74%
Esperanza Martínez	27,76%	40,69%	31,55%
Fernando Lugo	15,49%	50,17%	34,34%
Hugo Richer	17,13%	57,77%	25,1%
Sixto Pereira	11,98%	67,06%	20,96%
Ricardo Canese	10,83%	66,38%	22,79%
Média	18,08%	56,51%	25,41%

Fonte: Elaboração própria.

Apreciando-se os resultados da análise temático-categorial com a aglomeração em categorias finais, de modo geral é possível perceber que todos os entrevistados centraram-se mais nas questões de dominação e contestação. Com a exceção de Esperanza Martínez todos os

demais entrevistados mencionaram mais de 50% das frases envolvendo temáticas de dominação e contestação. Uma primeira explicação para isso refere-se ao próprio roteiro da entrevista, e as próprias questões específicas de cada entrevista que levam a uma discussão maior sobre a atuação da esquerda (historicamente e no momento da atuação) e o governo de Lugo. Embora haja essa ressalva, o roteiro e as questões abordadas nas entrevistas abriam espaço para os debates sobre a estrutura econômico-social e a cultura política, contudo, os entrevistados aprofundavam suas análises sobre dominação e contestação.

Outra explicação para o aprofundamento nas temáticas de dominação e contestação diz respeito à atuação dos entrevistados no momento das entrevistas. São representantes eleitos, lideranças de seus partidos políticos e por consequência abordam as temáticas relativas a essa atuação. No entanto, a atuação dessas lideranças ao longo do tempo também influenciou nas questões analisadas (como será possível observar na sequência da análise dos resultados).

Sixto Pereira e Ricardo Canese são os dois entrevistados que mais se aproximaram nos resultados das categorias finais. Ambos foram os entrevistados mais preocupados com as temáticas de dominação e contestação, com uma preocupação um pouco abaixo da média nas temáticas de cultura política, bem como foram os dois entrevistados que demonstraram uma preocupação menor com as temáticas econômico-sociais. O fato de ambos serem representantes do PPT auxilia a explicar essa aproximação de posturas, sobretudo se considerarmos que Pereira é o presidente do partido e Canese o seu principal ideólogo.

Os senadores Lugo e Richer aproximam-se na frequência das menções sobre a estrutura econômico-social ficando um pouco abaixo da média, mas diferenciam-se na frequência das menções sobre as outras duas categorias finais. Richer aprofundou-se nas análises sobre a dominação e contestação (ficando um pouco acima da média), enquanto Lugo focou mais nas questões de cultura política (especialmente o papel das lideranças e a religiosidade), sendo o entrevistado que percentualmente mais enfocou-se nas temáticas de cultura política.

Os senadores Filizzola e Martínez aproximam-se na frequência das menções sobre a estrutura econômico-social, sendo os dois entrevistados que mais mencionaram a categoria. Contudo, diferenciam-se quando Filizzola centra-se mais nas menções sobre dominação e contestação, enquanto Esperanza Martínez consegue diversificar um pouco mais as menções, embora as análises sobre dominação e contestação também sejam maiores que das demais categorias. Martínez foi a entrevistada que conseguiu distribuir mais suas menções entre as três categorias finais, representando uma diferenciação em relação aos demais.

E com relação aos Boletins Informativos Mensais, os resultados da análise podem ser vistos no seguinte quadro:

Quadro 23. Resultados da análise temático-categorial dos Boletins Informativos Mensais: categorias finais

Categoria final	Frequência absoluta	Frequência relativa
Estrutura econômico-social	134	26,12%
Dominação e contestação	281	54,78%
Cultura política	98	19,1%
Total	513	100%

Fonte: Elaboração própria.

Assim como nas entrevistas foi a dominação e contestação que concentrou a maioria das matérias dos boletins, mostrando a preocupação partidária com os assuntos vinculados ao governo e à esquerda paraguaia. Contudo, nos boletins foi a estrutura econômico-social que teve a segunda frequência das matérias, com 7% a mais do que a cultura política, enquanto em 5 das 6 entrevistas observou-se um resultado oposto. Neste sentido, a única entrevista que se aproximou nos resultados das categorias finais dos boletins foi a do senador Carlos Filizzola.

Embora a análise quantitativa das entrevistas consiga aportar uma visão dos temas mais presentes e ausentes, apontando para a relevância que cada temática para cada entrevistado, outra etapa importante para alcançar os objetivos propostos na tese é a análise qualitativa das entrevistas, buscando mapear a ideologia de cada um dos entrevistados sobre as temáticas que apareceram nas entrevistas e comparando suas posições com as características de cada tema apresentadas na análise teórico-conceitual e no estudo do caso paraguaio.

4.4 Análise qualitativa das entrevistas: análise de discurso

Nesta seção o propósito é estabelecer um quadro geral, um mapa ideológico das principais lideranças da FG, utilizando também a análise quantitativa da seção anterior para comparar a relevância ideológica dos posicionamentos com a sua relevância de frequência em cada entrevista. Também serão analisados os posicionamentos da FG sobre as temáticas elencadas por meio dos dois principais documentos que abordam o projeto da FG: o *Tape Guasu* (FRENTE GUASU, 2013a) e o *Gobierno para Todos y Todas* (FRENTE GUASU, 2013b).

Foram elencadas 6 temáticas que suscitam o interesse em descobrir os posicionamentos mais específicos que os entrevistados e a FG possuem, consistindo em temáticas-chave representantes das esferas centrais teórico-conceituais, sendo as seguintes: os eixos centrais do projeto da FG, a mudança da estrutura econômico-social, a pauta central do projeto político-

ideológico, o papel da liderança política, a avaliação do modelo de dominação e a avaliação da cultura política. Recorreu-se à análise de discurso com o estabelecimento de passagens significativas que expressam o posicionamento de entrevistados e documentos sobre as temáticas, comparando esses posicionamentos com o que foi analisado previamente. O que se destaca na análise de discurso (como visto na primeira seção do capítulo) é o contexto e o sentido dado às frases, não observando apenas a sua existência de forma objetiva (como na análise quantitativa), mas também a subjetividade de seu uso pelos elementos analisados.

4.4.1 Eixos centrais do projeto da FG

Todas as entrevistas iniciaram com uma pergunta mais geral que buscou apresentar quais são considerados os principais problemas do Paraguai, em quais questões o projeto político da FG deveria centrar-se para responder as principais demandas da população, seguindo a concepção teórico-conceitual do círculo vicioso da precarização democrática apresentada no primeiro capítulo, quer dizer, que o projeto que busca mudar o grupo político governante deve levar em conta as demandas que os atuais grupos políticos governantes não conseguem responder. A partir dessa pergunta inicial foi possível identificar as linhas gerais, os eixos centrais do projeto da FG para cada uma das lideranças que foi entrevistada, assim como a concepção da FG através dos documentos analisados.

Iniciando a análise com o senador Carlos Filizzola, sua preocupação central foi a “*total falta de políticas públicas con relación al área social, económica, seguridad*” (FILIZZOLA, 2017: 1). Para Filizzola essa é uma característica histórica do Estado paraguaio, porém estava sendo aprofundada no governo de Horacio Cartes, após a deposição de Lugo. Esta falta de políticas públicas afeta especialmente os setores mais vulneráveis da população, historicamente afetados pela falta de resposta governamental às suas demandas e agudizando seus problemas. Com a falta de respostas governamentais, Filizzola (2017: 2) aponta para o “*aumento de la pobreza, (...) falta de acceso a necesidades básicas, a cuestiones básicas como la salud, la educación*”, tendo como resultado o aumento da pobreza e da pobreza extrema, corroborando os dados aportados nos capítulos iniciais da Tese que mostraram a pobreza como um problema não superado pelo Paraguai (inclusive retomando nos últimos anos).

Esses problemas são fomentados pela concentração de recursos que marca a realidade paraguaia, mas especialmente a concentração de recursos agrários com a concentração de terras em latifúndios, concentração produtiva em alguns complexos agroexportadores (especialmente a soja) e a histórica falta de um processo de reforma agrária. “*Entonces, eso desplaza (...) a los*

campesinos, a los pequeños productores que finalmente no tienen tierra o los pocos que tienen son desplazados incluso diría de sus tierras” (FILIZZOLA, 2017: 2), e esse êxodo rural apenas aumenta a população urbana em situação de pobreza, aumentando o problema de falta de políticas públicas que respondam as necessidades dessa população.

Outros dois problemas acarretados por essa concentração de recursos e a incapacidade de resposta governamental são a falta de emprego e a insegurança. A falta de emprego afeta principalmente a população jovem, que para Filizzola não consegue observar oportunidades suficientes no Paraguai. E a insegurança é crescente no Paraguai devido aos problemas criados pela insatisfação das necessidades básicas da população, e por isso a insegurança *“creció bastante a pesar del apoyo del aporte económico que dentro del Presupuesto de la Nación se le dio desde el Parlamento al Ejecutivo. No se gastó eso para solucionar el tema de la inseguridad”* (FILIZZOLA, 2017: 3).

Para Filizzola a resposta aos problemas apontados passa pela resposta governamental e essa resposta só pode ser dada por um Estado que possua os recursos necessários. Neste sentido, *“el otro tema también que tenemos es muy importante es la falta de una real reforma tributaria”* (FILIZZOLA, 2017: 3), uma reforma tributária que retire os privilégios do agronegócio e do setor financeiro e comece a aplicar os recursos obtidos em políticas sociais. Para Filizzola (2017: 3), a realidade paraguaia é marcada por *“una injusticia tributaria tremenda”* que se não for alterada não conseguirá responder os problemas mais urgentes.

A senadora Esperanza Martínez aponta para problemas similares aos apresentados por Filizzola. Em primeiro lugar, o modelo econômico centrado nos recursos naturais e na concentração do acesso à terra. Para a senadora, o Paraguai possui duas grandes riquezas: a terra e a população jovem. Mas como o modelo econômico centra-se em poucos produtos que não demandam muita mão de obra em sua produção, *“aquí no hay un desarrollo de tecnología, de ciencia, etc., toda la riqueza se basa en la tierra, tanto en la agricultura, la ganadería, minería todavía poco explotada”* (MARTÍNEZ, 2017: 1), e a mão de obra jovem não encontra postos de trabalho suficientes. Essa concepção é corroborada pelos dados apresentados nos capítulos iniciais, contribuindo tanto para o êxodo rural (com a pressão do modelo agroexportador por mais terras) quanto para a informalidade nas zonas urbanas (com a falta de qualificação dos camponeses para os trabalhos urbanos).

De modo similar ao senador Filizzola, a senadora Esperanza Martínez afirma que o modelo econômico paraguaio é concentrador de recursos, mas para a senadora essa

concentração se dá nas mãos de poucas famílias. Desde a criação dos latifúndios pós-Guerra da Tríplice Aliança, a expansão dos complexos agroexportadores, chegando nas grandes obras públicas do período stronista e a expansão da financeirização da economia, formou-se “*un grupo de nuevos ricos, (...) que surgen de la especulación, de la corrupción, del clientelismo político y, por lo tanto, no ha permitido el desarrollo de un modelo industrial nacionalista, por lo menos un capitalismo nacionalista*” (MARTÍNEZ, 2017: 2). Portanto, a senadora Esperanza Martínez (2017: 2) caracteriza o modelo econômico paraguaio como “*un modelo altamente desigual, concentrador en pocas familias, (...) productor de materia prima, extractivo*”.

Como consequência do modelo concentrador a população camponesa é expulsa do campo e pressionada a migrar para as cidades, “*que nunca se preparó para recibir a la gente*”, aumentando os problemas da pobreza e insatisfação de necessidades básicas (MARTÍNEZ, 2017: 2). Esse excedente populacional nos centros urbanos não é aproveitado, pois não “*hay otra fuente de trabajo, digamos, industrializado, no se ha desarrollado otras (...) líneas digamos (...) de desarrollo económico*” (MARTÍNEZ, 2017: 2). Em suma, o modelo está dominado e voltado para algumas famílias poderosas que concentram os principais negócios internos e internacionais, resultando em um alto grau de desigualdade. Este é um elemento comum a todos os entrevistados, a concentração de recursos e a consequente hierarquização social, o que é corroborado pela literatura especializada apresentada no primeiro capítulo, afirmando que o Paraguai está imerso na realidade regional de desigualdade profunda que caracteriza o colonialismo interno (STAVENHAGEN, 1974).

Enquanto Filizzola preocupou-se com um Estado redistributivo, especialmente com a reforma tributária, a senadora Martínez considera que o Estado deveria investir na mudança do modelo produtivo gerando mais empregos. Mas para alcançar o Estado fomentador da economia seria necessário “*en algún momento conquistar el Gobierno, sectores más progresistas*” (MARTÍNEZ, 2017: 4), necessitando fazer articulações com setores interessados nessa mudança econômico-social para conseguir fazer uma transição do modelo concentrador e especializado na produção primária para um modelo mais diversificado e igualitário.

O senador Fernando Lugo, por sua parte, listou 6 eixos centrais considerados como os principais problemas do Paraguai. O primeiro eixo é o problema da posse da terra, iniciado a partir do fim da Guerra da Tríplice Aliança e que persiste, inclusive tornando-se cada vez maior, e isso pode ser observado pelos dados dos Censos Agropecuários que foram analisados nos capítulos iniciais da Tese. Esse é um problema identificado por todos os entrevistados e que

para Lugo (2016: 1-2) esteve acompanhado da incapacidade de realizar uma reforma agrária integral, sendo que as tentativas feitas até agora focaram apenas na distribuição de terras, não *“estuvo acompañada de créditos, no estuvo acompañada de ciencia técnica, no estuvo acompañada (...) de sondeo de mercados, tipos de producción, (...) es decir, fue una simple repartición de tierras insuficiente”*. A análise de Lugo sobre a necessidade de reforma agrária aprofunda-se mais do que o apresentado pelos dois entrevistados previamente analisados.

O segundo eixo de problemas consiste no modelo político que para Lugo (2016: 2) *“es un modelo político dependiente”*. É um reflexo do modelo econômico onde as elites políticas locais representam os interesses dos principais atores econômicos internos e internacionais, pois no Paraguai *“tenemos una política económica muy dependiente del mercado regional y del mercado internacional”* (LUGO, 2016: 2). Esse é um elemento similar ao analisado pelos entrevistados anteriores, mas Lugo foca no aspecto da soberania, considerando que o modelo dependente centra-se mais nas necessidades e interesses externos do que nos internos.

O terceiro e o quarto eixo são comuns aos demais entrevistados, bandeiras importantes dentro do projeto progressista da FG: a má distribuição ou concentração de recursos e a pobreza. A primeira concentração de recursos indicada por Lugo é a dos recursos naturais que são concentrados devido às necessidades do modelo primário-exportador, mas *“lo que ocurre con los recursos naturales también es una mala distribución de los recursos financieros, administrativos y económicos”* (LUGO, 2016: 2). A especulação financeira também é uma consequência da concentração de recursos, pois o Estado paraguaio é permissivo e conivente com as atividades financeiras lícitas e ilícitas, *“atrayente para muchos inversionistas, sin ninguna contrapartida importante que redunde en beneficios de la población toda”* (LUGO, 2016: 2). Por haver essa concentração de recursos ocorre a incidência do quarto eixo, *“la necesidad y a la pobreza significativa que hay en el país”* (LUGO, 2016: 2), haja visto que o modelo privilegia uns poucos em detrimento das necessidades da maioria da população.

Como solução para esses problemas Lugo aponta para os dois últimos eixos, relacionados com uma mudança do Estado: o aumento da capacidade de intervenção do Estado e a maior articulação do Estado com a sociedade civil. O aumento da capacidade do Estado passa pelo aumento dos recursos estatais, por meio de uma nova base tributária, um elemento similar ao analisado pelo senador Filizzola. Segundo Lugo, é preciso mais do que o aumento de recursos, é preciso alterar a estrutura do Estado para torna-la mais dinâmica e otimizar a aplicação dos recursos. A novidade de Lugo em relação aos dois entrevistados anteriores é o

apontamento da necessidade de abertura do Estado para um maior diálogo com a população, junto com uma maior inserção das organizações da sociedade civil dentro do Estado. Esta seria uma forma de conseguir observar de melhor modo as demandas e interesses presentes na população paraguaia, um processo de maior participação popular e articulação entre sociedade política e sociedade civil (considerando-se o aporte gramsciano).

O senador Hugo Richer inicia sua análise caracterizando o atual modelo político-econômico paraguaio para posteriormente apontar as bases fundamentais do projeto da FG. O modelo político-econômico paraguaio tem suas origens no pós-Guerra da Tríplice Aliança, baseado na dependência e na concentração de recursos de acordo com as necessidades do mercado e do capital internacional. Esse modelo foi passando por mudanças seguindo o processo de modernização, e *“hoy tiene el sistema financiero, bancario, (...) en base a este modelo de modernización de la agricultura y de la ganadería”* (RICHER, 2017: 2). Os representantes políticos servem como representantes dos setores mais interessados na acumulação e expansão do capital. O senador Richer foi o único que aprofundou-se no exame da modernização do modelo vigente, o que permite a sua sobrevivência ao longo do tempo mesmo com as mudanças políticas e econômicas, internas e internacionais, relacionando-se com as discussões da teoria da modernização apresentadas no primeiro capítulo.

Como consequência do modelo ocorre o controle do território com decorrentes problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais. Economicamente observa-se a concentração produtiva, socialmente o êxodo rural e o aumento da pobreza urbana, ambientalmente a degradação diante do avanço dos complexos agroexportadores baseados nas monoculturas, e culturalmente representam o avanço da internacionalização que pressiona as identidades tradicionais (RICHER, 2017: 2). Essa caracterização do modelo dominante no Paraguai feita pelo senador Richer se aproxima da abordagem dos demais entrevistados e alguns elementos mais específicos serão trabalhados quando forem analisados os temas da mudança da estrutura econômico-social e da avaliação do modelo de dominação.

Depois dessa análise da situação atual do modelo dominante, o senador Richer apresenta quatro bases fundamentais do projeto da FG: em primeiro lugar está a reforma agrária, *“que es un reclamo campesino histórico”* (RICHER, 2017: 10); depois aparece a soberania visando superar a dependência do capital internacional, o que poderia ser visto como um nacionalismo, mas Richer afirma que é um projeto soberano que entende a importância da integração (algo similar ao apresentado por Lugo e Canese, e pela própria FG); segue com a justiça tributária,

para “*atacar los privilegios de la oligarquía*” (RICHER, 2017: 10), especialmente mencionando o imposto à exportação de grãos e o imposto de renda; e por fim, a identidade política “*desde el punto de vista democrático*” (RICHER, 2017: 10). Observando essas quatro bases, elas estão vinculadas com os apontamentos dos demais entrevistados, dando indícios da confluência de abordagens sobre as linhas gerais do projeto da FG.

Já o senador Sixto Pereira abordou de forma aprofundada os problemas do campo, considerando que o modelo econômico centrado na agroexportação é a causa principal dos problemas paraguaios, sendo necessário repensar esse modelo. A primeira frase de Pereira afirma que a reforma agrária é um dos problemas centrais do Paraguai, “*de eso depende en gran medida, reforma agraria y agricultura campesina*” (PEREIRA, 2017: 1). Como consequência da liberalização econômica das últimas três décadas (após a finalização da ditadura stronista), o modelo econômico passou a incorporar a monocultura da soja e transformar a pecuária em uma atividade mais intensiva, “*eso significa que (...) el Estado, garante de las grandes corporaciones, que significa mayor concentración de tierras, producción monocultivista (...) para la exportación*” (PEREIRA, 2017: 1). A agricultura camponesa, por sua parte, acaba sendo enfraquecida e fomentando o êxodo rural, com todos os problemas que os demais entrevistados já abordaram e que foram estudados de forma aprofundada nos capítulos iniciais da Tese (especialmente a concentração de terras e a concentração produtiva).

Esse modelo produtivo concentrador estimula uma “*situación de crisis (...) socioeconómica de angustia, de desesperación de la población*” (PEREIRA, 2017: 3). É um problema que afeta a população em geral, não apenas no campo, tornando-se ainda mais complicado “*el tema de la clase trabajadora, la urbana, está en (...) Paraguay y en todas partes en un proceso no solamente de fragmentación sino que de deterioro y de perder esa capacidad de organización y movilización*” (PEREIRA, 2017: 3). Para conseguir superar essa desarticulação social, Pereira (2017: 2) afirma ser necessário “*haber realmente una (...) revolución democrática radical, no una revolución socialista, (...) reorientando la política del Estado, o sea, el Estado que pueda garantizar la reforma agraria y la agricultura campesina, que es una cuestión democrática y no revolucionaria*”. É o novo Estado revolucionariamente democrático que potencializará a agricultura camponesa, com o retorno ao campo fomentado por uma “*reforma integral para que con eso el país pueda volver a alimentarse de la agricultura campesina y pueda, en gran medida también, generarse fuentes de trabajo genuinos, estables y sostenibles en el tiempo*” (PEREIRA, 2017: 2). Essa concepção de Pereira está vinculada com os demais entrevistados, mas aproximou-se mais de Lugo ao analisar a

reforma agrária integral, e distanciou-se dos demais ao considerar que é nos problemas do campo que reside a problemática política, econômica e social do Paraguai.

Quanto ao parlamentar do MERCOSUL Ricardo Canese, sua resposta aproximou-se do que os demais entrevistados apresentaram. Inicia sua análise considerando que após a Guerra da Tríplice Aliança se instalou no Paraguai um modelo dependente, extrativo, onde o latifúndio é um elemento fundamental. Essa narrativa de construção histórica do modelo dependente e concentrador no Paraguai é a mesma que foi analisada através da literatura especializada, demonstrando que as preocupações da FG estão em sintonia com a avaliação dos estudiosos da realidade paraguaia. A terra e as riquezas extraídas dela são os produtos básicos que geram investimentos, constituindo-se em um modelo especializado na produção primária e pouco diversificado, *“tenemos ese modelo que no agrega valor”* (CANESE, 2017: 1).

Esse modelo não concentra apenas a produção, concentra também os recursos necessários para produzir, e a oligarquia paraguaia passa a atuar para manter o modelo. Uma consequência da persistência do modelo dependente é a atuação da oligarquia para impedir os processos de integração, que para Canese seriam a alternativa para melhorar as condições de produção e de vida no Paraguai: *“hoy, claro, no se puede pensar un desarrollo industrial, tecnológico, científico si no se está en un proceso de integración con los demás países de la región”* (CANESE, 2017: 2). A busca pela integração regional é impedida pela *“oligarquía que quiere seguir dependiendo del gran capital, y que hace lo que el gran capital la dice que tiene que hacer”*, pois desta forma consegue manter seus benefícios que se baseiam na manutenção e expansão do modelo dependente do capital e do mercado internacional (CANESE, 2017: 2).

O Estado paraguaio é, para Canese, um protetor dos interesses da oligarquia e usado por ela para *“ayudarle que tenga una plus valía cada vez mayor, (...) que siga acumulando, y que esté digamos para contener y hasta repeler a los sectores sociales que buscan un cambio”* (CANESE, 2017: 2-3). Por isso os recursos são dirigidos para as necessidades da oligarquia e, por outro lado, serviços como a educação pública são de baixa qualidade *“para que el pueblo no se despierte, no cuestiona”* e siga submisso a esse modelo que não busca responder as suas demandas e os seus interesses (CANESE, 2017: 3).

Para superar essas problemáticas que marcam a realidade paraguaia, Canese aponta para a necessidade de um Estado que possa *“garantizar y fomentar los derechos como la educación, la salud, justamente para que el pueblo se pueda empoderar, pueda ser protagonista de su desarrollo y de un nuevo modelo”* (CANESE, 2017: 3). Assim como Pereira e Richer, Canese

considera que a mobilização popular, em um Estado democrático e participativo, fomentaria a mudança do modelo. Mas esse posicionamento nos termos mencionados se aproxima mais da ideia apresentada por Lugo de que um Estado mais articulado com a sociedade civil é uma exigência para a transformação econômica e política, “*porque, así, yo no creo en los cambios desde arriba, sino desde abajo*” (CANESE, 2017: 3).

Com essa primeira temática para a análise de discurso das entrevistas foi possível observar que as lideranças da FG entrevistadas possuem uma concepção similar quanto aos principais problemas do Paraguai e as respostas da FG a esses desafios. Cabe agora analisar como os dois documentos partidários que apresentam o programa de governo da FG abordam essas problemáticas e suas soluções, para comparar os eixos centrais estabelecidos nos documentos com os apresentados pelos entrevistados.

Embora com termos distintos os dois documentos discorrem sobre eixos similares. O *Tape Guasu* estabeleceu 5 eixos centrais, iniciando com a discussão sobre o modelo produtivo paraguaio e a necessidade de alteração para que isso produza uma vida melhor para a população. O segundo eixo era o de construir um Paraguai com dignidade, onde as políticas públicas deveriam ser orientadas para a universalização e a gratuidade em seu acesso. O terceiro eixo dizia respeito às relações internacionais, focando-se nos processos de integração regional e na afirmação da soberania nacional, uma soberania diante das grandes potências mas integrada aos vizinhos. O quarto eixo era o da institucionalidade democrática, visando recuperar e aprofundar os processos democráticos que possibilitem a instituição de uma democracia participativa e inclusiva em que a sociedade civil possa integrar a estrutura institucional que gerencia a democracia paraguaia. E o quinto eixo era o que almejava instituir um Paraguai com justiça e serviço público para toda a população, no sentido de tornar acessível e efetiva a justiça paraguaia e o serviço público com a sua profissionalização (FRENTE GUASU, 2013a).

E o *Gobierno para Todos y Todas* também estabeleceu 5 eixos centrais para guiar o projeto da FG. O primeiro eixo era o político-institucional que preocupou-se com a profissionalização do serviço público, a democratização e publicação das tarefas governamentais visando a sua transparência e a promoção da participação cidadã. O segundo eixo referia-se às questões econômicas, buscando um crescimento econômico inclusivo e sustentável, cujas características mais específicas serão analisadas na próxima seção. O terceiro eixo era vinculado com as relações internacionais, apontando para a ressignificação do país com a construção da pátria grande, reavivando o ideário integracionista, mas sem abrir mão da

soberania nacional (especialmente a energética e a territorial). O quarto eixo referia-se ao desenvolvimento social e humano, onde debateu-se a política de direitos que fundamentou o governo Lugo e seria aprofundada em novos governos da FG, colocando o acesso aos bens públicos como um direito de toda a população. E o quinto eixo diferenciava-se do apresentado pelo *Tape Guasu*, posicionando os direitos culturais como um elemento fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável, estabelecendo a cultura como um direito da população, tanto as suas expressões quanto o seu acesso (FRENTE GUASU, 2013b).

No geral as preocupações são similares demonstrando que as linhas gerais que regem o programa de governo da FG estão bem estabelecidas por seus documentos e lideranças. A única questão que se destaca, diferenciando um dos documentos dos demais elementos de análise, foi a defesa dos direitos culturais presente no *Gobierno para Todos y Todas* (FRENTE GUASU, 2013b). Isso não significa que os entrevistados e o *Tape Guasu* não mencionem questões culturais, mas sim que não posicionam como um eixo central do projeto político-ideológico da FG. Agora se for analisada a forma como o Frente Guasu (2013b) concebe a questão cultural, então pode ser vista uma diferença mais aprofundada com relação aos demais elementos analisados. A concepção da cultura como um direito da população que deve ser fomentado pelo Estado está presente apenas em Frente Guasu (2013a) e Frente Guasu (2013b), mas enquanto no primeiro aparece em apenas meia página, no segundo recebe um capítulo completo que aborda a forma como seria fomentada a produção artística e cultural e o acesso da população à cultura. Essa é uma primeira omissão dos entrevistados em relação aos documentos partidários.

A partir de agora serão analisadas outras temáticas que vão aprofundar análises estabelecidas nessa primeira temática mais geral e vão permitir ver posicionamentos menos convergentes e respostas distintas aos problemas levantados nesta seção.

4.4.2 *Mudança da estrutura econômico-social*

Como todos os entrevistados e documentos concordam que o modelo econômico-social atual concentra recursos e fomenta as desigualdades, esta seção está destinada para a análise de discurso dos entrevistados e documentos quanto ao modelo econômico-social que deveria ser instituído para conseguir responder essas demandas historicamente renegadas.

O senador Carlos Filizzola apresenta um projeto de mudança da estrutura econômico-social baseado em duas etapas: um fortalecimento da agroindústria com a diversificação da produção e a industrialização para gerar mais empregos. Se na análise quantitativa a categoria

com sentido agrário-comercial (1,61%) apresentou uma frequência levemente maior do que o sentido da industrialização (1,08%), quando é feita a análise de discurso percebe-se que apenas duas passagens da entrevista apresentam claramente o projeto supracitado.

Quando fala da agroindustrialização, Filizzola (2017: 17) considera que *“este modelo es un modelo agroindustrial, donde nosotros favorezcamos la generación de empleo a favor del agro. Nosotros tenemos muchos productos (...) que no son soja”*. Portanto, a defesa da agricultura reside na capacidade de geração de empregos, valendo-se do beneficiamento da produção primária. Isso não significa uma defesa do modelo agroexportador atual que é frequentemente criticado por Filizzola (e pelos demais entrevistados).

E a sua menção sobre a necessidade da industrialização afirma que *“si industrializamos nuestro país vamos a generar empleos, o sea, acá nunca se apoyó la industrialización, la generación de empleo a través de eso”* (FILIZZOLA, 2017: 17). Seria uma forma de aumentar a geração de empregos iniciada com a agroindustrialização, além de fomentar um maior dinamismo da economia paraguaia. Mas se forem comparadas as duas propostas, Filizzola não está tão preocupado na forma como seria fomentada essa mudança produtiva, mas sim no possível impacto positivo para a geração de empregos.

A senadora Esperanza Martínez, por sua vez, apresenta uma discussão um pouco mais aprofundada do que Filizzola sobre a mudança da estrutura econômico-social. Também aparece uma visão progressiva de mudança que possa ir gerando mais empregos para a população. Martínez começa a explanação de seu novo modelo econômico com a limitação da expansão das monoculturas, especialmente a soja. Paralelamente a isso, no curto prazo *“nosotros deberíamos redefinir y refortalecer todo lo que hace la agricultura familiar campesina como generación de alimentos”* (MARTÍNEZ, 2017: 3). A senadora considera que essa priorização da agricultura familiar camponesa deveria levar em conta a mudança de mentalidade produtiva, saindo dos grandes complexos agroexportadores – devido à dificuldade para competir no mercado internacional – e focando na produção orgânica. Neste sentido, o Paraguai *“se pudiera convertir en el país (...) de la ecología, de la protección ecológica, del ambiente, ¿verdad? Generar, por ejemplo, el 100%, estoy soñando, el 100% de su producción orgánica, (...) sin uso de pesticidas”* (MARTÍNEZ, 2017: 3).

No avanço do projeto de mudança da estrutura econômico-social com a industrialização, a senadora Martínez não segue a mesma descrição mais detalhada do processo, valendo-se de algumas menções superficiais. Em duas passagens afirma ser necessário considerar um projeto

de industrialização no Paraguai, mas não menciona como isso ocorreria. A menção mais relevante aponta para a capacidade de geração de empregos, afirmando que: *“yo creo que hay que hacer un proceso de diversificación de la producción, de hacer mayor, este, de inversión para producir generación de mano de obra calificada a través de una progresiva industrialización”* (MARTÍNEZ, 2017: 4). Assim como Filizzola a preocupação de Martínez reside na geração de empregos a partir da mudança na estrutura econômico-social.

Quando examina a última etapa da mudança produtiva a senadora volta a preocupar-se na apresentação mais detalhada do processo. O seu modelo tecnológico-comercial é focado na questão comercial, mais especificamente na provisão de serviços. Considerando o aumento de hotéis e centros comerciais, Martínez afirma que o Paraguai poderia transformar-se em um local atrativo para a realização de grandes eventos (nacionais e internacionais), convertendo-se em um grande “centro de convenções” e consequentemente promovendo o turismo dentro do país. *“O sea, ir pensando en líneas que pudieran, este, no ser muy costosa en la inversión y que puede generar empleos para la gente”* (MARTÍNEZ, 2017: 4).

Em suma, a senadora Martínez compartilha da preocupação do senador Filizzola com a geração de empregos, mas apresenta um modelo com maior descrição de como promoveria a mudança. Os dois pontos inovadores na proposta da senadora Martínez referem-se à agricultura orgânica e ao turismo de eventos como duas formas de posicionar o Paraguai com atrativos distintos na economia internacional.

Os dois entrevistados seguintes destoam das análises dos demais por não se preocuparem em apresentar um projeto de mudança da estrutura econômico-social. O senador Fernando Lugo foca na crítica do modelo atual e na necessidade de maior distribuição de recursos, o que é um ponto comum à todos os entrevistados, mas não fala como seria possível mudar essa realidade. Nos trechos onde ensaia alguma menção sobre a estrutura econômico-social, sua fala centra na melhor negociação dos produtos produzidos no país, em melhores preços internacionais, o que não implica uma mudança da estrutura econômico-social. A única passagem que menciona algo sobre os grupos econômico-sociais que seriam beneficiados com o programa da FG afirma que depois de uma política de distribuição de recursos e depois da capacitação da população (especialmente com a educação), *“solamente ahí, puede ir después formar su pequeña empresa, formar su pequeña familia, su pequeña cooperativa”* (LUGO, 2016: 11). Quanto às suas menções sobre um modelo tecnológico-comercial são frases superficiais que não apontam como ou por que essa mudança deveria ser efetuada.

Já o senador Hugo Richer, o único entrevistado que não apresentou frases categorizadas como mudança da estrutura econômico-social, apenas mencionou em algumas passagens a crítica à estrutura atual. Seus apontamentos centraram-se nas demandas por mudanças nas relações econômico-sociais no campo, especialmente a reforma agrária e a crítica à financeirização dos complexos agroexportadores (pontos comuns aos demais entrevistados).

Os dois últimos entrevistados apresentam de modo geral posturas distintas das apresentadas anteriormente, embora algumas características sejam similares. O senador Sixto Pereira é o maior defensor da agricultura camponesa, aproximando-se em partes da postura da senadora Esperanza Martínez. O projeto de Pereira postula a “volta ao campo” frente ao processo acelerado de êxodo rural que marca a realidade paraguaia. *“Pero, si no hay (...) un control del Estado eso son retoricadas, no sin eso de banderas, pero en el momento de plantear la ejecución tecno-práctico difícil de realizar. Entonces, creo que con esa característica debería (...) de plantearse una vuelta al campo”* (PEREIRA, 2017: 2). Essa intervenção do Estado seria importante para evitar que posteriormente retorne o processo de êxodo rural.

O Estado também deveria controlar e regular a produção e o investimento (interno e estrangeiro), visando a estabilidade nos períodos de crise e manter o nível de ocupação da força de trabalho. O projeto de mudança da estrutura econômico-social de Pereira pode ser resumido dessa forma: *“potenciar la agricultura campesina como política de Estado, reforma agraria, reforma integral para que con eso el país pueda volver a alimentarse de la agricultura campesina y pueda (...) generarse fuentes de trabajo genuinos, estables y sostenibles en el tiempo”* (PEREIRA, 2017: 2). Aparece novamente a questão da capacidade de gerar postos de trabalho, que já foi observada nas análises de Filizzola e Martínez, e reafirma-se a necessidade de empregos estáveis e sustentáveis modificando a realidade atual marcada pela informalidade.

Com isso, os dois pontos centrais que diferem o projeto de Pereira dos 4 senadores anteriormente analisados são o retorno ao campo e o papel protagonista do Estado para impulsionar a reforma da economia agrícola. Essa postura de defesa da agricultura camponesa pode ser compreendida pela atuação de Sixto Pereira como liderança do movimento camponês desde a década de 1990, posteriormente levando tais pautas em sua atuação como senador.

Para além desse projeto principal apresentado por Pereira, outra passagem menciona a dificuldade histórica para industrializar o Paraguai e a insuficiência da industrialização ante os processos tecnológicos atuais. Segundo Pereira (2017: 1), *“Paraguay no es un país industrializado en su materia prima. Entonces, no hay, independientemente antes la industria*

generaba fuentes de trabajo, ahora ya no con la tecnología de punta tampoco es una solución". Este é o diferencial de Pereira em relação aos entrevistados que apontam para a necessidade de industrialização, mas tem um elemento de aproximação com Martínez no sentido da preocupação com o papel da tecnologia nos processos produtivos mais contemporâneos.

E o parlamentar do MERCOSUL Ricardo Canese é mais um entrevistado que mencionou as três etapas do processo de mudança da estrutura econômico-social (assim como a senadora Esperanza Martínez), mas é o entrevistado que apresenta a análise mais aprofundada sobre o projeto de industrialização do Paraguai.

Iniciando com sua apreciação de um modelo agrário-comercial, Ricardo Canese preocupa-se com a mudança do modelo agroexportador centrado em *commodities* valorizadas pelo mercado internacional e voltando-se para a produção de alimentos de maior qualidade que possam ser consumidos tanto interna quanto externamente. *“O sea, poder producir alimentos de alta calidad, ¿no es cierto? con una participación muy importante de una mano de obra que tenga también una buena redistribución, porque los alimentos son de alta calidad”* (CANESE, 2017: 12). Percebe-se que não é uma análise muito aprofundada do processo, centrando-se na possibilidade de mudança do foco da produção agrícola.

Contudo, é a apresentação do projeto de industrialização que recebeu maior atenção de Canese, definindo seu modelo econômico como uma industrialização desenvolvimentista. *“Tenemos que tener un proyecto de desarrollo nacional, donde las empresas nacionales se fortalezcan, no las transnacionales, no los sectores especulativos de la tierra o de las finanzas, o el tráfico”* (CANESE, 2017: 4), ou seja, uma priorização dos setores produtivos nacionais, públicos e privados, visando estabelecer um projeto de desenvolvimento nacional-popular.

Mas para conseguir alcançar essa mudança econômico-social, Canese (2017: 12) afirma ser preciso utilizar-se da integração regional, *“donde el Paraguay pueda desarrollarse industrialmente justamente en un marco de integración”*. Isso ocorre devido às restrições do mercado interno que é insuficiente para fomentar um processo de industrialização que alavanque a economia paraguaia. *“O sea, nosotros si queremos desarrollarnos industrialmente no podemos pensar en siete millones, pero bueno estar en (...) trecientos millones de habitantes”* (CANESE, 2017: 12). Canese é o entrevistado que dá um caráter mais objetivo para a integração regional, não apenas as menções sobre a solidariedade regional e a construção de maior capacidade de barganha internacional, pois considera que a integração regional deve ocorrer também no plano material de infraestrutura, de produção e de comercialização.

De tal modo, a proposta de Canese (2017: 12) pode ser resumida como “*un modelo desarrollista, progresista, keynesiano si se quiere, con un rol importante del Estado (...) articulador y (...) protagonista del desarrollo, protagonista importante*”. Aqui há uma certa aproximação de Canese com Pereira, considerando o Estado como o ator central da mudança econômico-social, mas enquanto o Estado de Pereira promove a agricultura camponesa o Estado de Canese promove a industrialização.

Por fim, a menção feita por Canese sobre um modelo tecnológico-comercial busca mostrar que a industrialização deve considerar uma mudança tecnológica para agregar valor à produção industrial e aumentar a remuneração. Assim como Filizzola, Martínez e Pereira, Canese também preocupa-se com a geração de postos de trabalho e uma melhor remuneração.

Estes são os projetos de mudança da estrutura econômico-social apresentados em cada entrevista, evidenciando suas similaridades e diferenças, apontando para posturas variadas dos entrevistados. E essa variação de abordagens sobre a mudança da estrutura econômico-social também pode ser observada nos documentos partidários, o que remete ao primeiro capítulo, especialmente a abordagem gramsciana que considera a existência de uma multiplicidade de grupos sociais que dentro do bloco histórico buscam posicionar os seus interesses, algo relacionado com o círculo vicioso da precarização democrática, a busca pela resposta às demandas e interesses de grupos específicos ao mesmo tempo em que devem manter a estrutura do modelo de dominação com a subordinação das massas.

Examinando os documentos partidários, no *Tape Guasu* a preocupação central está na geração de empregos sustentáveis, ou seja, a mudança do modelo econômico deve considerar a sua capacidade de geração de empregos. Em seu capítulo “O Paraguai produz para uma vida melhor” aparecem dois subcapítulos que buscam mostrar como o novo modelo econômico gerará empregos. Primeiro, o trabalho digno para todas e todos, onde se discute um plano de produção alimentar que supere o enfoque nos complexos agroexportadores e diversifique a produção primária ao mesmo tempo que seria incentivada a “Primeira Etapa Industrial” cuja prioridade seria a agroindustrialização da produção alimentícia. Também fomentaria um programa de construção de moradias para incentivar o setor da construção civil, paralelamente à Política de Infraestrutura Nacional que serviria tanto para incentivar as obras públicas e o setor de construção civil quanto para instalar a estrutura necessária para uma etapa futura de industrialização. Outro ponto deste subcapítulo discute o fortalecimento das empresas públicas,

mas não com base no modelo corrupto e clientelista atual e sim com empresas que atuem para o benefício público, com uma função social (FRENTE GUASU, 2013a).

E o segundo subcapítulo relaciona-se com a reforma agrária e a produção de alimentos saudáveis como duas formas de fomentar o emprego rural sustentável. A questão da reforma agrária é recorrente na FG, sendo que todos os documentos (inclusive os Boletins Informativos Mensais) e lideranças entrevistadas concordam ser necessário realizar uma reforma agrária que supere a concentração de recursos agrários e que debilite o modelo agroexportador para substituí-lo por outro centrado na agricultura familiar e na agroindustrialização. Há uma aproximação do *Tape Guasu* com o senador Sixto Pereira ao considerar a necessidade do retorno ao campo da população camponesa expulsa pelo avanço do modelo agroexportador, mas o *Tape Guasu* diferencia-se por considerar isso como apenas uma parcela do processo de mudança econômica e geração de empregos. O *Tape Guasu* também se aproxima da senadora Esperanza Martínez no tema da produção de alimentos saudáveis, sendo que esse tema apareceu de forma clara apenas na entrevista de Martínez e de forma superficial na entrevista de Canese quando fala em alimentos de alta qualidade. Uma concepção comum refere-se à crítica ao uso de produtos agroquímicos nos grandes complexos agroexportadores (especialmente a soja) e os problemas ambientais que o modelo produz, mas a afirmação de que seria necessário alterar esse modelo por outro que priorize a produção orgânica é algo que aparece apenas na entrevista de Martínez e nos documentos partidários (especialmente em FRENTE GUASU, 2013a).

Em suma, o modelo econômico proposto pelo *Tape Guasu* parte da concepção de que é necessário “*desarrollar una propuesta intensiva de generación de empleo digno con seguridad social que apunte a la plena ocupación laboral de nuestra población*” (FRENTE GUASU, 2013a: 17). Para que isso aconteça será buscado mudar o caráter da produção centrada nos complexos agroexportadores (que concentram recursos e geram poucos empregos), passando para “*un sistema que priorice la industrialización, el valor agregado a nuestra materia prima garantizando alimentación sana a las mayorías*” (FRENTE GUASU, 2013a: 17). Com esse modelo que fomenta a industrialização, a agricultura familiar e a agroindustrialização da produção primária seria possível gerar uma “massiva inclusão” da força laboral com segurança social, a partir das políticas públicas empreendidas pelo Estado. Ao mesmo tempo, a mudança do modelo agroexportador geraria maior proteção da soberania territorial (com o retorno da população camponesa em detrimento das empresas e proprietários estrangeiros) e proteção ambiental. “*En particular, debemos optar por garantizar una vida digna a los y las jóvenes que entran en el mercado laboral, de tal manera que tengan opciones de trabajo digno, con*

posibilidad de formación” (FRENTE GUASU, 2013a: 17). Essa preocupação com os jovens também foi algo mencionado pelos entrevistados, considerando que é a falta de capacitação e oportunidades que pressiona os jovens a saírem do país buscando melhores opções.

Por sua parte, o *Gobierno para Todos y Todas* (FRENTE GUASU, 2013b) segue a concepção apresentada pelo *Tape Guasu* centrando-se na questão da inclusão e redistribuição, para tornar o modelo econômico acessível aos paraguaios em geral, sem discriminações. Em seu capítulo “A economia no Governo Para Todos e Todas” são apresentados dois subcapítulos para discutir o novo modelo econômico paraguaio. O primeiro subcapítulo foi denominado “Crescimento econômico inclusivo e sustentável”, iniciando com a discussão sobre a instalação de políticas sociais coordenadas dentro da estrutura governamental para conseguir dar meios de subsistência para toda a população. Depois disso é preciso promover a ampliação do acesso aos empregos de qualidade que consigam ser sustentáveis e que aliado com o apoio governamental consigam promover certo grau de emancipação. Esse modelo se aproxima muito do que foi apresentado pelo senador Fernando Lugo, do modo como se fomentariam empregos de qualidade, estáveis e seguros com a promoção das pequenas e médias empresas, incentivando o cooperativismo. Vale lembrar que essa foi a única questão aprofundada por Lugo sobre a nova estrutura econômico-social. Outro ponto dentro da sustentabilidade do modelo refere-se à proteção ou cuidado ambiental, ponto comum já analisado acima no *Tape Guasu*.

Já o segundo subcapítulo centra-se na apresentação do modelo produtivo que deveria ser adotado. Inicia discutindo o impulso ao desenvolvimento da infraestrutura, nos mesmos termos apresentados pelo *Tape Guasu*, considerando ser uma forma de fomentar o setor de construção civil e criando a estrutura física necessária para desenvolver os demais setores econômicos. Junto a isso também deveria ser utilizado o grande excedente energético que o Paraguai possui para fomentar a industrialização. Depois passa-se para a análise do desenvolvimento da agricultura familiar, necessitando de uma reforma agrária integral que promova o retorno ao campo e a produção mais diversificada. E finaliza-se com a apresentação de um projeto de incentivo às pequenas e médias empresas com o cooperativismo como uma boa forma de estabelecer vínculos econômicos mais estáveis e sustentáveis (FRENTE GUASU, 2013b). De tal modo, em geral o *Gobierno para Todos y Todas* seguiu as mesmas pautas abordadas nos demais elementos analisados.

Em síntese, o modelo proposto considera que o desenvolvimento econômico tem como condição o aumento da qualidade do crescimento econômico e essa qualidade vem de seu

caráter sustentável e inclusivo. Um dos objetivos principais visa ir “*incrementando el peso del sector secundario en el producto nacional y redistribuyendo los ingresos*”, ou seja, a industrialização é vista como um elemento imprescindível, assim como a redistribuição de renda (ambos impulsionados pelo Estado). Mas não apenas uma priorização da industrialização, o modelo prevê ser necessário “*incrementar la productividad económica de todos los sectores de la población y de la estructura productiva, desconcentrando la apropiación de los recursos y las oportunidades, incrementando la participación de la tecnología en los procesos productivos*” (FRENTE GUASU, 2013b: 66). Essa concepção de que a mudança do modelo econômico caminha lado a lado com a redistribuição de recursos com um viés igualitário é uma concepção que sintetiza de forma precisa o discurso apresentado pelos entrevistados. Observa-se aqui um elemento fundamental do projeto político-ideológico da FG.

Ricardo Canese aparece como o entrevistado que mais aproximou-se dos projetos de mudança da estrutura econômico-social apresentados pelos documentos partidários com as três etapas, visando empregos de qualidade e uma produção responsável e de qualidade, além de fomentar as empresas públicas e a integração de infraestrutura e produção. Depois aparecem os senadores Martínez e em menor medida Filizzola que possuem concepções similares aos dos documentos. Na sequência aparece o senador Pereira cuja preocupação central está na agricultura familiar camponesa, mas mencionou as demais questões apresentadas. Mais afastados estão os senadores Lugo e Richer que não fizeram uma análise tão detalhada sobre o novo modelo econômico, embora tenham feito menções superficiais (Lugo mais do que Richer).

Na próxima seção a análise refere-se à pauta central do projeto político-ideológico, ou seja, como os entrevistados caracterizam o projeto que defendem para o modelo de dominação de acordo com a preocupação central de sua ideologia, partindo dos três sentidos apresentados na análise temático-categorial (democracia participativa, direitos cidadãos e justiça social).

4.4.3 Pauta central do projeto político-ideológico

O senador Carlos Filizzola teve frases de sua entrevista categorizadas nos três sentidos delimitados para o projeto político-ideológico, porém a análise de discurso mostra que apenas um dos sentidos foi debatido com mais profundidade. As pautas de democracia participativa (1,08%) e direitos cidadãos (0,54%) foram abordadas por Filizzola com frases superficiais que não denotam que essas pautas deveriam guiar o projeto da FG, ou o modo como o fariam.

Quando menciona a justiça social (1,08%) como pauta central do projeto político-ideológico, Filizzola a coloca como pauta central do projeto da FG. Segundo o senador, a justiça social é o ponto de chegada “*del proyecto global nuestro, a nivel nacional (...). Y siempre orientado hacia la gente que menos tiene, hacia la gente más pobre, hacia buscar justicia social (...) dentro de nuestra línea ideológica que hagamos*” (FILIZZOLA, 2017: 8). Filizzola posiciona a justiça social como o elemento norteador do projeto da FG, debatendo ao longo da entrevista a necessidade de mudar a distribuição de recursos, especialmente uma reforma tributária com mais igualdade e cujos recursos possam reverter-se para as políticas públicas (sendo o entrevistado que mais mencionou frases sobre os tributos).

No caso da senadora Esperanza Martínez a pauta central do projeto político-ideológico apresentou a categorização de dois sentidos, a democracia participativa (1,58%) e os direitos cidadãos (1,26%), mas a apresentação de ambos no geral representou frases superficiais. Quando menciona a democracia participativa na verdade está apresentando um projeto de posicionar a esquerda paraguaia com uma identidade democrática, mencionando tal identidade nos seguintes termos: “*no digo tampoco tan amplia, pero por lo menos con una mínima identidad (...) democrática, progresista*” (MARTÍNEZ, 2017: 12).

E ao mencionar um projeto centrado nos direitos cidadãos ocorre o mesmo fenômeno visto com a democracia participativa, resultando em uma menção superficial de como a questão seria central para o projeto. A senadora afirma que a FG deveria atuar como “*defensora de derechos, (...) sobre la transparencia, la inclusión social, la diversidad, (...) la tolerancia en este país*” (MARTÍNEZ, 2017: 12). Pode ser visto que diferentemente do senador Filizzola, a senadora Martínez não tem a mesma postulação de um projeto centrado em um ponto, mas sim guiado por esses temas gerais. Ademais, se for posicionada a ideologia de Martínez está mais preocupada com os direitos cidadãos do que com a democracia participativa, por ter utilizado a concepção do acesso às políticas públicas como um direito dos cidadãos ao longo da entrevista, especialmente quando analisou a questão da saúde pública gratuita e universal.

O senador Fernando Lugo é outro entrevistado que teve frases categorizadas nos três sentidos do projeto político-ideológico, com os direitos cidadãos e a justiça social (ambos com 0,34% de frequência) sendo abordadas apenas com frases superficiais. A preocupação central de Lugo referiu-se a posicionar o projeto da FG como democrático e participativo (2,36%).

Ao explicar sobre a forma como foi construído o projeto político a ser defendido nas eleições de 2018, Lugo menciona suas viagens ao interior do Paraguai com reuniões nas

comunidades ouvindo a população para estabelecer as demandas principais defendidas. Segundo Lugo (2016: 1), “*seguimos haciendo esos famosos ñemongueta, o dialogando con la gente, ahí han salido seis ejes fundamentales, como seis grandes problemas (...), yo creo que tienen vigencia todavía*”. Mas não apenas o projeto eleitoral foi influenciado pela participação da população, Lugo (2016: 1) também posiciona a FG como uma ferramenta política baseada na democracia, com “*principios democráticos profundos que inspiraron en la creación del Frente Guasu*”. Ou seja, enquanto Filizzola posiciona o projeto centrado na justiça social, Martínez centra nos direitos cidadãos e Lugo centra o projeto na democracia participativa.

Quanto ao senador Hugo Richer, enquanto na análise temático-categorial destacou-se mais o sentido da justiça social (1,59%), quando passa-se para a análise de discurso este sentido aparece apenas com frases superficiais. Agora quando menciona a democracia participativa (1,2%) como pauta central do projeto da FG, neste caso Richer (2017: 10) postula como elemento central, apreciando o projeto “*desde el punto de vista democrático, democrático (...). El Frente Guasu plantea, esta es su identidad política. (...) Esta es su, es la base de su proyecto histórico (...) Es muy fuerte la lucha contra la oligarquía en Paraguay*”. Neste sentido, a pauta central do projeto político-ideológico do senador Hugo Richer aproxima-se do que foi apresentado pelo senador Fernando Lugo, distanciando-se de Filizzola e Martínez.

O senador Sixto Pereira, por sua vez, teve frases de sua entrevista categorizadas em dois sentidos, sendo que a justiça social (com frequência de 1,2%) quando é tratada com a análise de discurso aparece apenas com frases superficiais que pautam a necessidade do projeto abordar temas que gerem justiça social. E ao mencionar o sentido da democracia participativa (2,4%) sua preocupação reside em um projeto que possa aglomerar propostas convergentes para a mudança política, econômica e social no Paraguai. Afirma ser necessário “*tener una estrategia clara de qué hacer ahí, y mantener la (...) construcción de la unidad amplia, no solamente de los partidos de izquierda, sino que una cuestión mucho más amplia que pueda (...) aglutinar el desencanto y efecto y consecuencias del (...) neoliberalismo*” (PEREIRA, 2017: 10). Seria algo como a estratégia gramsciana de contra hegemonia, adotando um programa mais geral (universalista) que consiga ter o apoio dos grupos e classes que possuam interesses semelhantes, mantendo sempre o projeto político-ideológico como o elemento de sustentação.

De tal modo, Pereira menciona mais uma estratégia de atuação política do que uma forma de pautar o projeto político-ideológico da FG. Se for considerada alguma forma de classificação do projeto político-ideológico de Pereira seria mais próximo de Lugo e Richer,

ainda assim é importante salientar que a discussão de Pereira não aprofundou-se da mesma forma que Lugo e Richer, deixando apenas uma impressão genérica de que seria um projeto centrado na democracia com a participação dos mais distintos setores políticos.

E o parlamentar do MERCOSUL Ricardo Canese, considerado como um dos ideólogos da FG e do Partido Popular *Tekojoja*, foi o entrevistado que mais discorreu sobre o projeto político-ideológico apresentando análises nos três sentidos da categoria, embora muitas frases aportadas sejam superficiais (uma característica comum que marcou a abordagem dos entrevistados sobre a questão) existem trechos que permitem compreender como Canese postula cada um dos três sentidos como pauta central do projeto político-ideológico.

A grande diferença de Canese em relação aos demais entrevistados é postular um projeto que agrega os três sentidos categorizados, afirmando que o projeto de mudança política, econômica e social defendido pela FG deve levar em conta a democracia participativa, os direitos cidadãos e a justiça social. “*Entonces (...) sí generar (...) derechos mínimos que la gente pueda entonces estar en condiciones de participar y tener esa democracia participativa, inclusiva*” (CANESE, 2017: 18).

Quando fala especificamente da democracia participativa (4,84%) como cerne do projeto menciona como forma de tornar o projeto inclusivo. Ao analisar o programa de governo de 2008-2012, considera que “*era un programa moderado porque (...) las circunstancias exigían, y claro profundizar la democracia, profundizar la participación, garantizar los derechos y no había posibilidad de cambio, grandes cambios estructurales*” (CANESE, 2017: 11). Neste ponto Canese se aproxima muito da análise do senador Lugo considerando ser necessário reconstruir a institucionalidade do Estado para conformar “*una institucionalidad y una democracia con fuerte énfasis en la participación*” (CANESE, 2017: 18).

Ao passar para as menções sobre os direitos cidadãos (1,14%) como pauta central do projeto político-ideológico, afirma que a atuação da FG se dá a partir da premissa de que são “*consecuentes con la ampliación de derechos, con el desarrollo (...) del país, en cuestiones muy concretas como educación, salud, empleo*” (CANESE, 2017: 5). Este ponto aproxima Canese de Esperanza Martínez ao considerar a ampliação de direitos como pauta relevante para a mudança política no Paraguai. Como afirmado anteriormente, Canese considera que a participação da população pode dar-se com a ampliação de direitos e, por outro lado, os direitos não podem ser alcançados sem um investimento na organização política da população. “*Por eso, nosotros apostamos a esa ampliación de derechos, pero al mismo tiempo también a la*

organización del pueblo, porque no se trata de ampliar derechos y dejando un pueblo desorganizado” (CANESE, 2017: 6). Nesta questão da necessidade de organização e mobilização popular o projeto de Canese aproxima-se do postulado por Sixto Pereira.

E as menções sobre um projeto político-ideológico baseado na justiça social (2,28%) centram-se no estabelecimento de um projeto anti-oligárquico, com um modelo redistributivo similar ao que fora apresentado no projeto do senador Filizzola. Segundo Canese (2017: 11), *“buscamos una reforma agraria profunda, buscamos (...) empleo para todos, distribución de la riqueza, en fin toda una, una cuestión mucho más si se quiere de cambios más estructurales”*.

Em suma, para alcançar um projeto abrangente que consiga aliar os mais distintos setores da sociedade, do mesmo modo como esboçado por Sixto Pereira, o projeto político-ideológico de Ricardo Canese centra-se em *“un elemento de coincidencia, un proyecto anti-oligárquico, un proyecto de desarrollo nacional, de participación, de inclusión, de distribución de la riqueza”* (CANESE, 2017: 23).

Isto posto, Canese foi o entrevistado mais preocupado com o projeto político-ideológico apresentando um projeto amplo que inclui questões de democracia participativa, de direitos cidadãos e de justiça social. Os demais entrevistados dividiram-se quanto à pauta central, sendo que o senador Filizzola preocupou-se mais com a justiça social, a senadora Martínez preocupou-se mais com os direitos cidadãos e os senadores Lugo, Richer e Pereira preocuparam-se mais com a democracia participativa.

Passando à análise dos documentos partidários é possível ver que o objetivo é trazer os três sentidos do projeto político-ideológico, mostrando que são os três sentidos fundamentais que a FG dá ao seu projeto, tornando a concepção apresentada por Ricardo Canese em sua entrevista como a mais próxima dos documentos partidários, o que corrobora as apreciações anteriormente feitas sobre o papel de principal ideólogo desempenhado por Canese. Contudo, o que mais será ressaltado nos documentos é a política de promoção dos direitos cidadãos.

No *Tape Guasu* são encontrados dois capítulos que discutem questões relativas à democracia participativa, justiça social e direitos cidadãos. O primeiro é o capítulo intitulado “Paraguai digno” onde são discutidos temas diversos que dizem respeito às políticas públicas que devem ser adotadas para que a população paraguaia tenha acesso gratuito e universal aos bens que lhe são de direito. As temáticas tratadas referem-se à: saúde pública gratuita e universal; um sistema de segurança social universal para além das medidas de proteção social

que devem ser adotadas no curto e médio prazo; os serviços básicos de água e luz; a educação pública gratuita, universal e de qualidade; políticas públicas de proteção à infância e adolescência; políticas públicas que garantam igualdade de gênero e promovam os direitos das mulheres; políticas de diversidade e sexualidade que sejam igualitárias e inclusivas; políticas para os povos originários; e políticas dirigidas para os jovens (FRENTE GUASU, 2013a).

Esses direitos cidadãos que caminham lado a lado com a promoção da justiça social são em geral elementos que aparecem nas entrevistas. Não obstante, podem ser destacados alguns pontos que ficaram ausentes nas entrevistas e justamente por isso são ressaltados. O primeiro é o direito de acesso aos serviços básicos de água e luz, que embora possam ser incluídos na perspectiva da justiça social e da qualidade de vida que os entrevistados mencionam, não foram mencionados de modo específico (dois recursos considerados abundantes no Paraguai, mas cujo acesso não é distribuído de modo igualitário, essa sim uma questão abordada nas entrevistas). O segundo são as políticas para promover a igualdade de gênero, mencionadas apenas de forma superficial pela senadora Esperanza Martínez, demonstrando que por mais que faça parte do programa da FG não é um tema abordado com a mesma atenção que os demais.

O terceiro ponto ausente nas entrevistas são as políticas de diversidade e sexualidade que são omitidas por um fator básico: a religiosidade que marca a cultura política paraguaia, fazendo que a FG defenda a pauta, mas de modo marginal, considerando ser uma temática muito sensível para ser abordada de maneira prioritária. E o quarto ponto refere-se aos direitos dos povos originários que já foi abordado na análise de conteúdo e reafirma-se aqui como uma pauta importante nos programas da FG (aparece também no FRENTE GUASU, 2013b e nos boletins mensais), mas que apareceu apenas na entrevista da senadora Martínez.

Já o segundo capítulo do *Tape Guasu* que aborda uma das pautas centrais do projeto político-ideológico é o intitulado “Paraguai democrático”, onde o caráter participativo da democracia é ressaltado. Discute-se o dever da memória como uma forma de dívida histórica com os erros cometidos no passado, além de ser um modo de combater o autoritarismo presente no Paraguai. Passa-se à análise sobre a reforma constitucional para fazer a Constituição representar de fato os anseios da população promovendo a participação cidadã. Essa questão leva à discussão sobre a política de participação protagonista, considerando que a democracia paraguaia deveria abrir-se para a participação da sociedade civil, um elemento comum dentro das concepções da FG (FRENTE GUASU, 2013a). Também é analisada a questão de políticas

culturais, que como visto na seção sobre os eixos centrais está presente de forma mais superficial no *Tape Guasu* do que no *Gobierno para Todos y Todas*.

O *Gobierno para Todos y Todas* (FRENTE GUASU, 2013b) abordou questões similares considerando ser necessária uma mudança do caráter da democracia paraguaia, incentivar a promoção de direitos cidadãos e justiça social para que se alcance a realização do processo de desenvolvimento social e humano no Paraguai. A questão da participação cidadã foi abordada como uma forma para se institucionalizar a democracia paraguaia com uma perspectiva igualitária e justa, levando em conta os anseios dos mais diversos grupos da sociedade. A participação cidadã se constituiria em uma chave para o desenvolvimento sustentável e para alterar as políticas de Estado.

Assim como o *Tape Guasu* a discussão sobre a política de direitos cidadãos para alcançar a justiça social acabou destacando-se mais no *Gobierno para Todos y Todas*. A discussão iniciou com políticas para a proteção social, buscando maior organização e articulação de políticas públicas sociais para que a sua aplicação seja mais eficiente, junto com uma nova linguagem nas políticas públicas e neste sentido conseguindo inculcar na população a ideia de que esses bens recebidos não eram benefícios mas sim direitos, e esse é um elemento muito presente nas entrevistas (uma crítica ao clientelismo, principalmente o praticado pela ANR). Com a apresentação de programas para conseguir multiplicar o alcance das políticas sociais para toda a população o Frente Guasu (2013b) apresenta as mesmas políticas abordadas pelo *Tape Guasu*, apenas diferenciando-se por inserir a questão do direito à moradia junto com a questão do acesso à luz e água, considerando a função social dos terrenos apontando para a desapropriação daqueles terrenos sem utilização além da especulação imobiliária, para fornecer moradia de qualidade às populações mais vulneráveis (os habitantes de zonas precárias, principalmente na beira do rio Paraguai em Asunción). Em suma, o projeto busca construir a cidadania de forma participativa, instituindo novos mecanismos e fomentando os mecanismos já existentes de participação para os direitos efetivos dos grupos vulneráveis.

Uma síntese da concepção da FG sobre o projeto político-ideológico aparece no *Tape Guasu* em um trecho que prioriza os direitos cidadãos, mas que permite ver como essa política centrada nos direitos cidadãos é que permitirá realizar a justiça social, por um lado, e promoverá uma democracia participativa, por outro lado. Para o Frente Guasu (2013a: 10), o elemento mais importante do governo Lugo foi “*la incorporación del enfoque de derechos en las políticas públicas*”, ou seja, que os direitos traduzidos em políticas públicas “*se gozan, se ejercen, se*

respetan, se protegen, se garantizan, se cumplen y se exigen”. O projeto da FG centra-se então na promoção da percepção cidadã de que as políticas adotadas pelo governo não são restritas aos seus apoiadores, mas são direitos de toda a população. O documento destaca que o projeto busca fazer que a população entenda que isso é *“el derecho al desarrollo y a decidir sobre qué y para quién es el desarrollo, que permita que cada ser humano sea protegido de las principales privaciones y tenga garantizadas sus derechos y libertades fundamentales”* (FRENTE GUASU, 2013a: 10). Estes elementos abordados pelo *Tape Guasu* resumem precisamente como constitui-se e em que consiste o projeto político-ideológico da FG.

4.4.4 Liderança política

A análise de discurso desta categoria conseguiu prover mais menções da apreciação dos entrevistados sobre esta categoria do que as demais categorias analisadas. Se na análise quantitativa os resultados não posicionaram a categoria como uma das principais, ficando em um segundo escalão de frequência, na análise de discurso é possível ver que os entrevistados aprofundaram-se mais do que nas outras categorias para analisar o papel de Fernando Lugo, das demais lideranças da FG e das lideranças tradicionais na política paraguaia.

O senador Carlos Filizzola centrou-se na análise da capacidade de aglomeração das lideranças políticas (4,84%), destacando-se suas discussões sobre a importância de Lugo para a esquerda e a política paraguaia. Para Filizzola (2017: 5), Lugo é o grande candidato a nível nacional da FG, afirmando que é *“de lejos el candidato más importante que hay de la izquierda paraguaya, los sectores progresistas, hoy no hay uno que pueda llegar a serlo y que tenga la fuerza y el peso de Lugo”*. Isso levou à tentativa de postular sua candidatura para as eleições de 2018 resultando na problemática da emenda constitucional e a queima do Senado (analisados nos capítulos 2 e especialmente 3), porque estavam *“casi seguros que iba a (...) resultar electo”*, pois Filizzola (2017: 5) reconhece que Lugo *“tiene un gran apoyo popular”*. Assim, tornando-se impossível candidatar Lugo para a presidência, Filizzola apreciava as chances de vitória nas eleições de 2018 como sendo muito menores do que seriam caso Lugo fosse candidato (o que veio a se confirmar com a derrota da Aliança GANAR para o colorado Mario Abdo Benítez).

Além da importância eleitoral da figura de Lugo, Filizzola também aprecia a capacidade de aglomeração que Lugo possui na política paraguaia. Segundo Filizzola (2017: 5), isso ocorre *“porque Lugo incluso aglutina otros sectores, no sólo al Frente Guasu, hay otros sectores por fuera que son progresistas, (...) otros sectores que, incluso de los partidos tradicionales en las bases”*. Ou seja, Lugo é uma liderança com a capacidade de mobilizar distintos grupos políticos

com base em sua atuação, pois é “*el líder con más fuerza y no hay tampoco en la derecha nadie que le pueda hacer frente, nadie*” (FILIZZOLA, 2017: 6). Neste ponto é interessante comparar a postura de Filizzola sobre o papel de Lugo com a postura de Sixto Pereira sobre o projeto político-ideológico como aglutinador de grupos políticos. Retomando a concepção gramsciana, enquanto Filizzola adota a solução do personalismo, Sixto Pereira encaminhou-se para a solução do projeto político-ideológico. Ademais, quando Filizzola aborda as lideranças políticas como uma forma de debilitação da atuação política (3,76%) acaba fazendo basicamente uma crítica das lideranças tradicionais, não adentrando na discussão da figura de Lugo como debilitador da unidade da esquerda paraguaia.

Portanto, a postura do senador Carlos Filizzola (2017: 10) com relação à liderança de Fernando Lugo pode ser considerada como uma defesa de sua importância, reiterando em várias passagens que “*lógicamente el liderazgo de Fernando Lugo (...) es importante destacar*”.

Por outro lado, a senadora Esperanza Martínez focou sua análise no reconhecimento das dificuldades que a figura de liderança de Fernando Lugo causa para a esquerda paraguaia. Em algumas frases a senadora reconhece que Lugo poderia aportar uma figura de aglomeração (2,21%) para um projeto mais amplo, comparando-o com outras figuras importantes na região como Lula, Chávez, Morales e Correa. A senadora considera que “*en todos los procesos históricos se necesitan liderazgos que lleven adelante, no una masa, este, solamente*” (MARTÍNEZ, 2017: 23). Por isso, a senadora afirma ter um respeito muito grande por Lugo, “*un respeto (...) por su liderazgo, su carisma, nadie puede explicarse cómo es pero sucede, como sucede con todos los grandes carismáticos en el mundo*” (MARTÍNEZ, 2017: 22).

Mas as lideranças não podem superar o projeto, “*lo que no podemos es no construir una herramienta política*” (MARTÍNEZ, 2017: 23). Vale lembrar as análises das seções anteriores, onde a senadora Martínez preocupou-se com a construção de uma ferramenta política que leve adiante o projeto da FG, podendo ser comparada com o senador Pereira: enquanto este último preocupa-se no fortalecimento do projeto iniciado com o PPT para transformá-lo no projeto mais amplo de esquerda, a senadora considera que a estrutura da concertação deve ser institucionalizada para que a FG se transforme no *Partido Guasu*. É importante considerar novamente a concepção gramsciana, a unificação por meio do projeto político-ideológico é o que possibilita a permanência e sustentação da unidade ao longo do tempo.

É nas análises sobre a debilitação política causada pelas lideranças (5,99%) que a senadora focou suas discussões. Iniciou apreciando as dificuldades na FG e nas terceiras forças

políticas desde a democratização para construir lideranças políticas sustentáveis. Analisando especificamente o caso da esquerda paraguaia, afirma que *“si uno mira el espectro de los partidos del Frente Guasu tienen una o dos figuras que si desaparecen probablemente el partido deja de tener transcendencia”* (MARTÍNEZ, 2017: 12). As figuras políticas são mais importantes que a estrutura partidária, especialmente pela fragmentação, e a FG não conseguiu superar essa problemática. Mas essa não é uma realidade apenas da atual terceira força, considerando que *“así ha pasado históricamente con el tercer espacio en Paraguay, no solo de los partidos, el tercer espacio que no tiene una estructura como los dos partidos, al basarse en figuras es la transición de la figura”* (MARTÍNEZ, 2017: 12-13), quer dizer, enquanto os partidos tradicionais conseguem formar novos quadros e inclusive absorver quadros das terceiras forças, estas últimas apenas conseguem passar da proeminência de uma liderança com seu partido para a proeminência de outra liderança (de outro partido) que assume protagonismo.

Embora reconheça essa dificuldade geral para as terceiras forças desde 1989, a senadora Martínez aborda em diversas passagens o modo como Lugo se utiliza da estrutura partidária da esquerda para sua promoção, mas não comprometendo-se com o projeto político que representa. Segundo Martínez (2017: 22), *“lo que pasa es que como hay una historia de caudillismo, es como que hoy es Lugo o no es nadie”*, o que é uma análise oposta à realizada por Filizzola (que afirmava a importância eleitoral de Lugo). A senadora segue as críticas à Lugo caracterizando-o como uma figura política e não um líder político, afirmando que Lugo não se compromete com o projeto de esquerda e sim com o discurso que permita favorecer a sua imagem pessoal.

Martínez (2017: 22-23) declara que Lugo *“no se ha jugado en construir esta alternativa y ha, al contrario, ha favorecido una cuestión personal. O sea, yo o el caos. Él no ha tenido la visión de formar una siguiente figura (...). Al contrario, él nos llevó hasta este extremo en el cual hoy él no es, y nada”*. Essa crítica relaciona-se com o caudilhismo, o cesarismo e a solução personalista para mediar as relações políticas. Martínez (2017: 23) continua caracterizando a personalização política representada por Lugo, apreciando que sua atuação realiza-se em prol dele próprio, *“no lo va hacer por otra persona”*. Novamente afirma que Lugo atua desta forma *“porque él no tiene un proyecto político, él no viene de la historia política, por lo menos nosotros aunque sea venimos, él en realidad era un Obispo. El poder estuvo siempre con él y él está allí y (...) el resto tiene que adecuarse o si no se va a su casa”* (MARTÍNEZ, 2017: 23).

Isto posto, a senadora Esperanza Martínez afasta-se da abordagem dos demais entrevistados, sendo a principal crítica da atuação de Lugo. Vale a pena reiterar que a senadora

admite a importância da figura de Lugo que é relevante para a esquerda paraguaia, mas sua crítica reside no fato que Lugo se utiliza do projeto de esquerda muito mais do que o contrário, resultando em um enfraquecimento do projeto político em prol das aspirações pessoais.

O senador Hugo Richer foi um entrevistado que balanceou suas posições entre o reconhecimento da importância das lideranças políticas para aglomerar grupos políticos e a crítica à debilitação dos projetos políticos causada pelo personalismo das lideranças. Quando Richer fala no papel de aglomeração das lideranças políticas (3,98%) ele faz menções tanto ao papel de Lugo quanto das demais lideranças da FG. A análise do papel de aglomeração de Lugo aparece quando Richer aborda os fatores que proporcionaram a vitória eleitoral de 2008, quando a atuação política de Lugo *“lleva al movimiento, a la izquierda y a los movimientos sociales a pensar en apoyar una candidatura para el 2008. Ahí aparece el apoyo a la candidatura de Lugo”* (RICHER, 2017: 7). Ou seja, dois elementos foram importantes: a aglomeração da esquerda paraguaia e a figura política de liderança de Lugo.

Ao analisar a importância das demais lideranças da FG, Richer (2017: 8-9) afirma que *“la mayoría de los partidos del Frente Guasu son todos partidos que tienen los principales dirigentes campesinos (...) nacionales, están en todos los partidos de izquierda del Frente Guasu”*. Para o senador essa aglomeração de lideranças dos movimentos sociais na FG fomenta um reconhecimento da agrupação como representante das demandas populares, especialmente das questões agrárias postuladas pelos camponeses. *“Entonces, más allá de la limitación y más allá de los problemas de los partidos del Frente Guasu, hay un enraizamiento social, (...) hay una base social”* (RICHER, 2017: 9).

Contudo, Richer também discute o problema da debilitação política que pode ser causada pelas lideranças (2,79%), e seus apontamentos sobre a FG e Lugo aproximam-se do que foi estipulado na análise da senadora Esperanza Martínez (mas com críticas mais veladas). Embora passe parcela considerável da entrevista criticando principalmente as lideranças tradicionais, Richer (2017: 12) adentra na análise das lideranças da FG considerando ser *“muy positivo en la búsqueda del consenso. Pero hay otro elemento que presiona mucho, como ocurre en todos los países y las organizaciones que tienen grandes liderazgos nacionales. El tema de Fernando Lugo es un, un tema de mucho peso”*. É uma apreciação da importância da busca pelo consenso nas decisões internas da FG, o que favorece uma postura mais assertiva nas decisões, mas representa uma dificuldade na medida em que aparecem novas lideranças, ao mesmo tempo em que há uma figura política preponderante como a de Lugo.

Analisando as demais lideranças da FG, Richer (2017: 18) considera haver um problema: *“hay cinco grandes figuras políticas, (...) pero ninguno, ninguno alcanza para ser una candidatura fuerte a la Presidencia de la República. Eso es categórico”*. Embora reconheça a relevância política dos senadores da FG, com a impossibilidade de candidatura de Lugo (já consumada quando a entrevista foi feita) o senador Richer não via a possibilidade de nenhuma outra figura da FG substituir o papel desempenhado por Lugo. *“O sea, el problema de siempre, puedes tener una figura muy grande como el tema de Lugo y ese es un problema”* (RICHER, 2017: 18). Richer se aproxima de Martínez ao ver Lugo como concentrador da opinião pública, retirando as possibilidades de mobilização eleitoral que as demais lideranças poderiam ter.

Outros dois entrevistados possuem uma postura que reconhece mais a relevância das lideranças políticas para possibilitar a aglomeração de distintas propostas e grupos políticos. Primeiramente o senador Sixto Pereira que dividiu suas menções entre o papel das lideranças para conduzir grupos políticos, para aglomerar distintas visões, mas também reconhecendo os desafios que as lideranças podem causar para a atuação política.

Examinando as mobilizações camponesas pela renegociação de dívidas e liberação de novos créditos para a agricultura familiar camponesa de 2017, Pereira (2017: 5) afirma que na mediação dos camponeses mobilizados com os representantes do governo, *“ahí entramos nosotros a jugarnos, los dirigentes políticos principales, tratar de ‘conducir esa, antes que confrontar con’ (...) negociar, buscar salidas negociadas, políticas”*. As lideranças da esquerda aparecem como representantes das demandas camponesas dentro da estrutura governamental, podendo utilizar-se desses canais institucionais para levar adiante as lutas camponesas por suas reivindicações de mudanças econômico-sociais. Seria uma forma de ocupar um espaço vago no círculo vicioso da precarização democrática, ou seja, conduzir a população camponesa através das lideranças da FG, reais representantes políticos das demandas que o governo não atende.

Já as menções de Pereira sobre a capacidade de aglomeração das lideranças (2,4%) centraram-se no uso da figura de Lugo para fortalecer as posições específicas da esquerda, fazendo que o projeto de esquerda consiga ter uma maior disseminação. Esse rol protagonista de Lugo é definido por Pereira (2017: 9) quando afirma que *“la figura de Lugo que tiene más del 60% de reconocimiento, de aceptación”*. Mas não se pode ficar refém da figura de liderança e é preciso fazer uso da liderança para construir o projeto político, aproximando os apontamentos do senador Pereira aos da senadora Martínez. Neste sentido, Pereira (2017: 15) aponta para a busca de *“aprovechar una figura importante para construir esa (...) unidad. El*

Partido Tekojoja es producto de eso. Y el Partido Tekojoja jugó un rol protagónico para el tema de la construcción de la unidad de, en este caso de las fuerzas progresistas”.

Quanto à crítica da atuação das lideranças políticas interferindo na debilitação dos projetos políticos (2,4%), Pereira focou-se principalmente nas críticas às lideranças tradicionais. Mas em um trecho da entrevista aparece uma concepção similar à da senadora Martínez, considerando que *“si no hay una actitud aperturista de entender nuestro rol dirigenial para construir una herramienta más unitaria, más frentista, etc., me parece que deja mucho que desear, de ser dirigente”* (PEREIRA, 2017: 9). Por isso, embora as lideranças sejam importantes para a atuação política, se não houver um projeto político que consiga unir as lideranças sob uma linha comum de propostas a atuação política acaba enfraquecendo-se.

Se até agora é vista uma postura crítica da liderança em Esperanza Martínez (a principal) e Hugo Richer, uma postura intermediária em Sixto Pereira (mas tendendo a reconhecer a importância) e uma defesa da liderança em Carlos Filizzola, agora é analisada a entrevista que fez a maior defesa da liderança (basicamente de Lugo) com Ricardo Canese, para encerrar a seção analisando a visão que o próprio Fernando Lugo tem da liderança política.

Canese compara a vitória eleitoral da esquerda paraguaia com os demais processos latino-americanos exitosos, reconhecendo a importância da mobilização e conscientização social para a mudança política, mas afirmando que a liderança é essencial. Para Canese (2017: 8) a vitória eleitoral em 2008 ocorreu pois *“encontramos un liderazgo, porque eso es importante (...), finalmente también hay que encontrar un líder, ¿no es cierto? (...) Bueno nosotros lo encontramos a Fernando Lugo, como una persona que supo aglutinar a los anhelos de la gente”*. Canese (2017: 9) também aborda esse papel central das lideranças ao analisar o seu projeto nacional de desenvolvimento, onde *“el pueblo tiene que tener sus liderazgos, aceptando sectores incluso de la burguesía, del capitalismo nacional, dentro (...) de un amplio proyecto democrático, nacional, popular”*. É a visão gramsciana da política de alianças, desde que as alianças sejam baseadas na direção do projeto político-ideológico que a liderança representa.

A importância de Lugo como liderança unificadora de distintos grupos políticos é afirmada reiteradamente por Canese, considerando que a esquerda estava dividida antes das eleições de 2008, o que enfraquecia muito o seu potencial de atuação e a sua capacidade de ter bons resultados eleitorais. Isso mudou ao ver *“un líder popular, como era Fernando Lugo”* (CANESE, 2017: 9), e reconhecer que era *“una candidatura que iba a ser, que podía ser triunfadora, como la de Fernando Lugo, fue muy aglutinante”* (CANESE, 2017: 10). Canese

(2017: 22) segue sua análise comparando a figura de liderança de Lugo no Paraguai com a de Lula no Brasil como principal liderança popular, de modo que a capacidade de mobilização de Lugo reflete em uma capacidade de mobilização e liderança da FG, afirmando que “*obviamente nosotros (...) tenemos toda esta capacidad para liderar y la gente nos respeta en eso*”.

Canese encerra sua análise sobre a importância das lideranças políticas com menções sobre o papel de representante de demandas e articulador de grupos distintos, posicionando as lideranças políticas como mediadoras de interesses, visando “*no imponerle a la gente nuestras ideas sino saber interpretar (...) y Lugo tiene en ese sentido una (...) gran virtud, lo va y escucha a la gente, (...) y después en todo caso opina*” (CANESE, 2017: 28). Para Canese (2017: 28) a figura de mediação de Lugo é o que melhor o caracteriza, pois durante seu governo recebia representantes de grupos divergentes, “*estaba abierto a todos los sectores*”. Deste modo, Canese se aproxima de Filizzola ao reconhecer a importância da liderança de Lugo, mas Canese posiciona-se como o principal defensor da capacidade de Lugo colocar-se como figura do consenso na política paraguaia, o que foi criticado pelos senadores Martínez e Richer.

Cabe agora analisar a postura de Fernando Lugo sobre a liderança política. Lugo começa sua análise com as eleições de 2008 considerando que dois elementos foram importantes para a vitória: a acumulação de experiências dos dirigentes de esquerda com as mobilizações sociais, e uma figura política que conseguiu encarnar as demandas por mudança. Lugo (2016: 18) considera que “*apareció el outsider, que viene del liderazgo intra-ecclesial progresista, porque no es de los líderes de los sindicatos, ni de los partidos políticos*” e que pôde colocar-se como a alternativa para a mudança política. Neste sentido, “*alrededor de una figura (...) que pueda encarnar un proyecto, se ha dado esta simbiosis importante, de cuestiones sociales y políticas en la figura de un candidato, que se dio en el 2008, y que para muchas personas todavía hoy es significativa*” (LUGO, 2016: 18). Esta é uma visão muito próxima da apresentada por Filizzola, mas principalmente de Canese, e oposta às críticas de Martínez e Richer.

Lugo reconhece que sua figura pública supera a sua figura pessoal, posicionando-se como representante de algo acima de suas aspirações individuais, “*Fernando Lugo como, no tanto como una persona individual, sino como alguien que encarnó las grandes angustias de la gente y las necesidades de la gente, y que eso se tradujo en el proyecto político que pasa por el Frente Guasu*” (LUGO, 2016: 18). Essa afirmação relaciona-se justamente com a crítica de Martínez de que Lugo se utiliza mais do projeto de esquerda do que o contrário. Lugo tenta

retirar a imagem personalista, ao mesmo tempo que afirma que o projeto da FG se fundou a partir da encarnação das demandas da população pelo próprio Lugo (como um projeto político).

No mesmo caminho Lugo utiliza outra passagem para tentar retirar de sua pessoa a carga de ser um líder personalista, afirmando que a FG é um projeto que resulta de uma liderança política (enquanto projeto), pois na FG *“no existe el único líder, nosotros estábamos cansados del único líder”* (LUGO, 2016: 13). Entretanto, é marcante como Lugo se aprofunda mais na explicação do papel de liderança unificadora e representante de demandas do que na apresentação do projeto político que representava e representa, o que encaminha novamente para a comparação com a crítica de Esperanza Martínez e com o conceito de caudilhismo.

Lugo analisa também as dificuldades de liderar o governo de 2008-2012 devido à presença de representantes de vários partidos e tendências políticas. Uma dificuldade residia em ter *“que estar en la vanguardia, decidiendo a veces sobre la marcha sin una capacidad (...) de digerir muchos eventos y acontecimientos e información”* (LUGO, 2016: 10). Isso ocorria pela inexperiência na gestão governamental dos representantes da esquerda, especialmente Lugo que nunca havia participado ativamente da vida política até então, o que os colocava à mercê dos representantes da política tradicional. *“Después de una reunión de ministros uno sale y opina una cosa, el otro sale y opina otra cosa, que es legítimo, es legítimo por la diferencia, pero no fue saludable para consolidar un equipo de gobierno que diera una misma visión”* (LUGO, 2016: 10). Essa dificuldade foi mencionada em maior ou menor medida por todos os entrevistados, reconhecendo que a aliança foi feita apenas para ganhar as eleições e não para governar, corroborando o que a literatura especializada apontou (desde o início do governo).

E ao analisar a crítica comumente feita à sua incapacidade de conformar uma base de sustentação para o governo, Lugo responde considerando que *“no veía eso como una acción que el Presidente de la República tenía que hacer. Se necesitaba tiempo, se necesitaba espacio, se necesitaba, (...) desgaste (...). Entonces, yo no me decía eso, no me detenía en hacer mi partido, mi grupo”* (LUGO, 2016: 13). Essa afirmação pode ser considerada como resposta para a crítica de Esperanza Martínez sobre a falta de comprometimento de Lugo com o projeto político, mas acabou sendo uma resposta que corroborou a crítica de Martínez.

Os documentos partidários distinguiram-se na forma como abordaram a questão da liderança política. Ao observar-se o caso dos Boletins Informativos Mensais a liderança apareceu em 8,38% das matérias produzidas pelos boletins, destacando-se as matérias relacionadas com Fernando Lugo (as mais mencionadas), com outros candidatos representantes

da FG, com declarações de outras lideranças da FG (destacando-se os senadores e o parlamentar do MERCOSUL entrevistados) e depois algumas poucas matérias centradas na crítica às lideranças tradicionais. Ou seja, as abordagens dos boletins aproximam-se das apresentadas nas entrevistas, preferencialmente abordando a liderança de Lugo, mas no caso dos boletins enaltecendo a importância e a força política que Fernando Lugo possui na política paraguaia (realizando uma espécie de campanha pela candidatura e legalidade da candidatura de Lugo à presidência). Por outro lado, o *Tape Guasu* não adentrou de modo mais aprofundado na análise sobre o papel das lideranças políticas, apenas reconhecendo o importante trabalho feito pelos dirigentes e funcionários do governo Lugo (FRENTE GUASU, 2013a).

Já o *Gobierno para Todos y Todas* faz uma análise mais pontual sobre o papel das lideranças políticas. Inicia mencionando a importância histórica que representou a eleição de Lugo, tornando possível ocorrer “*un fenómeno relacionado con el proceso de transformación del Estado, cuyas implicancias aún no fueron estudiadas exhaustivamente*” (FRENTE GUASU, 2013b: 21). É feito o reconhecimento da relevância da figura de Fernando Lugo como o agregador de propostas e de grupos políticos permitindo a convergência a um projeto comum de mudança política. Mas essa mudança só começou a ser empreendida com “*el ingreso a la burocracia del Poder Ejecutivo de un contingente de dirigentes y técnicos provenientes de la sociedad civil, desde donde buscaban incidir en las políticas públicas*” (FRENTE GUASU, 2013b: 21). E essa burocracia necessária para empreender o projeto de mudança conseguiu começar a implantar o plano pois era composta por “*referentes de la dirigencia comprometida con el cambio social*” e que justamente por isso possuíam uma vantagem: “*la acumulación social de conocimientos, el compromiso político con las poblaciones más pobres, prácticas, experiencias, redes y propuestas, de cara a la profesionalización de la política pública, bajo enfoques renovados*” (FRENTE GUASU, 2013b: 21-22).

Portanto, os documentos analisados corroboram a análise das entrevistas, sendo que os resultados obtidos variam entre o reconhecimento do papel das lideranças da FG (especialmente Lugo) e a exaltação da formação de novas lideranças que consigam encampar o projeto de transformação político-econômico-social do Paraguai. Obviamente as publicações oficiais fariam uma linha de conciliação entre os elementos apontados pelos entrevistados, mas se forem observados apenas os resultados da análise de discurso das entrevistas é possível afirmar que as lideranças da FG reconhecem seu papel, reconhecem o papel da principal liderança da FG (Lugo), reconhecem a necessidade de formação de novas lideranças, mas divergem quanto ao papel definitivo que as lideranças devem ter para a aplicação do projeto proposto pela FG,

podendo inclusive resultar em um obstáculo para a institucionalização da esquerda paraguaia (como afirmado por Esperanza Martínez, Hugo Richer e em menor medida Sixto Pereira).

4.4.5 Avaliação do modelo de dominação

Ao efetuar-se a análise de discurso das entrevistas com base na avaliação feita sobre o modelo de dominação paraguaio, percebeu-se que todos os entrevistados criticam o modelo vigente e consideram ser necessário uma alteração gradual do modelo em direção a um Estado redistributivo, baseado em princípios democráticos e de justiça social. As menções ao Estado socialista foram marginais e mais presentes nas discussões dos membros do Partido Popular *Tekojoja* (Sixto Pereira e Ricardo Canese), sendo que todos os entrevistados concordam que a realidade paraguaia dificulta sobremaneira um processo revolucionário socialista, optando por transformações progressistas graduais de caráter democrático, esperando uma mudança nas esferas econômico-social e cultural para empreender um processo revolucionário socialista.

Contudo, as análises efetuadas sobre o modelo de dominação vigente apresentaram semelhanças e diferenças quanto à menção dos problemas centrais e sua caracterização. Partindo da categorização com três sentidos para a crítica ao modelo de dominação, será apresentada a análise de discurso de cada entrevista com as menções sobre a crítica aos partidos, instituições e a oligarquização do modelo de dominação paraguaio.

O senador Carlos Filizzola em geral faz críticas superficiais ao modelo de dominação, mas duas passagens se destacam na sua caracterização do modelo atual. Ao mencionar a situação política paraguaia, Filizzola (2017: 16) considera que a FG está conseguindo manter um projeto de esquerda “*a pesar de tener una derecha muy fuerte, eh, una derecha hasta fascistóide te diría, muy atrasada, retrograda*”. A permanência da direita paraguaia em tais termos representa então um grande desafio para a mudança da situação política.

Para o senador Filizzola (2017: 7), a direita paraguaia atua para manter privilégios próprios e dos seus aliados favorecendo a caracterização do modelo como oligárquico, afirmando que os representantes da direita “*obviamente pretenden mantener ese status quo con el privilegio que les da a ellos, y muchos de ellos metidos en cuestiones de narcotráfico, contrabando, lavado de dinero, entre otras cosas*”. E essa denúncia de vinculação com atividades ilícitas aproxima-se das análises feitas no primeiro capítulo sobre a corrupção, na medida em que são atividades que se beneficiam da debilidade institucional e alimentam o processo de debilitação para benefício próprio (MENDONÇA, 2002 e MENDONÇA, 2004).

A senadora Esperanza Martínez também fez críticas aos partidos tradicionais que gerenciam o modelo de dominação (2,21%), mas sua discussão centrou-se nos aspectos institucionais do modelo de dominação (5,36%). Para Martínez (2017: 5), o modelo político e econômico reflete um “*bipartidismo muy fuerte*”, onde observa-se que ao longo de toda a democratização “*los lugares que le tocó ocupar a la oposición, digamos, al Partido Colorado, en realidad no tuvieron ninguna cualificación*”. Ou seja, a oposição nunca ameaçou realmente o poder da ANR que enraizou-se na estrutura governamental do modelo de dominação. Neste sentido, a senadora chega a afirmar que “*el Partido Liberal es un Partido Colorado de color azul, o sea, hay el azul, o sea, un problema de color, de bandera*” (MARTÍNEZ, 2017: 11).

Ao analisar o papel das instituições no modelo de dominação a senadora considera que a transição política iniciada em 1989 foi apenas uma suposição, “*pero en realidad hemos mantenido alternancias de personas, (...) creo que no han tocado ni el modelo político, (...) ni el modelo económico*” (MARTÍNEZ, 2017: 2). Essa mudança na continuidade que marcaria a realidade política da democracia paraguaia reflete uma “*historia política [que] es muy dura*”, marcada por violência e instabilidade, obstaculizando transformações profundas no modelo de dominação (MARTÍNEZ, 2017: 7). A permanência do modelo representa a permanência de um Estado “entreguista” que serve aos interesses dos poderosos (MARTÍNEZ, 2017: 14).

Para Martínez (2017: 24) uma importante mudança institucional ocorrida a partir de 1989 foi a promulgação da Constituição de 1992 “*que tiene sus problemas y sus errores, pero en términos de derechos es (...) sumamente progresista y garantista de derechos*”. No entanto, a atuação das elites políticas e econômicas tem representado “*un plan aquí en realidad de fuerte retroceso*”, que busca mitigar esses direitos em prol dos benefícios restritos à aliança político-econômica que controla o modelo de dominação. É uma análise que segue a crítica de Filizzola mas que aprofunda-se mais na apreciação do modo como as elites políticas atuam no interior das instituições para impedir mudanças que afetem seus interesses.

O senador Fernando Lugo é outro entrevistado que focou suas críticas nos partidos (1,68%) e nas instituições (2,36%). A análise de Lugo sobre os partidos que conduzem o modelo de dominação considera que a ANR é inegavelmente o principal grupo condutor do modelo, mas a sua liderança foi esgotando-se com o tempo, depois de mais de 60 anos “*el poder desgasta*” (LUGO, 2016: 9), embora o governo de 2008-2012 permitiu reacomodar as forças na ANR. Por outro lado, o PLRA não representava (e não representa) uma alternativa real, pois “*es un partido tradicional, conservador, y con una política económica bien definida*” (LUGO,

2016: 8). De tal modo, Lugo aproxima-se de Martínez ao considerar que os dois partidos representam a permanência do mesmo modelo apenas com uma identidade distinta na mentalidade popular (a cor, o lenço, a bandeira, a polca).

Neste espaço político comandado por dois partidos tradicionais que representam interesses similares, o espaço para os grupos alternativos é obstaculizado pela grande presença dos partidos tradicionais na sociedade devido ao seu grande alcance. Para Lugo (2016: 20), a oposição a esses partidos de grande alcance pode correr o perigo “*de se convertir en pequeñas cúpulas, partidos de cúpulas*”, na defesa de pautas muito específicas que não consigam chegar aos mais distintos setores da sociedade. Neste ponto é possível ver novamente a busca de Lugo por uma proposta mais geral e genérica que possa ser abrangente e geradora de consensos.

Ao passar para a análise das instituições que sustentam o modelo de dominação paraguaio, Lugo inicia sua apreciação caracterizando o Estado como reflexo de um modelo tradicional, fechado, onde “*los movimientos sociales tienen que ir de puerta en puerta buscando sus reivindicaciones legítimas, entonces falta esa relación fluida (...) entre esos movimientos sociales*” e os representantes das instituições (LUGO, 2016: 4). E esse Estado tradicional comandado pelos partidos tradicionais está voltado para a manutenção dos benefícios de seus aliados, assim como mencionado por Filizzola e Martínez.

Outra crítica de Lugo à estrutura institucional do modelo de dominação refere-se à sua desarticulação e falta de controle, criando um ambiente propício aos atos de corrupção. Para Lugo (2016: 3) a estrutura ministerial não tem coordenação e cada ministério atua de modo fechado e estanque, “*sin una matriz común y sin un precio común de control fiscal que pueda por lo menos equilibrar los costos, y eso es un anuncio a la corrupción*”. Cada ministério se converte em espaço para distribuir benefícios aos parceiros privados que auxiliaram na sua conformação. Assim, “*la corrupción permea en las instituciones del Estado porque no hay una coordinación, una fiscalización en todas sus obras*” (LUGO, 2016: 3). Nisso Lugo aproxima-se de Filizzola, mas aprofunda sua análise crítica do espaço para a corrupção no governo, refletindo a crítica da literatura especializada de que o Estado paraguaio é grande (com grande número de funcionários) mas ineficiente (com poucos recursos e dificuldade de aplicação).

O senador Hugo Richer, por sua vez, em geral fez uso de frases genéricas para referir-se ao modelo de dominação vigente. Porém, algumas menções analisaram mais detidamente o papel dos partidos e das instituições. Quanto aos partidos, Richer (2017: 9) segue a análise de Martínez e Lugo ao considerar que o estabelecimento da FG como terceira força na política

paraguaia representou uma novidade em relação aos demais partidos políticos, pois foi a “*primera vez que la tercera fuerza se construye desde un sector progresista*”.

Contudo, a ascensão dessa terceira força advinda do setor progressista não representa uma alteração mais profunda no modelo de dominação. Para Richer (2017: 1), segue vigente o “*modelo político-económico en el esquema de la dependencia*” que vivencia algumas mudanças que não afetam as suas estruturas mais profundas. “*En general no ha cambiado, pero sí ha cambiado (...) desde el punto de vista de la modernización, de algunos factores*” (RICHER, 2017: 1), como a abertura política. Essa concepção de Richer aproxima seu pensamento ao dos senadores Martínez e Lugo, considerando que o modelo de dominação aceita transformações na medida em que continue beneficiando os grupos políticos e econômicos privilegiados, a chamada “mudança na continuidade”.

É na entrevista do senador Sixto Pereira que encontram-se menções que destoam das análises dos demais entrevistados, embora mencione temáticas similares possui uma concepção distinta em um sentido. Pereira (2017: 6) afirma que a maioria da base de apoio aos partidos tradicionais vem do setor popular (algo que os demais entrevistados também admitem), apontando que “*el 90% de la base electoral de los partidos oligárquicos, tradicionales, son gente del sector popular*”.

Mas ao contrário do que se vê nas entrevistas anteriores, Pereira aponta para uma mudança na concepção da população sobre os fenômenos políticos. O senador considera que os partidos tradicionais agora devem “*hacer un esfuerzo para convencerle ya a su gente, ya no fue una cuestión de arrearle a la gente poniéndole música o (...) un trapo de color*” (PEREIRA, 2017: 13). A tradição que marcou a criação e atuação histórica dos partidos principais da direita agora seria insuficiente para manter sua dominação, porque agora “*hay sectores avanzando en términos de consciencia más política*” (PEREIRA, 2017: 13). Essa concepção é distinta da apresentada nas demais entrevistas, pois Pereira identifica um processo de conscientização política na população e nos principais dirigentes das organizações populares para pressionar os representantes dos partidos tradicionais pela resposta às suas demandas e demonstrar a incapacidade e inadequação dos políticos tradicionais aos anseios mais gerais da população.

Entretanto, Pereira admite que essa é uma mudança em alguns setores da população, enquanto as elites reagem visando desestruturar as lideranças progressistas. São “*estrategias de la derecha, del capital, de jugar, de liquidar, específicamente a los dirigentes, procesando*” (PEREIRA, 2017: 4), julgando e encarcerando os principais líderes dos movimentos populares.

Isso representa a permanência do modo tradicional de fazer política das elites que Pereira não acredita que possam mudar, e a questão da repressão governamental vincula-se com as críticas apresentadas nos boletins informativos que recorrentemente publicaram matérias denunciando atos governamentais considerados repressivos e autoritários. E assim, “*para la derecha, para la oligarquía la aparición de una (...) tercera fuerza progresista (...) bien definida más de carácter de izquierda, (...) creo que es una preocupación para la oligarquía, los partidos de la oligarquía*” (PEREIRA, 2017: 13). Mas diferente dos entrevistados anteriores, a ameaça apreciada por Pereira não está na estrutura governamental do modelo de dominação em si e sim na consciência das massas que paulatinamente está tornando-se mais politizada.

O último entrevistado, Canese foi quem discutiu mais detidamente os problemas do modelo de dominação paraguaio. Canese (2017: 1) começa sua análise do modelo de dominação caracterizando o Paraguai como “*un país, una sociedad dependiente*”, cuja dependência instituiu-se após a Guerra da Tríplice Aliança. Para sustentar esse modelo dependente os partidos tradicionais surgiram como representantes da oligarquia que disputa historicamente quem é “*el mejor sirviente de las transnacionales y del imperio*” (CANESE, 2017: 7).

Os dois partidos que dominavam a política paraguaia conseguiram manipular as massas para segui-los, embora a atuação dos partidos não trouxesse benefícios para as massas, conseguindo fazer que o povo fosse “*engañado durante bastante tiempo*” (CANESE, 2017: 7). Essa concepção é similar à apresentada pelos demais entrevistados, a função de controle exercida pelos partidos tradicionais como representantes das elites e apaziguadores das pretensões de mudança que poderiam surgir das massas.

O problema está no enraizamento institucional que os representantes das elites puderam alcançar, haja visto que depois de que “*se instalaron en el gobierno, (...) sacarlos otra vez no es fácil*” (CANESE, 2017: 6). Para Canese (2017: 18), quando as elites se instalam no poder passam a recorrer aos mais diversos “*factores institucionales y la (...) concentración de los medios que también influyen como un poder, un supra poder extraordinariamente decisivo*”, permitindo manter o controle sobre o modelo de dominação e impedir a sua transformação.

Neste sentido, Canese (2017: 25-26) analisa as instituições criadas com a Constituição de 1992, caracterizando-as como oligarquizadas e que acabam retirando o seu caráter democrático, de modo similar ao analisado pela senadora Martínez. Para Canese, a Constituição de 1992 estabelece que a autoridade máxima reside no povo e que este deveria se expressar pelos meios legais para responder às consultas de seus representantes sobre temas considerados

fundamentais. Entretanto, esse elemento democrático e participativo da Constituição foi substituído por outro “*de carácter oligárquico, porque fue (...) redactada por una mayoría oligarca, (...) o dependiente de la oligarquía, entonces quita una serie de temas*” (CANESE, 2017: 26). São suprimidas as possibilidades de mudanças em temas que afetem os privilégios da oligarquia (como a reforma agrária e a reforma tributária, para conseguir uma redistribuição dos recursos). Canese aprofunda a análise dos demais entrevistados que também consideram que a estrutura institucional do modelo de dominação serve para manter os privilégios das elites.

A oligarquia que alcança seus objetivos através das instituições é caracterizada por Canese (2017: 3) como uma “*oligarquía parasita (...) y extractiva, lo que está haciendo es destruyendo el país, atrasando el país y está impidiendo que el Paraguay (...) vaya avanzando en un mayor desarrollo económico para toda la población*”. Assim como Martínez, Richer e Pereira, Ricardo Canese aprecia a atuação da oligarquia para impedir as transformações no modelo de dominação (Filizzola e Lugo também fazem menções superficiais).

Deste modo, as mobilizações populares que buscam alterar essa situação acabam dependendo “*muchas veces de los liderazgos, del momento histórico, o sea, los cambios, los intentos de cambios de este sistema oligárquico (...) no es fácil, porque la oligarquía tiene apoyo externo, es fuerte económica, política, militarmente*” (CANESE, 2017: 7). Como a oligarquia possui muito mais recursos, ela consegue uma relação de forças mais favorável do que os grupos que tentam mudar a sua situação de privilégios. Dentro dos próprios partidos tradicionais observa-se essa divisão de classes, pois “*su pueblo es un pueblo luchador, popular, (...) no la cúpula que es una, de oligarcas*” (CANESE, 2017: 10), e essa estrutura dos partidos favorece a permanência da dominação oligárquica sobre as massas. Neste ponto, Canese é muito mais cético do que Pereira quanto às transformações na consciência política da população, considerando que ainda há um longo caminho para conseguir superar a concentração de recursos nas mãos das elites que favorece a permanência de sua situação de dominação e comando (o que se aproxima dos demais entrevistados).

Com relação à abordagem dos programas da FG sobre o modelo de dominação paraguaio, os dois documentos criaram em conjunto uma narrativa de como se construiu o modelo de dominação historicamente, como o governo de Lugo começou a mudar essa realidade, mas a deposição de Lugo surgiu para retomar o velho modelo. Em Frente Guasu (2013b: 22) observa-se a caracterização do Estado paraguaio como a institucionalização de uma fonte clientelista para a política interna, e na política externa como um “*facilitador de diferentes*

formas de subordinación a intereses hegemónicos de grandes potencias, sean capitales transnacionales o países imperiales". Segundo o programa isso foi um legado do regime stronista (considerado o aperfeiçoador do clientelismo e entreguismo na realidade paraguaia), que com o tempo *"terminó de configurar un sistema político que nada tiene que ver con la noción de Estado Democrático de Derecho"* (FRENTE GUASU, 2013b: 22).

Esse Estado realmente existente começou a ser modificado a partir do governo Lugo, e as propostas que tentaram ser implantadas refletem o plano da FG para o novo Estado paraguaio. A mudança parte da promoção de uma *"gestión pública más eficiente y construir capacidades para luchar contra la pobreza y la desigualdad social, enfrentar la corrupción y erradicar el clientelismo"* (FRENTE GUASU, 2013b: 22). A gestão pública eficiente começa com a profissionalização do serviço público, com um funcionalismo comprometido com a luta contra a pobreza e que sirva à população e não aos interesses privados ou partidários. Neste sentido, a gestão do modelo de dominação deveria levar em conta a articulação com a população, especialmente com a sociedade civil organizada, favorecendo um processo de participação cidadã na gestão pública. Esta é uma forma de fomentar o conteúdo democrático do modelo de dominação em uma democracia *"que, en los últimos años, no había sabido (o intentado) responder a las demandas de la gente, menos aún atender las deudas históricas con comunidades, territorios y colectivos sociales del país"* (FRENTE GUASU, 2013b: 22).

Essas caracterizações sobre o atual modelo de dominação e a necessidade de mudança para uma democracia mais participativa e de conteúdo estão profundamente relacionadas com as caracterizações da democracia paraguaia feitas com base no arcabouço teórico-conceitual (primeiro capítulo), com base no estudo da evolução do caso paraguaio (segundo capítulo) e com as apreciações feitas pelas lideranças partidárias em suas entrevistas. Ou seja, embora cada liderança forneça abordagens únicas ao tema, há uma convergência nos pontos centrais, há uma convergência das lideranças com os documentos partidários e ainda há uma convergência entre a FG e a literatura acadêmica especializada.

Nesta mesma linha, o *Tape Guasu* reconhece que após a deposição de Lugo a experiência de alteração do caráter do Estado foi finalizada e retornou o modelo tradicional. Retornou a máquina estatal utilizada para *"el amiguismo, el nombramiento de parientes, los despidos ilegales, los negociados entre 4 paredes, la mentira, los derechos pisoteados, la salud para los que tienen plata, la entrega del país a las empresas multinacionales como, el fraude y la estafa"* (FRENTE GUASU, 2013a: 10). A caracterização segue o que anteriormente foi

afirmado a partir do *Gobierno para Todos y Todas*, pelos entrevistados e pelo estudo da democracia paraguaia. O retorno do modelo mantém a crítica da população com o modelo de dominação e seus representantes, pois não conseguem responder as demandas da população.

4.4.6 Avaliação da cultura política paraguaia

A análise de discurso do último elemento selecionado para entender o posicionamento dos entrevistados refere-se à cultura e mais especificamente às atitudes políticas da população paraguaia, especialmente com relação à estrutura institucional do modelo de dominação e os grupos políticos que atuam no seu interior (tanto os dominantes quanto a sua oposição).

Um ponto comum em todas as entrevistas é a menção à dificuldade que representa o medo do comunismo para a atuação e o enraizamento da esquerda. Todos mencionam essa dificuldade, sendo que Esperanza Martínez, Fernando Lugo e Ricardo Canese foram os entrevistados que mais se detiveram nessa questão. A herança da ditadura stronista de perseguição e polarização política no clima da Guerra Fria ainda reflete na atuação política da esquerda paraguaia, com uma versão atualizada que relaciona os setores progressistas com os governos de esquerda da América Latina, caracterizando-os como ditatoriais, populistas e violadores de direitos individuais. Com o apoio da mídia tradicional, essa campanha de detração dos grupos de esquerda resulta em um obstáculo para a inserção da esquerda em uma população marcada pelo conservadorismo (característica que será analisada na sequência).

Iniciando a análise individual com o senador Carlos Filizzola, percebe-se que foi o entrevistado que menos se deteve nas questões da cultura e atitudes políticas. Filizzola (2017: 8) fez uma caracterização do Paraguai como sendo um país que é marcado por um “*proceso (...) histórico conservador que predomina en este país*”. As mudanças ocorrem em um ritmo próprio, lento, de acordo com os interesses dos poderosos.

Outro tema abordado por Filizzola foi o clientelismo, considerado pelo senador como um vício persistente na realidade paraguaia. Desde o “*Poder Judicial, (...) de todo en cuanto a (...) los servicios públicos, como decía el tema del funcionariado público. Acá hay muchas cosas que todavía arrastran vicios propios de la dictadura de Stroessner. Todo eso tenemos que luchar para cambiar esto*” (FILIZZOLA, 2017: 15). A gestão da institucionalidade pública é permeada pelo clientelismo que mantém os benefícios e privilégios dos gestores e seus aliados políticos e econômicos, resultando em uma estrutura estanque que demanda grandes esforços para conseguir ser alterada.

A senadora Esperanza Martínez também parte da caracterização do Paraguai como um país onde o “*conservadurismo es muy fuerte*” (MARTÍNEZ, 2017: 6). Mas a senadora avança em sua análise afirmando que além de conservadora a sociedade paraguaia pode ser considerada muito temerosa. Essa característica seria, para a senadora, uma consequência de uma sociedade onde a “*clase media adopta y está fuertemente colonizada por (...) la Iglesia de derecha*” (MARTÍNEZ, 2017: 24). A raiz religiosa atua para manter o conformismo da população, refletindo em um temor às mudanças por seu caráter de imprevisibilidade. Como consequência, as alternâncias são raras e a senadora afirmou isso a partir de sua experiência pessoal: “*Yo tengo 58 años y mi primera alternancia política fue Lugo*” (MARTÍNEZ, 2017: 10).

Paralelamente a isso, quando ocorrem mudanças de governo, alternâncias políticas, esses eventos ainda não resultaram em uma mudança na capacidade governamental de resposta às demandas da população, como analisado no primeiro capítulo por meio da avaliação do desempenho governamental (em PUTNAM, 1996) e o círculo vicioso da instabilidade política (em MENDONÇA, 2007). Como resultado, o governo percebe um espaço autoritário na população para a resposta às demandas, “*y la gente dice ‘ah, bueno, que vuelva Stroessner o mano dura, porque ahí por lo menos éramos, eh, más democráticos en la pobreza, éramos todos más pobres, ahora hay más pobres pero hay otros que son muy ricos’*” (MARTÍNEZ, 2017: 10). Esse espaço autoritário representa uma dificuldade para os grupos de oposição, cuja atuação e mobilização são vistos como elementos desestabilizadores que impedem a resposta governamental às demandas da população, vinculando-se com o tradicional medo do comunismo. Vale lembrar os dados aportados pelo Latinobarômetro (2018) que apontaram para a permanência do espaço autoritário e de indiferença na cultura política paraguaia, em contraposição à preferência pela democracia como modelo político para reger a sociedade.

Essa ineficiência governamental em responder as demandas da população é vista pela senadora Martínez como efeito de uma cultura clientelista instalada no Paraguai, de modo similar ao assinalado por Filizzola. Para Martínez (2017: 2), o Paraguai possui “*un Estado en manos de pocas personas que utilizan el Estado para servicios privados*”, e além disso é um Estado onde os interesses públicos e privados se entrelaçam de modo problemático, “*y las fuerzas privadas siempre han formado parte del cogobierno*”, fazendo que o governo responda aos interesses de seus parceiros em detrimento da população em geral. Usando o exemplo de sua área de atuação (a saúde), a senadora afirma que o modelo clientelista transformou a ANR em um grupo político com um “*arraigo tan popular*”, pois seus agentes políticos (dirigentes,

lideranças, ministros, representantes eleitos) concentram o acesso aos bens públicos, uma herança dos longos períodos de controle estatal colorado (MARTÍNEZ, 2017: 19).

Com esse Estado clientelista servidor dos interesses de seus aliados, a população acaba tendo uma avaliação negativa não apenas do governo, mas de toda a política. Há uma grande descrença no modelo político estruturado pela cultura clientelista e corrupta, *“porque en realidad hoy vengo (...) y pongo a todos mis parientes, robo la plata, (...) no tengo ninguna propuesta programática en absoluto, no hay ningún tipo de transformación en mi gobierno, (...) hasta que venís vos, me desplazas, le sacas a todos los que yo puse, pone los tuyos”* (MARTÍNEZ, 2017: 6). A mudança política seria apenas a mudança do grupo beneficiado pelos laços clientelistas e atos de corrupção.

Isso fomenta a visão de que a política e o ser político seriam características negativas, enquanto o “não político” seria um valor agregado para as figuras públicas: *“puedo tener una posición política, ser un intelectual de izquierda (...). Pero, en realidad, yo no estoy en ningún lado, como si fuera un valor agregado”* (MARTÍNEZ, 2017: 11). Essa é uma crítica que se analisada em conjunto com a discussão de Esperanza Martínez sobre a liderança de Lugo demonstra a crítica de Martínez sobre a falta de posicionamento político de Lugo, a falta de identificação com o projeto de esquerda, beneficiando-se da postura de moderação e consenso para constituir-se em uma figura distinta na política nacional.

Mas a senadora também identifica o início de um processo de mudança de atitudes em dois sentidos. Primeiro, a população jovem começa a utilizar-se das novas ferramentas de comunicação e informação para afrontar a persistência do modelo: *“hay una ciudadanía sobre todo urbana, más joven, (...) digamos que entra dentro de esta dinámica (...) de las discusiones y (...) de la mirada más crítica, digamos, al modelo”* (MARTÍNEZ, 2017: 15). E ainda há outro processo iniciado a partir do governo de 2008-2012, onde observa-se um *“empoderamiento de la gente”* que passa a identificar o acesso aos bens públicos como um direito e não mais um benefício de relações clientelistas. O exemplo utilizado pela senadora foi novamente o da saúde, com o projeto de universalização da saúde gratuita *“que fue una cuestión de decir ‘la salud es gratuita, yo pago mis impuestos, es mi derecho’”* (MARTÍNEZ, 2017: 18). Essa mudança de postura da população com relação ao governo a partir do governo Lugo é um ponto que aparece na análise de discurso dos demais entrevistados.

O senador Fernando Lugo (2016: 6) também inicia sua análise caracterizando o Paraguai como um país conservador, *“conservador éticamente, es conservador la Iglesia, es conservador*

en la política, los nuevos pensamientos políticos llegan (...) tarde”. Esse conservadorismo afeta a forma como se busca manter a coesão da sociedade ante as mudanças mais estruturais que acontecem internacionalmente. Para Lugo (2016: 7), não se pode pensar mais em uma coesão uniforme como nos tempos da ditadura, pois agora a coesão *“tiene que ser una cohesión plural, políticamente e ideológicamente plural, eh, multiclassista también, plural”*. O problema reside na ineficiência dos grupos políticos paraguaios para identificar e trabalhar com a composição plural da sociedade e a visão excludente ainda prevalece, *“todavía la exclusión es un elemento muy fuerte, políticamente hablando”* (LUGO, 2016: 8).

Assim como a senadora Martínez, o senador Lugo também analisa a estrutura governamental como sendo permeada pelo clientelismo, com a visão de que *“las instituciones del Estado estaban para servirnos de ellas”* (LUGO, 2016: 10). E do mesmo modo que Martínez, Lugo (2016: 10) observa uma mudança nessa mentalidade com uma nova mentalidade que estava nascendo a partir do governo de 2008-2012, considerando *“que las instituciones estaban para servir a la gente”*. Com o início dessa mudança a população passou a ter uma nova forma de relação com as instituições e, em termos similares aos de Martínez, Lugo aponta para o fenômeno onde *“la gente se empoderó de muchas instituciones”* (LUGO, 2016: 10). Contudo, Lugo também considera que essas mudanças ainda não alteram de modo mais profundo a avaliação negativa que a população faz da atividade política, considerando haver um *“descontento generalizado, (...) desencanto generalizado que hay”* (LUGO, 2016: 19) e o papel da FG é receber, analisar e dar respostas inovadoras às demandas que fomentam o descontentamento com a política.

Essa avaliação negativa das repostas governamentais aos problemas da população advém de uma realidade de carências e necessidades insatisfeitas, apreciando-se que no *“Paraguay tiene vigencia muy importante las urgencias, y nos movemos por cuestiones urgentes, por cosas urgentes. Y muchas veces la urgencia no nos hace ver lo importante”* (LUGO, 2016: 17). Como Lugo considera que existem vários problemas socioeconômicos vinculados com a pobreza e desigualdade, ele acredita que *“las necesidades sociales, históricamente relegadas, dejadas de lado, necesitan una dosis de respuesta rápida”* (LUGO, 2016: 11). Para que isso aconteça não basta a tradicional visão religiosa da repartição do pão, com pequenas doações aos necessitados (uma visão de caridade). É preciso ter uma articulação de agentes públicos e privados, com a constituição de *“un Estado socialmente solidario, que no debe ir solo”* (LUGO, 2016: 11), propiciando a redistribuição de recursos de maneira mais justa.

Um último elemento de análise da concepção de Lugo sobre atitudes e cultura política diz respeito a um elemento pessoal, que surgiu como de grande relevância para a análise pois representa a resposta de Fernando Lugo para a submissão ao processo de juízo político que resultou em sua deposição. Lugo (2016: 16) começa sua resposta posicionando-se como “*genéticamente (...) pacifista*”, uma herança de sua atuação na Igreja Católica. Afirma que: “*como obispo yo he visto a la gente morir por la calle (...) luchando por un pedazo de tierra. Estuve recogiendo muertos y sangre de jóvenes campesinos. Y me he prometido personalmente (...) tratar de evitar más muertes y más violencia, especialmente de gente inocente*” (LUGO, 2016: 16). Esse passado de convivência com a violência política influenciou, junto com a formação religiosa, na busca constante pelo consenso e moderação. Lugo considera que se quisesse resistir “*hubiésemos tenido incluso el respaldo jurídico importante, de reaccionar militarmente al golpe, o juicio político parlamentario*” (LUGO, 2016: 16). Então por que não houve essa resistência ao que consideravam um golpe? Pois “*iba a tener un costo social y de violencia y de muerte muy alto que yo no quería cargar en mi consciencia, durante toda mi vida*” (LUGO, 2016: 16). A resposta foi categórica e Lugo não queria arcar com os custos da repressão e da violência que poderia se desatar (e segundo ele se desataria). “*Entonces, nos hemos sometido a un juicio sabiendo de antemano que iba a ser un juicio (...) injusto, un juicio que iba por la destitución, porque la sentencia ya estaba cantada antes de la convocación del proceso, que no se ha respetado el debido proceso*” (LUGO, 2016: 16).

Quanto ao senador Hugo Richer, inicia sua análise do mesmo modo que os entrevistados anteriores apreciando o caráter conservador da política paraguaia. Para Richer (2017: 4), o problema do conservadorismo é que existe uma “*oligarquía políticamente muy, no solamente conservadora, sino una oligarquía políticamente casi reaccionaria*”. Tal oligarquia conservadora atua através da estrutura governamental do modelo de dominação entregando pequenos benefícios ao restante da população para manter sua lealdade, “*o sea, en el fondo se invierte para evitar un estallido*” (RICHER, 2017: 4). Como resultado da atuação institucional da oligarquia para cooptar as massas, “*ahí como que había un elemento casi ideológico y cultural, de vínculos muy fuertes del pueblo paraguayo (...) con el Estado, (...) con las empresas públicas*” (RICHER, 2017: 5), pois são essas instituições controladas pela oligarquia que possuem os recursos demandados pela população. Richer aproxima-se das críticas feitas pelos demais entrevistados sobre como o clientelismo mantém a situação benéfica às elites.

Hugo Richer passa então a analisar os efeitos da expansão do capital internacional no Paraguai, como um fenômeno que pressiona a cultura local e vai interferindo nos modos de

vida tradicionais. Para o senador, *“hay identidad cultural que hoy día están siendo profundamente dañadas (...). Hay poblaciones en el Paraguay que están desapareciendo. Y detrás de eso tiene básicamente (...) la cabeza de puente del capital internacional, tanto en la soja como en el tema ganadero”* (RICHER, 2017: 3), e a principal fonte de capital para esses complexos agroexportadores que se expandem é o Brasil. Essa relação entre a tradição (especialmente a agricultura familiar camponesa) e a modernidade (os grandes complexos agroexportadores) *“conlleva obviamente una serie de choques culturales importantes, eh, del idioma, el dinero”* (RICHER, 2017: 3), resultando em uma pressão maior para a tradição.

O senador Richer também analisa o legado do governo Lugo nas atitudes e na avaliação da população sobre o trabalho realizado. Contudo, diferentemente dos demais entrevistados Richer (2017: 14) apresenta três tipos de atitudes sobre o governo: primeiro, a avaliação positiva (ressaltada pelos demais entrevistados), com as políticas de compensação econômica, auxílios monetários e a gratuidade da saúde pública; segundo, a idealização das realizações do governo, quando alguns setores da população aumentam o grau de impacto que as políticas tiveram em sua realidade; e terceiro, a afirmação de realizações do governo que não ocorreram. *“Entonces, es una idealización que la gente va construyendo, un imaginario popular, por las carencias de los otros gobiernos”* (RICHER, 2017: 14). Portanto, Richer é mais realista que os outros entrevistados, reconhecendo que o governo Lugo possui uma boa avaliação no imaginário coletivo, mas essa avaliação refere-se muito mais à observação das carências e debilidades dos outros governos do que uma avaliação dos logros do governo Lugo em si, o que a análise da influência do governo Lugo nas percepções políticas da população feita no final do capítulo anterior acabou corroborando.

Em uma linha intermediária das análises sobre a influência do governo Lugo nas atitudes da população encontra-se o posicionamento do senador Sixto Pereira. Para o senador, *“la figura de Lugo fue la gente construyendo, a partir de resultados de lo que se tuvo en políticas públicas, salud, educación, medios alternativos, integración (...). Comparando (...) con los resultados que hizo la propia oligarquía”* (PEREIRA, 2017: 11). Neste sentido, avalia que não foi um projeto político que buscou enraizar-se na população, consistindo em uma avaliação positiva da população quando compara os resultados do governo Lugo e dos demais governos, em termos similares aos apresentados na análise feita pelo senador Richer. Isso ocorre pois *“la gente, el movimiento de masas es el que construye, recupera el proyecto e (...) identifica quién es el candidato”* que mais se aproxima dos seus interesses (PEREIRA, 2017: 11).

De tal modo, Pereira afirma novamente a existência de um processo de mudança das atitudes da população ante as propostas políticas avaliando qual a proposta que mais se aproxima daquilo que estão buscando, e a esquerda paraguaia vem se beneficiando disso. Esse fenômeno já foi analisado na seção anterior quando Pereira considera haver uma maior conscientização política das massas. Em suma, quando a população começa a observar quais são *“los proyectos de leyes que se presentan y se desarrollan en el Congreso, la gente identifica quién es el que tiene el (...) canal para defender nuestros intereses”* (PEREIRA, 2017: 13).

Por fim, Ricardo Canese analisa temas similares aos demais entrevistados, diferenciando-se por não aprofundar a questão do clientelismo e preferindo analisar mais detidamente as escolhas eleitorais da população paraguaia. Não obstante, assim como os demais entrevistados começa analisando o caráter conservador da política paraguaia. Canese afirma que a realidade paraguaia nem sempre foi assim, passando os primeiros minutos da entrevista debatendo a importância histórica das rebeliões coloniais, do processo de independência e a Primeira República, para afirmar que foi a partir da Guerra da Tríplice Aliança que o Paraguai passou a ter o caráter conservador. Para Canese (2017: 2), *“a partir de ahí, entonces, claro tenemos una oligarquía extremadamente conservadora, no es una burguesía industrial que tiene, obviamente incorpore ideas un poco más modernas”*, que vem mantendo sua dominação.

O conservadorismo da oligarquia influencia em seus projetos eleitorais que são difundidos à população, adequando-se retoricamente às demandas para conseguir legitimar sua permanência no comando do Estado. Isso ocorre pois *“la gente a veces por (...) no estar bien organizada, cuando su consciencia no es elevada, no puede distinguir la propaganda engañosa que le hace un candidato (...) hábil”* (CANESE, 2017: 6), e a oligarquia paraguaia é muito capacitada para apresentar candidatos com uma boa propaganda. A propaganda sempre centra-se na solução rápida para amenizar as carências profundas, porque *“la gente en Paraguay tiene una (...) práctica electoral inmediata”* (CANESE, 2017: 14), algo similar ao apontado por Lugo sobre o papel desempenhado pelas “urgências” e as necessidades mais básicas insatisfeitas.

Porém, assim como os entrevistados anteriores Canese também considera que a falta de solução para os problemas mais profundos da população paraguaia, junto com a permanência da oligarquia e seus aliados no poder gerou um descontentamento que foi aproveitado pelas forças progressistas. Com as reformas neoliberais dos anos 1990 e 2000 e a permanência dos problemas socioeconômicos, Canese (2017: 10) aponta para a ascensão de *“un hartazgo muy*

grande de todo lo que era el autoritarismo y los modelos neoliberales del Estado". E esse espaço foi aproveitado para a vitória eleitoral de Lugo e o posterior surgimento da FG.

Analisando a avaliação que a população faz dos resultados do governo Lugo, Canese também se aproxima dos demais entrevistados, principalmente de Martínez no concernente à defesa de um governo garantidor de direitos, e de Pereira quanto à maior conscientização política da população. Iniciando pela avaliação do governo, Canese (2017: 5) reconhece que para a população "*con Lugo estábamos mejor*", é uma "*síntesis, muy sencilla*", mas que reconhece os avanços em áreas como educação, emprego e saúde. O elemento fundamental da avaliação é que "*la gente es muchas cosas pero no es tonta, se da cuenta cuando estuvo mejor*" (CANESE, 2017: 6).

Essa avaliação reflete no início de uma alteração da política tradicional, marcada pelo elemento de identidade onde as massas partidárias "*se sienten liberales, o se sienten colorados (...) es casi una identidad. (...) En el caso de Paraguay, (...) el que es colorado, sí yo soy colorado*" (CANESE, 2017: 23). Mas essas massas identificadas com os partidos tradicionais são as mesmas que aceitam e concordam com boa parte das pautas defendidas pela esquerda. "*Y si vos le decís (...) ¿Vos queréis la reforma agraria? Sí, ellos quieren. ¿Vos queréis la distribución de la riqueza? Sí. O sea, tienen, pero es colorado, ¿no? Entonces, no es liberal*" (CANESE, 2017: 23). Ou seja, o projeto da FG não está descolado da realidade, mas ainda deve superar os elementos tradicionais da política paraguaia que impedem a mudança política.

Todos esses fatores levam Canese a acreditar que a partir de agora os governos devem dar uma resposta às aspirações populares, e "*desde luego la respuesta va a ser progresista porque el pueblo (...) apunta hacia esa (...) garantía de derechos, a la ampliación de derechos*" (CANESE, 2017: 26). Canese e Pereira consideram que essa transformação está ocorrendo no Paraguai, fruto da alternância de 2008 e da maior consciência política. "*Entonces, la gente aspira, protesta y quiere una participación y a tomar decisiones sobre los temas fundamentales*" (CANESE, 2017: 27), e essa busca por maior participação da população na estrutura governamental relaciona-se com o empoderamento da população assinalado pela senadora Esperanza Martínez.

Com relação aos documentos partidários não há um grande interesse em discutir características da cultura política paraguaia de modo mais detido. Mas ambos os documentos corroboram as caracterizações feitas pelos entrevistados de que o Paraguai foi historicamente marcado por uma cultura conservadora, religiosa, autoritária, tradicional, mas que vem

passando por transformações que devem ser aprofundadas para que a população (especialmente a mais vulnerável) possa empoderar-se e compreender que pode e deve participar da política e da economia paraguaia, que as decisões governamentais devem servir a população e não o contrário (FRENTE GUASU, 2013a; FRENTE GUASU, 2013b).

De tal modo, se comparada com as demais questões elencadas para a análise de discurso, a avaliação da cultura e das atitudes políticas da população é o elemento que apresenta maior semelhança de posicionamentos. Contudo, essa concertação de posições deve ser relativizada ao se apreciar a análise quantitativa anteriormente apresentada, pois a categoria final da cultura política teve uma média de 25,41% de menções nas entrevistas, apenas sendo mais frequente que a estrutura econômico-social (média de 18,08%), mas como esta categoria relaciona-se com uma multiplicidade de interesses, a análise de discurso mostrou respostas mais dissonantes na categoria da estrutura econômico-social do que na cultura política.

Se comparada a análise de discurso com a análise de conteúdo, percebe-se que há uma convergência maior na primeira com posicionamentos convergentes quanto aos eixos centrais do projeto da FG, avaliação do modelo de dominação e avaliação da cultura política. Outros dois temas analisados possuem majoritariamente convergências, mas há algumas posturas dissonantes, consistindo na mudança da estrutura econômico-social e na pauta central do projeto político-ideológico. Não obstante, há um tema que dividiu e polarizou as avaliações dos entrevistados: o papel da liderança política.

A análise feita neste capítulo demonstra que no tocante ao posicionamento dos representantes e documentos da FG sobre as pautas a serem defendidas, a avaliação da situação paraguaia e as possibilidades de mudança, estes são elementos com maior convergência. A problemática está na análise interna da FG, como institucionalizar a ferramenta política para atuar na política paraguaia, por um lado, e como enfrentar a questão da preponderância da figura de Fernando Lugo, por outro lado. Com relação à institucionalização, apenas dois entrevistados mencionaram qual poderia ser a resposta: a senadora Esperanza Martínez buscando institucionalizar a estrutura partidária a partir da FG, criando o *Partido Guasu*; e o senador Sixto Pereira que mencionou a condução do PPT de um processo de unificação da esquerda. Já com respeito à liderança política não há uma linha comum, dividindo-se as avaliações entre o uso da figura de Lugo como elemento convergente e unificador, por um lado, e a figura de Lugo impedindo a institucionalização da esquerda para manter seu papel de mediador e sua preponderância na esquerda e na política paraguaia, por outro lado.

Os questionamentos levantados a partir do arcabouço gramsciano são corroborados na análise deste capítulo, mostrando que a FG possui dois desafios centrais para o seu futuro político: transformar as posturas comuns de seus representantes sobre os problemas e soluções na sociedade paraguaia em um projeto político-ideológico que dê base a uma nova estrutura partidária que unifique os movimentos e grupos dispersos; e, como consequência, deixar de depender da mediação personalista e cesarista de Lugo como o elemento unificador investindo na estrutura partidária. Porém, como as próprias entrevistas e documentos mostraram, conseguir alcançar a solução para esses dois desafios não parece ser uma pauta comum para a FG, necessitando de uma atenção especial caso a FG não queira transformar-se em uma nova terceira força baseada em lideranças que é substituída por outro grupo com outras lideranças.

4.5 Mapeamento ideológico da FG e suas lideranças

A última etapa da análise propõe-se a estabelecer um mapeamento ideológico da FG e suas lideranças para observar as linhas comuns e dissonantes entre as lideranças, das lideranças em relação à FG, bem como o posicionamento da FG entre a política tradicional e a alternativa política, tudo isso para apontar se realmente a proposta da FG propõe alterar o padrão tradicional da política paraguaia. O mapeamento leva em conta as temáticas apresentadas no início deste capítulo a partir dos debates teórico-conceituais do primeiro capítulo, com seus indicadores qualitativos tanto na política tradicional quanto na alternativa política.

O mapeamento ideológico considerou os resultados da análise de conteúdo e da análise de discurso para posicionar cada elemento de análise no mapa ideológico. O primeiro passo do processo foi o posicionamento das entrevistas nas temáticas de cada esfera central do estudo, visando observar a coesão interna das lideranças da FG, em que medida seus posicionamentos permitem estabelecer um projeto político-ideológico que represente uma alternativa à política tradicional.

Nesta primeira etapa do mapeamento ideológico pode ser visto um alto grau de coesão entre os entrevistados, apontando para a delimitação de uma ideologia vinculada com a alternativa política, com a coesão dos entrevistados nas seguintes temáticas: autoritarismo, conservadorismo, pluralismo político, desconfiança institucional, setor produtivo prioritário, distribuição dos recursos, papel do capital financeiro, uso dos recursos governamentais e papel dos partidos políticos. Foram poucos entrevistados que não mencionaram as temáticas listadas (10,19% dos resultados) ou cujas menções foram posicionadas nos indicadores da política tradicional (7,4% dos resultados). Portanto, em linhas gerais, ao posicionar os entrevistados no

mapa ideológico criado com as temáticas surgidas dos conceitos teóricos as lideranças da FG identificam-se com a alternativa política.

Na sequência são apresentados os resultados que divergem da coesão ideológica da alternativa política por meio do seguinte quadro:

Quadro 24. Comparação dos indicadores qualitativos desvinculados da alternativa política nas entrevistas

Temática	Indicador na política tradicional	Não se aplica
Nacionalismo	Canese	Filizzola
Clientelismo		Canese
Local de origem do capital		Filizzola Lugo Pereira
Condições de trabalho		Lugo Richer
Corrupção		Filizzola Pereira
Liderança	Filizzola Lugo Canese	
Ideologia	Filizzola Lugo	
Solução de conflitos	Lugo	
Relação entre a tradição e a modernidade	Lugo	Filizzola Martínez

Fonte: Elaboração própria.

Quando observam-se os posicionamentos dissonantes dois entrevistados se destacam: Lugo pela incidência dos indicadores na política tradicional e Filizzola pela ausência das temáticas. Filizzola pode ser apontado como o entrevistado menos preocupado com as problemáticas centrais para os estudiosos da realidade paraguaia, embora sejam apenas 4 ausências entre as 18 temáticas. Com relação a Fernando Lugo, pode ser apontado como o entrevistado mais afastado da coesão ideológica da FG com 4 temáticas categorizadas com os indicadores na política tradicional. Ressaltam-se esses posicionamentos dissonantes justamente por estarem inseridos em um contexto geral de coesão, o que corrobora as críticas da literatura especializada e mesmo de outras lideranças da FG (como Martínez e Richer) quanto ao comprometimento de Lugo com o projeto político-ideológico da esquerda paraguaia.

Além disso, ao prestar atenção nas temáticas que mais dividiram os posicionamentos da FG, as duas que mais se destacam referem-se às questões internas da FG e da esquerda paraguaia: a liderança e a ideologia. As menções feitas sobre o papel das lideranças dividiram-

se entre os que reconhecem a importância de uma liderança forte que consiga conduzir um projeto mais amplo, sendo representado pela própria liderança (relacionando-se com o domínio carismático em WEBER, 1982 e o caudilhismo de GOLDMAN e SALVATORE, 1998), e aqueles que consideram ser imprescindível a existência de um projeto comum que pautar a atuação das lideranças, dando então o papel protagonista ao projeto político-ideológico (relacionando-se com as discussões gramscianas do príncipe moderno, o partido político). Filizzola e Canese aproximam-se de Lugo ao concordar que sua figura política sobrepassa o projeto que deve adequar-se à aceitação pública que Lugo possui, especialmente a aceitação eleitoral (como observado no capítulo anterior na análise dos resultados eleitorais, com a concentração de votos na lista para o Senado, encabeçada por Fernando Lugo). Os outros três entrevistados afirmam que se não for investido no projeto a liderança torna-se insustentável com o tempo, sendo que a senadora Martínez é a principal crítica da dependência que a FG possui da figura política de Lugo.

A temática da ideologia também dividiu mais as opiniões do que as demais temáticas, com os senadores Filizzola e Lugo afastando-se do indicador na alternativa política. Embora ambos entrevistados reconhecem que um projeto de esquerda é importante para mudar a política paraguaia, afirmam que o projeto é um esforço de longo prazo e que enquanto isso a atuação da esquerda paraguaia deve focar no acesso aos espaços de poder que a participação eleitoral possibilita. Filizzola inclusive possui um posicionamento interessante nessa temática, pois considera ser importante investir no papel das lideranças e em alianças para acessar os cargos, mas considera que tais articulações devem se dar com os grupos políticos mais próximos do projeto para evitar incorrer no mesmo erro da aliança eleitoral de 2008 (essa temática será analisada mais detidamente na sequência do mapeamento ideológico).

De tal modo, os entrevistados reconhecem a necessidade de seguir na construção do projeto de esquerda, mas alguns deles consideram a urgência eleitoral mais relevante para seguir possuindo relevância na política paraguaia. Assim como apontado pelo aporte gramsciano e pelo novo caudilhismo, e corroborado pelos resultados eleitorais da FG e os posicionamentos de suas lideranças, a existência de uma liderança com grande relevância eleitoral, paralelamente à incipiência da institucionalidade da esquerda paraguaia, são elementos que tornam o projeto da FG sobremaneira pautado pela liderança de Lugo.

Outra temática que confirma a tendência caudilha na liderança de Lugo é a solução de conflitos, pois enquanto os outros entrevistados mencionaram a importância da

institucionalidade do modelo de dominação para solucionar os conflitos de interesses – embora reconheçam sua debilidade no caso paraguaio –, especialmente para justificar a participação da FG no modelo de dominação atual, o senador Fernando Lugo posiciona-se mais no âmbito da solução personalista dos conflitos de interesses, justificando seu modo de atuação política pela necessidade de adaptação constante, o que seria dificultado pela institucionalidade, diferentemente da liderança que pode acolher e mediar as mais distintas demandas (elementos que podem ser vistos na análise de discurso de Lugo sobre o papel das lideranças). É um modo de atuação que aproxima-se do conceito de cesarismo (GRAMSCI, 1999) quando Lugo busca posicionar-se como o grande árbitro que possa mediar o conflito de interesses, mas que para chegar a esse posicionamento necessita da instalação de um impasse entre os grupos em conflito, em uma situação de equilíbrio de forças. Vale lembrar, por um lado, do imobilismo de Lugo diante das tensões visando exaurir os grupos em conflito para que o procurem como mediador e, por outro lado, que a permanência de correlações de força favoráveis a um dos grupos impede que se alcance a situação de equilíbrio de forças que possibilitaria a atuação do grande árbitro.

As outras duas temáticas que apresentaram respostas vinculadas com o indicador na política tradicional foram o nacionalismo e a relação entre tradição e modernidade. Canese foi o entrevistado que usou o argumento do nacionalismo como elemento que poderia proporcionar alguma coesão social, especialmente quando compara a estrutura governamental da Primeira República (1811-1870) com os governos pós-Guerra da Tríplice Aliança, afirmando que a partir de então os faccionalismos e os interesses das elites passaram a pautar as respostas governamentais, enquanto o modelo nacionalista prévio preocupava-se realmente com os interesses nacionais e com as necessidades mais urgentes da população, colocando tais interesses acima dos interesses de grupos e fomentando a coesão da sociedade (DONGHI, 1975 e MOLINA, 2005). Isso não impediu Canese de ser o entrevistado que mais mencionou a solidariedade regional, a integração, bem como a defesa do pluralismo político, mas considerando que a mudança político-econômica no Paraguai deve ser promovida por um Estado comprometido com os interesses e necessidades internas.

Na relação entre tradição e modernidade foi Fernando Lugo que diferenciou-se da coesão dos demais entrevistados. Quando analisou a necessidade de adaptação constante na atuação política Lugo adentrou na apreciação das transformações constantes na sociedade advindas dos processos tecnológicos, o que pressiona também as sociedades a adaptarem-se às necessidades tecnológicas. É algo similar ao observado no aporte da modernização apresentado

no primeiro capítulo (BENDIX, 1996; INGLEHART e WELZEL, 2009), apreciando ser possível uma adaptação dos elementos autóctones às pressões dos elementos universalizantes, mantendo os primeiros na medida em que não impedem a aplicação dos segundos.

Quanto aos documentos partidários, em geral os posicionamentos ficaram no campo dos indicadores na alternativa política. As exceções referem-se às mesmas temáticas analisadas acima, apontando para essas questões como as que mais causam divergências dentro da FG. Os posicionamentos dissonantes apareceram mais nos boletins informativos, especialmente as questões relativas às lideranças políticas quando algumas matérias focam no papel desempenhado pelas lideranças da FG, articulando movimentos sociais para levar demandas populares para as instituições do modelo de dominação onde possuem representação e divulgando o projeto da FG para a população paraguaia. Os documentos focam mais na atuação das lideranças como uma forma de capitalizar isso para o desenvolvimento do projeto da FG.

Não obstante esse alto grau de coesão ideológica no início do mapeamento ideológico, quando passa-se para uma análise mais detalhada que considera distintos sentidos que algumas temáticas possuem dentro do indicador na alternativa política, então é possível ver as maiores divisões internas da FG e como tais divisões representam desafios para o estabelecimento de um projeto comum que consiga convergir a atuação de suas lideranças.

No quadro abaixo é apresentado o mapeamento ideológico de 6 temáticas que sintetizam as principais divergências surgidas das análises de conteúdo e de discurso, com três sentidos para cada temática.

Quadro 25. Comparação dos sentidos de indicadores qualitativos das entrevistas

Temática	Sentidos		
Liderança	Condução	Aglomeração	Debilitação
	Lugo Canese	Filizzola Pereira	Martínez Richer
Pauta central do projeto político-ideológico	Democracia participativa	Justiça social	Direitos cidadãos
	Lugo Richer Pereira Canese	Filizzola	Martínez
Institucionalização da esquerda	Concertação	Partidos existentes	Novo partido
	Filizzola Lugo Richer Canese	Pereira	Martínez
Modelo econômico-social	Agricultura camponesa	Desenvolvimentismo industrializador	Diversificação tecnológica
	Richer Pereira	Filizzola Canese	Martínez Lugo
Alianças eleitorais	Puramente ideológicas	Projeto comum mínimo	Acessar cargos
	Filizzola	Martínez Lugo Richer Pereira Canese	
Modelo de dominação	Estado participativo	Estado redistributivo	Estado socialista
	Lugo Richer	Filizzola Martínez	Pereira Canese

Fonte: Elaboração própria.

Esse mapeamento mais aprofundado da ideologia das lideranças da FG mostra a dificuldade para estabelecer o projeto comum mínimo do grupo político. Contudo, se forem apreciadas as temáticas que mais aproximaram os posicionamentos três se destacam. Primeiro, o modo como devem ser constituídas as alianças eleitorais da FG onde 5 dos 6 entrevistados apontaram para a necessidade de levar em conta um projeto comum mínimo, estabelecer alguns pontos centrais que não serão renunciados e que os aliados eleitorais devem convergir na defesa de tais pautas. É uma forma de articulação política que quando analisada com o aporte gramsciano pode ser apontada como a defesa de interesses econômico-corporativos diante do bloco hegemônico, que acolhe tais demandas para incorporar as lideranças contestatórias e manter estavelmente a sua dominação.

A exceção ao posicionamento comum está presente na entrevista de Filizzola, ao considerar que as alianças necessitam levar em conta a convergência dos setores de esquerda e

progressistas, pois a direita paraguaia atua para debilitar as lutas sociais e a aliança com esses setores seria uma forma de debilitar a esquerda desde o seu interior. Filizzola considera que a esquerda paraguaia não pode mais cair no erro de fragmentar-se e representar projetos temporários preocupados apenas com as eleições. Contudo, reconhece que é fundamental possuir espaços de representação para poder pressionar o modelo, o que já vem ocorrendo desde a fundação da FG. A FG deveria agora ir consolidando o seu projeto de esquerda articulando-se com setores próximos, e “*ir abriendo, dar cabida a otros sectores, aglutinar a otros sectores progresistas*” (FILIZZOLA, 2017: 6). Mesmo que haja essa distinção entre Filizzola e os demais, todos os entrevistados reconhecem a importância de levar em consideração algumas pautas do projeto da FG para as suas alianças eleitorais, superando o equívoco que representou a APC em 2008 construída como aliança eleitoral mas não como aliança para governar.

A segunda temática que aproximou o posicionamento da maioria dos entrevistados foi a pauta central do projeto político-ideológico onde 4 dos 6 entrevistados posicionaram-se mais no sentido da democracia participativa como o elemento impulsionador do projeto da FG. Vale lembrar aqui a análise de discurso realizada na seção anterior que apontou para algumas dificuldades em estabelecer a pauta central do projeto político-ideológico, na maioria das vezes aparecendo apenas com menções superficiais. Se é comparada com as demais temáticas, esta é a temática que teve menos relevância na abordagem dos entrevistados, corroborando a dificuldade da FG para estabelecer o projeto convergente que pautou a sua atuação.

E a outra temática que aproximou o posicionamento da maioria dos entrevistados foi a institucionalização da esquerda, mas contribuindo para a crítica levantada ao longo da Tese sobre a dificuldade para estabelecer mecanismos de institucionalização do projeto da esquerda paraguaia. A maioria dos entrevistados, 4 dos 6, apontou para continuar investindo no modelo da concertação para unificar a esquerda, mantendo os partidos e movimentos que compõem a concertação, mas apresentando-se de modo unificado nas eleições e na atuação parlamentar. Como visto na análise de discurso apenas Martínez e Pereira divergem nessa questão, sendo que a primeira aponta para o aprofundamento da institucionalização da FG com a criação do *Partido Guasu*, uma estrutura partidária unificada com seu estatuto e regras próprias, enquanto o segundo considera que a unificação da esquerda sobre uma estrutura partidária já existente seria o melhor modelo, com a condução do *Partido Popular Tekojoja* como estrutura que possibilite a promoção do projeto da esquerda.

Além das divergências quanto ao projeto político-ideológico da FG, quando foi debatida a forma como a esquerda paraguaia deveria construir a ferramenta política para conseguir implantar seu projeto novamente as lideranças não conseguem apontar claramente qual seria o modelo adotado. A maioria tendeu a apontar para a continuidade do modelo existente da concertação, não aprofundando-se na necessidade de estabelecer uma estrutura estável que consiga manter o projeto ao longo do tempo. A concertação está cumprindo com o seu objetivo mais imediato, o eleitoral, mas não consegue apontar para o longo prazo, especialmente porque quanto mais setores e mais demandas e interesses vão sendo inseridos no seu interior, mais difícil é conseguir manter pautas e posicionamentos comuns, torna-se mais difícil a identidade comum da esquerda paraguaia e corre-se o risco de novamente ocorrer a fragmentação. Essas dificuldades já foram apontadas na análise teórica gramsciana, considerando que apenas com o desenvolvimento do partido será possível manter um projeto unificado e com isso se reduz a dependência das lideranças, embora elas sempre sejam importantes, mas não podem superar o projeto e mais especificamente o partido.

Nas outras 3 temáticas os posicionamentos estiveram igualmente divididos, com dois entrevistados posicionados em cada um dos sentidos. Como são temáticas que foram examinadas de modo mais detido na seção anterior, agora passa-se para uma análise sobre as aproximações e afastamentos de posições entre os entrevistados para identificar a coesão ou fragmentação ideológica interna da FG.

A maioria das possibilidades de aproximações não apresentou resultados positivos. São 7 possibilidades que resultaram em apenas 1 temática convergente, destacando-se o senador Carlos Filizzola que teve apenas 1 convergência com outros 4 entrevistados e 2 convergências com Canese. Ou seja, nas temáticas mais representativas para o mapeamento ideológico da FG, o senador Filizzola foi a liderança mais afastada. Outra liderança que esteve mais afastada no mapeamento ideológico foi a senadora Esperanza Martínez que teve convergência em apenas 1 temática com 3 entrevistados, além de 2 temáticas convergentes com os outros 2 entrevistados, também podendo ser considerada uma liderança afastada dos posicionamentos comuns das demais lideranças da FG.

O senador Sixto Pereira possui algum grau maior de aproximação com 2 entrevistados, ao mesmo tempo que se afasta dos outros 3. Pereira aproximou-se em 3 das 6 temáticas dos posicionamentos de Richer e Canese, curiosamente sem a mesma proximidade com Canese apresentada nas análises de conteúdo e de discurso (ambos são lideranças do PPT). Também é

possível ver como Pereira afastou-se dos dois senadores mais distantes no mapeamento, Filizzola e Martínez, com posicionamento convergente em apenas 1 das 6 temáticas.

Com relação aos entrevistados que mais apresentaram convergências, os senadores Richer e Lugo e o parlamentar do MERCOSUL Canese foram os três entrevistados com um nível maior de convergência em relação aos demais. Richer e Canese tiveram uma aproximação em 4 temáticas com Lugo, além de 3 convergências entre si e 3 convergências com Pereira. Neste sentido, Lugo foi o entrevistado que permitiu mais aproximações, podendo ser posicionado como o centro deste mapeamento ideológico, com a aproximação de Richer e Canese, uma pequena aproximação de Pereira e o afastamento de Filizzola e Martínez.

Não obstante essas linhas gerais do mapeamento ideológico, quando adentra-se na apreciação específica das temáticas para tentar estabelecer a identidade ideológica da FG é possível observar a existência de um projeto mínimo, cuja principal debilidade é a contraposição pelas questões da liderança e da atuação dentro do modelo de dominação.

O projeto mínimo da FG é mencionado por todos e corrobora o que foi apresentado nos documentos partidários: um projeto promotor da participação popular, com maior articulação entre Estado e sociedade civil, investindo na transformação das instituições do modelo de dominação para um caráter profundamente democrático, permitindo a universalização do acesso dos cidadãos aos direitos políticos, econômicos e sociais, fomentando uma reorganização da sociedade paraguaia pautada pelos princípios de justiça social. No mapeamento feito nesta seção foram observadas divergências devido à forma de análise, que leva em conta qual dos sentidos da temática possuiu resultados quantitativos e qualitativos que permitem posicionar o entrevistado. Porém, quando se considera o projeto apresentado pelos entrevistados ele reflete o modelo apresentado pelos documentos (especialmente em FRENTE GUASU, 2013b), abrangendo os três sentidos do mapeamento ideológico. Este seria então o projeto mínimo da FG e reflete sua atuação histórica desde as eleições de 2008.

Na temática da mudança da estrutura econômico-social também observa-se uma apreciação dos três sentidos, mas com a preponderância de algum deles na exposição dos entrevistados. Ao observar-se o projeto econômico apresentado nos documentos, a FG busca acolher em seu interior as demandas e interesses dos mais variados setores econômicos, apresentando uma visão etapista do desenvolvimento econômico muito similar aos debates realizados no primeiro capítulo a partir da teoria da dependência estruturalista. Ricardo Canese foi o entrevistado que mais se aproximou do projeto apresentado nos documentos,

aprofundando-se na sua apresentação, enquanto a senadora Martínez também apresenta a visão das etapas do desenvolvimento econômico mas não aprofunda-se tanto na sua exposição.

Outro elemento importante na análise desta temática é a relação com a atuação política e os resultados eleitorais da FG que a aproximaram dos setores camponeses do interior, resultando tanto na dificuldade de penetração nos principais espaços urbanos quanto na oposição ao modelo agroexportador e seus beneficiários. Os senadores Pereira e Richer foram os que mais mencionaram a defesa da agricultura familiar camponesa como núcleo do novo modelo econômico-social paraguaio, sendo que Pereira foi o principal defensor da volta ao campo, o maior promotor da agricultura camponesa.

Com respeito à temática da mudança do modelo de dominação, aqui também são encontrados posicionamentos dissonantes no interior da FG. Contudo, de modo similar ao observado no caso da mudança da estrutura econômico-social e na pauta central do projeto político-ideológico, por mais que seja estabelecido um sentido principal que pautou o posicionamento dos entrevistados todos acabaram mencionando os três sentidos em maior ou menor medida, seguindo o padrão apresentado pelos documentos partidários. Todos os entrevistados identificam-se com o projeto de um Estado socialista, corroborando o apontamento do Frente Guasu (2013b: 143) de que todos estão comprometidos com o projeto de um socialismo paraguaio. Porém, todos os entrevistados reconhecem as dificuldades para se avançar na construção desse projeto pelas dificuldades impostas pela política tradicional e pelo conservadorismo da cultura política paraguaia.

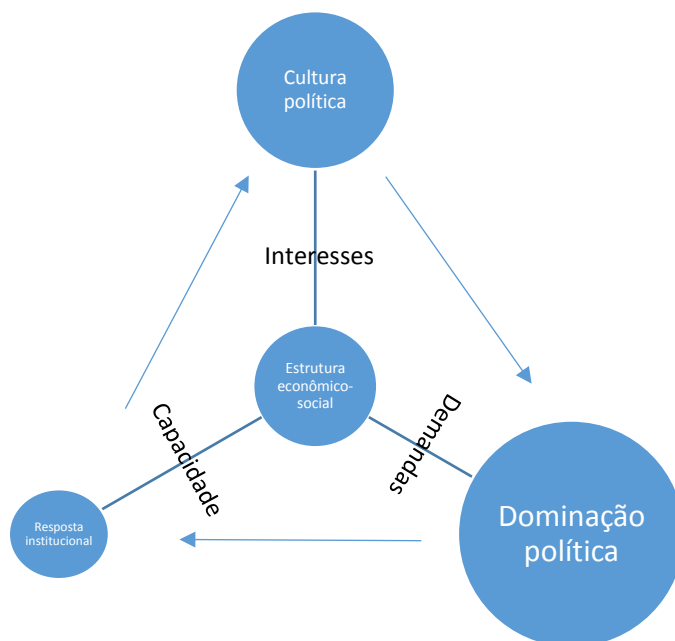
Isto posto, quando são analisadas as temáticas que permeiam o projeto político-ideológico da FG é possível estabelecer o projeto mínimo – unindo democracia participativa, universalização dos direitos cidadãos e justiça social – que gera convergência entre as lideranças entrevistadas e os documentos partidários, mas não conseguindo manter essa convergência nas demais temáticas, gerando uma dificuldade para estabelecer um projeto mais amplo que possa embasar a atuação política da FG.

Assim como visto na análise da atuação da esquerda paraguaia desde a democratização, nos resultados eleitorais da FG, e nas análises de conteúdo e discurso das entrevistas e documentos partidários, o mapeamento ideológico também permite uma última forma de apontar para a falta de um projeto mais delimitado para a atuação da FG e a dependência das lideranças, especialmente de Fernando Lugo. Como estabelecido na análise teórica gramsciana, quando não se investe na construção da ferramenta política para convergir os setores aliados na

busca pela mudança do bloco hegemônico, abre-se espaço para a preponderância das lideranças carismáticas, conformando-se com os espaços de poder fornecidos pelo bloco hegemônico e apenas atuando para manter seu poder e inserir algumas demandas econômico-corporativas que não conseguem apontar para a possibilidade de mudança do bloco histórico.

Retomando o modelo analítico que estipulou a relação entre as esferas centrais do estudo, passa-se agora para o posicionamento da ideologia da FG no modelo. Este posicionamento levou em conta os resultados das análises de conteúdo e discurso, buscando observar como as esferas concentraram as preocupações dos entrevistados, em quais elementos as suas análises aprofundaram-se, e pode ser apreciado a partir da seguinte figura:

Figura 17. Relação das esferas centrais do estudo no projeto político-ideológico da FG



Fonte: Elaboração própria.

No modelo inicial apreciou-se que as esferas interferem de modo similar para manter estavelmente o modelo de dominação, a partir do modelo circular de *inputs* e *outputs* de Easton (1965). As pressões do ambiente (as esferas da estrutura econômico-social e da cultura política) moldam a forma como o sistema político se comportará perante os submetidos ao modelo de dominação, unindo-se com as perspectivas weberiana (o princípio que legitima a dominação) e gramsciana (a hegemonia na condução do bloco histórico). Ademais, existem pressões dentro do próprio sistema político que interferem nas respostas que ele dará aos interesses internos do sistema, junto com os interesses e demandas da população regida pelo sistema político.

Todo o modelo surge da apreciação da busca pela manutenção estável da dominação (na perspectiva gramsciana), visando manter a sua legitimidade (na perspectiva weberiana). Considera-se a necessidade de respostas aos interesses e demandas que a população (elites e massas) apresenta à estrutura governamental do modelo de dominação, unindo as perspectivas da avaliação do desempenho governamental (PUTNAM, 1996) e do círculo vicioso da instabilidade política para o caso paraguaio (MENDONÇA, 2007).

No caso da ideologia apresentada pela FG, inserindo-se no modelo de relação das esferas, a preocupação central foi com o modelo de dominação em si, as suas relações internas, o papel da esquerda paraguaia na direção do modelo de dominação e suas possibilidades de adaptação para que suas pautas moldem as respostas governamentais. A cultura política recebeu menos atenção do que a dominação política, mas ainda foi importante na ideologia da FG, especialmente na apreciação dos interesses que moldam a atuação dos movimentos sociais que pressionam a estrutura governamental, bem como a avaliação que a população faz da estrutura governamental e do próprio modelo de dominação que rege as relações políticas.

Contudo, como a esfera da estrutura econômico-social não recebeu muita atenção na ideologia da FG, a consideração dos interesses e demandas na ideologia da FG ficou em segundo plano sendo superada pela análise interna do modelo de dominação. O grande problema está na marginalização da resposta institucional dentro da ideologia da FG. Há uma coesão na apreciação de que a gestão do modelo de dominação pela política tradicional deve ser alterada, assim como o modelo econômico que pautar a estrutura econômico-social, para transformar o Estado paraguaio em um molde de democracia participativa, justiça social e promotor de direitos cidadãos, mas não se preocupa da mesma forma com a capacidade governamental para empreender as ações necessárias para conduzir a essas alterações.

De tal modo, a ideologia da FG resulta em um modelo de relação das esferas centrais disfuncional, onde a sua atuação dentro do modelo de dominação é o elemento central, buscando constituir-se como o grupo social que conduz a estrutura governamental. Porém, como não se observa uma preocupação similar nas demais esferas, que são justamente aquelas que moldam as pautas principais para a atuação política, a ideologia da FG centra-se nas relações políticas.

Partindo para a análise da inserção da ideologia da FG no modelo teórico-conceitual estabelecido para este trabalho, o círculo vicioso da precarização democrática, percebe-se como o projeto político-ideológico da FG possui dificuldades para a sua aplicação, bem como

dificuldades para posicionar-se como uma alternativa política que altere o padrão de dominação tradicional que tem conduzido o modelo de dominação paraguaio.

A FG busca posicionar-se como a promotora das demandas dos grupos excluídos e marginalizados pelo modelo de dominação tradicional, buscando uma forma de reduzir o processo de hierarquização interna (STAVENHAGEN, 1974) e superar a marginalização que os camponeses, ocupantes urbanos precários e trabalhadores informais enfrentam com o pouco interesse e até mesmo a exclusão de suas necessidades nas relações políticas dentro do sistema político (GERMANI, 1980 e QUIJANO, 1971). A FG busca ser uma articuladora da sociedade civil com a sociedade política (na visão gramsciana), tentando levar as principais pautas dos movimentos sociais organizados para dentro da estrutura governamental através de seus representantes eleitos.

A primeira problemática reside na correlação de forças sociais e políticas observadas no Paraguai, aprofundadas com os processos mais recentes. Como a concentração de recursos segue sendo uma característica fundamental da estrutura econômico-social paraguaia, com a permanência do modelo primário-exportador (GOIRIS, 2004; LAINO, 1979; MASI e BORDA, 2011; PASTORE, 2008), a postura crítica da FG sobre o modelo gera uma dificuldade para poder relacionar-se com as elites econômicas nacionais. Como apontado pelo modelo de Mendonça (2007), quando essas elites não observam a possibilidade de solução de seus interesses pela estrutura governamental, por concentrarem os recursos, acabam alterando o grupo que comanda a estrutura governamental por outro que consiga apontar soluções para suas demandas, que consiga manter sua capacidade de extração de recursos. Esse fenômeno pôde ser visto em 2012 com os conflitos agrários que resultaram na deposição de Lugo.

O aprofundamento do êxodo rural (BOZZOLASCO, 2013 e FOGEL, 2011) impulsionado pela expansão do modelo agroexportador acaba aumentando a presença das populações marginalizadas nos espaços urbanos precários (BOZZOLASCO, 2013), dando espaço para as relações de trabalho precárias e informais (BOZZOLASCO, 2013; ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010; MASI e BORDA, 2011). Como a FG continua centrando-se nas pautas camponesas isso gera uma dificuldade para conseguir relacionar-se com essas novas dinâmicas que vão marcando a realidade econômica e social paraguaia.

Do ponto de vista político, como os partidos tradicionais acabam agindo como promotores dos interesses das elites econômicas na estrutura governamental, seguem sendo os principais atores políticos mesmo com o processo de democratização iniciado em 1989. Assim,

as correlações de forças sociais e políticas seguem sendo muito mais favoráveis para a coalizão tradicional do que para a coalizão alternativa, dificultando as possibilidades de atuação da segunda dentro dos limites do modelo de dominação vigente.

Como a análise da atuação da coalizão alternativa feita na primeira seção do capítulo 3 demonstrou, os conflitos e tensões sociais tornaram-se um elemento recorrente na realidade paraguaia com o aprofundamento da concentração de recursos e dos problemas sociais. Seguindo o modelo de Mendonça (2007), enquanto a coalizão tradicional segue pautando a opinião pública com a retórica da necessidade de manter a segurança jurídica para possibilitar a extração de recursos, a coalizão alternativa atua na promoção das mobilizações que contestam a manutenção dos privilégios das elites. Esse é um desafio para a atuação da FG, pois a coalizão tradicional – predominante na correlação de forças – pressiona a estrutura governamental do modelo de dominação para adaptar-se aos seus interesses, e quando isso não acontece acaba fomentando a precarização institucional para que seus interesses sejam respondidos (PIETSCH, MILLER e KARP, 2015), ou ao menos para que não haja a promoção dos interesses divergentes dos grupos contestatórios (MENDONÇA, 2007).

A precarização institucional para a solução momentânea de demandas (PIETSCH, MILLER e KARP, 2015) torna-se outra problemática essencial para a FG, pois seu modelo de atuação e o próprio projeto político-ideológico preocupa-se muito mais com a participação na estrutura governamental do modelo de dominação do que com as demais esferas centrais do estudo. Como o caso paraguaio mostrou ser de um regime democrático de baixa capacidade e qualidade (corroborado pelos dados do IDD-Lat), pautar a atuação de um grupo contestatório nos moldes dessa institucionalidade precária torna-se um dilema que favorece a conformidade com as adaptações conjunturais e não buscam-se mais as transformações orgânicas estruturais.

Ao mesmo tempo que se observa essa baixa qualidade do regime político, por outro lado se mantém o comportamento negativo da população em relação ao seu regime político (BOURSCHEID e GONZÁLEZ, 2019), contribuindo para uma dificuldade em legitimar a dominação (na visão weberiana). Os dados do Latinobarômetro (2018) contribuíram para essa avaliação, considerando que persiste o comportamento negativo da população com relação ao seu regime político, avaliando-o como promotor dos interesses das elites e não de toda a população. O governo Lugo conseguiu alterar superficialmente a percepção da população, especialmente na avaliação do governo em si, mas não conseguindo transferir as expectativas criadas pelo governo em percepções positivas da população sobre a capacidade do regime

político como um todo representar suas demandas e interesses e, por consequência, depositar sua confiança na estrutura governamental do modelo de dominação (ABENTE, 2012; DUARTE, 2015; MUNCK, 2003; MUNCK, 2010).

Estes elementos contribuem para manter uma estrutura governamental do modelo de dominação frágil que permite a sua subversão momentânea e fomenta a baixa capacidade estatal para responder as demandas, especialmente por políticas de bem-estar social e de eficiência econômica, mantendo uma estrutura econômico-social desigual e dependente. A participação da FG dentro dessa estrutura, buscando adaptá-la para conseguir acolher as demandas dos grupos excluídos e marginalizados, acaba tornando-se muito difícil devido à permanência da correlação de forças sociais e políticas favorável à coalizão conservadora. Enquanto a cultura política paraguaia segue sendo um obstáculo para o desenvolvimento democrático, paralelamente a uma estrutura econômico-social que mantém privilégios e desigualdade e uma estrutura governamental do modelo de dominação centrada na política tradicional colorado-liberal, o projeto político-ideológico não consegue apontar para uma alteração de tais elementos.

Todos esses elementos levam a uma grande dificuldade: quais pontos da ideologia da FG podem manter o seu projeto? O projeto mínimo é uma tentativa de ferramenta para a permanência da atuação da FG, sendo importante para manter a ideia do consenso no seu interior e conseguir abranger uma ampla gama de interesses e demandas. Mas como não se investe da mesma forma na construção da ferramenta política – vale lembrar que a maioria dos entrevistados apontou para a manutenção da concertação – a permanência do consenso na FG não consegue ser respondida por sua ideologia. O elemento que surgiu como cerne para a sustentação da FG até agora tem sido as suas lideranças, onde Fernando Lugo constitui-se na principal ferramenta política, agregador de setores e fomentador do consenso.

De tal modo, é com o novo aporte sobre o caudilhismo de Goldman e Salvatore (1998) que encontra-se um aporte teórico-conceitual que auxilia a explicar a realidade da FG e suas lideranças. A estruturação do projeto político-ideológico da FG está sendo subordinada aos interesses da condução personalista, e assim como apontado no primeiro capítulo, os arranjos e alianças políticas são feitas para prover uma ferramenta que expanda os espaços de poder da liderança política de Lugo. Lugo encarna o projeto que ele representa, o projeto estaria condicionado à sua figura política, convergindo para sua caracterização como líder carismático

(como na perspectiva weberiana) e atuando como grande árbitro cesarista no interior da FG para conseguir manter o consenso e a coesão interna (como na perspectiva gramsciana).

Vale recordar aqui alguns posicionamentos das lideranças apresentados na análise de discurso e que corroboram a apreciação supracitada do personalismo caudilho na FG. Primeiramente, o próprio Lugo posicionou-se como uma “figura política”, um “projeto político”, apontando para um projeto progressista de mudança política no Paraguai baseado na aceitação pública de sua figura política, ou seja, Lugo encarna o projeto que encampa e reconhece que sua atuação leva em conta essa caracterização. Por outro lado, a senadora Martínez caracteriza a condução carismática de Lugo como uma forma de debilitar a estrutura interna da FG ao ponto de torna-lo a única opção eleitoral viável, “Lugo ou nada”. Martínez também considera que Lugo nunca investiu muito na institucionalização do projeto da esquerda paraguaia justamente para manter seu poder de condução devido ao reconhecimento público de sua liderança.

Se forem retomados os apontamentos teórico-conceituais, com as mudanças observadas na atuação dos caudilhos latino-americanos, é possível apontar para os pontos fortes e débeis do projeto caudilho de Lugo no interior da FG. Iniciando pela mudança da ruralização do poder para a interação urbano-rural, o desafio para a liderança de Lugo é conseguir se inserir mais nas massas urbanas, pois ainda possui um vínculo muito forte com os camponeses. Vale lembrar que os maiores aumentos da votação da FG ocorreram no Senado e nos departamentos mais vinculados com as atividades rurais, enquanto na capital e no departamento Central os resultados não foram tão expressivos (se comparados aos das demais forças políticas). Contudo, um ponto positivo aparece no discurso partidário e das lideranças sobre a mudança da estrutura econômico-social permitindo visualizar uma abrangência dos setores urbanos e rurais, agrários, industriais e de serviços, buscando inserir os mais variados setores econômicos. Ao mesmo tempo, uma debilidade é vista com as divergências internas das lideranças, com algumas apontando para uma volta ao campo, outras afirmando que a industrialização seria a grande mudança ausente na realidade paraguaia, e outras lideranças apontando para a necessidade de especialização em atividades mais tecnológicas. Portanto, esse primeiro ponto do caudilhismo demonstra como a FG tem uma possibilidade de transformar seu projeto em um projeto abrangente aumentando o espaço de atuação de Lugo, mas também não tem conseguido penetrar nas camadas urbanas aumentando sua dependência e ligação com os setores rurais.

Com relação à segunda mudança do caudilhismo latino-americano apontada por Goldman e Salvatore (1998), a mudança do poder caudilho exercido através da violência para uma visão mais consensual baseada no discurso político, esse fenômeno é visto no personalismo caudilho de Lugo. Do mesmo modo como apontado por Goldman e Salvatore (1998), Lugo é reconhecido como uma personalidade que incorpora em seu discurso as demandas da sua base de poder, ele é visto publicamente como o representante do projeto da FG, legitimando a sua condução personalista justamente pela capacidade de reconhecimento que tem na população paraguaia. É importante lembrar dos dados do Latinobarômetro (2018) analisados no capítulo anterior que mostraram a influência positiva que o governo Lugo teve nas atitudes políticas da população, especialmente aquelas relativas ao governo em si. Além disso, o discurso de busca constante pelo consenso que Lugo conseguiu incorporar no interior da FG é um elemento que tenta fortalecer o líder caudilho, pois ele aparece como a liderança forte e carismática que consegue assegurar a realização das decisões consensuais. O desafio para a atuação do caudilho é a permanência de sua apreciação como o fomentador do consenso e que esse consenso consiga acolher em seu discurso as demandas da população, que assim vai manter a sua subordinação ao líder caudilho.

E quanto à terceira mudança na concepção do caudilhismo, considerando que os caudilhos não fundamentam mais o seu poder no vazio institucional, mas sim estão se utilizando da institucionalidade debilitada para construir e manter o seu poder (GOLDMAN e SALVATORE, 1998), a realidade paraguaia mostra como Lugo conseguiu se inserir na estrutura governamental do modelo de dominação e vem aumentando a sua capacidade de atuação no seu interior, utilizando-se do projeto da FG para isso.

Se for comparada a aceitação e atuação na estrutura governamental do modelo de dominação com o aporte gramsciano, o projeto da FG até agora não tem realmente proposto e agido para promover mudanças no modelo de dominação e na estrutura econômico-social, especialmente devido à condução caudilha de Lugo. As lideranças da FG aceitam a participação no interior do modelo de dominação como uma forma de poder levar as demandas dos grupos sociais que representam para a estrutura governamental do modelo de dominação, mas como a imagem pública da FG está muito centrada na figura política de Fernando Lugo, a lealdade desses grupos sociais acaba sendo transferida para a liderança caudilha e não tanto para o projeto partidário, pois o segundo acaba sendo identificado como o primeiro, Lugo é o projeto.

De tal modo, é possível caracterizar o projeto da FG – até agora – com uma identidade de caudilhismo modernizador, onde o principal objetivo é a alteração do grupo que conduz o bloco histórico e não a mudança do próprio bloco histórico. O que se busca é uma adaptação do modelo de dominação para a inclusão de pautas que o tornem mais democrático e participativo, com uma articulação entre a sociedade política e a sociedade civil que aumente a preocupação estatal com a promoção de alguma forma de justiça social que reduza a hierarquização social, e que consiga estabelecer e garantir a universalização dos direitos cidadãos de acesso aos bens públicos. Essa mudança busca transformar o caráter tradicional e conservador da política paraguaia por um modelo moderno que possa articular os movimentos mais gerais que ocorrem no nível internacional com as características autóctones, para que consiga ser representativo para a população local e assim tenha a sua lealdade.

O grande problema que surge dessa busca pela substituição do grupo que conduz o bloco histórico, paralelamente ao projeto caudilho de Lugo, reside na formação de novas lideranças que consigam ser representativas do projeto e se insiram na estrutura governamental do modelo de dominação, e que sejam aceitas por Lugo como sucessoras. As novas lideranças devem ser formadas com uma identificação ao projeto mínimo, mas quanto mais lideranças vão surgindo, mais demandas novas vão sendo trazidas por elas, dificultando a manutenção do consenso no interior da concertação, no caso de não se investir na construção de uma nova institucionalidade partidária que possa mediar esses interesses divergentes.

Ao ser retomada a análise dos resultados eleitorais observa-se que a FG sempre dependeu de suas lideranças históricas para manter e ampliar a sua capacidade de atuação no interior do modelo de dominação. O problema central reside em sua capacidade de atuação no nível regional e local, para além das lideranças nacionais. Nestes espaços a FG não consegue demonstrar a mesma capacidade de apresentar lideranças que tenham bons resultados eleitorais. Vale lembrar o que os senadores Martínez e Richer apontaram em suas entrevistas para a dificuldade da FG continuar atuando depois que as lideranças atuais afastarem-se da política paraguaia, afirmando que a maioria dos partidos que compõem a FG reproduzem o padrão das demais terceiras forças da democratização e possuem apenas uma ou duas lideranças de destaque nacional, que permitem a viabilidade eleitoral momentânea do projeto que encampam. Neste sentido, a FG corre o mesmo risco que as demais terceiras forças passaram até agora e sem a liderança de Lugo o projeto da FG pode perder a sua viabilidade eleitoral, especialmente pela debilidade de sua estrutura interna. Essa dualidade entre a liderança personalista e o projeto

político-ideológico progressista mostrou-se o principal dilema que a FG terá que solucionar no curto prazo, caso queira manter a capacidade de atuação no interior do modelo de dominação.

Outro problema vinculado com a necessidade de novas lideranças refere-se à burocracia para gerir a estrutura governamental. Se for lembrada a atuação da esquerda quando compôs o governo aliancista de 2008-2012, uma grande dificuldade era encontrar funcionários burocráticos e gestores que estivessem vinculados com o projeto da esquerda paraguaia, pois até então nunca tinham participado do governo nacional e as experiências locais foram efêmeras. O governo teve que buscar em seus aliados da política tradicional o corpo burocrático necessário para gerir o Estado, reduzindo a capacidade de barganha e inserção das pautas de esquerda pois deveriam levar em conta os interesses dos representantes da política tradicional.

Os documentos partidários corroboram os apontamentos feitos até aqui, mencionam o surgimento de novas lideranças, mencionam os programas internos para a formação de jovens líderes, mencionam a atuação de lideranças sindicais e de movimentos sociais nas mobilizações em prol de suas demandas, mas acabam focando suas menções na atuação das principais lideranças existentes na FG, os seus senadores e o parlamentar do MERCOSUL.

Embora o senador Pereira também considere que estejam surgindo novas lideranças comprometidas com o projeto da FG, principalmente as lideranças formadas pelo PPT, há um sentimento geral na FG de que são necessárias novas lideranças, sobretudo pela dependência eleitoral de Lugo. Ou seja, todos os entrevistados reconhecem que Lugo desempenha um papel eleitoral fundamental para a FG, a maioria reconhece que não se pode ficar dependente da capacidade eleitoral de Lugo, o que já demonstrou ser um empecilho para a ampliação da representação da FG fora do Senado, nas demais instituições que compõem a estrutura governamental do modelo de dominação.

Considerando o mapeamento ideológico da FG, em conjunto com as análises prévias do estudo de caso paraguaio, da atuação da esquerda paraguaia e dos resultados eleitorais da esquerda, é possível apontar as linhas gerais da proposta e das possibilidades de atuação futura da FG. Todas as lideranças e os documentos partidários criticam o atual modelo de dominação e a estrutura econômico-social, concordam que o Estado deve se articular com a sociedade civil e com setores estratégicos para promover uma mudança político-econômica no Paraguai liderada por um projeto dos setores de esquerda, progressistas.

O ponto comum na FG é considerar que a atual situação política, econômica e social do Paraguai é insustentável e é necessária uma mudança do grupo dirigente do Estado que promova políticas públicas articuladas com todos os setores da sociedade, provendo mais justiça social e universalizando direitos que aumentem a confiança da população nos mecanismos democráticos. Este seria um modo de transformar o modelo tradicional e conservador de se fazer política, necessitando e promovendo a alteração dos posicionamentos da população em relação à estrutura governamental do modelo de dominação, gerando maior confiança para que possa se manter estavelmente e responder as demandas da população.

Isto posto, o que a FG busca é uma mudança no modelo de dominação desde dentro, aceitando a sua estrutura mas buscando acessar os espaços de poder que lhe permitam promover as mudanças almejadas. As lideranças reconhecem que a realidade paraguaia dificulta a busca pela mudança do modelo de dominação, mas a população possui um espaço em seu comportamento político para uma estrutura governamental que promova maior justiça e reduza a hierarquização da sociedade. Contudo, essa mesma população possui uma cultura política permeada pelo conservadorismo e com um espaço considerável para as soluções não democráticas, desde que resolvam seus problemas mais imediatos.

Para alcançar o seu projeto, a FG deve investir no aprofundamento da construção democrática das instituições paraguaias, fortalecendo a sua capacidade de atuação e provendo mais recursos para conseguir atender as demandas historicamente renegadas pela estrutura governamental. O elemento problemático é a relação com a política tradicional, conseguir fazer o Estado paraguaio ser mais democrático tendo que competir com duas estruturas partidárias arraigadas no imaginário coletivo e que vem mantendo a sua dominação com base em um modelo de clientelismo competitivo (como apontado por SETRINI, 2011). Com isso, ao investir na busca pelo acesso aos cargos eletivos da democracia paraguaia para poder instalar seu projeto de mudança política, a FG deve competir com os partidos tradicionais que até hoje têm habilmente conseguido manter sua dominação e preponderância tanto em regimes democráticos quanto autoritários.

A dualidade interna da FG torna-se um desafio adicional e pode até ser considerado o seu principal desafio: liderança personalista ou projeto político-ideológico, em qual dessas possibilidades fundamentar a atuação política? Ambas possibilidades possuem uma capacidade eleitoral, ambas podem fundamentar uma mudança no modelo de dominação e na estrutura econômico-social, mas enquanto a liderança personalista resolve a situação em um curto prazo,

apenas o projeto político-ideológico consegue manter a mudança em um prazo maior, mais estavelmente. Essas considerações surgem do modelo teórico-conceitual apresentado no primeiro capítulo, com os aportes gramsciano, weberiano e do novo caudilhismo, permitindo posicionar essa questão como a que necessita de uma definitiva resolução pela FG para que seu projeto não seja apenas eleitoral, mas sim mais amplo e consiga manter-se ao longo do tempo.

Como visto nos resultados eleitorais e nas análises de conteúdo e discurso, as lideranças têm sido fundamentais para manter a viabilidade eleitoral do projeto da FG, permitindo o seu posicionamento como terceira força política paraguaia, mas a dificuldade para aprofundar o processo de institucionalização partidária, com um projeto político-ideológico que pautar a sua atuação e as alianças eleitorais que faça para conseguir acessar os cargos da estrutura governamental do modelo de dominação, estes elementos são os que aprofundam a dependência da FG de suas lideranças e obstaculizam a expansão do projeto em si, pois o projeto é encarnado e identificado com as lideranças, especialmente a liderança personalista de Fernando Lugo, o caudilho modernizador do projeto da esquerda paraguaia.

Ao retomarem-se os apontamentos gramscianos, em conjunto com o modelo do círculo vicioso da precarização democrática, percebe-se que o projeto de atuação da FG centra-se em interesses econômico-corporativos relativos à sua base de apoio, contando com a importância eleitoral que a liderança possui, mas isso acaba debilitando o projeto quando se depara com a estrutura debilitada do regime democrático e a força que a política tradicional possui, o que pode derivar no que Gramsci (1999) apreciou como a mumificação do projeto político-ideológico. No caso paraguaio isso seria representado pela adaptação dos partidos tradicionais com a incorporação das demandas e interesses representados pelo projeto alternativo no seu interior, permitindo assim a sua permanência na posição de comando da estrutura governamental do modelo de dominação, pois conseguem manter estavelmente o modelo de dominação (BOURSCHEID, 2016b).

Como a cultura política paraguaia historicamente foi marcada pelo conservadorismo (GOIRIS, 2004), autoritarismo (ALCALÁ, 2007; DONGHI, 1975; GOIRIS, 2004), personalismo na condução política (BOURSCHEID, 2016a e PANGRAZIO, 2008) e desconfiança institucional (ABENTE, 2012 e DUARTE, 2015), o projeto da FG insere-se definitivamente nessa realidade e mantém as linhas gerais do desenvolvimento do bloco histórico paraguaio, dificultando o cenário para conseguir atingir o objetivo de constituir-se no grupo dirigente do bloco histórico. Para conseguir isso a FG deveria ser observada pela

oligarquia paraguaia como um grupo que manteria a sua extração de recursos, embora aumentado a contribuição da oligarquia para financiar o Estado redistributivo, que por sua vez permitiria a maior capacidade de respostas às demandas das massas e, por consequência, mantendo a sua confiança na condução do bloco histórico, não buscando a sua alteração.

E se a história política paraguaia recente ensinou algo para as lideranças da FG é que a aliança com os setores dominantes do bloco histórico não pode basear-se apenas em critérios eleitorais, deve levar em conta um projeto político-ideológico mínimo que pautas as ações da estrutura governamental do modelo de dominação, evitando a precarização institucional para responder demandas imediatas que não consegue atender. A capacidade de adaptação da política tradicional demonstrou ser um grande adversário para o projeto da FG, isso enquanto o projeto for superficial para permitir sua identificação com a liderança personalista.

CONCLUSÕES

Nas últimas décadas a realidade paraguaia tem passado por transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que pressionam a estrutura governamental do modelo de dominação por adaptações para conseguir manter o bloco histórico hegemônico. Como historicamente a política tradicional (comandada por colorados e em menor medida liberais) logrou superar as pressões conjunturais para manter a estrutura do bloco hegemônico, o surgimento de novas forças políticas que se posicionem como alternativa à política tradicional acarreta o debate sobre sua capacidade de poder alterar o padrão tradicional de dominação.

Neste contexto a FG surgiu como uma terceira força política vinculada às pautas dos setores marginalizados pela política tradicional durante a democratização, com uma identidade política ligada aos grupos de esquerda e centro-esquerda (o chamado “progressismo”), logrando inserir-se na estrutura governamental do modelo de dominação com a eleição de representantes para os cargos públicos e ser a primeira força política de esquerda a manter-se como a terceira força por mais de um período de gestão desde o início da democratização.

Contudo, a análise das três esferas centrais para compreender a realidade paraguaia (estrutura econômico-social, modelo de dominação e cultura política), com o auxílio do aporte teórico-conceitual estabelecido no primeiro capítulo que levou ao círculo vicioso da precarização democrática, estes foram elementos que apontaram para os desafios que a FG tem para manter sua presença na política paraguaia e avançar na busca por uma transformação no modelo de dominação. Essa busca por transformação no modelo de dominação não representa um requisito teórico ou empírico para explicar o caso paraguaio, mas sim um requisito para explicar a atuação da FG, haja visto que seu projeto político-ideológico e suas lideranças posicionam tal transformação como um objetivo a longo prazo, embora ainda não existam as condições para avançar nesse caminho.

A participação na estrutura governamental do modelo de dominação traz consigo o dilema para a atuação da FG: seguir dependendo de suas lideranças para conseguir manter e ampliar a sua representação no regime democrático paraguaio, ou passar a apostar no projeto político-ideológico progressista e aprofundar a institucionalização partidária, visando uma superação da política tradicional paraguaia.

A ascensão da proposta progressista na política paraguaia ocorreu paralelamente à primeira alternância política desde o início da democratização, com a eleição de Fernando Lugo

para a presidência em 2008. De tal modo, o êxito eleitoral da FG passou a ficar condicionado à figura política de liderança representada por Fernando Lugo, que após a sua deposição da presidência em 2012 tornou-se a principal figura de contestação na política paraguaia. A problemática para avaliar as possibilidades futuras de atuação da esquerda paraguaia reside na sobreposição da liderança personalista de Lugo ao projeto político-ideológico da FG.

Para avaliar em que medida o objetivo geral foi cumprido e se a hipótese conseguiu ou não responder ao problema de pesquisa, inicia-se examinando em que medida os objetivos específicos foram cumpridos e como a atuação da FG relaciona-se com os indicadores para a política tradicional e a alternativa política, para assim chegar à resposta do problema de pesquisa sobre a relação da FG com a estrutura governamental do modelo de dominação.

Iniciando com o exame do discurso da FG na política paraguaia, a FG posiciona-se como uma alternativa à política tradicional, contudo, reconhecendo que as possibilidades de alcançar uma mudança do modelo de dominação são restritas, aceitando ser possível transformar as linhas gerais do modelo político predominante desde dentro. As entrevistas com as lideranças e os documentos partidários apontam para a identificação da FG com o projeto do “socialismo paraguaio”, um modelo que tenha em conta as particularidades da população e da política paraguaia, reconhecendo que para conseguir instituir esse projeto será necessário realizar concessões aos grupos sociais atualmente dominantes, investindo em alianças conjunturais que permitam acessar os cargos mais importantes da estrutura governamental do modelo de dominação. Mas essas alianças com os grupos dominantes não podem, por um lado, pautar-se apenas pelo objetivo eleitoral – como ocorreu em 2008, e resultou na dificuldade para governar e na posterior deposição presidencial – e levar em consideração pautas de um projeto mínimo que sejam irrenunciáveis pela FG e, por outro lado, não podem afastar-se das massas, suas demandas e sua organização, como ocorreu ao longo do governo de 2008-2012, sendo necessário estabelecer um processo de articulação entre a sociedade política e a sociedade civil.

Em um sentido similar, a análise de Gramsci sobre a política de alianças como modo de expandir e universalizar o projeto do grupo social dominante considera ser essencial o consenso dos dominados sobre o projeto, de modo que os dominados passam a aceitar o projeto do grupo dominante como sendo o seu. As alianças conjunturais visando acessar os cargos representativos não conseguem expandir o projeto político-ideológico, focando mais no aumento da importância das lideranças políticas. Ademais, como apontado por Espínola (2009), Linz e Valenzuela (1998), O'Donnell (2011), Pérez-Liñán (2009) e Yore (2002), o

presidencialismo com as coalizões parlamentares tem demonstrado suas limitações para manter relações estáveis entre os poderes, fomentando a instabilidade das recentes democracias latino-americanas. A inserção da FG neste cenário, focando mais nas conjunturas eleitorais do que no projeto político-ideológico, pode resultar em uma limitação para a atuação da FG e a inserção de suas pautas na estrutura governamental do modelo de dominação. A política de alianças baseada em interesses econômico-corporativos conjunturais pode resultar na mumificação do partido, porque não consegue adaptar-se às realidades cambiantes que o pressionam (considerando o arcabouço gramsciano sobre o partido político).

Isso leva à avaliação do segundo objetivo específico, a percepção que a população tem com relação à proposta da FG e como essa percepção insere-se na cultura política paraguaia. A partir dos dados aportados pelo Latinobarômetro (2018) foi possível ver que a eleição de Lugo em 2008 e a confiança depositada na mudança constituída pelo início do governo representaram uma mudança nos indicadores examinados, mas essa mudança foi maior naqueles indicadores relativos ao governo em si do que nos indicadores relativos ao regime político. Além disso, foi observado que no geral os indicadores foram decrescendo ao longo do governo, quando a população começou a notar a dificuldade governamental para responder as demandas das massas e sua dificuldade para negociar ante os privilégios das elites, que seguiam esperando a permanência da preponderância de seus interesses na atuação governamental (como no modelo de MENDONÇA, 2007). Permanece a atitude crítica da população sobre a estrutura governamental do modelo de dominação, considerando que ela atua em prol dos interesses de poucos e não da população como um todo.

Tendo em conta o modelo circular do sistema político de Easton (1965), como os *outputs* do sistema aos *inputs* dos grupos sociais que apoiaram a candidatura de Lugo eram insuficientes, tais grupos deixaram paulatinamente de reforçar sua confiança no sistema e em seus representantes, conformando um desafio para o interior do sistema político pois fragiliza seu suporte cidadão e legitima as pressões da oposição por uma adaptação do sistema, com a substituição do grupo dirigente. São apontamentos que se encaminham na mesma direção da base teórica construída a partir da avaliação do desempenho governamental de Putnam (1996), com a desconfiança de parcela da população quando suas demandas sociais não resultam na adoção de políticas públicas por parte de seu governo. Os resultados obtidos a partir do Latinobarômetro (2018) validaram os esquemas teórico-conceituais e auxiliaram a compreender as variações de comportamentos da população paraguaia durante o governo Lugo.

Estes são elementos que apontam para a continuidade dos traços característicos da cultura política paraguaia, conservadora (GOIRIS, 2004), com um espaço considerável para o persistente autoritarismo – a solução imediata dos interesses econômico-corporativos, mesmo que isso represente uma supressão momentânea de direitos (ALCALÁ, 2007; DONGHI, 1975; GOIRIS, 2004) –, a busca pelas lideranças fortes que consigam conduzir um projeto mais amplo (a persistência do caudilhismo, em sua nova configuração teórico-conceitual de GOLDMAN e SALVATORE, 1998), resultando em uma desconfiança institucional que se mantém mesmo com as adaptações do modelo de dominação (ABENTE, 2012; BOURSCHEID e GONZÁLEZ, 2019; DUARTE, 2015). São características que marcam uma dificuldade para estabilizar os governos, especialmente sob o regime democrático, pois a população demanda respostas rápidas aos seus problemas históricos, ao mesmo tempo que não confiam na capacidade das instituições governamentais responderem aos interesses e demandas da população.

Há uma dificuldade para legitimar a ordem estabelecida, no sentido de Weber, uma dificuldade para manter o consenso dos dominados e sua submissão à ordem, no sentido de Gramsci. A ordem é vista como legítima no interior da estrutura governamental, de modo que as lideranças aceitam e se sujeitam às regras do jogo – mesmo quando tais regras são violadas temporariamente, como na precarização institucional (PIETSCH, MILLER e KARP, 2015) – mas a população que é governada por essa estrutura governamental tem uma dificuldade para aceitar a legitimação da ordem, mantendo o espaço para as soluções não democráticas momentâneas.

Ou seja, a população paraguaia recebeu bem a alternância de Lugo em 2008, confiando que agora a estrutura governamental do modelo de dominação iria atuar em prol de toda a população e não mais apenas das elites, com 43% dos entrevistados apontando nesta direção, muito acima da média na série histórica de 16,62% (LATINOBARÔMETRO, 2018). Porém, na medida que o governo mantinha o imobilismo diante dos conflitos de interesse e continuava buscando estabelecer soluções consensuais, a população foi retirando a confiança no governo e em Lugo. A influência que o governo Lugo teve foi conjuntural, embora sua deposição através de mecanismos de precarização institucional também tenha influenciado nas percepções da população (DUARTE, 2015; PIETSCH, MILLER e KARP, 2015), retomando a profunda desconfiança institucional e novamente abrindo um espaço considerável para as soluções não democráticas (BOURSCHEID e GONZÁLEZ, 2019). Isto corrobora os apontamentos sobre a dificuldade para legitimar a ordem estabelecida, tal qual efetuado a partir das concepções teóricas de Weber e Gramsci.

No concernente à participação eleitoral da FG, a análise dos resultados eleitorais a posicionou como a terceira força política paraguaia, sendo a primeira terceira força dos setores mais vinculados com a esquerda e uma terceira força que conseguiu manter-se nessa posição por mais de um mandato. Essas duas questões representadas pela atuação da FG na estrutura governamental do modelo de dominação a posicionam como uma força política inovadora ante a política tradicional.

A compilação e análise dos resultados eleitorais permitiu observar o crescimento das votações da FG para o Senado nas três eleições, enquanto os demais cargos das eleições nacionais oscilaram, com um aumento em 2013 seguido por uma redução em 2018. Esse crescimento contínuo das votações no Senado foi seguido por uma melhor distribuição das votações, sendo que a FG conseguiu resultados relevantes na maioria dos departamentos, posicionando-se como terceira força nas votações da maioria dos departamentos, e inclusive conseguindo se posicionar como segunda força em outros. Essa distribuição dos resultados pelos departamentos não foi visualizada na mesma medida nos demais cargos, apontando para a maior penetração nacional da figura de Lugo em comparação com os demais representantes e a própria estrutura partidária.

Portanto, os mesmos resultados eleitorais permitiram visualizar e apontar as dificuldades e debilidades da FG, para além do posicionamento da FG como terceira força política paraguaia. Primeiramente a sua dependência das lideranças, principalmente de Fernando Lugo que se tornou a imagem pública da FG, o que pôde ser visto na apresentação da atuação da FG (durante o capítulo 3) quando foram examinadas as campanhas eleitorais (especialmente a de 2018), e foi observado que as campanhas centram-se nas lideranças candidatas ao Senado e Fernando Lugo é posicionado como a grande figura pública da campanha da FG. Votar por Lugo é votar pelo projeto da FG, pelo retorno das políticas públicas ensaiadas no governo de 2008-2012, votar por Lugo é votar pela “equipe do povo”, o grupo político que está realmente preocupado com os direitos da população negados pelos governos clientelistas dos partidos tradicionais. Comparando a estratégia de campanha com o tipo ideal do domínio carismático de Weber (1982), Lugo encarna o projeto de defesa dos direitos cidadãos, posicionando Lugo como a liderança que pode realizar o projeto reconhecido como uma necessidade da população, ele é o líder que pode cumprir a missão de tornar o Estado paraguaio em um promotor e realizador dos direitos da população.

Essa centralização da campanha na figura de Lugo levou ao aumento das votações da FG para o Senado (131,15% entre 2008 e 2018), por um lado, mas à oscilação dos resultados nos demais cargos em disputa nas eleições, por outro lado. Embora a FG seja a terceira força no Senado (com 11,83% dos votos válidos e 6 senadores eleitos em 2018), no Parlamento do MERCOSUL (com 4,66% dos votos válidos e 1 parlamentar eleito), nas Juntas Departamentais (em nível agregado, com 2,65% dos votos válidos na lista própria e 12 membros eleitos em 2018) e nas Juntas Municipais (em nível agregado, com 4,79% dos votos válidos em 2015 e 167 membros eleitos), a FG não possui atualmente nenhum Deputado (com 1,8% dos votos válidos em 2018), nenhum Governador (com 0,23% dos votos válidos em 2018) e apenas 4 Intendentes (com 2,65% dos votos válidos em 2015).

Ou seja, os resultados expressivos das votações para o Senado não conseguem ser transferidos para os demais cargos, e a representação da FG ainda está muito distante dos dois partidos tradicionais. Esses resultados foram consequência das estratégias eleitorais adotadas pela esquerda paraguaia desde 2008: utilizou-se primeiro da aliança com os liberais e outros setores da política tradicional para eleger Lugo à presidência, mas com listas separadas nos demais cargos, não conseguindo posicionar-se como terceira força e tendo uma grande dificuldade para governar; a partir de 2010 atuando com a estrutura institucional da FG (uma concertação, ainda incipiente) e buscando lançar candidaturas para todos os cargos, visando dar maior visibilidade ao projeto da FG e conseguindo posicionar-se como terceira força em 2013; e usando uma estratégia mista em 2018, com o retorno da aliança com os liberais para a presidência e alguns cargos regionais, não conseguindo acessar o executivo nacional, mas ampliando a sua representação regional e focando sua campanha na eleição para o Senado (centrada em Fernando Lugo) que resultou no aumento de sua representação nesse espaço.

Além disso, outro elemento importante que surgiu da análise dos resultados eleitorais refere-se à distribuição territorial dos votos, apontando para uma dificuldade da FG inserir-se nos principais centros urbanos e ainda atrelando-se muito às regiões agrárias, especialmente por sua vinculação com os camponeses. Para a FG conseguir ampliar ainda mais seu espaço de atuação na política paraguaia, deve aproximar-se mais das demandas e interesses dos grupos sociais urbanos, pois a dinâmica de êxodo rural e concentração populacional em centros urbanos precarizados abre espaço para que as pautas mínimas de seu projeto possam ter um novo âmbito de aplicação, para além das históricas reivindicações camponesas. Vale lembrar que o setor camponês foi o mais dinâmico na mobilização social desde o início da democratização, e

exatamente por esse motivo algumas das principais lideranças do campo “progressista” surgiram da mobilização camponesa.

As mudanças das últimas décadas na estrutura econômico-social paraguaia, passando por um processo de modernização tardia e incompleta, no sentido da teoria da modernização de Bendix (1996) e Inglehart e Welzel (2009), inseriu definitivamente o Paraguai nas dinâmicas do capitalismo globalizado de modo dependente. Enquanto a FG segue vinculando-se com as demandas históricas, a estrutura econômico-social paraguaia está abrindo espaço para que seu projeto político-ideológico incorpore novas demandas e grupos sociais, para fornecer respostas às demandas das massas urbanas enfrentadas com os dilemas do capitalismo globalizado.

A modernização e sua pressão para a adaptação dos projetos político-ideológicos relaciona-se com outras perspectivas teóricas adotadas, cuja apreciação permite apontar para as limitações e necessidades de transformação da relação da FG com as demandas da estrutura econômico-social. O aporte de Weber sobre os desafios para a legitimação e naturalização da ordem e da autoridade sob o capitalismo, com seu dinamismo característico, possibilita considerar que as transformações que vêm ocorrendo na estrutura econômico-social pressionam os atores políticos por novas respostas. Esse elemento cria um novo espaço de atuação política que a FG busca ocupar, mas que tem uma dificuldade para conciliar com a permanência das pautas históricas camponesas como um elemento central do discurso e da atuação da FG. Como a inserção paraguaia dependente no capitalismo internacional tem fomentado o êxodo rural, com uma diminuição crescente da população rural em relação à urbana (como apontam os dados e as projeções da DGEEC, 2015) e, por outro lado, a informalidade e a urbanização precária estão colocando uma parcela importante da população paraguaia em condições de vida precárias, a FG deve enfrentar a adaptação de seu projeto político-ideológico para fornecer mais respostas às demandas das massas urbanas precarizadas.

Em suma, eleitoralmente a FG conseguiu avançar em alguns espaços para manter-se como terceira força política nacional, mas ainda não pôde ampliar essa representação para toda a estrutura governamental do modelo de dominação, ainda estando muito centrada em seu papel desempenhado no Senado (o maior espaço logrado pela FG). Esse foi um primeiro indicativo da dificuldade que o projeto político-ideológico tem para estabelecer-se como elemento norteador da atuação da FG, posicionando-se como mais relevante do que suas lideranças, e apontando também para a dependência de suas principais figuras políticas (Fernando Lugo, Carlos Filizzola, Esperanza Martínez, Hugo Richer, Sixto Pereira e Ricardo Canese como as

mais relevantes até agora), o que dificulta o surgimento de novas lideranças que consigam aumentar a visibilidade da FG na política paraguaia.

Para atingir bons resultados eleitorais e ampliar sua participação na estrutura governamental do modelo de dominação, levando em conta a realidade de necessidades imediatas e desconfiança institucional do círculo vicioso da precarização democrática, um outro objetivo importante de se avaliar para entender o posicionamento da FG refere-se às pautas centrais do projeto político-ideológico da FG, o que aportou uma análise mais detalhada das dificuldades internas da FG para estabelecer a sua estrutura partidária e o seu projeto mais amplo que pautar a sua atuação em um prazo mais longo, não apenas nas eleições.

A análise de conteúdo e de discurso das entrevistas com as lideranças e os documentos partidários possibilitou estabelecer o projeto mínimo da FG, ao mesmo tempo que apontou para as dificuldades de se avançar em um projeto político-ideológico mais amplo. O projeto mínimo da FG é a busca pelo fortalecimento das instituições democráticas, com maior participação cidadã e uma articulação entre o Estado e a sociedade civil, atuando na promoção de direitos cidadãos de acesso aos bens públicos e fomentando a redução das desigualdades com uma perspectiva de justiça social. Todos os elementos de análise apontam para esse projeto mínimo, embora diferenciem-se por focar mais em algum dos sentidos que o projeto tem. Assim, devido aos vários interesses e demandas que são apresentados aos representantes da sociedade política paraguaia, este projeto mínimo da FG é considerado como a plataforma de atuação com os pontos fundamentais que a FG não renuncia, mas a sua grande debilidade consiste na generalidade da proposta, não aportando uma discussão mais específica de como seria possível alcançar a viabilidade do projeto e abrindo espaço para adaptações de acordo com interesses imediatos.

Quando adentrou-se na análise mais específica das principais demandas e interesses da estrutura econômico-social que são acolhidos pelo projeto político-ideológico e pela atuação política da FG, foram encontradas algumas posições divergentes que apontaram para a debilidade do projeto mínimo. Existem lideranças que consideram ser necessário refortalecer a economia familiar camponesa (como os senadores Sixto Pereira e Hugo Richer), outros apontam para a industrialização como modelo para impulsionar a economia paraguaia (como o senador Carlos Filizzola e o parlamentar do MERCOSUL Ricardo Canese), e ainda há outros que consideram os setores tecnológicos e de serviços como a nova realidade da economia (como os senadores Esperanza Martínez e Fernando Lugo). Não há uma convergência quanto ao rumo

que o modelo econômico paraguaio deveria tomar, refletindo o próprio modelo apresentado pelos documentos partidários de um investimento em todos os setores, buscando uma diversificação produtiva e de serviços. Isso contrasta com a estrutura econômico-social paraguaia historicamente observada, especializada na produção primária (LAINO, 1979; MASI e BORDA, 2011; PASTORE, 2008), voltada para o mercado internacional em uma base dependente (como estabelecido a partir do aporte da teoria da dependência estruturalista), altamente concentrada e promotora dos interesses da oligarquia interna aliada do capitalismo internacional (a aliança conservadora do Paraguai) (BOZZOLASCO, 2009; ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010; MASI e BORDA, 2011).

De tal modo, a FG posiciona-se em oposição ao atual modelo econômico paraguaio, busca a sua alteração a partir da atuação estatal, busca diversificar a estrutura econômico-social e reduzir as suas desigualdades com o aumento do papel estatal na redistribuição dos recursos e necessitando aumentar a sua arrecadação ante os setores oligárquicos. Estes são pontos comuns no interior da FG: maior tributação aos setores oligárquicos, especialmente a agroexportação, a indústria do tabaco e os setores especulativos; aumento dos gastos públicos com os bens públicos básicos; reforma agrária, com aumento do investimento estatal na agricultura familiar camponesa; soberania energética que possibilite uma maior compensação econômica para a energia produzida bilateralmente, bem como ampliar a carga interna para o uso da energia na economia nacional.

A atuação política e parlamentar da FG permitiu ver que essas pautas foram as centrais e permitiram a caracterização da FG como um grupo político crítico do modelo agroexportador, defensor da economia camponesa, defensor da taxação à oligarquia para possibilitar aumentar os gastos públicos que fomentem a redução das desigualdades socioeconômicas. Esse afastamento da FG em relação aos grupos dominantes no bloco histórico paraguaio já demonstrou ser problemático à esquerda paraguaia durante o governo Lugo, fomentando o próprio processo de deposição. Isso ocorre devido a permanência de uma correlação de forças amplamente favorável aos grupos sociais dominantes, o que pôde ser observado nos dados econômicos analisados nos capítulos 1 e 2 quando apontou-se para o caráter concentrador e hierarquizado da estrutura econômico-social paraguaia.

Os indicadores quantitativos para os conceitos da estrutura econômico-social apontaram para a persistência do modelo (sugerida por MASI e BORDA, 2011). O Paraguai possui um modelo primário-exportador que concentra as exportações do país (81,7% do total exportado

em 2017 eram produtos primários segundo a Cepalstat), concentra a posse da terra (onde 1,6% das propriedades concentram 79% das terras segundo o censo agropecuário de 2008) e pressiona os pequenos produtores a se adequarem às suas exigências para viabilizar a sua sobrevivência econômica.

Como muitos não conseguem adaptar-se às exigências do modelo primário-exportador, acabam migrando para os principais centros urbanos, agudizando os problemas do êxodo rural e do trabalho informal e precário – sendo que em 2017 eram 53,4% dos trabalhadores no mercado informal segundo os dados da Cepalstat. Ademais, com a abertura da economia paraguaia ao capital internacional foi aprofundado um processo de estrangeirização, não apenas no campo, mas também da economia em geral. Em 2007 apenas 11 empresas estrangeiras foram responsáveis por quase metade das exportações paraguaias (45,56% segundo ROJAS, 2009), apontando para a forte influência estrangeira na estrutura econômico-social paraguaia e para a dificuldade do projeto da FG efetivar a retórica da soberania nacional diante da pressão dos interesses internacionais e sua aliança com grupos nacionais (a aliança conservadora).

Todos os indicadores quantitativos e qualitativos da estrutura econômico-social confirmaram os aportes teóricos que inserem a realidade paraguaia no contexto da realidade latino-americana pautada pela desigualdade (OCAMPO, 1998), chegando a ser considerada uma situação de excesso de desigualdade (HOFFMAN e CENTENO, 2006), um problema mais impactante do que a própria pobreza na região. A desigualdade não é apenas um desafio econômico para o Paraguai, é também um desafio para o seu sistema político, pois dificulta a aceitação da ordem democrática como legítima (na concepção weberiana), haja visto que parcela considerável da população associa os resultados do sistema político com os resultados econômicos no nível macro (nacional), mas especialmente no nível micro (pessoal ou familiar). Com a permanência, e por vezes o aprofundamento, das desigualdades e da concentração dos recursos, as bases da hierarquia social começam a associar a democracia com a insatisfação de suas demandas, abrindo espaço para relações clientelistas que consigam atender seus interesses econômico-corporativos (os mais imediatos).

Embora a FG esteja mais preocupada com as questões agrárias, isso não significa que não atue em prol dos interesses e demandas das massas urbanas, especialmente os grupos marginalizados que não observam a inserção de seus interesses no interior do sistema político (seguindo o conceito de marginalidade em GERMANI, 1980 e QUIJANO, 1971 apresentado no primeiro capítulo). Contudo, uma grande dificuldade da FG tem se mostrado ser a penetração

nas camadas urbanas, pois ainda está muito identificada com os movimentos camponeses, e a sua atuação política atrelada a essas pautas apenas aprofunda essa visão da opinião pública. É preciso também ter em conta a debilidade dos sindicatos paraguaios e o papel importante que desempenha a informalidade na força de trabalho, dificultando o estabelecimento de uma articulação para mobilizar estes setores e pressionar a estrutura governamental do modelo de dominação a mediar e acolher seus interesses (BOZZOLASCO, 2013).

Não está sendo apontado para uma mudança estrutural da estrutura econômico-social, com a ascensão de novos grupos sociais dominantes. O caráter dos apontamentos da FG relaciona-se mais com algumas adaptações conjunturais na estrutura econômico-social, retirando privilégios atuais e promovendo uma redistribuição de recursos, ficando mais restrito à promoção de interesses econômico-corporativos na perspectiva gramsciana. Seria uma forma de modernização da estrutura econômico-social adaptando-se às dinâmicas mais recentes, embora a identificação com os camponeses represente uma dificuldade neste sentido, por ainda enfocar em temas tradicionais da estrutura econômico-social.

Em suma, devido à diversidade de interesses presentes no interior da estrutura econômico-social, corroborando os apontamentos teóricos (especialmente os gramscianos), a FG não consegue apontar para um projeto de alteração estrutural e sua capacidade de articular uma aliança de setores afins ao seu projeto mínimo acaba sendo obstaculizada pela identificação com as temáticas agrárias, especialmente vinculadas com o setor camponês e enfrentando-se com os representantes do modelo primário-exportador, cujos interesses e recursos são fundamentais para o modelo de dominação tradicional.

Como a relação entre o Estado e a sociedade civil – em sua mobilização almejando a solução de demandas insatisfeitas – esteve marcada pelo círculo vicioso da instabilidade política (MENDONÇA, 2007), privilegiando a manutenção da ordem sobre a liberdade de mobilização social (seguindo a oposição feita no conceito de autoritarismo), e como segue havendo uma correlação de forças amplamente favorável aos setores oligárquicos, no sentido estabelecido por Gramsci, mesmo que a FG consiga retomar o executivo nacional seu desafio será manter a capacidade de extração de recursos da oligarquia (a segurança jurídica) ao mesmo tempo em que promova os interesses dos setores aliados, mitigando a possibilidade de conflitos e tensões sociais.

A oposição entre ordem e liberdades, recorrente na argumentação da coalizão conservadora paraguaia, foi confirmada pelos dados apresentados pelo Latinobarômetro (2018),

onde em média 63,75% dos entrevistados paraguaios afirmavam preferir a ordem sobre as liberdades. Esse maniqueísmo argumentativo, considerando que qualquer aumento da mobilização social representa um avanço rumo à anarquização da sociedade, age sobre o conformismo da população e na aceitação da repressão. Se forem apreciados os aportes de Weber e Gramsci, a coerção pode ser utilizada sempre e quando for aceita como ferramenta legítima de exercício de poder. Dentro da argumentação conservadora paraguaia essa mitigação da mobilização social confirma a permanência do autoritarismo na cultura política, aceitando a submissão das liberdades à manutenção da ordem como uma forma de impedir a eclosão de conflitos e tensões sociais que levem à desestabilização da sociedade em geral.

Com relação à avaliação feita pela FG sobre a institucionalidade do modelo de dominação, a FG critica a permanência da dominação tradicional e busca aprofundar os mecanismos democráticos para conseguir inserir as suas pautas no interior do modelo de dominação. A FG reconhece que o atual estado da estrutura governamental do modelo de dominação existe para promover os interesses das elites, afastando-se das massas e aprofundando a desconfiança que a população tem em relação a ela. No entanto, considera ser possível alterar o modelo de dominação pelo seu interior, transformando-o para um caráter verdadeiramente democrático que possibilite a realização de seu projeto mínimo, promovendo não apenas uma democracia formal, mas aprofundando a democracia participativa (aumentando a capacidade de agência dos cidadãos, na perspectiva de O'DONNELL, 2011).

Paralelamente, a FG aprecia os avanços que essa institucionalidade representa em relação à tradição autoritária do Paraguai, necessitando investir mais em sua democratização para além dos partidos tradicionais. De tal modo, a posição da FG é de aceitação da institucionalidade e participação no seu interior, para assim conseguir adaptá-la para acolher os seus interesses e o seu projeto, a FG investe na aposta institucionalizada para a realização de seu projeto, como no aporte de O'Donnell (2011). A participação eleitoral da FG mostra um certo grau de conformidade com o espaço de poder conquistado, almejando a sua ampliação, mas ainda não há uma proposta consistente que vise a participação para lograr mudar o modelo de dominação, de modo que essa atuação resulta em uma aceitação da ordem estabelecida como legítima, no sentido weberiano.

As lideranças da FG reconhecem a dificuldade para mudar o modelo de dominação conseguindo estabelecer um Estado socialista, devido ao conservadorismo da cultura política e a força que a política tradicional ainda possui no interior do modelo de dominação – todos os

entrevistados mencionaram esses dois obstáculos para a implantação do socialismo paraguaio. Contudo, apontam que a única forma para poder tornar o modelo mais democrático e menos desigual é através da participação no interior do modelo. O investimento feito pela FG é na participação eleitoral e não em uma luta revolucionária para transformar o modelo de dominação. A atuação relaciona-se com adaptações conjunturais pautadas por interesses econômico-corporativos e não está relacionada com transformações orgânicas, como pode ser afirmado a partir do aporte de Gramsci.

Essa opção da FG também se relaciona com o papel desempenhado por suas lideranças políticas que têm conseguido manter seu espaço de poder na estrutura governamental do modelo de dominação, e têm conseguido representar os grupos sociais aliados legislando e atuando na defesa de seus interesses e demandas. Considerando o aporte teórico gramsciano seria uma forma de aceitação e conformação com o modelo de dominação para promover interesses econômico-corporativos e lideranças políticas, sem a mesma preocupação com um projeto político-ideológico, com o partido político. É o reconhecimento das dificuldades para atuar em um modelo de dominação conservador com uma grande capacidade de adaptação, mas que tem permitido haver um espaço para os grupos contestatórios e alternativos, desde que não atuem para desestabilizar o modelo.

Isso leva à avaliação do último objetivo específico, relacionado com as relações políticas no interior da FG que a estruturam e dão coesão interna, apontando para o elemento central que gera a coesão interna e onde o personalismo de suas lideranças políticas, especialmente o caudilhismo personalista de Lugo levou à conformação da principal dualidade da FG: a dependência das lideranças em face da superficialidade do projeto político-ideológico, o que tem possibilitado ampliar a participação na política paraguaia, mas dificulta apontar para uma capacidade de atuação que supere a atuação das lideranças, restringe as possibilidades no longo prazo. São dois elementos que foram analisados na relação entre liderança e projeto político-ideológico, o que gera a coesão interna da FG e o que motiva a atuação da FG na política paraguaia.

Inegavelmente Fernando Lugo é o principal nome da esquerda paraguaia, e todas as lideranças da FG reconhecem essa proeminência de sua figura no eleitorado paraguaio. Como a atuação da FG tem sido mais preocupada com sua capacidade de atuação na estrutura governamental do modelo de dominação, a figura política torna-se mais importante do que o projeto político-ideológico. Utilizando o aporte do caudilhismo latino-americano em Goldman

e Salvatore (1998) foi possível avaliar a atuação de Fernando Lugo como um caudilho na política paraguaia, apresentando-se como o homem forte que representa um projeto de mudança política. A própria atuação de Lugo levou a essa caracterização, sem a ascensão de novas lideranças que tenham capacidade de substituir Lugo na condução do projeto, sendo observado tal fenômeno por exemplo na campanha para as eleições de 2018 quando houve a impossibilidade de alterar a Constituição para que a candidatura de Lugo fosse aceita. Quando isso ocorreu não havia nenhuma outra liderança política na FG com a capacidade de encabeçar uma chapa presidencial e vencer as eleições, resultando na aliança com os liberais – que mesmo assim não conseguiu resultar em uma vitória ante a ANR.

A apreciação que as lideranças partidárias fizeram sobre a figura política de Lugo complementa esses apontamentos, permitindo afirmar que a liderança de Lugo traz tanto o benefício eleitoral quanto a debilidade interna do projeto. Todos reconhecem que Lugo tem um papel central para o êxito eleitoral da FG, consegue ser reconhecido como um líder carismático que promove um projeto de defesa dos interesses dos setores marginalizados (em um sentido weberiano, ele encarna o projeto que encampa e é reconhecido como representante de tal missão política), e os resultados eleitorais apontaram para essa importância de Lugo em relação às demais lideranças. Não obstante, enquanto algumas lideranças consideram que a permanência de uma centralidade da figura de Lugo como base para o projeto eleitoral da FG pode ampliar a participação da FG na política paraguaia (inclusive o próprio Lugo menciona isso, mas principalmente o senador Carlos Filizzola faz essa defesa da figura de Lugo), outras lideranças afirmam que sem o desenvolvimento institucional da estrutura partidária e o aprofundamento do projeto político-ideológico, a capacidade de permanência da FG na política nacional ficará dificultada (especialmente a senadora Esperanza Martínez, a principal crítica da figura de Lugo).

A história política paraguaia, especialmente desde a democratização iniciada em 1989, demonstra que esse desafio para a FG demanda uma solução em um prazo não muito longo. As terceiras forças até agora foram dependentes de figuras de liderança e foram sendo alternadas ao longo da democratização. Sendo a primeira vez que a terceira força tem uma vinculação direta com a esquerda paraguaia, a FG tem a chance de investir mais na promoção do projeto político-ideológico para ter visibilidade política do que o enfoque nas lideranças, todavia, a atuação demonstrou a permanência do modelo centrado nas lideranças. De tal modo, a importância política da FG dependeu até agora de suas lideranças políticas e se não for

promovida a alteração na estrutura partidária e no projeto político-ideológico a capacidade de permanência é restrita à permanência da aceitação eleitoral de suas figuras de liderança.

Do ponto de vista interno, a liderança política de Fernando Lugo também exerce uma pressão. Lugo atua buscando o consenso interno e a FG tem permanecido com o modelo da concertação política, ainda não investindo decisivamente na transformação da estrutura partidária para permitir a continuidade da condução baseada em suas lideranças. O modelo do consenso interno pode ser comparado com o grande árbitro cesarista gramsciano, acolhendo as demandas e interesses dos vários grupos e mediando-os em um cenário de equilíbrio de forças. Mas esse modelo possui duas debilidades: a sua transposição para a política nacional, pois na realidade do bloco histórico paraguaio não pode ser visualizado um equilíbrio de forças, e os setores oligárquicos seguem preponderando; e a sua capacidade de manutenção como modelo de coesão interna, porque quanto mais a FG consiga ampliar a sua participação no modelo de dominação, mais lideranças surgirão e mais interesses pressionarão a estrutura partidária por sua inclusão no projeto partidário.

A busca pelo consenso como modelo para estruturar a FG padece de uma dificuldade para se manter na medida em que aumentar sua participação na política paraguaia, correndo o risco de incorrer no mesmo erro que a esquerda paraguaia sempre incorreu: a fragmentação. Apenas um projeto político-ideológico mais aprofundado que esteja embasado em uma estrutura partidária permanente que tenha capacidade para participar no nível local e regional, além de conseguir promover a formação de novas lideranças, todos estes são elementos que possibilitariam atuar de modo mais decisivo na estrutura governamental do modelo de dominação ante estruturas partidárias consolidadas como dos partidos tradicionais, especialmente a ANR.

Como pode ser depreendido do marco teórico gramsciano, o partido político é o príncipe moderno e a soldadura do bloco histórico, pois ele consegue expandir o projeto interno para a sociedade, sendo reconhecido como forma de atingir os interesses econômico-corporativos dos mais variados grupos sociais. Mesmo no aporte weberiano sobre as formas de dominação, quando aprecia-se o domínio carismático Weber considera ser necessária a existência de um projeto, de uma missão que é vista como legítima pelos seus seguidores, sendo que o líder seria considerado o único capaz de realizar tal projeto.

Unindo todos esses resultados analisados ao longo do trabalho avalia-se o cumprimento do objetivo geral e a validação da hipótese para tornar-se a tese resultante. Após examinar e

compreender a relação da atuação e discurso da FG com as esferas centrais do estudo, a FG representa uma possibilidade de modernização caudilha dentro do modelo de dominação paraguaio, buscando a substituição do grupo político que conduza o bloco histórico, mas sem aprofundar-se na possibilidade de mudar o bloco histórico. Assim foi possível afirmar que na relação com o modelo político predominante a FG tem se posicionado como uma alternativa eleitoral que utiliza um espaço deixado pelos partidos tradicionais, beneficiando suas lideranças políticas, afastando-se da representação de uma alternativa ao modelo de dominação representado pelos partidos tradicionais, o que necessitaria de um definitivo investimento em uma nova forma de estrutura partidária que supere a concertação superficial.

A modernização caudilha é um fenômeno que une vários elementos das perspectivas teórico-conceituais utilizadas no trabalho, fornecendo uma explicação sobre a ascensão de Fernando Lugo e da FG na política paraguaia. As transformações na estrutura econômico-social levaram à sua modernização ainda incompleta, mas que apresenta uma mudança no ambiente econômico-social, no sentido apontado pelo modelo de Easton (1965), e isso pressiona os representantes do sistema político a uma adaptação. Abriu-se um espaço para representantes com um projeto que responde as demandas dos grupos marginalizados, e a FG tem ocupado tal espaço e conformado-se com essa posição, considerando-a suficiente para cumprir seus objetivos mais imediatos (econômico-corporativos).

Isto posto, a modernização caudilha é, por um lado, a forma de atuação da FG e, por outro lado, a forma de adaptação do modelo de dominação para que não haja nenhuma transformação de suas bases. Lugo é o caudilho que encarna o projeto da FG, um projeto que completa um espaço deixado pela política tradicional diante das mudanças observadas a partir da modernização incompleta da estrutura econômico-social paraguaia.

Confirmou-se assim a hipótese de que a FG aprecia a proposta de ser uma força alternativa na política paraguaia, porém considera haver muitos obstáculos para atingir a mudança do modelo de dominação, e justamente por isso a sua atuação política levou à adaptação ao modelo político predominante para conseguir inserir suas pautas na estrutura governamental do modelo de dominação. Esse fenômeno surgiu devido à percepção positiva que a população possui apenas em relação às lideranças da FG, fundamentalmente de Fernando Lugo, o que tem dificultado avançar na representação fora do espaço de atuação dessas lideranças. Por outro lado, a permanência das características gerais das esferas centrais do estudo corrobora o modelo de atuação da FG, e as análises de documentos e entrevistas também

corroboraram esse reconhecimento do enfoque nas questões eleitorais e na atuação dentro do modelo de dominação muito mais do que buscar uma transformação do modelo de dominação.

A tese que surgiu do trabalho é a de que a FG é uma força política que possibilita uma modernização caudilha no modelo de dominação tradicional paraguaio. A ascensão política de Fernando Lugo e, posteriormente, da FG no Paraguai tem sido muito mais o aproveitamento de um cenário propício do que uma mudança política na estrutura do modelo de dominação e nas percepções que a população paraguaia sustenta sobre essa estrutura. Representa adaptações conjunturais nas três esferas centrais do estudo (estrutura econômico-social, cultura política e domínio político) e não uma alternativa factível para atingir transformações estruturais.

O socialismo paraguaio proposto pela FG, que necessitaria de uma transformação das três esferas centrais no caso paraguaio para sua efetivação, é uma retórica de posicionamento no mapa ideológico nacional, mas cuja atuação e o projeto político-ideológico da FG não apresentam os recursos materiais e imateriais necessários para a sua implantação. A permanência da correlação de forças favorável à coalizão conservadora aponta para a debilidade da FG para constituir-se em grupo social dominante, conformando-se com a inserção de suas lideranças na estrutura governamental do modelo de dominação, mas acabando por legitimar a manutenção do modelo. Vale lembrar que o espaço fornecido pelo modelo às lideranças da FG e suas pautas é uma forma de adaptação do modelo, para evitar que essas pautas sejam canalizadas em mobilizações que desestabilizem a ordem estabelecida, conseguindo a sua inserção no interior do modelo através dos grupos de oposição que aceitam as regras do jogo.

Teoricamente, os resultados obtidos pela tese são importantes para entender os desafios existentes para o desenvolvimento democrático, especialmente em países com democracias recentes e com baixa qualidade. Os desafios são internos ao regime democrático, mas relacionam-se também com as pressões econômicas e culturais, necessitando de uma adaptação contínua e permanente para lograr a aceitação da ordem democrática como legítima por parte dos principais atores políticos e da população submetida ao regime em geral.

As democracias latino-americanas conseguiram passar pelo processo de transição com certo êxito em não se desestabilizarem diante da permanência das profundas desigualdades na estrutura econômico-social (tanto que em geral não observaram-se processos de retorno autoritário). Contudo, a permanência da desigualdade está resultando em um grande desafio para o fortalecimento das democracias latino-americanas. O século XXI demonstra que essa relação sensível entre desigualdade e hierarquização socioeconômica com a igualdade formal

da democracia liberal-representativa é um dos desafios fundamentais a serem enfrentados. Os protestos e mobilizações da segunda metade da década de 2010 estão apontando nesta direção.

O espaço nas culturas políticas para a indiferença com a democracia e para soluções não democráticas às demandas insatisfeitas pela estrutura governamental é preenchido pelas lideranças caudilhas, hábeis em fornecer as respostas para as demandas como benefícios clientelistas às populações que aceitam sujeitar-se a esse processo desde que consiga solucionar suas demandas. As instituições e os processos democráticos são vistos como empecilhos, quando não como causa dos problemas econômicos e sociais não solucionados. Entretanto, a grande ameaça não tem sido a instauração de regimes autoritários (como em meados do século XX), mas sim a aceitação da precarização democrática como forma legítima de solução de demandas, impedindo a consolidação dos mecanismos democráticos e mantendo o espaço para as soluções não democráticas momentâneas.

Embora o trabalho realize um estudo de caso centrado na FG e na política paraguaia, suas análises e seus resultados não se restringem a esse escopo. Negligenciar o caso paraguaio tem sido um lugar comum de estudos sobre as democracias latino-americanas, mas o seu estudo demonstrou que a realidade paraguaia vincula-se com as perspectivas e desafios das democracias latino-americanas em geral – ainda que sejam reconhecidas as suas especificidades. Os resultados obtidos permitem estabelecer os possíveis caminhos a serem tomados pela FG na política paraguaia, e os rumos do próprio modelo de dominação paraguaio para a sua manutenção estável. Esses possíveis caminhos para os atores políticos e para o modelo de dominação não são exclusivos ao Paraguai, abrindo espaço para comparações no nível latino-americano, considerando as influências socioeconômicas e culturais para que os regimes democráticos continuem sendo apreciados como o ordenamento legítimo para gerir o modelo de dominação.

Em suma, não ocorreram grandes mudanças na política paraguaia contemporânea – a tradição conservadora, aberta às soluções autoritárias e não democráticas e de desconfiança institucional de sua cultura política, junto com um modelo de dominação personalista – que permitiram a ascensão da FG como uma proposta de adaptação na política tradicional. A permanência da FG como terceira força política da democracia paraguaia se dá, por um lado, pela capacidade de mobilização eleitoral de suas lideranças políticas e, por outro lado, pela sua capacidade de ocupar o espaço retórico de contestação à política tradicional, mas reconhecendo que sua capacidade de atuação restringe-se aos limites estabelecidos pelos interesses

predominantes na estrutura econômico-social, pela cultura política paraguaia e sua estrutura governamental do modelo de dominação, que não foram alterados substancialmente desde a ascensão de Lugo e da FG, limitando sua capacidade de efetivar a retórica da mudança política.

A preferência pela manutenção da estrutura partidária da concertação resulta no aprofundamento da dependência das lideranças, por um lado, e na debilidade de consolidar um projeto político-ideológico mais amplo que demonstre ser uma alternativa para conduzir o modelo de dominação, por outro lado. O posicionamento da FG na política paraguaia acaba sendo gerado pelo processo de modernização caudilha, ao mesmo tempo em que fomenta a modernização caudilha. É tanto uma resposta da coalizão alternativa aos seus representantes e representados, quanto é também uma resposta do modelo de dominação tradicional de adaptação para continuar vigente, com a legitimação e aceitação de seu ordenamento por parte dos grupos opositores.

Os próximos passos da FG demonstrarão se a coalizão alternativa se conformará com o modelo vigente e seguirá centrada na dependência de suas lideranças políticas, ou se conseguirá institucionalizar-se e estabelecer um projeto político-ideológico que altere as bases do modelo de dominação paraguaio. Enquanto a política de alianças e adaptações conjunturais seguir sendo o modelo de atuação, o modelo de dominação paraguaio continuará vigente e demonstrará sua capacidade de adaptação ante os desafios que se lhe impõem.

REFERÊNCIAS

- ABC COLOR. *El gobierno es “neoliberal con una seguridad tipo Colombia”, dice Palau*. 2010. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/el-gobierno-es--neoliberalcon-una---seguridad-tipo-colombia-dice-palau-200704.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.
- _____. *Cronología del juicio político a Lugo*. 2012a. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/cronologia-del-juicio-politico-a-lugo417040.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.
- _____. *Ñacunday o el resumen de la subversión*. 2012b. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/opinion/nacunday-o-el-resumen-de-la-subversion-385295.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.
- _____. *Responsabilidad inexcusable*. 2012c. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/editorial/responsabilidad-inexcusable-414967.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.
- _____. *Hoy hace ocho meses que se produjo el violento desalojo*. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/hoyhace-ocho-meses-que-se-produjo-el-violento-desalojo-539202.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.
- ABENTE, Diego. “Un sistema de partidos en transición. El caso del Paraguay”. In: *La Construcción de instituciones democráticas. Sistemas de partidos en América Latina*. Santiago: CIEPLAN, 1995. pp. 245-263.
- _____. *El Paraguay actual*. 1ª. Parte: 1989-1998. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.
- _____. “Hacia una democracia de calidad”. In: ABENTE, Diego e BORDA, Dionisio (editores). *El Reto del Futuro: asumiendo el legado del bicentenario*. Asunción: Ministerio de la Hacienda de la República del Paraguay, 2011, pp. 25-56.
- _____. “Estatalidad y calidad de la democracia en Paraguay”. In: *América Latina Hoy*, 60, 2012, pp. 43-66.
- _____. *El régimen stronista*. Colección: 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.
- AIGENEREN, Miguel. “Análisis De Contenido. Una Introducción”. In: *Revista La Sociología en sus Escenarios*, n. 3, 1999, pp. 1-52.
- ALBERDI, Juan Bautista. *La Guerra del Paraguay*. Asunción: Intercontinental, 2001.
- ALCALÁ, Guido Rodríguez. *Ideología autoritaria*. Asunción: Servilibro, 2007.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown and Co., 1965.
- ANDRÉU, J. *Los españoles: Opinión sobre sí mismo, España y el Mundo. Análisis Longitudinal Escala de Cantril*. Granada: Ed. Universidad de Granada, 1998.

_____. “Las técnicas de Análisis de Contenido: Una revisión actualizada”. In: *Fundación Centro Estudios Andaluces - Universidad de Granada*, 10: 2, 2000, pp. 1-34.

ARBELÁEZ, M.; ONRUBIA, J. “Análisis bibliométrico y de contenido. Dos metodologías complementarias para el análisis de la revista colombiana Educación y Cultura”. In: *Revista de Investigaciones UCM*, 14: 23, 2014, pp. 14-31.

ARCE, Lucas; ZÁRATE, Walter. “Auge económico, estancamiento y caída de Stroessner: 1973-1989”. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio (editores). *Estado y economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya, 2011. pp. 207-244.

ARDITI, Benjamín. *Adiós a Stroessner: la reconstrucción de la política en el Paraguay*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE) y RP Ediciones, 1992.

ARECES, Nidia R. e GONZÁLEZ DE BOSIO, Beatriz. *El Paraguay durante los gobiernos de Francia y de los López*. Colección La Gran Historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

BALBUENA, Hugo Ruiz D. *Golpe de Estado en el Paraguay: un proyecto político antidemocrático y contra la integración*. Asunción: Frente Guasu; Arandurã, 2013.

BALMELLI, Carlos Mateo. *Itaipú: una reflexión ético-política sobre el poder*. Asunción: Aguilar, 2011.

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1978.

BAQUERO, Marcello. “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. In: *Opinião Pública*, 14: 2, Novembro 2008, pp.380-413.

_____. “Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política”. In: *Sociedade e Cultura*, 13: 2, julho/dezembro 2010, pp. 181-192.

_____. “Memória política e constituição da cultura política brasileira”. In: *Ciências Sociais Unisinos*, 48: 2, maio/agosto 2012, pp. 84-92.

BAQUERO, Marcello e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. “Obstáculos à construção de uma “nova” sociedade na América Latina. Qual é a utilidade do conceito de capital social nesse processo?”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, 2010, pp. 253-287.

BARDIN, Laurence. *Análisis de contenido*. 2. Ed. Madrid: Akal, 1996.

_____. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARREDA, Mikel e BOU, Marc. “La calidad de la democracia paraguaya: un avance sobre caminos tortuosos”. In: *América Latina Hoy*, 56, 2010, pp. 133-161.

BENDIX, Reinhard. *Nation-building and citizenship: studies of our changing social order*. Enlarged edition. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 1996.

BENÍTEZ, Justo Pastor. *Formación social del pueblo paraguayo*. Asunción: El Lector, 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (organizador). *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. Tradução: de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOURSCHEID, Junior Ivan. “Consciência de classe na revolução paraguaia: entre o fracasso luguista e o desvio epepista”. In: *Revista Sem Aspas*, 2: 1/2, janeiro de 2013, pp. 127-143.

_____. “Entre la hegemonía y el cesarismo: un análisis gramsciano del gobierno de Fernando Lugo (2008-2012)”. In: *Pensamento Plural*, 17, julho-dezembro 2015, pp. 51-76.

_____. *O papel dos intelectuais para a manutenção do bloco histórico hegemônico no Paraguai*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016a.

_____. “La evolución de la estructura histórica paraguaya bajo la perspectiva gramsciana”. In: *Teoria & Pesquisa*, 25: 2, 2016b, pp. 80-120.

_____. “Ideología partidaria y manutención de la política tradicional en la conducción del bloque histórico en Paraguay”. In: *Contextualizaciones Latinoamericanas*, a. 9, n. 17, julio-diciembre 2017, pp. 1-16.

BOURSCHEID, Junior Ivan e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. “Transición y precarización democrática paraguaya: los efectos de la baja calidad institucional y del comportamiento político negativo”. In: *Colombia Internacional*, 98, 2019, pp. 31-65.

BOZZOLASCO, Ignacio González. “Fernando Lugo y la lucha por la superación del Estado Oligárquico en Paraguay”. In: VILLAGRA, Luís Rojas (Compilador). *Gobierno Lugo: herencia, gestión y desafíos*. Asunción: BASE IS, 2009, pp. 145-160.

_____. *La encrucijada del cambio: análisis sobre la realidad social y política del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Arandurã, 2013.

_____. “Paraguay: la reelección presidencial y los inicios de la carrera electoral 2018”. In: *Revista de Ciencia Política*, 37: 2, 2017, pp. 543-562.

BREZZO, Liliana M. *El Paraguay a comienzos del siglo XX: 1900-1932*. Colección La Gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

BRÍTEZ, Edwin; CABALLERO, Javier Numan. *El Paraguay actual. 2ª parte: 1998-2010*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci y el Estado: hacia una teoría materialista de la filosofía*. 3. ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 1979.

BÜHLMANN, Marc, MERKEL, Wolfgang e WESSELS, Bernhard. “The quality of democracy: democracy barometer for established democracies”. In: *National Centre of Competence in Research (NCCR) of the Swiss National Science Foundation, Working Paper*, n. 10a, 2008.

CAETANO, Gerardo. *Gobernabilidad democrática y ciudadanía en América del Sur: impactos políticos de la crisis global*. 1. ed. San José: FLACSO, 2010.

CAMACHO, Emilio (Compilador). *Golpe parlamentario en Paraguay: una aproximación jurídica*. Asunción: Frente Guasu; Arandurã, 2012.

CANESE, Ricardo. *Energía eléctrica en Paraguay: soberanía, derechos humanos y desarrollo*. Asunción: SITRANDE, 2016.

_____. Entrevista pessoal. 2017.

CANESE, Ricardo e CANESE, Mercedes. *Saqueo y abuso: la Ley de APP de Cartes*. 2ª edição. Asunción: Jerovia, 2014.

CARBONE, Rocco e SOTO, Clyde (Editores). *Curugaty: pueblo mba'e*. Asunción: Arandurã, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. “¿Teoría de la dependencia o análisis de situaciones concretas de dependencia?”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, I, diciembre 1971.

CARDOZO, Efraím. *Paraguay independiente*. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1987.

_____. *Breve historia del Paraguay*. 4. Ed. Asunción: Servilibro, 2013.

CARDOZO, Victorino. *Lucha sindical y transición política en Paraguay*. Heredia: EUNA, 1992.

CASTRO, Pedro. “El caudillismo en América Latina, ayer y hoy”. In: *Política y Cultura*, 27, primavera, 2007, pp. 9-29.

CEPALSTAT. *Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2018. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/perfilesNacionales.asp?idioma=e>. Acesso em: 3 de dezembro de 2018.

CERNA, Sarah Patricia. “La senda del outsider: factores que explican la emergencia de candidatos exógenos al sistema de partidos en Perú y Paraguay”. In: *Estudios Paraguayos*, 29 e 30: 1 e 2, 2011-2012, pp. 117-146.

CHAVES, Julio César. *Compendio de historia paraguaya*. 3. Ed. Asunción: Intercontinental Editora, 2013.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COHN, Gabriel. “Introdução”. In: COHN, Gabriel (Organizador). *Max Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. pp. 7-34

CORONEL, Jorge. *El movimiento obrero*. Colección 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

CORREIO DO POVO. *Paraguai busca solução para crise com brasiguaios: sem-terra paraguaios invadiram pelo menos três fazendas de brasileiros*. 2012. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=389325>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Coleção Fontes do Pensamento Político. Vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 1981.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Colección “Clássicos”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DALTON, Russell. *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Democracies*. 6. Ed. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 2013.

DGEEC, Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. *PARAGUAY: Proyección de la Población Nacional, Áreas Urbana y Rural por Sexo y Edad, 2000-2025*. Revisión 2015. DGEEC: Fernando de la Mora, 2015.

DÍAZ HERRERA, Claudio. “Investigación cualitativa y análisis de contenido temático. Orientación intelectual de revista *Universum*”. In: *Revista General de Información y Documentación*, 28: 1, 2018, pp. 119-142.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “Caudilhismo na América Latina: entre a teoria política e a literatura”. In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Vitória, 2008. 16 pp.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y Dependencia*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1978.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. “El siglo de Michels: competencia oligopólica, lógica autoritaria y transición en América Latina”. In: CAVAROZZI, Marcelo e GARRETÓN, Manuel Antonio (editores). *Muerte y resurrección. Los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones del Cono Sur*. Santiago: FLACSO, 1989.

DUARTE, Liliana Rocío. “Paraguay: interrupción al proceso de consolidación de la democracia”. In: *Revista de Ciencia Política*, 33: 1, 2013, pp. 303–324.

_____. “A qualidade da democracia paraguaia: entre debilidades persistentes e avanços truncados”. *Sociedade e Cultura*, 18: 2, julio-diciembre 2015, pp. 91-102.

_____. “Democracy and Representation in Paraguay”. In: *Partecipazione e Conflitto: The Open Journal of Sociopolitical Studies*, 10: 1, 2017, pp. 65-88.

DÜLMER, Hermann, INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. “Testing the Revised Theory of Modernization: Measurement and Explanatory Aspects”. In: *World Values Research*, 8: 2, 2015, pp. 68-100.

EASTON, David. *A framework for political analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 1965.

ESPÍNOLA, Gabriel. “La situación política y las tareas principales para el gobierno de Lugo”. In: VILLAGRA, Luís Rojas (Compilador). *Gobierno Lugo: herencia, gestión y desafíos*. Asunción: BASE IS, 2009, pp. 131-144.

ESPÍNOLA GONZÁLEZ, Zulma. *Historia económica del Paraguay*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo e FOGEL, Ramón. “A coup foretold: Fernando Lugo and the lost promise of agrarian reform in Paraguay”. In: *Journal of Agrarian Change*, 17: 1, 2017, pp. 279-295.

FARINA, José Arce. *Las Fuerzas Armadas y el stronismo*. Colección 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

FERRER, Aldo. *La economía argentina. Las etapas de su desarrollo y problemas actuales*. Ciudad de México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1963.

FILGUEIRA, Fernando e ALEGRE, Pablo. *La debilidad estatal en América Latina: entre la captura y el desmantelamiento*. Documentos de trabajo del IPES. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 2008. 29 pp.

FILIZZOLA, Carlos. Entrevista pessoal. 2017.

FLECHA, Víctor Jacinto, MARTINI, Carlos e SILVERO SALGUEIRO, Jorge. “El contexto. Autoritarismo y transición”. In: CABALLERO MERLO, Javier Numan e CÉSPEDES RUFFINELLI, Roberto Luis (compiladores). *Realidad social del Paraguay*. Asunción: CEADUC y CIDSEP de la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1998.

FLORENTÍN, Carlos Gómez. *El Paraguay de la Post Guerra: 1870-1900*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

_____. *La Guerra Civil de 1947*. Colección Guerra y violencia política en el Paraguay. Asunción: El Lector, 2013.

FOGEL, Ramón. “Los movimientos campesinos y la democratización en nuestra sociedad”. In: CABALLERO MERLO, Javier Numan e CÉSPEDES RUFFINELLI, Roberto Luis (compiladores). *Realidad social del Paraguay*. Asunción: CEADUC y CIDSEP de la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1998. pp. 191-214.

_____. “Movimientos campesinos y su orientación democrática en el Paraguay”. In: GRAMMONT, Hubert C. (organizador). *La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, pp. 95-106.

_____. *Estructura social y procesos políticos*. Asunción: Servilibro, 2011.

FOSSAERT, Robert. *O Mundo no Século XXI: uma teoria dos sistemas mundiais*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

FRANK, André Gunder. *El Desarrollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

FRENTE GUASU. *Programa de Gobierno (Tape Guasu). Con el pueblo siempre*. Frente Guasu: Asunción, 2013a.

_____. *Gobierno para Todos y Todas: Ñamombe'u jagueroquata akue*. Programa Partidario. Frente Guasu: Asunción, 2013b.

_____. *Sítio oficial del Frente Guasu*. 2018. Disponível em: <<http://frenteguasu.org.py/>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAIÓ, Gabrieli. “A Destituição de Lugo: atores e eventos”. In: *Observador On-line OPSA*, Dossiê Paraguai, 7: 6, junho 2012, p. 4-11.

GERMANI, Gino. El concepto de marginalidad. Buenos Aires: Nueva Visión, 1980.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GLAUSER, Marcos. *Extranjerización del territorio paraguayo*. Asunción: BASE IS, 2009.

GOIRIS, Fabio Anibal Jara. *Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. *Paraguay: ciclos adversos y cultura política*. Asuncion: Servilibro, 2004.

GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

GÓMEZ, Carlos. “La Gobernabilidad como concepto. Hacia un entendimiento democrático”. In: *Nova Polis*, 7, mayo 2004, pp. 4-13.

GÓMEZ, C., GONZÁLEZ, I. e GOETZ, K. *Elecciones Municipales 2015: antecedentes y perspectivas*. Asunción: Instituto de Ciencias Sociales y Heinrich Böll Stiftung, 2015.

GONZÁLEZ GARABELLI, Carlos Alberto. *Apuntes históricos e ideología del liberalismo paraguayo*. Asunción: Ediciones y Arte, 2011.

GONZÁLEZ MACCHI, Luis Angel. “Filosofía de la Reforma del Estado”. In: *El Partido Colorado y la reforma del Estado en el Paraguay*. Asunción: Instituto de Altos Estudios Políticos Dr. Ignacio A. Pane, 2000, pp. 39-48.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo I: Cuadernos 1 y 2. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1981a.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo II: Cuadernos 3, 4 y 5. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1981b.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo III: Cuadernos 6, 7 y 8. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1984.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo IV: Cuadernos 9, 10, 11 y 12. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1986.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo V: Cuadernos 13, 14, 15, 16, 17, 18 y 19. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1999.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo VI: Cuadernos 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 y 29. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 2000.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. *La oposición tolerada y la perseguida*. Colección 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

G1. *JN no Ar mostra tensão entre brasileiros e sem-terra do Paraguai*. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/01/jnno-ar-mostra-tensao-entre-brasileiros-e-sem-terra-do-paraguai.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

HOFFMAN, Kelly e CENTENO, Miguel Angel. “Um continente entortado (América Latina)”. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 18: 2, novembro 2006, pp. 11-46.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1996.

INGLEHART, Ronald. “Modernización y cambio cultural: la persistencia de los valores tradicionales”. In: *Quaderns de la Mediterrània: Cuadernos del Mediterráneo*, 5, 2005, pp. 21-32.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo, Ed. Francis, 2009.

JARA, Ausberto Rodríguez; ALBERICI, Pier Luigi; DROGHETTI, Renato. *Fernando Lugo: el Obispo Presidente*. Asunción: Servilibro, 2008.

KAY, Cristóbal. “Teorías latinoamericanas del desarrollo”. In: *Nueva Sociedad*, 113, mayo-junio 1991, pp. 101-113.

KONRAD ADENAUER STIFTUNG e POLILAT. *Índice de Desarrollo Democrático de América Latina 2016*: Informe regional. Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung-Polilat, 2016.

_____. *IDD-Lat*. Sítio web. 2018. Disponível em: <<http://www.idd-lat.org/2016/>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

KRUIJT, Dirk e KOONINGS, Kees. “Fuerzas Armadas y política en América Latina: perspectivas futuras”. In: *Iberoamericana*, 8: 2, 2002, pp. 7-22.

KUSCHNIR, Karina e PIQUET CARNEIRO, Leandro. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. In *Estudos históricos*, 24, 1999, pp. 227-250.

LACHI, Marcello. “Gobernabilidad democrática al "estilo" paraguayo”. In: *Nova Polis*, 7, mayo 2004, pp. 14-26.

LAINO, Domingo. *Paraguay: de la independencia a la dependencia*. Asunción: Cerro Corá, 1976.

_____. *Paraguai: fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1979.

LATINOBARÔMETRO. *Latinobarómetro Database: Análisis Online*. 2018. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

LEVINE, Daniel H. “Religión y Política en América Latina. La nueva cara pública de la religión”. In: *Sociedad y Religión: Sociología, Antropología e Historia de la Religión en el Cono Sur*, 18: 26-27, 2006, pp. 7-29.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (Organizadores). *Dicionário gramsciano: 1926-1937*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINZ, Juan J. “Europe’s Southern Frontier: Evolving Trends Toward What?”. In: *Daedalus*, 1, 1979, pp. 175-209.

_____. “The Transition from Authoritarian Regimes to Democratic Political Systems and the Problems of Consolidation of Political Democracy”. En: *IPSA*, Tokyo, 1982.

_____. “Transiciones a la democracia”. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 51, julio-septiembre 1991, CIS Madrid, pp. 9-33.

LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. “Toward Consolidated Democracies”. In: *Journal of Democracy*, 7: 2, 1996, pp. 14-33.

LINZ, Juan J. e VALENZUELA, Arturo (Compiladores). *Las crisis del presidencialismo: el caso de Latinoamérica*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

LODOLA, Germán. “Vicios y Virtudes del Estudio de Caso en Política Comparada”. In: *Boletín de Política Comparada*, 1, enero-abril 2009, pp. 6-25.

LÓPEZ, Magdalena. “La democracia en Paraguay. Un breve repaso sobre los partidos políticos tradicionales, el sistema electoral y el triunfo de Fernando Lugo Méndez”. In: *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, 8: 13, 2010, pp. 89-106.

_____. “Paraguay: de la transición a la democracia (1989-2008). Un abordaje normativo-electoral”. In: *Espacio Abierto*, 21: 2, abril-junio 2012, pp. 207-225.

_____. “Elecciones generales y votos en el Paraguay de 1989-2013. Develando algunos mitos”. In: *Diálogos de saberes*, 40, enero-junio 2014, pp. 159-182.

LÓPEZ BENÍTEZ, Adriano Abab. *Historia política del Paraguay*. Tomo V: 2011 a 2015. Asunción: Inic Ediciones, 2015.

LÓPEZ MOREIRA, Mary Monte de. *Historia del Paraguay*. 5. Ed. Asunción: Servilibro, 2014.

LUGO, Fernando. Entrevista pessoal. 2016.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Trad.: Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAG, Ministerio de Agricultura y Ganadería. *Censo Agropecuario Nacional*. Asunción: MAG, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. 10 Edição. Ciudad de México: Editora Era, México, 1990.

MARTÍNEZ, Esperanza. Entrevista pessoal. 2017.

MARTÍNEZ-ESCOBAR, Fernando. “El sistema de partidos del Paraguay a través de la distribución del poder y las reglas de juego (1989-2013)”. In: *Revista Paraguaya de Sociología*, 52: 147, 2015, pp. 99-126.

MARTÍNEZ-FERRO, Hernán. “Legitimidad, dominación y derecho en la teoría sociológica del Estado de Max Weber”. In: *Revista Estudios Socio-Jurídicos*, 12: 1, enero-junio, 2010, pp. 405-427.

MASI, Fernando e BORDA, Dionisio (editores). *Estado y economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya, 2011.

MENDONÇA, Daniel. *Infame condición: Democracia. Pobreza. Corrupción. Paraguay*. Asunción: Servilibro-CEPUC, 2002.

_____. “Ingeniería constitucional y gobernabilidad democrática”. In: *Nova Polis*, 7, mayo 2004, pp. 27-38.

_____. *Corrupción: un estudio sobre la corrupción en el Paraguay*. Asunción: Intercontinental, 2005.

_____. *Pobres y desiguales: notas sobre la pobreza y la desigualdad en Paraguay*. Asunción: Intercontinental, 2007.

MENDOZA, Hugo. *La Guerra del Chaco: 1932-1935*. Colección Guerra y violencia política en el Paraguay. Asunción: El Lector, 2013.

MOLINA, Rafael Cuevas. *Nacionalismo, nación y continentalismo en América Latina*. Cuadernos de trabajo Instituto de investigaciones Histórico-Sociales. Veracruz: Universidad Veracruzana, 2005. 30 pp.

MONTANARO, Marcos Maiz (Compilador). *Paraguay Mafía: Soja, narco, terror y golpe de Estado parlamentario*. Asunción: Yerba Mate, 2012.

MORA, Carlos. “Participación y organizaciones campesinas en Paraguay”. In: GRAMMONT, Hubert C. (Org.). *La Construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. pp. 343-365.

MORINIGO, José Nicolás. “La transición circular”. In: *Nova Polis*, 1, 2002, pp. 4-20.

MORLINO, Leonardo. “What is a ‘good’ democracy?”. In: *Democratization*, 11: 5, 2004, pp. 10-32.

_____. “Legitimacy and the Quality of Democracy”. In: *International Social Science Journal*, 60: 196, 2009, pp. 211-222.

MORLINO, Leonardo e DIAMOND, Larry Jay. “The Quality of Democracy: an overview”. In: *Journal of democracy*, 15: 4, 2004, pp. 20-31.

MUNCK, Gerardo L. Gobernabilidad democrática a comienzos del siglo XXI: una perspectiva latino-americana. In: *Revista Mexicana de Sociología*, 65: 3, 2003, pp. 565-588.

_____. Los orígenes y la durabilidad de la democracia en América Latina: avances y retos de una agenda de investigación. In: *Revista de Ciencia Política*, 30: 3, 2010, pp. 573-597.

NORRIS, Pippa (editora). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford University Press, 1999.

OCAMPO, José Antonio. “Distribución del ingreso, pobreza y gasto social en América Latina”. In: *Revista de la CEPAL*, 65, agosto 1998, pp. 7-14.

O’DONNELL, Guillermo. “Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina”. In: *Novos Estudos*, 51, 1998, pp. 37-61.

_____. *Democracia, agencia e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

O’DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. *Transiciones desde un gobierno autoritario. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas*. Buenos Aires: Edición Paidós, 1988.

O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. *Transitions from authoritarian rule: Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

PALAU, Marielle. "Gobierno de Lugo: ¿escenario de construcción de alternativas?" In: VILLAGRA, Luís Rojas (Compilador). *Gobierno Lugo: herencia, gestión y desafíos*. Asunción: BASE IS, 2009, pp. 119-130.

_____. *Movimiento popular y democracia*. Asunción: BASE-IS, 2014.

PAMPLONA, Francisco. "Legitimidad, dominación y racionalidad en Max Weber". In: *Economía y Sociedad*, 5: 8, septiembre 2000, pp. 187-200.

PANGRAZIO, Miguel Ángel. *La caída del Partido Colorado (1904-2008)*. Asunción: Intercontinental, 2008.

PAREDES, Roberto. *¿A dónde va Paraguay?* Asunción: Edición al cuidado del autor, 2007.

_____. *Por qué cayó Lugo*. Asunción: Servilibro, 2012.

_____. *Los presidentes del Paraguay*. Tomo II (1954-2013). Asunción: Servilibro, 2013.

_____. *25 años de democracia: 1989-2014*. Asunción: Caballo de Troya, 2014.

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en el Paraguay*. 3. Ed. Asunción: Intercontinental, 2008.

PEREIRA, Sixto. Entrevista pessoal. 2017.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

PIETSCH, Juliet, MILLER, Michael e KARP, Jeffrey A. "Public support for democracy in transitional regimes". In: *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 25: 1, 2015, pp. 1-9.

PINTO, Aníbal. "El modelo de desarrollo reciente en América Latina". In: *El Trimestre Económico*, 150, México, 1970.

_____. "Notas sobre desarrollo, subdesarrollo y dependencia". In: *El Trimestre Económico*, 39: 154, México, 1972.

PIÑUEL, J. L. "Epistemología, metodología y técnicas del análisis de contenido". In: *Estudios de Sociolingüística*, 3: 1, 2002, pp. 1-42.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci y el análisis de coyuntura (algunas notas). In: *Revista Mexicana de Sociología*, Analisis de Coyuntura, 41: 1, jan./mar.1979, pp. 59-73.

_____. *Los usos de Gramsci*. 2. ed. Barcelona: Folios Ediciones, 1983.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 6. ed. Trad.: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POZAS, Luis Miguel Uharte. "Gobierno Lugo: transición, cambio político y nueva ecuación democrática". In: *NovaPolis*, Revista de Estudios Políticos Contemporáneos, Nueva Serie, 4, abril-octubre 2009, pp. 11-36.

PREBISCH, Raúl. *Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUIJANO, Aníbal. "Nationalism and Capitalism in Perú: a study in neo imperialism". In: *Monthly Review*, 23: 3, julio-agosto 1971.

RANINCHESKI, Sonia e CASTRO, Henrique Carlos de O. "Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação". In: *Pensamento Plural*, 11, julho/desembro 2012, pp. 27-44.

RENNÓ, Lúcio. "Teoria da cultura política: vícios e virtudes". In: *BIB*, 45, 1998, pp. 71-92.

RICHER, Hugo. Entrevista pessoal. 2017.

RIQUELME, Marcial. "La transición. ¿Un proceso irreversible?". In: *Última Hora*. Correo Semanal. 27 de julio, 1991, p. 15.

RIQUELME, Q. e VERA, E. *La otra cara de la soja: El impacto del agronegocio en la agricultura familiar y la producción de alimentos*. Asunción: Proyecto Acción Ciudadana contra el Hambre y por el Derecho a la Alimentación, 2013.

RIVAROLA, Milda. *Escritos sobre el ovedismo (1996/2001): la herencia de largas dictaduras*. Asunción: Servilibro, 2013.

RIVAROLA, Domingo; CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel Antonio. *Militares y políticos en una transición atípica*. Buenos Aires: Grupo de Trabajo de Partidos Políticos, CLACSO, 1991.

RIVAS NIETO, Pedro e RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, María. "Autoritarismo, totalitarismo y doctrina de seguridad nacional". In: *Espacios Públicos*, 13: 29, diciembre de 2010, pp. 99-118.

RODRÍGUEZ, José Carlos. "Mansa transición democrática". *Nueva Sociedad*, 127, septiembre-octubre 1993, pp. 18-22.

_____. *El Paraguay bajo el nacionalismo: 1936-1947*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

ROJAS, Luis. *Actores del agronegocio en Paraguay*. Asunción: BASE Investigaciones Sociales-Diakonía, 2009.

ROMERO PEREIRA, Carlos. *El pensamiento ético, la transición y las Fuerzas Armadas en el Paraguay*. Asunción: Editorial Historica, 1989.

RUIZ, J. *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2012.

SCHMITTER, Philippe C. "The ambiguous virtues of accountability". In: *Journal of democracy*, 15: 4, 2004, pp. 47-60.

SERRANO, Felipe Victoriano. "Estado, golpes de Estado y militarización en América Latina: una reflexión histórico política". In: *Argumentos, Nueva Época*, 23: 64, septiembre/diciembre 2010, pp. 175-193.

SETRINI, Gustavo. “Veinte años de democracia electoral en Paraguay. Del clientelismo monopólico al clientelismo plural”. In: MASI, Fernando e BORDA, Dionisio (editores). *Estado y economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya, 2011, pp. 327-399.

SOLER, Lorena. “¿Viejas estructuras para nuevos actores? Transformaciones del orden político y la democracia en Paraguay (1989-2008)”. In: *Concurrencias y Controversias Latinoamericanas*, ALAS, 2: 1, septiembre 2009, pp. 93-117.

SOTOMAYOR, Arturo C. “Los métodos cualitativos en la ciencia política contemporánea: Avances, agendas y retos”. In: *Política y Gobierno*, 15: 1, 2008, pp. 159-179.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “The Future of Latin America: Between Underdevelopment and Revolution”. In: *Latin American Perspectives*, 1: 1, 1974.

SUNKEL, Osvaldo. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1970.

TELESCA, Ignacio. *Las Ligas Agrarias Cristianas*. Colección 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

TELLES, Luciano Everton Costa. “Caudilhismo e clientelismo na América Latina: uma discussão conceitual”. In: *Faces de Clio, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História (UFJF)*, 1: 2, jul/dez 2015, pp. 100-114.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia: escritos escolhidos do período 1944-1964*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perceptions Index 2017 – Transparency International*. 2018. Disponível em: https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

TSJE, Tribunal Superior de Justicia Electoral. *Memoria y Estadística Electoral 2013*. Asunción: Justicia Electoral, 2013. Disponível em: <<http://tsje.gov.py/e2013/documentos/pdf/2013.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.

_____. *Elecciones municipales 2015: Resumen por distrito*. Asunción: Justicia Electoral, 2015. Disponível em: <https://tsje.gov.py/static/ups/docs/archivos/2015/noviembre/RESULTADO_PAIS_COMPLETO_2015.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2018.

_____. *Resumen de votos por Departamento 2018*. Asunción: Justicia Electoral, 2018. Disponível em: <<https://www.tsje.gov.py/resultados-de-computo-definitivo---elecciones-generales-2018.html>>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

ULTIMA HORA. *Tibio pronunciamiento del Gobierno sobre conflicto de tierras en Ñacunday*. 2012a. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/501570-Tibio-pronunciamiento-delGobierno-sobre-conflicto-de-tierras-en-Nacunday>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

_____. *Colonos brasileños de Ñacunday solicitarán apoyo a parlamentarios de su país*. 2012b. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/505718-Colonos-brasilenos-de-Nacundaysolicitaran-apoyo-a-parlamentarios-de-su-pais>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

_____. *Sin tierras aceptan salir de Ñacunday y trasladarse a un parque nacional*. 2012c. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/506477-Sintierras-aceptan-salir-deNacunday-y-trasladarse-a-un-parque-nacional>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

_____. *Con palos y machetes, carperos intentaron sitiar Fiscalía de Iruña*. 2012d. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/509750-Con-palos-y-machetes,-carperosintentaron-sitiar-Fiscalia-de-Iruna>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

_____. *Las evidencias de Ñacunday*. 2012e. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/504506-Las-evidencias-de-Nacunday>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

_____. *Pakova reconoce que carperos obraron mal, pero insta a recuperar franja fronteriza*. 2012f. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/498240-Pakova-reconoce-que-carperosobraron-mal,-pero-insta-a-recuperar-franja-fronteriza>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

_____. *A 3 meses de masacre em Curuguay, Fiscalía destaca avances en la causa*. 2012g. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/notas/560886-A--3-meses-de-masacre--enCuruguay,-Fiscalia-destaca-avances--en-la-causa>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

UNDATA. *Statistical Yearbook (Sixty-first issue): Population and rates of growth in urban areas and capital cities (continued)*. Brussels: United Nations, 2018, pp. 35-54.

VILADESAU, Tomás Palau. “Políticas agrarias en el Paraguay: instrumentos de la discriminación”. In: *NovaPolis*, Revista de Estudios Políticos Contemporáneos, 2, Febrero 2003, pp. 3-23.

VILAS, Carlos M. “¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del neopopulismo latinoamericano”. In: *Revista Sociología Política*, 22, junho 2004, pp. 135-151.

VILLAGRA, Luís Rojas. ¿Quiénes y cómo definen la política económica en la era Lugo? In: Villagra, Luís Rojas (Compilador). *Gobierno Lugo: herencia, gestión y desafíos*. Asunción: BASE IS, 2009, pp. 43-62.

_____. *La economía durante el stronismo*. Colección: 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

VILLAGRA, Sarah Patricia Cerna e DELGADILLO, Juan Mario Solís. “La reinención del dinosaurio: entre la nostalgia y el pragmatismo del Partido Colorado en Paraguay”. In: *Revista Debates*, 8: 1, janeiro-abril 2014, p. 189-220.

WARREN, Harris Gaylord. *La reconstrucción del Paraguay, 1878-1904: La primera Era colorada*. Asunción: Intercontinental, 2010.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Org.: H.H. Gerth; C. Wright Mills. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999b.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1.* Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000

YORE, Myriam. "Presidencialismo moderado y gobierno de coalición. Emergencia y fracaso de una experiencia inédita". In: *Nova Polis*, 1, 2002, pp. 37-61.

ZIBECHI, Raúl. Gobiernos y movimientos: entre la autonomía y las nuevas formas de dominación. In: *Viento Sur*, 100, enero, 2009, pp. 247-254.

APÊNDICES

Apêndice 1. Tabela da votação departamental da FG nas eleições para o Senado (total e com relação aos votos válidos)

Departamento	2008*	2013	2018	Variação de votos totais 2018-2008	Variação % válidos 2018-2008
Capital	24.004 (9,63%)	15.512 (5,67%)	15.714 (6,02%)	-34,53%	-3,61%
Concepción	2.551 (4,65%)	6.040 (8,54%)	8.169 (10,31%)	+220,23%	+5,66%
San Pedro	6.477 (6,86%)	19.062 (15,39%)	19.053 (15,14%)	+194,16%	+8,28%
Cordillera	4.049 (4,22%)	5.290 (4,46%)	9.204 (7,78%)	+127,32%	+3,56%
Guairá	3.965 (6%)	11.915 (14,76%)	15.660 (20,56%)	+294,96%	+14,56%
Caaguazú	8.204 (6,49%)	23.666 (14,47%)	23.351 (13,76%)	+286,63%	+7,27%
Caazapá	4.661 (11,06%)	14.252 (26,16%)	12.830 (23,4%)	+175,26%	+12,34%
Itapúa	9.258 (7,17%)	35.392 (20,56%)	33.406 (18,82%)	+260,83%	+11,65%
Misiones	1.649 (3,98%)	4.801 (9,35%)	8.703 (15,84%)	+427,77%	+11,86%
Paraguarí	2.905 (3,5%)	5.280 (5,42%)	10.063 (10,44%)	+246,40%	+6,94%
Alto Paraná	12.884 (8,17%)	33.218 (14,98%)	41.900 (16,42%)	+225,21%	+8,25%
Ñeembucú	3.015 (9,84%)	3.415 (9,21%)	3.428 (8,7%)	+13,70%	-1,14%
Amambay	1.314 (3,98%)	2.650 (5,65%)	2.847 (4,97%)	+116,67%	+0,99%
Presidente Hayes	1.584 (6,59%)	3.226 (9,67%)	3.772 (10,44%)	+138,13%	+3,85%
Alto Paraguay	185 (4,17%)	688 (11,67%)	601 (9,48%)	+224,86%	+5,31%
Boquerón	454 (4,28%)	975 (6,77%)	2.273 (13,14%)	+400,66%	+8,86%
Canindeyú	2.864 (7,8%)	7.738 (14,49%)	8.780 (14,63%)	+206,56%	+6,83%
Central	35.574 (7,5%)	40.655 (6,56%)	57.989 (8,72%)	+63,01%	+1,22%
Exterior	-	1.773 (21,05%)	1.265 (16,75%)	-28,65%**	-4,3%
Total	120.704 (6,88%)	238.313 (10,6%)	279.008 (11,83%)	+131,15%	+4,95%

* Partidos que formarão parte da FG (PPS, PHP, PUP e MPT).

**Variação 2018-2013, em 2008 não havia votação no exterior.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE.

Apêndice 2. Tabela com a votação departamental da FG nas eleições para o Parlasul (total e com relação aos votos válidos)

Departamento	2008*	2013	2018	Variação de votos totais 2018-2008	Variação % válidos 2018-2008
Capital	31.121 (12,58%)	20.641 (7,68%)	11.253 (4,5%)	-63,84%	-8,08%
Concepción	2.402 (4,41%)	5.664 (8,15%)	3.210 (4,18%)	+33,64%	-0,23%
San Pedro	6.014 (6,41%)	12.172 (10,11%)	7.839 (6,43%)	+30,34%	+0,02%
Cordillera	3.434 (3,59%)	2.964 (2,53%)	2.788 (2,41%)	-18,81%	-1,18%
Guairá	3.609 (5,5%)	6.041 (7,6%)	5.152 (7,02%)	+42,75%	+1,52%
Caaguazú	8.165 (6,55%)	17.665 (11,05%)	8.617 (5,27%)	+5,53%	-1,28%
Caazapá	4.514 (10,75%)	10.098 (19,05%)	5.555 (10,82%)	+23,06%	+0,07%
Itapúa	7.436 (5,8%)	26.362 (15,63%)	11.157 (6,53%)	+50,04%	+0,73%
Misiones	1.340 (3,26%)	2.602 (5,2%)	2.929 (5,56%)	+118,58%	+2,3%
Paraguarí	2.347 (2,85%)	3.347 (3,49%)	3.580 (3,87%)	+52,53%	+1,02%
Alto Paraná	10.354 (6,64%)	18.906 (8,8%)	12.285 (5,08%)	+18,65%	-1,56%
Ñeembucú	2.817 (9,35%)	1.652 (4,55%)	765 (2,01%)	-72,83%	-7,34%
Amambay	1.030 (3,17%)	1.141 (2,53%)	672 (1,2%)	-34,76%	-1,97%
Presidente Hayes	1.093 (4,7%)	2.454 (6,82%)	1.210 (3,58%)	+10,70%	-1,12%
Alto Paraguay	135 (3,1%)	300 (5,6%)	164 (2,85%)	+21,48%	-0,25%
Boquerón	455 (4,35%)	617 (4,39%)	1.253 (7,5%)	+175,38%	+3,15%
Canindeyú	2.639 (7,24%)	5.555 (10,65%)	3.222 (5,63%)	+22,09%	-1,61%
Central	38.883 (8,26%)	34.502 (5,66%)	23.485 (3,65%)	-39,60%	-4,61%
Exterior	-	1.156 (13,73%)	634 (8,29%)	-45,16% **	-5,44% **
Total	127.788 (7,35%)	173.839 (7,9%)	105.770 (4,66%)	-17,23%	-2,69%

* Partidos que formarão parte da FG (PPS, PHP, PUP e MPT).

**Variação 2018-2013, em 2008 não havia votação no exterior.

Fonte: Elaboração própria com os dados do TSJE.

Apêndice 3. Tabela com a votação departamental da FG nas eleições para a Câmara dos Deputados (total e com relação aos votos válidos)

Departamento	2008*	2013	2018	Variación de votos totais 2018-2008	Variación % válidos 2018-2008
Capital	15.605 (6,25%)	7.931 (2,9%)	-	-49,18% **	-3,35% **
Concepción	-	5.169 (7,24%)	3.709 (4,52%)	-28,24% ***	-2,72% ***
San Pedro	7.116 (7,5%)	9.545 (7,7%)	3.148 (2,44%)	-55,76%	-5,06%
Cordillera	3.755 (3,9%)	2.712 (2,29%)	1.678 (1,42%)	-55,31%	-2,48%
Guairá	2.830 (4,24%)	5.348 (6,6%)	4.018 (5,21%)	+41,98%	+0,97%
Caaguazú	6.713 (5,29%)	14.467 (8,77%)	4.668 (2,7%)	-30,46%	-2,59%
Caazapá	4.279 (9,88%)	9.894 (17,9%)	1.661 (2,86%)	-61,18%	-7,02%
Itapúa	6.580 (5,08%)	21.933 (12,8%)	-	+233,33% **	+7,72% **
Misiones	1.022 (2,45%)	1.763 (3,39%)	652 (1,14%)	-36,20%	-1,31%
Paraguarí	1.467 (1,76%)	2.957 (3,02%)	2.594 (2,67%)	+76,82%	+0,91%
Alto Paraná	3.848 (2,38%)	11.998 (5,46%)	6.543 (2,59%)	+70,04%	+0,21%
Ñeembucú	1.229 (3,78%)	812 (2,12%)	-	-33,93% **	-1,66% **
Amambay	-	633 (1,31%)	-	-	-
Presidente Hayes	497 (2,03%)	6.876 (20,04%)	643 (1,73%)	+29,38%	-0,3%
Alto Paraguay	-	-	75 (0,99%)	-	-
Boquerón	49 (0,42%)	527 (3,41%)	1.139 (6,12%)	+2324,49%	+5,7%
Canindeyú	2.458 (6,6%)	4.948 (9,16%)	-	+101,30% **	+2,56%
Central	30.579 (6,45%)	14.927 (2,42%)	12.363 (1,86%)	-59,57%	-4,59%
Total	88.027 (4,98%)	122.440 (5,46%)	42.891 (1,8%)	-51,27%	-3,18%

* Partidos que formarão parte da FG (PPS, PHP, PUP e MPT).

**Variação 2013-2008.

***Variação 2018-2013.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE.

Apêndice 4. Tabela com a votação departamental da FG nas eleições para as Juntas Departamentais (total e com relação aos votos válidos)

Departamento	2008*	2013	2018	Variação de votos totais 2018-2008	Variação % válidos 2018-2008
Concepción	-	4.325 (6,17%)	3.613 (4,53%)	-16,46% **	-1,64% **
San Pedro	5.512 (5,85%)	10.565 (8,64%)	3.207 (2,54%)	-41,82%	-3,31%
Cordillera	2.895 (3,02%)	2.243 (1,91%)	2.070 (1,75%)	-28,50%	-1,27%
Guairá	2.587 (3,91%)	4.883 (6,13%)	5.841 (7,64%)	+125,78%	+3,73%
Caaguazú	7.132 (5,7%)	14.483 (8,98%)	2.957 (1,73%)	-58,54%	-3,97%
Caazapá	4.337 (10,22%)	9.915 (18,34%)	3.253 (5,74%)	-24,99%	-4,48%
Itapúa	5.541 (4,31%)	22.668 (13,31%)	6.183 (3,53%)	+11,59%	-0,78%
Misiones	1.734 (4,19%)	1.969 (3,84%)	935 (1,66%)	-46,08%	-2,53%
Paraguarí	2.100 (2,54%)	2.788 (2,87%)	2.469 (2,59%)	+17,57%	+0,05%
Alto Paraná	6.939 (4,4%)	13.332 (6,16%)	6.144 (2,47%)	-11,46%	-1,93%
Ñeembucú	1.493 (4,75%)	2.400 (6,45%)	1.142 (2,83%)	-23,51%	-1,92%
Amambay	-	1.036 (2,19%)	600 (1,01%)	-42,08% **	-1,18% **
Presidente Hayes	582 (2,4%)	3.904 (11,59%)	1.269 (3,48%)	+118,04%	+1,08%
Alto Paraguay	-	27 (0,43%)	350 (4,57%)	+1196,30% **	+4,14% **
Boquerón	99 (0,86%)	446 (2,94%)	1.465 (7,95%)	+1379,80%	+7,09%
Canindeyú	2.772 (7,48%)	5.011 (9,38%)	3.189 (5,32%)	+15,04%	-2,16%
Central	26.265 (5,58%)	17.848 (2,94%)	10.329 (1,6%)	-60,67%	-3,98%
Total	69.988 (4,66%)	117.843 (6,07%)	55.016 (2,65%)	-21,39%	-2,01%

* Partidos que formarão parte da FG (PPS, PHP, PUP e MPT).

**Variação 2018-2013.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSJE.

Apêndice 5. Roteiro para as entrevistas

Contexto geral

Qual o principal problema do Paraguai? Em quais temas os projetos políticos devem focar suas ações, para que sejam realmente eficientes?

Com relação a dois temas gerais, as relações das instituições do Estado com a sociedade civil e o modelo de desenvolvimento econômico mais eficaz para o caso paraguaio, qual o papel do Estado? E o papel das organizações políticas?

Qual é o elemento mais importante para conseguir a coesão da sociedade? Seria o nacionalismo? As instituições, por meio de uma legislação bem definida quanto aos direitos e deveres? O partido político, como elemento fundamental da interação política e, por tanto, base para a coesão social?

Qual o método utilizado para a sua atuação política?

Como observa a evolução da política paraguaia? Existe algum progresso? O passado segue deixando suas marcas na atualidade? Ou existe um processo de descontinuidades?

Como lograr as mudanças necessárias em meio à política tradicional, de modo que as propostas de mudança sejam permanentes e institucionalizadas?

Governo

Quais as principais dificuldades para governar?

Como é possível caracterizar o plano de governo nos seguintes pontos: política econômica; políticas sociais; e relações políticas com aliados e com a oposição?

No contexto de sua eleição e de seu governo: o que permitiu a vitória de sua proposta: uma conjuntura favorável ou uma mudança nas atitudes políticas da população?

Por que a proposta foi perdendo apoio nos grupos políticos que antes a apoiavam?

No contexto do surgimento de alguns governos mais identificados com os setores progressistas da sociedade, em uma parcela considerável dos países da América do Sul como

Brasil (com Lula), Argentina (com os Kirchner), Uruguai (com a Frente Ampla), Chile (com Bachelet), Bolívia (com Morales), Equador (com Correa) e Venezuela (com Chávez), se sente parte da chamada "onda progressista"? Com qual proposta se sente mais identificado, mais próximo?

Acredita que a partir do seu governo as forças políticas passaram a se auto identificarem ideologicamente? Por que?

Qual elemento foi buscado para dar legitimidade ao governo e enfrentar a oposição das elites tradicionais?

Por que a formação do movimento político de apoio ao governo se deu apenas em 2010?

Como define a relação entre os poderes do Estado?

Por que lhe depuseram? Por que não esperaram as eleições de 2013 para conseguir o retorno ao poder?

Por que se utilizaram de elementos institucionais?

Por que se submeteu ao processo? Acreditava nas instituições do regime democrático paraguaio?

Em que termos define o legado positivo de seu governo? E o legado negativo?

Movimento político

Por que a sociedade civil paraguaia não é organizada? Por que sua organização ainda é incipiente?

Por que a esquerda paraguaia é historicamente fragmentada e atomizada?

Como foi possível aglutinar a esquerda (ou parte dela) na APC?

Qual o elemento aglutinador da FG?

O que gera a unidade da FG? A liderança ou o projeto político-ideológico?

Qual o projeto político-ideológico da FG?

O que fazer para que a FG seja uma terceira força política sustentável?

Acredita que houve alguma mudança nas atitudes políticas da população?

E as elites políticas mudaram em algo?

O que fazer para que a população aprecie mais o regime democrático? Como tornar o regime democrático mais representativo e legítimo?

Apêndice 6. Quadro com a síntese das entrevistas realizadas

Entrevistado	Data da entrevista	Local da entrevista	Duração da entrevista	Cargos ocupados
Fernando Lugo	22/07/2016	Escritório no Senado	01 hora e 45 minutos	Senador (2013-2018, 2018-2023); Ex-presidente da república (2008-2012); Ex-presidente da FG (2012-2015); Presidente do Congresso Nacional (2017-2018)
Ricardo Canese	23/02/2017	Residência do entrevistado	02 horas e 08 minutos	Parlamentar do MERCOSUL (2008-2013, 2013-2018, 2018-2023); Ex-secretário geral da FG (2012); Secretário de assuntos internacionais da FG (2012-atualidade)
Hugo Richer	18/07/2017	Escritório no Senado	01 hora e 15 minutos	Senador (2013-2018, 2018-2023); Ex-secretário geral do Partido Convergência Popular Socialista (2009-2011); Ex-primeiro-vice presidente da FG (2012-2015)
Carlos Filizzola	25/07/2017	Escritório no Senado	54 minutos	Senador (2003-2008, 2008-2013, 2013-2018, 2018-2023); Ex-presidente do Congresso Nacional (2005-2006); Ex-ministro do interior (2011-2012); Ex- <i>intendente</i> de Asunción (1991-1996); Presidente do Partido País Solidário (2000-atualidade); Presidente da FG (2018-atualidade)
Sixto Pereira	25/07/2017	Sede do Partido Popular <i>Tekojoja</i>	55 minutos	Senador (2008-2013, 2013-2018, 2018-2023); Presidente do Partido Popular <i>Tekojoja</i> (2008-atualidade)
Esperanza Martínez	31/07/2017	Escritório no Senado	01 hora e 42 minutos	Senadora (2013-2018, 2018-2023); Ex-ministra de saúde pública e bem-estar social (2008-2012); Ex-segunda-vice presidente da FG (2012-2015); Ex-presidente da FG (2016-2018)

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 7. Quadro comparativo dos resultados da análise temático-categorial: categorias iniciais

Categorias iniciais/Entrevistado	Carlos Filizzola	Esperanza Martínez	Fernando Lugo	Hugo Richer	Sixto Pereira	Ricardo Canese	Média
Gastos públicos	2,15%	0,63%	4,38%	0,8%	0,6%	1,71%	1,71%
Gastos públicos com educação	-	0,32%	-	-	-	0,85%	0,2%
Gastos públicos com justiça social	1,08%	0,63%	1,01%	2,79%	-	-	0,92%
Gastos públicos com saúde	1,61%	11,36%	0,34%	1,59%	-	-	2,48%
Gastos públicos com segurança	1,61%	-	-	-	-	-	0,27%
Concentração de recursos	2,15%	4,42%	1,01%	0,8%	1,2%	1,14%	1,79%
Concentração de recursos agrários	2,69%	0,63%	2,69%	1,59%	2,99%	1,14%	1,96%
Pobreza	1,08%	-	1,35%	1,2%	-	-	0,61%
Êxodo rural	-	0,32%	-	1,2%	0,6%	-	0,35%
Desemprego	1,08%	0,95%	-	-	0,6%	-	0,44%
Crítica ao sistema tributário	2,69%	-	1,01%	-	-	-	0,62%
Reforma tributária	1,61%	-	-	1,2%	-	-	0,47%
Corrupção	-	2,21%	1,35%	1,2%	-	0,28%	0,84%
Modelo agroexportador	2,69%	2,52%	0,34%	2,39%	2,4%	1,71%	2,01%
Problemas ambientais	1,08%	-	-	0,4%	-	-	0,25%
Papel do capital financeiro	-	0,63%	0,67%	1,99%	0,6%	-	0,65%
Mudança da estrutura econômico-social	3,76%	3,15%	1,35%	-	2,99%	3,7%	2,49%
Crítica ao modelo de dominação tradicional	3,76%	8,2%	4,04%	5,98%	4,79%	9,12%	5,98%
Mudança do modelo de dominação	3,23%	0,32%	1,68%	0,4%	2,99%	2,56%	1,86%
Debilidade institucional	1,08%	-	8,08%	0,8%	-	1,14%	1,85%
Profissionalização do serviço público	1,08%	-	-	-	-	-	0,18%
Relação entre poderes	-	-	1,01%	-	-	-	0,17%
Violência política	-	-	2,36%	-	-	-	0,39%
Mobilização social	2,15%	2,84%	6,73%	4,78%	14,37%	8,83%	6,62%
Liberdades políticas	-	0,63%	-	-	-	-	0,11%
Direitos indígenas	-	0,63%	-	-	-	-	0,11%
Importância da institucionalização da esquerda	2,15%	4,1%	2,36%	0,4%	4,19%	0,28%	2,25%
Dificuldade para a institucionalização da esquerda	2,69%	2,52%	2,36%	1,2%	3,59%	0,57%	2,16%
Papel da FG para a institucionalização da esquerda	8,6%	0,32%	1,68%	3,19%	-	0,28%	2,35%
Importância da unificação da esquerda	4,3%	0,63%	0,67%	1,2%	4,19%	2,28%	2,21%
Dificuldade para unificar a esquerda	6,45%	0,95%	0,34%	9,16%	9,58%	4,56%	5,17%
Papel da FG para unificar a esquerda	2,15%	-	0,67%	1,2%	-	0,85%	0,81%
Participação eleitoral da esquerda	12,37%	3,79%	1,68%	11,95%	4,79%	9,97%	7,43%
Atuação política da esquerda	2,15%	11,04%	9,09%	7,97%	11,98%	10,54%	8,8%
Atuação parlamentar da FG	0,54%	0,95%	0,34%	3,98%	0,6%	0,85%	1,21%
Papel do projeto político-ideológico	3,76%	2,84%	4,04%	5,18%	4,79%	12,82%	5,57%
Integração regional	-	0,95%	3,03%	0,4%	1,2%	1,99%	1,26%
Meios de comunicação tradicionais	2,15%	0,63%	0,34%	3,19%	2,99%	0,28%	1,6%
Meios de comunicação alternativos	1,61%	-	0,34%	1,2%	1,8%	-	0,83%
Papel das lideranças políticas	8,6%	8,52%	5,05%	7,17%	5,39%	3,13%	6,31%
Conservadorismo	3,23%	1,89%	3,03%	3,59%	0,6%	0,85%	2,2%
Autoritarismo	1,08%	1,26%	0,67%	1,59%	-	0,28%	0,81%
Clientelismo	1,08%	5,99%	1,35%	0,8%	0,6%	-	1,64%
Atitudes políticas da população	-	11,67%	15,82%	4,38%	9,58%	11,68%	8,86%
Nacionalismo	-	-	1,68%	2,79%	-	1,14%	0,94%
Nacionalismo histórico	-	-	0,67%	0,4%	-	5,41%	1,08%
Religiosidade	-	1,58%	2,69%	-	-	-	0,71%
Populismo	-	-	2,02%	-	-	-	0,34%
Pluralismo	-	-	0,67%	-	-	-	0,11%

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 8. Quadro comparativo dos resultados da análise temático-categorial: categorias iniciais com sentidos distintos (Parte I – Estrutura econômico-social)

Categoria inicial	Sentido	Carlos Filizzola	Esperanza Martínez	Fernando Lugo	Hugo Richer	Sixto Pereira	Ricardo Canese	Média
Gastos públicos	Crítica	1,61%	0,32%	0,34%	0,4%	0,6%	0,28%	0,59%
	Defesa	0,54%	-	3,37%	0,4%	-	0,85%	0,86%
	Aumento	-	0,32%	0,67%	-	-	0,57%	0,26%
Gastos públicos com educação	Crítica	-	-	-	-	-	0,28%	0,05%
	Defesa	-	-	-	-	-	-	-
	Aumento	-	0,32%	-	-	-	0,57%	0,15%
Gastos públicos com justiça social	Crítica	0,54%	-	-	0,8%	-	-	0,22%
	Defesa	0,54%	-	0,34%	1,99%	-	-	0,48%
	Aumento	-	0,63%	0,67%	-	-	-	0,22%
Gastos públicos com saúde	Crítica	0,54%	2,84%	-	-	-	-	0,56%
	Defesa	1,08%	8,2%	0,34%	1,59%	-	-	1,87%
	Aumento	-	0,32%	-	-	-	-	0,05%
Gastos públicos com segurança	Crítica	1,61%	-	-	-	-	-	0,27%
	Defesa	-	-	-	-	-	-	-
	Aumento	-	-	-	-	-	-	-
Concentração de recursos agrários	Posse da terra	2,15%	0,63%	1,35%	1,2%	1,2%	0,28%	1,14%
	Créditos	-	-	0,34%	-	0,6%	-	0,16%
	Reforma agrária	0,54%	-	1,01%	0,4%	1,2%	0,85%	0,67%
Modelo agroexportador	Concentração produtiva	2,15%	1,58%	-	2,39%	1,8%	1,42%	1,56%
	Exclusão social	0,54%	0,63%	-	-	0,6%	-	0,3%
	Perda de soberania	-	0,32%	0,34%	-	-	0,28%	0,16%
Papel do capital financeiro	Positivo	-	-	-	-	-	-	-
	Neutro	-	-	-	-	-	-	-
	Negativo	-	0,63%	0,67%	1,99%	0,6%	-	0,65%
Mudança da estrutura econômico-social	Agrário-comercial	1,61%	1,26%	0,34%	-	2,4%	0,57%	1,03%
	Industrialização	1,08%	0,63%	-	-	-	2,28%	0,67%
	Tecnológico-comercial	-	0,63%	0,67%	-	0,6%	0,57%	0,41%

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 9. Quadro comparativo dos resultados da análise temático-categorial: categorias iniciais com sentidos distintos (Parte II – Dominação e contestação e cultura política)

Categoria inicial	Sentido	Carlos Filizzola	Esperanza Martínez	Fernando Lugo	Hugo Richer	Sixto Pereira	Ricardo Canese	Média
Crítica ao modelo de dominação tradicional	Partidos	2,69%	2,21%	1,68%	1,99%	1,8%	1,71%	2,01%
	Instituições	0,54%	5,36%	2,36%	2,39%	1,2%	2,56%	2,4%
	Oligarquização	0,54%	0,63%	-	1,59%	1,8%	4,84%	1,57%
Mudança do modelo de dominação	Avanços	0,54%	-	0,34%	-	-	0,28%	0,19%
	Dificuldades	0,54%	-	0,67%	-	1,2%	0,85%	0,54%
	Importância	2,15%	0,32%	0,67%	0,4%	1,8%	1,42%	1,13%
Mobilização social	Passado	-	1,26%	1,68%	3,98%	4,19%	3,42%	2,42%
	Presente	1,08%	0,95%	4,38%	0,8%	8,38%	2,28%	2,98%
	Futuro	1,08%	0,63%	0,67%	-	1,8%	3,13%	1,22%
Importância da institucionalização da esquerda	Passado	0,54%	-	0,67%	-	1,2%	0,28%	0,45%
	Presente	0,54%	0,32%	1,01%	-	0,6%	-	0,41%
	Futuro	1,08%	3,79%	0,67%	0,4%	2,4%	-	1,39%
Dificuldade para a institucionalização da esquerda	Passado	-	2,21%	1,35%	-	1,8%	-	0,89%
	Presente	1,61%	0,32%	0,34%	0,4%	0,6%	-	0,55%
	Futuro	1,08%	-	0,67%	0,8%	1,2%	0,57%	0,72%
Papel da FG para a institucionalização da esquerda	Passado	0,54%	-	1,01%	-	-	-	0,26%
	Presente	2,69%	-	-	1,99%	-	0,28%	0,83%
	Futuro	5,38%	0,32%	0,67%	1,2%	-	-	1,26%
Importância da unificação da esquerda	Passado	1,08%	-	0,34%	0,8%	1,2%	-	0,57%
	Presente	1,08%	-	0,34%	-	0,6%	0,85%	0,48%
	Futuro	2,15%	0,63%	-	0,4%	2,4%	1,42%	1,17%
Dificuldade para unificar a esquerda	Passado	3,76%	-	0,34%	2,79%	6,59%	0,57%	2,34%
	Presente	1,61%	0,32%	-	3,98%	2,99%	3,99%	2,15%
	Futuro	1,08%	0,63%	-	2,39%	-	-	0,68%
Papel da FG para unificar a esquerda	Passado	-	-	0,34%	-	-	-	0,06%
	Presente	0,54%	-	0,34%	0,4%	-	0,57%	0,31%
	Futuro	1,61%	-	-	0,8%	-	0,28%	0,45%
Participação eleitoral da esquerda	Passado	1,61%	1,26%	1,68%	5,58%	1,2%	2,85%	2,36%
	Presente	6,45%	0,63%	-	4,78%	1,2%	3,7%	2,79%
	Futuro	4,3%	1,89%	-	1,59%	2,4%	3,42%	2,27%
Atuação política da esquerda	Passado	0,54%	5,99%	7,74%	5,58%	2,99%	5,7%	4,76%
	Presente	1,08%	1,26%	1,35%	1,99%	1,8%	2,56%	1,67%
	Futuro	0,54%	3,79%	-	0,4%	7,19%	2,28%	2,37%
Atuação parlamentar da FG	Passado	-	-	-	0,8%	-	0,85%	0,28%
	Presente	0,54%	0,95%	0,34%	3,19%	0,6%	-	0,94%
	Futuro	-	-	-	-	-	-	-
Papel do projeto político-ideológico	Democracia participativa	1,08%	1,58%	2,36%	1,2%	2,4%	4,84%	2,24%
	Direitos cidadãos	0,54%	1,26%	0,34%	-	-	1,14%	0,55%
	Justiça social	1,08%	-	0,34%	1,59%	1,2%	2,28%	1,08%
Integração regional	Avanços	-	-	3,03%	0,4%	-	0,28%	0,62%
	Dificuldades	-	-	-	-	0,6%	1,42%	0,34%
	Importância	-	0,95%	-	-	0,6%	0,28%	0,31%
Papel das lideranças políticas	Condução	-	0,32%	1,35%	0,4%	0,6%	0,28%	0,49%
	Aglomeración	4,84%	2,21%	2,36%	3,98%	2,4%	2,85%	3,11%
	Debilitación	3,76%	5,99%	1,35%	2,79%	2,4%	-	2,72%
Atitudes políticas da população	Individuais	-	0,95%	2,69%	0,4%	1,2%	0,57%	0,97%
	Interpessoais	-	4,73%	2,02%	0,4%	2,4%	3,42%	2,16%
	Institucionais	-	5,99%	11,11%	3,59%	5,99%	7,69%	5,73%

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 10. Quadro dos resultados da análise temático-categorial dos Boletins Informativos Mensais: categorias iniciais

Categorias iniciais	Frequência absoluta	Frequência relativa
Gastos públicos	7	1,36%
Gastos públicos com educação	14	2,73%
Gastos públicos com justiça social	2	0,39%
Gastos públicos com saúde	4	0,78%
Gastos públicos com segurança	7	1,36%
Concentração de recursos	4	0,78%
Concentração de recursos agrários	17	3,31%
Pobreza	3	0,58%
Êxodo rural	-	-
Desemprego	1	0,19%
Crítica ao sistema tributário	8	1,56%
Reforma tributária	14	2,73%
Corrupção	21	4,09%
Modelo agroexportador	4	0,78%
Problemas ambientais	14	2,73%
Papel do capital financeiro	12	2,34%
Mudança da estrutura econômico-social	2	0,39%
Crítica ao modelo de dominação tradicional	33	6,43%
Mudança do modelo de dominação	-	-
Debilidade institucional	-	-
Profissionalização do serviço público	-	-
Relação entre poderes	-	-
Violência política	35	6,82%
Mobilização social	61	11,89%
Liberdades políticas	15	2,92%
Direitos indígenas	10	1,95%
Importância da institucionalização da esquerda	-	-
Dificuldade para a institucionalização da esquerda	-	-
Papel da FG para a institucionalização da esquerda	-	-
Importância da unificação da esquerda	-	-
Dificuldade para unificar a esquerda	-	-
Papel da FG para unificar a esquerda	1	0,19%
Participação eleitoral da esquerda	18	3,51%
Atuação política da esquerda	27	5,26%
Atuação parlamentar da FG	22	4,29%
Papel do projeto político-ideológico	24	4,68%
Integração regional	35	6,82%
Meios de comunicação tradicionais	2	0,39%
Meios de comunicação alternativos	-	-
Papel das lideranças políticas	43	8,38%
Conservadorismo	7	1,36%
Autoritarismo	31	6,04%
Clientelismo	2	0,39%
Atitudes políticas da população	-	-
Nacionalismo	6	1,17%
Nacionalismo histórico	6	1,17%
Religiosidade	1	0,19%
Populismo	-	-
Pluralismo	-	-

Fonte: Elaboração própria.